JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Cotriguaçu 6
Camara Municipal de Diamantino 6
Camara Municipal de São José do Povo 11
Camara Municipal de Tabaporã 13
Camara Municipal de Várzea Grande 14
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 16
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 17
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 18
Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV ...36
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 38
Prefeitura Municipal de Acorizal 41
Prefeitura Municipal de Água Boa 42
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 47
Prefeitura Municipal de Alto Garças 48
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 51
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 51
Prefeitura Municipal de Apiacás 52
Prefeitura Municipal de Araguainha 67
Prefeitura Municipal de Araputanga 72
Prefeitura Municipal de Arenápolis 74
Prefeitura Municipal de Aripuanã 75
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 80
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 81
Prefeitura Municipal de Cáceres 81
Prefeitura Municipal de Campinápolis 101
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 104
Prefeitura Municipal de Campo Verde 109
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 110
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 112
Prefeitura Municipal de Canarana 113
Prefeitura Municipal de Carlinda 114
Prefeitura Municipal de Castanheira 135
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 166
Prefeitura Municipal de Cláudia 168
Prefeitura Municipal de Cocalinho 192
Prefeitura Municipal de Colniza 192
Prefeitura Municipal de Comodoro 194
Prefeitura Municipal de Confresa 194
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 218
Prefeitura Municipal de Cuiabá 219
Prefeitura Municipal de Curvelândia 219
Prefeitura Municipal de Denise 220
Prefeitura Municipal de Diamantino 221
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 239
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 240
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 241
Prefeitura Municipal de General Carneiro 242
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 242
Prefeitura Municipal de Indiavaí 242

Prefeitura Municipal de Itanhangá 243
Prefeitura Municipal de Itiquira 249
Prefeitura Municipal de Jaciara 250
Prefeitura Municipal de Jauru 251
Prefeitura Municipal de Juara 251
Prefeitura Municipal de Juruena 252
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 253
Prefeitura Municipal de Marcelândia 253
Prefeitura Municipal de Matupá 254
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 255
Prefeitura Municipal de Nobres 257
Prefeitura Municipal de Nortelândia 320
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 321
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 346
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 349
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 351
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 351
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 353
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 353
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 353
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 354
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 354
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 355
Prefeitura Municipal de Paranatinga 356
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 358
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 359
Prefeitura Municipal de Poconé 362
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 363
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 365
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 369
Prefeitura Municipal de Poxoréu 369
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 370
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 371
Prefeitura Municipal de Rio Branco 379
Prefeitura Municipal de Rondolândia 380
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 380
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 389
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 389
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 390
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 390
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 403
Prefeitura Municipal de São José do Povo 405
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 407
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 407
Prefeitura Municipal de Tabaporã 408
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 408
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 409
Prefeitura Municipal de Tesouro 428
Prefeitura Municipal de Torixoréu 428
Prefeitura Municipal de União do Sul 429
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 440
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 441
Prefeitura Municipal de Vila Rica 444
União Dos Dirigentes Municipais De Educação De Mato Grosso - UNDIME 445

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT.

Protocolo nº. 0437 de 01 de março de 2019.

Processo Administrativo n° 035/2019.

Processo Licitatório n° 03/2019.

Modalidade: Inexigibilidade nº 03/2019.

Especificaçãodo Objeto:*Contratação do Curso de Extensão "Sistema APLIC", ofertado pelo Grupo ATAME, a ser realizado nos dias 28 e 29 de março de 2019, na cidade de Cuiabá-MT.*

Fundamento: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, inc. II.

Despesa Orçamentária:

Código da Ficha	**Órgão**	**Unidade**	**Dotação Orçamentária:**	**Outros Serviços de Terceiros**
22	01	01	01.031.1001.2004.0000	3.3.90.39.00
Empresa Contratada [CNPJ]:				
GRUPO ATAME. [00.839.039/0001-05]				
Valor Total:	R$ 3.196,00 (três mil, cento e noventa e seis reais.)			

A Comissão Permanente de Licitação – C.P.L., nomeada pela Portaria nº 43/2019, **ADJUDICA** a presente Inexigibilidade.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2019.

SILVIO QUEIROZ TELES

Presidente da C.P.L

JOEL XAVIER DO NASCIMENTO

Membro da C.P.L

JOEL CORDEIRO DE SOUZA

Membro da C.P.L

*E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal: nº. 8666/93, a Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o Decreto Federal n° 7.892/2013,**o parecer é pela HOMOLOGAÇÃO** da presente Inexigibilidade.*

EMERSON PINHEIRO LEITE

Advogado da Câmara Municipal de Cáceres

OAB-MT n° 19.744/O

Cumpridas todas as formalidades legais**HOMOLOGO** a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas ao setor competente para que proceda na forma dos arts. 60 e seguintes, da Lei federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2019.

RUBENS MACEDO

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 79/2019

***O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

***Considerando** o disposto no artigo 110 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1.997.*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ***horário especial***, ao servidor da Câmara Municipal de Cáceres-MT., Senhor **ERNANI LUIZ LADEIA SEGATTO**, Matrícula nº 618.

Art. 2º O horário a ser cumprido pelo referido servidor, até a data de 12 de julho do corrente ano, no período vespertino, devido a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição às terça-feira e sexta-feira, fica definido conforme tabela abaixo:

Expediente	**Dia da Semana**	**Entrada**	**Saída**
Especial	Terça-feira	12h00min.	18h00min.
Normal	Quarta-feira	07h00min.	13h00min.
Especial	Quarta-feira	15h00min.	18h00min.
Normal	Quinta-feira	07h00min.	13h00min.
Especial	Quinta-feira	15h00min.	18h00min.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 25 de março de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
LEI Nº 2.727 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"Estrutura o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Cáceres, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas atribuições legais, especificamente prevista no § 8º do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 24, inciso I, alínea "v", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, promulga a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Cáceres o Conselho Comunitário de Segurança, órgão consultivo e deliberativo do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Compete ao Conselho Comunitário de Segurança:

I - Colaborar no Planejamento de Ação Comunitária de Segurança e do Trânsito urbano no Município e avaliar seus resultados;

II - Levantar, arquivar e elaborar, em nome da municipalidade, dados estatísticos de todos os fatos que se relacionem com a Segurança Pública;

III - Manter contatos com as autoridades competentes, para discutir os assuntos pertinentes à Segurança de Trânsito;

IV - Levar diretamente ao Prefeito municipal as reivindicações e queixas da Comunidade;

V - Proceder estudos sobre a modernização do trânsito;

VI - Traçar diretrizes gerais da política de trânsito;

VII - Promover campanhas educativas, visando orientação sob condições e forma de segurança;

VIII - Assessorar o Chefe do Poder Executivo nos assuntos relativos à Segurança Pública e Trânsito;

IX - Incentivar o bom desempenho entre entidades e lideranças locais, com os componentes das unidades da Policia Civil e Militar;

X - Demais assuntos pertinentes ao Trânsito e a Segurança Pública;

XI - Emitir parecer quando solicitado pelo Chefe do Poder Executivo, referente a expedição e/ou renovação de alvará de localização e funcionamento dos estabelecimentos de atividades como bares, lanchonetes e similares;

XII - Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 3º O Conselho Comunitário de Segurança, será composto pelos seguintes membros titulares, com respectivos suplentes, com a seguinte representatividade:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito Municipal;

II - Três representantes do Poder Legislativo, sendo eles: o Líder do Prefeito, o Presidente do Legislativo e outro indicado pelo plenário;

III - Um representante da Polícia Militar;

IV - Um representante do CIRETRAN de Cáceres;

V - Um representante da Polícia Judiciária Civil;

VI - Um representante da Companhia do Corpo de Bombeiros;

VII - Um representante do Ministério Público local;

VIII - Um representante da Guarda Municipal de Trânsito;

IX - Um representante do Conselho Tutelar;

X - Um representante do Poder Judiciário local;

XI - Um representante das Associações de Bairros;

XII - Um representante da Associação Comercial e Empresarial de Cáceres;

XIII - Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

XIV - Um representante da Associação dos Contabilistas de Cáceres, se houver;

XV - Um representante do Conselho da Comunidade;

XVI - O Chefe de Gabinete;

XVII - Um representante das Escolas Estaduais;

XVIII - Um representante do segmento religioso, a ser escolhido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O presidente do Conselho Comunitário de Segurança será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, o qual escolherá entre os membros do conselho o seu secretário.

Art. 5º O Prefeito, através de ato próprio, nomeará os conselheiros e seus respectivos suplentes, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

§ 1º O suplente substituirá o conselheiro nos seus impedimentos, mediante convocação.

§ 2º O cargo de conselheiro, será voluntário e gratuito, não gerando ônus remuneratório para o município, sendo o seu exercício considerado de relevância pública.

Art. 6º Para planejamento e exercício de suas atividades, o Conselho Comunitário de Segurança, se reunirá ordinariamente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente por convocações de seu Presidente, do Prefeito Municipal ou por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 25 de março de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2019

Espécie: Objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO) E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SOFTWARES, referente aos ITENS 01 a 08, do Lote – LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E MANUTENÇÃO OPERACIONAL. CONTRATADA: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ n° 26.804.377/0003-59. VALOR GLOBAL: 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais). VIGÊNCIA 12(doze) Meses a partir da assinatura do Contrato. CÓD. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2001-339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93; Lei Federal 10.520/02; Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Municipal 43 de 2015. Cláudia - MT, 25 de Março de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
EDITAL Nº. 001/2019 - BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO/2019.

EDITAL Nº. 001/2019 Confresa/MT, 18 de fevereiro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 31, INCISO III E CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTIGO 208.

T O R N A – S E P Ú B L I C O

A Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, torna-se público o BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE JANEIRO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019.

O Balancete Financeiro de janeiro de 2019 ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade nos termos da Lei.

Para os devidos fins de direitos e conhecimentos de qualquer interessado, expediu-se o presente Edital.

P U B L I Q U E – S E

UASLEI DA SILVA LIMA

Presidente

RG 2434203-3 SSP/MT – CPF – 041.722.831-79

Rua Helena Barcelos da Cunha, 133 – Jardim Planalto

Telefone (66) 8439-2826 – Cep: 78.652-000

Confresa - MT

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
EDITAL Nº. 002/2019 - BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO/2019.

EDITAL Nº. 002/2019 Confresa/MT, 11 de março de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 31, INCISO III E CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTIGO 208.

T O R N A – S E P Ú B L I C O

A Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, torna-se público o BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE FEVEREIRO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019.

O Balancete Financeiro de Fevereiro de 2019 ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade nos termos da Lei.

Para os devidos fins de direitos e conhecimentos de qualquer interessado, expediu-se o presente Edital.

P U B L I Q U E – S E

UASLEI DA SILVA LIMA

Presidente

RG 2434203-3 SSP/MT – CPF – 041.722.831-79

Rua Helena Barcelos da Cunha, 133 – Jardim Planalto

Telefone (66) 8439-2826 – Cep: 78.652-000

Confresa - MT

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 006/2018

EMPRESA: **JAIRO CORTES TORRES** - Data: 26/03/2019 – ALTERA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ACRESCENTANDO ADITIVO NA CALÇADA (ESGOTAMENTO DE ÁGUA) E ACRESCENTA O VALOR r$ 5.736,32; ADITIVO DE PRAZO DE 30 DIAS;

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA 032/2019

Portaria nº. 032/2019

Exonerar a Senhora Marly Barbosa de Almeida, servidora efetiva ocupante do cargo de Assistente Administrativo II.

O Presidente da Câmara Municipal de Diamantino – MT, Vereador Edson da Silva, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos artigos 16, 17 e 25 da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO: Resolução do Processo nº 24.762/2017 do TCE/MT. Pessoal. Previdência. Aposentadoria voluntária ou compulsória de servidor público efetivo. Extinção de vínculo funcional. Reingresso no serviço público. Condições.

CONSIDERANDO: A aposentadoria voluntária ou compulsória de servidor público efetivo, independentemente do regime previdenciário em que se dê (RGPS ou RPPS), é causa de extinção do vínculo jurídico de trabalho com a Administração (vacância de cargo), consoante interpretação do § 10, do art. 37, da CF/88, não sendo possível, neste caso, a permanência do servidor no exercício do respectivo cargo, devendo o agente ser declarado em situação de inatividade.

CONSIDERANDO: Que a partir da decisão proferida nos autos nº 24. 762-6/2017 do TCE/MT, pelas razões do voto do CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA, que aposentadoria voluntária ou compulsória de servidor público efetivo. Extinção de vínculo funcional.

CONSIDERANDO que a Portaria nº 021/2019 concedeu o prazo de 15 dias, a partir de sua publicação, para que todos os servidores da Câmara Municipal de Diamantino, que estejam aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, procedam o pedido voluntário de desligamento.

CONSIDERANDO que a Senhora Marly Barbosa de Almeida, portadora do CPF nº. 206.747.241-00 e RG 056.481 SSP/MT, matricula 12, do cargo de provimento efetivo Assistente Administrativo II, comunicou a este gestor que a mesma encontrava-se na situação de aposentada perante ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

R E S O L V E:

Art. 1° Exonerar a servidora pública efetiva a senhora Marly Barbosa de Almeida, portadora do CPF nº. 206.747.241-00 e RG 056.481 SSP/MT, matricula 12, do cargo de provimento efetivo Assistente Administrativo II, em consonância com a Lei 824/2011.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 28 de fevereiro de 2019

Ver. Edson da Silva

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ADVOGADO

EDITAL N.º 001/2019.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PARA O CARGO DE ADVOGADO I

EDSON DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino-MT, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 16, 17 e 25 da Lei Orgânica Municipal, visando a contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar o cargo de Advogado, com fulcro no art. 37, inciso IX da Constituição da República, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão de Seleção e Avaliação, designada pelo Presidente da Câmara Municipal de Diamantino-MT através da Portaria 031/2019.

1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no Jornal Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e no site www.camaradiamantino.mt.gov.br.

1.4 Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no site www.camaradiamantino.mt.gov.br.

1.5 O Processo Seletivo Simplificado terá como critério de seleção a realização de prova objetiva.

1.6 As contratações serão pelo prazo determinado de 6 meses, prorrogável por igual período.

2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 O número de vagas, bem como a carga horária e a remuneração do cargo temporário, são os

dispostos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	VAGAS	REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Advogado	01	Ensino Superior completo em Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais. Registro no Conselho da Classe (OAB).	40 horas semanais	R$ 5.096,36

2.2 A remuneração disposta no quadro do item 2.1 será paga mensalmente, nela compreendendo-se além da efetiva contraprestação pelo trabalho, o descanso semanal remunerado.

2.2.1 Além do vencimento equivalente ao percebido pelos servidores de igual ou assemelhada função do quadro permanente da Câmara Municipal de Diamantino-MT, serão assegurados ao contratado, os seguintes direitos:

I – jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno e gratificação natalina proporcional;

II – férias proporcionais, ao término do contrato;

III – inscrição em regime geral da previdência social.

2.3 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

2.4 A carga horária semanal será desenvolvida diariamente, de acordo com horário definido pela autoridade competente mediante ato próprio.

2.5 A função temporária da qual trata este Processo Seletivo Simplificado corresponde ao exercício das atividades contidas no Anexo III deste Edital.

2.6 Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pela Lei Municipal nº 006/1990, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão recebidas exclusivamente no Protocolo Geral na Secretaria Legislativa, na sede da Câmara Municipal de Diamantino, sito à Rua Desembargador Joaquim Pereiras Ferreira Mendes, nº 2345, Bairro Centro, no período de 26 de Março a 03 de Abril de 2019, no seguinte horário: 12:30 às 17:30.

3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora do prazo.

3.2 As inscrições serão gratuitas.

3.3 Antes de proceder com a inscrição, é obrigatória a leitura integral do presente edital por parte do candidato, para fins de total conhecimento sobre as normas que regerão o Processo Seletivo Simplificado de que trata o mesmo.

3.4 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das instruções e normas estabelecidas neste Edital, bem como o responsabiliza em acompanhar as publicações de eventuais avisos, retificações e instruções específicas ao longo da realização do Processo Seletivo Simplificado, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Poderão participar do presente Processo Seletivo Simplificado, candidatos brasileiros, maiores de 18 anos, que cumpram os pré-requisitos do cargo e que estejam quites com as obrigações militares e eleitorais.

4.2 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado deverá ser realizada pessoalmente, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato (com poderes especiais para realizar a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado), no endereço e período indicados no item 3.1, entregando via protocolo os seguintes documentos:

4.2.1 Ficha de inscrição, disponibilizada na Secretaria Legislativa bem como o Anexo II do presente Edital, devidamente preenchida e assinada.

4.2.1.1 Fichas de inscrição com omissões e/ou erros de preenchimento serão desconsideradas, implicando na imediata eliminação do candidato.

4.2.2 Cópia de documento de identidade oficial com foto, quais sejam: carteira ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de

Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC, etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei Federal nº 9.503/97, artigo 159).

4.2.3 Prova de quitação das obrigações militares, para candidatos do sexo masculino.

4.2.4 Certidão de Quitação Eleitoral, obtida através do site www.tse.jus.br .

4.2.5 Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior de Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais.

4.2.6 Comprovante atualizado de Registro no Conselho da Classe (OAB).

4.3 Não serão aceitos documentos complementares após o protocolo da inscrição.

4.4 Todos os documentos entregues pelos candidatos ficarão de posse da Câmara Municipal de Diamantino-MT, não sendo, em qualquer hipótese, devolvidos.

4.5 Os servidores da Secretaria Legislativa, bem como os membros da Comissão de Seleção e Avaliação, não são autorizados a conferir os documentos, antes da protocolização da inscrição, sendo de integral responsabilidade do candidato a entrega da documentação correta para fins de homologação e classificação no Processo Seletivo Simplificado.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições serão avaliadas pela Comissão de Seleção e Avaliação, sendo homologadas somente aquelas que contiverem todos os documentos exigidos nos itens 4.2.1 a 4.2.6 do presente edital.

5.2 Conforme o prazo disposto no cronograma contido no Anexo I do presente edital, a Comissão publicará, no site www.camaradiamantino.mt.gov.br, a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

5.3 Os candidatos que não tiverem as suas inscrições homologadas, poderão interpor recurso perante a Comissão de Seleção e Avaliação, conforme item 7 do presente edital.

5.4 A relação final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 5.2, conforme prazo estabelecido no cronograma de execução contido no Anexo I, após a devida apreciação dos recursos.

6. CLASSIFICAÇÕES

6.1 Os candidatos serão classificados, por ordem decrescente, conforme a pontuação conseguida após a realização da prova objetiva.

7. RECURSOS

7.1 Da homologação das inscrições referida no item 5, bem como da classificação disposta no item 6, é cabível a interposição de recurso perante a Comissão de Seleção e Avaliação, a ser encaminhado por formulário próprio, disponibilizado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Diamantino-MT, uma única vez em cada etapa, no prazo estabelecido no cronograma de execução.

7.1.1 Não será aceita a inclusão de documentos adicionais à inscrição quando da fase de recursos.

7.2 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal, de forma clara e objetiva.

7.3 Havendo a reconsideração da decisão pela Comissão de Seleção e Avaliação, o candidato terá sua inscrição devidamente homologada, ou em caso do recurso referir-se à classificação, o mesmo será devidamente reclassificado.

7.4 Sendo mantida a decisão da Comissão de Seleção e Avaliação, o recurso será encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Diamantino-MT para julgamento.

8. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

8.1 Havendo empate na contagem de pontos obtidos, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) Candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei n° 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao candidato de idade mais elevada;

b) Que obtiver maior número de acertos na prova objetiva;

c) Que tiver maior idade

8.2 Persistindo ainda o empate, será realizado sorteio público, observando-se que:

a) O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definidos pela Comissão de Seleção e Avaliação;

b) Os candidatos interessados serão convocados por meio de publicação de edital no painel de publicações oficiais da Câmara Municipal de Diamantino-MT.

8.3 A aplicação dos critérios de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos classificados.

9. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 Transcorridas todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão de Seleção e Avaliação encaminhará o mesmo ao Presidente para homologação.

9.2 Após a homologação, será publicado nos sites www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e www.camaradiamantino.mt.gov.br, a lista contendo a classificação final do Processo Seletivo Simplificado.

10. CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

10.1 A convocação do candidato classificado será realizada por meio de correio eletrônico *(e-mail)*, envio de SMS, e Edital publicado no site www.camaradiamantino.mt.gov.br.

10.2. Deverão ser informados claramente na ficha de inscrição, nos campos especificamente destinados para tal, endereço de *e-mail* e, no mínimo, um número de telefone celular do candidato, sendo que a Administração Pública não se responsabilizará pelo preenchimento ilegível dos mesmos.

10.3 As convocações também estarão disponíveis para consulta no Jornal Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

10.4 Após a convocação, o candidato terá o prazo de 3 (três) dias, para apresentação dos documentos necessários para contratação, descritos no Anexo VI do presente Edital**.**

10.5 O prazo disposto no item 10.4 poderá ser prorrogado uma única vez, apenas para os casos em que haja a impossibilidade de apresentação, dentro do prazo exigido, dos exames médicos necessários à admissão, conforme relação abaixo:

a) •Hemograma Completo

b) •Colesterol Total

c) •Triglicérides

d) •Glicemia

e) •Uréia

f) •Tipo Sangüineo - ABO

g) •Fator Rh

10.6 Não comparecendo os candidatos convocados no prazo previsto nos itens 10.4 e 10.5, ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, poderão ser convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória.

10.7 Em caso de não comparecimento do candidato convocado, o mesmo passará automaticamente para o final da fila de classificação.

10.8 No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.

10.9 Após todos os candidatos classificados terem sido chamados, havendo ainda a necessidade de contratações para a mesma função, novo processo seletivo poderá ser realizado.

10.10 Os contratos temporários resultantes do presente Processo Seletivo Simplificado podem ser rescindidos a qualquer tempo, a pedido do contratado, ou a critério da Administração Municipal.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

11.2. A Câmara Municipal de Diamantino-MT não se responsabilizará por falha nos meios de comunicação dos candidatos classificados, devendo os próprios tomarem a iniciativa de se apresentar no prazo e nas condições estabelecidas e informadas neste edital quando da convocação dos mesmos.

11.3 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, prorrogável, uma única vez, por igual período.

11.4 Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

11.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção e Avaliação e, em última instância, pelo Presidente da Câmara Municipal de Diamantino-MT, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.

Diamantino-MT, 25 de Março de 2019.

Serafim Guimarães Campos

Presidente da Comissão de Seleção e Avaliação

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

EVENTO	PERÍODO
Publicação do Edital de Abertura	25/03/2019
Recebimento de inscrições	26/03 à 03/04/2019
Publicação da lista preliminar de inscrições homologadas	04/04/2019
Recebimento de recursos referentes à lista preliminar de inscrições homologadas	05/04/2019
Publicação da lista final de inscrições homologadas	08/04/2019
Divulgação do local de prova	09/04/2019
Aplicação da prova objetiva	14/04/2019
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	15/04/2019
Recursos referentes ao gabarito preliminar	16 à 17/04/2019
Publicação da Homologação Final do Processo Seletivo Simplificado	22/04/2019

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Função Pretendida: ADVOGADO

Nome Completo:
CPF: RG:
Endereço (Rua/Avenida/Número/Complemento/Bairro/Cidade)
Telefone Residencial: Telefone Celular:
E-mail: (preencher abaixo com **LETRAS DE FORMA**)

Declaro que li e estou ciente do conteúdo do Edital nº 0XX/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA A FUNÇÃO DE ADVOGADO.

Assinatura do Candidato:

Diamantino-MT, _____ de _____ de 2019.

*** É OBRIGATÓRIO INFORMAR UM ENDEREÇO DE E-MAIL E UM NÚMERO DE TELEFONE CELULAR VÁLIDOS, VISTO QUE A CONVOCAÇÃO DAR-SE-Á POR ESTES MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CONFORME ITEM 10.2 DO EDITAL DE ABERTURA.**

ANEXO III

ADVOGADO

Atribuições:

? **Prestar assistência jurídica em áreas relacionadas à aplicação de leis, decretos e regulamentos, examinando processos específicos, emitindo pareceres e elaborando documentos jurídicos de interesse da Câmara Municipal.** ? **Pesquisar, analisar e interpretar a legislação e regulamentos em vigor nas áreas legislativa, constitucional, fiscal e tributária, de recursos humanos e outras.** ? **Examinar processos específicos, emitir pareceres sobre as proposições apresentadas pelos vereadores, elaborar documentos jurídicos pertinentes, petições, contestações, réplicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica.** ? **Pesquisar jurisprudência, doutrina e analogia.** ? **Emitir parecer, de acordo com sua área de atuação, sobre assunto de sua especialidade.** ? **Prestar informação jurídica aos Vereadores, à Administração da Câmara Municipal e aos servidores, quando solicitado.**

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: 40 horas semanais.

b) função sujeita ao uso de uniforme e crachá de identificação funcional.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Superior em Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais com Registro no Conselho.

b) Idade: a partir dos 18 anos.

ANEXO IV

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

ADVOGADO

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação fotocópia autenticado em cartório, que comprove o que segue abaixo:

? **Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;** ? **Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);** ? **Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);** ? **Título de eleitor;** ? **CPF e RG Esposo (a) quando houver (exigência TCE-MT);** ? **Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso;** ? **Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino);** ? **Comprovante de endereço atualizado;** ? **Carteira de Trabalho;** ? **Certidão de nascimento, RG e CPF dos filhos quando dependente (de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento, RG e CPF, acima de 14 anos cópia de CPF e RG);** ? **Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico);** ? **Registro na OAB-MT, cuja seccional deverá pertencer ao Estado de Mato Grosso, conforme o prazo determinado pela OAB, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;** ? **Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Diamantino - MT);** ? **Declaração junto ao INSS - Extrato Previdenciário (qualquer agencia do INSS);** ? **Certidão Negativa Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);** ? **Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal;** ? **Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;** ? **Exames médicos admissionais, podendo ser solicitado quaisquer exames suplementares, a critério da Administração;** ? **01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;**

ANEXO V

CONSTITUIÇÃO DA PROVA OBJETIVA

A constituição da prova objetiva é a seguinte:

Nível Superior

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Advogado	Língua Portuguesa	10	40	1,00	40,00
	Direito Administrativo	10			
	Direito Tributário	10			
	Conhecimentos Específicos	10			

ANEXO VI

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 da Câmara Municipal de Diamantino – MT está distribuído de acordo com as disposições deste anexo.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo consistirão em:

Língua Portuguesa; Direito Administrativo; Direito Tributário; Conhecimentos Específicos;

LINGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação.

CONHECIMENTOS SOBRE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Organização Administrativa. 1.1 Princípios Fundamentais. 1.2 Administração Direta, Indireta e Fundacional. 2. Controle da Administração. 2.1 Tipos e formas de controle. 2.2 Controle Administrativo. 2.3 Controle Legislativo. 2.4 Controle Interno. 3. Serviços Públicos. 3.1 Conceito. 3.2 Classificação. 3.3 Formas de execução. 3.4 Competência da União, Estados e Municípios. 4. Licitações. 4.1 Princípios. 4.2 Obras, Serviços de Engenharia e demais serviços. 4.3 Modalidades. 4.4 Publicações. 4.5 Dispensas e Inexigibilidades. 4.6 Procedimentos licitatórios. 4.7 Processamento e julgamento. 4.8 Instrumentos convocatórios. 4.9 Tipos. 4.10 Anulação e Revogação. 5. Contratos. 5.1 Normas Gerais. 5.2 Cláusulas essenciais. 5.3 Cláusulas exorbitantes. 5. 4 Formalização. 5.5. Garantias contratuais. 5.6. Duração e prorrogação. 5.7. Alteração. 5.8. Nulidade. 5.9. Execução. 5.10 Inexecução. 5.11 Rescisão. 5. 12 Teoria da ImPrevsão. 5.13 Sanções Administrativas. 5.14 Tutela judicial. 6. Poderes da Administração. 6.1 Normativo. 6.2 Disciplinar. 6.3 Decorrente da Hierarquia. 7. Poder de Polícia. 7.1 Conceito. 7.2 Polícia administrativa e judiciária. 7.3 Meios de Atuação. 7.4 Características. 7.5 Limites. 8. Atos Administrativos. 8.1 Atos da Administração. 8.2 Conceito. 8.3 Atributos. 8.4 Elementos. 8.5 Discricionariedade e Vinculação. 8.6 Classificação. 8.7 Atos Administrativos em espécie. 8.8 Extinção.

CONHECIMENTOS SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Código Tributário Nacional. 2. Título VI, Capítulo I da Constituição Federal de 1988. 3. O Estado e o Poder de Tributar. 4. O Direito Tributário. 5. A legislação Tributária. 6. Vigência e aplicação da Legislação Tributária. 7. Obrigação Tributária. 8. Crédito Tributário. 9. Sistema Tributário Nacional. 10. Competência Tributária. 11. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. 12. Taxas. 13. Contribuição de Melhoria. 14. Contribuições Sociais. 15. Empréstimos Compulsórios. 16. Processo Administrativo Tributário. 17. Processo Judicial Tributário. 18. Ilícito Tributário 19. Legislação da área Tributária.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

Advogado: Direito Constitucional – Constitucionalismo. Constituição: conceito, classificações, interpretação. Poder constituinte. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade dos atos normativos. Organização do Estado. Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário. Das funções essenciais à justiça. Dos direitos políticos. Dos direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias fundamentais e coletivos. Finanças públicas e orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da Administração Pública (Art. 37 a 41 CF/88). Do Meio Ambiente (Art. 225 CF/88). Lei federal n.° 9.985, de 18/07/2000. Decreto federal n°. 4340, de 22/08/2002. **Direito do Trabalho** – princípios. CLT: noções gerais e aspectos pontuais das relações de trabalho. Alteração, interrupção e suspensão do Contrato de Trabalho. Direito do Trabalhador na Constituição Federal. Jornada de Trabalho. Direito Público nas Relações de Trabalho. Convenção e acordo coletivo de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Terceirização de trabalho na administração pública. Processo do Trabalho – Princípios. Atos, prazos e nulidades no processo de trabalho. Contratos por prazo determinado. **Direito Civil** – Conceito. Lei de Introdução ao Código Civil. Das pessoas naturais e jurídicas. Dos bens. Dos Fatos Jurídicos. Do negócio jurídico: espécies, manifestação da vontade, vícios da vontade, defeitos do negócio jurídico, invalidade do negócio jurídico. Teoria da imprevisão. Ato jurídico: fato e ato jurídico; modalidades e formas do ato jurídico. Efeitos do ato jurídico: nulidade, atos ilícitos, abuso de direito e fraude à lei. Prescrição: conceito, prazo, suspensão, interrupção e decadência. **Direito Processual Civil** – Teoria Geral do Direito Processual. Princípios gerais, fontes e interpretação do direito processual civil. Jurisdição, ação, processo e atos processuais. Processo de conhecimento. Procedimento ordinário e sumário. Das provas. Sentença e coisa julgada. Sujeitos da relação processual: partes, litisconsórcio, capacidade de ser parte e de estar em juízo. Mandado de segurança (Lei nº 12.016/2009), recursos em geral: conceitos pressupostos e efeitos. Pedido: petição inicial - requisitos e vícios; pedidos determinados, genérico e alternativo; cumulação de pedidos; interpretação e alteração do pedido. Resposta do réu: contestação, exceção e objeção; carência de ação; litispendência, conexão e continência de causa; exceções processuais: incompetência, reconvenção; revelia execução. Teoria geral da execução, liquidação de sentença, espécies de execução, defesa do executado, suspensão e extinção da execução. Processos nos Tribunais. Ação rescisória, declaração de inconstitucionalidade, uniformização de jurisprudência, recursos. Ação cautelar. Ação popular, Jurisdição e competência. Intervenção de Terceiros. Prazos processuais. Integração da Lei processual. Métodos Interpretativos. Extinção do processo. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência. Medidas liminares. Antecipação dos efeitos da tutela. Arresto, sequestro, caução, busca e apreensão. Consignação em pagamento. Lei nº 1.060/1950. **Direito Penal** – Dos crimes contra a Administração Pública. Dos crimes contra as finanças públicas. **Legislação específica** – Lei Orgânica do Município. Constituição do estado de Mato Grosso. Lei Federal nº 12.153, de 22/12/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica do SUS.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2019 - FORNECIMENTO DE SOFTWARE ENTRE PESSOAS JURÍDICAS POR PRAZO DETERMINADO

RETIFICAÇÃO CLAUSULA 11 DO CONTRATO 002/2019 SOBRE TERMO FINAL 03/03/2019, O TERMO CORRETO É 03/04/2019

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, com sede na JOÃO FRANCISCO DUARTE, 715, CENTRO, CEP 78773.000, Município de São José do Povo-MT, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 32. 972.440/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. IVANILDO VILELA DA SILVA, Brasileiro, Casado, Carteira de Identidade nº M2992037 SSP/MG, C.P.F. nº CPF: 491.256.216-53, residente e domiciliado na RUA PROJETADA, Nº 33, CENTRO, em SÃO JOSÉ DO POVO (MT).

CONTRATADA: Mercato Tecnologia da Informação Ltda-EPP, com sede na Av. José de Alencar, 338, Bairro Jardim Monte Libano, Rondonópolis/MT, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 37.506.052/0001-44 e no Cadastro Estadual sob o nº Isento, neste ato representada pela sua sócia proprietária a Sra. **Nayara Clemente Matos**, brasileira, solteira, empresária/proprietária, residente e domiciliado na Rua Augusto de Moraes, 1154, Centro, CEP 78710-790, Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, portador do RG nº 2341884-2 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº 012.264.351-81.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de *Serviços* técnicos contínuos de fornecimento e manutenção de Softwares, destinados ao Controle Administrativo (contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial, administrativo, compras, frotas, licitação, contratos, gestão de pessoas, portal transparência, portal do servidor), legislativo interligados (Protocolo Legislativo, Atas, Controle Legislativo, impressão de cheques), prestação de serviço de envio do Aplic referente ao "*Orçamento*" e "*Carga Inicial*", atualizações conforme as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso***, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.***

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a prestação de serviços de Contratação de empresa técnicos contínuos de fornecimento e manutenção de Softwares, destinados ao Controle Administrativo (contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial, administrativo, compras, frotas, licitação, contratos, gestão de pessoas, portal transparência, portal do servidor), legislativo interligados (Protocolo Legislativo, Atas, Controle Legislativo, impressão de cheques), prestação de serviço de envio do Aplic referente ao "*Orçamento*" e "*Carga Inicial*", atualizações conforme as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, realizada pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

Cláusula 2ª. A prestação de serviço técnicos contínuos de fornecimento e manutenção de Softwares, destinados ao Controle Administrativo (contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial, administrativo, compras, frotas, licitação, contratos, gestão de pessoas, portal transparência, portal do servidor), legislativo interligados (Protocolo Legislativo, Atas, Controle Legislativo, impressão de cheques), prestação de serviço de envio do Aplic referente ao "*Orçamento*" e "*Carga Inicial*", atualizações conforme as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, são realizadas pela **CONTRATANTE** através de um sistema de acesso disponibilizado pela **CONTRATADA.**

Cláusula 3ª. A **CONTRATANTE** poderá requisitar os serviços opcionais e/ou extras oferecidos pela **CONTRATADA** a qualquer tempo durante a vigência deste Contrato, mediante solicitação escrita para este fim enviada e-mail.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 4ª. A **CONTRATADA** se responsabiliza em fornecer suporte quanto à utilização do sistema bem como por correções que sejam necessárias para as tarefas de atualizações.

Cláusula 5ª. É de responsabilidade exclusiva da contratada a providenciar e executar a remessa de todos os relatórios e informações contábeis destinados ao TRIBUNAL DE CONTAS de MATO GROSSO, através do Portal APLIC.

Cláusula 6ª. É de responsabilidade exclusiva da **CONTRATANTE** todo o conteúdo das informações, registro/gerenciamento, não podendo a **CONTRATADA** ser responsabilizada pelo teor dessas informações:

DO PAGAMENTO

Cláusula 7ª. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a quantia total de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), sendo este valor parcelado na seguinte forma: 03 (três) parcelas iguais e sucessivas, referente aos serviços técnicos contínuos de fornecimento e manutenção de Softwares, destinados ao Controle Administrativo (contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial, administrativo, compras, frotas, licitação, contratos, gestão de pessoas, portal transparência, portal do servidor), legislativo interligados (Protocolo Legislativo, Atas, Controle Legislativo, impressão de cheques), prestação de serviço de envio do Aplic referente ao "*Orçamento*" e "*Carga Inicial*", atualizações conforme as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

DA MANUTENÇÃO

Cláusula 8ª. No caso de atraso de pagamento de qualquer verba decorrente do presente Contrato por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias após o vencimento implicará na suspensão dos serviços contratados.

DA RESCISÃO

Cláusula 9ª. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato. O presente instrumento poderá ser rescindido caso qualquer uma das partes descumpra o disposto neste contrato.

Cláusula 10ª. Na hipótese de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE,** o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

DO PRAZO

Cláusula 11ª. O presente contrato terá seu termo inicial no dia 02/01/2019 e seu termo final no dia 03/04/2019, o presente contrato será por prazo determinado conforme Artigo 37, IX DA CF/88, para atender à necessidade temporária e excepcional interesse público no Poder Legislativo.

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 12ª. Não serão consideradas manutenções, para os efeitos deste contrato, as alterações realizadas na estrutura e no layout do *sistema/software* por interesse da **CONTRATANTE**, sendo tais serviços cobrados separadamente ao contrato.

Cláusula 13ª. Os valores descritos na presente proposta incluem a implantação e utilização do sistema por parte da **CONTRATANTE**. Os códigos fonte do sistema não são liberados a **CONTRATANTE**, do mesmo modo que o sistema não é fornecido para utilização fora dos servidores da **CONTRATADA**.

Cláusula 14ª. Obrigam-se ao presente contrato as partes e seus sucessores.

DO FORO

Cláusula 15ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca de Rondonópolis/MT.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São José do Povo, 02 de janeiro de 2019.

MERCATO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO

CONTRATADA CONTRATANTE

Testemunhas:

IVANILDO VILELA DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 238/2019

PORTARIA N.º 238/2019

LAURITA JOSÉ DE SOUZA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto a Câmara Municipal de Tabaporã e nomeação responsável pelo envio APLIC.

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Nomear o Senhor Alisson Roberto de Lassari, Portador da cédula de Identidade RG n. 1553176-7 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob o nº 014.529.011-55, para exercer a função de fiscal de contratos firmados com a Câmara Municipal de Tabaporã e responsável pelo envio APLIC 2019.

Artigo 2º:- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 25 de Março de 2019

LAURITA JOSÉ DE SOUZA SILVA PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 234/2019

PORTARIA N.º 234/2019

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Nomear o Servidor Maicon de Almeida Sanches Pio, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua João Malonyai Filho, s/nº, Portador da Cédula de Identidade RG n º2668348-2SSP/MT, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 060.657.451-4, para exercer a função de fiscal do Contrato 04/2019, com **M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB**, firmado com a Câmara Municipal de Tabaporã.

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 19 de março de 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 232/2019

PORTARIA N.º 232/2019

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Nomear o Servidor Maicon de Almeida Sanches Pio, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua João Malonyai Filho, s/nº, Portador da Cédula de Identidade RG n º2668348-2SSP/MT, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 060.657.451-4, para exercer a função de fiscal do Contrato 02/2019, com **MARINGÁ MULTIMÍDIA**, firmado com a Câmara Municipal de Tabaporã.

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 19 de março de 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 235/2019

PORTARIA N.º 235/2019

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Elevar nível/classe daSenhora Darli de Almeida Vieira Ribeiro, portadora da cédula de Identidade RG n. 1501968-3 SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoa Física C.P.F sob o nº029.295.666-55, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, servidora efetiva no cargo agente de limpeza admitida em 02 de janeiro de 2006 para nível/classe 13 - E-1,40 no valor de R$2.255,82(Dois mil duzentos e cinquenta e cinco Reais).

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 19 de Março de 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 236/2019

PORTARIA N.º 236/2019

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Elevar nível/classe do Senhor Ademar Rodrigues dos Santos, portador da cédula de Identidade RG n. 0878278168 SSP/BA e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física C.P.F sob o nº 213.739.648-39, brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Alida s/n, servidor efetivo no cargo de vigia admitido 02 de janeiro de 2006 para nível/classe 13 - E-1,40 no valor de R$2.255,82(Dois mil duzentos e cinquenta e cinco Reais).

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 19 de Março de 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 233/2019

PORTARIA N.º 233/2019

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Nomear a Servidora Zenilda Alves, brasileira, divorciada, residente e domiciliada a Rua Vila Boas, nº655, Portadora da Cédula de Identidade RG n º 1363701-0 SSP/MT, Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 987.851.091-34, para exercer a função de fiscal do Contrato 03/2019, com **UCMMAT-UNIÃO CAMARAS MUNICIPAIS MATO GROSSO**, firmado com a Câmara Municipal de Tabaporã.

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 19 de março de 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
PORTARIA N.º 231/2019

PORTARIA N.º 231/2019

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

RESOLVE:-

Artigo 1º:- Nomear a Servidora Zenilda Alves, brasileira, divorciada, residente e domiciliada a Rua Vila Boas, nº655, Portadora da Cédula de Identidade RG n º 1363701-0 SSP/MT, Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 987.851.091-34, para exercer a função de fiscal do Contrato 01/2019, com **SANDRA SOUZA-ME**, firmado com a Câmara Municipal de Tabaporã.

Artigo 2º:- Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Sala das Sessões, 19 de março de 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 038/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a servidora Maria Aparecida de Arruda, Técnico Legislativo, 30 dias de férias a que tem direito, no período de 01/04/19 a 30/04/19, referente ao exercício de 2017/2018, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 22 de março de 2019.

Vereador: **FABIO JOSE TARDIN**

Presidente

Vereadora: **GISELE APARECIDA DE BARROS**

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 175/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o senhor Márcio Ferreira de Moraes - CPF: 856.864.251-91, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Ver. Cleyton Nassarden Guerra.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 15 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 174/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Ana Flávia da Luz Silva do CPF: 018.305.841-03, no cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Ver. Claido Celestino Batista.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 19 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 173/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a senhora Ana Flávia da Luz Silva - CPF: 018.305. 841-03, do cargo em comissão de Assessor da Primeira Secretaria.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 18 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 172/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Bárbara Giliane da Silva Bueno do CPF: 975. 016.971-91, no cargo em comissão de Assessora de Gabinete do Ver. Valdemir Bernardino de Souza.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 21 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 183/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Cristhian Nascimento Rondon do CPF: 689. 561.001-44, no cargo em comissão de Gerente de Divisão de Informática.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 15 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 182/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Marcia Cristina Martins de Bran do CPF: 544.523.761-34, no cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Ver. Fábio José Tardin.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2019.

Gabinete da Presidência, 20 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 181/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Jandinara Souza Nascimento do CPF: 003. 847.431-02, no cargo em comissão de Asesor de Gabinete da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 178/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a senhora Gisele Gomes Fonseca – CPF 002.706. 301-12, do cargo em comissão de Assessor da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 28 de fevereiro de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 184/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Georgia Costa Beltrame do CPF: 924.314. 451-00, no cargo em comissão de Gerente de Divisão de Processo Legislativo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 21 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 179/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Fábio Oliveira Dias do CPF: 035.950.511-22, no cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 180/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Gisele Gomes Fonseca do CPF: 002. 706301-12, no cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Ver. Fábio José Tardin.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 177/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a senhora Jandinara Souza Nascimento - CPF: 003. 847.431-02, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Ver. Fábio José Tardin.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 28 de fevereiro de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 176/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o senhor Fábio Oliveira Dias - CPF: 035.950.511-22, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Ver. Fábio José Tardin.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 28 de fevereiro de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 039/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor Elionete Dias Dourado, Auxiliar Legislativo 03 (três) meses de Licença Prêmio, a que faz jus a partir de 03/04/19 a 01/07/19, referente ao quinquênio 23/05/2004 a 23/05/2009, conforme dispõe o Artigo 97 da Lei nº 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 25 de março de 2019.

Ver. FABIO JOSE TARDIN

Presidente

Verª GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 185/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Janaina Conceição Gonçalves Pereira do CPF: 692.632.641-04, no cargo em comissão de Assessora Especial de Gabinete da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 22 de março de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PORTARIA N°. 06/2019 DE 21 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO CARGO DE COORDENADOR DE SANEAMENTO **NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.**

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, Considerando que a Assembleia Geral do Consórcio aprovou a Resolução Normativa N° 031/2016 que Cria o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE SANEAMENTO, regulamentado pela Resolução Normativa N° 32/2016, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral (INSS). Conforme o que estabelece o Item I da Cláusula Quadragésima do Contrato Consórcio;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Senhor MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR, para exercer o cargo de COORDENADOR DE SANEAMENTO.

Art. 2° - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias, após a publicação em diário oficial.

Art. 3° - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4° - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 21 de março de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n° 005/2019

Inscrição n° 005/2019

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa ODIR ROBERTI MARTINS (CNPJ nº04.897.775/0001-62), fora julgada **APTA** ao **Edital N° 005/2019 da Chamada Pública n° 005/2018** para os serviços médicos, no segmento de UTRASSONOGRAFIA do respectivo chamamento público, lote 01, exceto o item 07, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 19 de março de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

PORTARIA Nº 003 DE 20 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 003 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município de Peixoto de Azevedo - MT cedido para a "Fiscalização de obras e Serviços da Casa De Amparo Em Cuiabá"

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o servidor **ANDRE LUIZ MOCHI SPIGUEL,** engenheiro civil, CREA N°:11653,matricula n°**8075**, para acompanhamento e fiscalização dos seguintes serviços:

"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS EM ATENDIMENTO A CASA DE AMPARO EM CUIABA". Para atuar como fiscal de obras da Cassa De Amparo Em Cuiabá, no âmbito da Administração Pública, no Contrato **nº 120/2018**, referente a contratação da Empresa **CAPRI CONSTRUTORA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 09.153.807/0001-39, Inscrição Estadual nº 13.346.626-49, com sua sede na Rua Montreal, nº 32, Bairro Jardim Das Américas, CEP: 78.060-600 Cuiabá, Mato Grosso, contratada por este Consorcio de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a partir de 20 de Março de 2019, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, em 25 de Março de 2019.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM ___/___/___
Resp.__________

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, através da Equipe de Pregoeiro, torna-se público que o Pregão Presencial em tela, com objeto de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE (CAMA SIMPLES ADULTO), A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, LOCALIZADA NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS Nº 269, BAIRRO ALVORADA PEIXOTO DE AZEVEDO MT", CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto,** realizado em 22 de março de 2019,foi declarado **DESERTO** por não haver nenhum participante. Demais informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07h às 11h e 13h às 17h, ou pelo fone (66) 3575-2489.

Peixoto de Azevedo MT, 25 de março de 2019.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Pregoeiro Oficial do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL RESUMIDO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

De ordem da Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, Presidente do CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA, e a Presidente da Comissão Organizadora **DULCE FERNANDA RODRIGUES GOMES**, faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 no período de **08/04/2019 a 16/04/2019**, para o ingresso de Contratação Temporária por Tempo Determinado nos cargos constantes do Edital n° 01/2019, nos termos do que preceituam o art. 37, II da Constituição Federal. Maiores informações no Mural *do CISA e sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

São Félix do Araguaia – MT, em 22 de março de 2019.

DULCE FERNANDA RODRIGUES GOMES

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n° 01/2019

RECURSOS HUMANOS
EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 01/2019

De ordem da **Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE**, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Resolução nº 15/2019, no uso de suas atribuições, faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado de Provas e de Provas de Títulos para o ingresso em seu quadro para Contratação Temporária de pessoal no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA. O provimento será em caráter temporário, para atender as necessidades de excepcional interesse público, por meio da celebração de contrato temporário, sob o Regime Geral de Previdência Social, com prazo de duração de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme dispuser as Leis Municipais nº 583/2007, 606/2008 e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de acordo com as disposições a seguir:

1. Do objeto do Processo Seletivo Simplificado:

1.1 - O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação dos Cargos de acordo ao **anexo I**, em caráter temporário e excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para o atendimento de serviços essenciais de caráter inadiável, na forma da lei.

2. Divulgação e publicidade

2.1 Todos os resultados, avisos serão publicados por afixação no mural do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA e publicados no Jornal Oficial dos Municípios (www.amm.org.br).

Os endereços: Avenida Dom Pedro Casaldáliga, n. 1735 – Vila Santo Antônio - Tel.: (66) 3522-2155 – E -mail: central.reg.cisa@hotmail.com.

2.2 -Os horários previstos neste Edital são os horários do município de São Félix do Araguaia-MT.

3. Dos candidatos e vagas

3.1 - Este Processo Seletivo Simplificado está aberto a todos que satisfizerem as exigências das Leis Brasileiras, e a função, as vagas para cada função, a carga horária semanal, a lotação, a habilitação mínima exigida e a remuneração mensal estão descritas no **ANEXO I.**

3.2 - No **ANEXO II** constam a **DESCRIÇÃO** e as **ATRIBUIÇÕES das FUNÇÕES** a serem ofertadas neste Processo Seletivo Simplificado.

4. Das inscrições;

4.1. Não será cobrado taxa de inscrição e as inscrições serão feitas pessoalmente em data, horário e local conforme **ANEXO XVIII.**

4.2. A inscrição deverá ser feita pelo próprio candidato ou por procurador legalmente constituído, por meio de instrumento público ou particular, contendo poderes expressos para este fim, conforme modelo em **ANEXO IV**.

4.3. O candidato deverá apresentar cópia de documento oficial de identidade e cópia do

CPF, que serão retidos e anexos à Inscrição.

4.3.1. Os candidatos que desejarem concorrer à Prova de Títulos deverão apresentá-los no ato da inscrição, na forma do **ANEXO V**;

4.3.2. Não será admitida a apresentação de títulos posterior à data da inscrição;

4.3.3. A prova de títulos será apenas para as funções que exigem nível superior;

4.4. O candidato receberá, no ato da inscrição, o comprovante de inscrição.

4.5. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes neste edital, editais complementares e regulamento.

4.6. O candidato cujas informações prestadas não forem verdadeiras, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

4.7. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da posse ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado para posse o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

4.8. Da participação de candidatos portadores de necessidades especiais:

4.8.1. Aos candidatos portadores de deficiência estão reservados 5% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste Edital, de acordo com a Lei Federal nº. 7.853/89.

4.8.2. Nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99 considera-se pessoa portadora de deficiência todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fique substancialmente reduzido devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

4.8.3. Qualquer pessoa portadora de deficiência poderá inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado para ingresso nos cargos previstos.

4.8.4. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e apresentará o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

4.8.5. O candidato portador de deficiência deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

4.8.6. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

4.8.7. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que dispuser, na oportunidade.

4.8.8. Para que sejam considerados aprovados os candidatos portadores de deficiência deverão obter, durante todo o Processo Seletivo Simplificado, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

4.8.9. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

4.8.10. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os portadores de deficiência que não a comunicarem no ato da inscrição.

4.8.11. Por ocasião da contratação dos candidatos classificados o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

5. Das Provas;

5.1. O Processo Seletivo Simplificado será de Provas objetivas. As provas serão aplicadas em data, horário e local, definidos no Cronograma das Etapas do Processo Seletivo Simplificado, nos termos do **ANEXO XVIII.**

5.2. Da realização das provas teóricas:

5.2.1. O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 01 (uma hora) do horário especificado, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição e documento de identidade original.

5.2.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

5.2.2.1 O fiscal de sala e a Coordenação do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

5.2.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

5.2.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato;

5.2.4. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá, identidade funcional, título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 5.2.3;

5.3. Será excluído da seleção o candidato que:

5.3.1. Apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;

5.3.2. Apresentar-se para a prova em outro local que não seja o previsto;

5.3.3. Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

5.3.4. Não apresentar um dos documentos de identificação exigidos nos termos deste Edital;

5.3.5. Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

5.3.6. Forem surpreendidos em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;

5.3.7. Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação.

5.3.8. Não devolver integralmente o material solicitado;

5.3.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

5.4. As provas serão compostas de questões objetivas de múltipla escolha e abrangerão conteúdos programáticos publicados no Anexo VII deste edital. Cada questão terá apenas uma alternativa correta;

5.4.1 O candidato deverá assinalar com caneta esferográfica de tinta preta ou azul na prova, e transcrever para a folha de gabarito, que será o único documento válido para a correção.

5.4.2. O preenchimento da folha de prova será de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.3. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no caderno de prova. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital, tais como: dupla marcação e marcação rasurada ou emenda;

5.4.4. Objetiva de 0 (zero) a 10 (Dez).

5.4.5. As provas terão duração de no máximo 04 (Quatro) horas.

5.4.6. Não será permitida a revisão de prova.

5.4.7. Das características das provas objetivas:

5.4.8. As provas objetivas terão duração máxima de 04 (Quatro) horas contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

6. Dos Títulos

6.1. A prova de títulos será apenas para as funções que exigem nível superior.

6.2. Curso específico para o cargo pleiteado com carga horária mínima de 40h, efetuados a partir de 01/01/2015 apenas para as funções que exigem nível médio.

6.3. Experiência Profissional mínima de 6 (seis) meses, no desempenho de atividades correlatas com as desenvolvidas na área de conhecimento, em instituição pública ou privada, comprovada através de declaração, carteira de trabalho, contrato de trabalho ou outro documento idôneo para as funções de nível superior e médio.

6.4. Os candidatos que desejarem concorrer à Prova de Títulos deverão apresentá-los no

ato da inscrição, na forma do **ANEXO V**;

6.5. Não será admitida a apresentação de títulos posterior à data da inscrição;

7. Do Recurso

7.1. Os candidatos poderão interpor recurso quanto à homologação das Inscrições, gabarito e questões da prova escrita e resultado final, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir das respectivas publicações no Jornal Oficial dos Municípios, mural público dirigido à Comissão Organizadora, que o julgará em igual período. Formulário para recurso **ANEXO XVI, ANEXO XV**

7.1.1. No caso de recurso em pendência na data da realização da prova, o candidato participará condicionalmente da seleção.

7.2. Os candidatos deverão entregar dois conjuntos de recursos (original e cópia), com especificação de nome, inscrição e função do candidato;

7.3. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, com devida comprovação e argumentação lógica e consistente.

7.4. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste edital e/ou fora do prazo não serão avaliados e/ou aceitos.

7.5. Se da análise de recurso resultar anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8. Da Avaliação e Classificação

8.1. Será considerado **CLASSIFICADO** o candidato que obtiver a nota igual ou superior a 1,00 (um) na soma total dos pontos obtidos na prova objetiva.

8.2. O candidato que obter nota inferior a 1,00 (um) na prova objetiva, estará automaticamente desclassificado, e não serão computados eventuais pontos da produção escrita e/ou prova de títulos.

8.3. A classificação dos candidatos dar-se-á em rigorosa ordem decrescente do total de pontos.

8.4. Em caso de empate entre os candidatos na prova escrita, será usado como critério de desempate maior pontuação na prova de conhecimentos específicos;

8.5. Persistindo ainda empate entre os candidatos na forma do item anterior e após a prova de títulos será usado como critério de desempate o fator maior idade.

8.6. Os títulos obedecerão à pontuação conforme formação. **Anexo VI - Ficha de Pontuação.**

8.7. O candidato que deixar de comparecer à prova, estará eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

9. Do prazo de Validade do Processo Seletivo Simplificado

9.1. O Processo Seletivo Simplificado terá validade até 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses a critério da administração, desde que previsto em Lei.

10. Do Regime Jurídico

10.1. A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Contratual Celetista (CLT), sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

11. Da Homologação do Processo Seletivo Simplificado

11.1. O Processo Seletivo Simplificado será homologado via Resolução da Presidente, que será publicado no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM).

12. Da Convocação para firmar Contrato Temporário:

12.1 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, obedecida à classificação final, serão convocados por meio de Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município, via do site www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/, de acordo com a necessidade da Administração.

12.2 O candidato aprovado e classificado que não se apresentar, ou se apresentar com documentação incompleta, no prazo estipulado no Edital de Convocação, perderá o direito à vaga, sendo considerado desistente do Processo Seletivo Simplificado.

12.3 A aprovação e a classificação definitiva geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

13. Das Exigências para a Contratação

13.1. O aproveitamento dos candidatos aprovados obedecerá ao critério estabelecido pelo CISA, atendendo rigorosamente a ordem de classificação, ficando o chamamento dos candidatos aprovados condicionados à necessidade do CISA.

13.2. Os candidatos aprovados serão convocados para contratação através de Edital, o qual será publicado no quadro de avisos do CISA e Jornal Oficial dos Municípios (AMM), obedecendo à ordem de classificação;

13.3. As vagas, Cargos, Carga Horária Semanal e Valores, estão apresentados no Anexo I, ficando os demais candidatos classificados e, em havendo necessidade os mesmos poderão ser convocados;

13.4. A convocação será feita por Edital Publicado no quadro de avisos do CISA e Jornal Oficial dos Municípios ao qual o candidato classificado terá o prazo de 15 dias (quinze dias) para comparecer para o preenchimento da vaga para qual foi classificado, após o qual perderá o direito a vaga considerando desistente e, portanto eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13.5. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto ao Departamento de Recursos Humanos do CISA.

13.6. Caso haja desistência ou ampliação do número de vagas, o CISA promoverá tantas nomeações quantas se fizerem necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas, observando-se a ordem rigorosa de classificação.

13.7. A aprovação e a classificação definitiva geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à contratação para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA se reserva no direito de proceder às convocações dos candidatos aprovados para as contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as funções de vagas existentes, durante a validade da seleção.

13.8. A jornada de trabalho para as funções objeto deste Processo Seletivo Simplificado será conforme o estabelecido pela Secretaria Executiva do CISA, obedecendo aos dias de trabalho estipulados em calendário específico aprovado.

13.9. Os salários contratuais das funções, para os cargos previstos neste Edital, correspondem aos valores estipulados no Lotacionograma do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

14. Dos Documentos Necessários Para a Contratação.

14.1. Por ocasião da contratação, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado:

14.1.1. Cumprir todas as determinações do presente Edital;

14.1.2. Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade;

14.1.3. Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

14.1.4. Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos.

14.1.5. Original e cópia de documento oficial de identificação com fotografia;

14.1.6. Original e cópia do Cadastro Pessoa Física (CPF);

14.1.7. Original e cópia de Título de Eleitor;

14.1.8. Original e cópia do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

14.1.9. Original e cópia de do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

14.1.10. Original e cópia de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

14.1.11. Original e cópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos ou maiores, se dependentes;

14.1.12. Original e cópia do Cartão PIS/PASEP;

14.1.13. Original e cópia de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

14.1.14. Original e cópia do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

14.1.15. Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

14.1.16. Original e cópia de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

14.1.16.1. Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

14.1.16.2. Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

14.1.17. Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

14.1.17.1. Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

14.1.17.2. Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

14.1.17.3. Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

14.1.18. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

14.1.19. Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

14.1.20. Documento que comprove conta corrente ou poupança.

14.1.21. A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

15. Das disposições gerais e Finais:

15.1. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado fará divulgar, sempre que se fizer necessário, editais complementares e/ou avisos oficiais, através do Jornal Oficial dos Municípios e, adicionalmente, em outros meios, referentes ao presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar tais publicações;

15.2. Será expressamente vedada a posterior substituição, inclusão ou complementação de qualquer documento exigido na inscrição;

15.3. A inscrição para todo e qualquer efeito de direito expressa o conhecimento e a total aceitação, por parte do Candidato, de todas as condições estabelecidas neste edital; editais complementares e regulamento;

15.4. Não haverá segunda chamada para as provas, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência;

15.6. Em nenhuma hipótese haverá na via administrativa, vista ou revisão de provas;

15.7. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, falsificados ou inexatos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes em qualquer época, além de sujeitar o candidato às penalidades cabíveis;

15.8. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da ficha de inscrição;

15.9. O candidato que chegar após o horário marcado para o início das provas ou utilizar-se de meio ilícito para a sua realização, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado;

15.10. O resultado deste Processo Seletivo Simplificado será divulgado através de edital e conterá: o número da inscrição, o nome do candidato e o total de pontos;

15.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

16. Os Anexos que compõem o edital:

16.1. ANEXO I - LOTAÇÃO – FUNÇÕES – CARGA HORÁRIA – VAGAS – HABILITAÇÃO MÍNIMA – REMUNERAÇÃO;

16.2. ANEXO II – **DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES;**

16.3. ANEXO III – FORMULÁRIO DE FICHA DE INSCRIÇÃO;

16.4. ANEXO IV – FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO;

16.5. ANEXO V – FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULO;

16.6. ANEXO VI – FICHA DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS E EXEMPLOS DE CÁLCULO;

16.7. ANEXO VII – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO;

16.8. ANEXO VIII – CONTEÚDO E QUESTÕES DAS PROVAS;

16.9. ANEXO IX – LAUDO MÉDICO - PORTADOR DE DEFICIÊNCIA;

16.10. ANEXO X – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO);

16.11. ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS;

16.12. ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS PÚBLICOS;

16.13. ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES;

16.14. ANEXO XIV – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA;

16.15. ANEXO XV – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES;

16.16. ANEXO XVI – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS;

16.17. ANEXO XVII – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O RESULTADO DA PRODUÇÃO ESCRITA (REDAÇÃO) E/OU PROVA DE TÍTULOS;

16.18. ANEXO XVIII – CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

São Félix do Araguaia – MT, 22 de março de 2019.

Dulce Fernanda Rodrigues Gomes

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I

LOTAÇÃO – FUNÇÕES – CARGA HORÁRIA – VAGAS – HABILITAÇÃO MÍNIMA - REMUNERAÇÃO

LOTAÇÃO	Função/Especialidade	Carga Horária Semanal	Habilitação Mínima Exigida (Para as profissões regulamentadas por legislação federal, exige-se também registro e regularidade no Conselho de Classe)	Vencimento Bruto Mensal R$	Número de vagas			
					Normal	CR	PNE	Total
CISA	Médico Anestesiologista	40 HS	Ensino Superior + Especialização em Anestesiologia	R$ 11.910,67	01			01
CISA	Médico Cirurgião Geral	40 HS	Ensino Superior + Especialização em Cirurgia Geral	R$ 11.910,67	01			01
CISA	Médico Pediatra	40 HS	Ensino Superior + Especialização em Pediatria	R$ 11.910,67	01			01
CISA	Médico Ortopedista	40 HS	Ensino Superior + Especialização em Ortopedia	R$ 11.910,67	01			01
CISA	Médico Clínico Geral Plantonista – DIURNO E NOTURNO	Plantão 12h conforme	Ensino Superior e Registro no Conselho	R$ 700,00	00	01		01
CISA	Auxiliar de Serviços Gerais	12x36	Ensino Fundamental Completo	R$ 998,00+20% de insalubridade	00	05		05
CISA	Cozinheira	12x36	Ensino Fundamental Completo	R$ 998,00 + 20% de insalubridade	00	04		04
CISA	Recepcionista	12x36	Ensino Médio Completo	R$ 998,00+20% de insalubridade	01	07		08
CISA	Técnico de Enfermagem	12x36	Ensino Médio Completo e Registro no Conselho	R$1.150,00 + 20% de insalubridade	03	07		10
CISA	Técnico de Radiologia	12x36	Ensino Médio Completo e Registro no Conselho	R$1.150,00+40% de insalubridade	01	02		03
Cisa	Assistente Social	20 hs	Ensino Superior e Registro no Conselho	R$2.070,00 + 20% de insalubridade	00	03		03
CISA	Bioquímico	30 hs + Plantões FDS	Ensino Superior e Registro no Conselho	R$ 2.070,00+ 20% insalubridade	00	02		02
CISA	Contador	20 HS	Ensino Superior e Registro no Conselho	R$ 3.000,00	00	01		01
CISA	Farmacêutico	40 hs	Ensino Superior e Registro no Conselho	R$ 3.200,00 + 20% de insalubridade	00	01		01

ANEXO II

Descrição e atribuições das funções.

EMPREGO PÚBLICO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO
Assistente Social	**ATRIBUIÇÕES:** Realizar parecer social. Realizar visitas diárias em todos os pacientes internados. Cabe ao Assistente Social atuar diretamente no atendimento dos pacientes que se encontram internados, bem como seus familiares, tendo como conduta básica de sua atuação, a capacidade de decifrar a realidade e propor estratégias diante as situações em que se encontram o ser humano. O Assistente Social deve atuar com o compromisso de ser mediador das relações sociais e da garantia de direitos desses usuários. Nos ambientes em que atua, o assistente social intervém planejando, organizando e promovendo o atendimento de forma integral e humanizada, identificando os aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados ao processo do adoecer. O profissional também encaminha e intermedia solicitações provenientes da hospitalização, oferecendo ao paciente novas perspectivas diante do tratamento, orientando e esclarecendo os familiares sobre a importância de participarem do processo de hospitalização, resgatando e reconstruindo vínculos, que muitas vezes se encontram fragilizados.
Farmacêutico	**ATRIBUIÇÕES:** Manipular drogas de várias espécies; aviar receitas, de acordo com as prescrições médicas; manter registros do estoque de drogas; fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários à farmácia; conferir, guardar e distribuir drogas e abastecimentos entregues à farmácia; ter sob sua custódia drogas tóxicas e narcóticos; realizar inspeções relacionadas com a manipulação farmacêutica e aviamento do receituário médico; efetuar análises clínicas ou outras dentro de sua competência; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; administrar e organizar o armazenamento de produtos farmacêuticos e medicamentos, adquiridos pelo Hospital; controlar e supervisionar as requisições e/ou processos de compra de medicamentos e produtos farmacêuticos; prestar assessoramento técnico aos demais profissionais da saúde, dentro do seu campo de especialidade; executar o farmacêutico quando designado; zelar pela limpeza, ordem e controle do local de trabalho; comunicar qualquer irregularidade detectada; realizar a dispensação de medicamentos; Conferir datas de vencimento, lotes, conservação das drogas, realizar compras de medicamentos juntamente com superior, manter atualizados os registros de ações de sua competência; cumprir e fazer cumprir as normas do setor; executar outras tarefas correlatas a sua área de competência; executar tarefas afins. Programar, executar e responder tecnicamente pelo desempenho das atividades; Seguir o calendário referente à execução e entrega dos relatórios mensais; organizar os pedidos de medicamentos; conferir as guias NOTAS FISCAIS de remessa de medicamentos COMPRADOS e/ou outros; gerenciar os programas desenvolvidos pelo Consórcio; promover assistência farmacêutica individual e coletiva de acordo com a orientação do Manual Boas Práticas de dispensação de medicamentos; manter os livros de Registros atualizados; promover, no âmbito da farmácia, o controle, a dispensação e a guarda de medicamentos, drogas e matérias-primas, fármacos, psicotrópicos e entorpecentes que requerem regime especial de controle; Elaborar manuais de procedimento padrão; realização de exames; programar, orientar, executar, supervisionar e responder tecnicamente pelo desempenho das atividades, realização de controle de qualidade realizar distribuição dos medicamentos nos postos, centro cirúrgico entre outros.
Auxiliar de Serviços Gerais	**ATRIBUIÇÕES:** Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, mantendo a estética e apresentação do local, atender aos cidadãos que se dirigirem às suas pessoas, prestando as informações solicitadas com educação, encaminhando para quem possa melhor atendê-lo. Executar limpeza de pátio, conforme determinação superior, zelando pelo bem público, reparando os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias dos servidores. Carregar e descarregar veículos em geral, transportar mercadorias e materiais de construção, bem como todos os demais serviços braçais que sejam necessários e determinada sua execução por superior. Fazer mudanças. Proceder a abertura de valas. Proceder a limpeza de fossas. Efetuar serviços de capina em geral, coletar lixo, varrer, lavar e remover o lixo e detritos do Hospital. Proceder a limpeza dos locais de trabalho. Recolher lixo a domicílio com os equipamentos disponíveis. Auxiliar em tarefas de construção, calçamento. Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem contagem de materiais. Auxiliar em serviços de abastecimento de gerador de energia (motor) conforme determinação do superior. Auxiliar na aplicação de inseticidas e fungicidas. Executar faxinas, terminais em Centro Cirúrgico e Enfermarias. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação dos equipamentos utilizados no Centro Cirúrgico e Enfermarias como um todo na área hospitalar. Exercer serviços de vigia e guarda de bens públicos e tarefas correlatas, lavar, secar e passar roupas hospitalares; distribuir e recolher roupas por setor, bem como transportar as roupas; efetuar limpeza e conservação diária dos quartos, corredores e banheiros, para o qual deve usar Equipamento de Proteção Individual tais como: botas, luvas, máscaras e aventais, utilizando como instrumento de trabalho, balde, vassouras, escovas, pano de chão, produtos de limpeza, como sabão em pó, saponáceo, desinfetante, água sanitária, entre outros; efetuar uma higienização completa nas dependências da instituição, limpando paredes, teto, camas, vidros, entre outros, utilizando produtos apropriados a cada caso; executar serviços gerais conforme orientação; executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área. Atividades Cumprir jornada de trabalho, conforme rotina da unidade, Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

Bioquímico	**ATRIBUIÇÕES:** **1.** Análises laboratoriais diversas (análises de fármacos, biofármacos, águas, alimentos, toxicológicas, clínicas e diagnóstico molecular, biotecnológicas, agroquímicas etc); Desenvolver e interpretar a rotina de todos os setores laboratoriais bioquímica, imunologia, microbiologia, virologia, mitologia e outros, valendo espectrometria de massas, técnicas específicas para completar o diagnóstico de doenças; Manter controle de qualidade no setor laboratorial; preparar boletins informativos com a finalidade de fornecer subsídios para a classe médica; Orientar e controlar atividades de equipes auxiliares; Dar pareceres sobre a compra de materiais e equipamentos laboratoriais, fornecendo as especificações técnicas necessárias; Preparar reagentes, soluções, meios de cultura e outros, para aplicação em análises clínicas; Efetuar controle de qualidade de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados, realizando análise de laboratório, para assegurar-se de que os mesmos atendem às especificações propostas; Executar, Técnicas cromatográficas para purificação de peptídeos e proteínas em baixa, média e altas pressões. Programar, orientar, supervisionar, executar e responder tecnicamente pelo desempenho das atividades laboratoriais nas áreas de análises clínicas; Supervisionar e realizar testes e análises, investigando amostras, preparando e observando lâminas, para isolar e identificar bactérias e outros micro-organismos; Promover o controle de qualidade dos exames laboratoriais realizados; realizar coletas e analisar dosagens bioquímicas no sangue e outros líquidos corporais; Inspecionar e executar análises técnicas hematológicas, fazendo a contagem específica dos elementos do sangue para fornecer diagnósticos da composição sanguínea, e executar análises técnicas sorológicas, verificando as alterações no soro sanguíneo mediante a aplicação de métodos imunológicos, flurimétricos e turbidimétricos; Supervisionar e executar, lauda exames necessários utilizados na rotina e quando solicitados pelo médico auxilio diagnóstico, testes e exames hematológicos, sorológicos, bacteriológicos, parasitológicos e outros; orientar e supervisionar o trabalho de auxiliares na realização de exames e testes relativos à patologia clínica; elaborar relatórios e pareceres diagnósticos, resultantes de testes, análises e experiências; preencher e assinar laudos resultantes dos exames realizados no laboratório; controlar a qualidades dos exames realizados no laboratório; participar da programação e execução do aperfeiçoamento de pessoal; realizar compra de materiais, equipamento e aparelhos necessários ao desenvolvimento das atividades do laboratório, bem como providenciar a manutenção dos mesmos; substitui e zelar por equipamentos Cumprir jornada de trabalho, conforme rotina da unidade, participar da escala de cobertura de final de semana.
Contador	**ATRIBUIÇÕES:** Promover os registros contábeis; Controlar a execução orçamentária; Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Participar na elaboração de propostas orçamentárias; Classificar receitas; Emitir empenhos de despesas; Relacionar notas de empenho, sub-empenho e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com despesas orçamentárias; Efetuar balanços e balancetes; Registrar todos os valores de bens existentes no patrimônio municipal; Controlar os serviços orçamentários, inclusive a alteração orçamentária; Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes; Elaborar registros contábeis da execução orçamentária; Manter atualizada as fichas de despesas e arquivos de registros contábeis; Conferir boletins de caixa; Relacionar restos a pagar; Relacionar e classificar a despesa e os empenhos de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação; Controlar as receitas, bem como conferir, diariamente extratos contábeis; Assinar balanços e balancetes; Desempenhar outras tarefas semelhantes Organizar e executar de serviços de contabilidade em geral: empenhos, liquidações, ordem e baixa de pagamento de fornecedores, prestadores e pessoal para efeito de pagamento; elaborar resoluções para a criação e suplementação de dotações orçamentárias; conciliações bancárias; elaborar o Plano de Diretrizes Básicas, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual e o APLIC; organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações; elaboração e envio dos sistemas criados pelo Tribunal de Contas (DO ESTADO MT- TCE); elaboração dos processos de prestação de contas de convênios e outros repasses; executar outras tarefas relacionadas com a sua formação, função e área de atuação ou ainda previstas no Estatuto e/ou Regimento Interno do CISA : Organizar e executar serviços de contabilidade em geral, elaborando relatórios gerenciais. Escriturar os livros de contabilidade obrigatórios, bem como todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações. Elaborar plano de contas; definir a classificação de receitas e despesas; elaborar balancetes, balanços e demonstrações contábeis e financeiras de forma analítica e sintética. Proceder à incorporação e consolidação de balanços e realizar a avaliação contábil de balanços. Auditar processos de realização de despesas em todas as suas etapas, ou seja, reserva, empenho, liquidação e pagamento. Elaborar, controlar e acompanhar a execução orçamentária. Realizar as conciliações de contas bancárias e contábeis. Elaborar relatórios sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Elaborar e avaliar os relatórios e demonstrativos bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais e anuais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Analisar a incidência de tributos, contribuições e demais retenções. Organizar os serviços contábeis quanto ao planejamento, estrutura, estabelecimento de fluxogramas e cronogramas. Acompanhar e avaliar a aplicação de recursos provenientes de transferências governamentais. Orientar a elaboração de folhas de pagamento. Apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação orçamentária, contábil e financeira, no âmbito municipal, visando ao aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos. Assessorar comissões de licitação. Executar serviços gerais de expediente ligados à área contábil, orçamentária e financeira; prestar conta dos recursos e atender às demais demandas da contabilidade. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.
Cozinheira	**ATRIBUIÇÕES:** Zelar pela limpeza, organização e funcionalidade do local de trabalho. Organizar os gêneros alimentícios, principalmente no que diz respeito ao seu preparo e armazenamento. Preparar e cozinhar os alimentos necessários para atender à demanda do setor encarregado do fornecimento de refeições, lanches, etc. Realizar a limpeza geral da cozinha e de todo o material (utensílios) utilizado na mesma. Preparar lanches, café, chá, refrescos e outros afins conforme cardápio elaborado pela nutricionista. Realizar serviços limpeza interna e externa, inclusive faxina. Prestar informações com esmero. Cuidar, zelar, solicitar para que haja o uso racional de produtos e alimentos. Executar outras atividades necessárias e compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Consórcio.
Médico Clínico Geral - Plantonista	**ATRIBUIÇÕES:** Recepcionar e identificar o paciente, explicando os procedimentos a serem realizados; atuar como médico em equipe multiprofissional, inclusive residentes em treinamento, no desenvolvimento de projetos terapêuticos individuais, familiares e coletivos em Unidades de Saúde e nas comunidades locais, realizando clínica ampliada, realizar atendimento ao acidentado do trabalho; emitir atestado de óbito; realizar procedimentos cirúrgicos simples, primeiros socorros e urgências com encaminhamentos com ou sem preenchimento dos prontuários; articular os recursos inter setoriais disponíveis para diminuição dos agravos à saúde dos pacientes; estar disponível como apoio matricial de capacitação, prestar assistência médica na especialidade aos pacientes designados pela instituição, conforme fluxos e protocolos estabelecidos, definindo as medidas e executando as condutas necessárias, obedecendo aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; Receber, avaliar e estabilizar pacientes críticos; Monitorar e prestar assistência médica aos pacientes em observação; Acompanhar a execução de exames/procedimentos de imagem, com objetivo de garantir a segurança do paciente e qualidade do exame; Responsabilizar-se pelo atendimento a todas as intercorrências de urgência ou emergência a que forem passíveis os pacientes alocados na instituição; Contribuir na elaboração e no cumprimento dos protocolos assistenciais relacionados à sua especialidade; Acompanhar o transporte de pacientes, quando necessário; Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes (manual ou eletrônico), incluindo nota de internação, prescrições e evoluções médicas diárias, descrição cirúrgica, nota de sala, nota de anestesia, lista de problemas, notas de transferência ou alta, laudos, atestados, termos de consentimento, pesquisa de alergia, bem como as informações para correta, aos familiares e acompanhantes dos pacientes, prestando informações necessárias e pertinentes ao fluxo do atendimento; Participar de sindicâncias e outros processos administrativos da instituição, quando solicitado; Participar de atividades de educação permanente; Participar do cumprimento das metas na sua área de especialidade; Manter postura adequada e atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional e demais áreas da instituição; Realizar revezamento para cobertura das escalas incluindo finais de semana, feriados e substituição de férias; Executar todas as rotinas e normas administrativas (incluindo registro de frequência) e de saúde do trabalhador conforme determinado pela Unidade de Gestão de Pessoas; Executar suas atividades utilizando adequadamente os insumos e equipamentos padronizados na instituição, auxiliando na análise crítica da qualidade dos mesmos; Executar demais atribuições da especialidade bem como atividades gerais de competência médica.
Médico Pediatra	**ATRIBUIÇÕES:** Prestar assistência médica na especialidade a pacientes pediátricos designados pela instituição, conforme fluxos e protocolos estabelecidos, definindo as medidas e executando as condutas necessárias, obedecendo aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; Receber, avaliar e estabilizar pacientes pediátricos críticos; Definir internação de pacientes pediátricos; Acompanhar a execução de exames/procedimentos de imagem, com objetivo de garantir a segurança do paciente e qualidade do exame; Responsabilizar-se pelos pacientes internados para a especialidade, bem como pelo atendimento às intercorrências de urgência e emergência durante sua jornada de trabalho; Realizar atendimento em emergência pediátrica, sala de parto, alojamento conjunto, internação pediátrica e unidade de cuidados intermediários; Promover os contatos necessários para transferências externas e contra-referências para a unidade de origem do usuário, quando concluído o acompanhamento ambulatorial ou na alta hospitalar; Prestar consultas de forma presencial aos pacientes em atendimento ambulatorial ou hospitalar; Contribuir, elaborar, implantar e executar os protocolos assistenciais relacionados à sua especialidade; Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento ao pacientes (manual ou eletrônico), incluindo nota de internação, prescrições e evoluções médicas diárias, descrição cirúrgica, nota de sala, nota de anestesia, lista de problemas, notas de transferência ou alta, laudos, atestados, termos de consentimento, pesquisa de alergia, bem como as informações para correta averiguação do hospital; Atender aos familiares e acompanhantes dos pacientes, prestando informações necessárias e pertinentes ao fluxo do atendimento; Participar de sindicâncias e outros processos administrativos da instituição, quando solicitado; Auxiliar na supervisão de profissionais técnicos, residentes e estagiários, participando de atividades de educação permanente; Participar das comissões técnicas; Participar do cumprimento das metas na sua área de especialidade; Manter postura adequada e atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional e demais áreas da instituição; Executar todas as rotinas e normas administrativas (incluindo registro de frequência) e

	de saúde do trabalhador conforme determinado pela Unidade de Gestão de Pessoas; Executar suas atividades utilizando adequadamente os insumos e equipamentos padronizados na instituição, auxiliando na análise crítica da qualidade dos mesmos; Cumprir jornada em regime horizontal, preferencialmente de segunda a sexta-feira e, conforme rotina da unidade, participar da escala de cobertura de final de semana; Contribuir para o planejamento e monitoramento do cuidado em rede, incluindo participação em reuniões agendadas Executar demais atribuições da especialidade bem como atividades gerais de competência médica, dar assistência à criança e ao adolescente, nos aspectos curativos e preventivos, este abrangendo ações em relação a imunizações (vacinas), aleitamento materno, prevenção de acidentes, além do acompanhamento e das orientações necessárias a um crescimento e desenvolvimento saudáveis; executar tarefas afins e inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; realizar exames médicos, avaliando o estado de saúde de pacientes, dando parecer em diagnósticos, analisando sintomas e receitando medicamentos ou outras formas de tratamento, de acordo com o tipo de enfermidade apresentado; solicitar exames de laboratório; seguir o princípio da ética profissional; requisitar os materiais, equipamentos e demais elementos de trabalho, encaminhando ao consórcio para assegurar os cumprimentos necessários dos trabalhos; supervisionar os trabalhos a serem executados, dando instruções, procurando adaptar os trabalhadores aos métodos de trabalho e dando-lhes, quando necessário, um treinamento em serviço, para tornar esses métodos perfeitamente assimilados pelos executores; elaborar relatórios periódicos, indicando os trabalhos executados ou em execução, resultados de inspeção, ocorrências e assuntos de interesse, para informar os superiores ou para outros fins; cumprir rigorosamente a jornada de trabalho e acatar as ordens manifestamente legais de seus superiores; prestar socorro médico em caso de emergência; executar outras tarefas correlatas, distribuindo, orientando e coordenando as tarefas individuais ou em grupos, assegurando o processo de execução dentro de prazos e normas estabelecidas.
Médico Anestesista	**ATRIBUIÇÕES:** Preparo anestésico (Consultório de avaliação pré-anestésica: organização, Vantagens. Avaliação pré-anestésica: anamnese, exame clínico, exames complementares. Avaliação do risco e do estado físico. (Pacientes em uso agudo e crônico de medicamentos). • Farmacologia dos anestésicos locais. • Farmacologia dos anestésicos venosos. • Farmacologia dos anestésicos inalatórios. • Farmacologia do sistema respiratório. • Farmacologia do sistema cardiovascular. • Farmacologia do sistema nervoso. • Transmissão e bloqueio neuromuscular. – Anestesia venosa (Anestesia venosa total; Anestesia alvo controlada) Anestesia inalatória. • Bloqueio subaracnóideo e peridural. • Bloqueios periféricos (bloqueio do plexo braquial; bloqueio de nervos periféricos Anatomia, técnicas, indicações, contra indicações e complicações. • Recuperação pós-anestésica. Monitorização. Técnicas, indicações e complicações; • Monitorização da função cardiovascular (com monitorização invasiva e eco trans operatório); • Monitorização da função respiratória; • Monitorização da função renal; • Monitorização da transmissão neuromuscular. Monitorização da temperatura corporal; Prestar assistência médica na especialidade aos pacientes adultos e pediátricos designados pela instituição, conforme fluxos e protocolos estabelecidos, definindo as medidas e executando as condutas necessárias, obedecendo aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; Realizar avaliação pré-anestésica para realização de procedimentos e cirurgias de urgência, emergência e eletivas, conforme demanda; Proceder ao atendimento dos pacientes acolhidos no Centro Cirúrgico e Centro Obstétrico, em todas as etapas do ato anestésico; Responsabilizar-se pelo monitoramento e liberação dos pacientes da sala de recuperação pós-anestésica; Contribuir, elaborar, implantar e executar os protocolos assistenciais relacionados à sua especialidade; Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes (manual ou eletrônico), incluindo nota de internação, prescrições e evoluções médicas diárias, descrição cirúrgica, nota de sala, nota de anestesia, lista de problemas, notas de transferência ou alta, laudos, atestados, termos de consentimento, pesquisa de alergia, bem Atender aos familiares e acompanhantes dos pacientes, prestando informações necessárias e pertinentes ao fluxo do atendimento; Participar de sindicâncias e outros processos administrativos da instituição, quando solicitado; Auxiliar na supervisão de profissionais técnicos, residentes e estagiários, participando de atividades de educação permanente; Participar do cumprimento das metas na sua área de especialidade; Participar das comissões técnicas; Manter postura adequada e atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional e demais áreas da instituição; Realizar revezamento para cobertura das escalas incluindo finais de semana, feriados e substituição de férias; Executar todas as rotinas e normas administrativas (incluindo registro de frequência) e de saúde do trabalhador conforme determinado pela Unidade de Gestão de Pessoas; Executar suas atividades utilizando adequadamente os insumos e equipamentos padronizados na instituição, auxiliando na análise crítica da qualidade dos mesmos; Executar demais atribuições da especialidade bem como atividades gerais de competência médica.
Médico Cirurgião Geral	**ATRIBUIÇÕES:** Prestar assistência médica na especialidade aos pacientes designados pela instituição, conforme fluxos e protocolos estabelecidos, definindo as medidas e executando as condutas necessárias, obedecendo aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; Responsabilizar-se pelos pacientes internados para a especialidade, bem como pelo atendimento às intercorrências de urgência e emergência durante sua jornada de trabalho; Atuar em regime de co-manejo, conforme protocolo institucional, com suporte diário aos pacientes atendidos por outras especialidades; Promover os contatos necessários para transferências externas e contra-referências para a unidade de origem do usuário, quando concluído o acompanhamento ambulatorial ou na alta hospitalar; Prestar consultorias de forma presencial aos pacientes em atendimento ambulatorial ou hospitalar; Realizar avaliação pré e pós-operatória para procedimentos e cirurgias de urgência, emergência e eletivas, em pacientes internados ou ambulatoriais; Executar procedimentos e cirurgias, tais como sutura, flebotomia, desbridamento, instalação e substituição de cânula de traqueostomia, acessos (venoso e arterial) entre outros, em pacientes designados pela instituição; Realizar auxílio em cirurgias de urgência, emergência e eletivas, conforme protocolos da equipe cirúrgica da instituição; Contribuir, elaborar, implantar e executar os protocolos assistenciais relacionados à sua especialidade; Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes (manual ou eletrônico), incluindo nota de internação, prescrições e evoluções médicas diárias, descrição cirúrgica, nota de sala, nota de anestesia, lista de problemas, notas de transferência ou alta, laudos, atestados, termos de consentimento, pesquisa de alergia, bem como as informações para correta averiguação Atender aos familiares e acompanhantes dos pacientes, prestando informações necessárias e pertinentes ao fluxo do atendimento; Participar de sindicâncias e outros processos administrativos da instituição, quando solicitado; Auxiliar na supervisão de profissionais técnicos, residentes e estagiários, participando de atividades de educação permanente; Participar das comissões técnicas; Participar do cumprimento das metas na sua área de especialidade; Cumprir jornada em regime horizontal, preferencialmente de segunda a sexta-feira e, conforme rotina da unidade, participar da escala de cobertura de final de semana; Manter postura adequada e atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional e demais áreas da instituição; Executar todas as rotinas e normas administrativas (incluindo registro de frequência) e de saúde do trabalhador conforme determinado pela Unidade de Gestão de Pessoas; Contribuir para o planejamento e monitoramento do cuidado em rede, incluindo participação em reuniões agendadas com as Áreas Assistenciais e Síntese; Resposta Neuroendócrino ao Trauma; Cicatrização dos tecidos;Tratamento das Feridas; Infecção em Cirurgia; Nutrição em Cirurgia. Abordagem inicial e complementar do grande traumatizado; Anatomia de Superfície - Mecanismos de injúria - Registro médico legal; Desobstrução de via aérea, oxigenação e ventilação; Contenção de Hemorragias - Acesso Vascular - Punção Intra-óssea; Trauma torácico; Trauma Abdominal e Pélvico; Cricotireoidotomia/toracocentese/pericardiocentese / lavagem peritoneal/ Flebotomia;Trauma Cranioencefálico;Trauma Raquimedular; Trauma de Extremidades; Atendimento inicial ao grande queimado; Imobilização e Remoção;Trauma na infância e na gestação;Estabilização e Transporte - triagem e transferência; Resposta Sistêmica ao Trauma;Feridas: Tipos, Tratamento, Antibioticoterapia e Imunização Antitetânica, Cicatrização de Feridas, Cicatrizes hipertróficas e quelóides, Queimaduras, Atendimento inicial ao trauma facial, Enxertia e Retalhos, Trauma de partes moles, Trauma vascular, Trombose venosa profunda , varizes e membros inferiores, aneurisma de aorta abdominal, insuficiência arterial crônica, Oclusão arterial aguda, Pé diabético, Doença cérebro vascular, Isquemia Mesentérica, Acessos Vasculares, Emergências urológicas (trauma renal, cólica renal, retenção urinária aguda, escroto agudo parafimose), Infecção urinária, Hiperplasia e neoplasias da próstata , Anatomia do Coração, Bases da Circulação Extracorpórea/ Cuidado Intensivo pósoperatório/ Tratamento Cirúrgico das Cardiopatias Adquiridas/ Doença Isquêmica do Coração/ Valvopatia Mitral/ Valvopatia Aórtica / Valvopatia Tricúspide / Doenças da Aorta / Insuficiência Cardíaca/ Alterações do Ritmo do Coração/ Tratamento Cirúrgico das Cardiopatias Congênitas/ Comunicação Interatrial/ Comunicação Interventricular/ Persistência do Canal Arterial/ Janela Aorto-Pulmonar/ Defeitos do Septo Atrioventricular/ Tetralogia e Fallot/ Atresia Pulmonar com Comunicação interventricular/ Atresia Pulmonar com septo interventricular íntegro/ Transposição das Grandes Artérias/ Drenagem Anômalas das veias pulmonares/ Coarctação da Aorta/ Estenose Aórtica/ Atresia Aórtica/ Hemorragia Subaracnóide – Aneurisma Cerebral/ Hidrocelafia – Processos Infecciosos no SNC/ Tumores Selares/ Traumatismo CrânioEncefálico/ Discopatia Cervical Lombo Sacra/ Gliomas/ Tratamento Neurocirúrgico da Dor/ Resposta Metabólica ao Trauma Cirúrgico na Criança/ Vias de Acesso Vascular/ Suporte Nutricional/ Princípios Gerais do atendimento da criança Traumatizada/ Diagnóstico Pré-natal das Malformações/ Peritonites e Abscessos Abdominais/ Cistos e Fístulas Cervicais/ Torcicolo Congênito/ Hérnia Diafagmática/ Massas Mediastinais / Atresia de Esôfago/ Refluxo Gastroesofágico/ Empiema e Mediastinite/ Pneumotórax, Pnemomediastino e Intersticial/ Dor abdominal/ Peritonite Meconial/ Enterocolite Necrosante/ Apendicite Aguda/ Duplicação do Trato Gastrointestinal/ Rotação Intestinal Incompleta/ Defietos das regiões Umbilical e Paraumbilical/ Afecções Cirúrgicas da Região inguinal/ Distopias Testiculares/ Estenose Hipertrófica do Piloro/ Obstrução Duodenal/ Atresia Intestinal/ Invaginação Intestinal/ Moléstia de Hirschsprung/ Anomalias Ano-Retais/ Atresia das Vias Biliares/ Neuroblastoma/ Tumor de Wilms/ Tumores Hepáticos/ Teratomas/ Hipospádia/ Anomalias do desenvolvimento renal/ Anomalias do desenvolvimento do sexo/ Estenose da junção uretero-piélica/ Válvula de Uretra Posterior/ Refluxo Vesicouretral/ Avaliação pré-operatória/ Propriedades Farmacológicas dos Anestésicos Gerais/ Manutenção de Vias Aéreas/ Monitorização Per-operatória / Drogas com ação no sistema nervoso autônomo/ Fisiopatologia da Dor/ Tratamento da Dor/ Drogas com ação cardiovascular/ Hemoterapia em anestesia/ Reanimação cardiorespiratória/ Tumores do Esôfago/ Doenças do Refluxo Gastro-Esofágico/ Megaesôfago Chagásico/ Ulcera Péptica Gastroduodenal/ Hemorragia Digestiva Alta/ Hemorragia Digestiva Baixa/ Tumores do Estômago e Duodeno/ Terapia Nutricional/ Fístulas Digestivas/ Tumores do Intestino Grosso/ Apendicite Aguda/ Doenças Inflamatórias Intestinais/ Abdome Agudo/ Hemorróidas/ Fístula Perianal/ Fissura Anal/ Tumores do Fígado/ Cirrose Hepática/

	Litíase Biliar/ Colecistite Aguda e Crônica/ Pancreatite aguda e crônica/Tumores do Pâncreas/ Hérnias abdominais/ Cicatrização/ Incisões e drenagens do abdome, Conceituação e Nomenclatura de Técnica Cirúrgica; Assepsia, Antissepsia, e Desinfecção.
Médico Ortopedista	**ATRIBUIÇÕES:** Prestar assistência médica em ortopedia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; II - clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; III - realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; IV – analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; V - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; VI - manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; VII - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VIII - coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; IX – elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; X - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; XI - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; XII – respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI – executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Recepcionista	**ATRIBUIÇÕES:** Executar serviços de recepção e portaria; manter o controle de entrada e encaminhamento e saída de pessoas; atender, completar e registrar ligações telefônicas internas e externas; receber, anotar e transmitir recados; organizar listas de endereços telefônicos de interesse da Administração; zelar e responsabilizar-se pela limpeza, conservação e funcionamento do equipamento de trabalho; Manter fichário organizado, zelar, proteger e cuidar do mesmo, digitar documentos e tabelas e operar programas de computador, realizar outras tarefas afins de acordo com as atribuições próprias da natureza do trabalho do setor onde estiver lotado.
Técnico em Enfermagem	**ATRIBUIÇÕES:** Executar serviços Técnicos de enfermagem; atender os paciente e encaminha-los aos consultórios; preparar os pacientes para consultas e exames; conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis; dar assistência aos médicos em atendimento; exercer atividades de saúde de nível médico-técnico, sob a supervisão de enfermeiro, atribuídas a equipe de enfermagem; realizar triagem e controle de sinais vitais, prestar assistência aos pacientes, realizar coleta sangue para exames; participar de campanhas desenvolvidas pelo Consórcio; desenvolver atividades administrativas de apoio; executar outras tarefas afins, determinadas pelo superior imediato. Receber o paciente, verificar os sinais vitais; Conferir os materiais e equipamentos necessários ao ato cirúrgico; Paramentar-se, com técnica asséptica, cerca de 15 minutos antes do início da cirurgia; Conhecer os instrumentos cirúrgicos por seus nomes e dispô-los sobre a mesa, de acordo com sua utilização em cada tempo cirúrgico; Preparar agulhas e fios de sutura adequadamente; Auxiliar o cirurgião e seus assistentes durante a paramentação cirúrgica e na colocação dos campos estéreis; Prever e solicitar material complementar ao circulante de sala; Ser o responsável pela assepsia, limpeza e acomodação dos instrumentais durante toda a operação; Entregar os instrumentais ao cirurgião e assistentes com habilidade e presteza; Desprezar adequadamente o material contaminado e perfurocortantes; Auxiliar no curativo e no encaminhamento do paciente à devida unidade, quando solicitado; Conferir o material após o uso; Ajudar na retirada do material da Sala Operatória e no encaminhamento a Central de Material e Esterilização; Executar as atividades de nível médio atribuídas à equipe de enfermagem, sob a orientação e supervisão do enfermeiro e exercer as atividades da área de acordo com as rotinas do serviço e outras atividades inerentes a antivida Cumprir jornada de trabalho, conforme rotina da unidade, participar da escala de cobertura de final de semana, Prestar assistência ao paciente: Puncionar acesso venoso; aspirar cânula oro traqueal e de traqueotomia; massagear paciente; trocar curativos; mudar decúbito no leito; proteger proeminências ósseas; aplicar bolsa de gelo e calor úmido e seco; estimular paciente (movimentos ativos em passivos).
Técnico em Radiologia	**ATRIBUIÇÕES:** Realizar exames de diagnóstico ou tratamento; processam imagens; planejam atendimento; organizar a área de trabalho, equipamentos e acessórios; preparam paciente para exame de diagnóstico ou tratamento e trabalham com biossegurança “Realiza exames radiográficos convencionais. Processa filmes radiológicos, prepara soluções químicas e organiza a sala de processamento. Prepara o paciente e o ambiente para a realização de exame de radiologia e diagnóstico por imagem, em centro cirúrgico, Auxilia na realização de procedimentos de radiologia. Acompanha a utilização de meios de contraste radiológicos, observando os princípios de proteção radiológica, avaliando reações adversas e agindo em situações de urgência, sob supervisão profissional pertinente” Cumprir jornada de trabalho, conforme rotina da unidade, participar da escala de cobertura de final de semana : Executar tarefas relacionadas como manejo de aparelhos de Raio X; executar o conjunto de operações necessárias para impressão, revelação, secagem, fixação e montagem dos filmes de Raio X; registrar o número de radiografias realizadas discriminando tipos, regiões e requisitantes para possibilitar a elaboração de boletim estatístico; atender e preparar as pessoas a serem submetidas a exames radiológicos, tomando as precauções necessárias; preparar fichas, registros e outros elementos relativos ao trabalho; operar com aparelho portátil para radiografia em enfermarias e blocos centro cirúrgico; operar Raio X com intensificador de imagens; controlar estoque de filmes, contrastes e outros materiais utilizados; responsabilizar-se pela manutenção e conservação dos equipamentos utilizados; zelar pela limpeza e pela conservação de equipamentos e de utensílios utilizados em seus trabalhos; utilizar equipamentos de proteção e os de segurança em seu trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

ANEXO III – FORMULÁRIO DE FICHA DE INSCRIÇÃO

VIA CISA

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:

_____

DATA DA INSCRIÇÃO: _____/____/2019 NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

Endereço (Rua, nº, Bairro, Cidade, UF, CEP) _____

Telefones: ( )_____ ( )_____ Sexo: M[ ] F[ ]

RG: _____ _____ Data Nasc.:____ /___ /_____

CPF: _____ Nacionalidade:_____ Estado Civil: _____

E-mail: _____

Candidato portador de deficiência (PD): SIM ( ) NÃO ( ) Se sim, descrever abaixo necessidade de algum tipo ou atendimento necessário (se for o caso).

_____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

[ ]SEDE DO MUNICÍPIO

LOCAL ONDE EXERCERÁ A FUNÇÃO:

[ ] CISA

CARGO PRETENDIDO:

ENSINO FUNDAMENTAL

( ) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

( ) COZINHEIRA

ENSINO MÉDIO

( ) RECEPCIONISTA

( ) TÉCNICO DE ENFERMAGEM

( ) TÉCNICO DE RADIOLOGIA

ENSINO SUPERIOR

( ) BIOQUIMICO

( ) ASSISTENTE SOCIAL

( ) CONTADOR

( ) FARMACÊUTICO

( ) MÉDICO ANESTESISTA

( )MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

( )MÉDICO PEDIATRA

( )MÉDICO ORTOPEDISTA

( )MÉDICO CLINICO GERAL

_____

APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

ATENÇÃO: PARA CONCORRER À PROVA DE TÍTULOS, ESTES DEVERÃO SER ENTREGUES JUNTAMENTE COM ESTA INSCRIÇÃO. SOMENTE OS CANDIDATOS QUE CONCORREREM A FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR PARTICIPARÃO DA PROVA DE TÍTULOS.

TÍTULO:

( ) DOUTORADO(Concluído)

( ) DOUTORADO (Cursando)

( ) MESTRADO(Concluído)

( ) MESTRADO (Cursando)

( ) PÓS-GRADUAÇÃO (Concluída)

( ) PÓS-GRADUAÇÃO (Cursando)

( )EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - Nível médio e superior

( ) CURSO ESPECÍFICO - Nível médio e Superior

OBSERVAÇÕES:

O abaixo assinado vem requerer ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA, sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado para o cargo pretendido, declarando, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição e estando de acordo com o regulamento do Processo Seletivo Simplificado. Declara, ainda, ter conhecimento das exigências mínimas previstas no Edital que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado, que aceita e atende a todos os requisitos mínimos e condições estabelecidas para o exercício do cargo, comprometendo-se, ainda, à sua devida comprovação, quando exigida, principalmente com relação à Carteira de Trabalho, sob pena, de não o fazendo, tornar-se insubsistente sua inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

São Félix do Araguaia - MT, em _____ de abril de 2019.

_____

Assinatura do Candidato

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

ANEXO III – FORMULÁRIO DE FICHA DE INSCRIÇÃO

VIA CANDIDATO

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:

_____

DATA DA INSCRIÇÃO: _____/____/2019 NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

Endereço (Rua, nº, Bairro, Cidade, UF, CEP) _____

Telefones: ( )_____ ( )_____ Sexo: M[ ] F[ ]

RG: _____ _____ Data Nasc.:____ /___ /_____

CPF: _____ Nacionalidade:_____ Estado Civil: _____

E-mail: _____

Candidato portador de deficiência (PD): SIM ( ) NÃO ( ) Se sim, descrever abaixo necessidade de algum tipo ou atendimento necessário (se for o caso).

_____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

[ ]SEDE DO MUNICÍPIO

LOCAL ONDE EXERCERÁ A FUNÇÃO:

[ ] CISA

CARGO PRETENDIDO:

ENSINO FUNDAMENTAL

( ) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

( ) COZINHEIRA

ENSINO MÉDIO

( ) RECEPCIONISTA

( ) TÉCNICO DE ENFERMAGEM

( ) TÉCNICO DE RADIOLOGIA

ENSINO SUPERIOR

( ) ASSISTENTE SOCIAL

( ) BIOQUIMICO

( )CONTADOR

( ) FARMACÊUTICO

( ) MÉDICO ANESTESISTA

( )MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

( )MÉDICO PEDIATRA

( )MÉDICO OBSTETRA

( )MÉDICO ORTOPEDISTA

( )MÉDICO CLINICO GERAL

_____

APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

ATENÇÃO: PARA CONCORRER À PROVA DE TÍTULOS, ESTES DEVERÃO SER ENTREGUES JUNTAMENTE COM ESTA INSCRIÇÃO. SOMENTE OS CANDIDATOS QUE CONCORREREM A FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR PARTICIPARÃO DA PROVA DE TÍTULOS.

TÍTULO:

[ ] DOUTORADO(Concluído)

( ) DOUTORADO (Cursando)

[ ] MESTRADO(Concluído0

( ) MESTRADO (Cursando)

[ ] PÓS-GRADUAÇÃO(Concluída)

[ ] PÓS-GRADUAÇÃO(Cursando)

[ ]EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - Nível médio e Superior

[ ] CURSO ESPECÍFICO -Nível médio e Superior

OBSERVAÇÕES:

O abaixo assinado vem requerer ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA, sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado para o cargo pretendido, declarando, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição e estando de acordo com o regulamento do Processo Seletivo Simplificado. Declara, ainda, ter conhecimento das exigências mínimas previstas no Edital que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado, que aceita e atende a todos os requisitos mínimos e condições estabelecidas para o exercício do cargo, comprometendo-se, ainda, à sua devida comprovação, quando exigida, principalmente com relação à Carteira de Trabalho, sob pena, de não o fazendo, tornar-se insubsistente sua inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

São Félix do Araguaia - MT, em _____ de abril de 2019.

_____

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO

Eu (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*)_____, (*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº_____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR(A) o(a) senhor(a) (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____, (*estado civil*) _____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição do Processo Seletivo Simplificado do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

_____, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura do(a) requerente

ANEXO V

FICHA DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS E EXEMPLOS DE CÁLCULO

FICHA DE PONTUAÇÃO - FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

03	**Títulos e Experiência Profissional (Para as funções de Nível Superior)**	**Valor de cada Título**	**Número de Títulos Aceitos**	**Soma dos Títulos/meses**
03-01	Doutorado (cursando ou concluído) ou Mestrado concluído, na área de conhecimento.	0,50	1,0	
03-02	Cursando Mestrado na área de conhecimento.	0,50	1,0	
03-03	Pós-graduação concluída, em nível de especialização, na área de conhecimento.	0,45	1,0	
03-04	Cursando Pós-Graduação em nível de Especialização, na área de conhecimento.	0,20	1,0	
03-05	Curso específico para o cargo pleiteado com carga horária mínima de 40h, efetuados a partir de 01/01/2015.	0,15	2,0	
03-06	Experiência Profissional mínima de 6 meses, no desempenho de atividades correlatas com as desenvolvidas na área de conhecimento, em instituição pública ou privada, comprovada através de declaração, carteira de trabalho, contrato de trabalho ou outro documento idôneo.	1,00	1,0	
03-07	Artigos, Resumos expandidos e/ou simples em anais de eventos.	0,15	1,0	
03-99	**TOTAL**			

ANEXO VI

EXEMPLO DO CÁLCULO - PONTUAÇÃO DE TÍTULOS PARA FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Supondo que o candidato apresente (e sejam aceitos) os documentos abaixo:

Um título de Pós Graduação concluído (Item 03-03)

Um Curso Específico (Item 03-05)

Experiência Profissional (Item 03-06)

O CÁLCULO DA PONTUAÇÃO FICARIA DO SEGUINTE MODO:

03	**Títulos e Experiência Profissional (Para as funções de Nível Superior)**	**Valor de cada Título**	**Número de Títulos Aceitos**	**Soma dos Títulos/meses**
03-01	Doutorado (cursando ou concluído) ou Mestrado concluído, na área de conhecimento.	0,50	1,00	0,50
03-02	Cursando Mestrado na área de conhecimento.	0,50	1,00	0,50
03-03	Pós-graduação concluída, em nível de especialização, na área de conhecimento.	0,45	1,0	0,45
03-04	Cursando Pós-Graduação em nível de Especialização, na área de conhecimento.	0,20	0,20	0,40
03-05	Curso específico para o cargo pleiteado com carga horária mínima de 40h, efetuados a partir de 01/01/2015.	0,15	1,0	0,15
03-06	Experiência Profissional mínima de 6 meses, no desempenho de atividades correlatas com as desenvolvidas na área de conhecimento, em instituição pública ou privada, comprovada através de declaração, carteira de trabalho, contrato de trabalho ou outro documento idôneo.	1,00	1,0	1,00
03-07	Artigos, Resumos expandidos e/ou simples em anais de eventos.	0,15	1,0	0,15
03-99	**TOTAL**			**3,00**

Assinatura do Responsável pela pontuação:_____ Data:____/ /2019

ANEXO VII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Auxiliar de Serviços Gerais e Cozinheiro

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo consistirão em:

Para os cargos de Nível Fundamental:

- História do Estado de Mato Grosso, Município de São Félix do Araguaia e atualidades;

- Língua portuguesa;

- Raciocínio Lógico e/ou matemática com nível de escolaridade exigida neste edital.

- Conhecimentos Específicos

LINGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto; 2. Sinônimo e antônimo; 3. Ortografia; 4. Divisão silábica; 5. Acentuação gráfica; 6. Pontuação; 7. fonética: letras, fonemas, sílabas, encontro vocálico (ditongo, tritongo, hiato), encontro consonantal, dígrafo; 8. Classe de palavras: (classificação e uso) substantivo, artigo, adjetivo, preposição, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção e interjeição; **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA E/OU RACIOCÍNIO LÓGICO

1.Sistema de numeração: números naturais e numerais ordinais; 2. Operações aritméticas fundamentais: adição; subtração; multiplicação; divisão; 3. Operações com números inteiros e números fracionários e problemas envolvendo as operações fundamentais; 4. Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa e tempo; 5.Estudo da proporcionalidade e regra de três;6. Porcentagem e juros simples; 7. Frações; 8. Números decimais; 9. Geometria; 10. Potenciação; 11. Equações e inequações de 1º Grau.

HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ATUALIDADES.

Historia Política e Econômica de Mato Grosso 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6 Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8 Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

História do Município de são Félix do Araguaia - MT 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

Atualidades: Conhecimentos de fatos atuais e dos últimos cinco anos relacionados a temas políticos, sociais e econômicos, do município, do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ENSINO FUNDAMENTAL

Cozinheira: 1. Recebimento e conferência de gêneros alimentícios e outros materiais; 2. Controle de materiais e utensílios usados na cozinha; 3. Higiene e limpeza da cozinha; higiene e limpeza dos utensílios; higiene e saúde corporal; 4. Reconhecimento de gêneros alimentícios impróprios do consumo humano; 5. Limpeza de pisos, móveis e objetos diversos; 6. Conhecimentos inerentes ao funcionamento de copa/cozinha; 7. Regras de atendimento padrão de servir formalmente uma refeição; 8. Técnicas de confecção de bolos, doces, sucos, café, chás e comidas em geral; 9. Técnicas de armazenamento de alimentos naturais e congelados; 10. Conhecimento sobre diversos tipos de equipamentos de cozinha; 11. Noções básicas de culinária; 12. Regras de hierarquias no serviço público municipal.

Auxiliar de Serviços Gerais: - 1.Práticas e experiência de serviços ligados à área de limpeza; 2. Manuseio de produtos de limpeza e outros; 3. Uso de equipamentos de segurança; 4. Comportamento e atitude em ambiente de trabalho; 5. Prática e experiência de serviços braçais, coleta de lixos, capinagem e poda de árvores; 6. Prevenção de incêndios e acidentes no trabalho; 7. Varrição de pátio e salas; 8. Remanejamento de móveis; 9. Noção sobre seleção de tipos de lixos; 10. Uso e cuidados com ferramentas, máquinas e equipamentos;

ENSINO MÉDIO COMPLETO

Recepcionista, Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia

- Língua portuguesa;

- Raciocínio lógico e/ou matemática;

- Atualidades, História de Mato Grosso e São Félix do Araguaia – MT;

- Conhecimentos específicos.

LINGUA PORTUGUESA –

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA E/OU RACIOCÍNIO LÓGICO

Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ATUALIDADES

Historia Política e Econômica de Mato Grosso 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6 Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8 Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

História do Município de são Félix do Araguaia - MT 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

Atualidades: Conhecimentos de fatos atuais e dos últimos cinco anos relacionados a temas políticos, sociais e econômicos, do município, do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ENSINO MÉDIO COMPLETO

Técnico de Radiologia: noções de física radiológica; os efeitos da radiação e os procedimentos de proteção radiológica; os mecanismos de funcionamento dos diversos equipamentos utilizados em Medicina Nuclear e seu correto manuseio; que permitam manusear e aplicar os radiofármacos com segurança; de anatomia que permitam posicionar o paciente em correta localização para o exame; procedimentos de enfermagem que permitam o manuseio seguro do paciente; sobre os efeitos colaterais no paciente durante o exame/tratamento.

Recepcionista: - 1. Fluxo de informações; 2. Recepção e Transmissão de Mensagens Telefônicas: 3. Sigilo das comunicações, e domínios de serviços de telefonia; 4. Interferência nas chamadas; 5. Natureza, prioridade e prontidão das mensagens telefônicas; 6. Atitudes no Serviço; 7. Cortesia - Interesse - Eficiência - Qualidade da voz, dicção – Naturalidade – Comunicabilidade - Formas de tratamento - Organização do local de serviço e do trabalho; 8. Noções sobre Registros de Expedientes, agendamento, seletividade de documentações e pautas; 9. Técnicas de arquivos, elaboração de ofícios e correspondências; 10. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo: 11. Cortesia; interesse; eficiência; qualidade da voz; dicção; naturalidade para comunicar; comunicabilidade; formas de tratamento; organização do local de serviço e do trabalho.

Técnico de Enfermagem - 1. Ética Profissional; 2. Conceito de saúde e doença; 3. Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo;4. Equipe de Enfermagem; 5. Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; 6. Prevenção e controlede infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização; desinfecção; anti-sepsia e esterilização;preparo de material para esterilização; 7. Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos eobjetivos; transporte, precauções e conforto; 8. Pesagem e mensuração; 10. Verificação de temperatura,pulso, respiração e tensão arterial; 11. Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo;12. Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginal e nos puretivos; 13. Conduta e assistência imediataem casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picadade insetos e envenenamentos; 14. Administração de medicamentos por via oral e parenteral; 15. Preparode drogas e soluções.

ENSINO SUPERIOR

Assistente Social, Bioquímico, Contador, Farmacêutico, Médico Anestesista, Médico Clinico Geral, Médico Cirurgião Geral, Médico Ortopedista e Médico Pediatra.

- Língua portuguesa;

- Raciocínio lógico e/ou matemática;

- Atualidades, História de Mato Grosso e São Félix do Araguaia – MT

- Conhecimento em Legislação.

LINGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA E/OU RACIOCÍNIO LÓGICO

Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ATUALIDADES

Historia Política e Econômica de Mato Grosso 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6 Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8 Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

História do Município de são Félix do Araguaia - MT 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

Atualidades: Conhecimentos de fatos atuais e dos últimos cinco anos relacionados a temas políticos, sociais e econômicos, do município, do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

CONHECIMENTO EM LEGISLAÇÃO

Cargos: Assistente Social, Bioquímico, Contador, Farmacêutico, Médico Anestesista, Médico Clinico Geral, Médico Cirurgião Geral, Médico Ortopedista e Médico Pediatra.

Legislação em Saúde Leis (8.080/1990, 8.142/1990)

Contador: Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Conceito; Regimes Contábeis; Receita e despesa orçamentária: conceito, classificação e estágios; Créditos adicionais; Receitas e Despesas Extra-orçamentários: restos a pagar, depósitos, serviços da dívida a pagar e débitos de tesouraria; Regime de Adiantamento ou Suprimentos de Fundos; Despesas de Exercícios Anteriores; Dívida Pública. Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal; Patrimônio Administração Pública: Conceito; Patrimônio sob o aspecto qualitativo; Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos; Depreciação, Amortização e Exaustão; Escrituração na Administração Pública: Conceito; Plano de Contas; Sistema Contábil: Formalidades do registro contábil; Escrituração de operações típicas. Demonstrações Contábeis: Conceito, Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Classificação das Variações Patrimoniais; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa.

ANEXO VIII

CONTEÚDO E QUESTÕES DAS PROVAS

As provas objetivas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no ANEXO VII do presente Edital, de acordo com cada nível de escolaridade, e com a quantidade de questões discriminadas a seguir:

Para as FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR NA SAÚDE:

ASSISTENTE SOCIAL, BIOQUÍMICO, CONTADOR, MÉDICO E NUTRICIONISTA

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	5	0,35	1,75
Língua Portuguesa	5	0,35	1,75
Raciocínio Lógico e Matemática	5	0,35	1,75
Específico: Legislações	5	0,35	1,75
Sub-Total			7,00
Prova de Títulos			3,00
TOTAL			10,00

Para as FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO:

RECEPCIONISTA, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E TÉCNICO DE RADIOLOGIA:

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	5	0,40	2,00
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Raciocínio Lógico e Matemática	5	0,40	2,00
Específicos	5	0,40	2,00
Sub-Total			8,00
Titulos			2,00
TOTAL			10,00

Para as FUNÇÕES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, COZINHEIRA:

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	6	0,50	3,00
Língua Portuguesa	7	0,50	3,50
Raciocínio Lógico e Matemática	7	0,50	3,50
TOTAL			10,00

ANEXO IX

LAUDO MÉDICO - PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

O candidato deverá entregar o original deste laudo, juntamente com os demais documentos, no ato da convocação, no CISA.

O (a) candidato (a)_____

Documento de identificação nº (RG):_____ CPF nº_____ foi submetido(a) nesta data, a exame clínico sendo identificada a existência de DEFICIÊNCIA em conformidade com a Legislação aplicável.

Observação:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Local e Data: _____

_____ _____

Assinatura, carimbo e CRM do Médico Assinatura do Candidato

ANEXO X – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO)

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO ( ) ADMISSIONAL ( ) PERIÓDICO EMPRESA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA- **CISA** ATESTO QUE AOS ____/____/_____ Nome _____
Estado Civil | Idade | Anos | Sexo
Cargo/Função | Identidade - UF
Naturalidade | Validade ___/___/_____
Examinado de acordo com o disposto nos Subitens 7.3.2-a, 7.4.1, 7.4.2, da NR-7 Portaria nº 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, atesto que o(a) Senhor(a) acima mencionado(a) foi submetido(a) à avaliação clínica abrangendo anamnese ocupacional, exame físico e mental.
RESULTADO: ( ) APTO(a) ( ) INAPTO(a) ( ) PARA EXERCER A FUNÇÃO ACIMA CITADA ( ) PARA DEMISSÃO ( ) PARA MUDANÇA DE FUNÇÃO ( ) NO EXAME PERIÓDICO ( ) PARA RETORNAR AO TRABALHO RISCOS RELACIONADOS COM A ATIVIDADE: DATA: ___/___/_____ _____ Assinatura dos Médicos/Junta Médica examinadora Carimbo/CRM _____ Assinatura do(a) Examinado(a)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão]**,** portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), declaro para os devidos fins e efeitos legais que **NÃO ACUMULO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA**, nos termos dos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2019.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão]**,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), declaro para os devidos fins e efeitos legais que, ao tomar posse no Cargo do Processo Seletivo n. 001/2019, passarei a **ACUMULAR CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA**, permitido nos termos dos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Detenho outro Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública, **acumulável** e com **compatibilidade de horário**, nos termos da Constituição Federal, e conforme abaixo, com comprovação por documentação anexa firmada pelo Órgão/Instituição que já trabalho:

Nome do Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública que já detenho
Órgão Instituição
Esfera de Governo / Administração Direta ou Indireta / Outros Poderes

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2019.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome: _____

Cargo*:* **_____**

[ ] POR DECLARAÇÃO PRESTADA À RECEITA FEDERAL, EM ANEXO

[ ] POR DECLARAÇÃO PARTICULAR ABAIXO:

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão]**,** portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____ (UF), em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 8.429 de 12 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, **DECLARO** minha situação patrimonial atualizada, conforme abaixo:

[ ] NÃO POSSUO BENS E/OU VALORES

[ ] POSSUO OS BENS E/OU VALORES

[ ] ABAIXO DISCRIMINADOS:

[ ] CONSTANTES NA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ANEXA

TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR
Imóvel	1 casa, etc, etc	R$ .....
Móvel	1 veículo marca ..., ano ..., modelo ...	R$ .....
Valores	Poupança/Conta Corrente no Banco	R$ ....
Semoventes	Gado, Cavalo, etc	R$ ...
Outros	.....	.....
	T O T A L → →	

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO, para que surta seus efeitos legais.

São Félix do Araguaia-MT, em _____ de _____ de 2019.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

ANEXO XIV

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019 PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CPF: _____ RG: _____ SEXO: [ ] M [ ]F

EMAIL: _____ TELEFONES: _____

ITEM OU ITENS DO EDITAL QUE DESEJA CONTESTAR

ITEM DO EDITAL DE ABERTURA → _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O EDITAL DE ABERTURA, de forma fundamentada e sucinta.

ITEM DO EDITAL DE ABERTURA → _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O EDITAL DE ABERTURA, de forma fundamentada e sucinta.

_ _

Assinatura do Requerente

ANEXO XV

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2019

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL ONDE PRETENDE EXERCER A FUNÇÃO: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, de forma fundamentada e sucinta.

_ _

Assinatura do Candidato

ANEXO XVI

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS

APRESENTAR UM RECURSO PARA CADA QUESTÃO QUE DESEJA CONTESTAR ←

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2019

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL ONDE PRETENDE EXERCER A FUNÇÃO: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO

NÚMERO DA QUESTÃO QUE DESEJA CONTESTAR → _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS, em relação à questão indicada acima, de forma fundamentada e sucinta.

_ _

Assinatura do Candidato

ANEXO XVII

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA A NOTA DA PROVA DE TÍTULOS.

→ APRESENTAR UM RECURSO PARA CADA SITUAÇÃO QUE DESEJA CONTESTAR ←

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2019

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL ONDE PRETENDE EXERCER A FUNÇÃO: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO

RECURSO CONTRA:

[ ] NOTA DA PROVA DE TÍTULOS

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS, em relação à questão indicada acima, de forma fundamentada e sucinta.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO XVIII

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ETAPA	DIA	HORÁRIO (HRS)	LOCAL	OBSERVAÇÕES
EDITAL DE ABERTURA	**26/03/2019**	Tempo Integral	Mural e *sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	Os prazos contarão a partir da publicação no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/
RECURSOS CONTRA EDITAL DE ABERTURA	**26/03/2019 a 28/03/2019**	Das 14 às 17 horas	CISA	Conforme Formulário ANEXO XIV
ENVIO AO APLIC	**26/03/2019 a 28/03/2019**	Das 14 às 17 horas	CISA	ETAPA INTERNA
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O EDITAL DE ABERTURA	**28/03/2019 a 29/03/2019**	Tempo Integral	*Sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
INSCRIÇÕES e ENTREGA DE TÍTULOS	**08/04/2019 a 16/04/2019**	Das 08:30 às 11:00 hs e 14:00hs às 17:00 HS	CISA	Para o candidato que desejar concorrer à Prova de Títulos, deverá entregá-los no ato da Inscrição.
DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS	**24/04/2019**	Tempo Integral	Mural *e sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
RECURSOS CONTRA AS INSCRIÇÕES	**24/04/2019 a 25/04/2019**	Das 14 às 17 horas	CISA	De acordo com o ANEXO XV
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA AS INSCRIÇÕES E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	**26/04/2019**	Tempo Integral	*Sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS	**28/04/2019**	Das 08:00 hs às 12:00 horas	Sede do Município (A ser definida em edital posterior)	As provas objetivas serão aplicadas no horário de Brasília.
GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS	**29/04/2019**	Tempo Integral	*Sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	

RECURSOS CONTRA O GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS	**30/04/2019 a 02/05/2019**	Das 14 hs às 17 horas	CISA	De acordo com o ANEXO XVI
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS	**02/05/2019 a 03/05/2019**	Tempo Integral	*Sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS	**08/05/2019**	Tempo Integral	Mural e *sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
RECURSOS CONTRA RESULTADO DE PROVA DE TÍTULOS	**08/05/2019 a 09/05/2019**	Das 14 hs às 17 horas	CISA	De acordo com o ANEXO XVII
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DE PROVA DE TÍTULOS	**10/05/2019**	Tempo Integral	Mural e *sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	**22/05/2019**	Tempo Integral	Mural e *sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	**22/05/2019**	Tempo Integral	Mural e *sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
INÍCIO DAS CONVOCAÇÕES DOS APROVADOS	**A partir de 01/06/2019**	Tempo Integral	Mural e *sites* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

REGULAMENTO ELEIÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

REGIMENTO DAS ELEIÇÕES Diretoria Executiva do ConSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA MATO-GROSSENSSE - consprev – mt BIÊNIO 2019/2020

O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV**,** Pedro Ferreira de Souza, Prefeito de Jauru, com fulcro no artigo 19 do Estatuto do CONSPREV, convocou, conforme publicação feita Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 25 de março de 2019, os prefeitos dos municípios consorciados em situação de regularidade para participarem da Assembleia Geral Extraordinária com início às 14h00m e término previsto para às 18:00 do dia 05 de abril de 2019, no auditório da Associação Mato-grossense dos Municípios AMM, localizado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, para deliberarem sobre a pauta constante do edital, que dentre os assuntos consta a eleição da "***Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Mato-Grossenses – CONSPREV, Gestão 2019-2020."***

Considerando que, **Parágrafo único do artigo 19, do Estatuto Social da CONSPREV,** estabelece que a forma de convocação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão definidas em regulamento próprio, para tanto o Presidente da CONSPREV, **EXPEDE** a seguinte instrução para a eleição da **Diretoria Executiva, nomeando a comissão eleitoral com a seguinte composição:**

Presidente: Prefeito **Juvenal Alexandre da Silva – Nova Marilândia**

Membros: Prefeito **Eugênio Pelachim–** Porto Estrela

Prefeito Jeovan Faria **– Campinápolis**

Considerando que, a mencionada Comissão Eleitoral, necessita de auxílio jurídico na condução dos trabalhos, designo a **Dra. Debora Simone Rocha Faria,** que acompanhará os trabalhos, bem como, realizará orientações jurídicos, quanto aos procedimentos legais e regimentais a serem adotados;

Considerando que, **o art. 22, do Estatuto Social**, estabelece que o Presidente será eleito em assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos e somente serão aceitos como candidato Chefe do Poder Executivo de ente consorciado ou ex-presidentes do consórcio.

Assim, fica estabelecido que aquele que pretende disputar a eleição da "***Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Mato-Grossensse – CONSPREV, Gestão 2019-2020."*** deverá fazer a inscrição da chapa até as 13:30h do dia 05 de abril de 2019, na sede da CONSPREV, diante do Protocolo efetuado perante o Diretor Executivo.

Feita as considerações iniciais, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 19, do **Estatuto Social**, edita o presente Regimento Eleitoral que disciplinará o processo eleitoral para eleição da Diretoria Executiva do **consprev – mt** para o Biênio 2019/2020.

CAPÍTULO I

DOS PRAZOS E INSCRIÇÕES

Art. 1° As eleições gerais da Diretoria Executiva da CONSPREV, será realizada no dia 05 de abril de 2019.

Parágrafo único. As eleições terão início às 14h (quatorze) horas com a presença dos entes federados consorciados que representem 50% mais um dos votos totais do consórcio na forma do art. 21 do Estatuto Social.

Art. 2° O processo eleitoral subordinar-se-á, as disposições deste Regimento Eleitoral.

Art. 3° A concorrência ao pleito deverá ser por chapas, contendo a nominata do Candidato a Presidente e Vice-Presidente que deverá ocorrer até as 13:30 do dia 05 de abril 2019.

Art. 4° A chapa com o nome dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente do CONSPREV, deverão ser endereçadas ao Presidente da Comissão Eleitoral, via Protocolo, na sede da CONSPREV, localizado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, até as 13:30 do dia 05 de abril de 2019.

Parágrafo único. A composição da chapa deverá ser encaminhada em duas vias, mediante a anuência dos candidatos. O pedido deverá conter:

a) Nome completo do candidato, com indicação do Município o qual exerce o Cargo de Prefeito;

b) O cargo para o qual irá concorrer na eleição (Presidente ou Vice-Presidente);

Art. 5º O número de cada chapa corresponderá ao número da ordem de entrega, instruída com os documentos que comprovem serem Prefeitos consorciados ou ex-presidentes do CONSPREV.

Art. 7º O registro de cada chapa será deferido somente se atender todos os requisitos exigidos neste Regimento Interno e normas do Estatuto Social da CONSPREV- MT.

§ 1° O deferimento ou indeferimento das chapas será informado imediatamente após o seu registro.

§ 2º Os candidatos que tiverem sua candidatura impugnada, terão o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar Recurso da Decisão.

CAPITULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 8° Poderá votar e ser votado os consorciados que preencher todos os requisitos impostos pelo Estatuto Social da COONSPREV - MT, bem como, o Edital de Convocação.

§ 1º Será possível o voto por procuração.

§ 2º Cada Prefeito Municipal terá direito a um único voto, representando seu Município, conforme previsão do art. 20 do Estatuto Social.

Art. 9° As Chapas formadas devem ser integradas somente por representantes de Municípios Consorciados ao CONSPREV.

Art. 10. É vedado ao candidato figurar em mais de uma chapa.

Art. 11. Os integrantes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos a cargo eletivo nas eleições da CONSPREV- MT.

Art. 12. Após o deferimento da inscrição, cada chapa poderá credenciar 1 (um) Representante para atuar junto à Comissão Eleitora se assim desejar.

CAPITULO III

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 13. A organização e a dinâmica do processo eleitoral ficarão a cargo da Comissão Eleitoral, que se instalará a mesa às 14h (quatorze horas) e verificará quórum, necessário para início da votação, conforme previsão do § 2º do Art. 22.

Art. 14. Compete à Comissão Eleitoral da CONSPREV:

I - Receber a inscrição, registrar, deferir ou indeferir as chapas para eleição da Diretoria Executiva;

II - Coordenar e divulgar o processo eleitoral;

III- Presidir os trabalhos de votação;

IV- Rubricar as cédulas eleitorais e outros documentos que forem necessários;

V - Encerrar as atas de votação;

VII - secretariar os trabalhos de votação;

VIII - rubricar as cédulas junto com o Presidente;

IX - Providenciar a identificação dos votantes;

X - Lavrar a ata de votação;

Seção I

Da Urna

Art. 15. Será instalada uma única urna na sede da entidade, tão logo o Presidente da Comissão Eleitoral declare aberto o processo de votação.

§ 1º Caso haja uma única Chapa concorrente poderá a eleição ser por aclamação, o qual deverá ser constado em ata.

§ 2º Havendo mais de uma chapa, a eleição dar-se-á através do voto secreto, através de chamada nominal dos chefes dos municípios consorciados presentes, que receberão uma cédula contendo as chapas registradas, tendo o eleitor que indicar com um “X” em sua chapa preferida.

Seção II

Da Apuração dos Votos

Art. 16. A Comissão Eleitoral, em obediência estrita aos princípios da publicidade e transparência, fará publicamente a apuração dos votos, tão logo se encerre a eleição, lavrando a respectiva ata e proclamando a chapa vencedora.

Art. 17. A posse da chapa eleita ocorrerá imediatamente após a proclamação da chapa vencedora pelo presidente em exercício.

Seção III

Da impugnação do Resultado da Eleição

Art. 18. A(s) chapa(s) que se sentir lesada durante a eleição, poderá ofertar pedidos de impugnação do resultado oficial do pleito, mediante encaminhamento à Comissão Eleitoral, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua proclamação pública.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSICÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art. 19. Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral ouvida conforme o caso, a Diretoria da Entidade e os Representantes de cada chapa.

Parágrafo único. As decisões da Comissão Eleitoral serão registradas em ata.

Cuiabá/MT, 25 de março de 2019

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Presidente da CONSPREV

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RESOLUÇÃO N.º 009/2019

Dispõe sobre a revogação da Resolução nº 007/2019, pelo motivo de duplicidade de atos, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**, Sr. Nelson Antônio Paim, Prefeito do Município de Poxoréu/MT,no uso de suas atribuições e competências legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **REVOGADA** a Resolução nº007/2019de 05 de fevereiro de 2019, pelo motivo de duplicidade de atos, sendo que o ato constante na referida Resolução já havia sido concedido na Resolução 004/2.019 de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Rondonópolis/MT, 06 de março de 2.019.

_____

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 001/2.019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS-ME, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO, CONFORME CONDIÇÕES QUE AS CLÁUSULAS ABAIXO ESPECIFICAM.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com subsede sito à Rua Fernando Corrêa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS-ME**, CNPJ/MF: 71.358.766/0001-90, estabelecia na Rua dos Tupinambás, n° 460 – sala 601, Bairro: Centro, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e Rua Marzagão, 6 – sala 107 – Bairro Morada da Serra – Cuiabá – Mato Grosso – CEP: 78.058-000, neste ato representado pelo Sr. **Wellington Raimundo dos Santos**, portador do RG. N° 11.478.846/SSPMG e CPF/MF nº 749.856.396-72, neste ato denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e do Processo de Dispensa nº 002/2017, oriundo do Processo Administrativo nº 003/2017 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa prestadora de Serviços de Assessoria e Consultoria na organização, realização e aplicação de Concurso, para o preenchimento das seguintes vagas: **Analista de Recursos Humanos, Assistente Administrativo, Assistente Administrativo de Regulação, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Serviços Gerais, Técnico em Enfermagem**, cuja descrição sumária das atividades fazem parte do presente, previstas no Anexo I.

1.1.1. O Edital do Concurso, a Proposta Financeira e este Contrato de Prestação de Serviços são complementares e integrantes entre si, de forma que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um e se omita em outro serão considerados especificados e válidos, obrigando as partes em todos os termos.

1.2. A **CONTRATADA** assume total responsabilidade pela execução dos serviços acima especificados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A presente Contratação decorre do Processo de Dispensa nº 001/2.019, realizado com fundamento na Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução da presente prestação de serviço, na forma da lei, é o de execução indireta na modalidade de prestação de serviços por preço global, nos termos estatuídos pelo art. 6º, Inciso VIII, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Perceberá a **CONTRATADA** pelos serviços citados na Cláusula Primeira o valor total de R$ 15.450,00 (Quinze mil, quatrocentos e cinquenta reais), a serem pagos em 03 (três) parcelas, conforme especificado abaixo:

a) 1ª parcela: 30% (trinta por cento) na publicação do Edital.

b) 2ª parcela: 40% (quarenta por cento) em até 02 (dois) dias úteis após o término das inscrições.

c) 3ª Parcela: 30% (trinta por cento) em até 02 (dois) dias úteis após a entrega do resultado final.

4.2. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento da mesma.

4.3. O pagamento será efetuado através de depósito em agência bancária designada no corpo da Nota Fiscal/Fatura, sendo que a **CONTRATADA** deverá indicar, também, a descrição completa dos serviços prestados ao **CONTRATANTE**, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

4.4. O pagamento somente será efetuado mediante prova de regularidade perante o Fundo de garantia por Tempo de Serviço – FGTS e prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

4.5. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento do serviço prestado.

4.6. O não cumprimento do previsto no presente contrato permitirá a retenção do valor da fatura até que seja sanada a irregularidade.

4.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.**

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E VIGENCIA

5.1. O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da CONTRATANTE, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para a administração, conforme preceitua o artigo 57, da Lei federal nº 8666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

5.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária.

5.2.1. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela CONTRATANTE;

5.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo.

5.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto deste contrato, não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

6.2. Permitir o acesso dos funcionários do **CONTRATADO** em suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto presente contrato.

6.3. Prestar informações/esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da **CONTRATADA**.

6.4. Assegurar-se da boa prestação dos serviços verificando sempre o seu bom desempenho, controlar e documentar as ocorrências havidas no decorrer da presente prestação de serviço.

6.5. Disponibilizar sempre que necessário, instalações e equipamentos necessários a prestação dos serviços, quando for o caso.

6.6. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal e a comprovação da regularidade, perante a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.7. Notificar, por escrito, o **CONTRATADO**, a ocorrência de possíveis irregularidades observadas no fornecimento dos produtos, fixando prazo para sua correção.

6.8.Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a **CONTRATADA** de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do **CONTRATANTE**, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

7.2. Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos presentes serviços, com todos os encargos trabalhistas, taxas, contribuições, etc., e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados.

7.3. Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços ainda que no recinto do **CONTRATANTE**.

7.4. Zelar pela execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em tempo hábil.

7.5. Comunicar ao **CONTRATANTE** por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente que venha a prejudicar a execução do presente objeto deste certame.

7.6. Responder no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinente a execução dos serviços, que venham porventura a serem solicitados pelo **CONTRATANTE**.

7.7. Manter absoluto sigilo sobre todos os documentos, dados e informações que lhe forem confiados para a execução dos serviços, sob pena de responder, no caso de violação do sigilo, quer por si, quer por parte de seus empregados ou terceiros, por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal decorrente do ato praticado.

7.8. Exercer, diretamente, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, gerenciamento e execução dos serviços contratados.

7.9. Aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da administração, referentes à execução do objeto, nos termos da legislação vigente.

7.10. Dispor-se de toda e qualquer fiscalização da Administração, no tocante a entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato e conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

7.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, bem como em caso de acidente de trabalho de seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos nas dependências da Prefeitura **CONTRATANTE**, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade de haver fiscalização ou acompanhamento da contratante.

7.12. Comunicar imediatamente a administração qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros que julgáveis necessários para recebimento de informações e correspondências.

7.13. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do **CONTRATANTE**. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

7.14. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

7.15. Os serviços objeto do presente contrato envolvem a realização de todas as etapas constantes da Cláusula Primeira deste Instrumento, sendo que para execução do Processo de Concurso, além das demais obrigações previstas no presente contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a:

a) viabilizar, se for o caso, a contratação de profissional e pessoal necessários às tarefas relativas à elaboração, aplicação e correção das provas, sempre obedecendo a normas de sigilo e segurança.

b) Viabilizar o atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais de acordo com as especificidades de cada caso apresentado (motora, auditiva, visual).

c) Elaborar e distribuir o material necessário à orientação e inscrição dos candidatos.

d) Responder aos recursos administrativos, inclusive impugnações do Edital Processo de Concurso, em trabalho mútuo e conjunto, concernentes à quaisquer das etapas do Processo, bem como subsidiar o **CONTRATANTE** prestando as informações que se fizerem necessárias.

e) Atender às condições diferenciadas pleiteadas pelos candidatos portadores de necessidades especiais, necessárias para a execução das provas, nos limites que serão estabelecidos no edital do Concurso.

7.16. O valor pago a título de inscrição será depositado diretamente na conta bancária da empresa **CONTRATANTE**.

7.17. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CO-RESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00.00

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da presente prestação de serviço será exercida por um representante legal do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente Contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

9.2. A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **EMPRESA CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas de aviso nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

10.2. A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

a) Unilateralmente, desde que se configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção V, art. 78, incisos I ao XII e XVII e XVIII da Lei federal 8. 666/93, com suas alterações.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração na forma da lei.

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2019 e do edital e do contrato, sujeita à **CONTRATADA**, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o *caput* e §§ do artigo 86 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A multa, prevista neste item será descontada dos créditos que a **CONTRATADA** possuir com a **CONTRATANTE**, e pode cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas no presente.

11.3. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, o **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA**, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.3.1. Advertência por escrito.

11.3.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

11.3.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, por prazo não superior a **02 (dois) anos**, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade.

11.4. Caso a **CONTRATADA**, não possua nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, respeitada o direito de ampla defesa, não sendo efetuado o pagamento, servirá o presente como título executivo extrajudicial, podendo o Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, proceder à cobrança judicial.

11.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I.Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

II.A **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar.

III.É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Rondonópolis/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede do **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8. 666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 14 de janeiro de 2.019.

NELSON ANTONIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**Wellington Raimundo dos Santos - me** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____

02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 020/2019

PORTARIA Nº. 020/2019

SÚMULA:

Dispõe sobre a instalação de Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos, e dá outras providências;

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Acorizal – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que toda despesa pública precede de realização de licitação, salvo nos casos em que há exceção ao dever de licitar, para que, ao final, seja cumprido o rito com a consequente liquidação e o respectivo pagamento;

CONSIDERANDO o teor do Art. 59, parágrafo único da Lei n°. 8.666/93, que contempla, no âmbito dos contratos administrativos, o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, e o dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos regularmente comprovados;

RESOLVE:

Artigo 1º - Institui a Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: MARIA APARECIDA LIMA GERALDINHO, matrícula 068;

Membro: JOSILEIDE GLÓRIA DE SOUZA E SILVA, matrícula 242;

Membro: DANIELLY TEIXEIRA FEITOSA, matrícula 232.

Artigo 2º - Esta comissão terá prazo de até 30 dias para conclusão dos trabalhos, com emissão de parecer conclusivo sobre a existência da despesa, efetiva prestação de serviços, valor da prestação dos serviços, e a identificação do credor que se acha nesta situação.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Acorizal/MT, 25 de março de 2019.

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°02/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°02/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°02/2019

O Munícipio de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 02/2019, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT**, cuja abertura se deu às 09:00 horas do dia 21/03/2019, após julgamento sagrou-se vencedora à empresa:

a) **SUPERMERCADO JANGADA LTDA CNPJ 08.603.621/0001.71** no valor total de R$ 161.035,30 (CENTO E SESSENTA E UM MIL TRINTA E CONCO REAIS E TRINTA CENTAVOS);

ACORIZAL/MT, 21 de março de 2019

MATEUS CLARO DA SILVA

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 002/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 002/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE 002/2019

O Município de Acorizal/MT – AMM torna público para conhecimento dos interessados do Processo Licitatório CONVITE 02/2019 REALIZADO DIA 22/03/2019, cujo objeto é aCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE, COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL, BEM COMO ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, ELABORAÇÃO DE BALANÇOS, BALANCETES E DEMAIS RELATÓRIOS INERENTES A ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, sagrou-se vencedora a empresa:

1 - L.R. DA SILVA BERNARDI-ME com o valor total de R$ 178.800,00 (cento e setenta e oito mil e oitocentos reais);

ACORIZAL/MT, 22 de março de 2019

JOSILEIDE GLÓRIA DE SOUZA E SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

RESOLUÇÃO Nº001/2019/CMAS

RESOLUÇÃO Nº001/2019/CMAS

Aprova a Prestação de Contas dos Repasses do FNAS/2017 ABA GESTÃO

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião realizada no dia 18 de Março de 2019, no uso da competência conferida pelo artigo 18 da lei 8.742/1993 e pela lei municipal 421/1996.

Considerando a Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e demais alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Financeiro aba da Gestão onde se apresenta as Prestações de Contas dos IGDPBF e IGDSUAS/2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Acorizal, 18 de Março de 2019.

Cristiane Figueiredo Silva

Presidente do CMAS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°03/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°03/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°03/2019

O Munícipio de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 03/2019, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL – MT**, cuja abertura se deu no dia 21/03/2019, após julgamento sagrou-se vencedora à empresa:

a) **POSTO J.J FAMILIA AUTO POSTO LTDA, no Valor total de R$ 1. 765,100,00 (UM MILHAO SETESCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL E CEM REAIS)**

ACORIZAL/MT, 21 de março de 2019

MATEUS CLARO DA SILVA

Pregoeiro

RESOLUÇÃO Nº002/2019/CMAS

RESOLUÇÃO Nº002/2019/CMAS

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social Quadriênio 2018/ 2021

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião realizada no dia 18 de Março de 2019, no uso da competência conferida pelo artigo 18 da lei 8.742/1993 e pela lei municipal 421/1996.

Considerando a Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e demais alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social do quadriênio 2018 a 2021 que vem nortear toda a política municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Acorizal, 18 de Março de 2019.

Cristiane Figueiredo Silva

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **COPTEC RIO INSTRUMENTOS CIENTIFICOS EIRELI**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
33256	ANALISADOR DE HEMOGLOBINA ADULTO, PORTATIL FAIXA: 0 A 25,6 G \/ DL. PRECISÃO: ± 1,5%, REQUISITOS DE ENERGIA: ADAPTADOR DE CA OU BATERIAS INTERNAS (INCLUÍDAS).	UN	HEMOCUE MODELO: HB301	01	2. 700,00	2. 700,00

VALOR: **R$ 2.700,00 (Dois Mil e setecentos reais)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO 001/2019 AO CONTRATO 034/2019

TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 ao Contrato n°. 034/2019 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso**, e **AUTO POSTO MARTINI LTDA**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Fica aditado ao Contrato o valor de **R$ 87.293,50** (Oitenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor do litro do combustível passa a ser de:

DESCRIMINAÇÃO	VALOR CONTRATUAL	VALOR ACRESCIDO	VALOR ATUAL
GASOLINA COMUM	4,65	0,10	**4,75**
DIESEL S 10	3,99	0,13	**4,12**
OLEO DIESEL S500	3,94	0,11	**4,05**

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2019

PROCESSO: 026/2019

LICITAÇÃO: PR 009/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: M KATSUMI NUNES KATO

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços dos serviços de exames de ultrassonografias para a Secretaria de Saúde.

COD	PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
28136	USG ABDOMEN SUPERIOR E/OU INFERIOR	UN	130	190,50	24.765,00
28138	USG DE RINS E VIAS URINARIAS	UN	200	187,50	37.500,00

VALOR: **R$ 62.265,00 (Sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais)**

DATA: 25/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **ILMA CHAVES PEREIRA EI**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34072	MICROSCOPIO LABORATORIAL BIOLOGICO BINOCULAR	UN	GLOBAL TRADE NO216B2	01	3.149,99	3.149,99

VALOR: **R$ 3.149,99 (Três mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **NOVAINSTRUMENTS EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34232	CAMARA PARA CONSERVACAO DE HEMODERIVADOS/ IMUNO/ TERMOLA-BEIS; CAPACIDADE 340 L	UN	NOVAINSTRUMENTS NI 1770/350	01	10. 099,99	10. 099,99

VALOR: **R$ 10.099,99 (Dez mil, noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **MAX DIAGNOSTICA COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS LABORATORIAIS LTDA**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	NOME	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34033	ANALISADOR AUTOMATICO BIOQUIMICO	UN	SINNOWA SX160	01	54.900,00	54.900,00

VALOR: **R$ 54.900,00 (Cinquenta e quatro mil, e novecentos reais)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa /MT, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº. 010/2019, tipo Menor Preço, tendo como objeto a Contratação de Empresa para Fornecimento de calcário, com data de abertura ocorrida no dia 25/03/2019 ás 14:30 horas, foi declarada “DESERTA”, face a ausência total de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública do Pregão no dia 08 de abril de 2019, às 14:30 horas; Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 25 de março de 2019.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **R.C EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - ME**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QNT	VALOR UNIT	TOTAL
34037	ANALISADOR DE IONS/ ELETROLITOS	UN	MHL BISE	01	16.750,00	16.750,00
34049	CONTADOR MANUAL DE CELULAS	UN	GLOBAL TRADE GT 12HD	01	635,00	635,00
34253	EXTRATOR MANUAL DE PLASMA	UN	FANEM	02	1.400,00	2.800,00

VALOR: **R$ 20.185,00 (Vinte mil, cento e oitenta e cinco reais)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34252	AGITADOR DE PLAQUETAS	UN	INBRAS OF MOD ALB 480 PLUS	01	13.099,00	13.099,00

VALOR: **R$ 13.099,00 (Treze mil, e noventa e nove reais)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 139, DE 21 DE MARÇO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIOLAINE COSTA ALVES E DÁ OUTRAS

PROVIDENCIAS".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 72, inciso VI, da Lei Orgânica e Lei Municipal nº 054/2011;

CONSIDERANDO, que a Lei Complementar nº 54 de julho de 2011, Art. 1º que reformula a carreira dos profissionais da educação básica do sistema público educacional no âmbito do Município de Água Boa, tendo por finalidade organizar, estruturar e estabelecer normas sobre o regime jurídico de seu pessoal;

CONSIDERANDO, o Art. 71, inciso I da Lei Complementar nº 54 de julho de 2011, que permite aos profissionais da educação básica o afastamento para exercer atribuições em outro Órgão ou Entidade dos Poderes da União, do Estado ou do Distrito Federal e dos Municípios sem ônus para o Órgão de origem;

CONSIDERANDO, o requerimento da Servidora expedido em 11/03/2019 e deferido pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Educação;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, Senhora ***DIOLAINE COSTA ALVES***, portadora do RG nº 1584505-2 SJSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº 004.490. 511-45, matrícula nº 7445.1, efetivada em 11/03/2019 - Portaria de Posse nº 172, Cargo de Professora/40h, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Cultura.

§ 1º - o tempo de afastamento sem remuneração compreende o período de ***11/04/2019*** à ***30/11/2020***;

§ 2º - O estágio probatório da servidora, iniciar-se-á quando a mesma assumir de fato as funções de professora junto a unidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Água Boa/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 21 DE MARÇO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 21 de março de 2019.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2019

PROCESSO: 026/2019

LICITAÇÃO: PR 009/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **GUILHERME ARNOLD JOST EIRELI - EPP**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços dos serviços de exames de ultrassonografias para a Secretaria de Saúde, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência deste Edital de licitação.

COD	PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
25783	USG OBSTÉTRICO	UN	300	177,50	53.250,00
25784	USG ABDOMEN TOTAL	UN	300	238,50	71.550,00
28137	USG DE MAMA	UN	200	181,50	36.300,00
30771	USG TRANSVAGINAL/ENDOVAGINAL	UN	360	190,50	68.580,00

VALOR: **R$ 229.680,00 (Duzentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta reais)**

DATA: 026/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS LTDA - ME

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34032	ANALISADOR AUTOMATICO PARA HEMATOLOGIA	UN - UNIDADE	URIT 5160	01	63.075,00	63.075,00

VALOR: **R$ 63.075,00 (sessenta e três mil, e setenta e cinco reais)**

DATA: 21/03/2019

VALIDADE: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **CQC – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34048	ANALISADOR IMUNOLOGICO AUTOMATIZADO	UN	BIOMERIEUX S.A FRANCE MINI VIDAS BLUE	01	112.894,00	112.894,00

VALOR: **R$ 112.894,00 (cento e doze mil, oitocentos e noventa e quatro reais)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 139, DE 21 DE MARÇO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIOLAINE COSTA ALVES E DÁ OUTRAS

PROVIDENCIAS".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 72, inciso VI, da Lei Orgânica e Lei Municipal nº 054/2011;

CONSIDERANDO, que a Lei Complementar nº 54 de julho de 2011, Art. 1º que reformula a carreira dos profissionais da educação básica do sistema público educacional no âmbito do Município de Água Boa, tendo por finalidade organizar, estruturar e estabelecer normas sobre o regime jurídico de seu pessoal;

CONSIDERANDO, o Art. 71, inciso I da Lei Complementar nº 54 de julho de 2011, que permite aos profissionais da educação básica o afastamento para exercer atribuições em outro Órgão ou Entidade dos Poderes da União, do Estado ou do Distrito Federal e dos Municípios sem ônus para o Órgão de origem;

CONSIDERANDO, o requerimento da Servidora expedido em 11/03/2019 e deferido pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Educação;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, Senhora ***DIOLAINE COSTA ALVES***, portadora do RG nº 1584505-2 SJSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº 004.490.511-45, matrícula nº 7445.1, efetivada em 11/03/2019 - Portaria de Posse nº 172, Cargo de Professora/40h, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Cultura.

§ 1º - o tempo de afastamento sem remuneração compreende o período de ***11/04/2019*** à ***30/11/2020***;

§ 2º - O estágio probatório da servidora, iniciar-se-á quando a mesma assumir de fato as funções de professora junto a unidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Água Boa/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 21 DE MARÇO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 21 de março de 2019.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL EIRELI

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34047	ANALISADOR DE URINA SEMI-AUTOMATICO	UN - UNIDADE	BIOCON READER 300	01	14.979,90	14.979,90

VALOR: **R$ 14.979,90 (quatorze mil novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2019

PROCESSO: 008/2019

LICITAÇÃO: PE 001/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **PREGWEB LTDA - ME**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para a Futura e Eventual Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e Laboratório Municipal de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, Emenda Parlamentar nº 11802.719000/1170-02.

COD	PRODUTO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
34231	CAMARA PARA CONSERVACAO DE HEMODERIVADOS/ IMUNO/ TERMOLABEIS; CAPACIDADE 280 L	UN	ELBER CSV 280	02	9.500,00	19.000,00

VALOR: **R$ 19.000,00 (Dezenove mil reais)**

DATA: 21/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 18 de Março de 2019

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2019, de 18 de Março de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: L ANTONIO DE CASTRO - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

DO VALOR: R$ 359.600,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e seiscentos reais)

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

001 - Gabinete do Prefeito

2006 – Manut. e Enc. com A Sec. Admin. e Planejamento

3.3.90.39.00.00 - 0100 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

05 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social

001 - Gabinete do Secretario

2014 - Manut. e Enc.Com Sec. Munic. de Desenv. e Ação Social

3.3.90.39.00.00 - 0100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

05 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social

001 - Gabinete do Secretario

2014 - Manut. e Enc.Com Sec. Munic. de Desenv. e Ação Social

3.3.90.39.00.00 - 0129 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

06 - Secretaria Municipal de Educação

001 - Gabinete do Secretario

2017 - Manutenção Com Transporte Escolar

3.3.90.39.00.00 - 0122 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

06 - Secretaria Municipal de Educação

001 - Gabinete do Secretario

2059 - Manutenção de Despesas com Salario Educação

3.3.90.39.00.00 - 0115 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

06 - Secretaria Municipal de Educação

001 - Gabinete do Secretario

2060 – Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

3.3.90.39.00.00 - 0115 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

06 - Secretaria Municipal de Educação

002 - FUNDEB

2024 - Manutenção Com Transporte Escolar

3.3.90.39.00.00 - 0119 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07 - Secretaria Municipal de Saúde

001 - Fundo Municipal de Saúde

2031 - Manutenção e Encargos com Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00.00 - 0102 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07 - Secretaria Municipal de Saúde

001 - Fundo Municipal de Saúde

2045 - Manutenção Com Programas do Bloco Média e Alta Complexidade e

3.3.90.39.00.00 - 0146 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07 - Secretaria Municipal de Saúde

001 - Fundo Municipal de Saúde

2050 - Manutenção das Despesas, Bloco da Atenção Básica

3.3.90.39.00.00 - 0146 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07 - Secretaria Municipal de Saúde

001 - Fundo Municipal de Saúde

2050 - Manutenção das Despesas, Bloco da Atenção Básica

3.3.90.39.00.00 - 0142 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

08 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

001 - Gabinete do Secretario

2038 - Manut. e Enc. com Sec. Mun. Agric.. Pec. E Meio Ambiente

3.3.90.39.00.00 - 0100 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

10 - Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano

001 - Gabinete do Secretario

1120 - Construção e Manutenção de Estradas e Vias públicas (FETHAB)

3.3.90.39.00.00 - 130 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

DATA: 18 de Março de 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e L ANTONIO DE CASTRO - ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº16/19

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 09 de abril de 2019, às 13:00h (horário de Mato Grosso)**,**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS E BEBIDAS PARA COFFEE-BREAKS E LANCHES DURANTE SOLENIDADES, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, REUNIÕES, PALESTRAS, CURSOS, CONFERÊNCIAS, TREINAMENTOS, OFICINAS, WORKSHOPS, REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E OUTROS EVENTOS CORRELATOS ORGANIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro - Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-maillicitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 25 de março de 2019. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE RETIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 02/2019

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às 16:00 horas, na sala da Assistência Social, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Assistência Social, junto a seu Presidente, senhor Sílvio Kiyoshi Tiyoda para apreciação dos documentos relacionados para a retificação da prestação de contas do Demonstrativo Financeiro da Se-

cretaria Municipal de Assistência Social referente ao ano de 2017. No uso da palavra, senhora Ellen Márcia Bispo Rodrigues Carvalho na função de Gerente de Desenvolvimento Social deu boas vindas a todos em seguida informou que fora recebido um e-mail da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social com o objetivo de informar que fosse feito uma retificação nos serviços/programas do Bloco Proteção Básica onde os respectivos saldos se encontravam R$ 0,00. Mediante a esta informação fez-se necessário a reabertura do demonstrativo de serviços para tal retificação. Após esta abertura fora alterado os valores dos campos rendimentos auferidos de R$ 5.966,54 (cinco mil novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) para o valor de R$ 6.094,39 (seis mil noventa e quatro reais e trinta e nove centavos). Outros pontos alterados foram os campos de gastos com pessoal contratado que estava R$ 0,00 e agora possui o valor correto de R$ 10.999,98 (dez mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) e vinculadas aos serviços/programas que estava no valor de R$ 0,00 (zero reais) para R$ 101.104,24 (cento e um mil cento e quatro reais e vinte e quatro centavos) prevalecendo assim o mesmo valor de outrora que é R$ 131.030,22 (cento e trinta e um mil trinta reais e vinte e dois centavos). Deste modo os conselheiros presentes analisaram as alterações a aprovaram. Nada mais a ser tratado à reunião foi encerrada às 17:30 horas. E, para constar, eu, Euda Alves Calças lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos. Alto Garças, 22 de março de 2019. Ellen Márcia B. R Carvalho, Gisele D. L. Singolano, Joaquim Miguel Dourado, Vandete C. Dias, Fernanda Mendonça, Silvio Kyioshi Tyioda, Maria Eliane Lopes Alves e Euda Alves Calças.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 063 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"Nomeia e designa Comissão Especial para enquadramento no quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Alto Garças, dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, decorrentes de processos seletivos devidamente registrados e homologados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO, decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos autos do Processo nº 16.635-9/2014, que decidiu por REGISTRAR a certificação dos Processos Seletivos visando a regularização/efetivação dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE, realizados em 1998, 1999 e 2005 pela Prefeitura Municipal de Alto Garças;

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 968/2014 que: "Regulamenta o exercício das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias no âmbito do Município"**, prevê em seu art. 20, que a** Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, após a homologação da certificação de seleção, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata esta Lei, de acordo com o disposto na Lei nº 874/2011 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimento, mediante comissão instituída para essa finalidade;

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear e designar Comissão Especial a ser composta pelos membros abaixo relacionados, visando o enquadramento/efetivação/regularização dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE, empossados através dos Processos Seletivos devidamente registrados e homologados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos autos do Processo nº 16.635-9/2014:

LAIANE FEITOSA DOS SANTOS

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

CARLOS EDUARDO ZANCHET GIRARDELLO

Representante da Secretaria Municipal de Administração

VERIDIANA DE FÁTIMA DOURADO

Representante do Conselho Municipal de Saúde

JOSIANA MARIA DE CARVALHO

Representante dos Agentes Comunitários de Saúde

MARCELLO GOMES BARROS

Representante dos Agentes de Combate às Endemias

IVANETE PEREIRA GOMES

Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

Art. 2º - A Comissão ora designada agirá com total independência e imparcialidade, objetivando o fiel cumprimento do seu objetivo.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 25 de Março de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 10/2018

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às 16:00 horas, na sala dos Conselhos da Assistência Social, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Assistência Social, junto a seu Presidente, senhor Sílvio Kiyoshi Tiyoda para apreciação dos documentos relacionados à prestação de contas do Demonstrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao ano de 2017. Com a palavra, a Gerente de Desenvolvimento Social, senhora Ellen Márcia Bispo Rodrigues Carvalho deu boas vindas a todos em seguida informou que após a última reunião foi enviado um e-mail para solucionar o caso da diferença de valores, devolvendo o valor, sugestão dada também pela contadora do município, porém veio uma resposta negativa que não poderia ser dessa forma. Foi sugerido que então fazer uma averiguação do documento para tentar descobrir o porquê dessa diferença, porém como não é possível uma certeza de quando iniciou esse problema, que pode ter ocorrido na gestão passada ou até mesmo na anterior a passada. Também existe a possibilidade da divergência de valor ter ocorrido por erro de digitação quando da inserção desse valor. Dando prosseguimento, foram explanados os valores dos programas e documentos da prestação de contas do ano de 2017. O IGD-SUAS apresentava um saldo, em 31/12/2016 no valor de R$ 8.680,33 (oito mil seiscentos e oitenta reais e trinta e três centavos); valores recebidos no exercício R$ 31.224,78 (trinta e um mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos); rendimentos da aplicação no mercado financeiro no exercício R$ 573,29 (quinhentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos); valore efetivamente executados no exercício R$ 755,75 (setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), totalizando um saldo a ser reprogramado para 2018 no valor de R$ 39.722,65 (trinta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos). O IGD-PBF apresentava um saldo de recursos reprogramados de exercícios anteriores no valor de R$ 45.504,48 (quarenta e cinco mil quinhentos e quatro reais e quarenta e oito centavos); valores recebidos no exercício R$ 30.113,74 (trinta mil cento e treze reais e setenta e quatro centavos); valores de aplicação no mercado financeiro no exercício R$ 3.009,84 (três mil e nove reais e oitenta e quatro centavos); valores

efetivamente executados no exercício R$ 10.944,90 (dez mil novecentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos); totalizando um saldo a ser reprogramado para 2018 no valor de R$ 67.683,16 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos); O demonstrativo financeiro do Bloco da Proteção Social Básica apresenta um saldo na conta corrente m 31/12/2016 no valor de R$ 106.690,04 (cento e seis mil seiscentos e noventa reais e quatro centavos); saldo financeiro na conta corrente em 31/12/2017 no valor de R$ 131.030,22 (cento e trinta e um mil, trinta reais e vinte e dois centavos), sendo este último valor a ser reprogramado para o exercício de 2018. Vale ressaltar que no parecer do Conselho haverá uma observação sobre o valor divergente de R$ 10.944,90 (dez mil, novecentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos) que é um problema advindo de gestões passadas e inclusive no parecer haverá um questionamento solicitando orientação adequada para solucionar esse problema. Dessa forma, os conselheiros presentes nesta reunião possuem ciência de problema existente e se comprometem juntamente com a equipe gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social a buscar a solução adequada para tal. Em tempo, o valor divergente é R$ 10.229,55 (dez mil duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos). Sendo assim, os conselheiros aprovam por unanimidade a prestação de contas do exercício 2017. Nada mais a ser tratado à reunião foi encerrada às 17:30 horas. E, para constar, eu, Juliana Dourado Ribeiro lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por todos. Alto Garças, 20 de dezembro de 2018. Ellen Márcia B. R Carvalho, Gisele D. L. Singolano, Joaquim Miguel Dourado, Vandete C. Dias, Fernanda Mendonça, Euda Alves Calças, Silvio Kyioshi Tyioda, Maria Eliane Lopes Alves e Juliana Dourado Ribeiro.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2019

Resolução CMAS nº 006/2019

O Conselho Municipal de Assistência Social de Alto Garças - CMAS, no uso das competências que lhe confere a lei municipal nº 892 de 03 de maio de 2012 e suas alterações, e, em conformidade com as deliberações em reunião extraordinária, realizada 09 de julho de 2018;

Considerando os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social "LOAS", promulgados em dezembro de 1993;

Considerando a Lei Federal Nº 12.435 de 2011 "Lei SUAS" que altera e integra plenamente o escopo da LOAS, dispondo sobre a organização da Assistência Social em todo território nacional;

Considerando que a Política Nacional de Assistência Social de 2004 "PNAS" orienta-se pela lógica do direito conforme prescrito na Constituição Federal de 1988 no Capítulo da Seguridade Social artigos 194 a 203 e no campo da Proteção Social nos artigos 203 e 204 e;

Considerando as Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012 instrumentos fundamentais para a Tipificação dos Serviços, expansão dos equipamentos públicos de assistência social Centro de Referência de Assistência Social "CRAS" e Centro de Referência Especializado de Assistência Social "CREAS" e integração das entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS/Alto Garças;

Resolve:

Art.1º Aprovar a Retificação do Demonstrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao ano de 2017 e dá outras providências.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças, 22 de março de 2019.

Silvio Kiyoshi Tiyoda

Presidente do CMAS/Alto Garças

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A presidente do **Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)** do município de Alto Garças-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Conferidas pela Lei nº 538/01 de 17 de dezembro de 2001; conforme deliberação na Reunião Ordinária realizada no dia 06 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a **II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA de Alto Garças-MT**, com o objetivo de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

§ 1º - A II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Alto Garças-MT realizar-se-á no dia 28 de março de 2019;

§ 2º – A II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Alto Garças-MT terá como Tema Central: **Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas**. E como Eixos temáticos:

1- Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas: Sub-eixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.

2- Educação: Assegurando direitos e emancipação humana.

3- Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa:

4- Os Conselhos de Direitos: Seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças, 18 de março de 2019.

Elíria Maria Bertotti Peres

Presidente do CMDI

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 005/2018

O Conselho Municipal de Assistência Social de Alto Garças - CMAS, no uso das competências que lhe confere a lei municipal nº 892 de 03 de maio de 2012 e suas alterações, e, em conformidade com as deliberações em reunião extraordinária, realizada 09 de julho de 2018;

Considerando os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social "LOAS", promulgados em dezembro de 1993;

Considerando a Lei Federal Nº 12.435 de 2011 "Lei SUAS" que altera e integra plenamente o escopo da LOAS, dispondo sobre a organização da Assistência Social em todo território nacional;

Considerando que a Política Nacional de Assistência Social de 2004 "PNAS" orienta-se pela lógica do direito conforme prescrito na Constituição Federal de 1988 no Capítulo da Seguridade Social artigos 194 a 203 e no campo da Proteção Social nos artigos 203 e 204 e;

Considerando as Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012 instrumentos fundamentais para a Tipificação dos Serviços, expansão dos equipamentos públicos de assistência social Centro de Referência de Assistência Social "CRAS" e Centro de Referência Especializado de Assistência Social "CREAS" e integração das entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS/Alto Garças;

Resolve:

Art.1º Aprovar o Demonstrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao ano de 2017 e dá outras providências.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças, 20 de dezembro de 2018.

Silvio Kiyoshi Tiyoda

Presidente do CMAS/Alto Garças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 092/2019

PORTARIA 092/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 03 (Três) meses de Licença Especial a Servidora **CINELANDIA TITO SANTIAGO – Titular do Cargo Efetivo de TECNICO ADM EDUCACIONAL 30 HRS PROFISSIONALIZADO,** junto a Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO,** por ter completado 05 (Cinco) anos de serviço público municipal, referente ao qüinqüênio, compreendendo no período de 2009/2014, para gozar a partir de 06/03/2019 a 04/06/2019.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 18 de Março de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

GABARITO PRELIMINAR - PROVAS ESCRITAS

Nº.	Função	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
01	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA VERMELHA	B	C	A	D	D	C	C	B	B	A	C	A	C	B	B	C	B	D	D	C	A	B	A	D	B	B	A	C	D	B	A	C	A	C	A
02	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA AMARELA	B	C	A	D	D	C	C	B	B	A	C	A	C	B	B	C	B	D	D	C	A	B	A	D	B	B	A	C	D	B	A	C	A	C	A
03	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA VERDE Z. URBANA	B	C	A	D	D	C	C	B	B	A	C	A	C	B	B	C	B	D	D	C	A	B	A	D	B	B	A	C	D	B	A	C	A	C	A
04	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA VERDE – Z. RURAL	B	C	A	D	D	C	C	B	B	A	C	A	C	B	B	C	B	D	D	C	A	B	A	D	B	B	A	C	D	B	A	C	A	C	A
05	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	B	C	A	D	D	C	C	B	B	A	C	A	C	B	B	C	B	D	D	C	A	B	A	D	B	A	B	D	A	A	A	C	D	D	C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECUPERAÇÃO/TRATAMENTO DE PISO GRANILITTE COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS (REMOÇÃO SUJEIRA E APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE) EM DIVERSAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **08/04/2019.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 25 de março de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – **Pregoeira.**

DECRETO N.º /2019.

"Fixa critérios para limpeza de terrenos particulares pela Prefeitura Municipal, localizados no município de Alto Taquari-MT e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Alto Taquari-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. FABIO MAURI GARBUGIO, no uso e gozo das suas atribuições legais, Considerando o interesse Público e a necessidade da Administração;

Considerando que foram constatados inúmeros terrenos baldios tomados pelo mato, entulho e lixo;

Considerando que é obrigação do proprietário a conservação e limpeza dos terrenos;

Considerando que a má conservação dos terrenos vem causando problemas relacionados à saúde e segurança pública.

DECRETA:

Art. 1º - Os proprietários de terrenos particulares serão Notificados, via edital, para até o dia 20/04/2019 providenciarem a limpeza, roçada, remoção de entulho e lixo dos terrenos baldios, sob pena de pagamento de multa.

Art. 2º - Em caso de descumprimento da obrigação prevista no artigo 1º, será lavrado auto de infração, impondo multa de até 05 (cinco) UFRM, conforme previsão do inciso III, Artigo 266, da Lei Municipal 187/1997, a ser paga no prazo de 08 (oito) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa e protesto do título.

Art. 3º - Independentemente da multa acima, a Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT executará o serviço de limpeza, roçada, remoção de entulho e lixo, nos moldes fixados no Decreto n° 014/2010.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Taquari-MT, 25 de março de 2019.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008

DIVULGA GABARITO PRELIMINAR DE provaS escritaS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019.

A Senhora Ivonete de Lima, Presidente da Comissão Examinadora, nomeada pela Portaria nº 011 de 23 de janeiro de 2019, em conformidade com o item 16.6 do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2019, torna público o que segue:

1. FICA DIVULGADO O GABARITO PRELIMINAR DE PROVAS ESCRITAS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019, APLICADAS NO DIA 24 DE MARÇO DE 2019, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso relativo à **DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS ESCRITAS**, a partir das 00h00 do dia **26/03/2019** até às 23h59 do dia **27/03/2019**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura Municipal - www.altotaquari.mt.gov.br e site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso/

Alto Taquari-MT, 25 de março de 2019.

Ivonete de Lima

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE MARÇO/2019

CONTRATO: Nº 028/2019;

CONTRATANTE: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso;

CONTRATADA: SOCIEDADE SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA;

VALOR: R$ 1.720.114,85;

VIGÊNCIA: 13/03/2019 à 31/12/2019;

PROCESSO: INEXIBILIDADE Nº 004/2019;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE GESTÃO E GERENCAMENTO DE FROTAS POR SISTEMA DE GESTÃO AUTOMOTIVA, O QUAL REUNA DIVERSOS MÓDULOS OPERACIONAIS CAPAZES DE PRESTAR SERVIÇOS DE CONTROLE E INTERMEDIAÇÃO DE CONSUMO DE COMBUSTIVEL, MONITORAMENTO E LOCALIZAÇÃO VIA SATÉLITE, FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FROTAS COM GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS POR INTERMEDIAÇÃO EM REDE CREDENCIADA, ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE;

LEGALIDADE: As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 017/2019

PORTARIA N.º 017/2019

LEILSON BALDUINO FEITOSA, Presidente do Legislativo Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E . . .

Artigo 1º - Alterar a data da Sessão Ordinária designada para o dia 25 de Março do ano de 2019, para o dia 29 de Março de 2019, no mesmo horário e local, em virtude do espaço cedido para o velório do senhor Gregório Pereira da Silva

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT, 25 de Março de 2019.

LEILSON BALDUINO FEITOSA

Presidente

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 066/2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **MAELSO DE SOUSA DA SILVA,** portador da cédula de identidade 3300185-5 SESP/MT e inscrito no CPF sob o n. 051.619.332-59, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO II,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 26 de Março de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT,, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP, CNPJ 27.471.260/0001-00, situado a Av. Dante Martins de Oliveira, S/N°, Centro, Apiacás-MT., neste ato representada por seu bastante procurador Sr. Efigênio Pedro de Carvalho, portador do RG n° 0960136-8 SSP/MT, e do CPF n° 662.053.109-10, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 004/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 004/2019.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP

CNPJ 27.471.260/0001-00

ITENS E VALORES:

Item	código	Nome do Material	Un. Med.	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
2	1-01-0003	ACUCAR CRISTALIZADO PACOTE COM 2 KG, SACAROSE DE ACNA DE ACUCAR NA COR BRANCA, EMBALAGEM EM POLIETILENO, PACOTE COM 2KG, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE, UNIDADE.	UN	BARRALCOOL	3.000,00	4,90	14.700,00
4	1-01-0005	ALHO, IN NATURA, DE PRIMEIRA, SEM A RESTIA, BULBO INTEIRICO, DE BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES, PERFURACOES E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA.	KG	KI ALHO	300,00	22,40	6.720,00
6	1-01-0007	AMIDO DE MILHO CAIXA COM 500 G COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	Cx	ZAELI	400,00	9,50	3.800,00
7	1-01-0176	ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PACOTE COM 5 KG, UNIDADE	Pt	TIO LINDO	2.000,00	14,00	28.000,00
9	1-01-0375	AVEIA - INTEGRAL,100% NATURAL, EM FLOCOS FINOS,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO,ACONDICIONADA EM SACHE APROPRIADO, CAIXA COM 500 GRAMAS.	Cx	MIKA	200,00	11,20	2.240,00
11	1-01-0011	BATATA INGLESA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	KG	NATURA	1.500,00	6,40	9.600,00
12	1-01-0012	BETERRABA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	KG	NATURA	500,00	7,40	3.700,00
13	1-01-0174	BISCOITO DE MEL, PACOTE COM 500 GRAMAS, COMPOSICAO BASICA:FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, MEL, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR, ACUCAR INVERTIDO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS), VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	DIMEL	2.000,00	8,18	16.360,00
14	1-01-0014	BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA, PACOTE COM 400GR COMPOSICAO BASICA:FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR, ACUCAR INVERTIDO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS), VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE.	UN	LIANE	3.000,00	5,70	17.100,00
22	1-01-0020	CARNE SECA - CHARQUE, CARNE BOVINA, CHARQUEADA, DIANTEIRO, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	7 SETEMBRO	500,00	35,80	17.900,00
25	1-01-0022	CEBOLA BRANCA, COM CASCA PROTETORA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	KG	NATURA	500,00	5,92	2.960,00
26	1-01-0023	CENOURA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	KG	NATURA	800,00	6,47	5.176,00
31	1-01-0029	CHOCOLATE EM PO PACOTE COM 400GR, INSTANTANEO, TRADICIONAL, A BASE DE ACUCAR, CACAU EM PO E MALTODEXTRINA, EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 400G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	MIKA	2.000,00	7,65	15.300,00
37	1-01-0204	ERVILHA EM CONSERVA LATA DE 2 KG, REIDRATADAS, EM CONSERVA, EMBALAGEM COM PESO BRUTO 3,1 KG E PESO LIQUIDO MINIMO 2 KG,COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	Lata	BONARE	100,00	22,15	2.215,00
45	1-01-0047	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 PACOTE 1KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA, UNIDADE.	Pt	TIO LINDO	2.000,00	9,00	18.000,00

47	1-01-0048	FERMENTO BIOLOGICO SECO, INSTANTANEO, PACOTECOM NO MINIMO 10 GRAMAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	UN	SAF	300,00	1,91	573,00
48	1-01-0049	FERMENTO EM PO QUIMICO EMBALAGEM 100GR, A BASE DE AMIDO DE MILHO E/OU FECULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONO CALCIO, BICARBONATO DE SODIO E CARBONATO DE CALCIO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	Pte	DR.ERTKER	500,00	3,85	1.925,00
53	1-01-0055	IOGURTE NATURAL POTE 170ML, INTEGRAL, NATURAL, RESFRIADO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	BATAVO	1.000,00	3,29	3.290,00
54	1-01-0380	LARANJA - PERA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA, QUILO.	KG	NATURA	1.000,00	6,10	6.100,00
55	1-01-0418	LEITE EM PO INTEGRAL PACOTE COM 400 GRAMAS, INSTANTANEO, ENRIQUECIDO COM FERRO, ZINCO E VITAMINAS C, A e D	UN	PIRACANJUBA	2.500,00	14,87	37.175,00
56	1-01-0378	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA MINIMO DE 3%, EMBALADO EM RECIPIENTE HERMETICO CAIXA ALUMINIZADA, CAIXA COM 1 LITRO.	Cx	VENCEDOR	6.000,00	6,99	41.940,00
58	1-01-0419	LINGUICA, SUINA TOSCANA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA Nº 304 de 22/04/96 E Nº145 de 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA E Nº 105 de 19/05/99.	KG	NUTRIBRAS	1.500,00	17,84	26.760,00
59	1-01-0058	MACA NACIONAL, DE PRIMEIRA, IN NATURA, VERMELHO, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMANECE SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO CO A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA KG	KG	NATURA	1.000,00	10,00	10.000,00
63	1-01-0061	MAIONESE TRADICIONAL, EMBALAGEM CONTENDO 3KG, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	UN	SOYA	100,00	24,70	2.470,00
64	1-01-0379	MAMAO - FORMOSA, OTIMA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA, QUILO.	KG	NATURA	700,00	7,99	5.593,00
66	1-01-0381	MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM A GRANEL,PESANDO ENTRE (6 A 10)KG CADA UNIDADE, QUILO	KG	NATURA	700,00	5,85	4.095,00
67	1-01-0064	MILHO DE CANJICA AMARELO PACOTE 500GR, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM 500 GRAMAS, ATOXICO. UNIDADE	Pt	ZAELI	800,00	3,40	2.720,00
68	1-01-0065	MILHO DE PIPOCA PACOTE DE 500GR, DE 1ª QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO ADICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	Pt	ZAELI	500,00	3,40	1.700,00
71	1-01-0068	MORANGO EM PO LATA 400GR, BEBIDA EM PO INSTANTANEO SABOR MORANGO TRADICIONAL, A BASE DE ACUCAR MALTODEXTRINA, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, ACIDO FOLICO, MINERAIS, LEITE EM PO, AMIDO DE FARINHA DE CEVADA, VITAMINAS, FARINHA DE AVEIA, SAL E AROMATIZANTE SABOR MORANGO. EMBALAGEM COM NO MINIMO 400G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	NESQUIK	300,00	16,79	5.037,00
73	1-01-0070	NOZ MOSCADA MOIDA PACOTE COM 10GR, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	MIKA	100,00	3,42	342,00
74	1-01-0071	OLEO DE SOJA COMESTIVEL 900ML, VEGETAL DE SOJA, PURO, REFINADO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA E ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA TIPO PET CONTENDO 900 ML, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM RESOLUCAO 482/99 - ANVISA. UNIDADE.	UN	SOYA	3.000,00	5,65	16.950,00
80	1-01-0415	PEITO DE FRANGO DESOSSADO, CONGELADO, KG, CONSISTENCIA FIRME, INSPECIONADA, SEM TEMPERO, EMBALAGEM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE. OBEDECENDO A TEMPERATURA NO MOMENTO DO RECEBIMENTO. CONFORME LEGISLACAO VIGENTE COM REGISTRO DE INSPECAO FEDERAL E/OU ESTADUAL. KG.	KG	SEARA	3.000,00	11,95	35.850,00
81	1-01-0076	PIMENTAO VERDE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA KG	KG	NATURA	200,00	12,00	2.400,00
82	1-01-0383	POLPA DE FRUTA - CONGELADA SEM ACUCAR,SABOR MARACUJA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE DE 1 KG.	UN	DELBIANCO	1.000,00	44,00	44.000,00
83	1-01-0077	POLVILHO DOCE PACOTE COM 500GR, TIPO 1, AMILACEO DE MANDIOCA, FECULA. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	Pt	ZAELI	300,00	8,85	2.655,00
85	1-01-0079	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA,EMBALAGEM COM 500 GR DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	Pt	MIKA	300,00	15,70	4.710,00
86	1-01-0080	QUEIJO MUCARELA, RESFRIADO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KG	COOPERNOVA	300,00	29,85	8.955,00
87	1-01-0081	REPOLHO BRANCO DE PRIMEIRA, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	KG	NATURA	1.500,00	6,49	9.735,00

		COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNP					
89	1-01-0083	SALSICHA A GRANEL, EMBALAGEM EM FILME PVC OU EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	PERDIGAO	700,00	14,50	10.150,00
90	1-01-0084	SARDINHA LATA 125GR, COM OLEO DE SOJA COMESTIVEL, EMBALAGEM COM NO MINIMO 125 G, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU DA AGRICULTURA	UN	88	800,00	7,05	5.640,00
91	1-01-0085	SELETA DE LEGUMES CAIXINHA COM 200GR, EM CONSERVA, EMBALAGEM: PESO BRUTO 300 G E PESO LIQUIDO MINIMO 200 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.CAIXA COM INTERIOR METALIZADO 300 GR.	Cx	BONARE	200,00	4,65	930,00
93	1-01-0086	TEMPERO BAIANO, PACOTE COM 30 GR, COMPOSTO POR ACAFRAO,COENTRO, OREGANO, CONDIMENTO DE PIMENTA, PIMENTA DO REINO MOIDA E COMINHO MISTO EM PODESTINADO A TEMPERAR ALIMENTOS ASPECTO,COR ,CHEIRO E SABOR. SEM GLUTEN. COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERATER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	UN	MIKA	300,00	4,95	1.485,00
94	1-01-0087	TOMATE SALADA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. KG	KG	NATURA	2.000,00	7,99	15.980,00
95	1-01-0088	VINAGRE DE MACA EMBALAGEM 750ML, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	Fr	CASTELO	300,00	8,75	2.625,00

Valor total do fornecedor R$ 475.556,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, no endereço das Secretarias conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15.– **A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.**

5.16– Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17– A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS E PROG. DA EDUCAÇÃO

2006.-MERENDA ESCOLAR - PNAE

339030.000000-1004- 0065- MATERIAL DE CONSUMO-EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2007.- MERENDA ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS

339030.000000- 1001- 0082- MATERIAL DE CONSUMO-EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUC

339030.000000-1001- 0089- MATERIAL DE CONSUMO-EDUCAÇÃO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 004/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 25 de março de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP

CNPJ 27.471.260/0001-00

CONTRATA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT,, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **A. A. S. DOS ANJOS-ME** pessoa jurídica, estabelecida à Av. Brasil n° 996, Bairro Bom Jesus, Apiacás -MT. CNPJ-03.800.496/0001-76, neste ato representada pelo sr. Antonio Augusto Soares dos Anjos, residente e domiciliado a Av. Brasil nº 996, Bairro Bom Jesus, Apiacás -MT, Portador do CPF nº 298.823.031-53 e do RG nº 103.909 SSP/MT., nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 052/2013 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8. 666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 004/2019.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: A. A. S. DOS ANJOS-ME

CNPJ-03.800.496/0001-76

ITENS E VALORES:

Item	código	Nome do Material	Un. Med.	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1-01-0002	ACAFRAO EM PO PACOTE DE 30G, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM: PACOTE COM NO MINIMO 30 GRAMAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA E FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE	UN	MIKA	200,00	2,20	440,00
3	1-01-0004	ADOCANTE DIETETICO LIQUIDO FRASCO 100ML, EDULCORANTE ARTIFICIAL ASPARTAME, COM SACARINA, SEM CICLAMATO, CONTEM FENILALANINA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E ATENDER A PORTARIA 451/97 E A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA EMBALAGEM FRASCO COM 100 ML	UN	ZERO CAL	10,00	5,85	58,50
5	1-01-0403	AMENDOIM - CRU, SEM CASCA COM PELE, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS,SAOS,LIMPOS E DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PACOTE COM 500 GRAMAS.	UN	MIKA	400,00	8,60	3.440,00
10	1-01-0010	AZEITE DE OLIVA, EXTRA VIRGEM, OBTIDO DE AZEITONAS SAS, COM SABOR E CHEIRO DE AZEITONA, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACIDEZ IGUAL OU INFERIOR A 1% APTO PARA CONSUMO MA MESA, VIDRO 500 ML, UNIDADE.	UN	CATELO	100,00	28,78	2.878,00
15	1-01-0015	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, PACOTE COM 155 G TOTAL E COM 6 PACOTES DE 25 G CADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FEITO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FARELO DE TRIGO,AMIDO, EXTRATO DE MALTE, SAL, ACUCAR INVERTIDO, FERMENTO BIOLOGICO. ZERO GORDURA TRANS. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO E VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	CASAREDO	100,00	5,69	569,00
16	1-01-0013	BISCOITO SALGADO, TIPO AGUA E SAL, PACOTE COM 400GR, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FEITO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, SAL, ACUCAR INVERTIDO. IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO E VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE.	UN	CASAREDO	3.000,00	6,30	18.900,00

17	1-01-0016	CANELA EM PAU, PACOTE COM 10 GR, EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 10 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	UN	MIKA	200,00	3,48	696,00
18	1-01-0017	CANELA EM PO PACOTE COM GR, EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 10 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	UN	MIKA	200,00	3,74	748,00
19	1-01-0175	CANJIQUINHA DE MILHO, PACOTE COM 500 GR, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADA, POLIDA, LIMPA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO.	Pt	MIKA	500,00	2,95	1.475,00
27	1-01-0025	CHA DE HORTELA EMBALAGEM: CAIXA COM 10 SAQUINHOS DE NO MINIMO, 10G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE.	Cx	MIKA	300,00	4,09	1.227,00
28	1-01-0026	CHA DE MACA COM CANELA, EMBALAGEM: CAIXA COM 10 SAQUINHOS DE NO MINIMO, 10G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE.	Cx	MIKA	200,00	4,18	836,00
29	1-01-0024	CHA ERVA CIDREIRA, EMBALAGEM: CAIXA COM 10 SAQUINHOS DE NO MINIMO, 10G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE.	Cx	MIKA	300,00	4,14	1.242,00
30	1-01-0158	CHA MATE, EMBALAGEM: COM 200G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E OU MINISTERIO DA SAUDE. CAIXINHA COM 200 GRAMAS, UNIDADE.	Cx	MATTE LEAO	300,00	11,54	3.462,00
32	1-01-0030	COCO RALADO PACOTE COM 100GR, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	Pt	ADEL	400,00	7,38	2.952,00
33	1-01-0033	COLORIFICO,COLORAU PACOTE COM 500G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE	UN	MIKA	300,00	10,18	3.054,00
34	1-01-0036	DOCE DE FRUTAS EM PASTA (SABORES VARIADOS), EMBALAGEM COM MINIMO DE 500G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU DA SAUDE.	UN	OLIVEIRA	300,00	8,48	2.544,00
35	1-01-0035	DOCE DE LEITE POTE DE 400GR, EMBALAGEM COM MINIMO DE 500G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	UN	TRIANGULO	400,00	7,98	3.192,00
36	1-01-0037	ERVA DOCE PACOTE COM 20GR, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	MIKA	200,00	2,30	460,00
38	1-01-0203	ERVILHA EM CONSERVA LATA DE 200GR, REIDRATADAS, EM CONSERVA, EMBALAGEM: PESO BRUTO 300 G E PESO LIQUIDO MINIMO 200 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	Lata	OLE	600,00	4,28	2.568,00
39	1-01-0042	EXTRATO DE TOMATE CAIXA 340 GR, CONCENTRADO, EMBALAGEM PLASTICA (SACHE) COM PESO 340G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	BONARE	500,00	2,68	1.340,00
40	1-01-0041	EXTRATO DE TOMATE, CONCENTRADO, LATA COM PESO 3 KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	QUERO	400,00	19,30	7.720,00
41	1-01-0044	FARINHA DE MANDIOCA PACOTE 1KG, GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA BENEFICIADA,CLASSE BRANCA, TIPO 1, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE.	Pt	PANTANAL	700,00	7,76	5.432,00
42	1-01-0045	FARINHA DE MILHO PACOTE 1KG, ELABORADA A PARTIR DE GRAOS DE MILHO TORRADO, NA COR AMARELA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO,O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. PACOTE COM 1 KG, UNIDADE.	Pt	MIKA	700,00	7,95	5.565,00
43	1-01-0046	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE 1 KG, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO A PORTARIA 354/98 - ANVISA	UN	YASAY	2.000,00	4,84	9.680,00
46	1-01-0417	FEIJAO PRETO, TIPO 01, PACOTE COM 1 KG, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES. EMBALAGEM EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES E ATOXICOS, LIMPOS NAO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE CLARO OS DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIONAL, NUMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	Pt	TIO LINDO	1.000,00	9,89	9.890,00
51	1-01-0053	FUBA DE MILHO PACOTE 500GR ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FOLICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	Pt	MIKA	800,00	5,98	4.784,00
52	1-01-0205	GELATINA EM PO EMBALAGEM COM 35GR, PRODUTO COMPOSTO DE ACUCAR, SAL, AROMA ARTIFICIAL DE FRUTAS, ACIDULANTE ACIDO FUMARICO, REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO DE SODIO E CORANTE ARTIFICIAL. EMBALAGEM CONTENDO 85 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE	UN	APTI	5.000,00	1,85	9.250,00

		E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.					
60	1-01-0416	MACARRAO TIPO ESPAGUETE, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVOS, E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS SUJIDADES, PARASITAS, ADMITIDA UMIDADE MAXIMA 13%, EMBALAGEM EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES E ATOXICOS, LIMPOS NAO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE CLARO OS DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIONAL,NUMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 06 MESES, PACOTE DE 500 GRAMAS. UNIDADE.	Pt	Q. DELICIA	3.000,00	3,45	10.350,00
62	1-01-0060	MACARRAO TIPO PARAFUSO PACOTE 500GR, SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO. MASSA COM OVOS E CORANTES NATURAIS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	Pt	Q. DELICIA	3.000,00	3,55	10.650,00
65	1-01-0062	MARGARINA VEGETAL COM SAL, DE BOA QUALIDADE, POTE DE 1 KG, INGREDIENTES: OLEOS VEGETAIS LIQUIDOS E HIDROGENADOS, AGUA, SAL (1,6%), LEITE EM PO DESNATADO, ESTABILIZANTES E MONO DIGIGLICERIDEOS E ESTERES DE POLIGLICEROL, CONSERVADORES SORBATO DE POTASSIO E/OU BENZOATO DE SODIO, ACIDULANTE ACIDO LACETO, AROMA ARTIFICIAL DE MANTEIGA, ANTIOXIDANTE BHT E ACIDO CITRICO, CORANTE NATURAL DE URUCUM E CURCUMA OU IDENTICO AO NATURAL BETACAROTENO E VITAMINA A (1500 U.I / 100 g). AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, COM SAL, EMBALAGEM COM 1 KG.	UN	DELICIA	500,00	14,90	7.450,00
69	1-01-0208	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 2KG, EMBALAGEM EM LATA E 2,9 KG DE PESO LIQUIDO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	UN	BONARE	200,00	27,68	5.536,00
70	1-01-0207	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 200GR, EMBALAGEM EM LATA COM 300 G DE PESO BRUTO E 200 G DE PESO LIQUIDO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	UN	BONARE	300,00	4,39	1.317,00
72	1-01-0069	MORTADELA, CONSTITUIDA DA MISTURA DE CARNES BOVINA E SUINA, RESFRIADO, DE 1ª QUALIDADE, FATIADO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99. KG.	KG	PERDIGAO	200,00	20,00	4.000,00
75	1-01-0072	OVOS CLASE A BRANCOS, EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 482/99-ANVISA	Dz		500,00	10,45	5.225,00
76	1-01-0074	PAO DOCE TIPO ROSCA DOCE, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	KG	PARANA	500,00	18,00	9.000,00
78	1-01-0001	PAO TIPO FRANCES, COM NO MINIMO 50 GRAMAS, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	KG	PARANA	4.000,00	14,50	58.000,00
79	1-01-0073	PAO TIPO MINI DOG, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA	KG	PARANA	500,00	18,00	9.000,00
84	1-01-0078	PRESUNTO MAGRO COZIDO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FATIADO. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	EXCELENCIA	200,00	28,59	5.718,00
88	1-01-0082	SAL REFINADO, IODADO PACOTE 1KG, PARA CONSUMO DOMESTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE , PACOTE 1 KG.	Pt	VITA SAL	500,00	3,08	1.540,00
							232.188,50

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR R$ 232.188,50 (duzentos e trinta e dois mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, no endereço das Secretarias conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15.– **A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.**

5.16– Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17– A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2.. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS E PROG. DA EDUCAÇÃO

2006.-MERENDA ESCOLAR - PNAE

339030.000000-1004- 0067- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2007.- MERENDA ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS

339030.000000- 1001- 0090- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUC

339030.000000-1001- 0099- MATERIAL DE CONSUMO EDUCAÇÃO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 004/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 25 de março de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

A. A. S. DOS ANJOS-ME

CNPJ : 03.800.496/0001-76

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº.: 004/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO 005/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

vencedores:

EMPRESA: MERCADO MIL COMERCIO VAREJISTA EIRELI –EPP , vencedora nos itens 2, 4, 6, 7, 9,11 ao 14, 22, 25, 26, 31, 37, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 58,59, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 94 e 95.

Valor total R$ 475.556,00 **(quatrocentos e setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais).**

EMPRESA: A A.A. S. DOS ANJOS – ME, vencedora nos itens:1, 3, 5, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 51, 52, 60, 62, 65, 69, 70, 72, 75, 76, 78, 79, 84 e 88.

Pelo valor global de R$ 232.188,50 (duzentos e trinta e dois mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

EMPRESA: vencedora nos itens 8, 20, 21, 23, 24, 44, 49, 50, 57, 61 e 92.

Pelo valor global de R$ 234.846,00 (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais).

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) N. C. FLOSS COMERCIO DE ALIMENTOS, CNPJ: 26.773.493/0001-96, pessoa jurídica, estabelecida à Av. Brasil esquina com Rua Maranhão, Bairro União, Apiacás -MT., CEP 78.595-000, neste ato representada por seu proprietário Sr. Norimar Cesar Floss, brasileiro, portador do RG n° 12R-2.432.044 SSP/SC, e do CPF N° 845.924.359-15, residente e domiciliado na Rua Londrina, n° 09,Bairro Pioneiro, Apiacás – MT., nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 004/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 004/2019.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: N. C. FLOSS COMERCIO DE ALIMENTOS

CNPJ: 26.773.493/0001-96

ITENS E VALORES:

Item	código	Nome do Material	Un. Med	Marca	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
8	1-01-0009	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 PACOTE 5KG CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE CONTENDO 5KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	Pt	ZAELI	200,00	16,99	3.398,00
20	1-01-0018	CARNE BOVINA DE 2ª MAGRA MOIDA ACEM, MUSCULO E CAPA DE PALETA INSPECIONADA FRIGORIFICADA, TEMPERATURA DE ATE 10ºC O PRODUTO DEVERA ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PROPRIAS PLASTICAS ATOXICAS, TRANSPARENTES CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, NO MAXIMO 10% DE GORDURA, ISENTA DE SEBO E SUJIDADES, COM ASPECTO, COR CHEIRO E ODOR PROPRIOS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	BOVINA	3.000,00	12,99	38.970,00
21	1-01-0019	CARNE BOVINA DE 2ª PICADA (MUSCULO TRAZEIRO), INSPECIONADA FRIGORIFICADA, TEMPERATURA DE ATE 10ºC NO MAXIMO, 10% DE GORDURA, ISENTA DE SEBO E SUJIDADES, COM ASPECTO, COR CHEIRO E ODOR PROPRIOS, EMBALAGEM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	BOVINA	3.000,00	14,30	42.900,00
23	1-01-0021	CARNE SUINA (LOMBO), RESFRIADO, SEM GORDURA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	BONANZA	3.000,00	13,00	39.000,00
24	1-01-0034	COSTELA BOVINA, MAGRA, RESFRIADA, EMBALAGEM EM FILME PVC OU EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	BOVINA	2.000,00	13,79	27.580,00
44	1-01-0377	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, LIVRE DE MOFO E MATERIAIS TERROSOS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, PACOTE DE 1 KG, UNIDADE.	Pt	ANACONDA	100,00	8,50	850,00
49	1-01-0050	FIGADO BOVINO, EM BIFE, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU EMBALAGEM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	BOVINO	500,00	12,00	6.000,00
50	1-01-0052	FRANGO COXAS E SOBRECOXAS 1ª QUALIDADE, CONGELADO ,EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99.	KG	MAROMBI	3.000,00	9,95	29.850,00
57	1-01-0376	LEITE LONGA VIDA, PROCESSADO POR UHT (ULTRA HIGHT TEMPERATURE) , ZERO LACTOSE, SEMIDESNATADO, APRESENTAÇÃO NA FORMA LIQUIDA, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO, UNIDADE.	UN	PIRACANJUBA	100,00	8,97	897,00
61	1-01-0059	MACARRAO TIPO PADRE NOSSO PACOTE 500GR, SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO. MASSA COM OVOS E CORANTES NATURAIS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA	Pt	LIANE	2.300,00	3,67	8.441,00
92	1-01-0382	SUCO CONCENTRADO - SABOR UVA, PRODUTO NATURAL,COMPOSTO POR ACUCAR, COM VITAMINAS, SAIS MINERAIS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,SEM CONSERVANTES,ACONDICIONADO EM CAIXA COM 1 LITRO.	Cx	MAGUARY	2.000,00	18,48	36.960,00

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR R$ 234.846,00 (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, no endereço das Secretarias conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15.– **A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.**

5.16– Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17– A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2.. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS E PROG. DA EDUCAÇÃO

2006.-MERENDA ESCOLAR - PNAE

339030.000000-1004- 0065- MATERIAL DE CONSUMO-EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2007.- MERENDA ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS

339030.000000- 1001- 0082- MATERIAL DE CONSUMO-EDUCAÇÃO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUC

339030.000000-1001- 0089- MATERIAL DE CONSUMO-EDUCAÇÃO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 004/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 25 de março de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

N.C. FLOSS COMERCIO DE ALIMENTOS

CNPJ: 26.773.493/0001-96

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 03/2019

Cria a Comissão Eleitoral para o encaminhamento do Processo de Escolha Unificada para Conselheiro Tutelar do Município de Apiacás-MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Apiacás – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal 8.069/90 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, modificado pelo Art. 1 da Lei Federal 8.242/91V, da Lei Municipal n° 916/2015. E, por considerar o término do mandato dos Membros do Conselho Tutelar de Apiacás – MT.

RESOLVE:

Art. 1° Criar a Comissão Eleitoral composta de **05** membros do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para encaminhar, organizar, mobilizar e coordenar o processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Apiacás;

Parágrafo 1° - A Comissão será composta pelos seguintes conselheiros municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo:

1. Derli Fernanda Bottega

2. Lilian Evangelista Rocha

3. Lucileide Dusanoski

4. Ivonete Carvalho

5. Jose Marcos Pizolli Junior

Parágrafo 2° - A presidente da Comissão Eleitoral será a conselheira Derli Fernanda Bottega

Art. 2° - Regulamentar as eleições dos membros do Conselho de Apiacás através de Normas, Edital e Instruções Normativas a serem divulgadas.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás, 22 de Março de 2019.

Derli Fernanda Bottega

Presidente CMDCA Apiacás/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 047 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 047 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora **Maria Vieira Campos , Contínuo(a), RG: 0437365-0 SSP/MT** e **CPF: 513.753.701-20** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2018 á 28/02/2019,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 07/03/2019** devendo seu retorno acontecer em **06/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 065, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA Nº 065, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º -Fica neste ato EXONERADO do cargo de SECRETÁRIO INTERINO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, oSrº. VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO, portador do RG: 277036 SSP/MT e CPF: 201.799.601-72.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de **09 DE NOVEMBRO DE 2018**, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 066, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA Nº 066, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º -Fica neste ato EXONERADO do cargo de CHEFE DE GABINETE, o Srº. RICARDO DUTRA DA SILVA, portador do RG: 18695841 SSP/MT e CPF: 014.470.371-89.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de **09 DE NOVEMBRO DE 2018**, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 056 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 056 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora **Sibely Aparecida Gomes da Cruz , Psicóloga, RG: 1776879-9 SJSP/MT** e **CPF: 031.436.971-64** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **06/08/2017 á 05/08/2018,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 01/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 31/03/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 053 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 053 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Roberto Leal Silva Freitas, Vigilante, RG: 1031841-0 SJ/MT** e **CPF: 976.183.901-00** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2016 à 09/02/2017,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 01/03/2019** devendo seu retorno acontecer em **31/03/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 048 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 048 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Antonio Marcos da Silva, Agente de Endemias, RG: 1411402-0 SSP/MT** e **CPF: 739.402.831-34** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/01/2018 à 01/01/2019,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 11/03/2019** devendo seu retorno acontecer em **10/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 049 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 049 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Braz José Mendes, Contínuo(a), RG: 164901 SSP/MT** e **CPF: 415.812.371-20** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/04/2016 á 31/03/2017,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 07/03/2019** devendo seu retorno acontecer em **06/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 057 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 057 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio ao servidor **Jucinéia Ribeiro de Freitas , Técnica de Enfermagem, RG: 1031842-9 SJ/MT** e **CPF: 902.135.641-49** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2014 á 09/02/2019,** sendo **90 (NOVENTA)** dias afastado **a partir de 06/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 06/06/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 061 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 061 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 1 Mês de Licença Premio Indenizada a servidora Janaina Gelber Mesquita**, Agente Administrativo atualmente respondendo como Chefe Departamento Recursos Humanos, RG: 1665413-7 SEJSP/MT** e **CPF: 022.547.851-09** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/06/2013 á 01/06/2018.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 064 DE 18 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 064 DE 18 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio ao servidor **Heronias Teixeira de Souza, Vigilante, RG: 391.322 SSP/MT** e **CPF: 299.897.441-49** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2014 á 09/02/2019,** sendo **90 (NOVENTA)** dias afastado **a partir de 18/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 16/06/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 058 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 058 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias Indenizada ao servidor Lenio Vieira Borges**,** sendo 20 dias indenizadas e 10 dias gozadas**, Enfermeiro, RG: 19984308 SSP/MT** e **CPF: 025.475.001-08** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **27/01/2017 á 26/01/2018.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 052 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 052 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Valdecir Montenegro de Souza , Motorista de Veiculo Pesado, RG: 495.059 SSP/MT** e **CPF: 325.620. 041-91** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2014 à 09/02/2015,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 01/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 31/03/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 063 DE 18 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 063 DE 18 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Wenio Ribeiro Dutra , Motorista de Veiculo Leve, RG10318119 SSP/MT** e **CPF: 981.519.831-91** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2013 á 09/02/2014,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 18/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 17/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 050 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 050 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora **Vanderlita Ferreira de Souza , Auxiliar Administrativo, RG: 324.121 SSP/MT** e **CPF: 362.124.901-04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/07/2017 à 30/06/2018,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 11/03/2019** devendo seu retorno acontecer em **10/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 059 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 059 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 1 Mês de Licença Premio Indenizada a servidora Maria José Mendes David da Silva**, Auxiliar Administrativo, RG: 815356 SSP/MT** e **CPF: 535.368.271-87** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/ 01/1994 á 01/01/1999.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 1 Mês de Licença Premio Indenizada a servidora Maria José Mendes David da Silva**, Auxiliar Administrativo, RG: 815356 SSP/MT** e **CPF: 535.368.271-87** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/ 01/1994 á 01/01/1999.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 062 DE 12 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 062 DE 12 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **José Naves Passos , Motorista de Veiculo Pesado, RG: 04373812 SSP/MT** e **CPF: 201.708.741-68** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **06/08/2017 à 05/08/2018,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 12/03/2019** devendo seu retorno acontecer em **11/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 060 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 060 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Huguine Gonçalves Naves , Auxiliar de Serviços Gerais, RG: 027.883 SSP/MT** e **CPF: 201.740.551-53** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/08/2013 à 31/07/2014,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 07/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 06/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 046, DE 07 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA Nº. 046, DE 07 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º.SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º -Elevar o nível dos servidores:

Ana Maria Pinto de Araujo - CPF: 535.370.251- 49 Adenilva Vieira de Oliveira Alves - CPF: 592.677.801- 82 Adilson Mendes dos Santos - CPF: 535.368.781- 72 Ademilso Alves de Oliveira - CPF: 201.727.531-04 Adielânia Alves de Oliveira - CPF: 592.858.931- 04 Brasilina Maria Mendes dos Santos Araujo - CPF: 535.370.091-00 Carlos Batista Borges - CPF: 496.049.451- 49 Celis Antônio Rodrigues de Oliveira - CPF: 592.842.931- 20 Herodites David Ribeiro de Freitas - CPF: 890.462.261-15 Hugo de Araújo de Oliveira - CPF: 905.819.621- 68 José Naves Passos - CPF: 201.708.741- 68 Leidimar Rodrigues da Silva Souza - CPF: 592.759.441- 7 Maria Vieira Campos - CPF: 513.753.701- 20 Sebastiana da Silva Mendes - CPF: 592.819.441- 20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 055 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 055 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora **Elizânia da Silva Alcântara , Auxiliar Administrativo, RG: 18698026 SSP/MT** e **CPF: 014.677.961-40** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/07/2013 à 30/06/2014,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 01/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 31/03/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 051 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 051 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Valdenor Borges de Souza , Motorista de Veiculo Pesado, RG: 437.444 SSP/MT** e **CPF: 460.023.591-68** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/04/2014 à 31/03/2015,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 01/03/2019 devendo seu retorno acontecer em 31/03/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 054 DE 07 DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº. 054 DE 07 DE MARÇO 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora **Maria José das Graças Azevedo , Professor 20 horas, RG: 1031842-9 SJ/MT** e **CPF: 902.135.641-49** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/01/2017 à 01/01/2018,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 12/03/2019** devendo seu retorno acontecer em **11/04/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 067, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA Nº 067, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º -Fica neste ato NOMEADO ao cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o Srº. RICARDO DUTRA DA SILVA, portador do RG: 18695841 SSP/MT e CPF: 014.470.371-89.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de **09 DE NOVEMBRO DE 2018**, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA 16/2019 DRH, LICENÇA SAÚDE.

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE LICENÇAS SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamentos de Licenças Saúde dos **Servidores Públicos Municipais da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, abaixo relacionados:**

NOME	*CARGO*	*LICENÇAS*	*INICIO*	*TERMINO*
CLAUDETE BENEDITA CORREA	*ENFERMEIRA*	*SAÚDE*	*11/03/2019*	*19/04/2019*
FABIO CESAR DE OLIVEIRA SOARES	*FISCAL DE OBRAS E POSTURAS*	*SAÚDE*	*18/03/2019*	*22/05/2019*
JAKELAINE GREGÓRIO AFONSO	*APOIO ADM.EDUCACIONAL*	*SAÚDE*	*01/03/2019*	*01/04/2019*
LUIZ ANTONIO DE CAMPOS	*MONITOR DE CRECHE*	*SAÚDE*	*14/03/2019*	*14/04/2019*
NILMA JOSÉ DOS SANTOS LEMES	*AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS*	*SAÚDE*	*13/03/2019*	*20/04/2019*
MARIA DE FATIMA DOS SANTOS SILVA	*PROFESSORA*	*SAÚDE*	*30/01/2019*	*01/07/2019*
ROBERTO JOÃO SABIONI JUNIOR	*MECÂNICO MAQUINHA PESADA*	*SAÚDE*	*12/03/2019*	*12/04/2019*
SIMONE PIRES SALOMÉ	*DENTISTA PSF*	*SAÚDE*	*06/03/2019*	*15/03/2019*
SIRLENE MACHADO PEREIRA	*ENFERMEIRA*	*SAÚDE*	*14/03/2019*	*12/04/2019*

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 25 de março de 2019.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 01, Portaria 07/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 92/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 102º DA LEI 135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) a servidora, **RENATA BORGES BATISTA**, matrícula nº 1663, ocupante do cargo efetivo de Auditora Pública Interna, lotada na Unidade Central de Controle Interno, referente ao período aquisitivo de 28/06/2012 á 27/06/2017, por 90 (noventa) dias.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 20/03/2019, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois (22) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 93/2019

TORNA SEM EFEITO POR DECURSO DO PRAZO LEGAL O ATO DE NOMEAÇÃO Nº 08/2019, DA CANDIDATA APROVADA CLAUDIA ROSANA NUNES HENRIQUE NO CARGO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º- Tornar sem efeito por decurso do prazo legal, a nomeação da candidata **CLAUDIA ROSANA NUNES HENRIQUE**, aprovada no Concurso Público nº 01/2018, para provimento do cargo efetivo de Professor de Pedagogia, conforme Portaria de Nomeação nº 08/2019 datada de 21/01/2019, com a devida publicação em 22/01/2019 no Diário Municipal (AMM/MT), que após o requerimento de prorrogação da posse sob o protocolo nº 234 de 19/02/2019 a mesma não tomou posse, de acordo com o disposto no item 17.1.1 do Edital de abertura do Concurso Público nº 01/2018**.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 94/2019

"REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 213/2018 DE 05/07/2018 NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º- Revogar a portaria nº 213/2018 de 05/07/2018 que nomeia **PATRICIA DA SILVA HENRIQUE,** matrícula nº 2150**,** ocupante do cargoem comissão de Assessora, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 15/02/2019.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
EDITAL Nº 001/2019 – CMDCA

EDITAL N.º 001/2019– CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA-Araputanga, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e na Lei Municipal nº 175/93 e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Araputanga:

Considerando, a Lei Federal nº 8069/90 ECA e, a Lei Municipal nº 175/93, que dispõe sobre a criação do CMDCA e Fundo da Criança e Adolescente;

Considerando a necessidade de desenvolvimento de projetos que deverão ser aprovados pelo CMDCA-Araputanga, bem como o funcionamento e aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que disciplina a Seleção de Projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA – Araputanga, no exercício de 2019;

Considerando que o CMDCA – Araputanga, por meio do edital 07/2018 publicado em 29/11/2018, estabeleceu procedimentos para realização do processo de análise e seleção de projetos que poderiam ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araputanga;

Considerando que as entidades devidamente registradas no CMDCA – Araputanga, respeitando os prazos e normas definidas no edital 07/2018, apresentaram seus projetos;

RESOLVE:

Artigo 1° - Aprovar, o repasse de recursos oriundos do Fundo da Infância e Adolescência para os seguintes projetos:

I – APADA – Associação de Pais e Amigos dos Desportos de Araputanga/MT.

- Finalidade do Recurso: Custeio de passagens, hospedagem e alimentação para os atletas em campeonatos.

- Valor Total do Projeto: R$ 67.108,00

- Valor financiado pelo FIA: R$ 16.777,00

II – APAE – ARA

- Finalidade do Recurso: Contratação temporária de profissional da área da Psicologia.

- Valor Total do Projeto: R$ 15.224,00

- Valor financiado pelo FIA: R$ 15.224,00

Artigo 2º - As entidades beneficiadas deverão prestar contas da execução dos recursos a cada seis meses, a contar da data do recebimento dos valores. A prestação de contas deverá ser feita de acordo os trâmites determinados para o setor púbico.

Artigo 3º - O resultado dos demais projetos apresentados será divulgado em edital futuro, após análise jurídica e deliberações do C.M.D.C.A.

Araputanga/MT, em 15 de março de 2019.

_____

GIULIANA F. MARCELO E MARIANO

Presidente do CMDCA de Araputanga/MT

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 011-2019-RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N° 007/2019 DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR CONTRIBUIÇÃO

PORTARIA N.º 011/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor do servidor Sr. Valter Jeronimo Rosa".

*A Diretora Executiva do **PREVIARA**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos doArt. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de julho de 2005, Art. 53, inciso "III", alínea "a" da Lei Complementar n. º 135/92, de 08 de maio de 1992 Art. 90, "I", "II", "III", da Lei Municipal n. º 636/2005, de 03 de junho de 2015.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição o servidor Sr. Valter Jeronimo Rosa, portador do RG n.º 806701 - SSP/MT, inscrito no CPF n.º 182.165.446-34 e Título de Eleitor n.º 3778601864, Zona "041", Seção "0019", efetivo no cargo de Operador de Máquina Pesada, Nível "03", Grau "F", lotado na Secretaria de Obras e Infraestrutura, com matricula n.º 0146, contando com um total de 13.120 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos e 11 (onze) meses e 10 (dez) dias, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do PREVIARA n.º 001/2019, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2019, revoga-se neste ato a portaria n.º 007/2019 de 18/01/2019 e publicada em 22/01/2019.

Registre, publique e cumpra-se.

Araputanga – MT, 24 de Janeiro de 2019.

MARIONY SOARES DE OLIVEIRA

Diretora Executiva

Previara

HOMOLOGO:

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIA Nº 050.2019

P O R T A R I A Nº. 050/2019

Súmula. Instaura processo administrativo disciplinar para apurar responsabilidades de servidores públicos efetivo pertencentes ao quadro de funcionários efetivos do município de Arenápolis/MT.

O Exmo. Prefeito Municipal de Arenápolis/MT, senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO** , no uso de suas atribuições legais, e em especial a prevista no Art. 95 alínea c da Lei orgânica Municipal e artigo 200 caput da Lei n.º 788 de 12 de março de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arenápolis MT, expede a seguinte:

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar responsabilidades dos seguintes servidores públicos efetivos:

a) GISELE LOPES COSTA – Mat. n° 898 b) AIRIA FERREIRA SILVA – Mat. n° 816

Art. 2º - Em cumprimento aos termos do Art. 200 c/c Art. 202, ambos da Lei nº 788/2002, faço constar nesta Portaria, conforme denuncia apresentada pela Sr (a) Maria das Graças S. S. Mendes, Secretária de Saúde do Município de Arenápolis/MT atravé dos ofícios: 018/SMSA/2019 de 11 de março de 2019, e, 011/2019 de 20 de fevereiro de 2019.

Parágrafo Único – Para efeito deste artigo, em tese, GISELE LOPES COSTA, em tese praticou a transgressão descrita no inciso XX, e, AIRIA FERREIRA SILVA em tese praticou a transgressão descrita no inciso XVII, todos o Art. 171 da Lei Municipal n° 788/02, podendo estarem em incurso na sanção prevista do Art. 172, todos do Estatuto do Servidor Público do Município de Arenápolis.

Art. 3º- Para a condução do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por esta Portaria, fica designada Comissão Processante Especial composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- **NUBIA REGINA DE SOUZA** – Matrícula de n° 754;

- **IZALETE ROSINHA SZIMANSKI** – Matrícula de n° 160;

- **MARINALVA FERNANDES BEATO** – Matrícula de n° 143.

Parágrafo único – Incumbe ao Presidente da Comissão à indicação de quem irá secretariar os trabalhos.

Art. 4º - Os trabalhos da Comissão Processante Especial deverão ser instalados dentro do prazo de cinco (5) dias, contados desta data, e concluídos no prazo de sessenta (60) dias, contados do início dos trabalhos.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se

Gabinete do Prefeito,aos 25 dias do mês de março de 2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2019

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO DE ARENÁPOLIS MT

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA OS VEICULOS, ONIBUS, CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

Data da realização: 22/03/2019

EMPRESAS VENCEDORAS: MORADA DA SERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. **01.213.281/0001-23**, nos **ITENS 001 e 003** no valor totalde **R$ 1.030.198,00 (um milhão trinta mil e cento e noventa e oito reais)** e a empresa **COMERCIAL DE COMBUSTIVEL NORTELANDIA LTDA-EPP,** inscrito no CNPJ sob nº **86.915.048/0001-45**, nos **ITENS 002 e 004,** no valor total de **R$ 740.260,00 (setecentos e quarenta mil e duzentos e sessenta reais).**

ARENÁPOLIS -MT, 22 de março de 2019.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
RESOLUÇÃO N.º 001/2019

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

RESOLUÇÃO N.º 001/2019

Dispõe sobre a convocação da I Conferência Municipal da Pessoa Idosa e dá outras providências.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Arenapolis-MT,órgão deliberativo e controlador das políticas públicas dirigidas ao idoso no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº10.741 de 1º de Outubro de 2003, Lei Municipal n° 1140 de 26 de março de 2013, e deliberação da Plenária realizada no dia 18 de Março 2019.

Considerando:

A Constituição Federal de 1988; Lei Nº 8.842 - Política Nacional do Idoso (1994);

Lei no 10.741 - Estatuto do Idoso (2003). As deliberações das Conferências anteriores;

Resoluções do CNDI e Decretos governamentais, como o Decreto nº 8. 243/2014;

Política de Participação Social; Portaria nº 2.528/2006 - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e outros atos normativos.

RESOLVE:

Art. 1º – *Convocar ordinariamente a I Conferência Municipal da Pessoa Idosa tendo como Tema Proposto "Os Desafios De Envelhecer No Século XXI E O Papel Das Políticas Públicas", e o os seguintes eixos:* **Eixo 01***: Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Sub Eixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer;* **EIXO 2***: Educação: assegurando direitos e emancipação humana;* **EIXO 3:** *Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa;* **EIXO 4***: Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas, a fim de avaliar a situação atual das políticas públicas para a Pessoa Idosa, bem como propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento;*

Art. 2º – *A I Conferencia Municipal da Pessoa Idosa realizar se-á no dia 11 de abril de 2019, das 08h às 17h, no Centro de Convivência do Idoso , sito à Rua Francisco Izidio S/N Bairro Jardim Canaã;*

Art 3º *A I Conferencia Municipal da Pessoa Idosa serão escolhidos e indicados os delegados participantes para participar da etapa Estadual;*

Art. 4º *A I Conferência Municipal da Pessoa Idosa será presidida pela Presidenta do Conselho Municipal do Idoso de Arenápolis-MT;*

Art.5º *O Regimento Interno da I Conferência Municipal da Pessoa Idosa será aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso e publicado por meio de Resolução.*

Art. 6º Instituir a Comissão Organizadora, com composição paritária dos representantes Governamentais e Não-Governamentais, a ser definida em Resolução para a organização da I Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa;

Art. 7º. As despesas com organização e realização da I Conferência Municipal da Pessoa Idosa correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal ;

Art. 8º As despesas de deslocamentos dos delegados (as) municipais, para a participação na V Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, serão custeados pelo seu município de origem.

Art. 9º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Arenápolis-MT, 18 de Março de 2019.

Nubia Gonçalves Campos

Presidenta do Conselho Municipal do Idoso

RATIFICAÇAO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 002/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS PELA TABELA SUS DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

O Município de Arenápolis – MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativa apresentada pela **Secretaria Municipal de Saúde**, e emissão de Parecer Juridico com com condições favoráveis pela Assessoria Juridica do Municipio, sobre contratação de Prestação de serviços de Laboratório: a empresa LABORATORIO PRONTO ANALISES LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº. 01.657.629/0001-71, no valor total de R$ 53.944,85 (cinqüenta e três mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos); a serem pagos conforme o contrato, onde formulou-se expediente de inexigibilidade por Credenciamento de licitação, fulcrada no artigo 25 e 26 da Lei 8.666/93, resolve RATIFICAR a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal.

Arenápolis – MT, 25 de março de 2019.

JOSE MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 291/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: SOELI LOPES DOS REIS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1. 342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 292/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: FRANCIANE NAVIS GARCIA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1. 342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.724/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do servidor, sr **WANDERSON LISBOA PANTA, portador da Cédula de Identidade**RG nº. 0959822-7 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº. 629.463.661-20**,** d**o**Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Secretario Adjunto de Tributos - SATRI,** nível **DAS-02**, a partir do dia 25/03/2019, tornando sem efeito a Portaria n° **9. 140/2017**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 25 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 293/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: TAMIRES CALDEIRA PEREIRA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 294/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: CREUSA OFMANN FORTUNATO; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 2.402,52; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 349/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: IARA JANE DE OLIVEIRA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1. 738,36**; VIGENCIA: 1º/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 348/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARIA PAULA D SILVA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1. 024,94**; VIGENCIA: 06/03/2019 A 04/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 347/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: QUETULI HOLANDA DOS SANTOS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.024,94**; VIGENCIA: 1º/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 346/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: GLACIELE PATRICIA LEITE SOARES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.024,94**; VIGENCIA: 1º/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 295/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: DIELE MAZUREK; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 345/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ELIANE DE OLIVEIRA MUNIZ; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 1º/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 296/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LISANDRA VASCO GONÇALVES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 343/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LUCILENE DA SILVA TOBIAS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.399,68**; VIGENCIA: 03/03/2019 A 1º/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 342/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: CILEIA FERREIRA BARROS LARANJEIRA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.399,68**; VIGENCIA: 03/03/2019 A 1º/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 341/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARIA HELENA PAIVA PEREIRA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.399,68**; VIGENCIA: 03/03/2019 A 1º/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.727/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária efetiva Srª. **ROSÁLIA BUENO MAGALHÃES DE LIMA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.6.957.960-4 SSP/PR e inscrita no CPF sob o nº. 016.274.689-00, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C",** Nível **2,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes no CEI Albertina Felício dos Santos, em virtude de substituição da professora Alextania Piran da Silva, em atestado médico, no período de 25/03/2019 a 07/04/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 25 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 340/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LUCIA PAULO DE NASCIMENTO SILVA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.399,68**; VIGENCIA: 03/03/2019 A 1º/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 339/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: FRANCISCA DE SOUSA SILVA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.399,68**; VIGENCIA: 03/03/2019 A 1º/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 338/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ROSA IVÂNE MORETTO BOSHOLN; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.399,68**; VIGENCIA: 04/03/2019 A 02/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 337/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARINEZ RAIMONDI LARA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.399,68**; VIGENCIA: 03/03/2019 A 1º/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 336/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: HELTON LUIS D'AGOSTIN; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **3.161,99**; VIGENCIA: 13/03/2019 A 11/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 344/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: VANUSA ROSA MARQUES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 1º/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 334/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: SUELENN MAIARA DE MIRANDA SOUZA; REFERENTE À **PRESTAÇÃO**

DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 15/03/2019 A 15/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 333/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: JOSIVAN MENDES MARTINS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.738,36**; VIGENCIA: 14/03/2019 A 12/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 307/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARIA DAS DORES GOMES DE SOUZA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 308/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LORRAINE DE OLIVEIRA ARAUJO; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 309/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: CRISTIANE DE CASTRO DO NASCIMENTO; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 310/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: NAIARA GONÇALVES DE SOUZA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.725/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria **Nº 10.601/2019**, a qual designaa professora Sr.ª **CLEUSA JUSTINO DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2210579-4 SSP/MT e do CPF nº. 009.762.017-39, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR Nível 1,** da **Classe "C"**, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na EM José Ary da Costa, em virtude que a mesma vai assumir aulas na rede estadual de ensino, a partir de 25/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 25 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 330/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: NEIVA MARIA ALVES DE ABREU; *REFERENTE À* CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 005/2018; VALOR MENSAL R$ 2.402,52; VIGENCIA: 12/03/2019 A 20/12/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 329/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: EDIMAR DA SILVA LEÃO; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 12/03/2019 A 12/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 311/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ANA LUCIA DE SOUZA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 328/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JESSICA DHIEYLA RUIVO CALISTO; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 12/03/2019 A 12/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 326/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ZILDA FAUSTINO MENDES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.024,94**; VIGENCIA: 07/03/2019 A 05/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 324/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: RODNEY GARCIA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.738,36; VIGENCIA: 08/03/2019 A 06/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 323/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: LUIZ FELIPE GALVAN ANACLETO; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 11/03/2019 A 11/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 322/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JANAINA CRISLEY D AGOSTIN; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 11/03/2019 A 11/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 321/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: DEMICIANO DE MATOS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **998,00**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 29/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 320/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MONIQUE DOS SANTOS ALBUQUERQUE; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **998,00**; VIGENCIA: 07/03/2019 A 05/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 312/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: EDIONES NASCIMENTO DA SILVA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 319/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: MOISÉS PAIVA PEREIRA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1. 532,82**; VIGENCIA: 06/03/2019 A 04/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 318/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: NAIR MAGALHÃES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **998,00**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 317/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ELISANDRA DE ALMEIDA CAETANO; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **998,00**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 316/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: MARCOS MARTINS E SILVA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1. 532,82**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 315/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: FERNANDA NUNES BRAUN; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1. 342,87; VIGENCIA: 06/03/2019 A 29/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 314/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ILZA RODRIGUES XAVIER; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1. 342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 313/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: PATRICIA MIRANDA DE ARRUDA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 297/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: OURISARIA RODRIGUES NOGUEIRA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.307,57**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.726/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de Sindicância N° 001/2019, com a finalidade de apurar responsabilidades a respeito do ocorrido com os alunos da comunidade AR2, no dia 05/12/2018**,** conforme requerido no Memorando n° 0269/2019/SEMEC.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, sob a presidência do Primeiro.

Adelina Aparecida Mazurek – Mat. 835

Benedita Ximenes Dos Santos – Mat. 25

Silvia Esteves Grapiuna – Mat. 1712

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 25 dias de março de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 298/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 299/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: GESLAINE RUFINO DOS PASSOS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 300/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: TAISE CRISTINA BUENO; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1. 342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 301/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: KEILA INACIO BARBOSA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1. 342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 302/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARIZA DA SILVA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 303/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARIA APARECIDA DE SOUZA GOMES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 304/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARIA DIAS DA COSTA SILVA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 305/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ROSIANE CARVALHO DIAS; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1. 342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 279/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: TATIANE APARECIDA NEVES; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ $ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 280/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: KELEN CRISTINA PITOL; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1. 342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 306/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JULIANA ALVES DIAS; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1. 342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 278/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LEILA COSTA DE OLIVEIRA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 998,00; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 277/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: EDNA FERREIRA FERNANDES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ **1.342,87**; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 276/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ANA CLAUDIA GONÇALVES DE LIMA; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/ 2018; VALOR MENSAL R$ 1.307.57; VIGENCIA: 1º/03/2019 A 20/12/ 2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 281/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JAINE EICHENBERG; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1. 342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 282/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: GLAUDENIA MARIA DE JESUS; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SER-

VIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 283/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: GLAUCIENE BATISTA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO; REFERENTE À **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA**; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 284/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: CILSO APARECIDO PEREIRA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.738,36; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 285/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: JORGE PEREIRA DA SILVA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.738,36; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/05/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 286/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MAIRA NASCIMENTO PINHEIRO; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 287/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: DORALUCE COTRIN DE OLIVEIRA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 288/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARIA APARECIDA CARQUENO NEVES; REFERENTE À **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA**; VALOR MENSAL R$ 998,00; VIGENCIA: 01/03/2019 A 20/08/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 289/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: SUELLEN ANDRADE DE OLIVEIRA MARTINS; REFERENTE À **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA**; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 290/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ROSANGELA LUZIA VERÃO DA CUNHA; *REFERENTE À* PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.342,87; VIGENCIA: 01/03/2019 A 30/04/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2018

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº.: 08.355.658/0001-28

DO OBJETO Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA , devido ao término do prazo do contrato principal, referente a ***"*PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA EM GERAL, (ELÉTRICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, FILTRO, PINTURA EM GERAL E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA EM GERAL), E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA/PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS DE GUINCHO E REBOQUE PARA VEÍCULOS INDEPENDENTE DE MARCA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES-MT**,

DO PRAZO – O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 90 (NOVENTA) dias, sendo de **31/12/2018 até 31/03/2019**, conforme estabelece o Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 8.666/93

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2018

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **RPM COM DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E SERVIÇOS EIRELI ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17324663/0001-64

DO OBJETO ;Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA , devido ao término do prazo do contrato principal, referente a ***"*PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA EM GERAL, (ELÉTRICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, FILTRO, PINTURA EM GERAL E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA EM GERAL), E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA/PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS DE GUINCHO E REBOQUE PARA VEÍCULOS INDEPENDENTE DE MARCA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES-MT**,

DO PRAZO – O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 90 (NOVENTA) dias, sendo de **31/12/2018 até 31/03/2019**, conforme estabelece o Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 8.666/93

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

Vigência: 29/10/2018 á 31/12/2018

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2019. EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2019.

Extrato do Contrato nº 001/2019.

1- Partes: Câmara Municipal de Barra do Bugres e a empresa Carrão Auto Posto Eireli 2- Objeto: Fornecimento de Combustível Gasolina Comum,

para atender no abastecimento dos veículos que compõe a frota oficial da Câmara Municipal de Barra do Bugres/MT, para o exercício de 2019. 3- Dos Valores: R$55.680,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais) 4- Condições de pagamento: Mensal. 5- Prazo do Contrato: Até 31/12/2019. 6- Recurso: Material de Consumo: Verba - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo 7- Embasamento: Processo nº 001/2019.

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 21 de março de 2019.

Josoel Izídio Barboza

Presidente

Extrato do Contrato nº 002/2019.

1- Partes: Câmara Municipal de Barra do Bugres e a empresa Posto Maracanã Ltda 2- Objeto: Fornecimento de Combustível Etanol, para atender no abastecimento dos veículos que compõe a frota oficial da Câmara Municipal de Barra do Bugres/MT, para o exercício de 2019. 3- Dos Valores: R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais) 4- Condições de pagamento: Mensal. 5- Prazo do Contrato: Até 31/12/2019. 6- Recurso: Material de Consumo: Verba - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo 7- Embasamento: Processo nº 001/2019.

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 21 de março de 2019.

Josoel Izídio Barboza

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CONTRATO N° 039/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 030/2019

O Município de Barra do Garças/ MT torna público a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **R C COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA,** Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada e habilitada em limpeza e higienização contínua, disponibilizado de pessoal com carga horária pré-estabelecida 12x36, com inclusão de produtos e materiais, para atender as necessidades da Policlínica Santo Antônio e CECAP. Valor Global: R$ 346.191,72 **Validade: o prazo de duração do presente contrato até dia 31 de maio de 2019**. Barra do Garças - MT, 22 de março de 2019.

PORTARIA N.º 09 DE 25 DE MARÇO DE 2019

*"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição do **Sr. José Bispo dos Santos**"*

A Secretária Municipal de Administração, Sra. Patrícia Parreira Saraiva, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 083 de 27 de dezembro de 2004,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 3.278 (três mil, duzentos e setenta e oito) dias, correspondentes a 08 (oito) anos, 11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição de protocolo nº 731/2018, emitido pela Agência de Previdência Social de MS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Barra do Garças/MT, 25 de Março de 2019.

Patrícia Parreira Saraiva

Secretária de Administração

PORTARIA N.º 10 DE 25 DE MARÇO DE 2019

*"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da **Sra. Salomé Neta Vasconcelos e Luz**"*

A Secretária Municipal de Administração, Sra. Patrícia Parreira Saraiva, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 083 de 27 de dezembro de 2004,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 3.115 (três mil, cento e quinze) dias, correspondentes a 08 (oito) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição de protocolo nº 10001010.1.00001/19-2, emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Barra do Garças/MT, 25 de Março de 2019.

Patrícia Parreira Saraiva

Secretária de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 003/2019/ PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico Nº 003/2019. Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DESTA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR 11930.883000/1180-04. Data da sessão pública: 14/03/2019** às **09 horas 00 minutos** (horário de Brasília)**. Edital e demais informações no** Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Willer Alves Sirqueira (Pregoeiro) e equipe de apoio, 25/02/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 407.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIANE CRISTINE BOAVENTURA SILVA,** portador(a) doRG nº 03267855152 SSP/MT e do CPF n°1896849-0, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço RUA PEREIRA LEITE,S/N, Bairro: PARQUE NOVA ERA, com efeitos desde 15/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

LEI COMPLEMENTAR Nº 137 DE 21 DE MARÇO DE 2019

"Dispõe sobre a criação do cargo de Nutricionista Educacional para atender a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Cáceres-MT e modifica-se o lotacionograma constante na Lei Complementar nº 110 de 31 de janeiro de 2017, na forma que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado, no Quadro Geral dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, o cargo de Nutricionista Educacional – 40 (quarenta) horas, de nível superior e provimento efetivo, para atuar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cujo número de vagas, atribuições, requisitos para investidura e remuneração constam na forma dos Anexos I, II e III, respectivamente, da presente Lei Complementar.

§ 1ºPara que faça constar o cargo de Nutricionista Educacional, modificam-se, em partes e no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o lotacionograma constante no Anexo I e o Anexo V da Lei Complementar nº 110 de 31 de janeiro de 2017, permanecendo inalterados os quantitativos dos demais cargos, bem como, o grupo ocupacional, nomenclatura, escolaridade/requisitos, vencimento, vagas, carreira, nível e carga horária semanal.

§ 2º O Nutricionista Educacional atuará na área de nutrição em alimentação coletiva, gestão em unidades de alimentação e nutrição, no segmento de alimentação e nutrição no ambiente escolar e subsegmento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, estando as atribuições do cargo criado, devidamente estabelecidas no Anexo II desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – pessoa civil, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, alterando os Anexos I e V da Lei Complementar nº 110, de 31 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Cáceres – MT, 21 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

LOTACIONOGRAMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Tabela 01 – Criação de Cargo Área da Educação Municipal

CARGO	TOTAL DE VAGAS
NUTRICIONISTA EDUCACIONAL	05

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÃO DOS CARGOS CRIADOS

I – NUTRICIONISTA EDUCACIONAL:

Compete ao Nutricionista Educacional, no exercício de suas atividades profissionais no âmbito da Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres/MT:

I – Elaborar o Plano Anual de Trabalho da alimentação escolar, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;

II – Realizar o controle de qualidade de gêneros de produtos alimentícios;

III – Planejar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte:

a) adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas;

b) respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola;

c) Utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridades aos produtos semielaborados e aos *in natura*.

IV – calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ);

V – Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica das escolas para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição;

VI – Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

VII – Avaliar mensalmente o controle de estoque das instituições de ensino, e determinar o quantitativo de gêneros alimentícios a serem fornecidas;

VIII – Controlar o estoque de gêneros alimentícios do armazém de distribuição de alimentação escolar e solicitar aos fornecedores a quantidade necessária para atender a demanda das escolas;

IX – Planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto aos estudantes, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados;

X – Estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado na Alimentação Escolar;

XI – Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;

XII – Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios;

XIII – Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal da Alimentação Escolar;

XIV – Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação escolar e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação;

XV – Zelar para que, na capacitação especifica de manipuladores de alimentos da alimentação escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes;

XVI – Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos da Alimentação Escolar;

XVII – Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação escolar e nutrição;

XVIII – Coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes;

XIX – Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar;

XX - Acompanhar desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação escolar;

XXI – Participar do processo de licitação e da chamada pública da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere a parte técnica (especificações, quantitativos, entre outros);

XXII – Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para serviços de Alimentação Escolar;

XXIII – Assessorar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar no que diz respeito à execução técnica da alimentação escolar;

XXIV – O nutricionista designado a Responsável Técnico (RT) do PNAE deve interagir com o Quadro Técnico (QT) de nutricionistas da Coordenadoria a fim de garantir o desenvolvimento e operacionalização das atividades inerentes ao PNAE;

XXV – Averiguar juntamente com o Coordenador de Logística e Alimentação Escolar, qualquer denúncia referente a alimentação escolar;

XXVI – Manter atualizado o sistema ou planilha de controle de estoque e distribuição de gêneros alimentícios;

XXVII – Comunicar os responsáveis legais e, no caso de inércia destes, a autoridade competente, quando da existência de condições impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde dos alunos atendidos pela alimentação escolar;

XXVIII – Outras atribuições poderão ser desenvolvidas, de acordo com a necessidade, complexidade do serviço e disponibilidade da estrutura operacional da alimentação escolar.

Requisitos para investidura no cargo: Diploma de Nutricionista Nível Superior devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação – MEC, e Registro em seu Respectivo Conselho de Classe.

ANEXO III TABELA DE SALÁRIOS DE ACORDO COM O PCCS

COM REPOSIÇÃO SALARIAL DE 3,43%

(LEI COMPLEMENTAR Nº 48 DE 05 DE SETEMBRO DE 2003)

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL (40HORAS)

Tabela 01 – Tabela de Salários - Técnico de Desenvolvimento da Saúde Municipal (Nível Superior) – Nutricionista Educacional

CLASSE NIVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
COD										
I- 1.0	4.630,32	4.887,30	5.144,27	5.401,26	5.658,26	5.915,24	6.172,21	6.429,22	6.686,19	6.945,47
COD										
II- 1.11	5.139,65	5.424,90	5.710,15	5.995,40	6.280,65	6.565,90	6.851,15	7.136,40	7.421,65	7.709,47
COD										
III- 1.25	5.787,92	6.109,14	6.430,35	6.751,58	7.072,83	7.394,05	7.715,27	8.036,50	8.357,73	8.681,86
COD										
IV- 1.4	6.482,44	6.842,23	7.201,97	7.561,79	7.921,55	8.281,33	8.641,10	9.000,88	9.360,66	9.723,68

Assistente Social, Bioquímico, Cirurgião Buco Maxilo, Enfermeiro, Engenheiro Sanitarista, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico (considerando cada especialidade da área clínica), Nutricionista**, Nutricionista Educacional**, Odontólogo (considerando cada especialidade clínica), Odontólogo Cirurgião Geral, Psicólogo, Sanitarista, Veterinário, Programador, Terapeuta Ocupacional, Educador Físico “bacharelado”, Biólogo” bacharelado”, Endodontista.

ANEXO IV

Altera o anexo V da Lei Complementar n° 110 de 31 de janeiro de 2017 – que alterou o anexo VIII da Lei Complementar n° 48 de 05/09/2003 – na forma abaixo:

N° de ordem	CARGOS	GRUPO POR CATEGORIA
01	**A –** Advogado.	Técnico de Desenvolvimento

	B – Engenheiro (considerar sua formação acadêmica) Arquiteto.	**municipal (Nível Superior)**
	C – Analista de Sistemas, Bacharel em turismo, Economista (considerar sua formação acadêmica), Redator Oficial com habilitação em Letras, Comunicação Social, Jornalista, Inspetor Tributário, Auditor de Tributos, Biólogo, Geógrafo, Ciências Contábeis, Contador, Ouvidor, Técnico Nível Superior, Tecnólogo em Turismo, Controlador Interno.	
02	**A –** Bioquímico, Médico Regulador, Médico (considerar cada especialidade da área clínica), Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Nutricionista Educacional, Odontólogo (considerar cada especialidade clínica), Psicólogo, Veterinário, Engenheiro Sanitarista, Sanitarista, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Radiologista.	**Técnico de Desenvolvimento da Saúde Municipal (Nível Superior)**
	B – Médico (considerar cada especialidade da área clínica)	
03	**A –** Técnico em Contabilidade, Técnico em enfermagem, Técnico Agrícola, Técnico em Radiologia, Técnico em Segurança do Trabalho.	**Agente de Desenvolvimento Municipal (Nível Médio)**
	B – Assistente Administrativo, Auxiliar de laboratório, Auxiliar de Enfermagem, Digitador, Técnico em Desenho, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Topografia, Agente de Saúde Ambiental, Artesão, Maqueiro, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Auxiliar de Eletromecânico, Operador de Eta, Auxiliar de Farmácia, Educador Orientador Social, Gerente de Serviços Sociais, Cuidador, Radiologista, Técnico em Informática, Técnico em Vigilância Sanitária.	
04	Fiscal de Obras e Posturas, Fiscal de Tributos, Fiscal de Vigilância Sanitária, Agente de Consumo, Agente de Trânsito.	**Agente de Arrecadação e Fiscalização Municipal (Nível Médio)**
05	**A –** Almoxarife, Atendente de Consultório Dentário, Auxiliar de Mecânico, Auxiliar de Operador de Máquinas, Auxiliar de Serviços Gerais, Continuo, Guarda, Atendente de Enfermagem, Recepcionista, Auxiliar de Cuidador.	**Apoio de Desenvolvimento Municipal (Nível Fundamental Completo)**
	B – Auxiliar Administrativo, Carpinteiro, Eletricista, Eletricista de Automóvel, Eletricista Predial, Lanterneiro, Marceneiro, Mecânico de Automóvel, Mecânico de Máquinas Pesadas e Caminhões, Motoristas, Motorista de Ônibus, Operador de Máquinas, Pedreiro, Padeiro, Pintor, Soldador Elétrico, Telefonista, Borracheiro, Lubrificador, Encanador de Adutora.	

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICO OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO A RESPECTIVA EMPRESA DETENTORA, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: Pregão Eletrônico para registro de preços tendo por objeto a **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA POR CONSULTORIAS E VISITA TÉCNICA ÀS ATIVIDADES RELACIONADAS A PROJETOS DE ENGENHARIA E SEUS PROCESSOS PARA EXECUÇÃO**, na quantidade e especificações detalhadas no item 1.2- DETALHAMENTO DO OBJETO do Termo de Referência, parte integrante do presente Edital (Anexo I) com a finalidade de atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no município de Cáceres/MT, **conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.**

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18.01	17.512.1007.2211	3.3.90.35.00	100- Rec. Ordinários

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO MENCIONADAS:

EMPRESA	HIDRAULICA ENGENHARIA LTDA EPP
CNPJ	08.890.405/0001-54
ENDEREÇO COMPLETO	Servidão Leopoldo José Pinheiro Nº 231,Bairro Vargem Pequena , CEP: 88.052-477,Florianopolis Santa Catarina
REPRESENTANTE LEGAL	HELIO FERNANDES CPF: 293.593.920-49 RG:405.346/SSP-SC
CONTATO (TELEFONE)	(48)99167-5454
ENDEREÇO ELETRÔNICO	contato@hidraulicaengenharia.com

FORNECEDORA: HIDRÁULICA ENGENHARIA LTDA.

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	343012-0	**CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA POR CONSULTORIAS E VISITA TÉCNICA ÀS ATIVIDADES RELACIONADAS A PROJETOS DE ENGENHARIA E SEUS PROCESSOS PARA EXECUÇÃO**, na quantidade e especificações detalhadas no item 1.2-DETALHAMENTO DO OBJETO do Termo de Referência, parte integrante do presente Edital (Anexo I). com a finalidade de atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no município de Cáceres/MT.	12	MES	R$9.000,00	R$ 108.000,00
VALOR TOTAL: R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais)						

PAULO DONIZETE DA COSTA

DIRETOR EXECUTIVO

Cáceres-MT, 25 de março de 2.019.

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2019

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PROTOCOLO 115/2018.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: **PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO** para Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de engenharia por consultorias e visita técnica às atividades relacionadas a projetos de engenharia e seus processos conforme – DESCRIÇÃO DO OBJETO do Termo de Referência.

EMPRESA VENCEDORA:

HIDRAULICA ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ: **08.890.405/0001-54**

ITENS: 01.

VALOR TOTAL: R$ 108.000,00 (**Cento e oito mil reais**)

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo–SSAAP

Cáceres-MT,25 de março de 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 03/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Fazenda

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, para proposta de assessoramento técnico em desenvolvimento institucional com o foco na gestão do imposto sobre qualquer natureza - ISSQN.

Fundamento: Artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL-IBAN – CNPJ: 33.645.482/0001-96

Valor: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de Março de 2019.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Fazenda

PORTARIA Nº. 085 DE 14 DE MARÇO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 10381, de 14 de março de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **WESLEY ALENCAR DE FREITAS,** lotado na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
041/2019	R.T. DE RAMOS AUTO CENTER EIRELI	Aquisições de Óleos Lubrificantes para uso em ferramentas e na frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Cáceres utilizadas pela Secretaria Municipal de Educação.	11/03/2019	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de março de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 14.03.19.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 335

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **FERNANDA FERNANDES DA CRUZ,** portador(a) doRG nº 85071943115 SSP/MT e do CPF n°2786490-1, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (30HS/AULA) e residente ao endereço RUA O,24, Bairro: RESIDENCIAL AEROPORTO, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 337.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **FERNANDA BENEDITA BASSAN ANTELO,** portador(a) doRG nº 01620618117 SSP/MT e do CPF n°1611905-3, vinculado ao cargo de PROF LIC BIOLOGIA (20HS/AULA) e residente ao endereço AVENIDA JOSE PINTO DE ARRUDA,10, Bairro: JARDIM PANORAMA, com efeitos desde 19/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 1.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **EVYANE SAMPAIO SERAPIAO RODRIGUES,** portador(a) doRG nº 80242766153 SSP/MT e do CPF n°1287789-1, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (30HS/AULA) e residente ao endereço RUA 6 DE OUTUBRO,1173, Bairro: CENTRO, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 129.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **EVA RIBEIRO DE LIMA,** portador(a) doRG nº 53532503115 SSP/MT e do CPF n°686307, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço AVENIDA PRESS TANCREDO NEVES,1210, Bairro: CAVALHADA III, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 129

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **EVA RIBEIRO DE LIMA,** portador(a) doRG nº 53532503115 SSP/MT e do CPF n°686307, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço AVENIDA PRESS TANCREDO NEVES,1210, Bairro: CAVALHADA III, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 85.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELZA SOARES DE ARAUJO,** portador(a) doRG nº 83415491153 SSP/MT e do CPF n°422304, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (30HS/AULA) e residente ao endereço TRAVESSA JOSE WILSON,17, Bairro: CIDADE ALTA, com efeitos desde 11/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A LDO E LOA PARA O EXERCÍCIO 2020

C O N V I T E

A PREFEITURA DE CÁCERES convida a população cacerense para participar da **1ªAudiência Pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Cáceres, para o exercício de 2020.**

Data: 26 de março 2019 (terça-feira)

Horário: 19h

Local: Câmara Municipal de Cáceres, Rua Coronel José Dulce, esq. General Osório, s/n.º Centro, Cáceres.

Trata-se da abertura proporcionada pelo Orçamento Participativo, consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, no qual se propicia que a população contribua nas definições das demandas locais e das previsões e composições orçamentárias atinentes àquelas demandas, tornando-as exequíveis no exercício correspondente.

A presença de todos será de grande importância para que alcancemos o objetivo do evento.

Atenciosamente.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº. 160 DE 21 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 10919 de 20 de março de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA**, Coordenador Administrativo, para responder pelas Secretarias de Assistência Social e Esporte e Lazer, em substituição a titular **Eliane Batista,** que estará em gozo de férias no período de 22 de março de 2019 a 08 de abril de 2019, ora interrompida pelo Decreto nº 147 de 13 de março de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 21.03.19

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 142.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIZABETH OLIVEIRA DA SILVA LEITE,** portador(a) doRG nº 41550544187 SSP/MT e do CPF n°05866448, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço RUA J,3, Bairro: RESIDENCIAL AEROPORTO, com efeitos desde 14/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 300.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA,** portador(a) doRG nº 84696109100 SSP/MT e do CPF n°1140217-2, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (30HS/AULA) e residente ao endereço TRAVESSA DA UNIÃO,SN, Bairro: CIDADE ALTA, com efeitos desde 21/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 300.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELISANGELA DA SILVA BARBOSA,** portador(a) doRG nº 84696109100 SSP/MT e do CPF n°1140217-2, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (30HS/AULA) e residente ao endereço TRAVESSA DA UNIÃO,SN, Bairro: CIDADE ALTA, com efeitos desde 21/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

DECRETO Nº. 159 DE 21 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 10900 de 20 de março de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Revogar o Decreto nº 147 de 13 de março de 2019, que suspendeu as férias da senhora **ELIANE BATISTA** – Secretária de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 22 de março de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 21.03.19

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 30.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 13008005 , SSP/MT e do CPF n° 88683990168, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIMARCIA DE JESUS,** portador(a) doRG nº 00599592150 SSP/MT e do CPF n°15803198, vinculado ao cargo de TECNICO EM INFORMATICA (S/G.T) e residente ao endereço FLORIANO PEIXOTO,45, Bairro: JARDIM UNIAO, com efeitos desde 07/01/2019.

Cáceres, 10 de janeiro de 2019

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 259.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIANE DE MOURA CEBALHO,** portador(a) doRG nº 96336544168 SSP/MT e do CPF n°1682005-3, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço ESTRADA RURAL,S/N, Bairro: ZONA RURAL, com efeitos desde 21/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

DECRETO Nº.156 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 10573 de 15 de março de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a senhora **JANAINA TOSCANO RIBEIRO,** para exercer ocargo em Comissão de Gerência de Editais, da Secretaria de Administração, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 18 de março de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

Afixado em: 20.03.19.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 25.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **GENILDA RIBEIRO COSTA,** portador(a) doRG nº 35407581191 SSP/MT e do CPF n°336249, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço RUA RETIRO,S/N, Bairro: VILA IRENE, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 407.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIANE CRISTINE BOAVENTURA SILVA,** portador(a) doRG nº 03267855152 SSP/MT e do CPF n°1896849-0, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço RUA PEREIRA LEITE,S/N, Bairro: PARQUE NOVA ERA, com efeitos desde 15/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

DECRETO Nº 149 DE 13 DE MARÇO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado –PDI, instituído em 2012 pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, fomentando a adoção de um modelo de administração pública orientada para os resultados da sociedade;

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº 8870, de 25 de fevereiro de 2019,

R E S O L V E M:

Art. 1º Instituir a **COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICIPIO DE CÁCERES-MT**, conforme abaixo:

COORDENAÇÃO:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aline Rejane Caxito Braga

Rosane Penha Mendes

MEMBROS:

REPRESENTANTES DO CEFAPRO

Maria Cláudia Maquêa Rocha Mattia

REPRESENTANTES DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL

Maira da Silva Figueiredo

Frádia Cícera C. Tsukamoto

Junia Portes B. Brandão

Maria do Carmo Silva

Rosângela Gonçalves Rocha dos Santos

REPRESENTANTE DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL

Eliane Maria Viana da Costa Ferreira

Maria de Fátima Gomes da Silva Costa

REPRESENTANTE DO CRAS

Amanda Cristina Gomes Ribeiro

REPRESENTANTES DE MÃES

Cícera Alves Feitosa

REPRESENTANTE DO CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS DA SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (SETAS)

Juliano Cláudio Alves

REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Priscila Aparecida Moraes Henkemaier

REPRESENTANTE DA APAE

Adelino Braz Venuti

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Luís Aurélio Alves

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogado o Decreto nº 614, de 30 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 13.03.19

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 98.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473

, SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIANE CAMPOS VIEIRA,** portador(a) doRG nº 34373624100 SSP/MT e do CPF n°257.653, vinculado ao cargo de PROF LIC HISTORIA (20HS/AULA) e residente ao endereço ASSENTAMENTO LIMOEIRO,SN, Bairro: RURAL, com efeitos desde 22/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 173.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIANE BEZERRA HUGA DA SILVA,** portador(a) doRG nº 88035360191 SSP/MT e do CPF n°1285728-9, vinculado ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL(40HS) e residente ao endereço RUA DOS CIPOS,, Bairro: CAVALHADA II, com efeitos desde 24/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

DECRETO Nº. 148 DE 13 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 10202, de 13 de março de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido a servidora **THAIANE REGINA COUTO HURTADO,** do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 07 de março de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 13.03.19.

DECRETO Nº. 147 DE 13 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 10119 de 12 de março de 2019;

RESOLVE:

Art.1º Suspender as férias da servidora **ELIANE BATISTA** – Secretária de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº 117 de 28 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 13.03.19

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 314.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELIANA MARTINS DE CASTRO,** portador(a) doRG nº 78213010191 SSP/MT e do CPF n°1021284-1, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço ESTRADA SADIA II,127, Bairro: DISTRITO DA SADIA, com efeitos desde 04/01/2019.

Cáceres, 09 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 4.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELENICE MARIA DE OLIVEIRA,** portador(a) doRG nº 01210517140 SSP/MT e do CPF n°1604710-9, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço AVENIDA JOSE PINTO DE ARRUDA,96, Bairro: JARDIM PANORAMA, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

DECRETO Nº. 141 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 9420, de 01 de março de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o servidor **DIOGO DE MOURA PEREIRA,** do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de março de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de março de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 11.03.19.

PORTARIA Nº 098 DE 21 DE MARÇO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 40, § 19, da Constituição Federal, com redação determinada pela EC nº 41/2003 de 19 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO o artigo 86, § 3º da Lei Municipal Complementar nº 062/2005 de 12 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 3475, de 22 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **MANOEL DUARTE DOS SANTOS –** Lanterneiro**,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, **Abono de Permanência** equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária sobre o valor da sua remuneração contributiva, com efeitos desde 01 de março de 2019.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de março de 2019.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 21.03.19.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 404

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **FLAVILSON MARINHO DA COSTA,** portador(a) doRG nº 03773217102 SSP/MT e do CPF n°2123877-4, vinculado ao cargo de GUARDA(P/G.I) e residente ao endereço RUA Y,S/N, Bairro: OURO VERDE, com efeitos desde 01/01/2019.

Cáceres, 10 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 335.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **FERNANDA FERNANDES DA CRUZ,** portador(a) doRG nº 85071943115 SSP/MT e do CPF n°2786490-1, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (30HS/AULA) e residente ao endereço RUA O,24, Bairro: RESIDENCIAL AEROPORTO, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

PORTARIA Nº 095 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando sob nº 1.237, de 20 de março de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **GEAN CARLOS SOARES MILITÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, como responsável pela fiscalização e controle dos contrato relacionado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
044/19	CLAUDINEI GONÇALEZ FERNADES-ME	Construir objeto do presente, a contratação de empresa através de registro de preços, para Serviço de Sucção de detritos líquidos pastosos e granulados em fossa sépticas, PV´s, TL´s, ETE´s, EERR, GAP utilizando veículos equipados com bomba de alta pressão e vasão, com tanque de capacidade igual ou maior de 8m, serviço de limpeza de caixas de gorduras e desentupimentos de rede de mestre, utilizando veículos equipados com bomba de alta pressão e vazão, com tanque de capacidade igual ou maior de 8m, para Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.	11/03/19	03 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Infraestrutura e Logística e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de março de 2019.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 20.03.19

PORTARIA Nº 090 DE 18 DE MARÇO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 10385, de 14 de março de 2019,

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à senhora **AMANDA DA SILVA FREITAS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, pelo período de 15 de março de 2019 a 10 de setembro de 2019.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de março de 2019.

ANTÔNIO ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 18.03.19

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 344.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 344.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ALESSANDRA RIBEIRO,** portador(a) doRG nº 02813318124 SSP/MT e do CPF n°2164470-5, vinculado ao cargo de PROF LIC HISTORIA (20HS/AULA) e residente ao endereço SAO LUCAS,10, Bairro: VILA IRENE, com efeitos desde 23/01/2019.
Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____
ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

_____
Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

PORTARIA Nº. 088 DE 15 DE MARÇO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 10331, de 14 de março de 2019,

R E S O L V E:

ART. 1º Designar a servidora **ELIANE SILVA DE OLIVEIRA**, para responder pela Secretaria da Escola Municipal Raquel Ramão da Silva em substituição ao titular **Iran Fardim Caetano** que se encontra de Licença Prêmio no período de 06 de março de 2019 a 05 de junho de 2019.

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de março de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 15.03.19

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 77.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 77.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) 0**ALICE DE FATIMA VILARVAS,** portador(a) doRG nº 42986516149 SSP/MT e do CPF n°728201, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA FAZENDA SANTA CATARINA,, Bairro: ZONA RURAL, com efeitos desde 22/01/2019.
Cáceres, 21 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 94.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 94.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANA LUCIA DOS SANTOS,** portador(a) doRG nº 56761937191 SSP/MT e do CPF n°0564345-7, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA I QD 7,25, Bairro: RESIDENCIAL AEROPORTO, com efeitos desde 18/01/2019.
Cáceres, 18 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 250.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 250.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANA LUCIA FERREIRA BERGAMO,** portador(a) doRG nº 00138572151 SSP/MT e do CPF n°1536312-0, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço RUA CRISTO REI,S/N, Bairro: CRISTO REI, com efeitos desde 18/01/2019.
Cáceres, 17 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 163.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 163.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANA LUIZA CORREA DE FRANÇA,** portador(a) doRG nº 91297478134 SSP/MT e do CPF n°726353, vinculado ao cargo de PROF LIC EDUC FISICA (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DO PAES,S/N, Bairro: CRISTO REI, com efeitos desde 18/01/2019.
Cáceres, 18 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 163.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 163.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANA LUIZA CORREA DE FRANÇA,** portador(a) doRG nº 91297478134 SSP/MT e do CPF n°726353, vinculado ao cargo de PROF LIC EDUC FISICA (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DO PAES,S/N, Bairro: CRISTO REI, com efeitos desde 18/01/2019.
Cáceres, 18 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 83.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ELENA MAZZON,** portador(a) doRG nº 62175670163 SSP/MT e do CPF n°950.250, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA PRUDENTE DE MORAES,SN, Bairro: CIDADE NOVA, com efeitos desde 25/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

PORTARIA Nº. 087 DE 15 DE MARÇO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 10216, de 13 de março de 2019,

R E S O L V E:

ART. 1º Designar o servidor **FÁBIO GUSTAVO PEREIRA** – Auxiliar Administrativo, para responder pela Secretaria da Escola Municipal Vila Real da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, a partir de 01 de março de 2019.

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de março de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 15.03.19

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 90.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 90.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANA LUIZA DE OLIVEIRA EL CHAMY**, portador(a) doRG nº 53173082168 SSP/MT e do CPF n°0402193-2, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA CABAÇAL,364, Bairro: CAVALHADA, com efeitos desde 28/01/2019.
Cáceres, 21 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

_____
Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 451.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 451.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANA MARIA CRUZ SILVA,** portador(a) doRG nº 85840327115 SSP/MT e do CPF n°1095097-4, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA TIRADENTES,1.222, Bairro: CENTRO, com efeitos desde 31/01/2019.
Cáceres, 21 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

_____
Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 437.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 437.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANDREIA AVELINA DA SILVA,** portador(a) doRG nº 03830761104 SSP/MT e do CPF n°19842244, vinculado ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL(40HS) e residente ao endereço RUA L QUADRA 16,05, Bairro: RES AEROPORTO NOVO, com efeitos desde 10/01/2019.
Cáceres, 09 de janeiro de 2019

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

_____
Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

PORTARIA Nº. 086 DE 14 DE MARÇO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 10404, de 14 de março de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **MARIOLAN LARA GARCIA,** lotado na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
043/19	CLAUDINEI GONÇALEZ FERNANDES - ME	Constitui objeto do presente, a contratação de empresa através de registro de preços, para Serviço de Sucção de detritos líquidos pastosos e granulados em fossa sépticas, PV´s, TL´s, ETE´s, EERR, BL, GAP utilizando veículos equipados com Bomba de alta pressão e vazão, com tanque de capacidade igual ou maior de 8 m³. Serviço de limpeza de caixas de gordura e desentupimento de rede mestre, utilizando veículo equipado com bomba de alta pressão e vazão, com tanque de capacidade igual ou maior de 8 m³, para a Secretaria Municipal de Educação.	11/03/2019	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de março de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 14.03.19.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 426.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 426.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANDRIA OLIVEIRA RAMOS SOUZA,** portador(a) doRG nº 01848493142 SSP/MT e do CPF n°18589960, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DOS EUCALIPITOS,40, Bairro: MASSA BARRO, com efeitos desde 11/01/2019.
Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____
ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

_____
Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 343.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 343.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANGELA MARIA DE ANDRADE,** portador(a) doRG nº 99469472187 SSP/MT e do CPF n°1480342-9, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA B,33, Bairro: GRANDE PARAISO, com efeitos desde 31/01/2019.
Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____
ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

_____
Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 455.

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 455.
O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANGELA MARIA RAMOS PEREIRA,** portador(a) doRG nº 50375415149 SSP/MT e do CPF n°761050, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DOS MALDONADOS,20, Bairro: COHAB NOVA, com efeitos desde 16/01/2019.
Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____
ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretário(a) Municipal de Educação

_____
Servidor
Testemunhas:
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____
Nome: _____
CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 226.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **APARECIDA DOS SANTOS SILVA,** portador(a) doRG nº 01392359147 SSP/MT e do CPF n°1419916-5, vinculado ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL(40HS) e residente ao endereço RUA DOS NEVES,S/N, Bairro: PARQUE NOVA ERA, com efeitos desde 01/01/2019.

Cáceres, 04 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 150.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **APARECIDA ROCHA DA SILVA,** portador(a) doRG nº 90948459115 SSP/MT e do CPF n°12000507, vinculado ao cargo de GUARDA(P/G.I) e residente ao endereço AV PRES TANCREDO NEVES,SN, Bairro: MASSA BARRO, com efeitos desde 23/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 374.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Se-

cretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA,** portador(a) doRG nº 00727434179 SSP/MT e do CPF n°1614060-5, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DOS PECUARISTAS,S/N, Bairro: CAVALHADA III, com efeitos desde 11/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 415.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ARIANE PATRICIA DE MORAES,** portador(a) doRG nº 06211939175 SSP/MT e do CPF n°25922157, vinculado ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL(40HS) e residente ao endereço RUA DAS PICARRAS,SN, Bairro: VILA NOVA, com efeitos desde 21/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 241.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CARMEN ADRIANA MONTEIRO GARCIA,** portador(a) doRG nº 48234648187 SSP/MT e do CPF n°681455, vinculado ao cargo de PROF LIC GEOGRAFIA (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA CORONEL PONCE,850, Bairro: CENTRO, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 193.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CAROLINA PACHURI,** portador(a) doRG nº 00260705101 SSP/MT e do CPF n°1319179-9, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA L,12, Bairro: RESIDENDICIAL AEROP, com efeitos desde 31/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do Contrato Administrativo n.º 47/2019-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: ACQUA CHAFARIZES E FONTES LUMINOSAS EIRELI ME

Objeto: Instalação de equipamento para benfeitoria no Complexo Interativo Musical na Praça Barão do Rio Branco. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 512.045,36 (quinhentos e doze mil quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos)** e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **150 (cento e cinquenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **90 (noventa) dias** contados a partir da Ordem de Serviço.

Cáceres – MT, 25 de março de 2019.

Junior Cézar Dias Trindade

Secretario Mun. De Turismo e Cultura

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 445.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **EDNA GARCIA SILVA,** portador(a) doRG nº 46041850187 SSP/MT e do CPF n°0201213-8, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA GENERAL OSORIO,481, Bairro: CENTRO, com efeitos desde 11/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 218.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **EDNA DA SILVA AZEVEDO,** portador(a) doRG nº 00511524102 SSP/MT e do CPF n°1573353-0, vinculado ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL(40HS) e residente ao endereço RUA JOÃO MARCIO ATALA,11, Bairro: JARDIM DO TREVO, com efeitos desde 23/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 351.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CATARINA DONIZETE SOLIDERA FERREIRA,** portador(a) doRG nº 46084371191 SSP/MT e do CPF n°671.662, vinculado ao cargo de GUARDA(P/G.I) e residente ao endereço ESTRADA RURAL,S/N, Bairro: ZONA RURAL, com efeitos desde 01/01/2019.

Cáceres, 10 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 350.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CATHERINE RODRIGUES LOPES,** portador(a) doRG nº 05580906137 SSP/MT e do CPF n°2666419-4, vinculado ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL(40HS) e residente ao endereço RUA DOS CARPINTEIROS,536, Bairro: CAVALHADA III, com efeitos desde 11/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 156.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secre-

tário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA,** portador(a) doRG nº 61580414168 SSP/MT e do CPF n°735214, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DOS OPERARIOS,510, Bairro: CENTRO, com efeitos desde 25/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 102.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CLEUSA DOS SANTOS FERREIRA PEREIRA,** portador(a) doRG nº 86259008104 SSP/MT e do CPF n°12506524, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço EST LINHA LARANJEIRA,SN, Bairro: ZONA RURAL, com efeitos desde 01/01/2019.

Cáceres, 04 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 159.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CLOTILDE CLARA DA SILVA,** portador(a) doRG nº 03182590600 SSP/MT e do CPF n°952.678, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DOS MADEIREIROS,S/N, Bairro: CAVALHADA III, com efeitos desde 28/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 183.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CREUZA NOGUEIRA MARTINS,** portador(a) doRG nº 62242474120 SSP/MT e do CPF n°0940356-6, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço ESTRADA SADIA II,S/N, Bairro: ZONA RURAL, com efeitos desde 04/01/2019.

Cáceres, 09 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 159.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CLOTILDE CLARA DA SILVA,** portador(a) doRG nº 03182590600 SSP/MT e do CPF n°952.678, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DOS MADEIREIROS,S/N, Bairro: CAVALHADA III, com efeitos desde 28/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 253.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA,** portador(a) doRG nº 02563171199 SSP/MT e do CPF n°1955787-6, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço AVENIDA PRES TANCREDO NEVES,S/N, Bairro: JARDIM PADRE PAULO, com efeitos desde 11/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 012/2019 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO os Contratos AdministrativosNº 12 e 13/2019-SSAAP, que tem por objeto PREGÃO ELETRÓNICO Nº 01/2019, para Constitui o objeto do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** a aquisição de produtos químicos para tratamento de água, na quantidade e especificação detalhada no item 3.1. parte integrante do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** com a finalidade de atender às necessidades do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL - SSAAP.**

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Assessora **GEOVANA CARNEIRO DE MENEZES**, **CPF: 106.344.866-24**, nomeada para o cargo de Assessora Técnica Operacional desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n.º 039 de 02/02/2017, para exercer a fiscalização dos Contratos AdministrativosNº 12 e 13/2019-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 25 de Março de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 136.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA,** portador(a) doRG nº 00094406154 SSP/MT e do CPF n°1522041-9, vinculado ao cargo de PROF LIC LETRAS(20HS/AULA) e residente ao endereço ESTRADA RURAL,SN, Bairro: ZONA RURAL, com efeitos desde 01/01/2019.

Cáceres, 04 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 12/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 12/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: QUIMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMETNO DE ÁGUA LTDA-ME

OBJETO: Constitui o objeto do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** a aquisição de produtos químicos para tratamento de água, na quantidade e especificação detalhada no item 3.1. parte integrante do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** com a finalidade de atender às necessidades do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL - SSAAP.**

VALOR: R$ 598.580,00 (Quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (Doze) Meses

ÓRGÃO UNIDADE:

18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA:

17 512 1007.2211.00

NATUREZA DA DESPESA:

3.3.90.30.00

FONTE:

100 – REC PRÓPRIO

Cáceres- 15 de maio de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 13/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 13/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: PURIFICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUAS EIRELI EPP

OBJETO: Constitui o objeto do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** a aquisição de produtos químicos para tratamento de água, na quantidade e especificação detalhada no item 3.1. parte integrante do presente **TERMO DE REFERÊNCIA** com a finalidade de atender às necessidades do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL - SSAAP.**

VALOR: R$ 78.024,00 (Setenta e oito mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: 12 (Doze) Meses

ÓRGÃO UNIDADE:

18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA:

17 512 1007.2211.00

NATUREZA DA DESPESA:

3.3.90.30.00

FONTE:

100 – REC PRÓPRIO

Cáceres- 15 de maio de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 84.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **DARLENE CORREA LEITE,** portador(a) doRG nº 17789834134 SSP/MT e do CPF n°0320582-7, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (30HS/AULA) e residente ao endereço RUA JOAO MARCIO ATALA,59, Bairro: JARDIM DO TREVO, com efeitos desde 11/01/2019.

Cáceres, 17 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 463.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **DEIZIANE DUARTE DA SILVA,** portador(a) doRG nº 96049898120 SSP/MT e do CPF n°1447261-9, vinculado ao cargo de PROF LIC LETRAS(20HS/AULA) e residente ao endereço JOSE PALMIRO DA SILVA,18, Bairro: SÃO JOSE, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIANE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 65

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **DIANA LUCIA CARDOSO DE MORAES,** portador(a) doRG nº 40515311120 SSP/MT e do CPF n°547184-2, vinculado ao cargo de PROF LIC LETRAS(20HS/AULA) e residente ao endereço RUA DAS TRAÍRAS,47, Bairro: SÃO LUIZ, com efeitos desde 18/01/2019.

Cáceres, 18 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 115.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 12875473 , SSP/MT e do CPF n° 56695756449, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **DOMINGAS ORTIZ RAMOS,** portador(a) doRG nº 80444806172 SSP/MT e do CPF n°726.138, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço RUA JOSE DO PATROCINIO,S/N, Bairro: SANTA CRUZ, com efeitos desde 24/01/2019.

Cáceres, 21 de janeiro de 2019

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3107 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR.(A) **GULIOKENPS FELIX VILELA** E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA , PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando a realização do Concurso Público, para provimento efetivo dos cargos de Carreira do Serviço Público Municipal, no dia 27 de janeiro de 2019 e Edital nº 001/2018,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto nº 3027 de 13 de fevereiro de 2019, do Executivo Municipal,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Municipal,

Considerando, finalmente, o disposto nas normas que regem o Direito do Trabalho,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo o (a) SR.(A) **GULIOKENPS FELIX VILELA**, para exercer o cargo **PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – SEDE, Classe "B" Nível 1**, junto a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, desta Prefeitura.

Art. 2º - A validade da nomeação deste Decreto, fica condicionada à não infrigência do disposto inciso III do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Será considerado desistente o Candidato nomeado por este decreto e não comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente Decreto, para tomar posse no cargo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis-MT, 25 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019.

AVISO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019.

A Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará no dia **10/04/2019**, **às 13h00-min (horário de Brasília**) a Tomada de Preços nº 001/2019, tipo menor preço global por item, tendo por objeto a **contratação de empresa do ramo de engenharia civil para executar serviço de reforma do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Adequação do Cemitério de Campinápolis e reforma da Escola Municipal Carinho e Ternura. Ambos os serviços conforme especificações contidas no projeto básico** Edital completo no site (www.campinapolis.mt.gov.br). Maiores informações pelo fone (66)-3437-1992.

Campinápolis-MT, 25 de março de 2019.

GILBERTO FRANCISCO RIBEIRO DE PAULA

PRESIDENTE DA CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8254 25 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DO SERVIDOR ***SONIA MESSIAS DOS SANTOS BORGES*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei Complementar Nº 027 de 05 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO o teor do requerimento do próprio servidor datado 26 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora **SONIA MESSIAS DOS SANTOS BORGES**da **Classe "A" Nível "03"** paraa **Classe "B" Nível"03"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 25 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 25 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3108 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR.(A) **NELSON CENTURIÃO JUNIOR** E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA , PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando a realização do Concurso Público, para provimento efetivo dos cargos de Carreira do Serviço Público Municipal, no dia 27 de janeiro de 2019 e Edital nº 001/2018,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto nº 3027 de 13 de fevereiro de 2019, do Executivo Municipal,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Municipal,

Considerando, finalmente, o disposto nas normas que regem o Direito do Trabalho,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo o (a) SR.(A) **NELSON CENTURIÃO JUNIOR**, para exercer o cargo **PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – SEDE, Classe "B" Nível 1**, junto a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, desta Prefeitura.

Art. 2º - A validade da nomeação deste Decreto, fica condicionada à não infrigência do disposto inciso III do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Será considerado desistente o Candidato nomeado por este decreto e não comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente Decreto, para tomar posse no cargo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis-MT, 25 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2019/ CONCURSO PÚBLICO 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2019/ CONCURSO PÚBLICO 001/2018

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2018 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o encerramento do Concurso Público nº 001/2018;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 001/2018(Decreto nº 3.027/2019);

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Ofício nº 064/SEMEC-GAB;

RESOLVE

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2018 elencado no Anexo I deste Edital, para apresentação das documentações constante do item 2 deste Edital para a respectiva nomeação e posse.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 25/04/2019, em 02(duas) vias, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocopia autenticada).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocopia autenticada).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que concorreu(fotocopia autenticada).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil - fotocopia autenticada**)**.

g. Comprovante de quitação eleitoral (fotocopia autenticada e/ou certidão de quitação/ TSE).

h. foto 3x4 colorida e recente;

i. Declaração de bens (modelo em anexo).

j. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

k.Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Atestado de aptidão mental do candidato expedido por Psicológo e/ou Psiquiatra (original). (Itém inserido de acordo com o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 do Itém 17.2)

m. Relação de exames médicos a serem realizados constam no Anexo II deste Edital.

n. Cópia da primeira parte da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

o. Cartão PIS/PASEP (fotocopia autenticada).

p. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocopia autenticada).

q. Declaração contendo endereço residencial.

r. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária.

s. Carteira Nacional de Habilitação para os Cargos de Apoio Administrativo Educacional-Transporte Escolar e Motorista (categoria “D”,- fotocopia autenticada).

t. Comprovante de escolaridade /Certificado e Histórico Escolar para o Cargo de Professor em que se habilitou (fotocopias autenticadas).

u. Os candidatos ao cargos – Médico Clínico Geral, Bioquímico, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista, Odontológo e Psicólogo, deverão obrigatoriamente comprovar a filiação no Conselho Regional da respectiva categoria.

v. Os candidatos ao cargos de Técnico do SUS – Técnico de Enfermagem, deverão obrigatoriamente comprovar Curso Técnico em Enfermagem com Registro no Conselho de Classe.

2.1.O atestado admissional constante da alínea “j” será expedido por Médico do Município nomeado para esse fim.

2.1.1. Após a realização dos exames constantes do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018, o candidato deverá agendar perícia médica para apresentação dos resultados.

a) após a apresentação dos resultados dos exames, estando conforme, o Médico Periciador expedirá atestado admissional.

2.1.2. No resultado dos exames/laudos, das consultas e/ou exames deverá obrigatoriamente ser grafado as seguintes informações:

a) o nome do candidato;

b) o número do CPF e /ou o número do RG e/ou a data de nascimento do candidato.

2.1.3. O candidato agendará a perícia referenciada no item anterior, de segunda a sexta – feira, das 13:00h as 17:00h, pelo telefone (66)3437-1992 – Ramal 215.

2.1.4. Cada candidato terá direito apenas a um agendamento, salvo se exames complementares forem solicitados pelo Médico Periciador.

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Concurso Público nº001/2018 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Concurso Público nº 001/2018, por parte do candidato, deverá, a Diretoria de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. O candidato convocado por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados no item 2, deverá se apresentar imediatamente na Secretaria de Lotação.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

7. Integra o presente Edital, o anexo I – Relação de candidatos convocados, Anexo II – Relação de exames médicos a serem realizados, Anexo III - Modelo de declaração de bens; Anexo IV - Modelo de Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Cargo: 35 - Professor de Educação Infantil - Sede Município Data de Nascimento		
01	FRANCIELE MOREIRA LIMA	22/02/1995
02	GERLANE FRANCO LIMA	18/11/1978

ANEXO II

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames por área do cargo	**Exame**
Para todos os cargos	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna.
Profissionais da Saúde	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Hepatite B; § HIV; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.
Motorista de Máquinas Pesadas	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Audiometria; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.

ANEXO III

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu_____, brasileira, solteiro (a)/casado(a) inscrito no RG nº-_____SSP/MT, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso, **DECLARO** possuir os bens abaixo elencados.

Ord.	QUANT	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Por ser a expressão da verdade, firmo presente para que surta seus efeitos legais.

Campinápolis-MT, XXX de março de 2019.

_____

Declarante

ANEXO IV

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu _____, brasileira, solteiro (a)/casado(a), inscrito no RG nº _____ SSP/SP, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de nomeação e posse, **DECLARO** não ser ocupante de cargo ou Função Pública ilicitamente acumuláveis.

Por ser a expressão da verdade, assino abaixo, dando fé e validade.

Campinápolis-MT, xxx de março de 2019.

_____

Declarante

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8255 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA DE Nº 8255 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o término da licença maternidade.

RESOLVE: I – Exonerar a servidora abaixo que exercia sua função junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO
JANAINA SEREJO DE SOUSA	AUXILIAR TECNICO DE SAUDE

II – Revogar a portaria 7674 de 14 de Maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 25 de Março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 25 de Março de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

AVISO DE EDITAL PP 21/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 021/2019

ABERTURA: 09 de abril de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 09 de abril às 14h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção artesanal de redes de proteção com instalação, para atender a Secretaria Municipal de Esportes e as unidades escolares da rede municipal de ensino.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de março de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 002/2019

DA FINALIDADE: Dispensa de Licitação para celebração de contrato para prestação de serviços de entrega de encomendas.

DO OBJETO: Dispensa de Licitação para celebração de contrato para prestação de serviços de entrega de encomendas e documentos - via Correios, do tipo carta comercial, sedex, impresso especial, correio internacional, serviços telemáticos - SPE, remessa local com comprovação de entrega, carta/cartão/envelope resposta comercial, aquisição de produtos e malote.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

DO CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública, devidamente inscrita no CNPJ nº 34.028.316/0016-90, com sede na Praça da República, nº 101, centro, Cuiabá – Mato Grosso.

DA JUSTIFICATIVA: Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para

esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

VALOR: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.001.04.122.000.20009.3390390000.0100000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DO FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, VIII da Lei n.º8.666/93 e suas alterações.

Campo Novo do Parecis, 25 de março de 2019.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão de Licitação.

Ratifico a dispensa do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 152, DE 25DE MARÇO DE 2019

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL DIRCILENE MARIA DE OLIVEIRA MOTA.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 151, DE 25 DE MARÇO 2019.

NOMEIA A SENHORA **MARIA DAS DORES DA SILVA** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DA DIVISÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, VINCULADA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AVISO DE EDITAL PE 07/2019

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 007/2019

Recebimento das propostas: **a partir do dia 26 de março 2019, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **a partir do dia 10 de abril 2019, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 10 de abril 2019, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 10 de abril 2019, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos para atender as Unidades de Saúde.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone (65) 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de março de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 036, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 004/2018.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando:

o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; o disposto na Lei Municipal nº 1.491, de 10 de abril de 2012, que autoriza a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, nos termos da Emenda Constitucional nº 51 e Lei Federal nº 11.350/06 e dá outras providências; o memorando nº 66/2019 da Assessoria Jurídica, datado de 12 de março de 2019; o disposto na Lei Federal nº 13.595, de 05 de janeiro de 2018 e as Leis Municipais n°1.130/2006, n°1.822/2016, e n°1.931/2018; **a publicação do** Edital de Processo Seletivo Público nº 004/2018*, que a*briu inscrições para o Processo Seletivo Público e fixou normas para contratação de pessoal por tempo determinado, em conformidade com a Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, que regulamenta as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias;

o relatório apresentado pela Comissão de Processo Seletivo Público nº 004/2018*, nomeada através das Portarias nº 284,* de 06 de junho de 2018, *encaminhando o Resultado Final do* Processo Seletivo Público nº 004/2018*,*

a necessidade administrativa e o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Público nº 004/2018, em conformidade com a Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, que regulamenta as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, e as Leis Municipais n°1.130/2006, n°1.822/2016, e n°1.931/2018, nos termos estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Público nº 004/2018, conforme relação de Resultado Final, como segue:

Agente Comunitário de Saúde:

CENTRO DE SAUDE							
N° ord/class	NOME	Data de Nasc.	CPF	Portugues	Especifico	Geral	Total
1	RAQUEL NUNES DE OLIVEIRA	02/06/1987	026.628.691-78	24,5	21	24	69,5
2	NEILA ADRIANA DOS SANTOS	27/06/1979	992.267.151-49	28	24,5	15	67,5
3	LUCIANA DA SILVA BARBOZA	26/10/1975	019.180.274-00	17,5	28	21	66,5

Desclassificado	ISOLDE MADALENA SULZBACH	01/12/1970	537.876.761-04	17,5	21	9	47,5
Desclassificado	PATRICIA DA SILVA MOREIRA	11/10/1983	001.215.461-01	17,5	14	15	46,5
Desclassificado	SANDRA FINGER FERREIRA	02/11/1978	007.784.204-06	14	14	9	44
Desclassificado	RAQUEL ANDRADE	01/12/1970	795.120.899-04	10,5	14	15	39,5
Desclassificado	FRANCISCA DAS CHAGAS DE SOUSA SILVA	17/04/1990	052.693.443-35	21	10,5	6	37,5
Desclassificado	DYULHA FURTADO DA SILVA	07/04/1990	038.620.911-12	21	7	6	34
Desclassificado	ROSENI AZONEZOKEMAIRO	14/10/1981	011.060.971-90	7	17,5	6	30,5
Desclassificado	ROSA VILMA RIZOTTO	12/06/1966	616.404.331-04	0	14	15	29
Desclassificado	PAMELA BARROS DE MELO	17/02/1991	040.554.861-38	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	ANA PAULA ALVES DA SILVA	12/03/1987	704.869.701-67	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	LETICIA DO NASCIMENTO PEDRO	15/12/1991	026.563.241-22	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	LETICIA RIBEIRA SILVA	20/06/2000	063.779.951-80	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	PAMELA BARROS DE MELO	17/02/1991	040.554.861-38	faltou	faltou	faltou	faltou

PSF. NOSSA SENHORA APARECIDA							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifico**	**Geral**	**Total**
1	JUCIELI DE SOUZA SAMPAIO	07/12/1981	663.667.122-04	17,5	24,5	12	54
2	LAURA ROBERTA DE SOUZA	11/01/1973	483.629.131-34	10,5	24,5	18	53
3	LAURA CRISTINA DE SOUSA MENDES RODRIGUES	30/12/1980	007.878.241-43	14	17,5	21	52,5
4	JUCIEL DE SOUZA SAMPAIO	20/11/1997	073.654.395-30	17,5	14	21	52,5
Desclassificado	LIZIANE LUDWINSKI FELIPE	12/09/1984	009.922.811-48	17,5	21	9	47,5
Desclassificado	MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO	29/03/1979	861.689.081-53	10,5	21	15	46,5
Desclassificado	IOLANDA CELSA COSTA DE MENEZES	08/03/1973	653.756.295-34	10,5	21	9	40,5
Desclassificado	CLAUDINEIA DO CARMO RIBEIRO	05/11/1988	031.977.751-04	14	14	12	40
Desclassificado	CAROLINA FARIAS GARCIA	19/07/1988	940.564.042-91	10,5	10,5	18	39

Desclassificado	*JANAINA DA SILVA LOPES*	*19/09/1988*	*023.389.031-96*	*10,5*	*14*	*12*	*36,5*
Desclassificado	SILVIA CALVIS TEIXEIRA FILHA AZAMBUJA	13/07/1966	403.877.201-20	14	17,5	3	34,5
Desclassificado	MICHELE MILANI MARQUINI DE SANTANA	08/03/1983	331.350.608-96	17,5	7	9	33,5
Desclassificado	VANDA TIENO	20/01/1973	568.820.761-20	0	28	3	31
Desclassificado	MARIA APARECIDA RODRIGES DA CRUZ OLIVEIRA	31/12/1980	952.590.071-15	10,5	14	3	27,5
Desclassificado	MISSILANE DOS SANTOS SILVA	12/07/1995	120.700.014-07	10,5	10,5	6	27
Desclassificado	ERICA LEVINA DE MOURA	07/11/1996	056.803.931-90	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	GARDENIA BARROS AZEVEDO	25/01/1978	006.647.893-66	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	NELMA DA SILVA XAVIER	10/06/1957	078.597.877-17	faltou	faltou	faltou	faltou

USF. BOA ESPERANÇA							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifico**	**Gerais**	**Total**
1	LIDIANE GONÇALVES LIBERATO	22/04/1985	007.351.471-32	24,5	24,5	12	63
2	CRISTIANE DO NASCIMENTOOLIVEIRA	04/10/1984	021.162.221.41	14	24,5	21	59,5
3	JUDIRCENE ALMEIDA DOS SANTOS	01/05/1974	392.226.242-20	21	21	12	54
4	TATIANA ALVES SILVA	10/02/1991	038.570.731-28	17	24,5	9	51
Desclassificado	JUERLENE SOUZA MOREIRA	01/09/1987	015.517.171-23	10,5	24,5	9	44
Desclassificado	EVERLANDIA ALVES DOS SANTOS	13/01/1995	111.185.694-07	21	17,5	6	44
Desclassificado	MARIA GERLANE SILVA DOS SANTOS	16/10/1993	049.150.901-40	14	14	9	37
Desclassificado	JOSELMA MARIA DA SILVA	29/07/1983	952.188.072-89	10,5	17,5	6	34
Desclassificado	MARIA ROSEANE DA SILVA	09/12/1983	071.450.904-30	14	14	3	31
Desclassificado	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS FROIS	20/07/1957	681.374.199-34	7	14	9	30
Desclassificado	BETANIA CECILIA LUSTOSA RAMOS	01/12/1987	025.087.921-28	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	EDILZA ROSALINA PEREIRA DIAS	27/06/1990	038.342.821-11	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	EDNA VAZ DA SILVA	29/09/1992	062.300.533-65	faltou	faltou	faltou	faltou

PSF. OLENKA							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifico**	**Gerais**	**Total**
1	DARLENE SIMONE PEREIRA ZIMMER	25/07/1973	606.225.712-49	14	28	18	60
2	JONINA PEREIRA DOS SANTOS	05/07/1972	514.722.101-82	31,5	14	9	54,5
3	ALEQUISSIMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS CARVALHO	23/09/1984	951.608.681-00	21	17,5	15	53,5
4	OLINDA MARCIA BARRETO DE SOUZA	19/01/1981	028.866.914-29	28	10,5	15	53,5
Desclassificado	JANETE BREZOLIM	29/03/1970	592.100.100-78	17,5	17,5	12	47
Desclassificado	LUCIENE TIMM TORQUATO	03/03/1972	432.629.101-04	10,5	21	15	46,5
Desclassificado	VALERIA LETICIA DE OLIVEIRA SILVA	12/02/1995	060.887.543-03	10,5	14	9	40,5
Desclassificado	JOSIANE MUNIZ DE OLIVEIRA MOSELE	03/03/1983	715.478.511-04	10,5	17,5	12	40
Desclassificado	ANTONIA MARIA DOS SANTOS	13/06/1980	041.213.664-33	10,5	14	15	39,5
Desclassificado	GISLENE COSTA DA SILVA	27/08/1986	065.683.184-77	10,5	10,5	15	36
Desclassificado	CLEUDIMAR BARBOSA DOS SANTOS	30/10/1988	031.313.171-67	10,5	7	9	26,5
Desclassificado	GLACIELLE FRANCO SERAFIM HERPICH	30/07/1979	822.830.101-44	faltou	faltou	faltou	faltou

PSF. JARDIM DAS PALMEIRAS 1							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifico**	**Gerais**	**Total**
1	KEILA RAMOS SOUZA	14/03/1983	026.566.491-88	24,5	21	18	63,5
2	JULIANA APARECIDA AMARO DA SILVA	28/02/1990	031.335.991-19	21	24,5	15	60,5
3	VANESSA BARRINHA DE MIRANDA	09/11/1997	461.764.728-73	21	17,5	18	56,5
4	DARLAINE FRANCISCA DAS DORES MACEDO	13/12/1994	054.162.021-57	21	21	12	54
5	CAMILA CRISTINA SOLÃO	15/03/1989	034.205.091-54	28	17,5	6	51,5
6	BRUNA CRISTINA SOLÃO DA SILVA	18/06/1994	054.062.051-37	18	17,5	15	50,5
Desclassificado	JANETE GONÇALVES NUNES	16/02/1978	024.595.971-85	14	17,5	15	46,5

Desclassificado	CRISTIELE BATISTA OLIVEIRA	03/01/1986	833.423.382-53	7	17,5	18	42,5
Desclassificado	RAILAINE AMELIA ALVES	02/11/1988	026.674.171-19	17,5	14	9	40,5
Desclassificado	ANA LUIZA OLIVEIRA DE MACEDO	21/08/2000	060.616.501-08	7	7	23	37
Desclassificado	MARIA APARECIDA DE SOUZA	19/12/1972	009.321.151-10	10,5	14	12	36,5
Desclassificado	FERNANDA REGINA SARAIVA DE ALVAREGA	20/02/1989	036.853.511-84	14	10,5	12	36,5
Desclassificado	JULIANA DE SOUZA SILVA	05/06/1993	043.326.561-21	7	21	6	34
Desclassificado	ANA DOS SANTOS	14/08/1968	481.848.701-59	7	14	12	33
Desclassificado	EDNALVA HENRIQUE DOS SANTOS	14/09/1974	593.488.871-49	7	14	9	30
Desclassificado	MARIA APARECIDA MARTINS DE SOUZA	15/08/1975	023.997.163-96	3,5	7	0	10,5
Desclassificado	CLAUDINEIA VELOSO DOS SANTOS	08/10/1977	903.920.271-00	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	RODRIGO ROGERIO MACEDO	01/08/1996	055.445.981-77	faltou	faltou	faltou	faltou

PSF. JARDIM DAS PALMEIRAS 2							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifico**	**Gerais**	**Totais**
1	RAQUEL PEREIRA MARQUES SANTANA	22/09/1984	003.013.941-48	28	21	12	61
2	GLAUCINEIA LAURIANO	30/08/1974	567.987.762-72	28	17	15	60,5
3	NUBIA SOUZA DE OLIVEIRA CORREIA	05/01/1981	000.719.731-41	21	21	12	54
4	IVANIA MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA	07/06/1986	022.853.153-50	17,5	21	15	53,5
5	RENILDA DE MIRANDA LUCIANO	30/09/1972	604.346.941-34	14	21	18	53
Desclassificado	VIVIANE MENDES CHAGAS	31/05/1977	819.457.871-04	14	21	15	50
Desclassificado	PATRICIA PEREIRA ALVES	20/10/1988	025.087.991-30	14	21	9	44
Desclassificado	NADIR BATISTA DA SILVA	13/09/1973	015.368.551-46	14	17,5	12	43,5

Desclassificado	ANDERSON MARTINS LOPES	16/10/1996	055.867.921-84	14	14	15	43
Desclassificado	CELIA REGINA SANTOS FEITOSA	20/05/1990	045.858.121-64	10,5	21	9	40,5
Desclassificado	CHARLES ALVES DA SILVA	14/03/1965	416.437.984-72	14	14	12	40
Desclassificado	LEIA DELISE	24/10/1984	000.497.241-42	17,5	17,5	3	38
Desclassificado	MARIA EVA ALVES BRITO	30/05/1980	037.562.931-90	14	14	6	37,5
Desclassificado	ELIANE ALVES BARBOSA	21/05/1983	004.8484.291-90	14	14	6	34
Desclassificado	PATRICIA NASCIMENTO BASTOS	06/02/1990	056.073.275-90	10,5	14	9	33,5
Desclassificado	NAIURY DO NASCIMENTO VENANCIO DA SILVA	22/06/1989	012.196.582-19	10,5	14	9	33,5
Desclassificado	JANILEIDE DE SOUSA ALMEIDA	04/05/1977	938.444.413-87	3,5	14	6	23,5
Desclassificado	LINDINALVA DA SILVA OLIVEIRA	11/02/1978	966.928.391-49	10,5	7	6	23,5
Desclassificado	CRISTINA DO CARMO	04/06/1987	000.464.492-13	10,5	7	0	17,5
Desclassificado	BRUNA MENDES FERREIRA	03/05/1992	050.588.681-21	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	DAIANA DE OLIVEIRA FARIAS DE FARIAS	10/01/1990	025.967.590-39	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	DENICE CARLA DA SILVA	26/03/1999	129.681.404-18	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	EDNA APARECIDA PEREIRA VILELA	20/09/1983	010.523.171-11	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	GLAUCIA VICENTE BELCHIOR	28/12/1989	029.458.801-99	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	JHONATAN GOMES DA SILVA	01/08/1992	044.065.481-57	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	MARIA CINTIA MENDES DE SOUZA	17/10/1984	011.620.531-86	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	SARA DA CONCEIÇÃO TELES	13/05/1993	050.534.971-00	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	ANGELA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA	06/08/1985	047.818.854-46	faltou	faltou	faltou	faltou

PSF. BEIJA-FLOR							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifico**	**Gerais**	**Total**
1	SANDRA ZOCAL DE MATOS	18/07/1986	015.582.821-57	24,5	17,5	15	57
2	MARIA APARECIDA FERREIRA DE QUEIROZ	29/10/1982	045.280.909-61	17,5	14	21	52,5
3	KAROLINE NUNES DO NASCIMENTO	21/02/1999	061.289.691-94	21	17,5	12	50,5
Desclassificado	CARLIM REGINA NIEWINSKI SETTI	03/09/1985	021.676.761-07	17,5	17,5	15	50
Desclassificado	FRANCISCA IVONETE ALVES	18/10/1980	023.072.121-40	17,5	14	18	49,5
Desclassificado	JUCELIA GONÇALVES	13/01/1977	789.560.641-72	17,5	17,5	12	47
Desclassificado	ROSILENE DOS SANTOS SILVA	24/06/1985	023.416.091-80	21	14	9	44
Desclassificado	ALEXANDRA DE MELO COSTA	14/08/1980	861.632.723-15	10,5	17	15	43
Desclassificado	FRANCIELE VIEIRA DOS ANJOS	30/08/1988	018.543.101-19	10,5	14	15	39,5
Desclassificado	MARCIA PAULA DE ASSIS	20/04/1983	738.843.752-53	7	14	12	33
Desclassificado	MARIA DO SOCORRO LACERDA	18/03/1973	899.139.901-06	7	14	12	33
Desclassificado	TEREZA DE AVELAR	02/06/1970	408.660.252-00	10,5	14	6	30,5
Desclassificado	ANA PAULA ARAUJO SARABIA	30/08/1983	961.808.701-87	14	3,5	6	30,5
Desclassificado	AMANDA RAFAELA FORTES DE OLIVEIRA	06/11/1984	028.940.671-43	3,,5	10,5	12	26
Desclassificado	DEIZIANY DA SILVA GONDIM	19/11/1983	046.972.259-29	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	DIONIZIA ALEXANDRE DOS SANTOS	18/10/1976	846.955.791-20	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	EUEBERLIS SANTIAGO DA SILVA	31/01/1984	004.966.401-86	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	GLEICIANE MORAIS	02/03/1983	033.719.019-47	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	HEMILLY BELO MARQUES	25/06/1997	036.227.881-43	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	JOSE GRACIELLE ALMEIDA	22/11/1987	022.033.451-01	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	MARCELA MARIA DA SILVA SANTOS	12/06/1994	057.535.281-71	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	MICHELLE DOS SANTOS CORREIA	27/06/1998	073.561.981-69	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	ROSELI RODRIGUES JOAQUIM	03/02/1977	005.536.719-44	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	SIMONE MATOS NASCIMENTO	25/12/1984	918.221.732-72	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	SUSANA DA SILVA ARAVA	13/07/1986	013.584.441-02	faltou	faltou	faltou	faltou

PSF. AMAPA							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifico**	**Gerais**	**Total**
1	LORENI DORVALINA RODRIGUES	13/06/1988	031.313.521-59	17,5	31,5	9	58
2	PATRICIA DOS SANTOS ALMEIDA TILMANN	15/01/1992	040.813.241-82	28	14	9	51
Desclassificado	MARIA DAIANA DA SILVA SANTOS	13/10/1992	042.578.691-94	21	21	3	45

Desclassificado	VERONICA MARIA DA SILVA	24/04/1997	062.151.291-51	21	10,5	12	43,5
Desclassificado	JESSICA BARBOSA DOS SANTOS	05/09/1995	042.504.631-17	14	14	15	43
Desclassificado	MACELAINE DOS SANTOS LISBOA	27/10/1984	009.276.591-23	10,5	14	9	33,5
Desclassificado	IOLANDA NUNESDE SOUZA DA SIVA	12/07/1977	023.233.264-90	14	10,5	9	33,5
Desclassificado	MARCIA LUCIA RONSONI CIQUEIRA SILVA	19/09/1993	036.309.901-85	14	17,5	0	31,5
Desclassificado	ELENILZA FERREIRA PAZ DE OLIVEIRA	20/01/1985	004.143.691-14	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	MARLI DA SILVA	27/06/1980	928.714.291-20	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	MICIANE PEREIRA DA SILVA	14/04/1998	061.815.151-60	faltou	faltou	faltou	faltou

PSF. ITANORTE

N° ord/class	NOME	Data de Nasc.	CPF	Portugues	Especifico	Gerais	Total
1	CARLA AUGUSTA DA SILVA	02/11/1982	925.398.151-20	31,5	17,5	12	61
2	PATRICIA FERREIRA DE OLIVEIRA	15/02/1995	044.055.651-12	21	14	9	51
Desclassificado	MARIA DE LOURDES ALVES DE ASSUNÇÃO	30/08/1976	694.941.421-87	17,5	14	15	46,5
Desclassificado	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA	15/04/1973	268.204.553-72	0	17,5	9	19,5

UBS. MARECHAL RONDON

N° ord/class	NOME	Data de Nasc.	CPF	Portugues	Especifico	Gerais	Total
1	ROZIELE ALMEIDA DE OLIVEIRA	20/07/1987	042.018.491-04	24,5	24,5	12	61
2	IRENE CARDOSO FONTINELLES	03/07/1996	611.248.783-80	17,5	24,5	18	60
Desclassificado	GISELE DA SILVA PONCE	24/04/1989	032.943.811-58	10,5	21	15	46,5
Desclassificado	ELIENAI DA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	15/06/1997	074.427.251-39	14	14	9	37
Desclassificado	ROSILDA DE SOUZA ARRUDA RIBEIRO	15/12/1976	885.343.241-15	7	17,5	12	36,5
Desclassificado	ANDRESSA CRISTINA PEREIRA DAMASCO	16/06/1985	058.450.539-60	17,5	7	3	34,5

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

N° ord/class	NOME	Data de Nasc.	CPF	Portugues	Especifica	Gerais	Total
1	MARCELO NUNES DE OLIVEIRA	16/03/1983	007.712.501-00	24,5	35	27	86,5
2	JUSSARA OLIVEIRA PRADO PINTO	18/02/1993	012.749.662-99	28	21	27	76
3	GESIANI ANTONINA DOS SANTOS DA CRUZ	15/01/1991	044.239.951-07	21	35	18	74
4	SILVANA ACIOLE MACEDO	22/08/1993	051.968.191-69	28	31,5	12	71,5
5	ROSANGELA DOS SANTOS	05/06/1978	867.171.891-34	28	28	15	71
6	SILVANA APARECIDA PAULINO	25/11/1982	988.851.971-91	21	31,5	18	70,5
7	ZILENE LEONEL DA SILVA	26/01/1987	013.289.771-70	21	28	21	70
8	VALMIRA FERREIRA DO AMARAL	10/11/1982	780.328.142-72	24,5	24,5	18	67
9	JOEL SOUZA LIMA JUNIOR	03/05/1994	018.763.792-00	17,5	28	18	63,5
10	NAFLAVIA DA SILVA AZEVEDO	20/05/1976	902.890.801-34	21	28	12	61
11	SIOMONE DOS REIS BARROS	20/09/1987	026.852.761-06	21	21	14	56
12	MARCIO NASCIMENTO OLIVEIRA	16/08/1985	011.665.311-63	17,5	28	9	54,5
13	ANIELLE LOPES DOS SANTOS	22/08/1993	107.789.134-22	21	21	12	54
14	ITALA BIANCA ROCHA CARDOSO	21/10/1990	048.472.243-37	24,5	14	15	53,5
15	CARLOS ANDRE DALIVIA LOPES	19/10\1989	037.657.401-10	7	28	18	53
16	VANESSA RODRIGUES DE ARAUJO	31/08/1971	502.221.041-04	14	21	18	53
17	LEIDIANE DA SILVA LINDER	26/11/1984	002.914.703-43	24,5	10,5	18	53
18	MARIA APARECIDA GOMES DE SOUZA	07/09/1968	312.920.032-00	14	28	9	51
19	VANUZA GLERIAN OLIVEIRA	10/21/1985	013.424.031-69	10,5	28	12	50,5
20	DEISIANE RENATA RAMOS DE JESUS	17/10/1995	059.397.861-70	10,5	28	12	50,5
21	GUSTAVO MOREIRA DA SILVA	06/06/1998	048.450.571-82	21	17,5	12	50,5
Desclassificado	KEVIN WILKER DEMARCHI	24/12/1997	041.297.321-96	14	21	15	50
Desclassificado	EMILENE PEREIRA DA SILVA	24/06/1977	864.505.221-00	17,5	17,5	15	50
Desclassificado	JESSICA DOS SANTOS SOARES	05/03/1988	027.177.551-36	17,5	17,5	15	50
Desclassificado	SILVANA APARECIDA BONEIS	18/08/1988	035.788.051-84	10,5	28	9	47,5
Desclassificado	JOSEANE DA COSTA SILVA	15/06/1989	602.980.323-92	17,5	21	9	47,5
Desclassificado	JEANDER MENDES DE MIRANDA	18/11/1992	048.104.241-54	24,5	14	9	47,5
Desclassificado	ANA MARIA DIAS ZARATE	26/07/1960	001.777.461-65	14	21	12	47

Desclassificado	ELIZABETH DIAS PEREIRA	26/01/1971	452.535.791-68	7	24,5	15	46,5
Desclassificado	NALUANA LUBIA VIEIRA DE SOUZA	02/03/1997	046.902.461-57	17,5	21	9	44,5
Desclassificado	LIVIA SOARES RIOS DO CARMO	12/01/1986	019.551.411-42	10,5	21	12	43,5
Desclassificado	ARIELA ROCHA PEREIRA	18/08/1985	014.383.961-63	14	17,5	12	43,5
Desclassificado	PAMELA CRISTINA PADILHA MACHADO	12/03/1998	060.839.401-76	14	14	15	43
Desclassificado	ANDREIA SILVA SANTOS	09/04/1995	107.101.334-30	14	10,5	18	42,5
Desclassificado	VANI GONÇALVES DE ABREU	06/03/1979	972.393.641-00	14	17,5	10,5	42
Desclassificado	JOSELANE SOARES DO NASCIMENTO PEREIRA	06/09/1974	460.084.203-06	14	17,5	9	40,5
Desclassificado	RITA SILENE BARBOSA DA SILVA	08/05/1973	554.699.223-91	10,5	21	9	40,5
Desclassificado	JOSELANE SOARES DO NASCIMENTO PEREIRA	06/09/1974	460.084.203-06	14	17,5	9	40,5
Desclassificado	JUCILEIDE ABREU DE LIMA	20/07/1984	026.313.333-81	7	21	12	40
Desclassificado	VALDETE SOUZA DOS SANTOS	10/02/1969	545.300.831-87	10,5	17,5	12	40
Desclassificado	ROSELI CRISTINA GOMES	14/07/1978	928.165.921-20	10,5	17,5	12	40
Desclassificado	ANTONIA DA SILVA FRANÇA	14/09/1997	705.397.814-10	14	14	12	40
Desclassificado	ANA LUCIA PESSOA DE OLIVEIRA	01/12/1977	020.089.905-83	10,5	14	15	39,5
Desclassificado	CRISTIANE MARIA DOS SANTOS	26/06/1986	014.084.121-01	10,5	21	6	37,5
Desclassificado	MARIA LUZIA MARIANO ROCHA	14/07/1976	000.571.141-02	10,5	17,5	9	37
Desclassificado	RAIMUNDO BARBOSA DOS SANTOS	08/09/1998	055.357.111-79	10,5	17,5	9	37
Desclassificado	SANMARA KIVIA LIMA SOARES	03/07/1993	106.532.334-42	17,5	10,5	9	37
Desclassificado	JOSENILDA BARROS SOBRAL	04/10/1979	040.275.114-09	10,5	14	12	36,5
Desclassificado	CLAUDINICE DOS SANTOS	07/03/1984	035.185.281-65	14	10,5	12	36,5

Desclassificado	HELOISA PEREIRA DA SILVA	24/11/1982	003.076.851-95	3,5	10,5	21	35
Desclassificado	SIVANILDA HORA DE BARROS	19/12/1993	114.910.534-88	3,5	14	17,5	35
Desclassificado	JEANNE DARC DE CARVALHO LIRA	03/04/1977	746.453.823-49	7	17,5	9	33,5
Desclassificado	IVANI MARIA DA SILVA MENDES	02/10/1981	046.496.844-55	7	17,5	9	33,5
Desclassificado	ANGELICA CUNHA DA SILVA	20/08/1988	023.382.451-05	10,5	14	9	33,5
Desclassificado	MARIA LUCIVANI DOS REIS	10/08/1969	422.133.982-91	10,5	14	9	33,5
Desclassificado	JUNARA DO NASCIMENTO SILVA	15/09/1992	046.358.911-43	14	10,5	9	33,5
Desclassificado	ELIZEU UREL	22/01/1969	460.376.401-49	0	17,5	15	32,5
Desclassificado	GESSIEL SANTOSDA SILVA	17/10/1997	066.488.901-85	10,5	21	0	31,5
Desclassificado	LUZIA FRANCISCA AGOSTINHO	14/07/1970	838.927.451-53	7	21	3	31
Desclassificado	VERONICA MARIA SILVA DOS SANTOS	28/09/1994	049.775.251-40	3,5	21	6	30,5
Desclassificado	MARIA DANIELA ALVES DE ALMEIDA	11/05/1988	080.639.274-60	10,5	10,5	9	30
Desclassificado	WILLIAE NASCIMETO DA SILVA	23/10/1989	030.718.841-84	14	7	9	30

Desclassificado	MARIA ANDRESSA DA CONCEIÇÃO LIMA	21/09/1999	027.450.503-70	14	7	9	30
Desclassificado	KELLY DOS SANTOS	25/08/1988	028.331.971-28	3,5	17,5	16	27
Desclassificado	SAMARA CARVAHO LIMA	31/10/1992	606.487.863-07	7	10,5	9	26,5
Desclassificado	ZELIA CARDOSO DA SILVA	24/06/1996	050.270.301-69	7	10,5	9	26,5
Desclassificado	ANDREIA MARQUES DA SILVA	30/03/1994	606.830.703-47	10,5	7	6	23,5
Desclassificado	FRANCIELE AZEVEDO DOS SANTOS	26/12/1996	057.403.031-09	10,5	7	6	23,5
Desclassificado	JHEIME RAIANE PATRICIO	03/01/1993	042.621.421-83	3,5	14	3	20,5
Desclassificado	MARIA DE JESUS RODRIGUES	06/08/1977	929.999.301-78	3,5	10,5	6	20
Desclassificado	ADILSON APARECIDO SOARES JUNIOR	14/09/1999	014.315.031-11	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	ANGELA VERIDIANA POSSO	10/07/1982	742.153.452-00	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	ANGELITA FRANK	10/03/1977	974.835.161-00	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	AVAIR DE OLIVEIRA FAVALESSA	12/05/1972	631.237.541-20	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	BRUNA DOS SANTOS FARIAS	18/10/1998	062.576.971-66	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	ELIZANGELA VITALINA NASCIMENTO DOS SANTOS	12/05/1989	022.465.071-89	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	FAGNA DORISLAINA ANDRADE LUNA	11/11/1978	035.950.344-65	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	GIRLENE MARIA DO NASCIMENTO	31/07/1991	042.487.711-28	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	JALBERTA MARIA DA SILVA	25/10/1988	046.899.241-39	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	JOSIANE APARECIDA DE MORAIS	14/04/1986	020.765.091-86	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	KARIZA NETO DOS SANTOS	24/06/1997	609.154.663-50	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	LAIANY DOS SANTOS	27/09/1996	061.325.121-01	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	LUCAS DA SILVA ALVES	18/02/1998	067.856.611-96	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	LUCIENE RODRIGUES GOMES	20/03/1976	890.916.201-53	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	MARIA ELOISA DA SILVA	18/08/1977	968.402.771-00	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	NIURE IZABEL VAZ DOS SANTOS	22/11/1980	022.011.251-71	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	RHAIANE LARISSA ALVES DA SILVA	08/07/1998	061.724.475-57	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	VIVIANE APARECIDA FRANCO	07/10/1976	790.390.221-00	faltou	faltou	faltou	faltou
Desclassificado	WALLYSSON BARBOSA DE MELO	14/01/1999	041937.912-62	faltou	faltou	faltou	faltou

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS DISTRITO ITANORTE							
N°	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifica**	**Gerais**	**Total**
Desclassificado	JOSIANE DE AGUIAR MANTEUFEL	27/11/1982	001.725.921-51	10.5	24,5	15	50
Desclassificado	AMANDA MENDES DE SOUZA	24/03/1993	046.566.971-92	3.5	10,5	9	23

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS DISTRITO MARECHAL RONDOM							
N° ord/class	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Portugues**	**Especifica**	**Gerais**	**Total**
1	ROZILAINE ALMEIDA DE OLIVEIRA	29/09/1988	035.300.101-54	24.5	24,5	9	58
2	GILMARA DA ROCHA MENDES	21/03/1983	977.048.141-68	17.5	24,5	12	54

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 22 dias de março de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N° 010/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **ELCI GAMPERT AULER, CPF N° 363.008.021-91,** modalidade **DISPENSA N° 010/2019 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A ALOCAR O PROGRAMA MELHOR EM CASA, CONFORME LEI N° 2430 DE 18 DE MARÇO DE 2019,** no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 25 de Março de 2019.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Presidente Suplente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

Assunto: RESCISÃO CONTRATUAL

PREGÃO(ÕES): 036/2018

ATA(s) DE REGISTRO DE PREÇOS: 108/2018

CONTRATADA: NEVES VEÍCULOS EIRELI EPP.

CNPJ: 24.710.993/0001-53

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a empresa fora **notificada** para ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES;

Considerando que não houve a ENTREGA dos materiais no prazo estabelecido no edital;

Considerando que a alegação da defesa não justifica a inexecução da entrega, tendo em vista que o pedido de reequilíbrio foi encaminhado 40 (quarenta) dias após o envio da NAD, **resolve:**

CANCELAR, a partir da publicação deste ato, **toda e qualquer** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO, firmado com a empresa **NEVES VEÍCULOS EIRELI EPP.,** conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **abra-se prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data desta publicação, para a empresa **supracitada**, querendo, apresente DEFESA, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Por fim, encaminhe-se ao departamento jurídico, para análise e aplicação das sanções cabíveis.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Campo Verde-MT, 22 de março de 2019.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 216, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE GESTORA DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE FOMENTO N° 002/2019, FIRMADO COM O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar, com fulcro no artigo 2°, inciso VI e artigo 61 da Lei 13.019/2014 de 31 de julho de 2014, a servidora **FERNANDA REIS**, matrícula nº **4093**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer a função de gestora da execução e da prestação de contas do Termo de Fomento n° 002/2019, firmado com o Instituto de Desenvolvimento Social.

ARTIGO 2º - Na ausência da servidora supra designada, fica nomeada como suplente a Servidora **HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de Março de 2019.

Cumpra-se, registra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 25 dias do mês de Março de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

FERNANDA REIS

GESTORA DA PARCERIA

HINDIANARA L. R. LEITE PACHECO

SUPLENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0172019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, com sede na Avenida Valdir Masutti, 779-W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados o Edital para CREDENCIAMENTO de pessoas físicas que tenham interesse na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E CRONOMETRISTA/ANOTADOR , para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento ocorrerá no período de **26/03/2019 até 31/12/2019,** das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, no Departamento de Licitação e Contratos, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, com a Comissão Especial de Licitações, na Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (65) 3387-2800, pelo site www.camposdejulio.mt.gov.br, ou pelos e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br; licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 02/2019, para credenciamento de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CLÍNICO GERAL) PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS NO HOSPITAL MUNICIPAL LEOCYR LAZARETTE, para atender as necessidades do Hospital Municipal Leocyr Lazarette, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo credenciado: A. T. GOUVÊA MOLEIRO - ME, CNPJ nº: 15.116.812/0001-74

Informações através do fone (65) 3387 - 2800.

Campos de Júlio - MT, 25 de março de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

Decreto nº 012/2019

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 19 DE MARÇO DE 2019.

Institui Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição Unificada 2019, para Escolha dos Conselheiros Tutelares e da outras providências

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 18 de março de 2019, Ata 044/2019 CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°402, de 24 de agosto de 2009 e sua alteração pela Lei Municipal nº 543, de 20 de dezembro de 2012.

CONSIDERANDO o Artigo 139 e 140 daLei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

CONSIDERANDO o "Guia de Orientações: Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros dos Conselhos Tutelares", elaborado pelo Grupo de Trabalho Nacional, no âmbito da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2015.

CONSIDERANDO os Art. 7, 11 e 15 da Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local, a qual tem composição paritária entre os conselheiros do CMDCA, representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

Representantes da Sociedade Civil: Caetano Claudio Pereira Soares e Odirlei Pereira da Silva; Representantes Governamentais: Isabel Wingenbach da Silva e Viviane da Silva Mendes.

§1º A Comissão Especial Eleitoral será presidida pelo Senhor Odirlei Pereira da Silva.

Art. 3º Conforme a Lei nº 8069/90 do ECA prevê, não poderão fazer parte da Comissão Especial Eleitoral, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo;

§1º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no caput deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

Art.4º Compete a Comissão Especial Eleitoral a realização do Processo de Escolha que compreende: realizar reuniões; analisar os pedidos de registro de candidatura; dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios; elaborar calendário prevendo etapas, cronograma, regulamentos, infraestrutura e todas as providências necessárias para sua execução.

§1º A omissão Especial Eleitoral poderá convidar a quem lhe for conveniente ou necessário para participar das reuniões.

§2º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§3º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§4º Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§5º Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

§6º A Comissão terá seu trabalho encerrado após a divulgação no Diário Oficial ou em meio equivalente, do nome dos cinco conselheiros tutelares titulares escolhidos e suplentes em ordem decrescente de votação.

Art. 5º O Ministério Público será notificado, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial Eleitoral, encarregada de realizar o processo de escolha, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos de Júlio, 19 de março de 2019.

CAETANO CLÁUDIO PEREIRA SOARES Presidente do CMDCA

LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 04/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 04/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, com sede na Avenida Valdir Masutti, 779-W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados o Edital para CREDENCIAMENTO as pessoas que tenham interesse na CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANÕES DE ENFERMAGEM PRESENCIAS para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde , nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento ocorrerá no período de **26/03/2019 até 31/12/2019,** das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Os interessa-

dos poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, no Departamento de Licitação e Contratos, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, com a Comissão Especial de Licitações, na Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (65) 3387-2800, pelo site www.camposdejulio.mt.gov.br, ou pelos e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br; licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 25 de março de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

DECRETO: Nº 012/2019

PORTARIA Nº. 055, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 134 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *o atestado médico concedendo licença maternidade à servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade à servidora **LAERCIA ELIANE BOLONINE,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 124/2015, pelo prazo de 120 dias, computados a partir do dia 14 de março de 2019.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 14 de março de 2019.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 25 de março de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/ CÂMARA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE
EDITAL 004 2019

EDITAL Nº 004/2019. 18 de Março de 2019.

A Câmara Municipal de Canabrava do Norte Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao que determina os art. 37, 162 da Constituição Federal e art. 48, 49, 52, 53,54 e 55 da Lei Complementar 101/2000 e Lei Orgânica Municipal.

Torna-Se Público o Balanço Financeiro referente o Mês de Fevereiro de 2019, conforme a lei de Responsabilidade Fiscal Nº101/2000.

A documentação referente à Publicação encontra-se na Câmara Municipal a disposição de qualquer contribuinte do município, para questionar lhe sua legitimidade.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

_____

RIVALDO JOSÉ PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANABRAVA DO NORTE
MINUTA DE RESOLUÇÃO Nº 002/2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANABRAVA DO NORTE

MINUTA DE RESOLUÇÃO Nº 002/2019

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 8. 080 de 19 de Setembro de 1990; e pela Lei Nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990.

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; e revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.954/GM/MS, de 6 de setembro de 2013, que dispõe sobre a apresentação e a guarda dos documentos comprobatórios, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, da execução das despesas relacionadas a ações e serviços de saúde no âmbito do SUS com recursos financeiros percebidos do Fundo Nacional de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Resolução CIT nº 22 de 27 de julho de 2017, que d*ispõe complementarmente sobre a execução dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, no âmbito da Portaria GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013;*

Considerando a Proposta Federal Nº 14117.983000/1130-06 cadastrada no ano de 2013 com repasse realizado na Competência 12/2016 destinada para aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

Considerando a morosidade na transferência dos recursos pelo Ministério da Saúde referente as emendas parlamentares destinadas a aquisição de equipamentos e materiais permanentes; e

Considerando que o município adquire equipamentos com recursos próprios de acordo com as necessidades emergenciais.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as adequações e/ou alterações propostas pela Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT referente a Proposta de Aquisição de Equipamento e/ou Material Permanente Nº 14117.983000/1130-06, conforme previsto na Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013 e Resolução CIT nº 22 de 27 de julho de 2017.

Art. 2º A planilha de alteração e/ou inserção e a justificativa constam anexas a Ata do CMS de 25/03/2019.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Canabrava do Norte/MT, 25 de Março de 2019.

_____

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

_____

Secretária Municipal de Saúde.

Homologado:

_____

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CPL 028/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º37.465.200/0001-20, com sede na Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96; e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **DULCIMAR LACERDA SILVA - ME**, com sede na Avenida João Sacerdote de Souza, S/n°, Centro, CEP: 78.658-000 na cidade de Canabrava, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n° 09.377.499/0001-25, representada neste ato pela sua Proprietária a Srª Dulcimar Lacerda Silva, brasileira, casada, contadora, portador da Cédula de Identidade RG Nº 1118577 SJ/MT e do CPF Nº 805.592.201-20, residente e domiciliado à Avenida João Sacerdote de Souza, S/n°, Centro, CEP: 78.658-000 na cidade de Canabrava, Estado de Mato Grosso, tem entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente aditivo é:

1.2 – Prorrogação do Prazo de Vigência por mais 4 (quatro) meses, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de contabilidade pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte.

1.3 – A vigência passará a ser do dia 21/03/2018 a 21/07/2019;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal na clausula segunda do contrato original CPL nº 028/2017.

2.2 Este termo aditivo está fundamentado no artigo 62, parágrafo 3º, Inciso I, da Lei 8.666/93 com o parágrafo único do artigo 56 da Lei 8.245/91.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – Prorrogação da Vigência por 4 meses;

3.2 – Ficando valor Global do aditivo de R$ 30.000,00 e valor mensal de R$ 7.500,00.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município para o exercício 2018.

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade Administrativa: 10.001 – Secretaria de Finanças

Projeto Atividade: 2012 – Manutenção – Secretaria de Finanças

Código Reduzido: 343 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fontes: 0100 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Valor: R$ 30.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (Três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canabrava do Norte – MT, 20 de março de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE

João Cleiton Araújo de Medeiros

CONTRATANTE

DULCIMAR LACERDA SILVA - ME

Dulcimar Lacerda Silva

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Iranizo Matos Rodrigues

CPF: 983.429.751-34

Zenilton Augusto da Silva

CPF: 030.767.051-13

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Contratação de Instituição Brasileira para a prestação de serviços Educacionais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social no Município de Canarana-MT.
Favorecido	**SENAI/MT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**, inscrito no CNPJ sob nº 03.819.150/0005-43, com sede e foro em Barra Do Garças/MT, sito à Av. Senador Voldon Varjão s/n
Prazo de execução	06 meses
Valor global	R$ 22.059,00 (vinte e dois mil e cinquenta e nove reais)
Fundamento Legal	Artigo 24 Inciso XIII da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 026/2019.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Canarana – MT, 25 de março de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para servicos contínuos de manutenção predial e reparos, manutenção preventiva e corretiva para pequenos reparos nos prédios públicos, sem o fornecimento de materiais e de acordo com as especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **05/04/2019 às 13h30min** (**Horário Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.comou no endereço eletrônicowww.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 25 de Março de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 93/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 166, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DEFINTIVO lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
Elisandro da Silva	V	VI

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 98/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 170, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
Cosmo de Souza Santos	VI	VII

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 99/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO, para identificar e regularizar débitos tributários sobe institutos jurídicos que são constitucionalmente imunes.

Art. 2º - Indicando os servidores membros da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria Municipal n.º 03/2019, Daiane Mariana da Silva Benfica, Aline Carolina da Silva e Deise Dione Mutschal , sob a presidência do primeiro indicado.

Art. 3º - Dispensar os Servidores ora designados de suas atividades funcionais apenas nos horários de trabalho de coleta de provas e para elaboração de relatório final.

Art. 4º - A presente Comissão ficará vinculada à Secretaria de Administração.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT,

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 100/2019.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica **CONVOCADO**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, os candidatos aprovados pelo Concurso Público Municipal n.º 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
PROFESSOR PEDAGOGO- SERIES INICIAIS EM EDUCAÇAO INFANTIL		
337571	SIMONE FERREIRA DUARTE MACIEL	19º classificado

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 101/2019.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Ficam **CONVOCADOS**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, os candidatos aprovados pelo Concurso Público Municipal n.º 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
MOTORISTA CNH-D, CONDUTOR DE ÔNIBUS		
321410	DOUGLAS DA SILVA SOUZA	08º CLASSIFICADO
333041	MARCOS VALMIR WEBER	09º CLASSIFICADO

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT DIVULGA O RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA SIMPLIFICADO REFERENTE AO 1º BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.200.000,00	32.200.000,00	4.990.449,91	15,50	4.990.449,91	15,50	27.209.550,09
RECEITAS CORRENTES	29.749.000,00	29.749.000,00	4.748.449,91	15,96	4.748.449,91	15,96	25.000.550,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.253.000,00	2.253.000,00	339.221,39	15,06	339.221,39	15,06	1.913.778,61
Impostos	1.914.000,00	1.914.000,00	299.074,99	15,63	299.074,99	15,63	1.614.925,01
Taxas	332.000,00	332.000,00	40.146,40	12,09	40.146,40	12,09	291.853,60
Contribuição de Melhoria	7.000,00	7.000,00		0,00		0,00	7.000,00
CONTRIBUIÇÕES	1.370.000,00	1.370.000,00	274.341,90	20,02	274.341,90	20,02	1.095.658,10
Contribuições Sociais	920.000,00	920.000,00	210.038,76	22,83	210.038,76	22,83	709.961,24
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	450.000,00	450.000,00	64.303,14	14,29	64.303,14	14,29	385.696,86
RECEITA PATRIMONIAL	227.000,00	227.000,00	13.767,75	6,07	13.767,75	6,07	213.232,25
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11.000,00	11.000,00	1.446,11	13,15	1.446,11	13,15	9.553,89
Valores Mobiliários	216.000,00	216.000,00	12.321,64	5,70	12.321,64	5,70	203.678,36
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	98.000,00	98.000,00	6.175,89	6,30	6.175,89	6,30	91.824,11
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	49.000,00	49.000,00	950,00	1,94	950,00	1,94	48.050,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	20.000,00	20.000,00	1.844,56	9,22	1.844,56	9,22	18.155,44
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	29.000,00	29.000,00	3.381,33	11,66	3.381,33	11,66	25.618,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.608.000,00	25.608.000,00	4.014.806,12	15,68	4.014.806,12	15,68	21.593.193,88
Transferências da União e de suas Entidades	12.720.000,00	12.720.000,00	1.961.408,68	15,42	1.961.408,68	15,42	10.758.591,32
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.377.000,00	7.377.000,00	1.104.372,56	14,97	1.104.372,56	14,97	6.272.627,44
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.500.000,00	5.500.000,00	949.024,88	17,25	949.024,88	17,25	4.550.975,12
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.000,00	193.000,00	100.136,86	51,88	100.136,86	51,88	92.863,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	112.000,00	112.000,00	100.136,86	89,41	100.136,86	89,41	11.863,14
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	76.000,00	76.000,00		0,00		0,00	76.000,00

Documento gerado em 22/03/2019 11:48:51

Página 1 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	2.451.000,00	2.451.000,00	242.000,00	9,87	242.000,00	9,87	2.209.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.431.000,00	2.431.000,00	242.000,00	9,95	242.000,00	9,95	2.189.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.252.000,00	1.252.000,00	242.000,00	19,33	242.000,00	19,33	1.010.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.179.000,00	1.179.000,00		0,00		0,00	1.179.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.800.000,00	1.800.000,00	433.217,48	24,07	433.217,48	24,07	1.366.782,52
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.000.000,00	34.000.000,00	5.423.667,39	15,95	5.423.667,39	15,95	28.576.332,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.000.000,00	34.000.000,00	5.423.667,39	15,95	5.423.667,39	15,95	28.576.332,61
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.000.000,00	34.000.000,00	5.423.667,39	15,95	5.423.667,39	15,95	28.576.332,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.641.000,00	33.763.346,50	6.775.638,64	6.775.638,64	26.987.707,86	3.621.106,86	3.621.106,86	30.142.239,64	3.276.575,78	0,00
DESPESAS CORRENTES	29.537.760,00	29.358.088,50	5.744.342,79	5.744.342,79	23.613.745,71	3.586.419,61	3.586.419,61	25.771.668,89	3.241.937,03	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.466.000,00	16.484.036,53	2.386.629,65	2.386.629,65	14.097.406,88	2.358.002,15	2.358.002,15	14.126.034,38	2.355.399,65	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00	93,10	93,10	4.906,90	93,10	93,10	4.906,90	93,10	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.066.760,00	12.869.051,97	3.357.620,04	3.357.620,04	9.511.431,93	1.228.324,36	1.228.324,36	11.640.727,61	886.444,28	
DESPESAS DE CAPITAL	4.090.000,00	4.392.018,00	1.031.295,85	1.031.295,85	3.360.722,15	34.687,25	34.687,25	4.357.330,75	34.638,75	0,00
INVESTIMENTOS	4.060.000,00	4.362.018,00	1.001.295,85	1.001.295,85	3.360.722,15	27.355,45	27.355,45	4.334.662,55	27.306,95	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	7.331,80	7.331,80	22.668,20	7.331,80	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.240,00	13.240,00			13.240,00			13.240,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)					0,00			0,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.641.000,00	33.763.346,50	6.775.638,64	6.775.638,64	26.987.707,86	3.621.106,86	3.621.106,86	30.142.239,64	3.276.575,78	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.641.000,00	33.763.346,50	6.775.638,64	6.775.638,64	26.987.707,86	3.621.106,86	3.621.106,86	30.142.239,64	3.276.575,78	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.641.000,00	33.763.346,50	6.775.638,64	6.775.638,64		3.621.106,86	3.621.106,86		3.276.575,78	0,00
RESERVA DO RPPS	359.000,00	359.000,00			359.000,00			359.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.800.000,00	1.800.000,00	433.217,48	24,07	433.217,48	24,07	1.366.782,52
RECEITAS CORRENTES	1.800.000,00	1.800.000,00	433.217,48	24,07	433.217,48	24,07	1.366.782,52
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.800.000,00	1.800.000,00	433.217,48	24,07	433.217,48	24,07	1.366.782,52
Contribuições Sociais	1.800.000,00	1.800.000,00	433.217,48	24,07	433.217,48	24,07	1.366.782,52
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.641.000,00	33.763.346,50	6.775.638,64	6.775.638,64	100,00	26.987.707,86	3.621.106,86	3.621.106,86	100,00	30.142.239,64	0,00
Legislativa	1.170.000,00	1.170.000,00	211.173,52	211.173,52	3,12	958.826,48	169.077,12	169.077,12	4,67	1.000.922,88	0,00
Ação Legislativa	1.170.000,00	1.170.000,00	211.173,52	211.173,52	3,12	958.826,48	169.077,12	169.077,12	4,67	1.000.922,88	
Controle Externo					0,00				0,00		
FU01 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU01 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	20.000,00	20.000,00			0,00	20.000,00			0,00	20.000,00	
FU02 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU02 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
FU03 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU03 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	3.685.000,00	3.685.000,00	873.420,54	873.420,54	12,89	2.811.579,46	389.952,07	389.952,07	10,77	3.295.047,93	0,00
Planejamento e Orçamento	265.000,00	265.000,00	14.796,74	14.796,74	0,22	250.203,26	13.033,64	13.033,64	0,36	251.966,36	
FU04 - Administração Geral	3.010.000,00	3.010.000,00	812.384,10	812.384,10	11,99	2.197.615,90	332.421,73	332.421,73	9,18	2.677.578,27	
Administração Financeira	374.000,00	374.000,00	46.239,70	46.239,70	0,68	327.760,30	44.496,70	44.496,70	1,23	329.503,30	
Controle Interno					0,00				0,00		
Normatização e Fiscalização					0,00				0,00		
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos	11.000,00	11.000,00			0,00	11.000,00			0,00	11.000,00	
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social	25.000,00	25.000,00			0,00	25.000,00			0,00	25.000,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
FU05 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU05 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
FU06 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU06 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
FU07 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU07 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	1.556.000,00	1.622.604,55	324.891,62	324.891,62	4,79	1.297.712,93	172.909,40	172.909,40	4,78	1.449.695,15	0,00
Assistência ao Idoso	31.000,00	57.500,00	27.455,16	27.455,16	0,41	30.044,84			0,00	57.500,00	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	180.000,00	33.265,69	33.265,69	0,49	146.734,31	18.855,81	18.855,81	0,52	161.144,19	
Assistência Comunitária	1.345.000,00	1.385.104,55	264.170,77	264.170,77	3,90	1.120.933,78	154.053,59	154.053,59	4,25	1.231.050,96	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU08 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Previdência Social	2.441.000,00	2.441.000,00	349.593,01	349.593,01	5,16	2.091.406,99	320.135,94	320.135,94	8,84	2.120.864,06	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	2.441.000,00	2.441.000,00	349.593,01	349.593,01	5,16	2.091.406,99	320.135,94	320.135,94	8,84	2.120.864,06	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
FU09 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU09 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	7.518.000,00	7.600.241,95	1.918.772,59	1.918.772,59	28,32	5.681.469,36	1.009.971,11	1.009.971,11	27,89	6.590.270,84	0,00
Atenção Básica	5.785.000,00	5.862.441,95	1.450.471,76	1.450.471,76	21,41	4.411.970,19	853.598,25	853.598,25	23,57	5.008.843,70	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.424.000,00	1.424.000,00	448.277,39	448.277,39	6,62	975.722,61	152.220,85	152.220,85	4,20	1.271.779,15	
Suporte Profilático e Terapêutico	210.000,00	214.800,00	13.130,00	13.130,00	0,19	201.670,00			0,00	214.800,00	
Vigilância Sanitária	51.000,00	51.000,00	2.122,00	2.122,00	0,03	48.878,00	2.122,00	2.122,00	0,06	48.878,00	
Vigilância Epidemiológica	48.000,00	48.000,00	4.771,44	4.771,44	0,07	43.228,56	2.030,01	2.030,01	0,06	45.969,99	
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
FU10 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU10 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Trabalho	302.060,00	302.060,00	100.400,00	100.400,00	1,48	201.660,00	29.485,84	29.485,84	0,81	272.574,16	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	292.060,00	292.060,00	100.400,00	100.400,00	1,48	191.660,00	29.485,84	29.485,84	0,81	262.574,16	
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
FU11 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU11 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	9.815.000,00	9.815.000,00	1.646.807,69	1.646.807,69	24,30	8.168.192,31	1.133.906,33	1.133.906,33	31,31	8.681.093,67	0,00
Ensino Fundamental	7.416.000,00	7.416.000,00	1.075.308,48	1.075.308,48	15,87	6.340.691,52	855.016,75	855.016,75	23,61	6.560.983,25	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	0,37	0,00	972,00	972,00	0,03	24.028,00	
Ensino Superior	9.000,00	9.000,00			0,00	9.000,00			0,00	9.000,00	
Educação Infantil	1.815.000,00	1.815.000,00	263.567,00	263.567,00	3,89	1.551.433,00	239.800,88	239.800,88	6,62	1.575.199,12	
Educação de Jovens e Adultos					0,00				0,00		
Educação Especial	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	2,21	0,00	25.000,00	25.000,00	0,69	125.000,00	
Educação Básica					0,00				0,00		
FU12 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU12 - Demais Subfunções	400.000,00	400.000,00	132.932,21	132.932,21	1,96	267.067,79	13.116,70	13.116,70	0,36	386.883,30	
Cultura	145.000,00	145.000,00	1.119,65	1.119,65	0,02	143.880,35	694,39	694,39	0,02	144.305,61	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	145.000,00	145.000,00	1.119,65	1.119,65	0,02	143.880,35	694,39	694,39	0,02	144.305,61	
FU13 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU13 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
FU14 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU14 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	1.660.000,00	1.445.000,00	6.150,00	6.150,00	0,09	1.438.850,00	6.150,00	6.150,00	0,17	1.438.850,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.550.000,00	1.335.000,00			0,00	1.335.000,00			0,00	1.335.000,00	
Serviços Urbanos	110.000,00	110.000,00	6.150,00	6.150,00	0,09	103.850,00	6.150,00	6.150,00	0,17	103.850,00	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
FU15 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU15 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	35.000,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00	0,00
Habitação Rural					0,00				0,00		

Documento gerado em 22/03/2019 11:48:51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	35.000,00	8.500,00			0,00	8.500,00			0,00	8.500,00	
FU16 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU16 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano	80.000,00	80.000,00			0,00	80.000,00			0,00	80.000,00	
FU17 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU17 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	272.000,00	272.000,00	27.226,79	27.226,79	0,40	244.773,21	16.613,96	16.613,96	0,46	255.386,04	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	262.000,00	262.000,00	27.226,79	27.226,79	0,40	234.773,21	16.613,96	16.613,96	0,46	245.386,04	
Controle Ambiental					0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
FU18 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU18 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
FU19 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU19 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	574.000,00	574.000,00	60.449,17	60.449,17	0,89	513.550,83	45.413,38	45.413,38	1,25	528.586,62	0,00
Abastecimento	32.000,00	32.000,00			0,00	32.000,00			0,00	32.000,00	
Extensão Rural					0,00				0,00		
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária	542.000,00	542.000,00	60.449,17	60.449,17	0,89	481.550,83	45.413,38	45.413,38	1,25	496.586,62	
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
FU20 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU20 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
FU21 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU21 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
FU22 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU22 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo					0,00				0,00		
FU23 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU23 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
FU24 - Administração Geral					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	447.900,00	447.900,00	101.502,83	101.502,83	1,50	346.397,17	0,00	0,00	0,00	447.900,00	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica	447.900,00	447.900,00	101.502,83	101.502,83	1,50	346.397,17			0,00	447.900,00	
Combustíveis Minerais					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
FU25 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU25 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	3.536.800,00	3.751.800,00	1.058.808,87	1.058.808,87	15,63	2.692.991,13	284.439,23	284.439,23	7,86	3.467.360,77	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	3.536.800,00	3.751.800,00	1.058.808,87	1.058.808,87	15,63	2.692.991,13	284.439,23	284.439,23	7,86	3.467.360,77	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
FU26 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU26 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	320.000,00	320.000,00	65.229,26	65.229,26	0,96	254.770,74	34.933,19	34.933,19	0,96	285.066,81	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário	320.000,00	320.000,00	65.229,26	65.229,26	0,96	254.770,74	34.933,19	34.933,19	0,96	285.066,81	
Lazer					0,00				0,00		
FU27 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU27 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	50.000,00	50.000,00	30.093,10	30.093,10	0,44	19.906,90	7.424,90	7.424,90	0,21	42.575,10	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna	50.000,00	50.000,00	30.093,10	30.093,10	0,44	19.906,90	7.424,90	7.424,90	0,21	42.575,10	
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência	13.240,00	13.240,00				13.240,00				13.240,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00				0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	33.641.000,00	33.763.346,50	6.775.638,64	6.775.638,64	100,00	26.987.707,86	3.621.106,86	3.621.106,86	100,00	30.142.239,64	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 80/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 150, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de PROFESSORA lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Ângela Maria de Brito dos Reis	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 81/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 151, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DEFINITIVO lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Eliane Junglos	VI	VII

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 82/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 152, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de PROFESSORA lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Ednalva Silva Pereira	II	III

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 83/2019

.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 161, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de PROFESSOR **lotado na Secretaria Municipal de Educação.**

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
José Roberto Teixeira	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 84/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 162, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de PROFESSOR **lotado na Secretaria Municipal de Educação.**

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
Marlos Aparecido de Campos	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 85/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 153, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL TEMPORÁRIO lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Rosangela Maria de Melo	VII	VIII

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 86/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 154, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de PROFESSORA lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Rosinete de Jesus Moura Damasceno	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 87/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 165, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
Geraldo da Silva	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 88/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 164, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
Valdevino Silva de Oliveira	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 89/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 163, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
Antônio Donizete Martins	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 90/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 155, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Maria Vania Cruz do Nascimento	III	IV

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 91/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 156, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de ENFERMEIRA lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Mayra Bassi da Silva	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 92/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 157, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de ENFERMEIRA lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Salua Samyra Ciacon Silva	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº94/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 147, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Norai Hidalgo Belido Penheiro	VII	VIII

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 95/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE a PRORROGAÇÃO CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OUTRO ORGÃO COM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Oficio nº 15/2019/24ªZE;

Considerando o artigo 3º da Lei Federal nº 6999 de 07 de junho de 1982,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até a data de 30 de abril de 2019, a cedência do servidor JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA GODOY, determinada pela Portaria nº 48/2019, para exercer atribuições no Cartório Eleitoral da 24º Zona Eleitoral, com ônus para o Município de Carlinda/MT.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 20 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 96/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 167, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível e Classe a servidora abaixo relacionada no Cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS **lotada na Secretaria Municipal de Saúde.**

Servidora	Elevação de Classe	**Elevação de Nivel**
Sueli Lisboa Dos Santos	B	II

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 97/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 168, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível e Classe a servidora abaixo relacionada no Cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS **lotada na Secretaria Municipal de Saúde.**

Servidora	Elevação de Classe	**Elevação de Nivel**
Vanuza dos Santos Micuanski	B	II

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 77/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 148, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Marilda da Silva	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 78/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 160, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Industria, Comercio, Meio Ambiente e Turismo.

Servidor	Nível Anterior	**Nível Atual**
Mario Antônio de Oliveira	IV	V

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 79/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 149, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível a servidora abaixo relacionada no Cargo de ASSISTENTE SOCIAL lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Servidora	Nível Anterior	**Nível Atual**
Amanda Canuto Cardoso	II	III

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de março de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO N.º 012 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

DECRETO N.º 012 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Altera as Tabelas de Vencimentos e Subsídios que menciona, dos ANEXOS da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 880/2019 que dispõe sobre a Revisão Geral Anual (RGA), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 1º, § 2º da Lei Complementar Municipal n.º 880/2019,

DECRETA:

Art. 1.º As Tabelas de Vencimentos dos ANEXOS I, II e III, da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, e suas alterações posteriores, passam a vigorar conforme estabelecidos, respectivamente, nos ANEXOS I, II e III, do presente Decreto, que desse passam a ser partes integrantes;

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 20 de março de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

EDITAL Nº 02/2019/SMEC

Edital nº 02/2019/SMEC

O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Castanheira/MT, no uso de suas atribuições legais divulga o PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO – PSS, para o cargo de professor, para atuar no Ensino Fundamental, na Escola Rural Municipal “Jorge Amado”, para o período de 01/04 a 20/12/2019.

Serão realizadas inscrições e contagem de pontos na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Av. Nossa Senhora Aparecida, nº 740, Bairro Santa Rita, em conformidade com este Edital, Instrução Normativa nº 01/2018/GS/SMEC e Portaria nº 04/2018/SMEC.

1. Período de inscrição e Contagem de pontos:

Data: 27 e 28/03/2019

Horário: 8h às 11h e 13h às 17h

2. Divulgação do Resultado:

Data: 29/03/2019

Horário: 08h

3. Divulgação do Resultado Final:

Data: 01/04/2019

Horário: 08h

4. Da Contratação:

4.1. A contratação seguirá a ordem de classificação.

4.2. O candidato que não for contratado ficará no cadastro de reserva até o final deste ano letivo.

5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira – MT, 25 de março de 2019

_____

Júlio Cezar Augusto do Nascimento

Sec. Mun. de Educação e Cultura

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 06/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 06/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓDULO CODIFICADO PARA MÁQUINA MOTONIVELADORA G930 VOLVO SÉRIE: K00505102, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DE CASTANHEIRA – MT.

Contratante: MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

Contratado: TOZZO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 36.934.339/0001-02

Valor: R$ 10.255,00(dez mil duzentos e cinquenta e cinco reais)

Data da declaração: 26 de março de 2019, Pela Secretária Municipal de Administração

Data da ratificação: 26 de março de 2019. Pela Prefeita Municipal, Mabel de Fatima Melanezi Almici

Referência Período: 26/03/2019 a 26/05/2019

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal n. º 8.666/93

Castanheira MT, em 26 de março de 2019.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

PREFEITA

DESPACHO DA PREFEITA TOMADA DE PREÇO N.º 01/2019;

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO DA PREFEITA

TOMADA DE PREÇO N.º 01/2019;

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA – EMPREITADA GLOBAL – PARA A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERESTADUAL NO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA-MT.

Vistos etc...

O Processo Licitatório da TP n.º 01/2019 foi instaurado com o objetivo da contratação de empresa especializada, em obras e serviços de engenharia – com fornecimento de materiais e mão de obra – empreitada global – para a construção do terminal rodoviário interestadual no municipio de Castanheira-MT, em recurso administrativo a Empresa TITANIUM ENGEHARIA LTDA – ME, de forma tempestiva, requereu a anulação do certamente pela inobservancia do artigo 43, inc. III, da Lei de Licitações, vejase a o exposto no art. citado:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

.

Em análise da ata de abertura e julgamento da Tomada de Preços n. 01/2019, a comissão de licitação decidiu pela inabilitação da empresa TITANIUM ENGENHARIA LTDA, por apresentar certidão de regularidade vencida, que expressamente se manifestou pelo recurso da decisão. Entretanto, em desacordo com o artigo 43, inc. III, da Lei de Licitações, o procedimento teve continuidade e foi aberto o envelope da empresa POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., que sagrou-se vencedora.

ANTE O EXPOSTO, com base nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima, em especial, pela inobservância do artigo 43, inc. III, da Lei 8666/1993, ANULO de pleno direito, em vista da ilegalidade constatada, a Ata de Abertura e Julgamento da Tomada de Preço n.º 01/2019, datada de 07 de março de 2019, e, consequentemente, deixo de homologar o presente Certame.

Em decorrência da anulação da Ata de Julgamento decretada neste Certame, DETERMINO aos setores competentes da Municipalidade que refaçam o proceimento, observados os prazos dispostos na lei.

DETERMINO ao Administrador de Licitação que a empresa Recorrente, assim como a empresa *POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA,* sejam intimadas desta decisão, com urgência, sem prejuízo de publicação em imprensa oficial.

Castanheira-MT, 21 de março de 2019.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 012 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

DECRETO N.º 012 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Altera as Tabelas de Vencimentos e Subsídios que menciona, dos ANEXOS da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 880/2019 que dispõe sobre a Revisão Geral Anual (RGA), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 1º, § 2º da Lei Complementar Municipal n.º 880/2019,

DECRETA:

Art. 1.º As Tabelas de Vencimentos dos ANEXOS I, II e III, da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, e suas alterações posteriores, passam a vigorar conforme estabelecidos, respectivamente, nos ANEXOS I, II e III, do presente Decreto, que desse passam a ser partes integrantes;

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 20 de março de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

ANEXO I

Decreto n.º 012/2019

ANEXO I

Lei Complementar n.º 723/2013

QUADRO DE CARGOS OU DE PESSOAL

LEGENDA:		
NSC	-	Nível de Ensino Superior Completo;
NMP	-	Nível de Ensino Médio Profissionalizante;
NMC	-	Nível de Ensino Médio Completo;
NFC	-	Nível de Ensino Fundamental Completo;
NEC	-	Nível de Ensino Elementar Completo; e,
NA	-	Nível de Ensino de Alfabetização.

A) CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO	NOME DO CARGO	CATEGORIA	JORNADA	GRATIFICAÇÃO	VAGAS
DAG	Secretário Municipal de Administração	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Secretário Municipal de Finanças	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Secretário Municipal de Assistência Social	Direção Geral	Dedicação integral	-	01

DAG	Secretário Municipal de Educação e Cultura	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Secretário Municipal de Obras Viação e Serviços Urbanos	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Secretário Municipal de Saúde	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Secretário Municipal de Agropecuária Meio Ambiente e Turismo	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Secretário Municipal de Esporte e Lazer	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Assessor Jurídico do Prefeito	Direção Geral	20 horas semanais	+ 10 horas/35%	01
DAG	Chefe de Gabinete	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Controlador Geral do Executivo	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Diretor da Junta de Serviço Militar	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Diretor da Unidade Municipal do Cadastro do INCRA	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Diretor do Departamento de Identificação e Trabalho	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Diretor do Departamento de Trânsito Municipal	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Diretor do Escritório de Apoio Administrativo/Cuiabá	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAG	Diretor do Posto Avançado do Cartório Eleitoral da 35.ª Zona	Direção Geral	Dedicação integral	-	01
DAS-6	Supervisor	Supervisão	Dedicação integral	20%	01
DAS-5	Administrador	Administração	Dedicação integral	20%	08
DAS-4	Assessor	Assessoria	Dedicação integral	20%	13
DAS-3	Diretor	Direção	Dedicação integral	20%	11
DAS-2	Coordenador	Coordenação	Dedicação integral	20%	11
DAS-1	Assistente	Assistência	Dedicação integral	20%	13
DAS-A	Consultor Jurídico do PROCON-CAST	Consultoria	Dedicação integral	20%	01
DAS-B	Coordenador Executivo do PROCON-CAST	Coordenação	Dedicação integral	20%	01
DAS-C	Agente de Desenvolvimento Local	Administração	Dedicação integral	20%	01
DAS-E	Secretário de Escola Rural	Educação	Dedicação integral	20%	01
DAS-E	Secretário de Escola Urbana	Educação	Dedicação integral	20%	01
TOTAL DE VAGAS					**80**

B) CARGOS DE CARREIRA DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO/INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS PROFISSIONAIS 40 HORAS	Controlador Interno – NSC	3.740,54	01
	Biólogo – NSC	3.925,23	03
	Bioquímico – NSC	4.940,33	03
	Contador – NSC	5.645,78	01
	Economista – NSC	3.935,79	01
	Enfermeiro - NSC	3.935,79	10
	Engenheiro Agrônomo – NSC	3.935,79	02
	Farmacêutico – NSC	3.935,79	02
	Fisioterapeuta – NSC	3.935,79	03
	Médico - NSC	10.641,08	10
	Médico Veterinário – NSC	3.935,79	02
	Odontólogo – NSC	4.940,33	05
	Preparador Físico – NSC	3.935,79	02
	Psicólogo – NSC	3.935,79	03
	TOTAL DE VAGAS		**48**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO/INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS PROFISSIONAIS 30 HORAS	Assistente Social - NSC	3.387,65	03
	TOTAL DE VAGAS		**03**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO/INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS PROFISSIONAIS 20 HORAS	Analista de Sistemas – NSC	1.967,87	01
	Arquiteto – NSC	1.967,87	01
	Assistente Social – NSC	2.258,43	03
	Bioquímico – NSC	2.470,15	02
	Economista - NSC	1.967,87	01
	Enfermeiro - NSC	1.967,87	03
	Engenheiro Agrícola - NSC	1.967,87	01
	Engenheiro Agrônomo – NSC	1.967,87	02
	Engenheiro Civil – NSC	2.518,89	02
	Engenheiro Florestal – NSC	1.967,87	01
	Farmacêutico – NSC	1.967,87	02
	Fisioterapeuta – NSC	1.967,87	03
	Fonoaudiólogo – NSC	1.967,87	02
	Médico - NSC	4.587,47	10
	Médico Veterinário – NSC	1.967,87	02
	Nutricionista – NSC	1.967,87	01
	Odontólogo – NSC	2.470,15	05
	Procurador Municipal – NSC	2.823,03	01
	Psicólogo – NSC	1.967,87	03
	Químico Industrial – NSC	1.967,87	02
	Supervisor Escolar – NSC	1.967,87	04
	Terapeuta Ocupacional – NSC	1.967,87	01
	Zootecnista - NSC	1.967,87	02
	TOTAL DE VAGAS		**55**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS TÉCNICOS 40 HORAS	Técnico Agropecuário - NMP	1.659,92	05
	Técnico de Controle Interno - NMP	1.659,92	01
	Técnico em Contabilidade – NMP	1.659,92	01
	Técnico em Eletrotécnica – NMP	1.385,95	02
	Técnico em Enfermagem - NMP	1.659,92	15
	Técnico em Higiene Dental – NMP	1.659,92	02
	Técnico em Informática - NMP	1.565,17	02
	Técnico em Laboratório – NMP	1.659,92	02
	Técnico em Saneamento - NMP	1.519,71	02
	Técnico em Segurança do Trabalho - NMP	1.659,92	02
	Técnico em Topografia - NMP	2.518,89	02
	TOTAL DE VAGAS		**36**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS TÉCNICOS 24 HORAS	Técnico em Radiologia - NMP	1.022,73	01
	TOTAL DE VAGAS		**01**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO 40 HORAS	Fiscal de Obras – NMC	1.523,41	10
	Fiscal de Posturas – NMC	1.523,41	10
	Fiscal de Trânsito – NMC	1.523,41	10
	Fiscal de Tributos – NMC	1.523,41	10
	Fiscal do Meio Ambiente - NMC	1.523,41	10
	Fiscal Sanitário – NMC	1.523,41	10
	TOTAL DE VAGAS		**60**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS 40 HORAS	Monitor de Serviço Sócio-Educativo - NMC	1.129,20	15
	Orientador Sócio-Educativo – NMC	1.129,20	15
	Monitor Artesanal e Ocupacional - NFC	1.022,73	20
	TOTAL DE VAGAS		**50**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS 40 HORAS	**Agente Administrativo I - NA**	**1.435,49**	**06**
	Agente Administrativo II - NEC	**1.473,61**	**02**
	Agente Administrativo III - NFC	**1.499,03**	**03**
	Agente Administrativo IV - NMC	**1.659,92**	**10**
	Agente de Combate às Endemias - NFC	**1.359,75**	**05**
	Agente de Controle Interno - NMC	**1.129,20**	**02**
	Agente Comunitário de Saúde - NFC	**1.359,75**	**30**
	Agente de Convênios Licitações e Contratos - NMC	**1.659,92**	**02**
	Almoxarife - NMC	**1.022,73**	**02**
	Atendente de Saúde Pública - NFC	**1.129,20**	**05**
	Escriturário - NFC	**1.022,73**	**05**
	Operador de Centro de Processamento de Dados - NMC	**1.022,73**	**02**
	Recepcionista I - NEC	**1.148,39**	**02**
	Recepcionista II - NFC	**1.167,30**	**02**
	Telefonista - NFC	**1.022,73**	**05**
	TOTAL DE VAGAS		**83**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA GERAL 40 HORAS	Auxiliar dos Serviços de Rede de Água – NMC	988,82	01
	Auxiliar dos Serviços de Rede de Esgoto – NMC	1.022,73	01
	Auxiliar de Almoxarife - NFC	1.022,73	**02**
	Auxiliar de Consultório Dentário - NFC	1.022,73	**04**
	Auxiliar de Enfermagem - NMC	**1.148,39**	**15**
	Auxiliar de Farmácia – NMC	**1.157,44**	**03**
	Auxiliar de Informática - NFC	1.022,73	**06**
	Auxiliar de Laboratório - NFC	1.022,73	**02**
	Auxiliar de Manutenção - NEC	1.022,73	**10**
	Auxiliar de Serviços Gerais - NA	**1.157,44**	**15**
	Auxiliar de Topografia - NMC	1.022,73	**02**
	Auxiliar de Tributação - NA	1.022,73	**03**
	Auxiliar dos Serviços de Esgoto – NMC	1.022,73	**01**
	TOTAL DE VAGAS		**65**

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO/INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS OPERACIONAIS 40 HORAS	Agente de Limpeza Urbana - NA	1.148,39	15
	Agente de Saúde Pública - NFC	**1.022,73**	02
	Borracheiro - NA	1.148,39	03
	Borrifador - NA	**1.022,73**	03
	Carpinteiro - NA	1.244,10	05
	Contínuo - NEC	1.022,73	02
	Costureira - NA	1.022,73	05
	Coveiro - NA	1.022,73	02

	Cozinheiro - NA	1.148,39	10
	Desenhista – NMC	**1.022,73**	01
	Eletricista de Veículos - NEC	1.384,80	03
	Eletricista Predial - NEC	1.384,80	03
	Encanador - NEC	1.148,39	02
	Funileiro- NEC	2.117,28	02
	Instalador de Rede de Água - NEC	1.148,39	03
	Instalador de Rede de Esgoto - NEC	1.148,39	02
	Jardineiro - NA	1.148,39	05
	Leiturista - NFC	1.022,73	03
	Lubrificador - NA	1.022,73	02
	Marceneiro - NA	1.384,80	05
	Mecânico de Máquinas Pesadas - NFC	3.387,65	02
	Mecânico I - NEC	1.411,50	02
	Mecânico II - NFC	2.117,28	05
	Merendeira - NA	1.022,73	10
	Motorista I - NEC	1.270,87	05
	Motorista II - NFC	1.411,50	20
	Motorista III - NFC	1.552,67	20
	Operador de Estação de Tratamento de Água - NEC	1.148,39	02
	Operador de Máquinas - NEC	1.834,96	15
	Operador de Motosserra - NEC	1.435,49	03
	Pedreiro - NA	1.244,10	02
	Pintor - NEC	1.022,73	04
	Servente - NA	1.148,39	10
	Soldador - NEC	1.834,96	01
	Torneiro Mecânico - NEC	2.540,74	02
	Vigia – NA	1.022,73	15
	Viveirista - NEC	1.022,73	02
	Zelador - NA	1.148,39	10
	TOTAL DE VAGAS		**208**

ANEXO II

Decreto n.º 012/2019

ANEXO II

Lei Complementar n.º 723/2013

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

A) CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO GERAL		
REF.	DESCRIÇÃO DO CARGO	VENCIMENTO/R$
DAG	Secretário Municipal de Administração	Lei Específica
DAG	Secretário Municipal de Finanças	Lei Específica
DAG	Secretário Municipal de Assistência Social	Lei Específica
DAG	Secretário Municipal de Educação e Cultura	Lei Específica
DAG	Secretário Municipal de Obras Viação e Serviços Urbanos	Lei Específica
DAG	Secretário Municipal de Saúde	Lei Específica
DAG	Secretário Municipal de Agropecuária Meio Ambiente e Turismo	Lei Específica
DAG	Secretário Municipal de Esporte e Lazer	Lei Específica
DAG	Assessor Jurídico do Prefeito	7.057,65
DAG	Chefe de Gabinete	Lei Específica
DAG	Controlador Geral do Executivo	3.740,54
DAG	Diretor da Junta de Serviço Militar	1.834,96
DAG	Diretor da Unidade Municipal do Cadastro do INCRA	1.834,96
DAG	Diretor do Departamento de Identificação e Trabalho	1.834,96
DAG	Diretor do Departamento de Trânsito Municipal	3.105,35
DAG	Diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE	3.105,35
DAG	Diretor do Escritório de Apoio Administrativo/Cuiabá	3.105,35
DAG	Diretor do Posto Avançado do Cartório Eleitoral da 35.ª Zona	1.834,96

B) CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR		
REF.	DESCRIÇÃO DO CARGO	VENCIMENTO/R$
DAS-A	Consultor Jurídico do PROCON-CAST	3.528,82
DAS-B	Coordenador Executivo do PROCON-CAST	2.540,74
DAS-C	Agente de Desenvolvimento Local	2.109,49
DAS-6	Supervisor de Tesouraria	3.605,36
DAS-5	Administrador do Departamento de Serviços Urbanos	3.105,35
DAS-5	Administrador de Saúde	3.105,35
DAS-5	Administrador de Compras e Licitações	3.105,35
DAS-5	Administrador de Recursos Humanos	3.105,35
DAS-5	Administrador de Finanças Orçamento e Contabilidade	3.105,35
DAS-5	Administrador de Auditoria Informatizada de Contas - APLIC	3.105,35
DAS-5	Administrador de Projetos Contratos e Convênios	3.105,35

DAS-5	Administrador de Obras Públicas e Viação	3.105,35
DAS-5	Assessor do Departamento de Mecânica	2.540,74
DAS-4	Assessor de Licitações e Contratos	2.540,74
DAS-4	Assessor de Posturas Obras e Fiscalização	2.540,74
DAS-4	Assessor de Projetos Programas e Convênios	2.540,74
DAS-4	Assessor de Tributação e Fiscalização	2.540,74
DAS-4	Assessor de Finanças	2.540,74
DAS-4	Assessor de Orçamento e Contabilidade	2.540,74
DAS-4	Assessor Administrativo do CASTPREV	2.540,74
DAS-4	Assessor do Departamento de Serviços Urbanos	2.540,74
DAS-4	Assessor do Departamento de PSF e Agendamento do SUS	2.540,74
DAS-4	Assessor do Departamento de Patrimônio e Almoxarifado	2.540,74
DAS-4	Assessor do Departamento de Administração Social	2.540,74
DAS-4	Assessor de Transporte Escolar	2.540,74
DAS-3	Diretor do Departamento de Educação	2.108,79
DAS-3	Diretor do Departamento de Finanças Orçamento e Contabilidade	2.108,79
DAS-3	Diretor do Departamento de Agropecuária	2.108,79
DAS-3	Diretor do Departamento de Administração Social	2.108,79
DAS-3	Diretor do Departamento de Obras Públicas	2.108,79
DAS-3	Diretor do Departamento de Vigilância e Inspeção Sanitária e Epidemiológica	2.108,79
DAS-3	Diretor de Administração	2.108,79
DAS-3	Diretor de Compras	2.108,79
DAS-3	Diretor de Auditoria Informatizada de Contas - APLIC	2.108,79
DAS-3	Diretor de Defesa Civil e Desenvolvimento Local	2.108,79
DAS-3	Diretor de Licitações e Contratos	2.108,79
DAS-E	Secretário de Escola Rural	1.672,63
DAS-E	Secretário de Escola Urbana	1.672,63
DAS-2	Coordenador do Departamento de Imprensa e Comunicação Institucional	1.535,71
DAS-2	Coordenador do Departamento do PSF e Agendamento do SUS	1.535,71
DAS-2	Coordenador do Departamento de Mecânica e Manutenção	1.535,71
DAS-2	Coordenador do Departamento de Tesouraria	1.535,71
DAS-2	Coordenador do Departamento de Administração Social	1.535,71
DAS-2	Coordenador de Controle Interno	1.535,71
DAS-2	Coordenador do Departamento Municipal de Trânsito	1.535,71
DAS-2	Coordenador de Educação e Cultura	1.535,71
DAS-2	Coordenador de Esporte e Lazer	1.535,71
DAS-2	Coordenador de Turismo	1.535,71
DAS-2	Coordenador do Fundo Municipal de Saúde - FMS	1.535,71
DAS-1	Assistente de Administração em Saúde	1.219,55
DAS-1	Assistente de Enfermagem	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento de Farmácia e Laboratório	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento de Administração e Recursos Humanos	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento de Patrimônio e Almoxarifado	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento de Compras Licitação e Contratos	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento de Educação	1.219,55
DAS-1	Assistente de Esporte e Lazer	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento de Mecânica e Manutenção	1.219,55
DAS-1	Assistente de Agropecuária e Meio Ambiente	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento do PSF e Agendamento do SUS	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento de Administração Social	1.219,55
DAS-1	Assistente do Departamento Especial da Mulher e da Família	1.219,55

ANEXO III

Decreto n.º 012/2019

ANEXO III

Lei Complementar n.º 723/2013

TABELAS DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO NA CARREIRA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

LEGENDA:		
DC	-	Nível de Doutorado Completo;
MC	-	Nível de Mestrado (*stricto sensu*) Completo;
2PGC	-	**2 (duas) Pós Graduação (*lato sensu*) Completa;**
PGC	-	Nível de Pós Graduação (*lato sensu*) Completa;
PGI(50%)	-	Nível de Pós Graduação Incompleta, com 5**0% (cinquenta por cento)** de aproveitamento;
NSC	-	Nível de Ensino Superior Completo;
NSI(30%)	-	Nível de Ensino Superior Incompleto, com 3**0% (trinta por cento)** de aproveitamento;
NMP	-	Nível de Ensino Médio Profissionalizante Completo;
NMC	-	Nível de Ensino Médio Completo;
NMI(50%)	-	Nível de Ensino Médio Incompleto, com 5**0% (cinquenta por cento)** de aproveitamento
NFC	-	Nível de Ensino Fundamental Completo;
NEC	-	Nível de Ensino Elementar Completo; e,
NA	-	Nível de Ensino de Alfabetização.

A) CARGOS DE NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR

20 HORAS SEMANAIS

MÉDICO.					
CLASSE	A	B	C	D	E
	NSC	PGC	2PGC	MC	DC
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	4.587,47	4.816,84	5.046,22	5.275,59	5.504,96
2	4.770,97	5.009,52	5.248,07	5.486,61	5.725,16
3	4.961,81	5.209,90	5.457,99	5.706,08	5.954,17
4	5.160,28	5.418,29	5.676,31	5.934,32	6.192,34
5	5.366,69	5.635,03	5.903,36	6.171,69	6.440,03
6	5.581,36	5.860,43	6.139,49	6.418,56	6.697,63
7	5.804,61	6.094,84	6.385,07	6.675,30	6.965,54
8	6.036,80	6.338,64	6.640,48	6.942,32	7.244,16
9	6.278,27	6.592,18	6.906,10	7.220,01	7.533,92
10	6.529,40	6.855,87	7.182,34	7.508,81	7.835,28
11	6.790,58	7.130,11	7.469,63	7.809,16	8.148,69
12	7.062,20	7.415,31	7.768,42	8.121,53	8.474,64
13	7.344,69	7.711,92	8.079,16	8.446,39	8.813,62
14	7.638,47	8.020,40	8.402,32	8.784,25	9.166,17
15	7.944,01	8.341,21	8.738,42	9.135,62	9.532,82
16	8.261,77	8.674,86	9.087,95	9.501,04	9.914,13
17	8.592,25	9.021,86	9.451,47	9.881,08	10.310,69
18	8.935,94	9.382,73	9.829,53	10.276,33	10.723,12
19	9.293,37	9.758,04	10.222,71	10.687,38	11.152,05
20	9.665,11	10.148,36	10.631,62	11.114,87	11.598,13
21	10.051,71	10.554,30	11.056,88	11.559,47	12.062,05
22	10.453,78	10.976,47	11.499,16	12.021,85	12.544,54
23	10.871,93	11.415,53	11.959,12	12.502,72	13.046,32
24	11.306,81	11.872,15	12.437,49	13.002,83	13.568,17
25	11.759,08	12.347,04	12.934,99	13.522,94	14.110,90
26	12.229,44	12.840,92	13.452,39	14.063,86	14.675,33
27	12.718,62	13.354,55	13.990,48	14.626,42	15.262,35
28	13.227,37	13.888,74	14.550,10	15.211,47	15.872,84
29	13.756,46	14.444,28	15.132,11	15.819,93	16.507,75
30	14.306,72	15.022,06	15.737,39	16.452,73	17.168,06
31	14.878,99	15.622,94	16.366,89	17.110,84	17.854,79
32	15.474,15	16.247,86	17.021,56	17.795,27	18.568,98
33	16.093,11	16.897,77	17.702,43	18.507,08	19.311,74
34	16.736,84	17.573,68	18.410,52	19.247,36	20.084,21
35	17.406,31	18.276,63	19.146,94	20.017,26	20.887,57
36	18.102,56	19.007,69	19.912,82	20.817,95	21.723,08

20 HORAS SEMANAIS

PROCURADOR MUNICIPAL					
CLASSE	A	B	C	D	E
	NSC	PGC	2PGC	MC	DC
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	2.823,04	2.964,19	3.105,34	3.246,50	3.387,65
2	2.935,96	3.082,76	3.229,56	3.376,36	3.523,15
3	3.053,40	3.206,07	3.358,74	3.511,41	3.664,08
4	3.175,54	3.334,31	3.493,09	3.651,87	3.810,64
5	3.302,56	3.467,69	3.632,81	3.797,94	3.963,07
6	3.434,66	3.606,39	3.778,13	3.949,86	4.121,59
7	3.572,05	3.750,65	3.929,25	4.107,85	4.286,46
8	3.714,93	3.900,67	4.086,42	4.272,17	4.457,91
9	3.863,53	4.056,70	4.249,88	4.443,05	4.636,23
10	4.018,07	4.218,97	4.419,87	4.620,78	4.821,68
11	4.178,79	4.387,73	4.596,67	4.805,61	5.014,55
12	4.345,94	4.563,24	4.780,53	4.997,83	5.215,13
13	4.519,78	4.745,77	4.971,76	5.197,74	5.423,73
14	4.700,57	4.935,60	5.170,63	5.405,65	5.640,68
15	4.888,59	5.133,02	5.377,45	5.621,88	5.866,31
16	5.084,14	5.338,34	5.592,55	5.846,76	6.100,96
17	5.287,50	5.551,88	5.816,25	6.080,63	6.345,00
18	5.499,00	5.773,95	6.048,90	6.323,85	6.598,80
19	5.718,96	6.004,91	6.290,86	6.576,81	6.862,75
20	5.947,72	6.245,11	6.542,49	6.839,88	7.137,26
21	6.185,63	6.494,91	6.804,19	7.113,47	7.422,75
22	6.433,05	6.754,71	7.076,36	7.398,01	7.719,66
23	6.690,38	7.024,89	7.359,41	7.693,93	8.028,45
24	6.957,99	7.305,89	7.653,79	8.001,69	8.349,59
25	7.236,31	7.598,13	7.959,94	8.321,76	8.683,57

26	7.525,76	7.902,05	8.278,34	8.654,63	9.030,92
27	7.826,79	8.218,13	8.609,47	9.000,81	9.392,15
28	8.139,86	8.546,86	8.953,85	9.360,84	9.767,84
29	8.465,46	8.888,73	9.312,01	9.735,28	10.158,55
30	8.804,08	9.244,28	9.684,49	10.124,69	10.564,89
31	9.156,24	9.614,05	10.071,86	10.529,68	10.987,49
32	9.522,49	9.998,62	10.474,74	10.950,86	11.426,99
33	9.903,39	10.398,56	10.893,73	11.388,90	11.884,07
34	10.299,53	10.814,50	11.329,48	11.844,45	12.359,43
35	10.711,51	11.247,08	11.782,66	12.318,23	12.853,81
36	11.139,97	11.696,97	12.253,96	12.810,96	13.367,96

20 HORAS SEMANAIS

ENGENHEIRO CIVIL					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	2.518,88	2.644,82	2.770,77	2.896,71	3.022,66
2	2.619,64	2.750,62	2.881,60	3.012,58	3.143,56
3	2.724,42	2.860,64	2.996,86	3.133,08	3.269,30
4	2.833,40	2.975,07	3.116,74	3.258,41	3.400,08
5	2.946,73	3.094,07	3.241,41	3.388,74	3.536,08
6	3.064,60	3.217,83	3.371,06	3.524,29	3.677,52
7	3.187,19	3.346,55	3.505,91	3.665,26	3.824,62
8	3.314,67	3.480,41	3.646,14	3.811,88	3.977,61
9	3.447,26	3.619,62	3.791,99	3.964,35	4.136,71
10	3.585,15	3.764,41	3.943,67	4.122,92	4.302,18
11	3.728,56	3.914,99	4.101,41	4.287,84	4.474,27
12	3.877,70	4.071,59	4.265,47	4.459,36	4.653,24
13	4.032,81	4.234,45	4.436,09	4.637,73	4.839,37
14	4.194,12	4.403,83	4.613,53	4.823,24	5.032,94
15	4.361,89	4.579,98	4.798,07	5.016,17	5.234,26
16	4.536,36	4.763,18	4.990,00	5.216,81	5.443,63
17	4.717,82	4.953,71	5.189,60	5.425,49	5.661,38
18	4.906,53	5.151,85	5.397,18	5.642,51	5.887,83
19	5.102,79	5.357,93	5.613,07	5.868,21	6.123,35
20	5.306,90	5.572,25	5.837,59	6.102,94	6.368,28
21	5.519,18	5.795,14	6.071,09	6.347,05	6.623,01
22	5.739,94	6.026,94	6.313,94	6.600,93	6.887,93
23	5.969,54	6.268,02	6.566,50	6.864,97	7.163,45
24	6.208,32	6.518,74	6.829,15	7.139,57	7.449,99
25	6.456,66	6.779,49	7.102,32	7.425,15	7.747,99
26	6.714,92	7.050,67	7.386,41	7.722,16	8.057,91
27	6.983,52	7.332,69	7.681,87	8.031,05	8.380,22
28	7.262,86	7.626,00	7.989,15	8.352,29	8.715,43
29	7.553,37	7.931,04	8.308,71	8.686,38	9.064,05
30	7.855,51	8.248,28	8.641,06	9.033,84	9.426,61
31	8.169,73	8.578,22	8.986,70	9.395,19	9.803,67
32	8.496,52	8.921,34	9.346,17	9.771,00	10.195,82
33	8.836,38	9.278,20	9.720,02	10.161,84	10.603,65
34	9.189,83	9.649,33	10.108,82	10.568,31	11.027,80
35	9.557,43	10.035,30	10.513,17	10.991,04	11.468,91
36	9.939,72	10.436,71	10.933,70	11.430,68	11.927,67

20 HORAS SEMANAIS

ODONTÓLOGO E BIOQUÍMICO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	2.470,15	2.593,66	2.717,17	2.840,67	2.964,18
2	2.568,96	2.697,40	2.825,85	2.954,30	3.082,75
3	2.671,71	2.805,30	2.938,89	3.072,47	3.206,06
4	2.778,58	2.917,51	3.056,44	3.195,37	3.334,30
5	2.889,73	3.034,21	3.178,70	3.323,19	3.467,67
6	3.005,32	3.155,58	3.305,85	3.456,11	3.606,38
7	3.125,53	3.281,80	3.438,08	3.594,36	3.750,63
8	3.250,55	3.413,08	3.575,60	3.738,13	3.900,66
9	3.380,57	3.549,60	3.718,63	3.887,66	4.056,69
10	3.515,79	3.691,58	3.867,37	4.043,16	4.218,95
11	3.656,43	3.839,25	4.022,07	4.204,89	4.387,71
12	3.802,68	3.992,82	4.182,95	4.373,08	4.563,22
13	3.954,79	4.152,53	4.350,27	4.548,01	4.745,75

14	4.112,98	4.318,63	4.524,28	4.729,93	4.935,58
15	4.277,50	4.491,38	4.705,25	4.919,13	5.133,00
16	4.448,60	4.671,03	4.893,46	5.115,89	5.338,32
17	4.626,54	4.857,87	5.089,20	5.320,53	5.551,85
18	4.811,61	5.052,19	5.292,77	5.533,35	5.773,93
19	5.004,07	5.254,27	5.504,48	5.754,68	6.004,88
20	5.204,23	5.464,45	5.724,66	5.984,87	6.245,08
21	5.412,40	5.683,02	5.953,64	6.224,26	6.494,88
22	5.628,90	5.910,34	6.191,79	6.473,23	6.754,68
23	5.854,05	6.146,76	6.439,46	6.732,16	7.024,87
24	6.088,22	6.392,63	6.697,04	7.001,45	7.305,86
25	6.331,75	6.648,33	6.964,92	7.281,51	7.598,09
26	6.585,02	6.914,27	7.243,52	7.572,77	7.902,02
27	6.848,42	7.190,84	7.533,26	7.875,68	8.218,10
28	7.122,35	7.478,47	7.834,59	8.190,71	8.546,82
29	7.407,25	7.777,61	8.147,97	8.518,33	8.888,70
30	7.703,54	8.088,71	8.473,89	8.859,07	9.244,24
31	8.011,68	8.412,26	8.812,85	9.213,43	9.614,01
32	8.332,15	8.748,75	9.165,36	9.581,97	9.998,57
33	8.665,43	9.098,70	9.531,97	9.965,25	10.398,52
34	9.012,05	9.462,65	9.913,25	10.363,86	10.814,46
35	9.372,53	9.841,16	10.309,78	10.778,41	11.247,04
36	9.747,43	10.234,80	10.722,17	11.209,55	11.696,92

20 HORAS SEMANAIS

ASSISTENTE SOCIAL.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	2.258,43	2.371,35	2.484,27	2.597,19	2.710,12
2	2.348,77	2.466,21	2.583,64	2.701,08	2.818,52
3	2.442,72	2.564,85	2.686,99	2.809,13	2.931,26
4	2.540,43	2.667,45	2.794,47	2.921,49	3.048,51
5	2.642,04	2.774,15	2.906,25	3.038,35	3.170,45
6	2.747,73	2.885,11	3.022,50	3.159,88	3.297,27
7	2.857,63	3.000,52	3.143,40	3.286,28	3.429,16
8	2.971,94	3.120,54	3.269,13	3.417,73	3.566,33
9	3.090,82	3.245,36	3.399,90	3.554,44	3.708,98
10	3.214,45	3.375,17	3.535,90	3.696,62	3.857,34
11	3.343,03	3.510,18	3.677,33	3.844,48	4.011,63
12	3.476,75	3.650,59	3.824,42	3.998,26	4.172,10
13	3.615,82	3.796,61	3.977,40	4.158,19	4.338,98
14	3.760,45	3.948,47	4.136,50	4.324,52	4.512,54
15	3.910,87	4.106,41	4.301,96	4.497,50	4.693,04
16	4.067,30	4.270,67	4.474,04	4.677,40	4.880,77
17	4.230,00	4.441,50	4.653,00	4.864,50	5.076,00
18	4.399,20	4.619,16	4.839,12	5.059,08	5.279,04
19	4.575,16	4.803,92	5.032,68	5.261,44	5.490,20
20	4.758,17	4.996,08	5.233,99	5.471,90	5.709,81
21	4.948,50	5.195,92	5.443,35	5.690,77	5.938,20
22	5.146,44	5.403,76	5.661,08	5.918,40	6.175,73
23	5.352,30	5.619,91	5.887,53	6.155,14	6.422,75
24	5.566,39	5.844,71	6.123,03	6.401,35	6.679,67
25	5.789,04	6.078,50	6.367,95	6.657,40	6.946,85
26	6.020,60	6.321,63	6.622,67	6.923,70	7.224,73
27	6.261,43	6.574,50	6.887,57	7.200,64	7.513,71
28	6.511,89	6.837,48	7.163,07	7.488,67	7.814,26
29	6.772,36	7.110,98	7.449,60	7.788,22	8.126,83
30	7.043,26	7.395,42	7.747,58	8.099,74	8.451,91
31	7.324,99	7.691,24	8.057,48	8.423,73	8.789,98
32	7.617,99	7.998,88	8.379,78	8.760,68	9.141,58
33	7.922,71	8.318,84	8.714,98	9.111,11	9.507,25
34	8.239,61	8.651,59	9.063,57	9.475,56	9.887,54
35	8.569,20	8.997,66	9.426,12	9.854,58	10.283,04
36	8.911,97	9.357,56	9.803,16	10.248,76	10.694,36

20 HORAS SEMANAIS

FISIOTERAPEUTA, ECONOMISTA, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, PSICÓLOGO, NUTRICIONISTA, MÉDICO VETERINÁRIO, ZOOTECNISTA, ARQUITETO, FARMACÊUTICO, ENGENHEIRO FLORESTAL, ENGENHEIRO AGRÍCOLA, FONOAUDIÓLOGO, SUPERVISOR ESCOLAR, ANALISTA DE SISTEMAS, QUÍMICO INDUSTRIAL, ENFERMEIRO E ECONOMISTA.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**

1	1.967,87	2.066,26	2.164,66	2.263,05	2.361,44
2	2.046,58	2.148,91	2.251,24	2.353,57	2.455,90
3	2.128,45	2.234,87	2.341,29	2.447,72	2.554,14
4	2.213,59	2.324,27	2.434,94	2.545,62	2.656,30
5	2.302,13	2.417,24	2.532,34	2.647,45	2.762,56
6	2.394,21	2.513,93	2.633,64	2.753,35	2.873,06
7	2.489,98	2.614,48	2.738,98	2.863,48	2.987,98
8	2.589,58	2.719,06	2.848,54	2.978,02	3.107,50
9	2.693,17	2.827,82	2.962,48	3.097,14	3.231,80
10	2.800,89	2.940,94	3.080,98	3.221,03	3.361,07
11	2.912,93	3.058,57	3.204,22	3.349,87	3.495,51
12	3.029,45	3.180,92	3.332,39	3.483,86	3.635,33
13	3.150,62	3.308,15	3.465,69	3.623,22	3.780,75
14	3.276,65	3.440,48	3.604,31	3.768,15	3.931,98
15	3.407,71	3.578,10	3.748,49	3.918,87	4.089,26
16	3.544,02	3.721,22	3.898,42	4.075,63	4.252,83
17	3.685,78	3.870,07	4.054,36	4.238,65	4.422,94
18	3.833,21	4.024,88	4.216,54	4.408,20	4.599,86
19	3.986,54	4.185,87	4.385,20	4.584,53	4.783,85
20	4.146,01	4.353,31	4.560,61	4.767,91	4.975,21
21	4.311,85	4.527,44	4.743,03	4.958,62	5.174,21
22	4.484,32	4.708,54	4.932,75	5.156,97	5.381,18
23	4.663,69	4.896,88	5.130,06	5.363,25	5.596,43
24	4.850,24	5.092,75	5.335,26	5.577,78	5.820,29
25	5.044,25	5.296,46	5.548,67	5.800,89	6.053,10
26	5.246,02	5.508,32	5.770,62	6.032,92	6.295,22
27	5.455,86	5.728,65	6.001,45	6.274,24	6.547,03
28	5.674,09	5.957,80	6.241,50	6.525,21	6.808,91
29	5.901,06	6.196,11	6.491,16	6.786,22	7.081,27
30	6.137,10	6.443,96	6.750,81	7.057,67	7.364,52
31	6.382,58	6.701,71	7.020,84	7.339,97	7.659,10
32	6.637,89	6.969,78	7.301,68	7.633,57	7.965,47
33	6.903,40	7.248,57	7.593,74	7.938,91	8.284,08
34	7.179,54	7.538,52	7.897,49	8.256,47	8.615,45
35	7.466,72	7.840,06	8.213,39	8.586,73	8.960,07
36	7.765,39	8.153,66	8.541,93	8.930,20	9.318,47

20 HORAS SEMANAIS

TERAPEUTA OCUPACIONAL.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.693,82	1.778,51	1.863,20	1.947,89	2.032,58
2	1.761,57	1.849,65	1.937,73	2.025,81	2.113,89
3	1.832,04	1.923,64	2.015,24	2.106,84	2.198,44
4	1.905,32	2.000,58	2.095,85	2.191,11	2.286,38
5	1.981,53	2.080,61	2.179,68	2.278,76	2.377,84
6	2.060,79	2.163,83	2.266,87	2.369,91	2.472,95
7	2.143,22	2.250,38	2.357,54	2.464,71	2.571,87
8	2.228,95	2.340,40	2.451,85	2.563,29	2.674,74
9	2.318,11	2.434,02	2.549,92	2.665,83	2.781,73
10	2.410,83	2.531,38	2.651,92	2.772,46	2.893,00
11	2.507,27	2.632,63	2.757,99	2.883,36	3.008,72
12	2.607,56	2.737,94	2.868,31	2.998,69	3.129,07
13	2.711,86	2.847,45	2.983,05	3.118,64	3.254,23
14	2.820,33	2.961,35	3.102,37	3.243,39	3.384,40
15	2.933,15	3.079,81	3.226,46	3.373,12	3.519,78
16	3.050,47	3.203,00	3.355,52	3.508,05	3.660,57
17	3.172,49	3.331,12	3.489,74	3.648,37	3.806,99
18	3.299,39	3.464,36	3.629,33	3.794,30	3.959,27
19	3.431,37	3.602,94	3.774,51	3.946,07	4.117,64
20	3.568,62	3.747,05	3.925,49	4.103,92	4.282,35
21	3.711,37	3.896,94	4.082,51	4.268,07	4.453,64
22	3.859,82	4.052,81	4.245,81	4.438,80	4.631,79
23	4.014,22	4.214,93	4.415,64	4.616,35	4.817,06
24	4.174,78	4.383,52	4.592,26	4.801,00	5.009,74
25	4.341,78	4.558,86	4.775,95	4.993,04	5.210,13
26	4.515,45	4.741,22	4.966,99	5.192,76	5.418,54
27	4.696,06	4.930,87	5.165,67	5.400,47	5.635,28
28	4.883,91	5.128,10	5.372,30	5.616,49	5.860,69
29	5.079,26	5.333,23	5.587,19	5.841,15	6.095,12
30	5.282,43	5.546,56	5.810,68	6.074,80	6.338,92
31	5.493,73	5.768,42	6.043,10	6.317,79	6.592,48

32	5.713,48	5.999,15	6.284,83	6.570,50	6.856,18
33	5.942,02	6.239,12	6.536,22	6.833,32	7.130,42
34	6.179,70	6.488,69	6.797,67	7.106,66	7.415,64
35	6.426,89	6.748,23	7.069,58	7.390,92	7.712,27
36	6.683,96	7.018,16	7.352,36	7.686,56	8.020,76

30 HORAS SEMANAIS

ASSISTENTE SOCIAL.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	3.387,65	3.557,03	3.726,42	3.895,80	4.065,18
2	3.523,16	3.699,31	3.875,47	4.051,63	4.227,79
3	3.664,08	3.847,29	4.030,49	4.213,69	4.396,90
4	3.810,65	4.001,18	4.191,71	4.382,24	4.572,77
5	3.963,07	4.161,22	4.359,38	4.557,53	4.755,69
6	4.121,59	4.327,67	4.533,75	4.739,83	4.945,91
7	4.286,46	4.500,78	4.715,10	4.929,43	5.143,75
8	4.457,92	4.680,81	4.903,71	5.126,60	5.349,50
9	4.636,23	4.868,04	5.099,86	5.331,67	5.563,48
10	4.821,68	5.062,77	5.303,85	5.544,93	5.786,02
11	5.014,55	5.265,28	5.516,00	5.766,73	6.017,46
12	5.215,13	5.475,89	5.736,64	5.997,40	6.258,16
13	5.423,74	5.694,92	5.966,11	6.237,30	6.508,48
14	5.640,69	5.922,72	6.204,75	6.486,79	6.768,82
15	5.866,31	6.159,63	6.452,95	6.746,26	7.039,58
16	6.100,97	6.406,01	6.711,06	7.016,11	7.321,16
17	6.345,00	6.662,26	6.979,51	7.296,76	7.614,01
18	6.598,81	6.928,75	7.258,69	7.588,63	7.918,57
19	6.862,76	7.205,90	7.549,03	7.892,17	8.235,31
20	7.137,27	7.494,13	7.850,99	8.207,86	8.564,72
21	7.422,76	7.793,90	8.165,03	8.536,17	8.907,31
22	7.719,67	8.105,65	8.491,64	8.877,62	9.263,60
23	8.028,46	8.429,88	8.831,30	9.232,72	9.634,15
24	8.349,59	8.767,07	9.184,55	9.602,03	10.019,51
25	8.683,58	9.117,76	9.551,94	9.986,11	10.420,29
26	9.030,92	9.482,47	9.934,01	10.385,56	10.837,10
27	9.392,16	9.861,77	10.331,37	10.800,98	11.270,59
28	9.767,84	10.256,24	10.744,63	11.233,02	11.721,41
29	10.158,56	10.666,49	11.174,41	11.682,34	12.190,27
30	10.564,90	11.093,14	11.621,39	12.149,63	12.677,88
31	10.987,50	11.536,87	12.086,25	12.635,62	13.184,99
32	11.427,00	11.998,35	12.569,69	13.141,04	13.712,39
33	11.884,08	12.478,28	13.072,48	13.666,69	14.260,89
34	12.359,44	12.977,41	13.595,38	14.213,35	14.831,33
35	12.853,82	13.496,51	14.139,20	14.781,89	15.424,58
36	13.367,97	14.036,37	14.704,77	15.373,16	16.041,56

40 HORAS SEMANAIS

MÉDICO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	10.641,08	11.173,13	11.705,19	12.237,24	12.769,30
2	11.066,72	11.620,06	12.173,40	12.726,73	13.280,07
3	11.509,39	12.084,86	12.660,33	13.235,80	13.811,27
4	11.969,77	12.568,26	13.166,74	13.765,23	14.363,72
5	12.448,56	13.070,99	13.693,41	14.315,84	14.938,27
6	12.946,50	13.593,83	14.241,15	14.888,48	15.535,80
7	13.464,36	14.137,58	14.810,80	15.484,02	16.157,23
8	14.002,94	14.703,08	15.403,23	16.103,38	16.803,52
9	14.563,05	15.291,21	16.019,36	16.747,51	17.475,66
10	15.145,57	15.902,85	16.660,13	17.417,41	18.174,69
11	15.751,40	16.538,97	17.326,54	18.114,11	18.901,68
12	16.381,45	17.200,53	18.019,60	18.838,67	19.657,74
13	17.036,71	17.888,55	18.740,38	19.592,22	20.444,05
14	17.718,18	18.604,09	19.490,00	20.375,91	21.261,82
15	18.426,91	19.348,25	20.269,60	21.190,94	22.112,29
16	19.163,98	20.122,18	21.080,38	22.038,58	22.996,78
17	19.930,54	20.927,07	21.923,60	22.920,12	23.916,65
18	20.727,77	21.764,15	22.800,54	23.836,93	24.873,32
19	21.556,88	22.634,72	23.712,56	24.790,41	25.868,25

20	22.419,15	23.540,11	24.661,07	25.782,02	26.902,98
21	23.315,92	24.481,71	25.647,51	26.813,30	27.979,10
22	24.248,55	25.460,98	26.673,41	27.885,84	29.098,26
23	25.218,50	26.479,42	27.740,34	29.001,27	30.262,19
24	26.227,24	27.538,60	28.849,96	30.161,32	31.472,68
25	27.276,32	28.640,14	30.003,96	31.367,77	32.731,59
26	28.367,38	29.785,75	31.204,12	32.622,48	34.040,85
27	29.502,07	30.977,18	32.452,28	33.927,38	35.402,49
28	30.682,16	32.216,26	33.750,37	35.284,48	36.818,59
29	31.909,44	33.504,91	35.100,39	36.695,86	38.291,33
30	33.185,82	34.845,11	36.504,40	38.163,69	39.822,98
31	34.513,25	36.238,91	37.964,58	39.690,24	41.415,90
32	35.893,78	37.688,47	39.483,16	41.277,85	43.072,54
33	37.329,53	39.196,01	41.062,49	42.928,96	44.795,44
34	38.822,72	40.763,85	42.704,99	44.646,12	46.587,26
35	40.375,62	42.394,40	44.413,19	46.431,97	48.450,75
36	41.990,65	44.090,18	46.189,71	48.289,25	50.388,78

40 HORAS SEMANAIS

BIOQUÍMICO E ODONTÓLOGO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	4.940,33	5.187,35	5.434,36	5.681,38	5.928,40
2	5.137,94	5.394,84	5.651,74	5.908,63	6.165,53
3	5.343,46	5.610,63	5.877,81	6.144,98	6.412,15
4	5.557,20	5.835,06	6.112,92	6.390,78	6.668,64
5	5.779,49	6.068,46	6.357,44	6.646,41	6.935,38
6	6.010,67	6.311,20	6.611,73	6.912,27	7.212,80
7	6.251,09	6.563,65	6.876,20	7.188,76	7.501,31
8	6.501,14	6.826,19	7.151,25	7.476,31	7.801,36
9	6.761,18	7.099,24	7.437,30	7.775,36	8.113,42
10	7.031,63	7.383,21	7.734,79	8.086,37	8.437,96
11	7.312,90	7.678,54	8.044,18	8.409,83	8.775,47
12	7.605,41	7.985,68	8.365,95	8.746,22	9.126,49
13	7.909,63	8.305,11	8.700,59	9.096,07	9.491,55
14	8.226,01	8.637,31	9.048,61	9.459,91	9.871,22
15	8.555,05	8.982,81	9.410,56	9.838,31	10.266,06
16	8.897,26	9.342,12	9.786,98	10.231,84	10.676,71
17	9.253,15	9.715,80	10.178,46	10.641,12	11.103,77
18	9.623,27	10.104,43	10.585,60	11.066,76	11.547,93
19	10.008,20	10.508,61	11.009,02	11.509,43	12.009,84
20	10.408,53	10.928,96	11.449,38	11.969,81	12.490,24
21	10.824,87	11.366,11	11.907,36	12.448,60	12.989,85
22	11.257,87	11.820,76	12.383,65	12.946,55	13.509,44
23	11.708,18	12.293,59	12.879,00	13.464,41	14.049,82
24	12.176,51	12.785,33	13.394,16	14.002,98	14.611,81
25	12.663,57	13.296,75	13.929,93	14.563,10	15.196,28
26	13.170,11	13.828,62	14.487,12	15.145,63	15.804,13
27	13.696,92	14.381,76	15.066,61	15.751,45	16.436,30
28	14.244,79	14.957,03	15.669,27	16.381,51	17.093,75
29	14.814,58	15.555,31	16.296,04	17.036,77	17.777,50
30	15.407,17	16.177,53	16.947,88	17.718,24	18.488,60
31	16.023,45	16.824,63	17.625,80	18.426,97	19.228,14
32	16.664,39	17.497,61	18.330,83	19.164,05	19.997,27
33	17.330,97	18.197,52	19.064,06	19.930,61	20.797,16
34	18.024,21	18.925,42	19.826,63	20.727,84	21.629,05
35	18.745,17	19.682,43	20.619,69	21.556,95	22.494,21
36	19.494,98	20.469,73	21.444,48	22.419,23	23.393,98

40 HORAS SEMANAIS

CONTADOR.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	5.646,11	5.928,42	6.210,72	6.493,03	6.775,33
2	5.871,95	6.165,55	6.459,15	6.752,75	7.046,35
3	6.106,83	6.412,17	6.717,52	7.022,86	7.328,20
4	6.351,11	6.668,66	6.986,22	7.303,77	7.621,33
5	6.605,15	6.935,41	7.265,67	7.595,92	7.926,18
6	6.869,36	7.212,82	7.556,29	7.899,76	8.243,23
7	7.144,13	7.501,34	7.858,54	8.215,75	8.572,96

8	7.429,90	7.801,39	8.172,89	8.544,38	8.915,87
9	7.727,09	8.113,45	8.499,80	8.886,16	9.272,51
10	8.036,18	8.437,98	8.839,79	9.241,60	9.643,41
11	8.357,62	8.775,50	9.193,38	9.611,27	10.029,15
12	8.691,93	9.126,52	9.561,12	9.995,72	10.430,31
13	9.039,60	9.491,58	9.943,56	10.395,54	10.847,52
14	9.401,19	9.871,25	10.341,31	10.811,37	11.281,43
15	9.777,24	10.266,10	10.754,96	11.243,82	11.732,68
16	10.168,33	10.676,74	11.185,16	11.693,57	12.201,99
17	10.575,06	11.103,81	11.632,56	12.161,32	12.690,07
18	10.998,06	11.547,96	12.097,87	12.647,77	13.197,67
19	11.437,98	12.009,88	12.581,78	13.153,68	13.725,58
20	11.895,50	12.490,28	13.085,05	13.679,83	14.274,60
21	12.371,32	12.989,89	13.608,45	14.227,02	14.845,59
22	12.866,18	13.509,48	14.152,79	14.796,10	15.439,41
23	13.380,82	14.049,86	14.718,90	15.387,95	16.056,99
24	13.916,06	14.611,86	15.307,66	16.003,46	16.699,27
25	14.472,70	15.196,33	15.919,97	16.643,60	17.367,24
26	15.051,61	15.804,19	16.556,77	17.309,35	18.061,93
27	15.653,67	16.436,35	17.219,04	18.001,72	18.784,40
28	16.279,82	17.093,81	17.907,80	18.721,79	19.535,78
29	16.931,01	17.777,56	18.624,11	19.470,66	20.317,21
30	17.608,25	18.488,66	19.369,07	20.249,49	21.129,90
31	18.312,58	19.228,21	20.143,84	21.059,47	21.975,09
32	19.045,08	19.997,34	20.949,59	21.901,84	22.854,10
33	19.806,89	20.797,23	21.787,57	22.777,92	23.768,26
34	20.599,16	21.629,12	22.659,08	23.689,04	24.718,99
35	21.423,13	22.494,28	23.565,44	24.636,60	25.707,75
36	22.280,05	23.394,06	24.508,06	25.622,06	26.736,06

40 HORAS SEMANAIS

CONTROLADOR INTERNO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NSC	**PGC**	**2PGC**	**MC**	**DC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	3.740,54	3.927,57	4.114,59	4.301,62	4.488,65
2	3.890,16	4.084,67	4.279,18	4.473,69	4.668,19
3	4.045,77	4.248,06	4.450,34	4.652,63	4.854,92
4	4.207,60	4.417,98	4.628,36	4.838,74	5.049,12
5	4.375,90	4.594,70	4.813,49	5.032,29	5.251,08
6	4.550,94	4.778,49	5.006,03	5.233,58	5.461,13
7	4.732,98	4.969,63	5.206,27	5.442,92	5.679,57
8	4.922,30	5.168,41	5.414,53	5.660,64	5.906,75
9	5.119,19	5.375,15	5.631,11	5.887,07	6.143,02
10	5.323,95	5.590,15	5.856,35	6.122,55	6.388,75
11	5.536,91	5.813,76	6.090,60	6.367,45	6.644,30
12	5.758,39	6.046,31	6.334,23	6.622,15	6.910,07
13	5.988,73	6.288,16	6.587,60	6.887,03	7.186,47
14	6.228,27	6.539,69	6.851,10	7.162,52	7.473,93
15	6.477,41	6.801,28	7.125,15	7.449,02	7.772,89
16	6.736,50	7.073,33	7.410,15	7.746,98	8.083,80
17	7.005,96	7.356,26	7.706,56	8.056,86	8.407,15
18	7.286,20	7.650,51	8.014,82	8.379,13	8.743,44
19	7.577,65	7.956,53	8.335,41	8.714,29	9.093,18
20	7.880,75	8.274,79	8.668,83	9.062,87	9.456,90
21	8.195,98	8.605,78	9.015,58	9.425,38	9.835,18
22	8.523,82	8.950,01	9.376,21	9.802,40	10.228,59
23	8.864,78	9.308,01	9.751,25	10.194,49	10.637,73
24	9.219,37	9.680,34	10.141,30	10.602,27	11.063,24
25	9.588,14	10.067,55	10.546,96	11.026,36	11.505,77
26	9.971,67	10.470,25	10.968,83	11.467,42	11.966,00
27	10.370,53	10.889,06	11.407,59	11.926,11	12.444,64
28	10.785,36	11.324,62	11.863,89	12.403,16	12.942,43
29	11.216,77	11.777,61	12.338,45	12.899,29	13.460,12
30	11.665,44	12.248,71	12.831,98	13.415,26	13.998,53
31	12.132,06	12.738,66	13.345,26	13.951,87	14.558,47
32	12.617,34	13.248,21	13.879,07	14.509,94	15.140,81
33	13.122,03	13.778,14	14.434,24	15.090,34	15.746,44
34	13.646,92	14.329,26	15.011,61	15.693,95	16.376,30
35	14.192,79	14.902,43	15.612,07	16.321,71	17.031,35
36	14.760,50	15.498,53	16.236,55	16.974,58	17.712,60

40 HORAS SEMANAIS

PREPARADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA, MÉDICO VETERINÁRIO, ECONOMISTA, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, PSICÓLOGO, FARMACÊUTICO, ENFERMEIRO E BIÓLOGO.						
CLASSE	A	B	C	D	E	
	NSC	PGC	2PGC	MC	DC	PG 2PG M D
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	
1	3.935,79	4.132,58	4.329,37	4.526,16	4.722,95	
2	4.093,22	4.297,88	4.502,54	4.707,20	4.911,87	
3	4.256,95	4.469,80	4.682,65	4.895,49	5.108,34	
4	4.427,23	4.648,59	4.869,95	5.091,31	5.312,67	
5	4.604,32	4.834,53	5.064,75	5.294,97	5.525,18	
6	4.788,49	5.027,91	5.267,34	5.506,76	5.746,19	
7	4.980,03	5.229,03	5.478,03	5.727,03	5.976,04	
8	5.179,23	5.438,19	5.697,15	5.956,12	6.215,08	
9	5.386,40	5.655,72	5.925,04	6.194,36	6.463,68	
10	5.601,86	5.881,95	6.162,04	6.442,13	6.722,23	
11	5.825,93	6.117,23	6.408,52	6.699,82	6.991,12	
12	6.058,97	6.361,92	6.664,86	6.967,81	7.270,76	
13	6.301,33	6.616,39	6.931,46	7.246,53	7.561,59	
14	6.553,38	6.881,05	7.208,72	7.536,39	7.864,06	
15	6.815,51	7.156,29	7.497,07	7.837,84	8.178,62	
16	7.088,14	7.442,54	7.796,95	8.151,36	8.505,76	
17	7.371,66	7.740,24	8.108,83	8.477,41	8.845,99	
18	7.666,53	8.049,85	8.433,18	8.816,51	9.199,83	
19	7.973,19	8.371,85	8.770,51	9.169,17	9.567,83	
20	8.292,12	8.706,72	9.121,33	9.535,93	9.950,54	
21	8.623,80	9.054,99	9.486,18	9.917,37	10.348,56	
22	8.968,75	9.417,19	9.865,63	10.314,07	10.762,50	
23	9.327,50	9.793,88	10.260,25	10.726,63	11.193,00	
24	9.700,60	10.185,63	10.670,66	11.155,69	11.640,72	
25	10.088,63	10.593,06	11.097,49	11.601,92	12.106,35	
26	10.492,17	11.016,78	11.541,39	12.066,00	12.590,61	
27	10.911,86	11.457,45	12.003,04	12.548,64	13.094,23	
28	11.348,33	11.915,75	12.483,17	13.050,58	13.618,00	
29	11.802,27	12.392,38	12.982,49	13.572,61	14.162,72	
30	12.274,36	12.888,08	13.501,79	14.115,51	14.729,23	
31	12.765,33	13.403,60	14.041,86	14.680,13	15.318,40	
32	13.275,94	13.939,74	14.603,54	15.267,34	15.931,13	
33	13.806,98	14.497,33	15.187,68	15.878,03	16.568,38	
34	14.359,26	15.077,22	15.795,19	16.513,15	17.231,11	
35	14.933,63	15.680,31	16.427,00	17.173,68	17.920,36	
36	15.530,98	16.307,53	17.084,08	17.860,62	18.637,17	

B) CARGOS DE NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

40 HORAS SEMANAIS

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM LABORATÓRIO, TÉCNICO AGROPECUÁRIO E TÉCNICO EM SEGURANÇA NO TRABALHO.					
CLASSE	A	B	C	D	E
	NMP	NSI(30%):	NSC	PGI(50%)	PGC
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	1.659,92	1.742,92	1.825,91	1.908,91	1.991,90
2	1.726,32	1.812,63	1.898,95	1.985,26	2.071,58
3	1.795,37	1.885,14	1.974,91	2.064,67	2.154,44
4	1.867,18	1.960,54	2.053,90	2.147,26	2.240,62
5	1.941,87	2.038,97	2.136,06	2.233,15	2.330,25
6	2.019,55	2.120,52	2.221,50	2.322,48	2.423,46
7	2.100,33	2.205,34	2.310,36	2.415,38	2.520,39
8	2.184,34	2.293,56	2.402,78	2.511,99	2.621,21
9	2.271,72	2.385,30	2.498,89	2.612,47	2.726,06
10	2.362,58	2.480,71	2.598,84	2.716,97	2.835,10
11	2.457,09	2.579,94	2.702,80	2.825,65	2.948,50
12	2.555,37	2.683,14	2.810,91	2.938,68	3.066,44
13	2.657,59	2.790,46	2.923,34	3.056,22	3.189,10
14	2.763,89	2.902,08	3.040,28	3.178,47	3.316,67
15	2.874,44	3.018,17	3.161,89	3.305,61	3.449,33
16	2.989,42	3.138,89	3.288,36	3.437,84	3.587,31
17	3.109,00	3.264,45	3.419,90	3.575,35	3.730,80
18	3.233,36	3.395,03	3.556,69	3.718,36	3.880,03
19	3.362,69	3.530,83	3.698,96	3.867,10	4.035,23
20	3.497,20	3.672,06	3.846,92	4.021,78	4.196,64
21	3.637,09	3.818,94	4.000,80	4.182,65	4.364,51
22	3.782,57	3.971,70	4.160,83	4.349,96	4.539,09
23	3.933,88	4.130,57	4.327,26	4.523,96	4.720,65
24	4.091,23	4.295,79	4.500,35	4.704,92	4.909,48

25	4.254,88	4.467,62	4.680,37	4.893,11	5.105,86
26	4.425,08	4.646,33	4.867,58	5.088,84	5.310,09
27	4.602,08	4.832,18	5.062,29	5.292,39	5.522,49
28	4.786,16	5.025,47	5.264,78	5.504,09	5.743,39
29	4.977,61	5.226,49	5.475,37	5.724,25	5.973,13
30	5.176,71	5.435,55	5.694,38	5.953,22	6.212,05
31	5.383,78	5.652,97	5.922,16	6.191,35	6.460,54
32	5.599,13	5.879,09	6.159,04	6.439,00	6.718,96
33	5.823,10	6.114,25	6.405,41	6.696,56	6.987,72
34	6.056,02	6.358,82	6.661,62	6.964,42	7.267,22
35	6.298,26	6.613,17	6.928,09	7.243,00	7.557,91
36	6.550,19	6.877,70	7.205,21	7.532,72	7.860,23

AGENTE DE CONVÊNIOS LICITAÇÕES E CONTRATOS E AGENTE ADMINISTRATIVO IV.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NMC	**NSI(30%):**	**NSC**	**PGI(50%)**	**PGC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.659,92	1.742,92	1.825,91	1.908,91	1.991,90
2	1.726,32	1.812,63	1.898,95	1.985,26	2.071,58
3	1.795,37	1.885,14	1.974,91	2.064,67	2.154,44
4	1.867,18	1.960,54	2.053,90	2.147,26	2.240,62
5	1.941,87	2.038,97	2.136,06	2.233,15	2.330,25
6	2.019,55	2.120,52	2.221,50	2.322,48	2.423,46
7	2.100,33	2.205,34	2.310,36	2.415,38	2.520,39
8	2.184,34	2.293,56	2.402,78	2.511,99	2.621,21
9	2.271,72	2.385,30	2.498,89	2.612,47	2.726,06
10	2.362,58	2.480,71	2.598,84	2.716,97	2.835,10
11	2.457,09	2.579,94	2.702,80	2.825,65	2.948,50
12	2.555,37	2.683,14	2.810,91	2.938,68	3.066,44
13	2.657,59	2.790,46	2.923,34	3.056,22	3.189,10
14	2.763,89	2.902,08	3.040,28	3.178,47	3.316,67
15	2.874,44	3.018,17	3.161,89	3.305,61	3.449,33
16	2.989,42	3.138,89	3.288,36	3.437,84	3.587,31
17	3.109,00	3.264,45	3.419,90	3.575,35	3.730,80
18	3.233,36	3.395,03	3.556,69	3.718,36	3.880,03
19	3.362,69	3.530,83	3.698,96	3.867,10	4.035,23
20	3.497,20	3.672,06	3.846,92	4.021,78	4.196,64
21	3.637,09	3.818,94	4.000,80	4.182,65	4.364,51
22	3.782,57	3.971,70	4.160,83	4.349,96	4.539,09
23	3.933,88	4.130,57	4.327,26	4.523,96	4.720,65
24	4.091,23	4.295,79	4.500,35	4.704,92	4.909,48
25	4.254,88	4.467,62	4.680,37	4.893,11	5.105,86
26	4.425,08	4.646,33	4.867,58	5.088,84	5.310,09
27	4.602,08	4.832,18	5.062,29	5.292,39	5.522,49
28	4.786,16	5.025,47	5.264,78	5.504,09	5.743,39
29	4.977,61	5.226,49	5.475,37	5.724,25	5.973,13
30	5.176,71	5.435,55	5.694,38	5.953,22	6.212,05
31	5.383,78	5.652,97	5.922,16	6.191,35	6.460,54
32	5.599,13	5.879,09	6.159,04	6.439,00	6.718,96
33	5.823,10	6.114,25	6.405,41	6.696,56	6.987,72
34	6.056,02	6.358,82	6.661,62	6.964,42	7.267,22
35	6.298,26	6.613,17	6.928,09	7.243,00	7.557,91
36	6.550,19	6.877,70	7.205,21	7.532,72	7.860,23

FISCAL DE TRIBUTOS, FISCAL DE OBRAS, FISCAL SANITÁRIO, FISCAL DE POSTURA, FISCAL DE TRANSITO E FISCAL DO MEIO AMBIENTE.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NMC	**NSI(30%):**	**NSC**	**PGI(50%)**	**PGC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.523,42	1.599,59	1.675,76	1.751,93	1.828,10
2	1.584,36	1.663,57	1.742,79	1.822,01	1.901,23
3	1.647,73	1.730,12	1.812,50	1.894,89	1.977,28
4	1.713,64	1.799,32	1.885,00	1.970,69	2.056,37
5	1.782,19	1.871,30	1.960,40	2.049,51	2.138,62
6	1.853,47	1.946,15	2.038,82	2.131,49	2.224,17
7	1.927,61	2.023,99	2.120,37	2.216,75	2.313,13
8	2.004,72	2.104,95	2.205,19	2.305,42	2.405,66
9	2.084,91	2.189,15	2.293,40	2.397,64	2.501,89
10	2.168,30	2.276,72	2.385,13	2.493,55	2.601,96
11	2.255,03	2.367,79	2.480,54	2.593,29	2.706,04
12	2.345,24	2.462,50	2.579,76	2.697,02	2.814,28
13	2.439,04	2.561,00	2.682,95	2.804,90	2.926,85
14	2.536,61	2.663,44	2.790,27	2.917,10	3.043,93
15	2.638,07	2.769,97	2.901,88	3.033,78	3.165,68
16	2.743,59	2.880,77	3.017,95	3.155,13	3.292,31

17	2.853,34	2.996,00	3.138,67	3.281,34	3.424,00
18	2.967,47	3.115,84	3.264,22	3.412,59	3.560,96
19	3.086,17	3.240,48	3.394,79	3.549,09	3.703,40
20	3.209,62	3.370,10	3.530,58	3.691,06	3.851,54
21	3.338,00	3.504,90	3.671,80	3.838,70	4.005,60
22	3.471,52	3.645,10	3.818,67	3.992,25	4.165,83
23	3.610,38	3.790,90	3.971,42	4.151,94	4.332,46
24	3.754,80	3.942,54	4.130,28	4.318,02	4.505,76
25	3.904,99	4.100,24	4.295,49	4.490,74	4.685,99
26	4.061,19	4.264,25	4.467,31	4.670,37	4.873,43
27	4.223,64	4.434,82	4.646,00	4.857,18	5.068,36
28	4.392,58	4.612,21	4.831,84	5.051,47	5.271,10
29	4.568,28	4.796,70	5.025,11	5.253,53	5.481,94
30	4.751,02	4.988,57	5.226,12	5.463,67	5.701,22
31	4.941,06	5.188,11	5.435,16	5.682,22	5.929,27
32	5.138,70	5.395,63	5.652,57	5.909,50	6.166,44
33	5.344,25	5.611,46	5.878,67	6.145,88	6.413,10
34	5.558,02	5.835,92	6.113,82	6.391,72	6.669,62
35	5.780,34	6.069,35	6.358,37	6.647,39	6.936,40
36	6.011,55	6.312,13	6.612,71	6.913,28	7.213,86

OPERADOR DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NMP	**NSI(30%)**:	**NSC**	**PGI(50%)**	**PGC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.022,73	1.073,87	1.125,00	1.176,14	1.227,28
2	1.063,64	1.116,82	1.170,00	1.223,19	1.276,37
3	1.106,18	1.161,49	1.216,80	1.272,11	1.327,42
4	1.150,43	1.207,95	1.265,48	1.323,00	1.380,52
5	1.196,45	1.256,27	1.316,09	1.375,92	1.435,74
6	1.244,31	1.306,52	1.368,74	1.430,95	1.493,17
7	1.294,08	1.358,78	1.423,49	1.488,19	1.552,90
8	1.345,84	1.413,14	1.480,43	1.547,72	1.615,01
9	1.399,68	1.469,66	1.539,64	1.609,63	1.679,61
10	1.455,66	1.528,45	1.601,23	1.674,01	1.746,80
11	1.513,89	1.589,58	1.665,28	1.740,97	1.816,67
12	1.574,45	1.653,17	1.731,89	1.810,61	1.889,34
13	1.637,42	1.719,29	1.801,17	1.883,04	1.964,91
14	1.702,92	1.788,07	1.873,21	1.958,36	2.043,50
15	1.771,04	1.859,59	1.948,14	2.036,69	2.125,24
16	1.841,88	1.933,97	2.026,07	2.118,16	2.210,25
17	1.915,55	2.011,33	2.107,11	2.202,89	2.298,66
18	1.992,18	2.091,79	2.191,39	2.291,00	2.390,61
19	2.071,86	2.175,46	2.279,05	2.382,64	2.486,24
20	2.154,74	2.262,47	2.370,21	2.477,95	2.585,69
21	2.240,93	2.352,97	2.465,02	2.577,07	2.689,11
22	2.330,56	2.447,09	2.563,62	2.680,15	2.796,68
23	2.423,79	2.544,98	2.666,17	2.787,36	2.908,54
24	2.520,74	2.646,78	2.772,81	2.898,85	3.024,89
25	2.621,57	2.752,65	2.883,72	3.014,80	3.145,88
26	2.726,43	2.862,75	2.999,07	3.135,40	3.271,72
27	2.835,49	2.977,26	3.119,04	3.260,81	3.402,59
28	2.948,91	3.096,35	3.243,80	3.391,24	3.538,69
29	3.066,86	3.220,21	3.373,55	3.526,89	3.680,24
30	3.189,54	3.349,02	3.508,49	3.667,97	3.827,45
31	3.317,12	3.482,98	3.648,83	3.814,69	3.980,54
32	3.449,80	3.622,29	3.794,79	3.967,28	4.139,77
33	3.587,80	3.767,19	3.946,58	4.125,97	4.305,36
34	3.731,31	3.917,87	4.104,44	4.291,01	4.477,57
35	3.880,56	4.074,59	4.268,62	4.462,65	4.656,67
36	4.035,78	4.237,57	4.439,36	4.641,15	4.842,94

AUXILIAR DE TOPOGRAFIA, AUXILIAR DOS SERVIÇOS DE REDE DE ESGOTO, AUXILIAR DOS SERVIÇOS DE REDE DE ÁGUA, AUXILIAR DOS SERVIÇOS DE ESGOTO, DESENHISTA E ALMOXARIFE.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NMC	**NSI(30%)**:	**NSC**	**PGI(50%)**	**PGC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.022,73	1.073,87	1.125,00	1.176,14	1.227,28
2	1.063,64	1.116,82	1.170,00	1.223,19	1.276,37
3	1.106,18	1.161,49	1.216,80	1.272,11	1.327,42
4	1.150,43	1.207,95	1.265,48	1.323,00	1.380,52
5	1.196,45	1.256,27	1.316,09	1.375,92	1.435,74
6	1.244,31	1.306,52	1.368,74	1.430,95	1.493,17
7	1.294,08	1.358,78	1.423,49	1.488,19	1.552,90

8	1.345,84	1.413,14	1.480,43	1.547,72	1.615,01
9	1.399,68	1.469,66	1.539,64	1.609,63	1.679,61
10	1.455,66	1.528,45	1.601,23	1.674,01	1.746,80
11	1.513,89	1.589,58	1.665,28	1.740,97	1.816,67
12	1.574,45	1.653,17	1.731,89	1.810,61	1.889,34
13	1.637,42	1.719,29	1.801,17	1.883,04	1.964,91
14	1.702,92	1.788,07	1.873,21	1.958,36	2.043,50
15	1.771,04	1.859,59	1.948,14	2.036,69	2.125,24
16	1.841,88	1.933,97	2.026,07	2.118,16	2.210,25
17	1.915,55	2.011,33	2.107,11	2.202,89	2.298,66
18	1.992,18	2.091,79	2.191,39	2.291,00	2.390,61
19	2.071,86	2.175,46	2.279,05	2.382,64	2.486,24
20	2.154,74	2.262,47	2.370,21	2.477,95	2.585,69
21	2.240,93	2.352,97	2.465,02	2.577,07	2.689,11
22	2.330,56	2.447,09	2.563,62	2.680,15	2.796,68
23	2.423,79	2.544,98	2.666,17	2.787,36	2.908,54
24	2.520,74	2.646,78	2.772,81	2.898,85	3.024,89
25	2.621,57	2.752,65	2.883,72	3.014,80	3.145,88
26	2.726,43	2.862,75	2.999,07	3.135,40	3.271,72
27	2.835,49	2.977,26	3.119,04	3.260,81	3.402,59
28	2.948,91	3.096,35	3.243,80	3.391,24	3.538,69
29	3.066,86	3.220,21	3.373,55	3.526,89	3.680,24
30	3.189,54	3.349,02	3.508,49	3.667,97	3.827,45
31	3.317,12	3.482,98	3.648,83	3.814,69	3.980,54
32	3.449,80	3.622,29	3.794,79	3.967,28	4.139,77
33	3.587,80	3.767,19	3.946,58	4.125,97	4.305,36
34	3.731,31	3.917,87	4.104,44	4.291,01	4.477,57
35	3.880,56	4.074,59	4.268,62	4.462,65	4.656,67
36	4.035,78	4.237,57	4.439,36	4.641,15	4.842,94

AUXILIAR DE ENFERMAGEM.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NMP	**NSI(30%):**	**NSC**	**PGI(50%)**	**PGC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.148,39	1.205,81	1.263,23	1.320,65	1.378,07
2	1.194,33	1.254,04	1.313,76	1.373,47	1.433,19
3	1.242,10	1.304,20	1.366,31	1.428,41	1.490,52
4	1.291,78	1.356,37	1.420,96	1.485,55	1.550,14
5	1.343,45	1.410,63	1.477,80	1.544,97	1.612,14
6	1.397,19	1.467,05	1.536,91	1.606,77	1.676,63
7	1.453,08	1.525,73	1.598,39	1.671,04	1.743,70
8	1.511,20	1.586,76	1.662,32	1.737,88	1.813,44
9	1.571,65	1.650,23	1.728,82	1.807,40	1.885,98
10	1.634,52	1.716,24	1.797,97	1.879,69	1.961,42
11	1.699,90	1.784,89	1.869,89	1.954,88	2.039,88
12	1.767,89	1.856,29	1.944,68	2.033,08	2.121,47
13	1.838,61	1.930,54	2.022,47	2.114,40	2.206,33
14	1.912,15	2.007,76	2.103,37	2.198,98	2.294,58
15	1.988,64	2.088,07	2.187,50	2.286,94	2.386,37
16	2.068,19	2.171,59	2.275,00	2.378,41	2.481,82
17	2.150,91	2.258,46	2.366,00	2.473,55	2.581,10
18	2.236,95	2.348,80	2.460,64	2.572,49	2.684,34
19	2.326,43	2.442,75	2.559,07	2.675,39	2.791,71
20	2.419,48	2.540,46	2.661,43	2.782,41	2.903,38
21	2.516,26	2.642,08	2.767,89	2.893,70	3.019,52
22	2.616,91	2.747,76	2.878,61	3.009,45	3.140,30
23	2.721,59	2.857,67	2.993,75	3.129,83	3.265,91
24	2.830,45	2.971,98	3.113,50	3.255,02	3.396,55
25	2.943,67	3.090,86	3.238,04	3.385,22	3.532,41
26	3.061,42	3.214,49	3.367,56	3.520,63	3.673,70
27	3.183,88	3.343,07	3.502,26	3.661,46	3.820,65
28	3.311,23	3.476,79	3.642,35	3.807,92	3.973,48
29	3.443,68	3.615,86	3.788,05	3.960,23	4.132,42
30	3.581,43	3.760,50	3.939,57	4.118,64	4.297,71
31	3.724,69	3.910,92	4.097,15	4.283,39	4.469,62
32	3.873,67	4.067,36	4.261,04	4.454,72	4.648,41
33	4.028,62	4.230,05	4.431,48	4.632,91	4.834,34
34	4.189,76	4.399,25	4.608,74	4.818,23	5.027,72
35	4.357,35	4.575,22	4.793,09	5.010,96	5.228,83
36	4.531,65	4.758,23	4.984,81	5.211,40	5.437,98

MONITOR DE SERVIÇOS SÓCIO EDUCATIVO, ORIENTADOR SÓCIO EDUCATIVO E AGENTE DE CONTROLE INTERNO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NMC	**NSI(30%):**	**NSC**	**PGI(50%)**	**PGC**

NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	1.129,20	1.185,66	1.242,12	1.298,58	1.355,04
2	1.174,37	1.233,09	1.291,80	1.350,52	1.409,24
3	1.221,34	1.282,41	1.343,48	1.404,54	1.465,61
4	1.270,20	1.333,71	1.397,22	1.460,73	1.524,24
5	1.321,00	1.387,05	1.453,10	1.519,15	1.585,21
6	1.373,84	1.442,54	1.511,23	1.579,92	1.648,61
7	1.428,80	1.500,24	1.571,68	1.643,12	1.714,56
8	1.485,95	1.560,25	1.634,55	1.708,84	1.783,14
9	1.545,39	1.622,66	1.699,93	1.777,20	1.854,47
10	1.607,20	1.687,56	1.767,92	1.848,28	1.928,64
11	1.671,49	1.755,07	1.838,64	1.922,22	2.005,79
12	1.738,35	1.825,27	1.912,19	1.999,10	2.086,02
13	1.807,89	1.898,28	1.988,67	2.079,07	2.169,46
14	1.880,20	1.974,21	2.068,22	2.162,23	2.256,24
15	1.955,41	2.053,18	2.150,95	2.248,72	2.346,49
16	2.033,63	2.135,31	2.236,99	2.338,67	2.440,35
17	2.114,97	2.220,72	2.326,47	2.432,22	2.537,96
18	2.199,57	2.309,55	2.419,53	2.529,50	2.639,48
19	2.287,55	2.401,93	2.516,31	2.630,68	2.745,06
20	2.379,05	2.498,01	2.616,96	2.735,91	2.854,86
21	2.474,22	2.597,93	2.721,64	2.845,35	2.969,06
22	2.573,18	2.701,84	2.830,50	2.959,16	3.087,82
23	2.676,11	2.809,92	2.943,72	3.077,53	3.211,33
24	2.783,16	2.922,31	3.061,47	3.200,63	3.339,79
25	2.894,48	3.039,21	3.183,93	3.328,66	3.473,38
26	3.010,26	3.160,78	3.311,29	3.461,80	3.612,31
27	3.130,67	3.287,21	3.443,74	3.600,27	3.756,81
28	3.255,90	3.418,69	3.581,49	3.744,28	3.907,08
29	3.386,14	3.555,44	3.724,75	3.894,06	4.063,36
30	3.521,58	3.697,66	3.873,74	4.049,82	4.225,90
31	3.662,44	3.845,57	4.028,69	4.211,81	4.394,93
32	3.808,94	3.999,39	4.189,84	4.380,28	4.570,73
33	3.961,30	4.159,36	4.357,43	4.555,49	4.753,56
34	4.119,75	4.325,74	4.531,73	4.737,71	4.943,70
35	4.284,54	4.498,77	4.713,00	4.927,22	5.141,45
36	4.455,92	4.678,72	4.901,52	5.124,31	5.347,11

TÉCNICO EM INFORMÁTICA.					
CLASSE	A	B	C	D	E
	NMC	NSI(30%):	NSC	PGI(50%)	PGC
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	1.565,17	1.643,43	1.721,69	1.799,95	1.878,20
2	1.627,78	1.709,17	1.790,55	1.871,94	1.953,33
3	1.692,89	1.777,53	1.862,18	1.946,82	2.031,47
4	1.760,60	1.848,63	1.936,66	2.024,69	2.112,72
5	1.831,03	1.922,58	2.014,13	2.105,68	2.197,23
6	1.904,27	1.999,48	2.094,70	2.189,91	2.285,12
7	1.980,44	2.079,46	2.178,48	2.277,51	2.376,53
8	2.059,66	2.162,64	2.265,62	2.368,61	2.471,59
9	2.142,04	2.249,15	2.356,25	2.463,35	2.570,45
10	2.227,72	2.339,11	2.450,50	2.561,88	2.673,27
11	2.316,83	2.432,68	2.548,52	2.664,36	2.780,20
12	2.409,51	2.529,98	2.650,46	2.770,93	2.891,41
13	2.505,89	2.631,18	2.756,48	2.881,77	3.007,07
14	2.606,12	2.736,43	2.866,74	2.997,04	3.127,35
15	2.710,37	2.845,89	2.981,40	3.116,92	3.252,44
16	2.818,78	2.959,72	3.100,66	3.241,60	3.382,54
17	2.931,53	3.078,11	3.224,69	3.371,26	3.517,84
18	3.048,80	3.201,24	3.353,67	3.506,11	3.658,55
19	3.170,75	3.329,28	3.487,82	3.646,36	3.804,90
20	3.297,58	3.462,46	3.627,33	3.792,21	3.957,09
21	3.429,48	3.600,95	3.772,43	3.943,90	4.115,38
22	3.566,66	3.744,99	3.923,33	4.101,66	4.279,99
23	3.709,33	3.894,79	4.080,26	4.265,72	4.451,19
24	3.857,70	4.050,58	4.243,47	4.436,35	4.629,24
25	4.012,01	4.212,61	4.413,21	4.613,81	4.814,41
26	4.172,49	4.381,11	4.589,74	4.798,36	5.006,98
27	4.339,39	4.556,36	4.773,33	4.990,29	5.207,26
28	4.512,96	4.738,61	4.964,26	5.189,91	5.415,55
29	4.693,48	4.928,15	5.162,83	5.397,50	5.632,18
30	4.881,22	5.125,28	5.369,34	5.613,40	5.857,46
31	5.076,47	5.330,29	5.584,12	5.837,94	6.091,76
32	5.279,53	5.543,50	5.807,48	6.071,46	6.335,43

33	5.490,71	5.765,24	6.039,78	6.314,31	6.588,85
34	5.710,34	5.995,85	6.281,37	6.566,89	6.852,40
35	5.938,75	6.235,69	6.532,63	6.829,56	7.126,50
36	6.176,30	6.485,12	6.793,93	7.102,75	7.411,56

24 HORAS SEMANAIS

TÉCNICO EM RADIOLOGIA.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NMP	**NSI(30%):**	**NSC**	**PGI(50%)**	**PGC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.022,73	1.073,87	1.125,00	1.176,14	1.227,28
2	1.063,64	1.116,82	1.170,00	1.223,19	1.276,37
3	1.106,18	1.161,49	1.216,80	1.272,11	1.327,42
4	1.150,43	1.207,95	1.265,48	1.323,00	1.380,52
5	1.196,45	1.256,27	1.316,09	1.375,92	1.435,74
6	1.244,31	1.306,52	1.368,74	1.430,95	1.493,17
7	1.294,08	1.358,78	1.423,49	1.488,19	1.552,90
8	1.345,84	1.413,14	1.480,43	1.547,72	1.615,01
9	1.399,68	1.469,66	1.539,64	1.609,63	1.679,61
10	1.455,66	1.528,45	1.601,23	1.674,01	1.746,80
11	1.513,89	1.589,58	1.665,28	1.740,97	1.816,67
12	1.574,45	1.653,17	1.731,89	1.810,61	1.889,34
13	1.637,42	1.719,29	1.801,17	1.883,04	1.964,91
14	1.702,92	1.788,07	1.873,21	1.958,36	2.043,50
15	1.771,04	1.859,59	1.948,14	2.036,69	2.125,24
16	1.841,88	1.933,97	2.026,07	2.118,16	2.210,25
17	1.915,55	2.011,33	2.107,11	2.202,89	2.298,66
18	1.992,18	2.091,79	2.191,39	2.291,00	2.390,61
19	2.071,86	2.175,46	2.279,05	2.382,64	2.486,24
20	2.154,74	2.262,47	2.370,21	2.477,95	2.585,69
21	2.240,93	2.352,97	2.465,02	2.577,07	2.689,11
22	2.330,56	2.447,09	2.563,62	2.680,15	2.796,68
23	2.423,79	2.544,98	2.666,17	2.787,36	2.908,54
24	2.520,74	2.646,78	2.772,81	2.898,85	3.024,89
25	2.621,57	2.752,65	2.883,72	3.014,80	3.145,88
26	2.726,43	2.862,75	2.999,07	3.135,40	3.271,72
27	2.835,49	2.977,26	3.119,04	3.260,81	3.402,59
28	2.948,91	3.096,35	3.243,80	3.391,24	3.538,69
29	3.066,86	3.220,21	3.373,55	3.526,89	3.680,24
30	3.189,54	3.349,02	3.508,49	3.667,97	3.827,45
31	3.317,12	3.482,98	3.648,83	3.814,69	3.980,54
32	3.449,80	3.622,29	3.794,79	3.967,28	4.139,77
33	3.587,80	3.767,19	3.946,58	4.125,97	4.305,36
34	3.731,31	3.917,87	4.104,44	4.291,01	4.477,57
35	3.880,56	4.074,59	4.268,62	4.462,65	4.656,67
36	4.035,78	4.237,57	4.439,36	4.641,15	4.842,94

C) CARGOS DE NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL

40 HORAS SEMANAIS

MONITOR ARTESANAL E OCUPACIONAL, ESCRITURÁRIO, AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, AUXILIAR DE LABORATÓRIO, AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, AUXILIAR DE INFORMÁTICA, LEITURISTA, AUXILIAR DE ALMOXARIFE E TELEFONISTA.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.022,73	1.073,87	1.125,00	1.176,14	1.227,28
2	1.063,64	1.116,82	1.170,00	1.223,19	1.276,37
3	1.106,18	1.161,49	1.216,80	1.272,11	1.327,42
4	1.150,43	1.207,95	1.265,48	1.323,00	1.380,52
5	1.196,45	1.256,27	1.316,09	1.375,92	1.435,74
6	1.244,31	1.306,52	1.368,74	1.430,95	1.493,17
7	1.294,08	1.358,78	1.423,49	1.488,19	1.552,90
8	1.345,84	1.413,14	1.480,43	1.547,72	1.615,01
9	1.399,68	1.469,66	1.539,64	1.609,63	1.679,61
10	1.455,66	1.528,45	1.601,23	1.674,01	1.746,80
11	1.513,89	1.589,58	1.665,28	1.740,97	1.816,67
12	1.574,45	1.653,17	1.731,89	1.810,61	1.889,34
13	1.637,42	1.719,29	1.801,17	1.883,04	1.964,91
14	1.702,92	1.788,07	1.873,21	1.958,36	2.043,50
15	1.771,04	1.859,59	1.948,14	2.036,69	2.125,24
16	1.841,88	1.933,97	2.026,07	2.118,16	2.210,25
17	1.915,55	2.011,33	2.107,11	2.202,89	2.298,66
18	1.992,18	2.091,79	2.191,39	2.291,00	2.390,61

19	2.071,86	2.175,46	2.279,05	2.382,64	2.486,24
20	2.154,74	2.262,47	2.370,21	2.477,95	2.585,69
21	2.240,93	2.352,97	2.465,02	2.577,07	2.689,11
22	2.330,56	2.447,09	2.563,62	2.680,15	2.796,68
23	2.423,79	2.544,98	2.666,17	2.787,36	2.908,54
24	2.520,74	2.646,78	2.772,81	2.898,85	3.024,89
25	2.621,57	2.752,65	2.883,72	3.014,80	3.145,88
26	2.726,43	2.862,75	2.999,07	3.135,40	3.271,72
27	2.835,49	2.977,26	3.119,04	3.260,81	3.402,59
28	2.948,91	3.096,35	3.243,80	3.391,24	3.538,69
29	3.066,86	3.220,21	3.373,55	3.526,89	3.680,24
30	3.189,54	3.349,02	3.508,49	3.667,97	3.827,45
31	3.317,12	3.482,98	3.648,83	3.814,69	3.980,54
32	3.449,80	3.622,29	3.794,79	3.967,28	4.139,77
33	3.587,80	3.767,19	3.946,58	4.125,97	4.305,36
34	3.731,31	3.917,87	4.104,44	4.291,01	4.477,57
35	3.880,56	4.074,59	4.268,62	4.462,65	4.656,67
36	4.035,78	4.237,57	4.439,36	4.641,15	4.842,94

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS E AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS - ACE					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.359,75	1.427,74	1.495,73	1.563,71	1.631,70
2	1.414,14	1.484,85	1.555,55	1.626,26	1.696,97
3	1.470,71	1.544,24	1.617,78	1.691,31	1.764,85
4	1.529,53	1.606,01	1.682,49	1.758,96	1.835,44
5	1.590,72	1.670,25	1.749,79	1.829,32	1.908,86
6	1.654,34	1.737,06	1.819,78	1.902,50	1.985,21
7	1.720,52	1.806,54	1.892,57	1.978,60	2.064,62
8	1.789,34	1.878,81	1.968,27	2.057,74	2.147,21
9	1.860,91	1.953,96	2.047,00	2.140,05	2.233,09
10	1.935,35	2.032,12	2.128,88	2.225,65	2.322,42
11	2.012,76	2.113,40	2.214,04	2.314,68	2.415,31
12	2.093,27	2.197,94	2.302,60	2.407,26	2.511,93
13	2.177,00	2.285,85	2.394,70	2.503,55	2.612,40
14	2.264,08	2.377,29	2.490,49	2.603,70	2.716,90
15	2.354,65	2.472,38	2.590,11	2.707,84	2.825,58
16	2.448,83	2.571,27	2.693,72	2.816,16	2.938,60
17	2.546,79	2.674,13	2.801,46	2.928,80	3.056,14
18	2.648,66	2.781,09	2.913,52	3.045,96	3.178,39
19	2.754,60	2.892,33	3.030,06	3.167,79	3.305,52
20	2.864,79	3.008,03	3.151,27	3.294,51	3.437,75
21	2.979,38	3.128,35	3.277,32	3.426,29	3.575,26
22	3.098,55	3.253,48	3.408,41	3.563,34	3.718,27
23	3.222,50	3.383,62	3.544,75	3.705,87	3.867,00
24	3.351,40	3.518,97	3.686,54	3.854,11	4.021,68
25	3.485,45	3.659,73	3.834,00	4.008,27	4.182,54
26	3.624,87	3.806,11	3.987,36	4.168,60	4.349,85
27	3.769,87	3.958,36	4.146,85	4.335,35	4.523,84
28	3.920,66	4.116,69	4.312,73	4.508,76	4.704,79
29	4.077,49	4.281,36	4.485,24	4.689,11	4.892,98
30	4.240,59	4.452,62	4.664,64	4.876,67	5.088,70
31	4.410,21	4.630,72	4.851,23	5.071,74	5.292,25
32	4.586,62	4.815,95	5.045,28	5.274,61	5.503,94
33	4.770,08	5.008,59	5.247,09	5.485,60	5.724,10
34	4.960,89	5.208,93	5.456,97	5.705,02	5.953,06
35	5.159,32	5.417,29	5.675,25	5.933,22	6.191,19
36	5.365,69	5.633,98	5.902,26	6.170,55	6.438,83

ATENDENTE DE SAÚDE PÚBLICA.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.129,20	1.185,66	1.242,12	1.298,58	1.355,04
2	1.174,37	1.233,09	1.291,80	1.350,52	1.409,24
3	1.221,34	1.282,41	1.343,48	1.404,54	1.465,61
4	1.270,20	1.333,71	1.397,22	1.460,73	1.524,24
5	1.321,00	1.387,05	1.453,10	1.519,15	1.585,21
6	1.373,84	1.442,54	1.511,23	1.579,92	1.648,61
7	1.428,80	1.500,24	1.571,68	1.643,12	1.714,56
8	1.485,95	1.560,25	1.634,55	1.708,84	1.783,14
9	1.545,39	1.622,66	1.699,93	1.777,20	1.854,47
10	1.607,20	1.687,56	1.767,92	1.848,28	1.928,64

11	1.671,49	1.755,07	1.838,64	1.922,22	2.005,79
12	1.738,35	1.825,27	1.912,19	1.999,10	2.086,02
13	1.807,89	1.898,28	1.988,67	2.079,07	2.169,46
14	1.880,20	1.974,21	2.068,22	2.162,23	2.256,24
15	1.955,41	2.053,18	2.150,95	2.248,72	2.346,49
16	2.033,63	2.135,31	2.236,99	2.338,67	2.440,35
17	2.114,97	2.220,72	2.326,47	2.432,22	2.537,96
18	2.199,57	2.309,55	2.419,53	2.529,50	2.639,48
19	2.287,55	2.401,93	2.516,31	2.630,68	2.745,06
20	2.379,05	2.498,01	2.616,96	2.735,91	2.854,86
21	2.474,22	2.597,93	2.721,64	2.845,35	2.969,06
22	2.573,18	2.701,84	2.830,50	2.959,16	3.087,82
23	2.676,11	2.809,92	2.943,72	3.077,53	3.211,33
24	2.783,16	2.922,31	3.061,47	3.200,63	3.339,79
25	2.894,48	3.039,21	3.183,93	3.328,66	3.473,38
26	3.010,26	3.160,78	3.311,29	3.461,80	3.612,31
27	3.130,67	3.287,21	3.443,74	3.600,27	3.756,81
28	3.255,90	3.418,69	3.581,49	3.744,28	3.907,08
29	3.386,14	3.555,44	3.724,75	3.894,06	4.063,36
30	3.521,58	3.697,66	3.873,74	4.049,82	4.225,90
31	3.662,44	3.845,57	4.028,69	4.211,81	4.394,93
32	3.808,94	3.999,39	4.189,84	4.380,28	4.570,73
33	3.961,30	4.159,36	4.357,43	4.555,49	4.753,56
34	4.119,75	4.325,74	4.531,73	4.737,71	4.943,70
35	4.284,54	4.498,77	4.713,00	4.927,22	5.141,45
36	4.455,92	4.678,72	4.901,52	5.124,31	5.347,11

RECEPCIONISTA II.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.167,30	1.225,67	1.284,03	1.342,40	1.400,76
2	1.213,99	1.274,69	1.335,39	1.396,09	1.456,79
3	1.262,55	1.325,68	1.388,81	1.451,93	1.515,06
4	1.313,05	1.378,71	1.444,36	1.510,01	1.575,66
5	1.365,58	1.433,85	1.502,13	1.570,41	1.638,69
6	1.420,20	1.491,21	1.562,22	1.633,23	1.704,24
7	1.477,01	1.550,86	1.624,71	1.698,56	1.772,41
8	1.536,09	1.612,89	1.689,70	1.766,50	1.843,30
9	1.597,53	1.677,41	1.757,28	1.837,16	1.917,04
10	1.661,43	1.744,50	1.827,58	1.910,65	1.993,72
11	1.727,89	1.814,28	1.900,68	1.987,07	2.073,47
12	1.797,00	1.886,85	1.976,71	2.066,56	2.156,41
13	1.868,88	1.962,33	2.055,77	2.149,22	2.242,66
14	1.943,64	2.040,82	2.138,00	2.235,19	2.332,37
15	2.021,39	2.122,46	2.223,52	2.324,59	2.425,66
16	2.102,24	2.207,35	2.312,47	2.417,58	2.522,69
17	2.186,33	2.295,65	2.404,96	2.514,28	2.623,60
18	2.273,78	2.387,47	2.501,16	2.614,85	2.728,54
19	2.364,74	2.482,97	2.601,21	2.719,45	2.837,68
20	2.459,33	2.582,29	2.705,26	2.828,22	2.951,19
21	2.557,70	2.685,58	2.813,47	2.941,35	3.069,24
22	2.660,01	2.793,01	2.926,01	3.059,01	3.192,01
23	2.766,41	2.904,73	3.043,05	3.181,37	3.319,69
24	2.877,06	3.020,92	3.164,77	3.308,62	3.452,47
25	2.992,14	3.141,75	3.291,36	3.440,97	3.590,57
26	3.111,83	3.267,42	3.423,01	3.578,61	3.734,20
27	3.236,30	3.398,12	3.559,93	3.721,75	3.883,56
28	3.365,76	3.534,04	3.702,33	3.870,62	4.038,91
29	3.500,39	3.675,41	3.850,43	4.025,44	4.200,46
30	3.640,40	3.822,42	4.004,44	4.186,46	4.368,48
31	3.786,02	3.975,32	4.164,62	4.353,92	4.543,22
32	3.937,46	4.134,33	4.331,20	4.528,08	4.724,95
33	4.094,96	4.299,70	4.504,45	4.709,20	4.913,95
34	4.258,76	4.471,69	4.684,63	4.897,57	5.110,51
35	4.429,11	4.650,56	4.872,02	5.093,47	5.314,93
36	4.606,27	4.836,58	5.066,90	5.297,21	5.527,52

MOTORISTA II.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.411,50	1.482,08	1.552,65	1.623,23	1.693,80
2	1.467,96	1.541,36	1.614,76	1.688,15	1.761,55

3	1.526,68	1.603,01	1.679,35	1.755,68	1.832,01
4	1.587,75	1.667,13	1.746,52	1.825,91	1.905,29
5	1.651,26	1.733,82	1.816,38	1.898,94	1.981,51
6	1.717,31	1.803,17	1.889,04	1.974,90	2.060,77
7	1.786,00	1.875,30	1.964,60	2.053,90	2.143,20
8	1.857,44	1.950,31	2.043,18	2.136,05	2.228,93
9	1.931,74	2.028,32	2.124,91	2.221,50	2.318,08
10	2.009,00	2.109,45	2.209,91	2.310,36	2.410,81
11	2.089,36	2.193,83	2.298,30	2.402,77	2.507,24
12	2.172,94	2.281,59	2.390,23	2.498,88	2.607,53
13	2.259,86	2.372,85	2.485,84	2.598,84	2.711,83
14	2.350,25	2.467,76	2.585,28	2.702,79	2.820,30
15	2.444,26	2.566,47	2.688,69	2.810,90	2.933,11
16	2.542,03	2.669,13	2.796,23	2.923,34	3.050,44
17	2.643,71	2.775,90	2.908,08	3.040,27	3.172,46
18	2.749,46	2.886,93	3.024,41	3.161,88	3.299,35
19	2.859,44	3.002,41	3.145,38	3.288,36	3.431,33
20	2.973,82	3.122,51	3.271,20	3.419,89	3.568,58
21	3.092,77	3.247,41	3.402,05	3.556,69	3.711,32
22	3.216,48	3.377,31	3.538,13	3.698,95	3.859,78
23	3.345,14	3.512,40	3.679,65	3.846,91	4.014,17
24	3.478,95	3.652,89	3.826,84	4.000,79	4.174,74
25	3.618,10	3.799,01	3.979,91	4.160,82	4.341,72
26	3.762,83	3.950,97	4.139,11	4.327,25	4.515,39
27	3.913,34	4.109,01	4.304,68	4.500,34	4.696,01
28	4.069,87	4.273,37	4.476,86	4.680,36	4.883,85
29	4.232,67	4.444,30	4.655,94	4.867,57	5.079,20
30	4.401,98	4.622,08	4.842,17	5.062,27	5.282,37
31	4.578,06	4.806,96	5.035,86	5.264,76	5.493,67
32	4.761,18	4.999,24	5.237,30	5.475,35	5.713,41
33	4.951,62	5.199,21	5.446,79	5.694,37	5.941,95
34	5.149,69	5.407,17	5.664,66	5.922,14	6.179,63
35	5.355,68	5.623,46	5.891,25	6.159,03	6.426,81
36	5.569,90	5.848,40	6.126,90	6.405,39	6.683,89

MOTORISTA III.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.552,67	1.630,30	1.707,94	1.785,57	1.863,20
2	1.614,78	1.695,52	1.776,25	1.856,99	1.937,73
3	1.679,37	1.763,34	1.847,30	1.931,27	2.015,24
4	1.746,54	1.833,87	1.921,20	2.008,52	2.095,85
5	1.816,40	1.907,22	1.998,04	2.088,86	2.179,69
6	1.889,06	1.983,51	2.077,97	2.172,42	2.266,87
7	1.964,62	2.062,85	2.161,09	2.259,32	2.357,55
8	2.043,21	2.145,37	2.247,53	2.349,69	2.451,85
9	2.124,94	2.231,18	2.337,43	2.443,68	2.549,92
10	2.209,93	2.320,43	2.430,93	2.541,42	2.651,92
11	2.298,33	2.413,25	2.528,16	2.643,08	2.758,00
12	2.390,26	2.509,78	2.629,29	2.748,80	2.868,32
13	2.485,87	2.610,17	2.734,46	2.858,76	2.983,05
14	2.585,31	2.714,58	2.843,84	2.973,11	3.102,37
15	2.688,72	2.823,16	2.957,59	3.092,03	3.226,47
16	2.796,27	2.936,08	3.075,90	3.215,71	3.355,53
17	2.908,12	3.053,53	3.198,93	3.344,34	3.489,75
18	3.024,45	3.175,67	3.326,89	3.478,11	3.629,34
19	3.145,42	3.302,70	3.459,97	3.617,24	3.774,51
20	3.271,24	3.434,80	3.598,37	3.761,93	3.925,49
21	3.402,09	3.572,20	3.742,30	3.912,40	4.082,51
22	3.538,17	3.715,08	3.891,99	4.068,90	4.245,81
23	3.679,70	3.863,69	4.047,67	4.231,66	4.415,64
24	3.826,89	4.018,23	4.209,58	4.400,92	4.592,27
25	3.979,97	4.178,96	4.377,96	4.576,96	4.775,96
26	4.139,16	4.346,12	4.553,08	4.760,04	4.967,00
27	4.304,73	4.519,97	4.735,20	4.950,44	5.165,68
28	4.476,92	4.700,77	4.924,61	5.148,46	5.372,30
29	4.656,00	4.888,80	5.121,60	5.354,40	5.587,20
30	4.842,24	5.084,35	5.326,46	5.568,57	5.810,68
31	5.035,93	5.287,72	5.539,52	5.791,31	6.043,11
32	5.237,36	5.499,23	5.761,10	6.022,97	6.284,84
33	5.446,86	5.719,20	5.991,54	6.263,89	6.536,23
34	5.664,73	5.947,97	6.231,21	6.514,44	6.797,68
35	5.891,32	6.185,89	6.480,45	6.775,02	7.069,59

36	6.126,97	6.433,32	6.739,67	7.046,02	7.352,37

AGENTE ADMINISTRATIVO III.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.499,03	1.573,98	1.648,93	1.723,88	1.798,84
2	1.558,99	1.636,94	1.714,89	1.792,84	1.870,79
3	1.621,35	1.702,42	1.783,49	1.864,55	1.945,62
4	1.686,20	1.770,52	1.854,83	1.939,14	2.023,45
5	1.753,65	1.841,34	1.929,02	2.016,70	2.104,38
6	1.823,80	1.914,99	2.006,18	2.097,37	2.188,56
7	1.896,75	1.991,59	2.086,43	2.181,26	2.276,10
8	1.972,62	2.071,25	2.169,88	2.268,51	2.367,15
9	2.051,53	2.154,10	2.256,68	2.359,25	2.461,83
10	2.133,59	2.240,27	2.346,95	2.453,63	2.560,30
11	2.218,93	2.329,88	2.440,82	2.551,77	2.662,72
12	2.307,69	2.423,07	2.538,46	2.653,84	2.769,23
13	2.400,00	2.520,00	2.639,99	2.759,99	2.879,99
14	2.496,00	2.620,79	2.745,59	2.870,39	2.995,19
15	2.595,83	2.725,63	2.855,42	2.985,21	3.115,00
16	2.699,67	2.834,65	2.969,64	3.104,62	3.239,60
17	2.807,66	2.948,04	3.088,42	3.228,80	3.369,19
18	2.919,96	3.065,96	3.211,96	3.357,96	3.503,95
19	3.036,76	3.188,60	3.340,44	3.492,27	3.644,11
20	3.158,23	3.316,14	3.474,05	3.631,96	3.789,88
21	3.284,56	3.448,79	3.613,02	3.777,24	3.941,47
22	3.415,94	3.586,74	3.757,54	3.928,33	4.099,13
23	3.552,58	3.730,21	3.907,84	4.085,47	4.263,10
24	3.694,68	3.879,42	4.064,15	4.248,88	4.433,62
25	3.842,47	4.034,59	4.226,72	4.418,84	4.610,96
26	3.996,17	4.195,98	4.395,79	4.595,59	4.795,40
27	4.156,02	4.363,82	4.571,62	4.779,42	4.987,22
28	4.322,26	4.538,37	4.754,48	4.970,59	5.186,71
29	4.495,15	4.719,90	4.944,66	5.169,42	5.394,18
30	4.674,95	4.908,70	5.142,45	5.376,19	5.609,94
31	4.861,95	5.105,05	5.348,15	5.591,24	5.834,34
32	5.056,43	5.309,25	5.562,07	5.814,89	6.067,71
33	5.258,69	5.521,62	5.784,55	6.047,49	6.310,42
34	5.469,03	5.742,48	6.015,94	6.289,39	6.562,84
35	5.687,79	5.972,18	6.256,57	6.540,96	6.825,35
36	5.915,31	6.211,07	6.506,84	6.802,60	7.098,37

MECÂNICO II.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	2.117,28	2.223,14	2.329,01	2.434,87	2.540,74
2	2.201,97	2.312,07	2.422,17	2.532,27	2.642,37
3	2.290,05	2.404,55	2.519,06	2.633,56	2.748,06
4	2.381,65	2.500,73	2.619,82	2.738,90	2.857,98
5	2.476,92	2.600,76	2.724,61	2.848,46	2.972,30
6	2.575,99	2.704,79	2.833,59	2.962,39	3.091,19
7	2.679,03	2.812,99	2.946,94	3.080,89	3.214,84
8	2.786,20	2.925,51	3.064,82	3.204,13	3.343,44
9	2.897,64	3.042,53	3.187,41	3.332,29	3.477,17
10	3.013,55	3.164,23	3.314,90	3.465,58	3.616,26
11	3.134,09	3.290,80	3.447,50	3.604,21	3.760,91
12	3.259,46	3.422,43	3.585,40	3.748,37	3.911,35
13	3.389,83	3.559,33	3.728,82	3.898,31	4.067,80
14	3.525,43	3.701,70	3.877,97	4.054,24	4.230,51
15	3.666,44	3.849,77	4.033,09	4.216,41	4.399,73
16	3.813,10	4.003,76	4.194,41	4.385,07	4.575,72
17	3.965,63	4.163,91	4.362,19	4.560,47	4.758,75
18	4.124,25	4.330,46	4.536,68	4.742,89	4.949,10
19	4.289,22	4.503,68	4.718,14	4.932,60	5.147,06
20	4.460,79	4.683,83	4.906,87	5.129,91	5.352,95
21	4.639,22	4.871,18	5.103,14	5.335,10	5.567,07
22	4.824,79	5.066,03	5.307,27	5.548,51	5.789,75
23	5.017,78	5.268,67	5.519,56	5.770,45	6.021,34
24	5.218,49	5.479,42	5.740,34	6.001,27	6.262,19
25	5.427,23	5.698,59	5.969,96	6.241,32	6.512,68
26	5.644,32	5.926,54	6.208,75	6.490,97	6.773,19
27	5.870,09	6.163,60	6.457,10	6.750,61	7.044,11

28	6.104,90	6.410,14	6.715,39	7.020,63	7.325,88
29	6.349,09	6.666,55	6.984,00	7.301,46	7.618,91
30	6.603,06	6.933,21	7.263,36	7.593,52	7.923,67
31	6.867,18	7.210,54	7.553,90	7.897,26	8.240,62
32	7.141,87	7.498,96	7.856,05	8.213,15	8.570,24
33	7.427,54	7.798,92	8.170,30	8.541,67	8.913,05
34	7.724,64	8.110,88	8.497,11	8.883,34	9.269,57
35	8.033,63	8.435,31	8.836,99	9.238,67	9.640,36
36	8.354,98	8.772,72	9.190,47	9.608,22	10.025,97

MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NFC	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**	**NSC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	3.387,65	3.557,03	3.726,42	3.895,80	4.065,18
2	3.523,16	3.699,31	3.875,47	4.051,63	4.227,79
3	3.664,08	3.847,29	4.030,49	4.213,69	4.396,90
4	3.810,65	4.001,18	4.191,71	4.382,24	4.572,77
5	3.963,07	4.161,22	4.359,38	4.557,53	4.755,69
6	4.121,59	4.327,67	4.533,75	4.739,83	4.945,91
7	4.286,46	4.500,78	4.715,10	4.929,43	5.143,75
8	4.457,92	4.680,81	4.903,71	5.126,60	5.349,50
9	4.636,23	4.868,04	5.099,86	5.331,67	5.563,48
10	4.821,68	5.062,77	5.303,85	5.544,93	5.786,02
11	5.014,55	5.265,28	5.516,00	5.766,73	6.017,46
12	5.215,13	5.475,89	5.736,64	5.997,40	6.258,16
13	5.423,74	5.694,92	5.966,11	6.237,30	6.508,48
14	5.640,69	5.922,72	6.204,75	6.486,79	6.768,82
15	5.866,31	6.159,63	6.452,95	6.746,26	7.039,58
16	6.100,97	6.406,01	6.711,06	7.016,11	7.321,16
17	6.345,00	6.662,26	6.979,51	7.296,76	7.614,01
18	6.598,81	6.928,75	7.258,69	7.588,63	7.918,57
19	6.862,76	7.205,90	7.549,03	7.892,17	8.235,31
20	7.137,27	7.494,13	7.850,99	8.207,86	8.564,72
21	7.422,76	7.793,90	8.165,03	8.536,17	8.907,31
22	7.719,67	8.105,65	8.491,64	8.877,62	9.263,60
23	8.028,46	8.429,88	8.831,30	9.232,72	9.634,15
24	8.349,59	8.767,07	9.184,55	9.602,03	10.019,51
25	8.683,58	9.117,76	9.551,94	9.986,11	10.420,29
26	9.030,92	9.482,47	9.934,01	10.385,56	10.837,10
27	9.392,16	9.861,77	10.331,37	10.800,98	11.270,59
28	9.767,84	10.256,24	10.744,63	11.233,02	11.721,41
29	10.158,56	10.666,49	11.174,41	11.682,34	12.190,27
30	10.564,90	11.093,14	11.621,39	12.149,63	12.677,88
31	10.987,50	11.536,87	12.086,25	12.635,62	13.184,99
32	11.427,00	11.998,35	12.569,69	13.141,04	13.712,39
33	11.884,08	12.478,28	13.072,48	13.666,69	14.260,89
34	12.359,44	12.977,41	13.595,38	14.213,35	14.831,33
35	12.853,82	13.496,51	14.139,20	14.781,89	15.424,58
36	13.367,97	14.036,37	14.704,77	15.373,16	16.041,56

D) CARGOS DE NÍVEL DE ENSINO ELEMENTAR

40 HORAS SEMANAIS

CONTÍNUO, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO, VIVEIRISTA e PINTOR.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NEC	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.022,73	1.073,87	1.125,00	1.176,14	1.227,28
2	1.063,64	1.116,82	1.170,00	1.223,19	1.276,37
3	1.106,18	1.161,49	1.216,80	1.272,11	1.327,42
4	1.150,43	1.207,95	1.265,48	1.323,00	1.380,52
5	1.196,45	1.256,27	1.316,09	1.375,92	1.435,74
6	1.244,31	1.306,52	1.368,74	1.430,95	1.493,17
7	1.294,08	1.358,78	1.423,49	1.488,19	1.552,90
8	1.345,84	1.413,14	1.480,43	1.547,72	1.615,01
9	1.399,68	1.469,66	1.539,64	1.609,63	1.679,61
10	1.455,66	1.528,45	1.601,23	1.674,01	1.746,80
11	1.513,89	1.589,58	1.665,28	1.740,97	1.816,67
12	1.574,45	1.653,17	1.731,89	1.810,61	1.889,34
13	1.637,42	1.719,29	1.801,17	1.883,04	1.964,91
14	1.702,92	1.788,07	1.873,21	1.958,36	2.043,50
15	1.771,04	1.859,59	1.948,14	2.036,69	2.125,24
16	1.841,88	1.933,97	2.026,07	2.118,16	2.210,25

17	1.915,55	2.011,33	2.107,11	2.202,89	2.298,66
18	1.992,18	2.091,79	2.191,39	2.291,00	2.390,61
19	2.071,86	2.175,46	2.279,05	2.382,64	2.486,24
20	2.154,74	2.262,47	2.370,21	2.477,95	2.585,69
21	2.240,93	2.352,97	2.465,02	2.577,07	2.689,11
22	2.330,56	2.447,09	2.563,62	2.680,15	2.796,68
23	2.423,79	2.544,98	2.666,17	2.787,36	2.908,54
24	2.520,74	2.646,78	2.772,81	2.898,85	3.024,89
25	2.621,57	2.752,65	2.883,72	3.014,80	3.145,88
26	2.726,43	2.862,75	2.999,07	3.135,40	3.271,72
27	2.835,49	2.977,26	3.119,04	3.260,81	3.402,59
28	2.948,91	3.096,35	3.243,80	3.391,24	3.538,69
29	3.066,86	3.220,21	3.373,55	3.526,89	3.680,24
30	3.189,54	3.349,02	3.508,49	3.667,97	3.827,45
31	3.317,12	3.482,98	3.648,83	3.814,69	3.980,54
32	3.449,80	3.622,29	3.794,79	3.967,28	4.139,77
33	3.587,80	3.767,19	3.946,58	4.125,97	4.305,36
34	3.731,31	3.917,87	4.104,44	4.291,01	4.477,57
35	3.880,56	4.074,59	4.268,62	4.462,65	4.656,67
36	4.035,78	4.237,57	4.439,36	4.641,15	4.842,94

RECEPCIONISTA I, OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, ENCANADOR, INSTALADOR DE REDE DE ÁGUA E INSTALADOR DE REDE DE ESGOTO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NEC	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.148,39	1.205,81	1.263,23	1.320,65	1.378,07
2	1.194,33	1.254,04	1.313,76	1.373,47	1.433,19
3	1.242,10	1.304,20	1.366,31	1.428,41	1.490,52
4	1.291,78	1.356,37	1.420,96	1.485,55	1.550,14
5	1.343,45	1.410,63	1.477,80	1.544,97	1.612,14
6	1.397,19	1.467,05	1.536,91	1.606,77	1.676,63
7	1.453,08	1.525,73	1.598,39	1.671,04	1.743,70
8	1.511,20	1.586,76	1.662,32	1.737,88	1.813,44
9	1.571,65	1.650,23	1.728,82	1.807,40	1.885,98
10	1.634,52	1.716,24	1.797,97	1.879,69	1.961,42
11	1.699,90	1.784,89	1.869,89	1.954,88	2.039,88
12	1.767,89	1.856,29	1.944,68	2.033,08	2.121,47
13	1.838,61	1.930,54	2.022,47	2.114,40	2.206,33
14	1.912,15	2.007,76	2.103,37	2.198,98	2.294,58
15	1.988,64	2.088,07	2.187,50	2.286,94	2.386,37
16	2.068,19	2.171,59	2.275,00	2.378,41	2.481,82
17	2.150,91	2.258,46	2.366,00	2.473,55	2.581,10
18	2.236,95	2.348,80	2.460,64	2.572,49	2.684,34
19	2.326,43	2.442,75	2.559,07	2.675,39	2.791,71
20	2.419,48	2.540,46	2.661,43	2.782,41	2.903,38
21	2.516,26	2.642,08	2.767,89	2.893,70	3.019,52
22	2.616,91	2.747,76	2.878,61	3.009,45	3.140,30
23	2.721,59	2.857,67	2.993,75	3.129,83	3.265,91
24	2.830,45	2.971,98	3.113,50	3.255,02	3.396,55
25	2.943,67	3.090,86	3.238,04	3.385,22	3.532,41
26	3.061,42	3.214,49	3.367,56	3.520,63	3.673,70
27	3.183,88	3.343,07	3.502,26	3.661,46	3.820,65
28	3.311,23	3.476,79	3.642,35	3.807,92	3.973,48
29	3.443,68	3.615,86	3.788,05	3.960,23	4.132,42
30	3.581,43	3.760,50	3.939,57	4.118,64	4.297,71
31	3.724,69	3.910,92	4.097,15	4.283,39	4.469,62
32	3.873,67	4.067,36	4.261,04	4.454,72	4.648,41
33	4.028,62	4.230,05	4.431,48	4.632,91	4.834,34
34	4.189,76	4.399,25	4.608,74	4.818,23	5.027,72
35	4.357,35	4.575,22	4.793,09	5.010,96	5.228,83
36	4.531,65	4.758,23	4.984,81	5.211,40	5.437,98

MOTORISTA I.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NEC	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.270,35	1.333,87	1.397,39	1.460,90	1.524,42
2	1.321,16	1.387,22	1.453,28	1.519,34	1.585,40
3	1.374,01	1.442,71	1.511,41	1.580,11	1.648,81
4	1.428,97	1.500,42	1.571,87	1.643,32	1.714,77
5	1.486,13	1.560,44	1.634,74	1.709,05	1.783,36
6	1.545,58	1.622,85	1.700,13	1.777,41	1.854,69
7	1.607,40	1.687,77	1.768,14	1.848,51	1.928,88

8	1.671,69	1.755,28	1.838,86	1.922,45	2.006,03
9	1.738,56	1.825,49	1.912,42	1.999,35	2.086,27
10	1.808,10	1.898,51	1.988,91	2.079,32	2.169,72
11	1.880,43	1.974,45	2.068,47	2.162,49	2.256,51
12	1.955,65	2.053,43	2.151,21	2.248,99	2.346,77
13	2.033,87	2.135,56	2.237,26	2.338,95	2.440,65
14	2.115,23	2.220,99	2.326,75	2.432,51	2.538,27
15	2.199,84	2.309,83	2.419,82	2.529,81	2.639,80
16	2.287,83	2.402,22	2.516,61	2.631,00	2.745,39
17	2.379,34	2.498,31	2.617,28	2.736,24	2.855,21
18	2.474,52	2.598,24	2.721,97	2.845,69	2.969,42
19	2.573,50	2.702,17	2.830,85	2.959,52	3.088,20
20	2.676,44	2.810,26	2.944,08	3.077,90	3.211,72
21	2.783,49	2.922,67	3.061,84	3.201,02	3.340,19
22	2.894,83	3.039,57	3.184,32	3.329,06	3.473,80
23	3.010,63	3.161,16	3.311,69	3.462,22	3.612,75
24	3.131,05	3.287,60	3.444,16	3.600,71	3.757,26
25	3.256,29	3.419,11	3.581,92	3.744,74	3.907,55
26	3.386,55	3.555,87	3.725,20	3.894,53	4.063,85
27	3.522,01	3.698,11	3.874,21	4.050,31	4.226,41
28	3.662,89	3.846,03	4.029,18	4.212,32	4.395,46
29	3.809,40	3.999,87	4.190,34	4.380,81	4.571,28
30	3.961,78	4.159,87	4.357,96	4.556,05	4.754,13
31	4.120,25	4.326,26	4.532,28	4.738,29	4.944,30
32	4.285,06	4.499,31	4.713,57	4.927,82	5.142,07
33	4.456,46	4.679,29	4.902,11	5.124,93	5.347,75
34	4.634,72	4.866,46	5.098,19	5.329,93	5.561,67
35	4.820,11	5.061,12	5.302,12	5.543,13	5.784,13
36	5.012,91	5.263,56	5.514,21	5.764,85	6.015,50

ELETRICISTA DE VEÍCULOS, ELETRICISTA PREDIAL.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NEC	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.384,80	1.454,04	1.523,28	1.592,52	1.661,76
2	1.440,19	1.512,20	1.584,21	1.656,22	1.728,23
3	1.497,80	1.572,69	1.647,58	1.722,47	1.797,36
4	1.557,71	1.635,60	1.713,48	1.791,37	1.869,25
5	1.620,02	1.701,02	1.782,02	1.863,02	1.944,02
6	1.684,82	1.769,06	1.853,30	1.937,54	2.021,79
7	1.752,21	1.839,82	1.927,44	2.015,05	2.102,66
8	1.822,30	1.913,42	2.004,53	2.095,65	2.186,76
9	1.895,19	1.989,95	2.084,71	2.179,47	2.274,23
10	1.971,00	2.069,55	2.168,10	2.266,65	2.365,20
11	2.049,84	2.152,33	2.254,83	2.357,32	2.459,81
12	2.131,84	2.238,43	2.345,02	2.451,61	2.558,20
13	2.217,11	2.327,96	2.438,82	2.549,68	2.660,53
14	2.305,79	2.421,08	2.536,37	2.651,66	2.766,95
15	2.398,03	2.517,93	2.637,83	2.757,73	2.877,63
16	2.493,95	2.618,64	2.743,34	2.868,04	2.992,74
17	2.593,70	2.723,39	2.853,07	2.982,76	3.112,45
18	2.697,45	2.832,33	2.967,20	3.102,07	3.236,94
19	2.805,35	2.945,62	3.085,89	3.226,15	3.366,42
20	2.917,56	3.063,44	3.209,32	3.355,20	3.501,08
21	3.034,27	3.185,98	3.337,69	3.489,41	3.641,12
22	3.155,64	3.313,42	3.471,20	3.628,98	3.786,77
23	3.281,86	3.445,96	3.610,05	3.774,14	3.938,24
24	3.413,14	3.583,79	3.754,45	3.925,11	4.095,77
25	3.549,66	3.727,15	3.904,63	4.082,11	4.259,60
26	3.691,65	3.876,23	4.060,82	4.245,40	4.429,98
27	3.839,32	4.031,28	4.223,25	4.415,21	4.607,18
28	3.992,89	4.192,53	4.392,18	4.591,82	4.791,47
29	4.152,60	4.360,23	4.567,86	4.775,50	4.983,13
30	4.318,71	4.534,64	4.750,58	4.966,51	5.182,45
31	4.491,46	4.716,03	4.940,60	5.165,18	5.389,75
32	4.671,12	4.904,67	5.138,23	5.371,78	5.605,34
33	4.857,96	5.100,86	5.343,76	5.586,65	5.829,55
34	5.052,28	5.304,89	5.557,51	5.810,12	6.062,73
35	5.254,37	5.517,09	5.779,81	6.042,52	6.305,24
36	5.464,54	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45

MECÂNICO I.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NEC	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**

NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	1.411,50	1.482,08	1.552,65	1.623,23	1.693,80
2	1.467,96	1.541,36	1.614,76	1.688,15	1.761,55
3	1.526,68	1.603,01	1.679,35	1.755,68	1.832,01
4	1.587,75	1.667,13	1.746,52	1.825,91	1.905,29
5	1.651,26	1.733,82	1.816,38	1.898,94	1.981,51
6	1.717,31	1.803,17	1.889,04	1.974,90	2.060,77
7	1.786,00	1.875,30	1.964,60	2.053,90	2.143,20
8	1.857,44	1.950,31	2.043,18	2.136,05	2.228,93
9	1.931,74	2.028,32	2.124,91	2.221,50	2.318,08
10	2.009,00	2.109,45	2.209,91	2.310,36	2.410,81
11	2.089,36	2.193,83	2.298,30	2.402,77	2.507,24
12	2.172,94	2.281,59	2.390,23	2.498,88	2.607,53
13	2.259,86	2.372,85	2.485,84	2.598,84	2.711,83
14	2.350,25	2.467,76	2.585,28	2.702,79	2.820,30
15	2.444,26	2.566,47	2.688,69	2.810,90	2.933,11
16	2.542,03	2.669,13	2.796,23	2.923,34	3.050,44
17	2.643,71	2.775,90	2.908,08	3.040,27	3.172,46
18	2.749,46	2.886,93	3.024,41	3.161,88	3.299,35
19	2.859,44	3.002,41	3.145,38	3.288,36	3.431,33
20	2.973,82	3.122,51	3.271,20	3.419,89	3.568,58
21	3.092,77	3.247,41	3.402,05	3.556,69	3.711,32
22	3.216,48	3.377,31	3.538,13	3.698,95	3.859,78
23	3.345,14	3.512,40	3.679,65	3.846,91	4.014,17
24	3.478,95	3.652,89	3.826,84	4.000,79	4.174,74
25	3.618,10	3.799,01	3.979,91	4.160,82	4.341,72
26	3.762,83	3.950,97	4.139,11	4.327,25	4.515,39
27	3.913,34	4.109,01	4.304,68	4.500,34	4.696,01
28	4.069,87	4.273,37	4.476,86	4.680,36	4.883,85
29	4.232,67	4.444,30	4.655,94	4.867,57	5.079,20
30	4.401,98	4.622,08	4.842,17	5.062,27	5.282,37
31	4.578,06	4.806,96	5.035,86	5.264,76	5.493,67
32	4.761,18	4.999,24	5.237,30	5.475,35	5.713,41
33	4.951,62	5.199,21	5.446,79	5.694,37	5.941,95
34	5.149,69	5.407,17	5.664,66	5.922,14	6.179,63
35	5.355,68	5.623,46	5.891,25	6.159,03	6.426,81
36	5.569,90	5.848,40	6.126,90	6.405,39	6.683,89

OPERADOR DE MOTOSERRA E AGENTE ADMINISTRATIVO I.					
CLASSE	A	B	C	D	E
	NEC	NFC	NMI(50%)	NMC	NSI(30%)
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	1.435,49	1.507,26	1.579,04	1.650,81	1.722,59
2	1.492,91	1.567,56	1.642,20	1.716,85	1.791,49
3	1.552,63	1.630,26	1.707,89	1.785,52	1.863,15
4	1.614,73	1.695,47	1.776,20	1.856,94	1.937,68
5	1.679,32	1.763,29	1.847,25	1.931,22	2.015,18
6	1.746,49	1.833,82	1.921,14	2.008,47	2.095,79
7	1.816,35	1.907,17	1.997,99	2.088,81	2.179,62
8	1.889,01	1.983,46	2.077,91	2.172,36	2.266,81
9	1.964,57	2.062,80	2.161,02	2.259,25	2.357,48
10	2.043,15	2.145,31	2.247,46	2.349,62	2.451,78
11	2.124,88	2.231,12	2.337,36	2.443,61	2.549,85
12	2.209,87	2.320,36	2.430,86	2.541,35	2.651,85
13	2.298,27	2.413,18	2.528,09	2.643,01	2.757,92
14	2.390,20	2.509,71	2.629,22	2.748,73	2.868,24
15	2.485,80	2.610,09	2.734,38	2.858,67	2.982,97
16	2.585,24	2.714,50	2.843,76	2.973,02	3.102,28
17	2.688,65	2.823,08	2.957,51	3.091,94	3.226,38
18	2.796,19	2.936,00	3.075,81	3.215,62	3.355,43
19	2.908,04	3.053,44	3.198,84	3.344,25	3.489,65
20	3.024,36	3.175,58	3.326,80	3.478,02	3.629,23
21	3.145,34	3.302,60	3.459,87	3.617,14	3.774,40
22	3.271,15	3.434,71	3.598,26	3.761,82	3.925,38
23	3.401,99	3.572,09	3.742,19	3.912,29	4.082,39
24	3.538,07	3.714,98	3.891,88	4.068,79	4.245,69
25	3.679,60	3.863,58	4.047,56	4.231,54	4.415,52
26	3.826,78	4.018,12	4.209,46	4.400,80	4.592,14
27	3.979,85	4.178,85	4.377,84	4.576,83	4.775,82
28	4.139,05	4.346,00	4.552,95	4.759,90	4.966,86
29	4.304,61	4.519,84	4.735,07	4.950,30	5.165,53
30	4.476,79	4.700,63	4.924,47	5.148,31	5.372,15
31	4.655,86	4.888,66	5.121,45	5.354,24	5.587,04
32	4.842,10	5.084,20	5.326,31	5.568,41	5.810,52

33	5.035,78	5.287,57	5.539,36	5.791,15	6.042,94
34	5.237,21	5.499,08	5.760,94	6.022,80	6.284,66
35	5.446,70	5.719,04	5.991,37	6.263,71	6.536,04
36	5.664,57	5.947,80	6.231,03	6.514,26	6.797,49

AGENTE ADMINISTRATIVO II.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NEC	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**	**NSI(30%)**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.473,61	1.547,29	1.620,97	1.694,65	1.768,33
2	1.532,55	1.609,18	1.685,81	1.762,44	1.839,07
3	1.593,86	1.673,55	1.753,24	1.832,94	1.912,63
4	1.657,61	1.740,49	1.823,37	1.906,25	1.989,13
5	1.723,92	1.810,11	1.896,31	1.982,50	2.068,70
6	1.792,87	1.882,52	1.972,16	2.061,80	2.151,45
7	1.864,59	1.957,82	2.051,05	2.144,27	2.237,50
8	1.939,17	2.036,13	2.133,09	2.230,05	2.327,00
9	2.016,74	2.117,57	2.218,41	2.319,25	2.420,08
10	2.097,41	2.202,28	2.307,15	2.412,02	2.516,89
11	2.181,30	2.290,37	2.399,43	2.508,50	2.617,56
12	2.268,55	2.381,98	2.495,41	2.608,84	2.722,27
13	2.359,30	2.477,26	2.595,23	2.713,19	2.831,16
14	2.453,67	2.576,35	2.699,04	2.821,72	2.944,40
15	2.551,82	2.679,41	2.807,00	2.934,59	3.062,18
16	2.653,89	2.786,58	2.919,28	3.051,97	3.184,67
17	2.760,04	2.898,05	3.036,05	3.174,05	3.312,05
18	2.870,45	3.013,97	3.157,49	3.301,01	3.444,53
19	2.985,26	3.134,53	3.283,79	3.433,05	3.582,32
20	3.104,67	3.259,91	3.415,14	3.570,38	3.725,61
21	3.228,86	3.390,30	3.551,75	3.713,19	3.874,63
22	3.358,02	3.525,92	3.693,82	3.861,72	4.029,62
23	3.492,34	3.666,95	3.841,57	4.016,19	4.190,80
24	3.632,03	3.813,63	3.995,23	4.176,83	4.358,44
25	3.777,31	3.966,18	4.155,04	4.343,91	4.532,77
26	3.928,40	4.124,82	4.321,24	4.517,66	4.714,08
27	4.085,54	4.289,82	4.494,09	4.698,37	4.902,65
28	4.248,96	4.461,41	4.673,86	4.886,30	5.098,75
29	4.418,92	4.639,87	4.860,81	5.081,76	5.302,70
30	4.595,68	4.825,46	5.055,24	5.285,03	5.514,81
31	4.779,50	5.018,48	5.257,45	5.496,43	5.735,40
32	4.970,68	5.219,22	5.467,75	5.716,29	5.964,82
33	5.169,51	5.427,99	5.686,46	5.944,94	6.203,41
34	5.376,29	5.645,11	5.913,92	6.182,73	6.451,55
35	5.591,34	5.870,91	6.150,48	6.430,04	6.709,61
36	5.815,00	6.105,75	6.396,50	6.687,25	6.978,00

BORRACHEIRO, SERVENTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AGENTE DE LIMPEZA URBANA, ZELADOR, JARDINEIRO, COZINHEIRO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NA	**NEC**	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.148,39	1.205,81	1.263,23	1.320,65	1.378,07
2	1.194,33	1.254,04	1.313,76	1.373,47	1.433,19
3	1.242,10	1.304,20	1.366,31	1.428,41	1.490,52
4	1.291,78	1.356,37	1.420,96	1.485,55	1.550,14
5	1.343,45	1.410,63	1.477,80	1.544,97	1.612,14
6	1.397,19	1.467,05	1.536,91	1.606,77	1.676,63
7	1.453,08	1.525,73	1.598,39	1.671,04	1.743,70
8	1.511,20	1.586,76	1.662,32	1.737,88	1.813,44
9	1.571,65	1.650,23	1.728,82	1.807,40	1.885,98
10	1.634,52	1.716,24	1.797,97	1.879,69	1.961,42
11	1.699,90	1.784,89	1.869,89	1.954,88	2.039,88
12	1.767,89	1.856,29	1.944,68	2.033,08	2.121,47
13	1.838,61	1.930,54	2.022,47	2.114,40	2.206,33
14	1.912,15	2.007,76	2.103,37	2.198,98	2.294,58
15	1.988,64	2.088,07	2.187,50	2.286,94	2.386,37
16	2.068,19	2.171,59	2.275,00	2.378,41	2.481,82
17	2.150,91	2.258,46	2.366,00	2.473,55	2.581,10
18	2.236,95	2.348,80	2.460,64	2.572,49	2.684,34
19	2.326,43	2.442,75	2.559,07	2.675,39	2.791,71
20	2.419,48	2.540,46	2.661,43	2.782,41	2.903,38
21	2.516,26	2.642,08	2.767,89	2.893,70	3.019,52
22	2.616,91	2.747,76	2.878,61	3.009,45	3.140,30
23	2.721,59	2.857,67	2.993,75	3.129,83	3.265,91
24	2.830,45	2.971,98	3.113,50	3.255,02	3.396,55

25	2.943,67	3.090,86	3.238,04	3.385,22	3.532,41
26	3.061,42	3.214,49	3.367,56	3.520,63	3.673,70
27	3.183,88	3.343,07	3.502,26	3.661,46	3.820,65
28	3.311,23	3.476,79	3.642,35	3.807,92	3.973,48
29	3.443,68	3.615,86	3.788,05	3.960,23	4.132,42
30	3.581,43	3.760,50	3.939,57	4.118,64	4.297,71
31	3.724,69	3.910,92	4.097,15	4.283,39	4.469,62
32	3.873,67	4.067,36	4.261,04	4.454,72	4.648,41
33	4.028,62	4.230,05	4.431,48	4.632,91	4.834,34
34	4.189,76	4.399,25	4.608,74	4.818,23	5.027,72
35	4.357,35	4.575,22	4.793,09	5.010,96	5.228,83
36	4.531,65	4.758,23	4.984,81	5.211,40	5.437,98

CARPINTEIRO E PEDREIRO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NA	**NEC**	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.244,10	1.306,31	1.368,51	1.430,72	1.492,92
2	1.293,86	1.358,56	1.423,25	1.487,94	1.552,64
3	1.345,62	1.412,90	1.480,18	1.547,46	1.614,74
4	1.399,44	1.469,42	1.539,39	1.609,36	1.679,33
5	1.455,42	1.528,19	1.600,96	1.673,73	1.746,51
6	1.513,64	1.589,32	1.665,00	1.740,68	1.816,37
7	1.574,18	1.652,89	1.731,60	1.810,31	1.889,02
8	1.637,15	1.719,01	1.800,87	1.882,72	1.964,58
9	1.702,64	1.787,77	1.872,90	1.958,03	2.043,16
10	1.770,74	1.859,28	1.947,82	2.036,35	2.124,89
11	1.841,57	1.933,65	2.025,73	2.117,81	2.209,89
12	1.915,23	2.011,00	2.106,76	2.202,52	2.298,28
13	1.991,84	2.091,44	2.191,03	2.290,62	2.390,21
14	2.071,52	2.175,09	2.278,67	2.382,25	2.485,82
15	2.154,38	2.262,10	2.369,82	2.477,54	2.585,25
16	2.240,55	2.352,58	2.464,61	2.576,64	2.688,66
17	2.330,18	2.446,68	2.563,19	2.679,70	2.796,21
18	2.423,38	2.544,55	2.665,72	2.786,89	2.908,06
19	2.520,32	2.646,33	2.772,35	2.898,37	3.024,38
20	2.621,13	2.752,19	2.883,24	3.014,30	3.145,36
21	2.725,98	2.862,28	2.998,57	3.134,87	3.271,17
22	2.835,02	2.976,77	3.118,52	3.260,27	3.402,02
23	2.948,42	3.095,84	3.243,26	3.390,68	3.538,10
24	3.066,35	3.219,67	3.372,99	3.526,31	3.679,62
25	3.189,01	3.348,46	3.507,91	3.667,36	3.826,81
26	3.316,57	3.482,40	3.648,22	3.814,05	3.979,88
27	3.449,23	3.621,69	3.794,15	3.966,61	4.139,08
28	3.587,20	3.766,56	3.945,92	4.125,28	4.304,64
29	3.730,69	3.917,22	4.103,76	4.290,29	4.476,82
30	3.879,91	4.073,91	4.267,91	4.461,90	4.655,90
31	4.035,11	4.236,87	4.438,62	4.640,38	4.842,13
32	4.196,52	4.406,34	4.616,17	4.825,99	5.035,82
33	4.364,38	4.582,59	4.800,81	5.019,03	5.237,25
34	4.538,95	4.765,90	4.992,85	5.219,79	5.446,74
35	4.720,51	4.956,53	5.192,56	5.428,59	5.664,61
36	4.909,33	5.154,80	5.400,26	5.645,73	5.891,20

MARCENEIRO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NA	**NEC**	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.384,80	1.454,04	1.523,28	1.592,52	1.661,76
2	1.440,19	1.512,20	1.584,21	1.656,22	1.728,23
3	1.497,80	1.572,69	1.647,58	1.722,47	1.797,36
4	1.557,71	1.635,60	1.713,48	1.791,37	1.869,25
5	1.620,02	1.701,02	1.782,02	1.863,02	1.944,02
6	1.684,82	1.769,06	1.853,30	1.937,54	2.021,79
7	1.752,21	1.839,82	1.927,44	2.015,05	2.102,66
8	1.822,30	1.913,42	2.004,53	2.095,65	2.186,76
9	1.895,19	1.989,95	2.084,71	2.179,47	2.274,23
10	1.971,00	2.069,55	2.168,10	2.266,65	2.365,20
11	2.049,84	2.152,33	2.254,83	2.357,32	2.459,81
12	2.131,84	2.238,43	2.345,02	2.451,61	2.558,20
13	2.217,11	2.327,96	2.438,82	2.549,68	2.660,53
14	2.305,79	2.421,08	2.536,37	2.651,66	2.766,95
15	2.398,03	2.517,93	2.637,83	2.757,73	2.877,63
16	2.493,95	2.618,64	2.743,34	2.868,04	2.992,74

17	2.593,70	2.723,39	2.853,07	2.982,76	3.112,45
18	2.697,45	2.832,33	2.967,20	3.102,07	3.236,94
19	2.805,35	2.945,62	3.085,89	3.226,15	3.366,42
20	2.917,56	3.063,44	3.209,32	3.355,20	3.501,08
21	3.034,27	3.185,98	3.337,69	3.489,41	3.641,12
22	3.155,64	3.313,42	3.471,20	3.628,98	3.786,77
23	3.281,86	3.445,96	3.610,05	3.774,14	3.938,24
24	3.413,14	3.583,79	3.754,45	3.925,11	4.095,77
25	3.549,66	3.727,15	3.904,63	4.082,11	4.259,60
26	3.691,65	3.876,23	4.060,82	4.245,40	4.429,98
27	3.839,32	4.031,28	4.223,25	4.415,21	4.607,18
28	3.992,89	4.192,53	4.392,18	4.591,82	4.791,47
29	4.152,60	4.360,23	4.567,86	4.775,50	4.983,13
30	4.318,71	4.534,64	4.750,58	4.966,51	5.182,45
31	4.491,46	4.716,03	4.940,60	5.165,18	5.389,75
32	4.671,12	4.904,67	5.138,23	5.371,78	5.605,34
33	4.857,96	5.100,86	5.343,76	5.586,65	5.829,55
34	5.052,28	5.304,89	5.557,51	5.810,12	6.062,73
35	5.254,37	5.517,09	5.779,81	6.042,52	6.305,24
36	5.464,54	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45

BORRACHEIRO, SERVENTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AGENTE DE LIMPEZA URBANA, ZELADOR, JARDINEIRO, COZINHEIRO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NA	**NEC**	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.148,39	1.205,81	1.263,23	1.320,65	1.378,07
2	1.194,33	1.254,04	1.313,76	1.373,47	1.433,19
3	1.242,10	1.304,20	1.366,31	1.428,41	1.490,52
4	1.291,78	1.356,37	1.420,96	1.485,55	1.550,14
5	1.343,45	1.410,63	1.477,80	1.544,97	1.612,14
6	1.397,19	1.467,05	1.536,91	1.606,77	1.676,63
7	1.453,08	1.525,73	1.598,39	1.671,04	1.743,70
8	1.511,20	1.586,76	1.662,32	1.737,88	1.813,44
9	1.571,65	1.650,23	1.728,82	1.807,40	1.885,98
10	1.634,52	1.716,24	1.797,97	1.879,69	1.961,42
11	1.699,90	1.784,89	1.869,89	1.954,88	2.039,88
12	1.767,89	1.856,29	1.944,68	2.033,08	2.121,47
13	1.838,61	1.930,54	2.022,47	2.114,40	2.206,33
14	1.912,15	2.007,76	2.103,37	2.198,98	2.294,58
15	1.988,64	2.088,07	2.187,50	2.286,94	2.386,37
16	2.068,19	2.171,59	2.275,00	2.378,41	2.481,82
17	2.150,91	2.258,46	2.366,00	2.473,55	2.581,10
18	2.236,95	2.348,80	2.460,64	2.572,49	2.684,34
19	2.326,43	2.442,75	2.559,07	2.675,39	2.791,71
20	2.419,48	2.540,46	2.661,43	2.782,41	2.903,38
21	2.516,26	2.642,08	2.767,89	2.893,70	3.019,52
22	2.616,91	2.747,76	2.878,61	3.009,45	3.140,30
23	2.721,59	2.857,67	2.993,75	3.129,83	3.265,91
24	2.830,45	2.971,98	3.113,50	3.255,02	3.396,55
25	2.943,67	3.090,86	3.238,04	3.385,22	3.532,41
26	3.061,42	3.214,49	3.367,56	3.520,63	3.673,70
27	3.183,88	3.343,07	3.502,26	3.661,46	3.820,65
28	3.311,23	3.476,79	3.642,35	3.807,92	3.973,48
29	3.443,68	3.615,86	3.788,05	3.960,23	4.132,42
30	3.581,43	3.760,50	3.939,57	4.118,64	4.297,71
31	3.724,69	3.910,92	4.097,15	4.283,39	4.469,62
32	3.873,67	4.067,36	4.261,04	4.454,72	4.648,41
33	4.028,62	4.230,05	4.431,48	4.632,91	4.834,34
34	4.189,76	4.399,25	4.608,74	4.818,23	5.027,72
35	4.357,35	4.575,22	4.793,09	5.010,96	5.228,83
36	4.531,65	4.758,23	4.984,81	5.211,40	5.437,98

CARPINTEIRO E PEDREIRO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NA	**NEC**	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.244,10	1.306,31	1.368,51	1.430,72	1.492,92
2	1.293,86	1.358,56	1.423,25	1.487,94	1.552,64
3	1.345,62	1.412,90	1.480,18	1.547,46	1.614,74
4	1.399,44	1.469,42	1.539,39	1.609,36	1.679,33
5	1.455,42	1.528,19	1.600,96	1.673,73	1.746,51
6	1.513,64	1.589,32	1.665,00	1.740,68	1.816,37
7	1.574,18	1.652,89	1.731,60	1.810,31	1.889,02
8	1.637,15	1.719,01	1.800,87	1.882,72	1.964,58

9	1.702,64	1.787,77	1.872,90	1.958,03	2.043,16
10	1.770,74	1.859,28	1.947,82	2.036,35	2.124,89
11	1.841,57	1.933,65	2.025,73	2.117,81	2.209,89
12	1.915,23	2.011,00	2.106,76	2.202,52	2.298,28
13	1.991,84	2.091,44	2.191,03	2.290,62	2.390,21
14	2.071,52	2.175,09	2.278,67	2.382,25	2.485,82
15	2.154,38	2.262,10	2.369,82	2.477,54	2.585,25
16	2.240,55	2.352,58	2.464,61	2.576,64	2.688,66
17	2.330,18	2.446,68	2.563,19	2.679,70	2.796,21
18	2.423,38	2.544,55	2.665,72	2.786,89	2.908,06
19	2.520,32	2.646,33	2.772,35	2.898,37	3.024,38
20	2.621,13	2.752,19	2.883,24	3.014,30	3.145,36
21	2.725,98	2.862,28	2.998,57	3.134,87	3.271,17
22	2.835,02	2.976,77	3.118,52	3.260,27	3.402,02
23	2.948,42	3.095,84	3.243,26	3.390,68	3.538,10
24	3.066,35	3.219,67	3.372,99	3.526,31	3.679,62
25	3.189,01	3.348,46	3.507,91	3.667,36	3.826,81
26	3.316,57	3.482,40	3.648,22	3.814,05	3.979,88
27	3.449,23	3.621,69	3.794,15	3.966,61	4.139,08
28	3.587,20	3.766,56	3.945,92	4.125,28	4.304,64
29	3.730,69	3.917,22	4.103,76	4.290,29	4.476,82
30	3.879,91	4.073,91	4.267,91	4.461,90	4.655,90
31	4.035,11	4.236,87	4.438,62	4.640,38	4.842,13
32	4.196,52	4.406,34	4.616,17	4.825,99	5.035,82
33	4.364,38	4.582,59	4.800,81	5.019,03	5.237,25
34	4.538,95	4.765,90	4.992,85	5.219,79	5.446,74
35	4.720,51	4.956,53	5.192,56	5.428,59	5.664,61
36	4.909,33	5.154,80	5.400,26	5.645,73	5.891,20

MARCENEIRO.					
CLASSE	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	NA	**NEC**	**NFC**	**NMI(50%)**	**NMC**
NÍVEL	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**	**Vencimento/R$**
1	1.384,80	1.454,04	1.523,28	1.592,52	1.661,76
2	1.440,19	1.512,20	1.584,21	1.656,22	1.728,23
3	1.497,80	1.572,69	1.647,58	1.722,47	1.797,36
4	1.557,71	1.635,60	1.713,48	1.791,37	1.869,25
5	1.620,02	1.701,02	1.782,02	1.863,02	1.944,02
6	1.684,82	1.769,06	1.853,30	1.937,54	2.021,79
7	1.752,21	1.839,82	1.927,44	2.015,05	2.102,66
8	1.822,30	1.913,42	2.004,53	2.095,65	2.186,76
9	1.895,19	1.989,95	2.084,71	2.179,47	2.274,23
10	1.971,00	2.069,55	2.168,10	2.266,65	2.365,20
11	2.049,84	2.152,33	2.254,83	2.357,32	2.459,81
12	2.131,84	2.238,43	2.345,02	2.451,61	2.558,20
13	2.217,11	2.327,96	2.438,82	2.549,68	2.660,53
14	2.305,79	2.421,08	2.536,37	2.651,66	2.766,95
15	2.398,03	2.517,93	2.637,83	2.757,73	2.877,63
16	2.493,95	2.618,64	2.743,34	2.868,04	2.992,74
17	2.593,70	2.723,39	2.853,07	2.982,76	3.112,45
18	2.697,45	2.832,33	2.967,20	3.102,07	3.236,94
19	2.805,35	2.945,62	3.085,89	3.226,15	3.366,42
20	2.917,56	3.063,44	3.209,32	3.355,20	3.501,08
21	3.034,27	3.185,98	3.337,69	3.489,41	3.641,12
22	3.155,64	3.313,42	3.471,20	3.628,98	3.786,77
23	3.281,86	3.445,96	3.610,05	3.774,14	3.938,24
24	3.413,14	3.583,79	3.754,45	3.925,11	4.095,77
25	3.549,66	3.727,15	3.904,63	4.082,11	4.259,60
26	3.691,65	3.876,23	4.060,82	4.245,40	4.429,98
27	3.839,32	4.031,28	4.223,25	4.415,21	4.607,18
28	3.992,89	4.192,53	4.392,18	4.591,82	4.791,47
29	4.152,60	4.360,23	4.567,86	4.775,50	4.983,13
30	4.318,71	4.534,64	4.750,58	4.966,51	5.182,45
31	4.491,46	4.716,03	4.940,60	5.165,18	5.389,75
32	4.671,12	4.904,67	5.138,23	5.371,78	5.605,34
33	4.857,96	5.100,86	5.343,76	5.586,65	5.829,55
34	5.052,28	5.304,89	5.557,51	5.810,12	6.062,73
35	5.254,37	5.517,09	5.779,81	6.042,52	6.305,24
36	5.464,54	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 246/GP/2019 EM, 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria nº 246/GP/2019

Em, 25 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora efetiva **Sr.ª IRANIR LEMES DA SILVA,** portadora do RG nº 10723412 e CPF nº 654.518.211-00, no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**,** 60 (sessenta) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 24/03/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 25 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

EMPRESA CONTRATADA: SAGA JAPAN COMERCIO DE VEICULOS LTDA, **CNPJ:** 11.748.698/0001-44.

VALOR: R$ 121.600,00 (cento e vinte e um mil e seiscentos reais).

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO TIPO CAMINHONETE A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO CENTRO DE REFERÊNCIA A ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS “FLOR DO CERRADO”.

DATA DA ATA: 25 de fevereiro de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 242/GP/2019 EM, 22 DE MARÇO DE 2019.

Portaria nº 242/GP/2019

Em, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

EXONERAR – A pedido do servidor municipal efetivo **Sr.ª JOSE RENATO GUERREIRO TETILLA,** portador do RG nº 12761451 e CPF nº 891.242.351-72, no cargo de ODONTÓLOGO, lotado na SECRETARIA DE SAÚDE, conforme solicitação do processo de nº 916/2019 e Oficio 268/2019/GAB, de acordo com a Lei Municipal 581/91.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01/04/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 243/GP/2019 EM, 22 DE MARÇO DE 2019.

Portaria nº 243/GP/2019

Em, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr. ª MARIA WANDERLEIZE DA SILVA SANTOS,** portadora do RG nº 09816291 e CPF nº 972.667.521-91, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na SECRETARIA SAÚDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 10/04/2013 a 10/04/2014, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 01/04/2019 e término em 30/04/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 01/05/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/04/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 244/GP/2019 EM, 22 DE MARÇO DE 2019.

Portaria nº 244/GP/2019

Em, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr. ª NEZITA PEREIRA DE ALMEIDA,** portadora do RG nº 11520973 e CPF nº 902.894.631-49 na função de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, lotada na SECRETARIA SAÚDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 15/09/2017 a 15/09/2018, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 18/04/2019 e término em 17/05/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 18/05/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 18/04/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 14/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

EMPRESA CONTRATADA: C N COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA EIRELI, **CNPJ:** 17.508.067/0001-34.

VALOR: R$ 8.234,00 (oito mil, duzentos e trinta e quatro reais).

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PARA ATENDER O PROJETO CIRANDA E O SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

DATA DA ATA: 25 de março de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 245/GP/2019 EM, 22 DE MARÇO DE 2019.

Portaria nº 245/GP/2019

Em, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr. ª SANDRA JUCELI VARGAS,** portadora do RG nº 1171029-2 e CPF nº 767.582.061-49, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA SAÚDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 20/01/2016 a 20/01/2017, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 25/03/2019 e término em 23/04/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 24/04/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 25/03/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 22 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

EMPRESA CONTRATADA: SETE COMERCIO E SERVICOS LTDA EPP, **CNPJ:** 04.578.067/0001-69.

VALOR: R$ 26.825,00 (vinte e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais).

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PARA ATENDER O PROJETO CIRANDA E O SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

DATA DA ATA: 25 de março de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.799 DE 20 DE MARÇO DE 2019

LEI Nº 1.799 DE 20 DE MARÇO DE 2019

AUTOR: Vereador THOMAS JEFFERSON – PSDB

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO "PROGRAMA ADOTE UM PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS".

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa "Adote um Ponto", que tem por finalidade receber a colaboração, diretamente, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, na implantação, melhoria e conservação de pontos de parada de ônibus.

Parágrafo único. Os contemplados deveram manter as normas de conservação estabelecidas pelo setor competente e seguir as normas de acessibilidade.

Art. 2º - O programa caracteriza-se pela adesão espontânea dos interessados, que se comprometeram a observar as condições ajustadas em "Termo de Cooperação" a ser firmado com a Prefeitura.

§ 1º - No "Termo de Cooperação" deve constar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para o início das obras necessárias e de 60 (sessenta) dias para o seu término.

§ 2º - Não respeitados os prazos, considerar-se-á rompido automaticamente o "Termo de Cooperação".

§ 3º - Para cada ponto de parada de ônibus deve haver autorização específica.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio da Secretaria competente, colocará à disposição dos interessados o rol dos locais passíveis de serem beneficiados pelo Programa e os modelos-padrão de ponto de parada de ônibus.

Art. 4º - As entidades que adotarem os pontos de ônibus poderão neles explorar publicidade por meio de equipamento previamente aprovado pela Secretaria competente, ficando isentas do pagamento de taxas de publicidade e propaganda, enquanto durar o período de adoção.

Art. 5º - Poderão ser celebradas parcerias com outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para os fins do Programa.

Art. 6º - Cada ponto de parada de ônibus pode ser adotado por mais de uma entidade.

Art. 7º - O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, inclusive com a minuta do "Termo de Cooperação".

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipa

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

EMPRESA CONTRATADA: TATIANA CAPITANIO VEICULOS - ME, **CNPJ:** 09.103.941/0001-25.

VALOR: R$ 283.000,00 (duzentos e oitenta e três mil reais).

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS COMO: 01 AMBULÂNCIA TIPO A (AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA), 02 AMBULÂNCIAS (AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO

TIPO FURGÃO), 01 CAMIONETE (VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 (DIESEL)), 01 VAN PARA TRANSPORTE.

DATA DA ATA: 12 de março de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.800 DE 20 DE MARÇO DE 2019

LEI Nº 1.800 DE 20 DE MARÇO DE 2019

AUTORIA: Vereadora PROFESSORA CIDÚ SIQUEIRA - PP

INSTITUI O PROGRAMA ADOTE UMA ESCOLA.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído o Programa Adote uma Escola, no município de Chapada dos Guimarães, com o objetivo de desenvolver parcerias com a iniciativa privada – pessoas físicas e/ou jurídicas, para a melhoria da qualidade do ensino e da estrutura da rede pública municipal.

§ 1º O Programa Adote uma Escola não importará em interferência, de qualquer forma, na gestão didático-pedagógica e/ou administrativa das unidades escolares.

§ 2º Podem ser adotadas Unidades Municipais de Ensino – UMEs, em sua totalidade ou parcialmente, neste caso biblioteca, brinquedoteca, laboratório(s), quadra de esportes ou outro espaço de atividade escolar do estabelecimento de ensino.

Art. 2º A participação no Programa Adote uma Escola dar-se-á sob a forma de:

I - doação de equipamentos, livros, materiais, uniformes e mobiliários;

II - promoção de palestras e cursos extracurriculares sobre cidadania, saúde, meio ambiente e outros temas atuais, educativos e de interesse da escola e dos alunos;

III - realização de obras de construção, manutenção, reforma e ampliação de prédios escolares, observando-se sempre os requisitos essenciais de acessibilidade e sustentabilidade, com aprovação prévia de projeto básico e memorial descritivo pela Secretaria Municipal competente e Engenheiro Fiscal Municipal, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação – SME; e

IV- outras ações que visem beneficiar o ensino ou a estrutura das escolas municipais.

Parágrafo único. As obras de reforma e ampliação deverão ser realizadas em consonância com as necessidades elencadas e sugeridas pela direção da escola, com o aval do Conselho Escolar e/ou Associação de Pais e Mestres, bem como autorização do Poder Público Municipal, através do órgão municipal competente para fins de fiscalização e licenciamento.

Art. 3.º Para participar do programa de que trata esta Lei, os interessados deverão firmar termo de cooperação com a direção da escola a ser adotada, com anuência da SME.

§ 1º A cooperação não implicará ônus de nenhuma natureza para o Poder Público, nem concederá qualquer incentivo fiscal aos adotantes e o termo de cooperação será firmado por prazo determinado, podendo ser renovado pelo mesmo período, desde que, comprovadamente, tenha o adotante cumprido com as obrigações assumidas para o período.

§ 2º Ficando constatado que o adotante não vem cumprindo com os compromissos assumidos, poderá ser rescindido o termo de cooperação, sem necessidade de prévio aviso.

Art. 4º Os adotantes poderão divulgar, para fins promocionais, publicitários e educativos, as ações praticadas em benefício da escola adotada, em consonância com a SME, respeitando a Resolução Nº 163 de 13 Março de 2014 que Dispõe sobre abusividade de direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.

Art. 5º Os adotantes poderão explorar a publicidade nos materiais escolares e equipamentos doados, bem como nas dependências da escola adotada, cientificada a SME.

Parágrafo único. A utilização das dependências da escola para fins publicitários deverá ser previamente definida no termo de cooperação, levando-se em consideração a conveniência dessas intervenções e o espaço físico disponível em cada escola.

Art. 6º É expressamente vedada aos adotantes a veiculação de propaganda ou publicidade que:

I - verse sobre temas político-partidários ou nomes de candidatos (as) que concorrerão a cargos públicos eletivos na esfera municipal, estadual ou federal, nos materiais escolares, equipamentos, muros e painéis;

II - estimule o consumo de bebidas alcoólicas, cigarros e substâncias químicas que causem dependência, bem como aquela que, de qualquer modo, incite a violência ou atente contra os bons costumes;

III - de qualquer tipo nos uniformes escolares.

Art. 7º Cada unidade municipal de ensino – UME só poderá ser adotada por mais de uma empresa ou pessoa física com Limite de Cinco por Escola;

Art. 8º Poderão ser realizadas campanhas e ações de incentivo à adesão ao programa instituído pela presente lei.

Art. 9º Será emitida o certificado de “Escola Feliz” aos adotantes das escolas.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de março de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

EMPRESA CONTRATADA: SAGA JAPAN COMERCIO DE VEICULOS LTDA, **CNPJ:** 11.748.698/0001-44.

VALOR: R$ 130.650,00 (cento e trinta mil, seiscentos e cinquenta reais).

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS COMO: 01 AMBULÂNCIA TIPO A (AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA), 02 AMBULÂNCIAS (AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGÃO), 01 CAMIONETE (VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 (DIESEL)), 01 VAN PARA TRANSPORTE.

DATA DA ATA: 12 de março de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
PORTARIA N° 174/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **LARISSA LOURENÇO LOPES MARTINS** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Larissa Lourenço Lopes Martins,** portador do RG n° 2.613.667-8 SSP/MT e CPF n° 055.513.171. 88, no cargo de Assistente Adjutno, no período de 01/03/2019 á 31/03/ 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 035/2019

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310. 499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE**, **TANIA DA SILVA SANTOS**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2847675-1 SSP/MT e CPF sob nº 061396891-39 doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/ 2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial; 40 Horas; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada na Lei Complementar nº 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 1.604,36 (hum mil, seiscentos e quatro reais e trinta e seis centavos), correspondentes a 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 014/2013, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/ 2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reservam-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0012.2023.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 20 de Dezembro de 2019, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÀUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/ 2009, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime de Previdência Oficial - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Claudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA (MT), 07 de Março de 2019

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

TANIA DA SILVA SANTOS

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sieslki Maria Aparecida Bueno

CPF: 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 034/2019

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e JESSICA SANCHES DE SOUZA,** residente e domiciliado na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2371238-4 SSP/MT e CPF sob nº 046.288.891-63, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professor 30horas; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 2.763,02 (dois mil, setecentos sessenta e três reais e dois centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2021.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2019**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 01 de Março de 2019.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JESSICA SANCHES DE SOUZA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
PORTARIA N° 241/2019

DATA: 25 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **RAFAELA CRISTINA DA SILVA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- ConcedeElevação de Nível**aSra. **Rafaela Cristina da Silva,** portadora do RG n°7.398.469-6SSP/PR e inscrita no CPF nº 007.922.499. 76,no cargo deFonoaudióloga, da **Classe BNível 03 para a Classe B Nível 04**, lotada naSecretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 25 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 240/2019

DATA: 25 de Março de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **JUCINEI CORREA DA LUZ,** como Fiscal da Ata de Registro de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Jucinei Correa da Luz**, RE: 2627, portador do RG n°: 698.907 SSP/MT e CPF n°: 522.500.321.49, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionados:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
007/ 2019	**COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS MOLINA LTDA**	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS DE COZINHA PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 239/2019

DATA: 22 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Saúde a Sra. **Terezinha Machado Floss** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Terezinha Machado Floss,** portadora do RG n° 13/R.2.456.007 SSP/SC e inscrita no CPF n° 621.219.289. 87, no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 22 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 238/2019

DATA: 22 de Março de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **EVERSON CESER KONZEN,** como Fiscal da Ata de Registro de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Everson Ceser Konzen**, RE: 1934, portador do RG n°: 1377774-15 SSP/MT e CPF n°: 945.010.251-15, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionados:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
006/ 2019	**FLAVIO ROBERTO GODOY**	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SALGADOS, BOLOS, PÃES, CUECAS VIRADAS, TORTAS, DOCES, LANCHES NATURAIS E LEITE PASTEURIZADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLAUDIA-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 237/2019

DATA: 22 de Março de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **EVERSON CESER KONZEN,** como Fiscal da Ata de Registro de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Everson Ceser Konzen**, RE: 1934, portador do RG n°: 1377774-15 SSP/MT e CPF n°: 945.010.251-15, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionados:

Número/ Ano	Contratado	Objeto

005/ 2019	**JOÃO CARLOS ORTIZ - ME**	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SALGADOS, BOLOS, PÃES, CUECAS VIRADAS, TORTAS, DOCES, LANCHES NATURAIS E LEITE PASTEURIZADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLAUDIA-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 236/2019

DATA: 21 de março de 2019.

SÚMULA: Concede Exoneração a pedido a Sra. **ROSELI INES FRANCO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Exoneração a pedido a Sra. **Roseli Inês Franco,** portadora do RG n° 25532251 SSP/MT e CPF n° 826.140.081.68, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 21 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 235/2019

DATA: 21 de março de 2019.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Particular de 02(dois) anos a Sra. **ROSELI INES FRANCO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Particular de 02(dois) anos a Sra. **Roseli Ines Franco,** portadora do RG n° 25532251 SSP/MT e CPF n° 826.140.081.68, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 21 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 234/2019

DATA: 20 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa o servidor **SUELI BETINE DOS SANTOS,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **SUELI BETINE DOS SANTOS**, RE: 445, portadora do RG n°: 000780283 SSP/MS e inscrito no CPF n°: 614.532.851. 72, como Fiscal de Contratos abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
015/ 2019	**SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DOE STADO DE MATO GROSSO - SEBRAE**	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, ACOMPANHAMENTO E LICENCIAMENTO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA, JOVENS EMPREENDEDORES, PRIMEIROS PASSOS (JEPP), DE TITULARIDADE DO SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE), PELA CONTRATANTE, COM A FINALIDADE DE DIFUSÃO E FOMENTO DA CULTURA EMPREENDEDORA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FORMAL, DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, DURANTE O ANO LETIVO DE 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 233/2019

DATA: 20 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Maternidade a Sra. **Gessica Danglei Rodrigues Barbosa** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Maternidade a Sra. **Gessica Danglei Rodrigues Barbosa,** portadora do RG n° 1.694.446-1 SSP/MT e inscrito no CPF n° 044.846.981.29, no cargo de Professora 40hrs, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 20 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 232/ 2019

DATA: 19 de Março de 2019.

SÚMULA: Exonerar a pedido da servidora em cargo comissionado a Sra. **Micheli Soares Alves** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Exonerar a pedido da servidora em cargo comissionado a** Sra. **Micheli Soares Alves** portadora do RG n° 5509187 SSP/SP, e inscrito no CPF nº 037.130.411.30, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE- SE

RH
PORTARIA N° 231/2019

DATA: 18 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Saúde a Sra. **Sirlei Caldeira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Sirlei Caldeira,** portadora do RG n° 1.750.009-5 SSP/MT e inscrita no CPF n° 004.109.131.03, no cargo de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos seus efeitos ao dia 17 de Março de 2019.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 18 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 230/2019

DATA: 18 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **REGINALDO PICON BARBON e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Reginaldo Picon Barbon,** portador do RG n°1318558-6SSP/MT e inscrito no CPF nº 934.536.041. 72, no cargo de Motorista, da **Classe B Nível 05 para a Classe B Nível 06**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 18 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 229/2019

DATA: 18 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa o servidor **CELIR COAN,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **CELIR COAN**, RE: 2619, portador do RG n°: 4.266.924-5 SESP/PR e inscrito no CPF n°: 738.436.959-20, como Fiscal de Contratos abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
014/ 2019	TATIANA CAPITANIO VEÍCULOS	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM TIPO CAMIONETE PICKUP 4X4 (IGUAL, MELHOR OU SIMILAR) ADAPTADA PARA AMBULANCIA MODULO BÁSICO – TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 228/2019

DATA: 15 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia ao Sr. **Percival Alves Marques** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia ao Sr. **Percival Alves Marques,** portador do RG n° 3.417.037-1 SSP/PR e CPF n° 514.818.551.15, no cargo de Mecânico, no período de 15/03/2019 á 14/03/2019 e pecúnia no período de 25/03/2019 á 14/04/2019, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 227/ 2019

DATA: 15 de Março de 2019.

SÚMULA: Exonerar a pedido do servidor em cargo comissionado o Sr. **Lucas Seganfredo Dill** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Exonerar a pedido do servidor em cargo comissionado** o Sr. **LUCAS SEGANFREDO DILL** portador do RG n° 1878166-7 SSP/MT, e inscrito no CPF nº 054.653.051-69, no cargo de Chefe de departamento, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE- SE

RH
PORTARIA N° 226/2019

DATA: 14 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **JAQUELINE BEATRIZ LAGO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Jaqueline Beatriz Lago,** portadora do RG n° 2.418.615-5 SEJSP/MT e CPF n° 037.528.501.67, no cargo de Assistente Adjunto no período de 14/03/2019 á 13/04/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 225/2019

DATA: 14 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa a servidora **SILVIA SCHMEING,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **SILVIA SCHMEING,** Re: 2521, portador (a) do RG n° 1232933-9 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n° 021.072.801.93, como Fiscal de Contratos abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
013/ 2019	GEORGES TOUFIC TOUFIC JUNIOR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGULARIZAÇÃO FISCAL E CADASTRAL DE ENTIDADE JUNTO A RECEITA FEDERAL, CARTORIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS E INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 224/2019

DATA: 13 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Maternidade a Sra. **Leila Terezinha Diel Schmidt** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Maternidade a Sra. **Leila Terezinha Diel Schmidt,** portadora do RG n° 1.915.832-7 SESP/MT e inscrito no CPF n° 027.112.101.70, no cargo de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 223/2019

DATA: 12 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **REGINALDO DOS SANTOS GENEROSO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **Reginaldo dos Santos Generoso,** portador do RG n° 20538715 SSP/MT e CPF n° 029.347.661.60, no cargo de Chefe de Departamento no período de 12/03/2019 á 11/04/2019, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 12 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 222/2019

DATA: 12 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa o servidor **CELIR COAN,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **CELIR COAN**, RE: 2619, portador do RG n°: 4.266.924-5 SESP/PR e inscrito no CPF n°: 738.436.959-20, como Fiscal de Ata de Registro de Preços, abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
004/ 2019	LABVIDA LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS LTDA - ME	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA DA POPULAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 221/2019

DATA: 11 de Março de 2019.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **VANIA DA SILVA SANTOS** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **Vania da Silva Santos,** portadora do RG n° 2183401-6 SSP/MT e CPF n° 041.247.451.41, no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 11 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 220/2019

DATA: 11 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Maternidade a Sra. **Nelise Elisete Anderle** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Maternidade a Sra. **Nelise Elisete Anderle,** portadora do RG n° 37211990 SSP/PR e inscrito no CPF n° 790.849.661.04, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de Março de 2.019.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 11 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 219/2019

DATA: 14 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **MARIA MARCILENE BARBOSA PINHEIRO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Maria Marcilene Barbosa Pinheiro,** portadora do RG n° 1.437.214-2 SSP/MT e CPF n° 966.428. 231.68, no cargo de Assistente Adjunto no período de 08/03/2019 á 07/04/ 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 08 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 218/2019

DATA: 08 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Saúde ao Sr. **Paulo Campos Lima** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde ao Sr. **Paulo Campos Lima,** portador do RG n° 321 484 SSP/MT e inscrito no CPF n° 651.804.881.68, no cargo de Conselheiro – conselho tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 08 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 217/2019

DATA: 08 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **AILTON DE OLIVEIRA DE FREITAS e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Ailton de Oliveira de Freitas,** portador do RG n°1437225-8SEJSP/MT e inscrita no CPF nº 667.644.161. 68, no cargo de Motorista, da **Classe A Nível 02 para a Classe A Nível 03**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 08 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 216/2019

DATA: 07 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **DAGMERI PEREIRA DE SOUZA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Dagmeri Pereira de Souza,** portadora do RG n° 1.606.926-9 SSP/MT e CPF n° 023.518.021.10, no cargo de Coordenador de Departamento, no período de 07/03/2019 á 06/ 04/2019, lotada na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 07 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 215/2019

DATA: 07 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS** como fiscal de contratos do Processo Seletivo 001/2018 da Secretária Municipal de Educação e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS**, RE: 2036, portador do RG n°: 2183401-6 SSP/MT e CPF n°: 041.247.451.41, como Fiscal de Contratos referente ao Processo Seletivo 001/2018 da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados:

CONTRATOS:

PROCESSO SELETIVO 01/2018 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Número/ Ano	Contratado	Objeto
35/2019	TANIA DA SILVA SANTOS	O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial; 40 horas; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementar nº 050/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE MARÇO *DE 201*9.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 214/2019

DATA: 07 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa o(a) servidor(a) **VALTERCIR FIDELIS DE OLIVEIRA,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **VALTERCIR FIDELIS DE OLIVEIRA,** Re: 123, portador do RG n° 1364093-3 SSP/MT e inscrito no CPF n° 912.942. 741-04, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
011/ 2019	BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO, COM UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES E BORRACHARIA.
012/ 2019	SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS (CLASSIFICADOS SEGUNDO NBR 10. 004 COMO CLASSE IIA E IIB) GERADOS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 07 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 213/2019

DATA: 07 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa o(a) servidor(a) **VALTERCIR FIDELIS DE OLIVEIRA,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **VALTERCIR FIDELIS DE OLIVEIRA,** Re: 123, portador do RG n° 1364093-3 SSP/MT e inscrito no CPF n° 912.942. 741-04, como Fiscal de Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
003/ 2019	SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA.	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS (CLASSIFICADOS SEGUNDO NBR 10.004 COMO CLASSE IIA E IIB) GERADOS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 07 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 212/2019

DATA: 07 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **CLEIDE HOFFMANN FERRAZ e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Cleide Hoffmann Ferraz,** portadora do RG n°12668621SSP/MT e inscrita no CPF nº 868.208.501.15, no cargo de Auxiliar Administrativo, da **Classe B Nível 06 para a Classe B Nível 07**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 07 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 211/2019

DATA: 04 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Particular de 02(dois) anos ao Sr. **DJALMA PEREIRA DE SOUZA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Particular de 02(dois) anos ao Sr. **Djalma Pereira de Souza,** portador do RG n° 24480550 SJ/MT e CPF n° 924.292. 033.91, no cargo de Eletricista Predial, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 210/2019

DATA: 04 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **IVAN MAXIMIANO DA SILVA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **Ivan Maximiano da Silva,** portador do RG n° 1.850.837 SSP/PR e CPF n° 277.403.661.53, no cargo de Vigia, no período de 04/03/2019 á 03/04/2019, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 209/2019

DATA: 04 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Licença Particular de 01(um) ano a Sra. **BRUNA LETICIA MARTINS SFOGIA CAVALHEIRO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Particular de 01(um) ano a Sra. **Bruna Leticia Martins Sfogia,** portadora do RG n° 2031938-0 SEJSP/MT e CPF n° 027. 802.431.98, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 208/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **ALENCAR ADRIANO VENZO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **Alencar Adriano Venzo,** portador do RG n° 1431134-8 SSP/MT e CPF n° 024.418.321.07, no cargo de Motorista, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 207/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Conceder FG -02 R$ 400,00 ao Sr. **FLAVIO AMADOR DE BRITO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG-02 de R$ 400,00 ao Sr. **Flavio Amador de Brito,** portadora do RG n° 1.633.442-6 SSP/MT e CPF n° 023.786.601.38, no cargo de Motorista lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em especial a Portaria N.º 303/2017 de 06 de Março de 2017.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 206/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **EVERSON CESER KONZEN,** como Fiscal da Ata de Registro de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Everson Ceser Konzen**, RE: 1934, portador do RG n°: 1377774-15 SSP/MT e CPF n°: 945.010.251-15, como Fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionados:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
002/ 2019	GABRIEL DEPRA	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POLPA DE FRUTAS PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 205/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **ZENILDE BORGES DA SILVA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Zenilde Borges da Silva,** portadora do RG n°1.158.611-7SSP/MT e inscrito no CPF nº 945.510.901.82, no cargo de Assistente Administrativo, da **Classe C Nível 04 para a Classe C Nível 05**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 204/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS** como fiscal de contratos do Processo Seletivo 001/2018 da Secretária Municipal de Educação e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS**, RE: 2036, portador do RG n°: 2183401-6 SSP/MT e CPF n°: 041.247.451.41, como Fiscal de Contratos referente ao Processo Seletivo 001/2018 da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados:

CONTRATOS:

PROCESSO SELETIVO 01/2018 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Número/ Ano	Contratado	Objeto
34/2019	JESSICA SANCHES DE SOUZA	O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de Professora 30horas; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE MARÇO *DE 201*9.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS MOLINA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08. 775.117/0012-01 e Inscrição Estadual n.º 13656139-0, estabelecida a Rua Dom aquino Correa, n.º 1290, bairro Centro, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo Srº. **Helder Jones Oliveira Da Costa**, procurador, portador do CIRG n.º 1232888-0 SSP/MT e CPF n.º 856.522.531-34, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS DE COZINHA PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT**, sendo os itens mencionados abaixo:

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
RECARGA DE GÁS 13 KG CÓD.TCE: 0004132	RECARGA	467	NACIONAL GÁS	R$ 100,00	R$ 46.700,00

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 25/03/2019 até 24/03/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) solicitante(s), através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os objetos adquiridos através deste Pregão deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante no prazo máximo de 04 (quatro) horas após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante, sem ônus para Contratante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.4 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 -DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO, observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019,** bem como a proposta da empresa **COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS MOLINA LTDA**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 25 de Março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS MOLINA LTDA

Helder Jones Oliveira Da Costa

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS MOLINA LTDA,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS DE COZINHA PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.** Cláudia/MT, 25 de Março de 2019.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

RH
PORTARIA N° 203/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **SIVANILDA DAS GRAÇAS DA SILVA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Sivanilda das Graças da Silva,** portadora do RG n°20659555SESP/MT e inscrito no CPF nº 029.521. 281.03,no cargo de Gari, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 202/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Nomear em Cargo Comissionado a Sra. **SANDRA LUCIA DOS SANTOS LIMA PIMENTEL** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear a Sra. **Sandra Lucia Dos Santos Lima Pimentel,** portadora do RG n° 1.633.351-9SEJSP/MT e inscrita no CPF n°004.447. 451-22, no cargo de Monitor de Programas, lotada no Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, revogando em Especial a Portaria n.º 156, de 22 de Fevereiro do 2.019.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 201/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Nomear em Cargo Comissionado a Sra. **ROSELI FLORENTINO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear a Sra. **Roseli Florentino,** portadora do RG n° 1436697-5 SEJSP/MT e inscrita no CPF n° 009.995.231-98, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 200/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe a Servidora **ROSANA MARIA ANDREATO LEITE e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Classe** a Sra. **Rosana Maria Andreato Leite,** portadora do RG n°42754463SSP/PR e inscrita no CPF nº 031.183. 239.30, no cargo de Professora, da **Classe B Nível 02 para a Classe C Nível 02**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 199/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **RENI MARIA SCHLEICHER BIANCHIN e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Reni Maria Schleicher Bianchin,** portadora do RG n°907.909SSP/MT e inscrito no CPF nº 593.034. 091.91,no cargo de Assistente Administrativo, da **Classe B Nível 04 para a Classe B Nível 05**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 198/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **PATRICIA HENRIQUE DE OLIVEIRA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Patrícia Henrique de Oliveira,** portadora do RG n°27513076SESP/MT e inscrita no CPF nº 061.306. 561.14, no cargo de Agente de Saúde Bucal, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 197/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **OLDEMAR IVANIO ORTIZ e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- ConcedeElevação de Nível**aoSr. **Oldemar Ivanio Ortiz,** portador do RG n°699 958SSP/MT e inscrita no CPF nº 886.467.779.87, no cargo de Operador de Maquinas II, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 196/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **LOURIVAL RAMOS e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Lourival Ramos,** portador do RG n°12610334SSP/SP e inscrita no CPF nº 285.017.139.53, no cargo de Motorista, da **Classe B Nível 04 para a Classe B Nível 05**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 195/ 2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Nomeia em cargo comissionado o Sr. **Josué Antonio de Oliveira** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Nomear em cargo comissionado** o Sr. **JOSUE ANTONIO DE OLIVEIRA** portador do RG n° 097191 SSP/MT, e inscrito no CPF nº 200. 246.651-34, no cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE- SE

RH
PORTARIA N° 194/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **JOÃO PAULO MACHADO e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato

Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **João Paulo Machado,** portador do RG n°1468779-8SSP/MT e inscrita no CPF nº 014.678.111.22, no cargo de Engenheiro Agrônomo 20hrs, da **Classe A Nível 02 para a Classe A Nível 03**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 193/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **JEAN CARLOS DIEDRICH e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Jean Carlos Diedrich,** portador do RG n°1586263-1SSP/MT e inscrita no CPF nº 024.721.231.83, no cargo de Fiscal de Tributos e arrecadação, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 192/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe a Servidora **IZOLETE ADRIANE GUAREZE ORTIZ e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Classe** a Sra. **Izolete Adriane Guareze Ortiz,** portadora do RG n°5.138.634-5SSP/PR e inscrita no CPF nº 943. 930.289.53, no cargo de Professora, da **Classe B Nível 03 para a Classe C Nível 03**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 191/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **GEORDANO MATEI e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Geordano Matei,** portador do RG n°1063390676SSP/RS e inscrito no CPF nº 637.028.510.20, no cargo de Engenheiro Agrônomo, da **Classe B Nível 05 para a Classe B Nível 06**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 190/2019

DATA: 01de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **FABRICIO PROFETA DA CRUZ e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Fabricio Profeta da Cruz,** portador do RG n°17107830SESP/MT e inscrito no CPF nº 030.420.591. 54, no cargo de Engenheiro Civil, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotadona Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 189/2019

DATA: 01de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **EDUARDO FONTANA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Eduardo Fontana,** portador do RG n°978.942SESPDC/SC e inscrito no CPF nº 651.731.129.72, no cargo de Controlador Interno, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 188/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **DHEFER BARBOSA PEREIRA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Dhefer Barbosa Pereira,** portador do RG n°1832380-4SSP/MT e inscrito no CPF nº 039.811.901.57, no cargo de Vigia, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 187/2019

DATA: 01de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **CLÉLIO SCHMENGLER e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Clélio Schmengler,** portador do RG n°37903353SSP/PR e inscrito no CPF nº 453.613.639.87, no cargo de Motorista, da **Classe A Nível 06 para a Classe A Nível 07**, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 186/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Designa o servidor **CELIR COAN,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **CELIR COAN**, RE: 2619, portador do RG n°: 4.266.924-5 SESP/PR e inscrito no CPF n°: 738.436.959-20, como Fiscal de Contratos abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
010/ 2019	BIO DONA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA DA POPULAÇÃO DESTE MUNICIPIO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE MARÇO DE 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 185/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **BRUNA TEIXEIRA HOSHINO e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Bruna Teixeira Hoshino,** portadora do RG n°1579457-1SSP/MT e inscrita no CPF nº 034.271.741.31, no cargo de Advogado, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 184/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **ANA MARIA BARBOM FARIA DA SILVA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Ana Maria Barbon Faria da Silva,** portadora do RG n°0404780-0 SSP/MT e inscrita no CPF nº 798. 494.401.63,no cargo de Zeladora, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 183/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Servidora **ADRIANA BILIERI e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** a Sra. **Adriana Bilileri,** portadora do RG n°1492609-1SSP/MT e inscrita no CPF nº 970.711.291.34,no cargo de Bioquímica 40hrs, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 182/2019

DATA: 01 de Março de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **ADENILDO DOS SANTOS LIMA e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível** ao Sr. **Adenildo dos Santos Lima,** portador do RG n°996.039SSP/MT e inscrita no CPF nº 005.758.201.79, no cargo de Gari, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 181/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **TATIANE FERREIRA DOS SANTOS** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Tatiane Ferreira dos Santos,** portadora do RG n° 1.709.546-8 SSP/MT e CPF n° 744.039.901. 34, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 180/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **ROSILÉIA LIMA FRANCO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Rosiléia Lima Franco,** portadora do RG n° 26043092 SEJSP/MT e CPF n° 010.726.301.76, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 179/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia a Sra. **Rosangela Suzin** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia a Sra. **Rosangela Suzin,** portadora do RG n° 3710421-3 SSP/PR e CPF n° 616.224.439.34, no cargo de Analista Administrativo, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019 e pecúnia no período de 11/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 178/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **ROBERTO BORGES PEREIRA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **Roberto Borges Pereira,** portador do RG n° 001087186 SSP/MS e CPF n° 857.244.911.68, no cargo de Professor no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 177/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **MARIA INEZ LIMA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Maria Inez Lima,** portadora do RG n° 803.195 SSP/MT e CPF n° 488.597.371.68, no cargo de Zeladora, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 176/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **MARIA ANTONIA DE ANDRADE** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato

Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Maria Antonia de Andrade,** portadora do RG n° 901311 SSP/MT e CPF n° 615.510.661.49, no cargo de Professor no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 175/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **LUIS ANTONIO COELHO CAMPANA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **Luis Antonio Coelho Campana,** portador do RG n° 11.965.923 SSP/SP e CPF n° 023.781.208. 85, no cargo de Professor no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 173/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **JOSÉ RUI DE ARAÚJO** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias ao Sr. **José Rui de Araújo,** portador do RG n° 30472938 SSP/MT e CPF n° 424.962.509.59, no cargo de Auxiliar de Jardineiro, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 172/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **IDALINA APARECIDA DE OLIVEIRA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Idalina Aparecida de Oliveira,** portadora do RG n° 45307263 SSP/PR e CPF n° 641.057.099.68, no cargo de Professora, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 171/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia ao Sr. **Henrique Basinski Fábris** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia ao Sr. **Henrique Basinski Fábris,** portador do RG n° 2.209.478-4 SSP/MT e CPF n° 048.252.351.40, no cargo de Assessor de Imprensa e Comunicação no período de 01/03/2019 á 31/03/2019 e pecúnia no período de 11/03/2019 á 31/03/2019, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 170/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Converte 30(trinta) dias de férias em pecúnia ao Sr. **HELIO SILVA DE LIMA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Converte 30(trinta) dias de férias em pecúnia ao Sr. **Hélio Silva de Lima,** portadora do RG n° 13/R.2.943.150 SSP/SC e CPF n° 802.710.309.68, no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 06/10/2015 á 05/10/2016, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 169/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia ao Sr. **Gaspar Fermino** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias sendo 10 dias em pecúnia ao Sr. **Gaspar Fermino,** portador do RG n° 41088141 SSP/PR e CPF n° 408.590.539.20, no cargo de Fiscal de Tributos e Arrecadação, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019 e pecúnia no período de 11/03/2019 á 31/03/2019, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 168/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **EVANDREIA PEREIA MATOS** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Evandreia Pereira Matos,** portadora do RG n° 14365758 SSP/MT e CPF n° 013.518.821.04, no cargo de Professora no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 167/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **CRISTIANA BERTA HARTMANN** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Cristiana Berta Hartmann,** portadora do RG n° 1515258-8 SSP/MT e CPF n° 012.259.961.63, no cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 166/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **CLAUDIA CARARA GUZZI** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Claudia Carara Guzzi,** portadora do RG n° 996.039 SSP/MT e CPF n° 522.712.341.15, no cargo de Professora no período de 01/03/2019 á 31/03/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 165/2019

DATA: 01 de Março de 2019.

SÚMULA: Converte 30(trinta) dias de férias em pecúnia a Sra. **ANGELA RAMOS PEREIRA** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Converte 30(trinta) dias de férias em pecúnia a Sra. **Angela Ramos Pereira,** portadora do RG n° 1073466847 SJTC/RS e CPF n° 932.104.500.72, no cargo de Enfermeira, referente ao período aquisitivo de 25/08/2015 á 24/08/2016, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 164/2019

DATA: 26 de Fevereiro de 2019.

SÚMULA: Atribui funções a Sra. **SILVIA SCHMEING** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Atribui função de RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DE DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS à servidora **SILVIA SCHMEING,** portadora do RG n° 1232933-9 SSP/MT e inscrita no CPF n° 021.072.801.93, no cargo de Técnico em contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2019.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 26 de Fevereiro de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO N° 234, DE 13 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração de servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor **Antonio Roberto Dalmaso**, portador da Carteira de Identidade RG 3.268.598-6 SSP/PR, e do CPF nº 414.676.559-53, do cargo em comissão, DAS, de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de março de 2019.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 13 de março de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

LICENÇA AMBIENTAL

"A Prefeitura Municipal de Cocalinho-MT, sob CNPJ nº 00.965.145/0001-27*, torna público que requereu junto ao* **CODEMA -** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "MÉDIO ARAGUAIA"*, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente à* ***PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS C-22,C-20,C-18,C-16,BACURI,MACAÚBA,BABAÇU,PIAÇAVA,C-02 e B,*** *no município de Cocalinho - MT."*

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃOPREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, através da Prefeita Municipal torna publico aos interessados que homologou a Licitação na modalidade Tomada de Preços n 001/2019, para reconstrução asfáltica de vias urbanas e sagrou - se vencedora a empresa: SAJU CONSTRUTORA LTDA. CNPJ 07.485.875/0001-70.

Cocalinho, 25 de Marco de 2019

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 101/GP/2019

PORTARIA Nº 101/GP/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revoga no inteiro teor a Portaria nº. 096/GP/2019, de 14 de março de 2019.

ART. 2º - Conceder gratificação de **20%** (vinte por cento) sobre o salário base de Professor Magistério, 40 horas, para o Servidor **Dimas Ferreira da Silva,** matricula nº. 778, portador da Carteira de Identidade RG. nº 437149 SSP/RO e CPF n° 420.032.022-34, efetivo no Cargo de Professor, 40 horas, para exercer a Função de Coordenador pedagógico das Escolas Municipais Rurais Cecília Meireles, Carlos Drumond e Manoel Bandeira/ Salas Anexas, Vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 15 de fevereiro de 2019.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de março de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 18 de março de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 102/GP/2019

PORTARIA Nº 102/GP/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revoga no inteiro teor a Portaria nº. 097/GP/2019, de 14 de março de 2019.

ART. 2º - Conceder gratificação de **30%** (trinta por cento) sobre o salário base de Professor Magistério, 40 horas, para a Servidora **Eliane de Moraes Rebordoes,** matricula nº. 980, portador da Carteira de Identidade RG. nº 0037170-0 SSP/MT e CPF n° 819.620.291-15, efetiva no Cargo de Professora, 30 horas, para exercer a Função de Coordenadora Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol, Vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 15 de fevereiro de 2019.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de março de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 18 de março de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal De Colniza – MT

CONTRATADO: Empresa REINALDO DA SILVA SANTOS inscrita no CNPJ: Nº 11.897.391/0001-05, com sede na Rua São Marcos s/n, Bairro Bela Vista Colniza /MT

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Serviços limpeza de fossa séptica.

VALOR DO CONTRATO: R$ 3.740,00(três mil sete centos e quarenta reais).

DATA EMISSÃO: 18/03/2019

INICIO DA VIGÊNCIA: 18/03/2019

DATA VENCIMENTO: 02/02/2020

TIPO LICITAÇÃO: Processo de Pregão Presencial SRP nº. 07/2018.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 103/GP/2019

PORTARIA Nº 103/GP/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revoga no inteiro teor a Portaria nº. 098/GP/2019, de 14 de março de 2019.

ART. 2º - Conceder gratificação de **25%** (vinte e cinco por cento) sobre o salário base de Professor Magistério, 40 horas, para a Servidora **Dayana Buss Berwanger,** matricula nº. 716, portador da Carteira de Identidade RG. nº 750429 SSP/RO e CPF n° 714.838.882-15, efetiva no Cargo de Professora, 30 horas, para exercer a Função de Coordenadora Pedagógico da Escola Municipal Bom Jesus, Vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 15 de fevereiro de 2019.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de março de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 18 de março de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA DE COMODORO - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, João Fernandes da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo de nº: ***002/2019***

b) Licitação de nº: ***002/2019***

c) Modalidade: ***Dispensa de Licitação***

d) Data da Homologação: ***22/03/2019***

e) Objeto da Licitação: ***Contratar empresa para prestação de serviços especializados de publicidade e propaganda para cobertura dos trabalhos das Sessões e Ações da Mesa Diretora através da divulgação por meio de Sistema de Teledifusão, na circunscrição do município de Comodoro/MT, para maior transparência dos atos oficiais do Poder Legislativo Municipal.***

f) Fornecedor: ***FAVATTO TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 29.668.683/0001-31;***

02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00.0999– ***Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica***

Comodoro/MT, 22 de março de 2019.

João Fernandes da Silva - **Presidente da Mesa Diretora** Biênio 2019/2020

RESOLUÇÃO N.º 01/2019

RESOLUÇÃO N.º 01/2019

DE: 21.03.2019

"O Conselho Curador do Comodoro-Previ –Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Comodoro/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 1519/2014. "

CONSIDERANDO a deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 21 de março de 2019.

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 2º da Portaria MPS nº 183 de 21 de maio de 2006,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 68º da Lei Municipal nº 1519/2014 de 23 de junho de 2014,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução de Consulta nº 32/2010 do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º. O Conselho Curador do Comodoro-Previ –Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Comodoro/MT, resolve constituir reserva com as sobras do custeio das despesas administrativas do exercício de 2018, o valor total da reserva é de R$ 41.387,49 (quarenta e hum mil trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Marco Antônio Zimermman

Presidente

Júlio Cesar Fernandes

Membro

Carla Beatriz Guandalini

Membro

Fabio Henrique Carraro

Membro

Aline Queiroz dos Santos Rios

Membro

Iris Juliana Viotto Stupp

Membro

CÂMARA DE COMODORO - EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2019 DE 22/03/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - MT

CONTRATADO: FAVATTO TELECOMUNICAÇÕES LTDA

OBJETO: CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA COBERTURA DOS TRABALHOS DAS SESSÕES E AÇÕES DA MESA DIRETORA ATRAVÉS DA DIVULGAÇÃO POR MEIO DE SISTEMA DE TELEDIFUSÃO, NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA DOS ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

VALOR DO CONTRATO: R$ 17.300,00 (DEZESSETE MIL E TREZENTOS REAIS)

FORMA DE PAGAMENTO: MENSAL - 10 PARCELAS NO VALOR DE R$ 1.730,00 (UM MIL SETECENTOS E TRINTA REAIS) CADA.

VIGÊNCIA: 12 MESES DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.0999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

JOÃO FERNANDES DA SILVA - PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 095/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 095/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal JEAN KARLOS RODRIGUES PEREIRA, matricula 013068, comissionado no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 087/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 087/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal JOSÉ ALDEIR DA SILVA MEDEIROS, matricula 011945, efetivo no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para exercer as funções de COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 086/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 086/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal ADAIAS SANTOS DA SILVA, matricula 013042, comissionado no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de OUVIDOR MUNICIPAL E PORTAL DA TRANSPARENCIA, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 107/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 107/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal LEIDIANE FERREIRA GOMES, matricula 011563, efetiva no cargo de AGENTE DE FISCALIZACAO SANITARIA, para exercer as funções de COORDENAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2019

PROCESSO LICITATÓRIO NR°. 037/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO NR°02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

CONTRATADA: POSTO TIGRÃO LTDA, CNPJ: 03.623.054/0001-00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS SECRETÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo Quantitativo do item 05, no valor de **R$ 1.728,00, por mais 02 meses, da seguinte forma:**

As Despesas decorrentes da Execução do Objeto ocorreram por conta da Dotação Orçamentária:

Órgão: 09- Secretária Municipal de Assistência Social

Unidade Administrativa: 05–Fundo de Assistência Social

Projeto Atividade: 2071 – Manutenção e Encargos com o Fundo da Assistência.

Código Reduzido: 1668 –Material de Consumo

Fonte: 0000

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Valor R$ 1.728,00

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	PREÇO TOTAL
05	Óleo Diesel S10	400 litros	R$ 4,32	R$ 1.728,00

DATA: 25/03/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 091/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 091/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA, matricula 013064, comissionado no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de PROCURADOR DO MUNICÍPIO JUNTO AO CIRETRAN/DETRAN, junto a Secretaria Municipal de administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 de 25 de Março de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 1100h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de freqüência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional)

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

CARGO	CAR HOR	CLAS	CANDIDATO	LOTACAO/UNIDADE ESCOLAR
APOIO ADM EDUC/ INFRAESTRUTURA	30	12º	EDNEI DIAS DOS SANTOS	ESCOLA MUNICIPAL AGAMENOM MAGALHAES
		13º	ANA ALICE FERREIRA DA SILVA MELO	ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL
TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	30	2º	ROSILDA CONRADO DA COSTA NUNES	ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO
TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	30	14º	FERNANDA DE SOUSA MESQUITA	CRECHE MUNICIPAL LUCINARA APARECIDA DE LIMA
PROF LIC PL EM PEDAGOGIA	20	68º	FABIANA MARTINS NUNES DE FARIA	ESCOLA MUNICIPAL AGAMENOM MAGALHAES
		69º	LUCIANA ALVES GONCALVES SOUSA	CMEI SARAH JHENYFFER BARBOSA DE FREITAS
		70º	MARIANA GONSALVES	ESCOLA MUNICIPAL AGAMENOM MAGALHAES
PROF LIC PL EM EDUCAÇÃO FISICA	20	5º	ANSELMO ROCHA TAVARES	ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL
		6º	EMILIANA SILVA TIARINI	ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 118/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 118/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. CAMILA SALETE JACOBSEN, portadora do CPF/MF 706.400.761-49 e RG 13522876 SSP/MT, para exercer o cargo comissionado de PNSPJ - PROCURADOR GERAL, Junto ao GABINETE MUNICIPAL.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes a presente nomeação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 21/03/2019.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 108/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 108/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal LEIDE MARIA SOARES MACEDO, matricula 010257, efetiva no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, para exercer as funções de COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 30/2019

Aos 25 dias do mês de março do ano de dois mil e Dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves Nº50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n°. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº. 023/2019 na modalidade Pregão Presencial nº. 020/2019, Homologado Em 22/03/2019, da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional

às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº. 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 25 de março de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **R.G. DA PAZ EIRELI EPP**

CNPJ: 21.058.617/0001-38

END: AV. ALZIRA SANTANA, S/Nº- QUADRA 17 LOTE 05 BAIRRO IKARAY.

CIDADE: VARZEA GRANDE/MT. CEP:78.130-724

FONE 65-3054-4847/ 65-3368-6100

EMAIL rodrigogpaz@gmail.com ou rodrigogpaz@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: EDILSON RAFAEL DA SILVA

RG: 1357024-2 CPF: 005.422.341-57

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	TCE	BETHA	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	49111-0	417	6.830	LT	ÁGUA SANITÁRIA - SOLUÇÃO AQUOSA, A BASE DE HIPOCLORITO SÓDIO OU CÁLCIO, FRASCO PLÁSTICO, 2%PP A 2,5%PP OBS: frasco de material flexível e resistente, com 01 litro.	AUDAX	2,50	17.075,00
2	305573-6	12625	507	FR	ALCOOL ETILICO A 70% - CONCENTRACAO/DOSAGEM A 70%, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO DESCARTAVEL, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, ANTISSEPTICO, DESINFETANTE. OBS: álcool a 70 frasco 1l. ALCOOL A 70 FRASCO 1L	AUDAX	5,90	2.991,30
3	164144-1	13469	2585	LT	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE 92%- HIDRATADO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO OBS: embalagem de 1 litro.	AUDAX	5,35	13.829,75
4	35103-2	431	230	PCT	ALGODAO HIDROFILO - COR BRANCA, BOA ABSORVENCIA, MACIO E INODORO, EM BOLAS, COM (3,0 CM DE DIAM) APROX., EM PLASTICO ATOXICO, O PRODUTO DEVERA ESTAR ACONDICIONADO DE FORMA A GARANTIR SUA INTEGRIDADE, A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE OBS: algodão bola - 100g 100% algodão bola - 100g 100% algodão.	CREMER	4,47	1.028,10
5	9607	419	562	FR	AMACIANTE - PARA USO EM ROUPAS, COMPOSTO POR CLORETO DE DIAQUIL DIMETIL AMONIO, COADJUVANTES, FRAGRANCIAS, 1,2 BENZOTIAZOLIN-3-ONA, ATENUADOR DE ESPUMA E ÁGUA, ACONDICIONAMENTO EM FRASCO COM 2 LITROS, E AS SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A (RESOLUCAO MS 1/78), (PORT.874/98) . OBS: AMACIANTE DE ROUPA - aspecto físico líquido viscoso, flagrância variadas, solúvel em água, embalagem de 2 litros.	PROEZA	5,40	3.034,80
6	427890-9	432	1000	UND	AVENTAL PLASTICO - PARA LABORATORIO, EM PVC, IMPERMEAVEL, TAMANHO UNICO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.	GPEX	8,90	8.900,00
7	175694-0	13824	170	UND	BALDE - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE (12 LITROS).	ARQPLAST	7,00	1.190,00
8	362418-8	13484	10	UND	BALDE PLASTICO RESISTENTE COM ALÇA PARA FACILITAR O MANUSEIO DE 13,6 LITROS.	ARQPLAST	8,40	84,00
09	160226-8	420	1024	FR	CERA LIQUIDA PARA PISO - PRINCIPIO ATIVO LIQUIDA COM EMULSAO DE CERAS, COMPOSICAO BASICA COM EMULSIFICANTE FORMOL, COADJUVANTE, HIDRIXIDO DE AMONIA, PLASTIFICANTE, PERFUME E AGUA, TEOR NAO VOLATEIS MINIMO 3,5% NA CONCENTRADA, NA COR INCOLOR, ACONDICIONADO EM COM 900ML, PRODUTO COM REGISTRO NO. OBS: cera líquida - produto incolor à base de alcalinizante, resina álcali solúvel e amulgadores. (900 ml).	POLYLAR	3,60	3.225,60
10	176084-0	541	83	UND	CESTO GRANDE PARA LIXO DE CORREDOR DE PLÁSTICO COM TAMPA SOLTA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE. CAPACIDADE 100.	ARQPLAST	60,00	4.980,00
11	392172-7	421	530	UND	CREME PARA CABELO - CRIANÇA, CONDICIONADOR GLICOSIL INFANTIL HIPOALERGENICO PARA CABELO DE CRIANCA, PARA SER ULTILIZADO EM CRIANCA ACONDICIONADO EM FRASCO APROPIADO CONTENDO 200ML . OBS: Composição: Água, cloreto de diestearildimetilamônio, álcool estearílico, hidroxietil celulose, extrato de camomila, álcool benzílico, quatérnio-18, PEG-80 laurato de sorbitato, fragrância, EDTA tetrassódico, ácido cítrico e corante amarelo D& C nº 10 (CI 47005).	ISABABY	9,80	5.194,00
12	271625-9	422	535	CX	COTONETE-HASTE PARA HIGIENE - FLEXIVEL, COM PONTAS DE ALGODAO, EMBALAGEM CAIXA CONTENDO 75 UNIDADES, CORES DIVERSAS	TOPZ	2,00	1.070,00
13	130895-5	1751	71	TB	CREME DENTAL - EM CREME, USO ADULTO, PESANDO 90GR, S/AROMA, COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA, AGUA, SORBITOL, COMPOSICAO AROMATICA, POLIETILENOGLICOL, CARBOXIMETICULOSE, METILPARABENO, CARBONATO CALCIO, PIROFOSFATO TETRASSODICO PROPILPARABENO, SILICATO DE SODIO, MONOFLUORFOSFATO DE SODICO, SILICATO DE SODIO, EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTAO PLASTIFICADA	DENTIL	2,30	163,30
14	225973-7	423	370	UND	CREME DENTAL - EM CREME DENTAL INFANTIL - GEL, USO INFANTIL COM BAIXA ABRASIVIDADE, PESANDO 50GR, TUTTI-FRUTTI, COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA e AGUA. OBS: CREME	DENTIL	4,40	1.628,00

					DENTAL INFANTIL - Creme dental infantil com flúor, ação bactericida, embalagem peso líquido 50g.			
15	10171	424	484	FR	DESINFETANTE PARA USO GERAL Desinfetante, desinfeta, desodoriza, limpa e perfuma, inibe proliferação de microrganismos causadores de maus odores, deixa um agradável perfume que permanece após a aplicação do produto. AÇÃO FUNGICIDA E BACTERICIDA. Ideal para desinfecção de louças sanitárias, pias, latas de lixo e ladrilhos de sanitários. Embalagem de 2 litro.	AUDAX	3,15	1.524,60
16	157183-4	425	968	UND	DESODORIZADOR AMBIENTAL - LIQUIDO, NA FRAGANCIA DIVERSAS, ALCOOL, COADJUVANTE, CORANTE E ESSÊNCIA. OBS: DESODORIZADOR DE AMBIENTE - em spray, essências diversas, formato cilíndrico, embalagem com no mínimo 400ml, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	ULTRA	8,00	7.744,00
17	221995-6	115356	200	GL	DETERGENTE AZULIM 5 LITROS		15,00	3.000,00
18	425536-4	426	5134	UND	DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE NEUTRO ALCALINIZANTE, COMPOSICAO BASICA A BASE DE ACIDO DODECIL BENZENO SULFONICO, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, FRAGANCIAS COM AGENTES CONSERVANTES, TEOR DE ATIVOS ESPESSANTE E VEICULO, COMPOSICAO AROMATICA AROMA SUAVE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500ML. PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE NEUTRO ALCALINIZANTE. OBS: DETERGENTE LAVA-LOUÇA - biodegradável. Dermatologicamente testado com indicação no rótulo e PH aproximado de 7,5. embalagem com 500 ml.	LIMPISSIMA	1,40	7.187,60
19	41166-3	437	70	UND	DISPENSER PARA PAPEL TOALHAS - FRENTE BRANCA, BASE CINZA FRENTE EM ACRILICO FUME E BASE EM POLICARBONATO NA COR CINZA, NA MEDIDA 36,5 X 27,5CM X 12CM DE 25 X 50 X 17,5CM, PARA PAPEL TOALHA EM BOBINA E INTERFOLHA, PLASTICO ABS POLICARBONATO, PESO 1,02KG 760 GRAMAS	PLSTIN	33,80	2.366,00
20		438	70	UND	DISPENSER POUPA COPOS DE ÁGUA - 150 a 200m tem dispositivo semi-automático de fácil manuseio que libera apenas um copo de cada vez, reduz em até 70% o desperdício de copos. Garante higiene e proteção contra contaminações, por apresentar uma estrutura fechada e evita o contato manual com os copos. Dimensões: Altura: 27,50 cm, Copos: 150 a 200 ml, Largura: 17,50 cm, Comprimento: 69,00 cm, Peso: 0,750 kg.	PREMISSE	32,49	2.274,30
21	161622-6	442	211	UND	ESCOVA DE LIMPEZA - Produto com base de madeira e cerdas de plástico resistente, mono face, tamanho aproximado de 10 cm em formato oval.	DSR	2,40	506,40
22	172303-0	13470	250	UND	ESCOVAS - PLASTICA, PARA ESCOVAR UNHAS, 10CM OBS: ESCOVA PARA MÃOS: TIPO ESCOVINHA DE MANICURE, DE MATERIAL RESISTENTE DE 1ª QUALIDADE, COM CERDAS FIRMES ESCOVA PARA MÃOS: TIPO ESCOVINHA DE MANICURE	DSR	2,70	675,00
23	241496-1	443	312	UND	ESCOVA PARA LIMPEZA - LIMPEZA DE BANHEIROS, ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE, BASE DE CORPO EM POLIPROPILENO, MEDINDO BASE DA BOLA COM 11CM E 9CM DE PROFUNDIDADE, MEDINDO CABO COM 38CM DE COMPRIMENTO, NA COR BRANCA OBS: ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO - Escova para vaso sanitário em fio nylon com cabo e suporte.	DSR	4,90	1.528,80
25	64545-1	445	129	UND	ESPANADOR SINTÉTICO - 30 CM COM CERDAS FINAS EM POLIPROPILENO E CABO LONGO EM MADEIRA PLASTIFICADOESPANADOR SINTÉTICO - 30 cm com cerdas finas em polipropileno	DSR	11,90	1.535,10
26	8041	446	901	PCT	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES COM 08 UNIDADES, MEDINDO 110X75, COM FORMATO RETANGULAR, LA DE ACO CARBONO OBS: ESPONJA DE AÇO - Produto confeccionado com fios finíssimos de aço, emaranhados, pesando, no mínimo, 60g. (Pacote com 08 unid).	INOVE	1,45	1.306,45
27	182109-1	447	4.215	UND	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE, COM FORMATO RETANGULAR, POLIURETANO COM BACTERICIDA, NA COR VERDE/AMARELA. OBS: ESPONJA DUPLA FACE - Esponja para lavagem de louças e limpeza em geral dupla face, sintética para limpeza - espuma de poliuretano, com abrasivo em uma face, antibactérias; formato quadrado. Medidas aproximadas (variável 10%): 12 cm X 8 cm X 2 cm de espessura	BRITISH	1,00	4.215,00
28	72391-6	448	685	UND	ESPONJA PARA BANHO - EM ESPUMA, NO FORMATO RETANGULAR, MEDINDO < 115 X 77 > MM - C/ 23 MM DE ESPESSURA OBS: Esponja Para Banho - medida aproximada de 115x77x23mm, em espuma, formato retangular aplicação higiene pessoal.	BRITISH	1,90	1.301,50
29	153622-2	13281	660	UND	ESPONJA ABRASIVA- TIPO FIBRAÇO, PARA LIMPEZA ULTRA PESADA, MATERIAL MANTA DE NÃO TECIDO DE FIBRAS SINTETICA, UNIDAS COM RESINAS IMPREGNADAS COM MINERAL.FIBRA ABRASIVA	BRITISH	5,65	3.729,00
30	151550-0	450	1993	UND	FLANELA - Produto confeccionado com 100% de algodão, MEDINDO (40 X 60) CM.	ECO TEXTIL	2,50	4.982,50
31	237378-5	455	600	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICO pacote com 8 unidade FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO, COM UMA CAMADA DE POLPA DE CELULOSE, COM 03 FIOS DE ELASTICO E 02 FITAS ADESIVAS DE CADA LADO PARA AJUSTE DA FRALDA PACOTE COM 08 UNIDADES.	FIT CARE	16,90	10.140,00
32	304637-0	453	600	PCT	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - tamanho M, de 06 a 11 kg, FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - PARA BEBE TAMANHO P, COM BARREIRA LATERAL PROTETORA, ELASTICO ANATOMICO, COM SUPER ABSORCAO, ANTIALERGICO E ATOXICO, SEM PERFUME, COBERTURA EXTERNA IMPERMEAVEL, ELASTICOS NAS PERNAS E FITAS ADESIVAS LATERAIS, FORMATO ANATOMICO, PROCEDENCIA NACIONAL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, LOTE, 2 ANOS DE VALIDADE NO MINIMO E REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE**.	ISABABY	16,40	9.840,00
33	193035-4	454	500	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - tamanho P, até 07 kg, FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - PARA BEBE TAMANHO P, COM BARREIRA LATERAL PROTETORA, ELASTICO ANATOMICO, COM SUPER ABSORCAO, ANTIALERGICO E ATOXICO, SEM PERFUME, COBERTURA EXTERNA IMPERMEAVEL, ELASTICOS NAS PERNAS E FITAS ADESIVAS LATERAIS, FORMATO ANATOMICO, PROCEDENCIA NACIONAL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, LOTE, 2 ANOS DE VALIDADE NO MINIMO E REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE.	ISABABY	16,40	8.200,00
34	304513-7	457	3289	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL - GUARDANAPO DE PAPEL NO TAMANHO 30 X 31 CM, EMBALAGEM COM 50 FOLHAS.	TREVO	2,00	6.578,00
35	175473-4	13285	1000	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL- TAMANHO MEDIO 23 CM X 22 CM.	TREVO	1,75	1.750,00
36	33290-9	458	413	UND	INSETICIDA AEROSOL - INODORO, A BASE DE ÁGUA, PARA MOSCAS, MOSQUITOS E BARATAS, FRASCO 300ML.	ULTRA	8,40	3.469,20

37	56624-1	459	550	UND	ISQUEIROACENDEDOR - TIPO ISQUEIRO, DE PLASTICO, TAMANHO GRANDE, COMBUSTIVEL A BASE DE FLUIDO OBS: ISQUEIROS – grande. Acende 3.000 vezes, Selo holográfico do INMETRO que garante originalidade, qualidade e segurança. Colorido S – grande. Acende 3.000 vezes, Selo holográfico.	BIC	4,10	2.255,00
38	1723	460	1578	UND	LIMPA ALUMINIO - LIMPADOR ESPECÍFICO PARA SUPERFÍCIES DE ALUMÍNIO, EFICIENTE NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS E MANCHAS INCRUSTADAS, DEVE ALÉM DE REMOVER SUJEIRAS E MANCHAS DAR BRILHO AO ALUMÍNIO. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTRUÇÕES E CUIDADOS NA UTILIZAÇÃO. OBS: Limpa Alumínio - a base de ácido sulfônico, acondicionado em frasco plástico contendo 500ml.	BY KIM	2,40	3.787,20
39	1565	461	300	UND	Limpa Forno - líquido denso, incolor, não inflamável, odor característico, composição: soda cáustica, espessante, óleo de menta e água. Embalagem: 250 ml/ 275g.LIMPA	BY KIM	9,40	2.820,00
40	153855-1	462	729	UND	LIMPA VIDRO - PRINCIPIO ATIVO BUTIL ETIL ETER-TRIPOLIFOSFATO DE SODIO INGRIDIENTE ATIVO ETANOL 14%, COMPOSICAO BASICA BUTIL, ETIL, ETER-TRIPOLIFOSFATO, COM VALIDADE ATE 12 MESES, COR AZUL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA COM 500ML, COM GATILHO OBS: LIMPA VIDRO - Limpador de vidros com pulverizador em gatilho que contenha em sua formulação Lauril Éter Sulfato de Sódio, tubo com 500 ml. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega.		6,00	4.374,00
41	9608	463	1786	FR	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIMPADOR GERAL CONCENTRADO LIQUIDO, COMPOSTO DE LINEAR ALQUIL BEZENO SULFONATO DE SODIO, TENSOATIVO NAO IONICO, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, SOLUBILIZANTE, ETER GLICOLICO, ALCOOL, PERFUME E AGUA, COM CAPACIDADE DE 500 ML , E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. OBS: LIMPADOR MULTIUSO - Limpador multiuso para limpeza pesada, ideal para limpeza de grandes superfícies (laváveis) como pisos e azulejos de cozinhas e banheiros embalagem com 500 ml.	AUDAX	3,90	6.965,40
42	195449-0	13287	188	UND	LIXEIRA EM PLASTICO REFORÇADO, COM TAMPA SOLTA, 100 LITROS	ARQPLAST	57,75	10.857,00
43	245127-1	466	5	UND	RECIPIENTES PARA LIXOS - LIXEIRA EM PLASTICO, NO FORMATO CILINDRICO, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 12L, COM PEDAL. OBS: LIXEIRA PARA BANHEIRO - Lixeira para banheiro, em plástico resistente, com acionamento por pedal e capacidade para 12 a 14 litros, na cor preta.	ARQPLAST	14,91	74,55
44	261379-4	467	231	UND	LIXEIRA - PLASTICA COM TAMPA E PEDAL, COM CAPACIDADE PARA 50 OU 60 LITROS, NA COR PRETA OBS: LIXEIRA PLÁSTICA - Com tampa e pedal para acionamento na cor variada, medindo 71cm de alt. x 44,5cm de larg. X 37cm de profundidade. Capacidade para 50 litros e compartimento interno removível, com varão de acionamento em metal.	ARQPLAST	83,95	19.392,45
45	148678-0	33120512	312	UND	LIXEIRA PLÁSTICA SIMPLES (TELADA PLÁSTICA)	ARQPLAST	2,10	655,20
46	0002018	468	200	UND	LIXEIRA PLÁSTICA SIMPLES COM TAMPA TAM P	ARQPLAST	15,00	3.000,00
47	55904-0	13291	555	PAR	LUVA DE BORRACHA- TAM GRANDE	TALGE	3,40	1.887,00
48	63038-1	13292	919	PAR	LUVA DE BORRACHA-TAM M	TALGE	3,40	3.124,60
49	405977-8	13293	663	PAR	LUVA DE BORRACHA-TAM P	TALGE	3,40	2.254,20
50	441395-4	12632	40	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO - TAMANHO M CX C/100	TALGE	18,75	750,00
53	185960-9	480	250	UND	MAMADEIRA - em acrílico transparente sem decoração, EM PLASTICO, COM TAMPA, ATOXICO, RESISTENTE A TEMPERATURA, BICO DE SILICONE, CAPACIDADE PARA 80ML, COM GRADUACAO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRAZO DE VALIDADE INDICADO NA CAIXA.	LOLOY	15,99	3.997,50
54	55880-0	482	99	PCT	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL - EM NAO TECIDO, A BASE DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, PREGAS HORIZONTAIS, COM DUAS CAMADAS, HIPOALERGICAS, FILTRO QUE GARANTA BOA VENTILACAO, EMBALAGEM PACOTE COM 100 UNIDADES, ART.31 L.8078/90 E PORT.CONJ.N1 DE 23/1/96-M.SAUDE OBS: MÁSCARA CIRURGICA - tipo não tecido, 3 camadas, pregas horizontais, atóxica, tipo fixação com elástico, características adicionais clip nasal embutido, hipoalergênica, cor branca, tipo uso descartável. Pacote c/ 100 unidades.	TALGE	19,00	1.881,00
55	164904-3	483	345	PCT	INSETICIDA DOMESTICO - EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 50G, APRESENTACAO EMBOLAS, COM DATA DE VALIDADE, LOTE DE FABRICACAO, MEDIA, NAFTALINA 100% OBS: Naftalina Sólida - em pastilhas, embalagem plástica resistente de 50g. Data de embalamento não superior a 30 dias. NAFTALINA SOLIDA - em pastilhas, embalagem plástica.	NOVA FRESCOR	1,90	655,50
56	27887-4	484	342	UND	PÁ PARA COLETA DE LIXO - PRODUTO COM BASE GALVANIZADA E CÔNCAVA, MEDINDO 21CM X 20CM COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 50CM. PÁ PARA COLETA DE LIXO - Produto com base galvanizada	DSR	13,50	4.617,00
57		486	945	UND	PANO DE PRATO - Pano de copa em tecido 100% algodão. TAM 65x.	ECO TEXTIL	4,10	3.874,50
58	2019	487	1665	UND	PANO PARA LIMPEZA (PANO PARA CHÃO) - PRODUTO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, FLANELADO NO TAMANHO 58CM X 80CMPANO	ECO TEXTIL	5,40	8.991,00
59	130077-6	13299	1386	FD	PAPEL HIGIENICO- COR BRANCA, NÃO RECICLADO, FOLHA SIMPLES, PICOTADO, NEUTRO, ROLOS COM 30 M, PACOTE COM 4 ROLOS, FARDO COM 16 X 1PAPEL HIGIENICO- COM 16 X 1.	BRISA	38,50	53.361,00
60	166532-4	13300	935	FD	PAPEL HIGIENICO TIPO ROLAO COM 200METROS, LARGURA DE 10CM COM PESO MINIMO DE 600 GR, BRANCO, COM 100% DE CELULOSE VIRGEM, FARDO C/ 8 ROLOSPAPEL HIGIENICO TIPO ROLAO COM 200METROS.	NC PAPEIS	25,72	24.048,20
61	315125-5	490	1005	FD	PAPEL TOALHA - EM BOBINA, GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM, MEDINDO ATE 20 CM X 200 M, ISENTO DE IMPUREZA, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA. Papel Toalha - com 100% de celulose virgem. Fardo contendo 6 rolos de 20cm x 200m.	NC PAPEIS	11,40	11.457,00
62	1729	492	485	CX	PAPEL TOALHA INTERFOLHA - BRANCO EXTRA LUXO 2 DOBRAS 20,3 CM X 20 CM. CAIXA COM 1.000 FOLHAS - COMPOSIÇÃO: PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, FOLHA SIMPLES, COM GRAMATURA DE 20 GRS/ M², 100% CELULOSE VIRGEM DE ALTA ABSORÇÃO E BOM ÍNDICE DE RU (RESISTÊNCIA A ÚMIDO), COM 20 CM DE COMPRIMENTO E 23 CM DE LARGURA E DUAS DOBRAS.	NC PAPEIS	13,90	6.741,50

63	315125-5	491	4340	PCT	PAPEL TOALHA - EM BOBINA, GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM, MEDINDO ATE 20CMX200M, ISENTO DE IMPUREZA, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA.	MILI	5,10	22.134,00
64		493	50	UND	PEDRA PARA AMOLAR FACAS - medindo aproximadamente 0,20 x 0,4.	KF	8,35	417,50
65	148806-6	494	1032	UND	PEDRA SANITÁRIA - 25G, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.PEDRA SANITÁRIA - 25g, prazo de validade mínima de 12 meses	NOVO FRESACOR	1,25	1.290,00
66	64085-9	501	170	PCT	PRENDEDOR DE ROUPA - MATERIAL PLÁSTICO, NO MÍNIMO 10 CM DE COMPRIMENTO, PACOTE COM 12 UNIDADES.PRENDEDOR DE ROUPA - material plástico, no mínimo 10 cm.	DSR	1,50	255,00
67	97675-0	502	40	UND	RASTELO - de ferro 12 pontas com cabo de madeira.	TRAMONTINA	18,99	759,60
68	68221-7	503	260	UND	RASTELO - regular, ferro redondo com cabo (rabo de pavão) gr.	TRAMONTINA	18,32	4.763,20
69	18388	505	100	UND	RODINHO DE PIA - de plástico, para limpeza de pia.	DSR	3,50	350,00
70	10188	506	772	UND	RODO(PUXA E SECA) - RODO – RODO CORPO DE PLASTICO 60 CM, CIONTENDO DUAS TIRAS DE BORRACHA PRETA COM 2 MM DE ESPESSURA E 3,5 CM DE LARG.SUPORTE EM PINUS ESTUFADO, CABO ARREDONDADO DE ALUMINIO, COLOCADO E INCLINADO COM 1,20 M DE COMPRIMENTO; COMPOSICAO: MATERIAL SINTETICO E PIGMENTO. OBS: Rodo Borracha 60 Cm - base de alumínio, com duas borrachas; com a base medindo 60 centímetros; com cabo de alumínio, de 120 (cento e vinte) centímetros.	DSR	18,50	14.282,00
71	129905-0	507	532	UND	RODO (PUXA E SECA) - CABO DE MADEIRA, BASE MEDINDO 30CM, BASE DE PLASTICO, COM 2 LÂMINAS DE BORRACHA OBS: Rodo Pequeno (30 cm) - multiuso ideal para cozinha e banheiro, eficiente em superfícies lisas e semi-rugosas, com cabo de madeira.	DSR	8,80	4.681,60
72	166535-9	508	460	UND	RODO (PUXA E SECA) - CABO DE MADEIRA, BASE MEDINDO 40CM, BASE DE PLASTICO, COM DUAS LÂMINAS DE BORRACHA OBS: Rodo Plástico - Produto com base de plástico resistente, comprimento mínimo de 40 cm x 6cm de largura mínima. Borracha dupla porosa com espessura mínima de 1cm e cabo inclinado com comprimento mínimo de 120cm.	DSR	9,50	4.370,00
73	359555-2	509	2312	PCT	SABÃO EM BARRA - COMPOSIÇÃO BÁSICA ÁCIDOS GRAXOS VEGETAIS E ANIMAIS SAPONIFICADOS, GLICERINA, ÁGUA, CORANTE, E OUTRAS SUBSTANCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, DE GLICERINA, NA COR AMARELA, EM EMBALAGEM PLASTICA, CONTENDO 5 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA, NOTIFICAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO NO MINISTERIO DA SAUDE. PRODUTO COM NOTIFICACAO / REGISTRO NA ANVISA. OBS: Sabão Em Barra Neutro - Sabão em barra, aspecto físico sólido, neutro, glicerinado. Pacote com 05 barras de 200g Sabão Em Barra Neutro - Sabão em barra, aspecto físico sólido, neutro, glicerinado. Pacote com 05 barras de 200g cada.	NOBRE	5,50	12.716,00
74	107568-3	510	2508	CX	SABÃO EM PÓ - COM MULTIAÇÃO PARA LIMPEZA EM GERAL (PACOTE COM 1 KG). TIPO OMO OU SUPERIOR.	OMO	11,50	28.842,00
76	4129	13481	200	UND	SABONETE - EM BARRA, COM PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA PROLONGADA, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS OBS: SABONETE DE 15 GRAMAS.	FRANCIS	1,20	240,00
77	4129	511	1125	UND	SABONETE - EM BARRA, COM PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA PROLONGADA, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS OBS: Sabonete Em Barra - barra com 90 gramas. O produto deverá indicar no rótulo o número do registro no Ministério da Saúde, bem como identificação do químico responsável.	REXONA	1,30	1.462,50
78	175572-2	512	1400	FR	SABONETE - LIQUIDO, NEUTRO (PH ENTRE 7,0 A 8,0),DILUIÇÃO MINIMA,1:15, COMUM, PARA HIGIENE DAS MÃOS, FRAGRÂNCIA, ERVA-DOCE, FRASCO COM 1 LITRO OBS: Sabonete Líquido - Produto viscoso, com aroma de erva doce e à base de lauril éter, sulfato de sódio, metilisotializolinona, edta, ácido cítrico,cloreto de sódio, cocamida , corante, fragrância, água deionizada com registro na ANVISA. (Embalagem de 1 litro).	DERMO	12,08	17.920,00
79	130851-3	13343	1480	PCT	SACO DE LIXO CAPACIDADE PARA 30 LITROS PRODUTO PARA ACONDICIONAR LIXO PACOTE COM 10 UNIDADES.	LAIRE	2,60	3.848,00
80		115478	2000	PCT	SACO DE LIXO CAPACIDADE DE 50 LITROS NA COR AZUL PACOTE COM 10 UNIDADES.	LAIRE	6,00	12.000,00
81	133658-4	13477	220	PCT	SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR - CONFECCIONADO EM POLIETILENO, 58CM COMP.X 39CM LARG.X 0,01 ESP., BRANCO LEITOSO, COM IDENTIFICAÇÃO DE RESÍDUO INFECTANTE, 15 LITROS, O MATERIAL DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM NBR 9191 OBS: SACO DE LIXO LEITOSO 15 LITROS PACOTE C/100 UNIDADES.	RC PLASTICO	9,80	2.156,00
82	237804-3	13478	740	PCT	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, CAPACIDADE PARA 50 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES, COM ESPESSURA DE ESPESSURA DE 0,10 MICRAS, LEITOSO SEM LACRE, PARA ACONDICIONAR LIXO HOSPITALAR OBS: SACO DE LIXO LEITOSO 50 LITROS PACOTE C/100 UNIDADES	RC PLASTICO	22,00	16.280,00
83	0007019	654	210	PCT	SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR - SACO DE LIXO 20 LITROS REFORÇADO, PRETO, MEDINDO NO MINIMO 50 X 60 CM, ESPESSURA DE 7,0 MICRAS. EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS DA ABNT NBR 9191. OBS: SACO DE LIXO PRETO 20 LTS PACOTE C/ 100 UNID.	RC PLASTICO	11,80	2.478,00
84	130548-4	514	1600	PCT	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS, MEDINDO (LARG.39CMXALT.58CMXESP.0,05MM), NA COR PRETA, PESANDO 850GRAMAS, NBR 9190, NBR 9191 OBS: Saco Lixo 15 L - Saco para lixo de uso doméstico, de polietileno com capacidade para 15 litros na cor preta. Embalagem com 20 unidades. O produto deve estar em conformidade com as normas da ABNT. NBA 9190/9191/13055/13056.	RC PLASTICO	2,70	4.320,00
85	00024616	515	1700	PCT	SACO PARA LIXO LEITOSO 100 lts embalagem c/ 10 unid.	LAIRE	8,80	14.960,00
86	130304-0	13466	260	PCT	SACO PARA LIXO PRETO 40 LITROS bem. c/10 unidades.	LAIRE	3,90	1.014,00
87	00012192	13467	4024	PCT	SACO PARA LIXO PRETO REFORÇADO 100 LITROS-FARDO.	LAIRE	17,40	70.017,60
88	0009605	518	760	PCT	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDINDO (63CMX0, 80CM), NA COR PRETA, CONTENDO 10 UNIDADES. OBS: Saco Plástico - Para lixo na cor azul com capacidade para 50 litros, medindo 63cm x 80 cm, 8 micras de espessura, em conformidade com as normas ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (Pacote com 10 unid).	LAIRE	3,20	2.432,00
89	00012196	524	100	PCT	SACOLA PLÁSTICA 10 LITROS C/1000 UNID.	AIRO PLAST	20,44	2.044,00

90	133569-3	13346	750	UND	SAPONACEO EM PO - PRINCIPIO ATIVO DICLOROISOCIONURATO DE SODIO, COMPOSIÇÃO BASICA TENSOATIVO ANIONICO, ALCALINIZANTE, AGENTE ABRASIVO, AGENTE BRANQUEAMENTO E ESSENCIA, CORANTE E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA CLORO, ACONDICIONADO EM TUBO PLASTICO, PESANDO 300 GRAMAS, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 796/98 DO MS OBS: SAPONACEO EM PO- TUBO COM 300 GRAMAS.	INOVE	5,00	3.750,00
91	21324-1	525	140	FR	SHAMPOO - ORIGEM VEGETAL, INFANTIL, PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS, ISENTO DE SAIS E CORANTES OBS: Shampoo Infantil - Neutro Baby 200ml Composição. Lauriléter sulfato de sódio, lauriléter sulfosuccinato dissódico, 1,2-dibromo-2, 4-dicianobutano, 2-fenoxietanol, EDTA dissódico, metilparabeno, propilparabeno, cocoanfodiacetato dissódico, laurilpoliglicose, polisorbato-80, dioleato de metilglicose, álcool laurílico etoxilado, fragrância, CI 19140, água desmineralizada.	ISABABY	9,00	1.260,00
92	86480-3	526	255	UND	SODA CAUSTICA - TIPO ESCAMA, EMBALADA EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 1 QUILO, COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO OBS: Soda Cáustica - com 98 a 99%, escama, embalagem de 1000g contendo a identificação do produto e prazo de validade.	ISABABY	18,00	4.590,00
93	282059-5	527	100	UND	SUPORTE PARA COPO DESCARTÁVEL - de 200 ml formato cilíndrico, capacidade aproximada para 100 copos. cor branca produto de 1ª qualidade.	PREMISSE	29,00	2.900,00
94	331554-1	529	185	UND	SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO - DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO DE 300 MTS; PRODUZIDO EM POLIETILENO, SUPER RESISTENTE COM FRENTE TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO RÁPIDA DO NÍVEL DE PAPEL NA COR VERDE ACRÍLICO TRANSLUCIDO E FUNDO CINZA.	PREMISSE	30,99	5.733,15
95	286127-5	528	150	UND	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA - DISPENSER PARA PAPEL TOALHA ROLÃO DE 300 MTS; PRODUZIDO EM POLIETILENO, SUPER RESISTENTE COM FRENTE TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO RÁPIDA DO NÍVEL DE PAPEL NA COR VERDE ACRÍLICO TRANSLUCIDO E FUNDO CINZA.	PREMISSE	39,00	5.850,00
96	226350-5	530	150	UND	SUPORTE PARA SABONETE LÍQUIDO/ÁLCOOL GEL - DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO UTILIZA REFIL COM 800 ML OU RESERVATÓRIO. CORES: FRENTE VERDE ACRÍLICO TRANSLUCIDO E FUNDO CINZA, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES APROXIMADAS (VARIÁVEL ATÉ 10%): 12 CM DE PROFUNDIDADE, 11 CM DE LARGURA E 26 CM ALTURA.	PREMISSE	23,90	3.585,00
97	369687-1	531	225	UND	TALCO - PARA BEBE, PARA APLICAÇÃO NO CORPO, PERFUMADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA. OBS: Talco - com 200 g infantil antialérgico, descontaminado. Deixa a pele suave, macia e perfumada, protegendo-a contra o atrito e umidade que podem causar assaduras e irritações. Não irrita a pele .	OPUS	10,90	2.452,50
98	182614-0	13348	220	UND	TOALHA DE BANHO, NA COR SALMÃO, MEDINDO 1,40X0,70. DESCRIÇÃO TECIDO 90% ALGODÃO 10% POLIESTER.	MARTINS	14,80	3.256,00
99	233657-0	13350	309	PCT	TOALHA DE PAPEL, PARA ENXUGAR AS MAOS, PCT C/1000 FOLHAS, MEDINDO 23 X 23 CM, PARA USO EM BANHEIROS.	NC PAPEIS	15,90	4.913,10
100	348377-0	13351	212	UND	TOALHA DE ROSTO, MEDINDO 0,50 X 0,90 CM NAS CORES CLARAS, FIO DUPLO 100% ALGODÃO	MARTINS	5,66	1.199,92
101	157485-0	533	574	PCT	TOUCA DESCARTÁVEL - PCT COM 100 UNIDADES- TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT- COM GRAMATURA DE 20 OU 30 GR/M2 EM FORMATO DE CIRCUNFERÊNCIA (DISCO) TAMANHO ÚNICO DE DIMENSÃO SUFICIENTE PARA ABRIGAR TODA A CABEÇA, FECHAMENTO NAS BORDAS COM ELÁSTICO RECOBERTO E PRESO A TOUCA COM COSTURA SIMPLES. PRODUTO DE 1ª QUALIDADE.	TALGE	13,00	7.462,00
102	133231-7	534	807	UND	VASSOURA - DE CERDAS EM NYLON,, CABO DE MADEIRA, REVESTIDO EM PLASTICO(TIPO NOVICA), MEDIDA DA BASE 20 CM, COM BASE DE MADEIRA, COM ROSCA E REVESTIDA DE PLASTICO. OBS: Vassoura De Nylon - Produto com base plástica, dimensão mínima de 27cm x 5 cm, com cerdas de nylon medindo 9cm, com quantidade mínima de 100 tufos. O cabo deverá ser revestido de plástico com comprimento mínimo de 1,20 cm.	DSR	8,80	7.101,60
103	133206-6	535	356	UND	VASSOURA DE PALHA - MATERIAL DAS CERDAS PALHA, MATERIAL DO CABO MADEIRA, COMPRIMENTO DAS CERDAS 60 CM, COM CABO COMPRIDO PARA LIMPEZA EM GERAL.	DSR	16,17	5.756,52
104	263801-0	536	710	UND	VASSOURA DE PELO - PRODUTO COM BASE EM PLÁSTICO/MADEIRA (TRATADA, POLIDA E PINTADA) RESISTENTE, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 27CM X5CM, CERDAS DE PELO SINTÉTICO COM COMPRIMENTO MÍNIMO (SALIENTE) DE 5CM E COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO DE 120CM.	DSR	8,70	6.177,00
105	349986-3	116670	6	UND	VASSOURA PLAST GARI CB 37 X 63 CM.	DSR	18,00	108,00
							TOTAL	**R$ 642.195,89**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 90 (Noventa) dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Unid: 03- Transporte Escolar

Proj. ativ.: 2.047- Manutenção e Encargos com Transporte Escolar

Cód Red: 171

Fonte: 0001- Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Unid: 03- Transporte Escolar

Proj. ativ.: 2.047- Manutenção e Encargos com Transporte Escolar

Cód Red: 172

Fonte: 0015- Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Unid: 04- Ensino Fundamental

Proj. ativ.: 2.042- Manutenção e Encargos com Educação

Cód Red: 260

Fonte: 0001- Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Unid: 04- Ensino Fundamental

Proj. ativ.: 2.065- Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental

Cód Red: 374

Fonte: 0019- Transferência do FUNDEB

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. ativ.: 2.072- Manutenção e Encargos com o SCFV

Cód Red: 1689 Material de consumo

Fonte: 0029- Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 08- Atenção a Criança, Adolesc a Ativ Conselho Tutelar

Proj. ativ.: 2.082- Manutenção e Encargos com o Conselho Tutelar

Cód Red: 1819

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. ativ.: 2.075- Manutenção e Encargos com PAEFI

Cód Red: 1695

Fonte: 29- Recursos Federal

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. ativ.: 2.071- Manutenção e Encargos com Fundo da Assistência

Cód Red: 1668

Fonte: 0000- Recursos Ordinário

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. ativ.: 2.117- Manutenção e Encargos Programa Confinanciamento

Cód Red: 1732

Fonte: 43- Recursos Estadual

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social
Unid: 05- Fundo de Assistência Social
Proj. ativ.: 2.121- Manutenção e Encargos c/ CRAS
Cód Red: 1872
Fonte: 29- Recursos Federal
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos
Unid: 02- Urbanismo
Proj. ativ.: 2.052- Manutenção e Encargos com o Setor de Urbanização
Cód Red: 11217
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 02- Gabinete do Prefeito
Unid: 01- Gabinete do Prefeito
Proj. ativ.: 2.004- Manutenção e Encargos com o gabinete do prefeito
Cód Red: 12
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração
Unid: 01- Gestão Administrativa
Proj. ativ.: 2.007- Manutenção e Encargos com Sec Administração
Cód Red: 33
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 04- Secretaria de Finanças
Unid: 01- Secretaria de Finanças
Proj. ativ.: 2.030- Manutenção e Encargos com Sec de finanças
Cód Red: 102
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 11- Secretaria de Planejamento
Unid: 01- Secretaria de Planejamento
Proj. ativ.: 2.012- Manutenção e Encargos com Sec de Planejamento
Cód Red: 1976
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 08- Secretaria de Agricultura
Unid: 01- Secretaria de Agricultura
Proj. ativ.: 2.050- Manutenção e Encargos com Secretaria de Agricultura
Cód Red: 1594
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 10- Secretaria de Cultura
Unid: 01- Gabinete do Secretário
Proj. ativ.:2.038- Manutenção Aquis. e Enc com Difusão Cultural
Cód Red: 1921
Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
HOSPITAL MUNICIPAL
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital
Cód Red: 885-Material de Consumo
Fonte: 0000- Recurso Ordinários
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital
Cód Red: 886-Material de Consumo -
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital
Cód Red: 887-Material de Consumo
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital
Cód Red: 888-Material de Consumo
Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
SECRETARIA DE SAÚDE
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 03- Gestão e Saúde
Proj. ativ.: 2.029- Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde
Cód Red: 485-Material de Consumo
Fonte: 0000- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 02- Gestão e Saúde
Proj. ativ.: 2.029- Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde
Cód Red: 486-Material de Consumo
Fonte: 0002- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
ATENÇÃO BÁSICA
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 04- Atenção Básica
Proj. ativ.: 2.017- Manutenção e Encargos com Atenção Básica
Cód Red: 661-Material de Consumo
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.017- Manutenção e Encargos com Atenção Básica
Cód Red: 662-Material de Consumo
Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 04- Atenção Básica
Proj. ativ.: 2.017- Manutenção e Encargos com Atenção Básica
Cód Red: 660-Material de Consumo
Fonte: 0002- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
SAE/CTA
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Visa
Proj. ativ.: 2.025- Manutenção e Encargos com o Programa DST/AIDS
Cód Red: 1047-Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Visa
Proj. ativ.: 2.025- Manutenção e Encargos com o Programa DST/AIDS
Cód Red: 1048-Material de Consumo
Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
CAPS
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.022- Manutenção e Encargos com o CAPS
Cód Red: 950-Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.022- Manutenção e Encargos com o CAPS
Cód Red: 951-Material de Consumo
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.022- Manutenção e Encargos com o CAPS
Cód Red: 952-Material de Consumo
Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
LABORATÓRIO
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.111- Manutenção e Encargos com Serv. Amb. e laboratorial
Cód Red: 1012-Material de Consumo
Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.111- Manutenção e Encargos com Serv. Amb. e laboratorial
Cód Red: 1012-Material de Consumo
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.111- Manutenção e Encargos com Serv. Amb. e laboratorial
Cód Red: 1010-Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
CENTRO DE REABILITAÇÃO
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.020- Manutenção e Encargos com Fisioterapia
Cód Red: 912-Material de Consumo
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.020- Manutenção e Encargos com Fisioterapia
Cód Red: 911-Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Mac- Média e Alta Complexidade
Proj. ativ.: 2.020- Manutenção e Encargos com Fisioterapia
Cód Red: 913-Material de Consumo
Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
VIGILÂNCIA AMBIENTAL
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Visa
Proj. ativ.: 2.026- Manutenção e Encargos com a Vigilância Ambiental
Cód Red: 1066-Material de Consumo
Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 07- Visa
Proj. ativ.: 2.026- Manutenção e Encargos com a Vigilância Ambiental
Cód Red: 1065-Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00
CONSELHO DE SAÚDE
Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde
Unid: 03- Gestão em Saúde

Proj. ativ.: 2.108- Manutenção e Encargos com Conselho Mun. de Saúde

Cód Red: 519-Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 03- Gestão em Saúde

Proj. ativ.: 2.108- Manutenção e Encargos com Conselho Mun. de Saúde

Cód Red: 518- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recurso Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- Visa

Proj. ativ.: 2.026- Manutenção e Encargos com a Vigilância Sanitária

Cód Red: 1082-Material de Consumo

Fonte: 0046- Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Prov. Gov. Federal

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- Visa

Proj. ativ.: 2.028- Manutenção e Encargos com a Vigilância Sanitária

Cód Red: 1081-Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência- Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº. 20/2019 e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos equipamentos será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
02-GABINETE DO PREFEITO	LUCIA HELENA O. GONÇALVES	
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	SÔNIA REGINA DA CUNHA	
04- SEC. DE FINANÇAS	BEATRIZ MOREIRA DA SILVA	38/2019
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	NICEIA GONÇALVES DE MELO FRANCO	
06- SEC – SAÚDE (GESTÃO, ATENÇÃO BÁSICA, FUNDO MUN. DE SAUDE E VISA).	NEUSA PEREIRA NEVES	
06- SEC. SAÚDE (MAC)	RAIMUNDO PEREIRA NEVES	
07-SEC. OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
08-SEC. AGRICULTURA	RAFAEL SCHIO	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI/CREAS)	DENILSON ALVES FARIAS	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS / SCFV)	GRAZIELE MENDES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (FUNDO DE ASSISTÊNCIA/ IGD SUAS E CONFINANCIAMENTO)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
10-SEC. CULTURA	MEYRE ROSA RODRIGUES CARVALHO	
11-SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **CEZAR QUEIROZ DA SILVA**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

R.G. DA PAZ EIRELI EPP

CNPJ: 21.058.617/0001-38

REPRESENTANTE LEGAL: EDILSON RAFAEL DA SILVA

CPF: 005.422.341-57

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 097/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 097/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal CRISTINA MOREIRA TAVARES, matricula 012612, efetiva no cargo de PNSG - ANALISTA DE SISTEMA - 40 HORAS, para exercer as funções de TESOUREIRA, junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 096/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 096/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal MANOEL DA SILVA BRITO, matricula 013076, comissionado no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de COORDENADOR DA DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 089/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019

Portaria 089/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal POLIANE DA SILVA SOUSA, matricula 012466, efetiva no cargo de AGENTE OPERADOR DO SISTEMA SUS, para exercer as funções de GESTORA DE CONTRATOS, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 094/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 094/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal BIANCA BARBOSA PEREIRA DUTRA, matricula 011923, efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, para exercer as funções de GESTORA DO SISTEMA OMEGA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 38/2019 ADM DE 25 DE MARÇO 2019

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores público municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
02-GABINETE DO PREFEITO	LUCIA HELENA O. GONÇALVES
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	SÔNIA REGINA DA CUNHA
04- SEC. DE FINANÇAS	BEATRIZ MOREIRA DA SILVA
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	NICEIA GONÇALVES DE MELO FRANCO
06- SEC – SAÚDE (GESTÃO, ATENÇÃO BÁSICA, FUNDO MUN. DE SAÚDE E VISA)	NEUSA PEREIRA NEVES
06- SEC. SAÚDE (MAC)	RAIMUNDO PEREIRA NEVES
07-SEC. OBRAS	WALTER RAMOS TELES
08-SEC. AGRICULTURA	RAFAEL SCHIO

09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI/CREAS)	DENILSON ALVES FARIAS
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS / SCFV)	GRAZIELE MENDES
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (FUNDO DE ASSISTÊNCIA/ IGD SUAS E CONFINANCIAMENTO)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES
10-SEC. CULTURA	MEYRE ROSA RODRIGUES CARVALHO
11-SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA

Art. 2º - O servidor designado fica responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	30/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	R.G. DA PAZ EIRELI EPP	21.058.617/ 0001-38	**R$ 642.195,89**
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 25/03/2019 a 25/03/2020.		

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 093/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 093/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal JOANA PEREIRA BRITO, matricula 013275, comissionada no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de COORDENADORA DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ASSISTENCIAL, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 092/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 092/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal DOUGLAS AUGUSTO SANTOS VIEIRA, matricula 013050, comissionado no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de GESTOR DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 090/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 090/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal RAFAELLA APARECIDA DE DEUS, matricula 011940, efetiva no cargo de ASSISTENTE ADMI-

NISTRATIVO, para exercer as funções de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 109/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 109/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal MARCOS VIEIRA BENTO, matricula 011953, efetivo no cargo de AGENTE DE MANUTENÇÃO/ELETRICISTA PREDIAL, para exercer as funções de COORDENAÇÃO EM MANUTENÇÃO ELÉTRICA, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 111/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 111/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal SILVIO FERREIRA DOS SANTOS, matricula 000441, efetivo no cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE, para exercer as funções de COORDENAÇÃO EM VIGILÂNCIA AMBIENTAL, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 106/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 106/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal JOSÉ MACIEL SILVA SENA, matricula 013071, comissionado no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de DIREÇÃO ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL MUNICIPAL, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 105/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 105/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal FRANCIELE GUIMARÃES DA SILVA, matricula 13059, comissionada no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de COORDENAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO SEGMENTO FARMÁCIAS E/OU DROGARIAS, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 114/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 114/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o requerimento do servidor de 08/03/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR na data de 29/03/2019 o servidor público municipal REINALDO HEVERTON FERRAZ DE OLIVEIRA, matricula 013044, comissionado no cargo de PREGOEIRO, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 1150/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 1150/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE VACÂNCIA DE CARGO POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, requerimento do servidor de 18/03/2019 e oficio 397/2019 SMEEL de 18/03/2019

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a VACÂNCIA no cargo de APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA PATRIMONIAL, ocupado pelo servidor público municipal FRANCIVALDO DORTA FERREIRA, matricula 010778, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer/Escola Municipal Vida e Esperança no período de 18/03/2019 a 17/03/2022 por motivo de posse em outro cargo incalculável, nos termos do artigo 161 da Lei Complementar Municipal 020 de 28 dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 104/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019

Portaria 104/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal FRANCIELE GUIMARÃES DA SILVA, matricula 13059, comissionada no cargo de COORDENADOR, para exercer as funções de COORDENAÇÃO DO NASF - NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 116/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 116/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005.

CONSIDERANDO, requerimento do servidor de 18/03/2019 e ofício 436/2019/SMEEL de 21/03/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 01/04/2019 a 31/03/2020 ao servidor público municipal JORGE HENRIQUE MACEDO DE ANDRADE, matricula 011957, efetivo no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer/Escola Municipal Jacaré Valente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 103/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 103/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal CLEYTON GEOVANI KREMER, matricula 012013, efetivo no cargo de PNSS - FISIOTERAPEUTA - 30 HORAS, para exercer as funções de COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 117/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 117/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal FLORINDA DE AGUIAR REZENDE, matricula 000130, efetiva no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/CRECHE MUNICIPAL LUCINARA APARECIDA DE LIMA.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
14/03/2008 A 13/03/2013	01/04/2019 A 29/06/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 085/2019 DE 21 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 085/2019 de 21 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal PEDRO BRITO DE AGUIAR, matricula 000311, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
14/03/2012 A 13/03/2013	18/03/2019 A 15/06/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2018
CONCORRÊNCIA Nº 003/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2018

CONCORRÊNCIA Nº 003-2018

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na Modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 003-2018,** Tipo Maior Oferta, conforme segue:

OBJETO:CONCORRÊNCIA TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE QUIOSQUES PRAÇA CAMILÃO PERTENCENTES AO MUNICÍPIO E SUA EXPLORAÇÃO PELO PRAZO DE DEZ ANOS**.**

ADJUDICADO/HOMOLOGADO

Para as empresas:

DIVINA CARVALHO DE FREITAS - MEI

CNPJ:24.310.554/0001-53

END: AV. CENTRO OESTE, BAIRRO CENTRO, S/Nº, CEP.: 78.655-000, CONFRESA/MT.

Vencedora do **"QUIOSQUE 01"**, com maior lance no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais)

FLAVIA APARECIDA PINTO RABELO - MEI

CNPJ:24.915.806/0001-78

END: AV. CENTRO OESTE, BAIRRO CENTRO, S/Nº, CEP.: 78.655-000, CONFRESA/MT.

Vencedora do **"QUIOSQUE 02"**, com maior lance no valor de R$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais)

LUCEIR GOMES DOS SANTOS - MEI

CNPJ:32.433.121/0001-13

END: RUA PORTO SEGURO, BAIRRO JARDIM PLANALTO, Nº 171, CEP.: 78.655-000, CONFRESA/MT.

Vencedora do **"QUIOSQUE 03"**, com maior lance no valor de R$ 4.051,00 (quatro mil e cinquenta e um reais)

KIVYA PARENTE DE ALMEIDA - MEI

CNPJ:32.355.692/0001-87

END: AVENIDA SANTO AFONSO, BAIRRO VILA 2.000, S/Nº, CEP.: 78.655-000, CONFRESA/MT.

Vencedora do **"QUIOSQUE 05"**, com maior lance no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

PRISCILA SILVA DE PAIVA - MEI

CNPJ:32.258.183/0001-36

END: RUA HELENA BARCELOS DA CUNHA, BAIRRO CENTRO, SNº, CEP.: 78.655-000, CONFRESA/MT.

Vencedora do **"QUIOSQUE 06"**, com maior lance no valor de R$ 3.565,55 (três mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Confresa-MT, 25 de março de 2019.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Presidente da C.P.L

Portaria nº409/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 119/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 119/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, requerimento do servidor 18/03/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal NILSON RODRIGUES DE ABREU, matricula 010335, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS/LIMPEZA URBANA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 120/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019

Portaria 120/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal JANAIRA BARBOSA LIMA COIMBRA, matricula 012747, efetiva no cargo de PNSS - ENFERMEIRO - 20 HORAS, para exercer as funções de COORDENADORA DE ENFERMAGEM DO HOSPITAL MUNICIPAL, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 112/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 112/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal TAISSE OLIVEIRA E SILVA matricula 011106, ocupante do cargo efetivo de PNSS - ODONTOLOGO - 40 HORAS lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS VILA DOIS MIL.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
05/01/2014 A 04/01/2019	01/04/2019 A 29/06/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 113/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 113/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal CLICIA PEREIRA PINTO LUZ matricula 010574, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAUDE - ACS lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS JARDIM PLANALTO.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
13/06/2018 A 12/06/2013	01/04/2019 A 29/06/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 102/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 102/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA, matricula 012503, efetivo no cargo de TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO/COMPUTAÇÃO, para exercer as funções de COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS, junto a Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 101/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 101/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal GILBERTO RIBEIRO DE MOURA, matricula 011985, efetivo no cargo de TÉCNICO DA SAÚDE/ENFERMAGEM, para exercer as funções de COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FROTAS, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 100/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 100/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES, matricula 013097, comissionada no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, para exercer as funções de SECRETÁRIA DE GABINETE, junto ao GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 099/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Portaria 099/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal JOIDES JANUARIO DE MIRANDA, matricula 012630, efetivo no cargo de PNSPJ - CONTADOR - 40 HORAS, para exercer as funções de GESTOR DOS CDCEs - CONSELHOS DELIBERATIVOS DA COMUNIDADE ESCOLAR, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº026/2019
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº022/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº026/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 022/2019

O Pregoeiro oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, torna público aos interessados, o **Pregão Presencial 022/2019**, com abertura prevista para o dia **02 de ABRIL de 2019**, as 09h00min, cujo objeto é "**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE TONERS, TINTAS, E FOTOCONDUTORES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.** ", prorroga-se o prazo de abertura do edital, para **09 de ABRIL de 2019** às 09h00min. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda-feira à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

Confresa-MT, 25 de MARÇO de 2019.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro

Portaria nº001/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 098/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019

Portaria 098/2019 de 25 de Março de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal JOIDES JANUARIO DE MIRANDA, matricula 012630, efetivo no cargo de PNSPJ - CONTADOR - 40 HORAS, para exercer as funções de GESTOR DO PDI - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Março de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA 01/2019 PROCESSO 009/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade concorrência nº 001/2019 obteve o seguinte resultado: A empresa **HELDER WAGNER BARROS SARAIVA ME CNPJ: 19.649.249/0001-50**, foi vencedora para os itens: 1,2, e 3, com valor global de **R$ 728.000,00** (setecentos e vinte e oito mil reais). O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 25 de Março de 2019.

VALERIA DE ALMEIDA

PRESIDENTE DA CPL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2019

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2018, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h e 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido);

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Comprovante de qualificação cadastral expedido pelo sistema e-social.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 25 de Março de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO EM SAÚDE – NOVA ESPERANÇA

LIANDRA RIBEIRO JORGE

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 09/2019 CONCORRÊNCIA 01/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 009/2019

b) Licitação Nr.: 001/2019-CC

c) Modalidade: CONCORRÊNCIA

d) Data Homologação: 22/03/2019

e) Objeto da Licitação **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COMO MÉDICO(A) DE SAÚDE DA FAMÍLIA, PLANTÕES HOSPITALARES DIURNOS E NOTURNOS E REALIZAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA, PARA ATENDER A POPULAÇÃO COM DEMANDA ESPONTÂNEA NO CENTRO E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

- 009856 – **HELDER WAGNER BARROS SARAIVA ME CNPJ: 19.649.249/0001-50** (3 ITÉNS)

Totalizando (03) itens no valor global de **R$ 728.000,00** (setecentos e vinte e oito mil reais)

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DOS ATOS

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O Município de Cuiabá, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimentos dos interessados, a **SUSPENSÃO DE TODOS OS ATOS**, decorrentes do Pregão Eletrônico SRP Nº. 007/2019, bem como o **CANCELAMENTO** da Ata de Registro de Preços nº 004/2019 do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 007/2019**,** Processo Administrativo Nº 111. 723/2018, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual locação de 100 (cem) salas móveis em módulos estruturados em paneis de aço isotérmico com EPS, que após instaladas se convertem em imóveis, fazendo parte integrante de cada unidade escolar, para atender a demanda por salas de aula durante o ano letivo, conforme o disposto no Código Civil**,** em atendimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Decisão nº 326/MM/2019 Processo nº 9.539-7/2019 – Representação de Natureza Interna com Pedido de Medida Cautela.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 25 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 021 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"Dispõe sobre a convocação da 5º Conferência Municipal de Saúde, e dá outras providências".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Decreto 9463 de 8 de agosto de 2018 que convocada a 16ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS" e estabelece as etapas municipais a ser realizadas no período de 02 de janeiro a 15 de abril de 2019.

DECRETA:

Art. 1º- Fica convocada a **5° Conferência Municipal de Saúde**, a ser realizada no dia 12 de abril de 2019 das 7:30 hs as 13:00hs, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, tendo como tema central: **"Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".**

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, 25 de Março de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019 EDITAL COMPLEMENTAR N. 08/2019

O Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, as provas objetivas realizadas no dia 24/03/2019.

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, item 4, "O", da Prefeitura Municipal de Curvelândia –

MT, DIVULGAR o Gabarito Preliminar da prova objetiva realizada dia 24/03/2019, conforme ANEXO I deste Edital.

2º - Nos termos do item 12 e seus subitens do Edital Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, fica em vigência o prazo legal de recurso quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

3º - Este Edital Complementar e seu Anexo encontram-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal Curvelândia – MT e no endereço eletrônico: http://www.curvelandia.mt.gov.br/, a partir desta data.

Curvelândia – MT, 25 de Março de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA Prefeito Municipal

ROGERIO COIMBRA Presidente da Comissão Organizadora

CRISTIANO DOS S. NASCIMENTO Membro

MARIA SOCORRO DE S. PEREIRA Membro

ROSANE A. DA S. PIRES Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2019

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT** torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, de n.º **005/2019**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS NAS OFICINAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019, COM OFICINAS DE DANÇA, ARTESANATO, VIOLÃO, CORTE E COSTURA, CROCHÊ, INFORMÁTICA E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS PARTICIPANTES DAS OFICINAS REALIZADAS PELO CRAS**, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos**)**. Sendo a abertura e julgamento no dia **05/04/2019** às **08:00 horas**, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT, a pasta completa contendo o Edital na integra, estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Denise/MT, Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT, informações pelo telefone (65) 3342-1397 – email: licitacao.denise@gmail.com. **Local:** Sala de Licitação, CEP: 78.380-000.

Denise/MT, 26 de Março de 2019.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 095-19

PORTARIA Nº. 095/2019. DENISE – MT., 22 DE MARÇO DE 2019.

***EMENTA* –** NOMEIA OS MEMBROS REPRESENTANTES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE DENISE/ MT.

A SENHORA **ELIANE LINS DA SILVA**, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CUMPRIMENTO AS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES QUE LHE CONFERE O CARGO,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros **Representantes da Comissão Municipal do Transporte Escolar do Município de Denise/MT**, conforme composição abaixo:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE: FÁBIO DE OLIVEIRA SOUZA.

CAMARA MUNICIPAL DE DENISE: **ANDERSON MENDES DE CAMPOS.**

ASSESSORIA PEDAGÓGICA: MARIA EDWIRGENS SILVA. ESCOLAS ESTADUAIS: MARIA CELÉZIA MENDES LEAL. REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTE DOS ALUNOS: **RAIMUNDO NONATO DOS REIS COSTA.**

REPRESENTANTE DOS PAIS: **MARKELI VOLTOLINI SILVA.**

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS: **AILTON MOREIRA DE SOUZA.**

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS: **ELIANE ARRUDA FERREIRA ARDAIA.**

REPRESENTANTE DO FUNDEB: **REGINA SELMA COSTA MATIAS.**

Art. 2º - O mandato dos membros da Comissão Municipal de Transporte Escolar de Denise será exercido gratuitamente e terá duração de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único - Os serviços prestados pelos membros da Comissão Municipal de Transporte Escolar de Denise serão considerados como serviços públicos relevantes não remunerados.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Março do ano de 2019.

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 096-19-RH

PORTARIA Nº. 096/2019. denise/mt., 22 DE MARÇO DE 2019.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE 03 (TRÊS) MESES A SERVIDORA “MARIA GORETE JACINTO FRANCO SILVA” E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SenhorA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e em conformidade com a Lei Municipal nº. 149/1994, LEI MUNICIPAL 285/99 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal a Sra. **MARIA GORETE JACINTO FRANCO SILVA**, matrícula n.º 170, portadora do RG nº 045588-5 - SSP/MT e CPF nº 488.733.491-53, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** exercendo a função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses, referente ao quinquênio 14/06/2007 A 14/06/2012, a ser gozada no período de 18 *de Março de 2019 a 18 de Junho de 2019,* conforme Lei Municipal nº. 149/94, de 01 de Janeiro de 1.994, Estatuto dos Servidores Públicos, do Município de Denise-MT, Capítulo IV, Art. 68 e Seção V, Art. 73 e de conformidade com o Art. 107, § 3º, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 18/03/2019. revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Março do ano de 2019.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL DE DENISE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 237/2017

CONTRATADO(a): NEIDE AGOSTINHA SOUZA DA LUZ

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 235/2017

CONTRATADO(a): ROSENIR MARQUES DE OLIVEIRA DESANI

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 269/2017

CONTRATADO(a): LINDIORAUNE PEREIRA DE SOUZA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 229/2017

CONTRATADO(a): MORALINA PEREIRA DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 002/2019

EDITAL CONCURSO PUBLICO 001/2018

A comissão organizadora do concurso público edital 001/2018, nomeada pela Portaria nº 97/2018, e alterada pelas Portarias nº 211/2018, e 216/2018, no uso de suas atribuições legais, recebido os pedidos de restituições de taxa de inscrição no concurso público de Diamantino-MT, conferidos e estando em conformidade, determina a restituição em conta corrente fornecida pelo requerente, conforme relação.

Incrição	Nome	CARGO	Valor
2595	Elvis Martinez Lima	MÉDICO	R$ 250,00
1462	Franz Cleyton Fernandes de Amorim	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3283	Lauriene Figueiredo Vasconcelos Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3844	Raida Alves Lima	MÉDICO	R$ 250,00
1235	Fernanda Daliany da Silva Fachin	ASSISTENTE SOCIAL	R$ 100,00
3568	Leda Rosa Dos Santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1217	Miriangela Ramos Ribeiro Fonseca	ASSISTENTE SOCIAL	R$ 100,00
4025	Andreska Lara Silva Bonfa	PSICÓLOGO	R$ 100,00
1675	Joelson Domingos De Arruda	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1220	Andréia Soares Dos Santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1882	Ilha GlauciSmigura De Carvalho	ENFERMEIRO	R$ 100,00
0602	Roni Arient	MÉDICO	R$ 250,00
3491	Drielly Juliana De Lara Bologna Rodrigues Meirelles	PSICÓLOGO	R$ 100,00
2219	Beatriz Moreira Silva	PSICÓLOGO	R$ 100,00
0258	Brunno Eduardo Barroso Moreira Gonçalves	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1824	Jewerson Pereira De Souza	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1298	NayáJardini Furlan	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3079	Carla Andréia De Souza	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2590	Tefferson Lucas De Souza Teixeira	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1720	Mirian De Jesus Bonifácio	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3648	Sonia De Jesus Bonifácio	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1162	Sidnei David Igual	MÉDICO	R$ 250,00
1848	Ana Lucia Da Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3127	Claudia Soares De Sousa	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3625	Sônia Maria Do Carmo Nabarrete	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2886	Salete Barbosa Dos Santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
0304	Luiz Eduardo Batista Monteiro	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1325	Geyzisliane Borges De Souza	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3336	Thamiris Dos Santos Bini	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1271	William Douglas Da Silva Alessio	PSICÓLOGO	R$ 100,00
3033	Tatiane Monteiro	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3771	Deuzeni Alves Da Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2564	Daniela Bugs Klafke	PSICÓLOGO	R$ 100,00
839	Maria Auxiliadora Lopes BotelhO	PSICÓLOGO	R$ 100,00
430	Taisa Hermes Marschner	FISIOTERAPEUTA	R$ 100,00
3612	Mayra Aurea Guia Da Silva Eugênio	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1829	Mysmara Campos De Carvalho	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1700	claudiafidelcina dos santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
764	Jéssica Orhana Rondon De Almeida	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3684	Rosangela Soares Goveia	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1869	Jordana Fernandes Zangeroli	MÉDICO	R$ 250,00
212	Flavio Tavares Leite	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2101	Ellem Maria Alves Rodrigues	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1420	Gisele Vieira Santana	ASSISTENTE SOCIAL	R$ 100,00
3240	Natasha Rayane de Oliveira Lima	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2416	Alanda Luciana Oliveira Novaes Marcolin	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3253	Gabrielle Nathallie Cardoso Batista	ENFERMEIRO	R$ 100,00
4022	Geraldo Barbosa De Carvalho Junior	ENFERMEIRO	R$ 100,00
43	Rhoana Karen Saraiva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1215	Silvana De Fátima Santana	ENFERMEIRO	R$ 100,00
4004	Maycol Tomé De Souza	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1068	Caroline Mendes Dalri	PSICÓLOGO	R$ 100,00
390	Juliana Bacci	ENFERMEIRO	R$ 100,00
361	Rayan Da Silva Ribeiro	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3706	Izabel Cristina Leite	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1788	Fernando Moura Da Silva	PSICÓLOGO	R$ 100,00

3222	Naira Rubia Da Silva Ribeiro	ENFERMEIRO	R$ 100,00
374	Antonio Carlos Ferreira Dos Santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1985	NatieliInacio Bueno	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2773	Zeizy Thaís MeneguéliFavalessa	ENFERMEIRO	R$ 100,00
235	Sandra Gomes Dos Santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1362	Ariele Assunção Ramos De Souza	ENFERMEIRO	R$ 100,00
438	Camila Cristina Souza Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1679	MarcileneCrispin De Oliveira Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3180	Vanessa Ferreira Faustino	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1118	Andrea Karoline Zuconelli	FISIOTERAPEUTA	R$ 100,00
1488	Fabiola Da Cruz Teles	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2075	Patricia Maria De Souza Bueno	ENFERMEIRO	R$ 100,00
235	Sandra Gomes Dos Santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1930	Leonilda Severina De Barros	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2724	Fabiane Verônica Da Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2276	Jarede Pinto Garcete	ENFERMEIRO	R$ 100,00
836	Nisley Nascimento Da Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2508	Adriellen Rondon Meira	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2950	Arilene Fonseca De Souza	ASSISTENTE SOCIAL	R$ 100,00
2306	Valdete Rodrigues Da Silva Lopes	ASSISTENTE SOCIAL	R$ 100,00
1941	Alessandra Taís dos Santos	ENFERMEIRO	R$ 100,00
4052	PatriciaMareco Correa Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1196	Rúbia Raysa Silva Neris	PSICÓLOGO	R$ 100,00
369	Poliana Fialho De Oliveira	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1200	Vagner Sena Santos Alves	PSICÓLOGO	R$ 100,00
1369	Ana Paula Vasconcellos da Silva	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3938	Bruna Silva de Souza	ENFERMEIRO	R$ 100,00
0911	Lucileia Reis de Araújo	ENFERMEIRO	R$ 100,00
3958	Jéssica Amorim de Oliveira	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2767	Marta Chapini Gomes	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1329	Marcio Alessandro Altamiri Corrêa	FISIOTERAPEUTA	R$ 100,00
2703	EvanicePinow	ENFERMEIRO	R$ 100,00
677	Nádia Aparecida Damasceno	ASSISTENTE SOCIAL	R$ 100,00
133	Alcione Rodrigues De Barros	ASSISTENTE SOCIAL	R$ 100,00
3398	Valéria Da Silva Peres	FISIOTERAPEUTA	R$ 100,00
637	Orcelio Moura De França	ENFERMEIRO	R$ 100,00
1441	Janaine Da Fonseca Araujo Gomes	ENFERMEIRO	R$ 100,00
2400	Fernanda Dias Sancore	FISIOTERAPEUTA	R$ 100,00

A despesa ocorrerá pela dotação da Secretaria Municipal de Administração - reduzido 985 (3.3.90.93.00.00)

Registra-se e Publica-se.

Diamantino-MT,22 de março de 2019.

UZIAS MAXIMO DOS SANTOS

Presidente

No original assinado

SETOR RH
DECRETO Nº 056/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 002/2017.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 002/2017, citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 25 de Março Fevereiro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 056/2019

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)**
Comprovante de Escolaridade
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão**
Número de Contato (fixo ou celular):

Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS. 01 DOCUMENTO POR FOLHA

ANEXO II DO DECRETO Nº 056/2019

Cargo: (17) TÉCNICO EM RADIOLOGISTA/ 1 - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º	GEZIREU ALMEIDA DE OLIVEIRA

Diamantino/MT, 25 de Março de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 060/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio do Funcionário Público Municipal Senhor **ABIDES DE OLIVIERA PIRES** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que o servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **21 de Fevereiro de 2014 a 20 de Fevereiro de 2019;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Senhor **ABIDES DE OLIVIERA PIRES,** matrícula funcional 001-1**,** ocupante do Cargo/Função de Agente Operacional/Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem usufruídas no período de **08 de Março de 2019 a 05 de Junho de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo em 08 de Março de 2019.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 25 de Março de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2. 287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor por Item", tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DIARIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DE INTERESSE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 25/03/2019, onde sagrou-se vencedora do item de nº 48097 a empresa **JOÃO DIAS RAMOS - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 03.805.679/0001-84, perfazendo um valor total de **R$ 9.750,00** (nove mil setecentos e cinquenta reais). Os itens de nº 48095 e 48096 foram FRACASSADOS. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 25 de Março de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2. 287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor por Item", tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (ÓLEO DIESEL S-10) E ADITIVO PARA COMBUSTIVEL (ARLA 32 20LTS), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**, **que se deu no dia 15/03/2019, onde sagrou-se vencedora dos itens de nº 20761 e 46870 a empresa SUELMEI CAMPOS BARBOSA EIRELI,** inscrita no CNPJ sob nº 08.399.617/ 0003-03, perfazendo um valor total de **R$ 977.425,00 (Novecentos e setenta e sete mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)**. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 25 de Março de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

A. M. DE ABREU EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº: 18.523.063/ 0001-98, que sagrou-se vencedora dos itens de nº 16416, 30591, 46738, 46740, 46741, 46994, 47995, 47996, 47997, 47998, 47999 e 48000, perfazendo o valor total de **R$ 144.120,00** (cento e quarenta e quatro mil cento e vinte reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 25 de Março de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**A. M. DE ABREU EIRELI - ME.**

CNPJ nº: 18.523.063/0001-98

Valor total da ata: **R$ 144.120,00** (cento e quarenta e quatro mil cento e vinte reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 25 de Março de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
003 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - DIAMANTINO - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO NOME LP CG CE NOTA FINAL POSIÇÃO RESULTADO

0000984 WILSON LEONARDO DA SILVA 6,00 22,00 24,00 52,00 1º CLASSIFICADO

GABINETE
014 - FISCAL TRIBUTÁRIO - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO NOME DC DA DT DF LM TM INF TIT NOTA FINAL POSIÇÃO RESULTADO

0000615 PEDRO DE ALMEIDA CALVO 4,50 4,00 26,00 6,00 7,00 20,00 4,00 - 71,50 1º Aprovado

GABINETE
001 - PROCURADOR JURÍDICO - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	DI	PDSV	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0002501	RODRIGO DOS ANJOS BARROSO MATTOS	74,00	100,00	0,50	87,50	1º	Classificado
0001232	CAIO ALEXANDRE OJEDA DA SILVA	62,00	100,00	-	81,00	2º	Classificado
0000131	LEANDRO KREITLOW	70,00	90,00	0,50	80,50	3º	Classificado
0002592	GISELLE BELAS DE OLIVEIRA VIEIRA	65,00	95,00	-	80,00	4º	Classificado
0003543	PRISCILA DAUDT SOUSA RIBEIRO	66,00	90,00	-	78,00	5º	Classificado
0000037	ALISSON CESAR DE CARVALHO	67,00	86,00	0,50	77,00	6º	Classificado
0002654	BRENNO FERREIRA DA SILVA	64,00	90,00	-	77,00	7º	Classificado
0000070	NAYANA KAREN DA SILVA SEBA	65,00	78,00	0,50	72,00	8º	Classificado
0000153	ANA LUIZE DE AZEVEDO SANTULLO	62,00	80,00	-	71,00	9º	Classificado
0000078	LISANDRA PRATES MANSOR	61,00	80,00	-	70,50	10º	Classificado
0002184	UILIAM ALVES STOPA	64,00	75,00	0,50	70,00	11º	Classificado
0000144	BRUNO VINICIUS SANTOS	61,00	75,00	0,50	68,50	12º	Classificado
0002198	DHIEGO GARCEZ LEITE	61,00	35,00	-	48,00	13º	Classificado
0003203	OCTÁVIO FRANCISCO RODRIGUES ALVES	57,00	-	0,50	29,00	-	Desclassificado
0002469	DAIANE EVELYN CAMILO CAMPOS	57,00	-	-	28,50	-	Desclassificado
0003248	FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS	57,00	-	-	28,50	-	Desclassificado
0002985	SINÉZIO ADRIANO DE OLIVEIRA JÚNIOR	55,00	-	-	27,50	-	Desclassificado
0000045	RICARDO ARRUDA DE LEMOS	55,00	-	-	27,50	-	Desclassificado
0003471	MARLON PAULO ROMEIRO VIEIRA	53,00	-	-	26,50	-	Desclassificado
0000843	GIAN CARLOS FRANCHINI DO AMARAL	52,00	-	0,50	26,50	-	Desclassificado
0002765	EDUARDO DOS SANTOS RAMOS	50,00	-	-	25,00	-	Desclassificado
0001715	DARCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	49,00	-	-	24,50	-	Desclassificado
0002168	THAIS SUELEN GARCIA	49,00	-	-	24,50	-	Desclassificado
0000161	EDSON VIEIRA NOIA JUNIOR	49,00	-	-	24,50	-	Desclassificado
0002492	FRANCISCO JAIME VASCONCELOS SANTOS	48,00	-	-	24,00	-	Desclassificado
0003410	MANDARA CARISE GUILHER	47,00	-	0,50	24,00	-	Desclassificado
0000333	CARINA GABRIELE BUSS	47,00	-	0,50	24,00	-	Desclassificado
0001983	JULIANA BERTOLDO MULETA	46,00	-	-	23,00	-	Desclassificado
0002978	CAMILA IRIS DA SILVA LARA	46,00	-	-	23,00	-	Desclassificado
0001527	EDUARDA STHEFANI ZEILINGER	45,00	-	-	22,50	-	Desclassificado
0002708	JHONE FERREIRA ALVES	44,00	-	0,50	22,50	-	Desclassificado
0001592	VALDINEI TEODORO DA SILVA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003324	PRINCESA MÉLANIE BERALDINO LEITE RUBIALE	43,00	-	0,50	22,00	-	Desclassificado
0000701	RAYANNE DE OLIVEIRA SILVA	43,00	-	-	21,50	-	Desclassificado
0001641	JOAO BATISTA DE ALMEIDA	42,00	-	-	21,00	-	Desclassificado
0002086	RÉURY CAROLLINE DE ALMEIDA E SILVA	41,00	-	0,50	21,00	-	Desclassificado
0002342	JANAINA NEVES PEREIRA	40,00	-	-	20,00	-	Desclassificado
0002722	CARLOS HENRIQUE CARRIEL DO NASCIMENTO	39,00	-	-	19,50	-	Desclassificado
0000917	CASSIO VINICIUS FONSECA MEIRA	37,00	-	-	18,50	-	Desclassificado
0003581	EVERTON VANNI CATUNDA	34,00	-	-	17,00	-	Desclassificado
0000085	WIRAN DA SILVA	33,00	-	-	16,50	-	Desclassificado
0001685	SUELLEN HOFFMEISTER	30,00	-	-	15,00	-	Desclassificado
0001058	RAFAEL SILVA REZENDE	29,00	-	-	14,50	-	Desclassificado
0002581	TAINAN DA ROSA TOREZZAN	10,00	-	-	5,00	-	Desclassificado
0001831	MATEUS FALCÃO FONTES	10,00	-	-	5,00	-	Desclassificado
0001275	DIONNEAPARECIDA CARRIJO DE SOUZA	-	-	-	-	-	Desclassificado
0002296	JOÃO PAULO BARUFI	-	-	-	-	-	Desclassificado
0004056	CARLOS CESAR APOITIA	-	-	-	-	-	Desclassificado
0003341	CICERO ALLYSSON BARBOSA SILVA	-	-	-	-	-	Desclassificado

0004045	JOÃO PAULO VINHA BITTAR	- - - - - Desclassificado
0001289	LIDIANA CASTRO DE OLIVEIRA	- - - - - Desclassificado
0004051	PAULINE DE ARRUDA RODRIGUES GONÇALVES	- - - - - Desclassificado
0000878	ANTÔNIO SÉRGIO PENHA DE CARVALHO	- - - - - Desclassificado
0000676	JHEINNE NAYARA BUENO DOS SANTOS	- - - - - Desclassificado
0000277	ELENCRIS GARCIA	- - - - - Desclassificado
0001617	ESTER ARAÚJO PINTO	- - - - - Desclassificado

0002087	LEONARDO TAKASHI SASAZAWA	- - - - - Desclassificado
0001812	GEISSI ELLEM TEIXEIRA PETRUNILIO	- - - - - Desclassificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 051/2018

CONTRATADO(a): KEILA MICHELE GROSS

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
002 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	TAQ	PDSV	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001059	LUCIANO POLETTO	70,00	87,00	-	78,50	1º	Classificado
0002974	JACKSON CARVALHO DOS SANTOS	65,00	64,50	-	64,75	2º	Classificado
0000773	JESSICA CAVALCANTE REZINO	65,00	61,00	-	63,00	3º	Classificado
0000925	AMALIA ALESSA SILVA	60,00	51,50	-	55,75	4º	Classificado
0001288	ROGÉRIO DE ARRUDA FRAGA	61,00	11,00	-	36,00	5º	Classificado
0002625	MIGUEL FREITAS MEDINA	57,00	-	-	28,50	-	Desclassificado
0000238	ANDRÉ DA SILVA DIAS DE OLIVEIRA	57,00	-	-	28,50	-	Desclassificado
0002387	VANDER MARCELO PEREIRA	55,00	-	-	27,50	-	Desclassificado
0003649	FELIPE AUGUSTO PACHECO CASTANHO	55,00	-	-	27,50	-	Desclassificado
0000619	MARCELL HENRIQUE RUCHITINICA	49,00	-	-	24,50	-	Desclassificado
0001741	ROGER FERREIRA DA SILVA	49,00	-	-	24,50	-	Desclassificado
0000485	LEONARDO CADO LANZA	48,00	-	-	24,00	-	Desclassificado
0002498	SIDNEY DA COSTA	47,00	-	-	23,50	-	Desclassificado
0001129	RENATA GASPAR DA SILVA	47,00	-	-	23,50	-	Desclassificado
0002699	MAIZA MARIA LACHMAN	47,00	-	-	23,50	-	Desclassificado
0000705	SERAFIM GUIMARÃES CAMPOS	45,00	-	-	22,50	-	Desclassificado
0001846	JADER POMPEO ALBUQUERQUE	45,00	-	-	22,50	-	Desclassificado
0003177	DAYANE DA SILVA ROCHA	45,00	-	-	22,50	-	Desclassificado
0000112	LUCIA PATRICIA SANTOS OLIVEIRA	44,00	-	0,50	22,50	-	Desclassificado
0003455	JULIANA RODRIGUES MIRANDA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003601	CIRO DUARTE E CASTRO	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0004071	PAULA CRISTYNA COSTA CAMPOS RIBEIRO	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003552	JULANIA SOARES DA SILVA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003557	MAIKON VITOLDO CAMPOS KRATCHK	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003056	LORRAINE DA SILVA SOUZA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003134	LUCAS LOPES DE ALMEIDA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0000034	GEBERSON DOMINGUES NORO	43,00	-	-	21,50	-	Desclassificado
0002696	JURMAIR MOREIRA DOS SANTOS JUNIOR	43,00	-	-	21,50	-	Desclassificado
0001929	SABRINA ESTEVÃO BATISTA	43,00	-	-	21,50	-	Desclassificado
0002793	INÁH NAYÁ RIBEIRO LEÃO	42,00	-	-	21,00	-	Desclassificado
0003929	ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA	41,00	-	-	20,50	-	Desclassificado
0000346	DOUGLAS JOSE SILVA ALVES	41,00	-	-	20,50	-	Desclassificado
0003963	LEIDYANE CAPISTRANO DE OLIVEIRA	40,00	-	-	20,00	-	Desclassificado
0000546	THAUANY CORRÊA DE OLIVEIRA	39,00	-	-	19,50	-	Desclassificado
0003561	LUANA PATRICIA OLIVEIRA SANTOS	38,00	-	-	19,00	-	Desclassificado
0003784	LEANDRA CARMO DA SILVA	38,00	-	-	19,00	-	Desclassificado
0000312	GUSTAVO VIDRAGO DE SOUZA MACHADO	37,00	-	-	18,50	-	Desclassificado
0003448	SAMARA MARQUES DE PAULA	36,00	-	-	18,00	-	Desclassificado
0003838	EDMILTON JESUS DE ALMEIDA	35,00	-	-	17,50	-	Desclassificado
0003296	KAMILA SOUZA VAZ	34,00	-	-	17,00	-	Desclassificado
0001606	ADEILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA	33,00	-	-	16,50	-	Desclassificado
0002815	JULIANY FALCÃO SILVA FERREIRA	33,00	-	-	16,50	-	Desclassificado
0001643	TAYANE CAROLINE CAMARGO DE LIMA	33,00	-	-	16,50	-	Desclassificado
0003645	ROBSON NATALINO LOPES	32,00	-	-	16,00	-	Desclassificado
0000493	MARIVONE FERREIRA BERTOLDO	31,00	-	-	15,50	-	Desclassificado
0003923	PAULO ALMEIDA DE SOUZA	31,00	-	-	15,50	-	Desclassificado
0000182	CEZAR ANTUNES MOSSO	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000325	RICARDO FERNANDES	-	-	-	-	-	Desclassificado
0002784	FABIANA KROHLING	-	-	-	-	-	Desclassificado

0003743	BELINE BERMAR DA SILVA	- - - - - Desclassificado
0002830	MARTHA PAULA TEIXEIRA DE FIGUEIREDO	- - - - - Desclassificado
0003098	NESTOR FELIPE SANTIAGO FILHO	- - - - - Desclassificado
0001324	VILMA HELOISE ANTUNES COSTA	- - - - - Desclassificado
0002888	RODRIGO QUEIROZ CRUZ	- - - - - Desclassificado
0001435	LUZIA CONCEICAO DE ALMEIDA	- - - - - Desclassificado
0002893	PAULO CEZAR DE OLIVEIRA	- - - - - Desclassificado
0000833	ALINE PRISCILA CARVALHO DE ALMEIDA	- - - - - Desclassificado
0003908	PAMELA MARÍLIA DE LIMA MENDONÇA	- - - - - Desclassificado
0001545	MAYARA LEITE GUSMÃO	- - - - - Desclassificado
0003264	MATHEUS DOMINGOS BENICIO	- - - - - Desclassificado
0001654	RAYSSA FERNANDES SOARES CAMPOS	- - - - - Desclassificado

0002017	VINICIUS GABRIEL FERREIRA CAVALCANTE	- - - - - Desclassificado
0001247	NATIELE BELO DOS SANTOS	- - - - - Desclassificado
0002246	ANGEL LORRANY GOMES LUNA	- - - - - Desclassificado
0002377	THAINÁ FERNANDA FRANÇA DA SILVA	- - - - - Desclassificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 290/2017

CONTRATADO(a): ERIC DIAS

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
002 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	TAQ	PDSV	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001059	LUCIANO POLETTO	70,00	87,00	-	78,50	1º	Classificado
0002974	JACKSON CARVALHO DOS SANTOS	65,00	64,50	-	64,75	2º	Classificado
0000773	JESSICA CAVALCANTE REZINO	65,00	61,00	-	63,00	3º	Classificado
0000925	AMALIA ALESSA SILVA	60,00	51,50	-	55,75	4º	Classificado
0001288	ROGÉRIO DE ARRUDA FRAGA	61,00	11,00	-	36,00	5º	Classificado
0002625	MIGUEL FREITAS MEDINA	57,00	-	-	28,50	-	Desclassificado
0000238	ANDRÉ DA SILVA DIAS DE OLIVEIRA	57,00	-	-	28,50	-	Desclassificado
0002387	VANDER MARCELO PEREIRA	55,00	-	-	27,50	-	Desclassificado
0003649	FELIPE AUGUSTO PACHECO CASTANHO	55,00	-	-	27,50	-	Desclassificado
0000619	MARCELL HENRIQUE RUCHITINICA	49,00	-	-	24,50	-	Desclassificado
0001741	ROGER FERREIRA DA SILVA	49,00	-	-	24,50	-	Desclassificado
0000485	LEONARDO CADO LANZA	48,00	-	-	24,00	-	Desclassificado
0002498	SIDNEY DA COSTA	47,00	-	-	23,50	-	Desclassificado
0001129	RENATA GASPAR DA SILVA	47,00	-	-	23,50	-	Desclassificado
0002699	MAIZA MARIA LACHMAN	47,00	-	-	23,50	-	Desclassificado
0000705	SERAFIM GUIMARÃES CAMPOS	45,00	-	-	22,50	-	Desclassificado
0001846	JADER POMPEO ALBUQUERQUE	45,00	-	-	22,50	-	Desclassificado
0003177	DAYANE DA SILVA ROCHA	45,00	-	-	22,50	-	Desclassificado
0000112	LUCIA PATRICIA SANTOS OLIVEIRA	44,00	-	0,50	22,50	-	Desclassificado
0003455	JULIANA RODRIGUES MIRANDA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003601	CIRO DUARTE E CASTRO	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0004071	PAULA CRISTYNA COSTA CAMPOS RIBEIRO	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003552	JULANIA SOARES DA SILVA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003557	MAIKON VITOLDO CAMPOS KRATCHK	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003056	LORRAINE DA SILVA SOUZA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0003134	LUCAS LOPES DE ALMEIDA	44,00	-	-	22,00	-	Desclassificado
0000034	GEBERSON DOMINGUES NORO	43,00	-	-	21,50	-	Desclassificado
0002696	JURMAIR MOREIRA DOS SANTOS JUNIOR	43,00	-	-	21,50	-	Desclassificado
0001929	SABRINA ESTEVÃO BATISTA	43,00	-	-	21,50	-	Desclassificado
0002793	INÁH NAYÁ RIBEIRO LEÃO	42,00	-	-	21,00	-	Desclassificado
0003929	ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA	41,00	-	-	20,50	-	Desclassificado
0000346	DOUGLAS JOSE SILVA ALVES	41,00	-	-	20,50	-	Desclassificado
0003963	LEIDYANE CAPISTRANO DE OLIVEIRA	40,00	-	-	20,00	-	Desclassificado
0000546	THAUANY CORRÊA DE OLIVEIRA	39,00	-	-	19,50	-	Desclassificado
0003561	LUANA PATRICIA OLIVEIRA SANTOS	38,00	-	-	19,00	-	Desclassificado
0003784	LEANDRA CARMO DA SILVA	38,00	-	-	19,00	-	Desclassificado
0000312	GUSTAVO VIDRAGO DE SOUZA MACHADO	37,00	-	-	18,50	-	Desclassificado
0003448	SAMARA MARQUES DE PAULA	36,00	-	-	18,00	-	Desclassificado
0003838	EDMILTON JESUS DE ALMEIDA	35,00	-	-	17,50	-	Desclassificado
0003296	KAMILA SOUZA VAZ	34,00	-	-	17,00	-	Desclassificado
0001606	ADEILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA	33,00	-	-	16,50	-	Desclassificado
0002815	JULIANY FALCÃO SILVA FERREIRA	33,00	-	-	16,50	-	Desclassificado
0001643	TAYANE CAROLINE CAMARGO DE LIMA	33,00	-	-	16,50	-	Desclassificado
0003645	ROBSON NATALINO LOPES	32,00	-	-	16,00	-	Desclassificado
0000493	MARIVONE FERREIRA BERTOLDO	31,00	-	-	15,50	-	Desclassificado
0003923	PAULO ALMEIDA DE SOUZA	31,00	-	-	15,50	-	Desclassificado
0000182	CEZAR ANTUNES MOSSO	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000325	RICARDO FERNANDES	-	-	-	-	-	Desclassificado
0002784	FABIANA KROHLING	-	-	-	-	-	Desclassificado

0003743	BELINE BERMAR DA SILVA	- - - - - Desclassificado
0002830	MARTHA PAULA TEIXEIRA DE FIGUEIREDO	- - - - - Desclassificado
0003098	NESTOR FELIPE SANTIAGO FILHO	- - - - - Desclassificado
0001324	VILMA HELOISE ANTUNES COSTA	- - - - - Desclassificado
0002888	RODRIGO QUEIROZ CRUZ	- - - - - Desclassificado
0001435	LUZIA CONCEICAO DE ALMEIDA	- - - - - Desclassificado
0002893	PAULO CEZAR DE OLIVEIRA	- - - - - Desclassificado
0000833	ALINE PRISCILA CARVALHO DE ALMEIDA	- - - - - Desclassificado
0003908	PAMELA MARÍLIA DE LIMA MENDONÇA	- - - - - Desclassificado
0001545	MAYARA LEITE GUSMÃO	- - - - - Desclassificado

0003264	MATHEUS DOMINGOS BENICIO	- - - - - Desclassificado
0001654	RAYSSA FERNANDES SOARES CAMPOS	- - - - - Desclassificado
0002017	VINICIUS GABRIEL FERREIRA CAVALCANTE	- - - - - Desclassificado
0001247	NATIELE BELO DOS SANTOS	- - - - - Desclassificado
0002246	ANGEL LORRANY GOMES LUNA	- - - - - Desclassificado
0002377	THAINÁ FERNANDA FRANÇA DA SILVA	- - - - - Desclassificado

GABINETE
015 - MÉDICO - CLINICO GERAL - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CESP	CE	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000606	MICHEL KÁSSIO DE CARVALHO MILANEZI	-	-	-	-	7,00	39,00	31,00	77,00	1º	Aprovado
0004516	LARISSA BOTELHO PEDRINI	-	-	-	-	5,00	38,00	30,00	73,00	2º	Aprovado
0001967	PATRICIA MAYANE DA SILVA SANTOS	-	-	-	-	6,00	31,00	32,00	69,00	3º	Aprovado
0004365	MAURICIO HENRIQUE DOS SANTOS LOPES	-	-	-	-	6,00	29,00	33,00	68,00	4º	Aprovado
0002422	VANEIDA MOREIRA DA SILVA	-	-	-	-	3,00	32,00	32,00	67,00	5º	Aprovado
0002420	LUIZ FERNANDO VENTUROLI CUSTODIO	-	-	-	0,50	4,00	28,00	34,00	66,50	6º	Aprovado
0004236	JHONNATAN DE MATHIAS MEDEIROS BRAGANÇA	-	-	-	-	4,00	29,00	31,00	64,00	7º	Aprovado
0000486	MARIA CRISTINA GUSMAO KROHLING	-	-	-	-	3,00	30,00	30,00	63,00	8º	Aprovado
0002794	ROBERTO ROMEU GOMES DA COSTA	-	-	-	-	6,00	28,00	29,00	63,00	9º	Aprovado
0004587	MAYSA MILLENA DE MATTOS LUZ	-	-	-	-	5,00	26,00	31,00	62,00	10º	Classificado
0002348	FERNANDO TIARAJU QUINTANA	-	-	-	-	5,00	30,00	26,00	61,00	11º	Classificado
0001365	THAIS MONTE DA CRUZ	-	-	-	-	2,00	29,00	30,00	61,00	12º	Classificado
0001484	ATHOS DE OLIVEIRA MATUDA	-	-	-	0,50	4,00	27,00	27,00	58,50	13º	Classificado
0001371	TONY HIROSHI KATSURAGAWA	-	-	-	2,00	4,00	23,00	28,00	57,00	14º	Classificado
0003935	EVANDRO COSTA RIBEIRO	-	-	-	-	6,00	22,00	28,00	56,00	15º	Classificado
0004427	LUZITANIA VIEIRA PIOVEZAN	-	-	-	-	2,00	19,00	33,00	54,00	16º	Classificado
0001966	CLAUDIO JUNIOR GRETTER	-	-	-	-	3,00	24,00	26,00	53,00	17º	Classificado
0001552	JULIO RICARDO SCHLOSSER PERIA	-	-	-	-	3,00	22,00	28,00	53,00	18º	Classificado
0004505	CAROLINE REYES	-	-	-	-	4,00	18,00	31,00	53,00	19º	Classificado
0003343	LARISSA VITORASSI CAYRES	-	-	-	-	6,00	23,00	23,00	52,00	20º	Classificado
0004428	SANRLEY NEGREIROS DA SILVA	-	-	-	-	2,00	25,00	24,00	51,00	21º	Classificado
0003228	MAITIARA BRUNA TELES GONDIM	-	-	-	-	1,00	22,00	27,00	50,00	22º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 241/2017

CONTRATADO(a): MARIVANIA DE SOUZA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 305/2017

CONTRATADO(a): INÁ KHARYN MANRIQUE

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
017 - ENFERMEIRO - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CE	CS	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001690	KELLY ALMEIDA CAMPOS	-	-	-	-	7,00	37,00	35,00	79,00	1º	Aprovado
0004043	LUDMILA SCARPATT FELISBINO	-	-	-	-	8,00	33,00	36,00	77,00	2º	Aprovado
0001984	SEBASTIANA DAS GRAÇAS SOARES CUNHA	-	-	-	-	6,00	34,00	36,00	76,00	3º	Aprovado
0004163	PHABLO MONTEIRO	-	-	-	-	8,00	35,00	32,00	75,00	4º	Classificado
0004326	PAULA CAPISTRANO DE OLIVEIRA CARVALHO	-	-	-	0,50	9,00	35,00	30,00	74,50	5º	Classificado
0003575	BRUNA RAFAELA PAIS PEDROSO	-	-	-	-	6,00	36,00	32,00	74,00	6º	Classificado
0003063	MARIELLE JEANI PRASNIEVSKI DA SILVA	-	-	-	1,00	3,00	35,00	35,00	74,00	7º	Classificado
0001355	SILMARA DE SOUZA	-	-	-	0,50	5,00	34,00	34,00	73,50	8º	Classificado
0001497	ROSANE PEREIRA QUEIROZ	-	-	-	-	7,00	36,00	30,00	73,00	9º	Classificado
0003041	MONIQUE MAIRA MACIEL	-	-	-	-	7,00	36,00	29,00	72,00	10º	Classificado
0001039	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	-	-	-	-	7,00	34,00	31,00	72,00	11º	Classificado
0002026	WÉRIKA WERYANNE ROSA DE SOUZA	-	-	-	-	4,00	33,00	34,00	71,00	12º	Classificado
0003039	HUGO GIOVANE LEAL BLECHA	-	-	-	-	7,00	29,00	35,00	71,00	13º	Classificado
0002701	NAYARA FERREIRA	-	-	-	1,00	4,00	34,00	31,00	70,00	14º	Classificado
0000961	PEDRO WILSON DE LIMA SANTANA	-	-	-	0,50	6,00	33,00	30,00	69,50	15º	Classificado
0003239	WALDINEY CANI SANTOS	-	-	-	0,50	5,00	30,00	34,00	69,50	16º	Classificado
0004571	LUANA CRISTINE BARROS AGUIAR	-	-	-	0,50	6,00	28,00	35,00	69,50	17º	Classificado
0004441	SABRINA PAULO COUTO	-	-	-	-	6,00	33,00	30,00	69,00	18º	Classificado
0001634	NATHALIA FERNANDES	-	-	-	-	5,00	32,00	32,00	69,00	19º	Classificado
0004527	FLÁVIA ANDREIA AZEVEDO ALVES DA SILVA	-	-	-	0,50	5,00	30,00	33,00	68,50	20º	Classificado
0004306	YASMIN ALVES MOREIRA	-	-	-	-	5,00	35,00	28,00	68,00	21º	Classificado
0004143	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	-	-	-	-	3,00	34,00	31,00	68,00	22º	Classificado
0000516	KAREN IZABEL ARRUDA LIMA	-	-	-	0,50	2,00	35,00	29,00	66,50	23º	Classificado
0003262	THAIZA FERNANDA FELIPE DOS SANTOS	-	-	-	-	4,00	33,00	29,00	66,00	24º	Classificado
0000740	FIAMA MARQUES DE MATTOS	-	-	-	-	5,00	32,00	29,00	66,00	25º	Classificado
0000844	JOSEANE TEIXEIRA MORONE CARLOS	-	-	-	-	5,00	31,00	30,00	66,00	26º	Classificado

0004443	JESSICA MAYDAN MORAES DA SILVA	-	-	-	-	4,00	31,00	31,00	66,00	27º	Classificado
0000354	KELLY THAIS PESTANA BESPALHUK	-	-	-	-	6,00	30,00	30,00	66,00	28º	Classificado
0001491	NAGILLA KAROLINNY FONTES ARRUDA	-	-	-	-	5,00	30,00	31,00	66,00	29º	Classificado
0004503	ELAINE GABRIELA PEREIRA	-	-	-	0,50	7,00	27,00	31,00	65,50	30º	Classificado
0002380	MANOEL RAIMUNDO CRAMES CASTRO	-	-	-	-	5,00	33,00	27,00	65,00	31º	Classificado
0003092	LAÍZA STRINTA CASTELLI	-	-	-	-	6,00	32,00	27,00	65,00	32º	Classificado
0004258	BIANCA LORRANNY RODRIGUES	-	-	-	-	2,00	32,00	31,00	65,00	33º	Classificado
0003768	SILVIA SAMARA PEDROSO BRANCO	-	-	-	-	5,00	31,00	29,00	65,00	34º	Classificado
0001898	KAMYLA ALVES FERREIRA	-	-	-	-	4,00	30,00	31,00	65,00	35º	Classificado
0004368	LAURA PATRICIA TEIXEIRA NOGUEIRA	-	-	-	-	4,00	27,00	34,00	65,00	36º	Classificado
0002517	FRANCIÉLI MATTEI DOS SANTOS	-	-	-	0,50	2,00	34,00	28,00	64,50	37º	Classificado
0004356	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE	-	-	-	0,50	3,00	32,00	29,00	64,50	38º	Classificado
0003380	BRUNO TEODORO GOMES	-	-	-	-	2,00	35,00	27,00	64,00	39º	Classificado
0004047	HALLYNE LESSA	-	-	-	-	4,00	33,00	27,00	64,00	40º	Classificado
0001635	ANDRESA CRISTINA GNOATTO	-	-	-	-	2,00	31,00	31,00	64,00	41º	Classificado
0000113	SUELLEN FARIA ALECRIM	-	-	-	-	6,00	28,00	30,00	64,00	42º	Classificado
0002019	MARA JACKELINE ALMEIDA DOS SANTOS	-	-	-	-	5,00	27,00	32,00	64,00	43º	Classificado
0003025	CAROLINA PICOLOTO	-	-	-	-	2,00	33,00	28,00	63,00	44º	Classificado
0003867	KETINY KELLEN DA SILVA AMORIM	-	-	-	-	4,00	31,00	28,00	63,00	45º	Classificado
0001520	THAIS FERNANDA DE PAULA RODRIGUES	-	-	-	-	3,00	28,00	32,00	63,00	46º	Classificado
0003776	LESIANI SANTIAGO RODRIGUES	-	-	-	-	6,00	27,00	30,00	63,00	47º	Classificado
0001014	RAFAEL FERNANDES DEMARCHI	-	-	-	-	3,00	27,00	33,00	63,00	48º	Classificado
0003882	RICARDA ALESSANDRA MACHADO MINETTO	-	-	-	0,50	4,00	34,00	24,00	62,50	49º	Classificado

0003052	JAMILE AUGUSTA PASSARINI BATISTA	- - - -	4,00	31,00	27,00	62,00	50º	Classificado
0003173	GRASIELA CRISTINA SILVA BOTELHO SILVESTRE	- - - 1,00	2,00	31,00	28,00	62,00	51º	Classificado
0002760	GLACI APARECIDA VIGILATO	- - - -	3,00	30,00	29,00	62,00	52º	Classificado
0001978	ANTONIA DINÁGILA DO NASCIMENTO RIBEIRO	- - - -	4,00	30,00	28,00	62,00	53º	Classificado
0004461	MAYSA BERTOLLO DE ARAÚJO	- - - -	6,00	30,00	26,00	62,00	54º	Classificado
0003800	JAQUELINE AGREPINA DA SILVA	- - - -	5,00	29,00	28,00	62,00	55º	Classificado
0001385	ELAINE RODRIGUES DOS SANTOS	- - - -	4,00	29,00	29,00	62,00	56º	Classificado
0002345	MARCIA DANIELA TRENTIN	- - - -	4,00	28,00	30,00	62,00	57º	Classificado
0001795	RAIANE APARECIDA GONÇALVES	- - - -	8,00	26,00	28,00	62,00	58º	Classificado
0004457	VIVIAN THAIS TIECHER SIMIÃO	- - - 0,50	2,00	29,00	30,00	61,50	59º	Classificado
0001544	MARCIANE APARECIDA SIMILLI	- - - 0,50	6,00	28,00	27,00	61,50	60º	Classificado
0004561	CLEONICE DE PAULA	- - - -	3,00	34,00	24,00	61,00	61º	Classificado
0004569	JULIANA ANACLETO CRUZ	- - - -	2,00	31,00	28,00	61,00	62º	Classificado
0003834	JUSSARA ARAUJO PEREIRA	- - - -	6,00	30,00	25,00	61,00	63º	Classificado
0002133	LEILA JUSSARA BERLET	- - - 1,00	4,00	30,00	26,00	61,00	64º	Classificado
0004359	IRAMAIA ROSANA MANTELLI PEZATTI MARQUES	- - - -	2,00	29,00	30,00	61,00	65º	Classificado
0000104	TATIANE ARAUJO OLIVEIRA	- - - -	4,00	28,00	29,00	61,00	66º	Classificado
0004602	AFANNAZIO JAZADJI FERREIRA BERTO	- - - -	6,00	28,00	27,00	61,00	67º	Classificado
0001397	AMANDA EVANGELISTA DA SILVA	- - - -	4,00	28,00	29,00	61,00	68º	Classificado
0004312	ROSEANE PINHEIRO	- - - -	2,00	27,00	32,00	61,00	69º	Classificado
0001376	GABRIELLE AMARAL BEZAGIO	- - - -	4,00	27,00	30,00	61,00	70º	Classificado
0000857	REGIANE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA	- - - 0,50	6,00	30,00	24,00	60,50	71º	Classificado
0004483	PAULA FERNANDES DE BARROS RISPAR	- - - 0,50	3,00	30,00	27,00	60,50	72º	Classificado
0004191	TATIANE BATISTA PEREIRA	- - - 0,50	3,00	30,00	27,00	60,50	73º	Classificado
0001431	DAYANA DANTAS DE OLIVEIRA	- - - 0,50	5,00	27,00	28,00	60,50	74º	Classificado
0003265	ROSÂNGELA APARECIDA GONÇALVES	- - - -	3,00	31,00	26,00	60,00	75º	Classificado
0004009	CLAUDIA SOUZA PEIXOTO	- - - -	3,00	30,00	27,00	60,00	76º	Classificado
0001605	THALISON FERNANDES PINHEIRO	- - - -	4,00	28,00	28,00	60,00	77º	Classificado
0000930	LEYLANE APARECIDA DE PAULA GOMES	- - - -	5,00	25,00	30,00	60,00	78º	Classificado
0001782	JUSSARA CARLOS DA SILVA	- - - 0,50	3,00	33,00	23,00	59,50	79º	Classificado
0003638	REILLY PEREIRA MELO	- - - 0,50	7,00	29,00	23,00	59,50	80º	Classificado
0003386	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	- - - 0,50	4,00	28,00	27,00	59,50	81º	Classificado
0004308	FLANKYA GOMES PEREIRA ARAÚJO	- - - -	3,00	32,00	24,00	59,00	82º	Classificado
0003395	FLAVIANA DAS DORES BARROS	- - - -	3,00	31,00	25,00	59,00	83º	Classificado
0004215	DAIANY CHRISTINA DE ARAUJO CAMPOS	- - - -	5,00	29,00	25,00	59,00	84º	Classificado
0001167	DANIELLE PRISCILLA TAVARES WASSELAI	- - - -	2,00	28,00	29,00	59,00	85º	Classificado
0002465	THAIS DI DOMENICO	- - - -	4,00	27,00	28,00	59,00	86º	Classificado
0003101	BARBARA MARIA ANTUNES BARROSO	- - - -	4,00	27,00	28,00	59,00	87º	Classificado
0004311	DANIELE MERISIO RAIMUNDI SANTOS	- - - 0,50	4,00	32,00	22,00	58,50	88º	Classificado
0004222	FABIANA REGINA DE SOUZA	- - - 0,50	3,00	29,00	26,00	58,50	89º	Classificado
0000023	DANIELLI DA SILVA	- - - 0,50	6,00	27,00	25,00	58,50	90º	Classificado
0004226	ELY ANE CARNEIRO MARTINS	- - - -	2,00	30,00	26,00	58,00	91º	Classificado
0004475	LEANDRO ANDRADE	- - - -	2,00	29,00	27,00	58,00	92º	Classificado
0004644	MARIA PRISCILA TOMAZ DE PAULA	- - - -	4,00	29,00	25,00	58,00	93º	Classificado
0004453	ADRIANO ALVES DOS SANTOS	- - - -	1,00	29,00	28,00	58,00	94º	Classificado
0000220	KARINNA TEIXEIRA ROCHA	- - - -	1,00	29,00	28,00	58,00	95º	Classificado
0004130	PRISCILA BARROS SCHNEIDER	- - - -	3,00	29,00	26,00	58,00	96º	Classificado
0000389	THEYSA MICHELLY DE LAMÔNICA	- - - -	5,00	26,00	27,00	58,00	97º	Classificado
0000948	ELZINHA NOBRES DA SILVA ALEIXO DE CASTRO	- - - 0,50	3,00	29,00	25,00	57,50	98º	Classificado
0004623	JAMYLLE DA SILVA SOUZA	- - - 0,50	4,00	29,00	24,00	57,50	99º	Classificado
0004539	ELLAN DOS SANTOS DIAS	- - - -	1,00	30,00	26,00	57,00	100º	Classificado

0002761	ADILENE MARIA DA SILVA	- - - -	2,00	29,00	26,00	57,00	101º	Classificado

0002304	JESSICA PRESTES SILQUEIRA	- - - -	3,00	29,00	25,00	57,00	102º	Classificado
0003059	JESSICA AMANDA DA CRUZ GURKA	- - - -	2,00	29,00	26,00	57,00	103º	Classificado
0000886	BRUNO PEREIRA DO NASCIMENTO	- - - -	4,00	27,00	26,00	57,00	104º	Classificado
0001518	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	- - - 0,50	2,00	29,00	25,00	56,50	105º	Classificado
0004281	GABRIELLY HARALA CORREIA	- - - -	4,00	34,00	18,00	56,00	106º	Classificado
0004556	CLEIDE CONCEIÇÃO DA SILVA	- - - -	1,00	31,00	24,00	56,00	107º	Classificado
0004560	GERUZA CRISTINA DE LIMA	- - - -	5,00	31,00	20,00	56,00	108º	Classificado
0000050	INÁ KHARYN MANRIQUE	- - - -	7,00	30,00	19,00	56,00	109º	Classificado
0001469	THAIS HELENA DA MATA CAMPOS	- - - -	6,00	30,00	20,00	56,00	110º	Classificado
0002583	RHAYANE JOYCE NASCIMENTO DE LARA	- - - -	2,00	30,00	24,00	56,00	111º	Classificado
0001227	BÁRBARA CHRISTINE BARROS AMARAL	- - - -	3,00	29,00	24,00	56,00	112º	Classificado
0002474	ANA PAULA DE SOUZA CASTRÃO	- - - -	4,00	25,00	27,00	56,00	113º	Classificado
0003389	EDINA BRITO DO PINHO	- - - -	5,00	24,00	27,00	56,00	114º	Classificado
0001464	LUCIANE LUZIA MENDES	- - - 0,50	4,00	28,00	23,00	55,50	115º	Classificado
0004555	RENATE LANGHORST	- - - 0,50	3,00	28,00	24,00	55,50	116º	Classificado
0000127	JOSINEIA MINEIRO PORTELA	- - - 0,50	1,00	28,00	26,00	55,50	117º	Classificado
0004495	ANDRIELI PIOVEZAN ROCHA	- - - 0,50	4,00	28,00	23,00	55,50	118º	Classificado
0004339	DENNISLAINE ALVES LIMA DANTAS	- - - 0,50	1,00	27,00	27,00	55,50	119º	Classificado
0001548	ARESTIDES GOMES DA SILVA FERREIRA	- - - 0,50	3,00	26,00	26,00	55,50	120º	Classificado
0002605	KAROLINE ALMEIDA MAZUR	- - - 0,50	3,00	25,00	27,00	55,50	121º	Classificado
0001263	MARIO JUNIOR CIRQUEIRA BINI	- - - -	3,00	30,00	22,00	55,00	122º	Classificado
0004001	LETÍCIA CRISTINA FRANÇA DE ASSIS	- - - -	2,00	29,00	24,00	55,00	123º	Classificado
0003703	VANESSA PEREIRA VILELA	- - - -	2,00	28,00	25,00	55,00	124º	Classificado
0003454	JAQUELINE BARROS DE SOUZA	- - - -	4,00	28,00	23,00	55,00	125º	Classificado
0004372	VALÉRIA SCHERER ALVES	- - - -	2,00	28,00	25,00	55,00	126º	Classificado
0001322	AMANDA PEREIRA DE SIQUEIRA	- - - -	3,00	28,00	24,00	55,00	127º	Classificado
0001367	ROSANE DA SILVA LIMA	- - - -	2,00	27,00	26,00	55,00	128º	Classificado
0002967	MAICO PEREIRA DE BRITO	- - - -	3,00	27,00	25,00	55,00	129º	Classificado
0001756	EDILZA SIQUEIRA DE SOUZA	- - - -	3,00	26,00	26,00	55,00	130º	Classificado
0003519	NÊMORA DA SILVA BARROS	- - - -	2,00	26,00	27,00	55,00	131º	Classificado
0003043	HIASMIN MARQUES CARDOSO	- - - -	2,00	26,00	27,00	55,00	132º	Classificado
0001808	VALÉRIA ARRUDA VILELA E SILVA	- - - -	4,00	26,00	25,00	55,00	133º	Classificado
0003026	IGOR EUCLIDES RESENDE SILVA	- - - -	4,00	26,00	25,00	55,00	134º	Classificado
0000111	CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR	- - - -	3,00	25,00	27,00	55,00	135º	Classificado
0000090	LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	- - - -	5,00	25,00	25,00	55,00	136º	Classificado
0000420	FERNANDA PEREIRA AGUIAR	- - - -	4,00	25,00	26,00	55,00	137º	Classificado
0000456	CARLA CRISTINA BURG	- - - -	4,00	24,00	27,00	55,00	138º	Classificado
0002189	PÉRICLES FERREIRA SOBRINHO	- - - -	4,00	28,00	22,00	54,00	139º	Classificado
0001646	PATRYCIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA COSTA	- - - -	1,00	28,00	25,00	54,00	140º	Classificado
0001492	PATRICIA DOS SANTOS PEREIRA CAVALCANTE	- - - -	4,00	28,00	22,00	54,00	141º	Classificado
0000047	SHEYENE VIVIANE GOMES LIMA	- - - -	4,00	27,00	23,00	54,00	142º	Classificado
0002089	ALAN CARLOS MÓDOLO SANTOS	- - - -	5,00	26,00	23,00	54,00	143º	Classificado
0000559	LEILA STOFFEL MAIA	- - - -	3,00	25,00	26,00	54,00	144º	Classificado
0000370	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	- - - -	2,00	24,00	28,00	54,00	145º	Classificado
0002527	ALINE ANDRESSA RODRIGUES SOUSA	- - - -	3,00	23,00	28,00	54,00	146º	Classificado
0002585	KARINA APARECIDA DE LARA FERREIRA FONTES	- - - 0,50	4,00	26,00	23,00	53,50	147º	Classificado
0002221	MICHELLE GOMES DAVILA DOS SANTOS	- - - 0,50	5,00	25,00	23,00	53,50	148º	Classificado
0003402	THAIS DA SILVA ALVES	- - - 0,50	4,00	21,00	28,00	53,50	149º	Classificado
0001771	VALDINETE MENDES DA SILVA	- - - -	1,00	30,00	22,00	53,00	150º	Classificado
0001292	SAMUEL PINTO SANTOS	- - - -	3,00	29,00	21,00	53,00	151º	Classificado

0004421	MARCELO APARECIDO VIEIRA	- - - -	2,00	26,00	25,00	53,00	152º	Classificado
0003777	GISLAINE APARECIDA DE LIMA	- - - -	2,00	26,00	25,00	53,00	153º	Classificado
0004455	GIOVANNI VANNI BILIATO	- - - -	3,00	24,00	26,00	53,00	154º	Classificado
0000022	FABRÍCIO JESUS MARTINS	- - - -	4,00	24,00	25,00	53,00	155º	Classificado
0002117	JESSICA MAIARA COSTA PORTO	- - - 0,50	2,00	29,00	21,00	52,50	156º	Classificado
0003613	ADSLEYANE RAMOS DE FRANÇA DA GAMA	- - - -	2,00	27,00	23,00	52,00	157º	Classificado
0000783	FERNANDA SUPELETO CAMARGO	- - - -	2,00	26,00	24,00	52,00	158º	Classificado
0004263	SELMA ARAÚJO DANTAS	- - - -	3,00	25,00	24,00	52,00	159º	Classificado
0001807	ISABELLA VAZ SIMÃO	- - - -	1,00	25,00	26,00	52,00	160º	Classificado
0004454	CAROLINE PIMENTEL DE ALMEIDA	- - - -	3,00	25,00	24,00	52,00	161º	Classificado
0004286	NAYARA BENI DA SILVA	- - - -	5,00	24,00	23,00	52,00	162º	Classificado
0002438	CAMILLA YASMYNE DOMINGUES MONTANI	- - - -	6,00	22,00	24,00	52,00	163º	Classificado
0001061	KALYNNE MAGILLY PIRES DE OLIVEIRA SILVA	- - - -	2,00	22,00	28,00	52,00	164º	Classificado
0002373	TATIANE GRAMINHO	- - - -	6,00	22,00	24,00	52,00	165º	Classificado
0002336	LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO	- - - 0,50	3,00	25,00	23,00	51,50	166º	Classificado
0001278	LILIAN IZIDIO FERREIRA DA SILVA	- - - -	2,00	31,00	18,00	51,00	167º	Classificado
0002394	ROSEANY PATRICIA SILVA ROCHA	- - - -	2,00	31,00	18,00	51,00	168º	Classificado
0000974	NEVAIR APARECIDA ALVES DA GUIA DE FREITAS	- - - -	5,00	27,00	19,00	51,00	169º	Classificado
0002979	MARCELA BARAVIEIRA COSTA	- - - -	1,00	27,00	23,00	51,00	170º	Classificado
0004305	ALINE PORFIRIO DA SILVA	- - - -	4,00	27,00	20,00	51,00	171º	Classificado
0004493	CLARICEIA MONTEIRO LIMA KRUPINSKI	- - - -	2,00	26,00	23,00	51,00	172º	Classificado
0000795	MARCELO AUGUSTO PFEIFER PUÇA	- - - -	1,00	26,00	24,00	51,00	173º	Classificado
0004291	VANILDA DA SILVA FERNANDES	- - - -	4,00	25,00	22,00	51,00	174º	Classificado
0004392	ENEZINA PEREIRA DE ALMEIDA	- - - -	1,00	25,00	25,00	51,00	175º	Classificado
0001666	MYRIAN GONÇALVES DOS REIS	- - - -	3,00	25,00	23,00	51,00	176º	Classificado
0004489	REGIANE ELIDIA SAMPAIO REGIS BALBINO	- - - -	3,00	24,00	24,00	51,00	177º	Classificado

0004120	CILEIDE MARQUES DE OLIVEIRA	- - - -	1,00	22,00	28,00	51,00	178º	Classificado
0000273	PATRICIA CAROLINA ANTUNES DE ARRUDA	- - - -	3,00	22,00	26,00	51,00	179º	Classificado
0004599	VANESSA MARTINS HANAUER	- - - -	3,00	20,00	28,00	51,00	180º	Classificado
0000506	SIMONIA BRIGIDO CRUZ DE SIQUEIRA	- - - 0,50	2,00	23,00	25,00	50,50	181º	Classificado
0004504	JANETE MARLEI BARBOSA VAZ	- - - 0,50	3,00	22,00	25,00	50,50	182º	Classificado
0003902	FAYANNE ARAÚJO GAÍVA	- - - -	3,00	29,00	18,00	50,00	183º	Classificado
0001301	GEIZE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	- - - -	3,00	28,00	19,00	50,00	184º	Classificado
0001077	TAYNE PAULA DE ALMEIDA	- - - -	4,00	28,00	18,00	50,00	185º	Classificado
0002692	ADELITA BARROS DE AGUIAR	- - - -	3,00	27,00	20,00	50,00	186º	Classificado
0002927	SANDRA FERNANDES DE PAULA	- - - -	1,00	26,00	23,00	50,00	187º	Classificado
0004448	DIOGO LUIZ QUEIROZ ARNOLDO	- - - -	1,00	25,00	24,00	50,00	188º	Classificado
0003108	JOYCE LIMA	- - - -	5,00	24,00	21,00	50,00	189º	Classificado
0000455	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	- - - -	6,00	21,00	23,00	50,00	190º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 272/2017

CONTRATADO(a): KELLEN SIMONINI MOLINA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 16/07/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 146/2017

CONTRATADO(a): SUELY FERREIRA DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 080/2017

CONTRATADO(a): VANELLY BATISTA PEREIRA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 140/2017

CONTRATADO(a): NADIANE JERONIMO DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 109-2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS.

CONTRATADO: OFICINA - ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 23 DE MARÇO DE 2019 .

GABINETE
026 - ASSISTENTE SOCIAL - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	TAQ	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000242	ANA MARIA SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA	-	-	10,00	47,00	27,00	84,00	1º	Aprovado
0003504	JOSEANY LUIZA DE AMORIM	-	0,50	7,00	44,00	31,00	82,50	2º	Classificado
0000077	LUCAS XAVIER RODRIGUES	-	-	6,00	41,00	31,00	78,00	3º	Classificado
0003720	ANA PAULA DA SILVA	-	-	4,00	42,00	27,00	73,00	4º	Classificado
0002775	OLGA SANCHE LESMO	-	-	4,00	38,00	29,00	71,00	5º	Classificado
0001547	ALRIDENIS SILVA DE AZEVEDO	-	-	4,00	42,00	24,00	70,00	6º	Classificado
0000518	JESSYKA EVELLYN OLIVEIRA COSTA	-	0,50	6,00	38,00	24,00	68,50	7º	Classificado
0004635	SUZANA PRZYBYSZEWSKI BARROS	-	-	3,00	35,00	29,00	67,00	8º	Classificado
0002563	FRANCISNEIA SOCORRO DA SILVA	-	-	3,00	34,00	29,00	66,00	9º	Classificado
0002657	VERONICA REGINA XAVIER	-	-	7,00	32,00	27,00	66,00	10º	Classificado
0003790	HELIDA IVANNA F DA SILVA RIBEIRO	-	0,50	4,00	35,00	26,00	65,50	11º	Classificado
0001349	LUCILENE RODRIGUES DA SILVA	-	-	3,00	36,00	26,00	65,00	12º	Classificado
0000572	SILVIA KAROLINA FERREIRA	-	-	3,00	36,00	26,00	65,00	13º	Classificado
0001800	MICHELLE DA SILVA CLEMENTI PEREIRA	-	-	6,00	35,00	24,00	65,00	14º	Classificado
0003206	DELAINE REGINA BERTOLDI	-	-	4,00	30,00	30,00	64,00	15º	Classificado
0004383	FRANCISCA DE PAULA DA SILVA BEZERRA SOARES	-	0,50	3,00	37,00	23,00	63,50	16º	Classificado
0003375	DIVACI SANTOS PRADO BASSETTO	-	-	4,00	33,00	26,00	63,00	17º	Classificado
0001640	LETICIA MENDES BUENO	-	0,50	4,00	33,00	25,00	62,50	18º	Classificado
0000175	CLEIDE MOREIRA DE SOUZA	-	-	2,00	35,00	25,00	62,00	19º	Classificado
0003616	LANA MARIA GONÇALVES FIGUEIREDO	-	-	2,00	29,00	31,00	62,00	20º	Classificado
0000532	WELLYKA FABIANE DE ARRUDA NASCIMENTO	-	0,50	2,00	30,00	29,00	61,50	21º	Classificado
0001817	VERA DE SOUZA BENITES	-	0,50	2,00	34,00	24,00	60,50	22º	Classificado
0003076	ERLAINE SILVA	-	0,50	4,00	31,00	25,00	60,50	23º	Classificado
0004562	ELZI LAURINDO GOMES	-	-	3,00	34,00	23,00	60,00	24º	Classificado
0002110	ROSILENE COSTA DE SOUZA XIMENES	-	-	5,00	34,00	21,00	60,00	25º	Classificado
0003042	JOANA DE SENE FARIA AMORIM	-	-	4,00	28,00	28,00	60,00	26º	Classificado

0002459	JAYNA LUZIA ARCANJO LIMA PULCHERIO	-	0,50	2,00	30,00	27,00	59,50	27º	Classificado
0000016	TATIANE DA COSTA SILVA	-	-	4,00	32,00	23,00	59,00	28º	Classificado
0002376	VIVIANNY MAWARA LINO CAMPOS	-	-	4,00	33,00	21,00	58,00	29º	Classificado
0004581	EDER FRANCO DE BRITTO BARCELOS	-	-	3,00	28,00	27,00	58,00	30º	Classificado
0002989	NEILY MOREIRA DO NASCIMENTO	-	-	2,00	34,00	21,00	57,00	31º	Classificado
0000464	ALINE ARAUJO MARTINS	-	-	3,00	32,00	21,00	56,00	32º	Classificado
0002340	MARCIA DEUNGARO FERNANDES	-	-	2,00	29,00	25,00	56,00	33º	Classificado
0003593	FATIMA APARECIDA PÊGO DE SOUZA	-	-	3,00	27,00	26,00	56,00	34º	Classificado
0002630	LAYDE LAURA PEREIRA DA CRUZ	-	-	2,00	27,00	27,00	56,00	35º	Classificado
0003036	ADRIANA DIAS FERNANDES	-	-	1,00	29,00	25,00	55,00	36º	Classificado
0003495	LUCIANA CARMEN DA SILVA	-	0,50	3,00	30,00	20,00	53,50	37º	Classificado
0001648	MARCIONE SOUZA PASSOS	-	-	2,00	30,00	21,00	53,00	38º	Classificado
0000017	LUCIANE SANCHES WALOSZEK	-	-	2,00	31,00	19,00	52,00	39º	Classificado
0001190	VÂNIA MONGE PLÁCIDO	-	-	5,00	20,00	27,00	52,00	40º	Classificado
0004535	GENILCE CARVALHO DE MORAIS	-	-	5,00	30,00	16,00	51,00	41º	Classificado
0003723	ANA PAULA ALVES	-	-	5,00	25,00	21,00	51,00	42º	Classificado

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CS	CE	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0002662	NELCILENE MENACHO	-	-	-	-	9,00	29,00	37,00	75,00	1º	Aprovado
0000059	DIÉSSICA COLERAUS RADECKI DE AZEVEDO	-	-	-	0,50	9,00	30,00	32,00	71,50	2º	Classificado
0001540	NAYSI ANGÉLICA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	7,00	28,00	36,00	71,00	3º	Classificado
0002717	PÂMELLA OLIVEIRA RAMOS BERTHOLDI	-	-	-	0,50	6,00	31,00	31,00	68,50	4º	Classificado
0004480	PEDRO RIBEIRO SIMÕES MATHIAS	-	-	-	-	4,00	34,00	30,00	68,00	5º	Classificado
0001020	CHEILA FRANCELI BANFI	-	-	-	0,50	4,00	34,00	29,00	67,50	6º	Classificado
0004139	HELENA RODRIGUES BARBOSA	-	-	-	-	4,00	29,00	33,00	66,00	7º	Classificado
0004212	MAISA CRISTIANE CEZAR HARMEL	-	-	-	-	4,00	33,00	27,00	64,00	8º	Classificado
0004285	JULIANE DOMENI LIMA	-	-	-	-	1,00	28,00	35,00	64,00	9º	Classificado
0002614	BÁRBARA LOPES DE OLIVEIRA	-	-	-	-	7,00	26,00	30,00	63,00	10º	Classificado
0004149	AUREO PATRICK DE ARAUJO COSTA DUTRA	-	-	-	-	6,00	26,00	30,00	62,00	11º	Classificado
0004035	CARLENE PIVAFIORAVANTE DE SOUZA	-	-	-	0,50	4,00	31,00	26,00	61,50	12º	Classificado
0001790	FABIANA SOUSA QUEROZ LOPES DE LIMA	-	-	-	-	5,00	26,00	30,00	61,00	13º	Classificado
0001853	VINNICIUS ALMEIDA NOBRE	-	-	-	0,50	6,00	26,00	28,00	60,50	14º	Classificado
0004341	MARCOS DANIEL OLIVEIRA LIMA	-	-	-	-	5,00	30,00	25,00	60,00	15º	Classificado
0001051	RUBIA DE FÁTIMA MENDES	-	-	-	-	7,00	23,00	30,00	60,00	16º	Classificado
0004351	VICTOR FELIPE OLIVEIRA PERES	-	-	-	-	1,00	27,00	30,00	58,00	17º	Classificado
0004575	CAMILA GUTIERES DOS SANTOS SOARES	-	-	-	-	5,00	22,00	31,00	58,00	18º	Classificado
0001805	AGATHA CHRISTIE LEMES SANCHES	-	-	-	-	2,00	27,00	28,00	57,00	19º	Classificado
0000631	DÉBORAH QUEIROZ DOS SANTOS SILVA NALINI	-	-	-	-	3,00	20,00	32,00	55,00	20º	Classificado
0003294	ELLEN GONÇALVES LOPES	-	-	-	0,50	5,00	21,00	28,00	54,50	21º	Classificado
0003224	BÁRBARA DAVID DE OLIVEIRA	-	-	-	-	3,00	26,00	25,00	54,00	22º	Classificado
0004487	DAFNE CONCEIÇÃO SILVA UHDE	-	-	-	-	5,00	22,00	27,00	54,00	23º	Classificado
0000646	MARIA APARECIDA BEZERRA DE SOUZA	-	-	-	0,50	7,00	23,00	23,00	53,50	24º	Classificado
0004532	ROSANA CRISTINA ALVES DE LIMA	-	-	-	-	1,00	24,00	27,00	52,00	25º	Classificado
0004637	VALERIA PACHER	-	-	-	0,50	4,00	26,00	21,00	51,50	26º	Classificado
0002913	ANGELICA MARIA DE ARRUDA OLIVEIRA	-	-	-	0,50	5,00	23,00	23,00	51,50	27º	Classificado
0004541	ELIANA SOARES FERREIRA CABRAL	-	-	-	0,50	3,00	20,00	28,00	51,50	28º	Classificado
0004583	CAROLINA ALVES PALERMO	-	-	-	-	3,00	22,00	26,00	51,00	29º	Classificado
0001466	ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA	-	-	-	0,50	3,00	21,00	26,00	50,50	30º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 126/2017

CONTRATADO(a): LORENA LUZIA ARRUDA DA SILVA E SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 001/2018

CONTRATADO(a): GRACIELA FERREIRA DA COSTA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 331/2017

CONTRATADO(a): ISABEL IRACI SANTANA DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 033/2018

CONTRATADO(a): KELI CRISTINA DE ALMEIDA MELO DOS REIS

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 116/2017

CONTRATADO(a): GIRLAINE RODRIGUES DE MATOS

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 118/2017

CONTRATADO(a): SIMONE DE OLIVEIRA FERREIRA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 090/2017

CONTRATADO(a): VILMA DE SOUZA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
030 - FISIOTERAPEUTA - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CESP	CE	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001499	ANTONIO CARLOS FONSECA MIRANDA	-	-	-	-	7,00	39,00	23,00	69,00	1º	Aprovado
0002047	POLIANA DE SOUZA MEDEIROS	-	-	-	-	7,00	35,00	24,00	66,00	2º	Classificado
0004370	NADINE LIMA DA SILVA	-	-	-	-	3,00	36,00	25,00	64,00	3º	Classificado
0004478	POLIANI FERREIRA ALBUES	-	-	-	-	3,00	32,00	28,00	63,00	4º	Classificado
0000091	THIAGO DUFFEKE DA SILVA	-	-	-	-	5,00	28,00	30,00	63,00	5º	Classificado
0003642	AMANDA VANNI BORGES	-	-	-	0,50	4,00	33,00	25,00	62,50	6º	Classificado
0004412	DAIANA FRANCINE CAMPERA	-	-	-	-	1,00	32,00	29,00	62,00	7º	Classificado
0004206	LARISSA GONÇALVES DA CUNHA	-	-	-	-	6,00	30,00	26,00	62,00	8º	Classificado
0000501	ITALA GABRIELLE ALENCAR	-	-	-	-	5,00	28,00	29,00	62,00	9º	Classificado
0000797	ELAINE TAYARA BASILIO DA SILVA	-	-	-	-	5,00	30,00	26,00	61,00	10º	Classificado
0000358	JESSYE CARVALHO DE ALMEIDA	-	-	-	-	2,00	29,00	30,00	61,00	11º	Classificado
0004472	KARINE LIMA DA SILVA	-	-	-	-	6,00	29,00	25,00	60,00	12º	Classificado
0002930	PAULA SILVA BATISTA	-	-	-	-	3,00	26,00	29,00	58,00	13º	Classificado
0001734	SEBASTIANA FABIA DA SILVA	-	-	-	-	1,00	33,00	23,00	57,00	14º	Classificado
0004619	KAROLINE ALVES DOS SANTOS	-	-	-	-	3,00	30,00	24,00	57,00	15º	Classificado
0003823	ARIANE RODRIGUES SILVA FERREIRA	-	-	-	-	2,00	27,00	28,00	57,00	16º	Classificado
0003667	THAIS AGUIAR DA CUNHA	-	-	-	-	3,00	31,00	22,00	56,00	17º	Classificado
0000425	CAROLINE STEDTEN VITORASSI	-	-	-	-	4,00	27,00	23,00	54,00	18º	Classificado
0001673	ANA FLAVIA AZEVEDO MENDES	-	-	-	-	3,00	24,00	27,00	54,00	19º	Classificado
0004300	JANINNE KATIUSCIA DO CARMO	-	-	-	0,50	4,00	30,00	19,00	53,50	20º	Classificado
0004107	KATHLEEN PRISCILLA SANTOS DE CAMPOS	-	-	-	-	3,00	26,00	24,00	53,00	21º	Classificado
0004437	MAILON CRISTHIAN LAURO	-	-	-	-	3,00	29,00	20,00	52,00	22º	Classificado
0003517	REJANE RODRIGUES LEITE	-	-	-	-	3,00	23,00	26,00	52,00	23º	Classificado
0001222	KARLA REGINA JOERKE MENDES FUKUSHIMA	-	-	-	0,50	4,00	27,00	20,00	51,50	24º	Classificado
0003825	CRISTIANE SOUZA COELHO	-	-	-	-	5,00	23,00	23,00	51,00	25º	Classificado
0001246	LAÍS CRISTINA MARTINS DA SILVA	-	-	-	-	2,00	23,00	25,00	50,00	26º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 297/2017

CONTRATADO(a): GISLAINE MARIA LENTE FRANCO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 314/2017

CONTRATADO(a): LAURA DIAS DE BARROS NETA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 069/2017

CONTRATADO(a): MAGDA PEREIRA SOUZA DA CRUZ

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 126/2017

CONTRATADO(a): LEILA CRISTINA ALVES

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
015 - MÉDICO - CLINICO GERAL - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CESP	CE	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000606	MICHEL KÁSSIO DE CARVALHO MILANEZI	-	-	-	-	7,00	39,00	31,00	77,00	1º	Aprovado
0004516	LARISSA BOTELHO PEDRINI	-	-	-	-	5,00	38,00	30,00	73,00	2º	Aprovado
0001967	PATRICIA MAYANE DA SILVA SANTOS	-	-	-	-	6,00	31,00	32,00	69,00	3º	Aprovado
0004365	MAURICIO HENRIQUE DOS SANTOS LOPES	-	-	-	-	6,00	29,00	33,00	68,00	4º	Aprovado
0002422	VANEIDA MOREIRA DA SILVA	-	-	-	-	3,00	32,00	32,00	67,00	5º	Aprovado
0002420	LUIZ FERNANDO VENTUROLI CUSTODIO	-	-	-	0,50	4,00	28,00	34,00	66,50	6º	Aprovado
0004236	JHONNATAN DE MATHIAS MEDEIROS BRAGANÇA	-	-	-	-	4,00	29,00	31,00	64,00	7º	Aprovado
0000486	MARIA CRISTINA GUSMAO KROHLING	-	-	-	-	3,00	30,00	30,00	63,00	8º	Aprovado
0002794	ROBERTO ROMEU GOMES DA COSTA	-	-	-	-	6,00	28,00	29,00	63,00	9º	Aprovado

0004587	MAYSA MILLENA DE MATTOS LUZ	-	-	-	-	5,00	26,00	31,00	62,00	10º	Classificado
0002348	FERNANDO TIARAJU QUINTANA	-	-	-	-	5,00	30,00	26,00	61,00	11º	Classificado
0001365	THAIS MONTE DA CRUZ	-	-	-	-	2,00	29,00	30,00	61,00	12º	Classificado
0001484	ATHOS DE OLIVEIRA MATUDA	-	-	-	0,50	4,00	27,00	27,00	58,50	13º	Classificado
0001371	TONY HIROSHI KATSURAGAWA	-	-	-	2,00	4,00	23,00	28,00	57,00	14º	Classificado
0003935	EVANDRO COSTA RIBEIRO	-	-	-	-	6,00	22,00	28,00	56,00	15º	Classificado
0004427	LUZITANIA VIEIRA PIOVEZAN	-	-	-	-	2,00	19,00	33,00	54,00	16º	Classificado
0001966	CLAUDIO JUNIOR GRETTER	-	-	-	-	3,00	24,00	26,00	53,00	17º	Classificado
0001552	JULIO RICARDO SCHLOSSER PERIA	-	-	-	-	3,00	22,00	28,00	53,00	18º	Classificado
0004505	CAROLINE REYES	-	-	-	-	4,00	18,00	31,00	53,00	19º	Classificado
0003343	LARISSA VITORASSI CAYRES	-	-	-	-	6,00	23,00	23,00	52,00	20º	Classificado
0004428	SANRLEY NEGREIROS DA SILVA	-	-	-	-	2,00	25,00	24,00	51,00	21º	Classificado
0003228	MAITIARA BRUNA TELES GONDIM	-	-	-	-	1,00	22,00	27,00	50,00	22º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 141/2017

CONTRATADO(a): PATRICIA FERNANDO DA COSTA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
017 - ENFERMEIRO - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CE	CS	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001690	KELLY ALMEIDA CAMPOS	-	-	-	-	7,00	37,00	35,00	79,00	1º	Aprovado
0004043	LUDMILA SCARPATT FELISBINO	-	-	-	-	8,00	33,00	36,00	77,00	2º	Aprovado
0001984	SEBASTIANA DAS GRAÇAS SOARES CUNHA	-	-	-	-	6,00	34,00	36,00	76,00	3º	Aprovado
0004163	PHABLO MONTEIRO	-	-	-	-	8,00	35,00	32,00	75,00	4º	Classificado
0004326	PAULA CAPISTRANO DE OLIVEIRA CARVALHO	-	-	-	0,50	9,00	35,00	30,00	74,50	5º	Classificado
0003575	BRUNA RAFAELA PAIS PEDROSO	-	-	-	-	6,00	36,00	32,00	74,00	6º	Classificado
0003063	MARIELLE JEANI PRASNIEVSKI DA SILVA	-	-	-	1,00	3,00	35,00	35,00	74,00	7º	Classificado
0001355	SILMARA DE SOUZA	-	-	-	0,50	5,00	34,00	34,00	73,50	8º	Classificado
0001497	ROSANE PEREIRA QUEIROZ	-	-	-	-	7,00	36,00	30,00	73,00	9º	Classificado
0003041	MONIQUE MAIRA MACIEL	-	-	-	-	7,00	36,00	29,00	72,00	10º	Classificado
0001039	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	-	-	-	-	7,00	34,00	31,00	72,00	11º	Classificado
0002026	WÉRIKA WERYANNE ROSA DE SOUZA	-	-	-	-	4,00	33,00	34,00	71,00	12º	Classificado
0003039	HUGO GIOVANE LEAL BLECHA	-	-	-	-	7,00	29,00	35,00	71,00	13º	Classificado
0002701	NAYARA FERREIRA	-	-	-	1,00	4,00	34,00	31,00	70,00	14º	Classificado
0000961	PEDRO WILSON DE LIMA SANTANA	-	-	-	0,50	6,00	33,00	30,00	69,50	15º	Classificado
0003239	WALDINEY CANI SANTOS	-	-	-	0,50	5,00	30,00	34,00	69,50	16º	Classificado
0004571	LUANA CRISTINE BARROS AGUIAR	-	-	-	0,50	6,00	28,00	35,00	69,50	17º	Classificado
0004441	SABRINA PAULO COUTO	-	-	-	-	6,00	33,00	30,00	69,00	18º	Classificado
0001634	NATHALIA FERNANDES	-	-	-	-	5,00	32,00	32,00	69,00	19º	Classificado
0004527	FLÁVIA ANDREIA AZEVEDO ALVES DA SILVA	-	-	-	0,50	5,00	30,00	33,00	68,50	20º	Classificado
0004306	YASMIN ALVES MOREIRA	-	-	-	-	5,00	35,00	28,00	68,00	21º	Classificado
0004143	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	-	-	-	-	3,00	34,00	31,00	68,00	22º	Classificado
0000516	KAREN IZABEL ARRUDA LIMA	-	-	-	0,50	2,00	35,00	29,00	66,50	23º	Classificado
0003262	THAIZA FERNANDA FELIPE DOS SANTOS	-	-	-	-	4,00	33,00	29,00	66,00	24º	Classificado
0000740	FIAMA MARQUES DE MATTOS	-	-	-	-	5,00	32,00	29,00	66,00	25º	Classificado
0000844	JOSEANE TEIXEIRA MORONE CARLOS	-	-	-	-	5,00	31,00	30,00	66,00	26º	Classificado
0004443	JESSICA MAYDAN MORAES DA SILVA	-	-	-	-	4,00	31,00	31,00	66,00	27º	Classificado
0000354	KELLY THAIS PESTANA BESPALHUK	-	-	-	-	6,00	30,00	30,00	66,00	28º	Classificado
0001491	NAGILLA KAROLINNY FONTES ARRUDA	-	-	-	-	5,00	30,00	31,00	66,00	29º	Classificado
0004503	ELAINE GABRIELA PEREIRA	-	-	-	0,50	7,00	27,00	31,00	65,50	30º	Classificado
0002380	MANOEL RAIMUNDO CRAMES CASTRO	-	-	-	-	5,00	33,00	27,00	65,00	31º	Classificado
0003092	LAÍZA STRINTA CASTELLI	-	-	-	-	6,00	32,00	27,00	65,00	32º	Classificado
0004258	BIANCA LORRANNY RODRIGUES	-	-	-	-	2,00	32,00	31,00	65,00	33º	Classificado
0003768	SILVIA SAMARA PEDROSO BRANCO	-	-	-	-	5,00	31,00	29,00	65,00	34º	Classificado
0001898	KAMYLA ALVES FERREIRA	-	-	-	-	4,00	30,00	31,00	65,00	35º	Classificado
0004368	LAURA PATRICIA TEIXEIRA NOGUEIRA	-	-	-	-	4,00	27,00	34,00	65,00	36º	Classificado
0002517	FRANCIÉLI MATTEI DOS SANTOS	-	-	-	0,50	2,00	34,00	28,00	64,50	37º	Classificado
0004356	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE	-	-	-	0,50	3,00	32,00	29,00	64,50	38º	Classificado
0003380	BRUNO TEODORO GOMES	-	-	-	-	2,00	35,00	27,00	64,00	39º	Classificado
0004047	HALLYNE LESSA	-	-	-	-	4,00	33,00	27,00	64,00	40º	Classificado
0001635	ANDRESA CRISTINA GNOATTO	-	-	-	-	2,00	31,00	31,00	64,00	41º	Classificado
0000113	SUELLEN FARIA ALECRIM	-	-	-	-	6,00	28,00	30,00	64,00	42º	Classificado
0002019	MARA JACKELINE ALMEIDA DOS SANTOS	-	-	-	-	5,00	27,00	32,00	64,00	43º	Classificado
0003025	CAROLINA PICOLOTO	-	-	-	-	2,00	33,00	28,00	63,00	44º	Classificado
0003867	KETINY KELLEN DA SILVA AMORIM	-	-	-	-	4,00	31,00	28,00	63,00	45º	Classificado
0001520	THAIS FERNANDA DE PAULA RODRIGUES	-	-	-	-	3,00	28,00	32,00	63,00	46º	Classificado
0003776	LESIANI SANTIAGO RODRIGUES	-	-	-	-	6,00	27,00	30,00	63,00	47º	Classificado
0001014	RAFAEL FERNANDES DEMARCHI	-	-	-	-	3,00	27,00	33,00	63,00	48º	Classificado
0003882	RICARDA ALESSANDRA MACHADO MINETTO	-	-	-	0,50	4,00	34,00	24,00	62,50	49º	Classificado

0003052	JAMILE AUGUSTA PASSARINI BATISTA	- - - -	4,00	31,00	27,00	62,00	50º	Classificado
---	---	---	---	---	---	---	---	---

0003173	GRASIELA CRISTINA SILVA BOTELHO SILVESTRE	- - - 1,00	2,00	31,00	28,00	62,00	51º	Classificado
0002760	GLACI APARECIDA VIGILATO	- - - -	3,00	30,00	29,00	62,00	52º	Classificado
0001978	ANTONIA DINÁGILA DO NASCIMENTO RIBEIRO	- - - -	4,00	30,00	28,00	62,00	53º	Classificado
0004461	MAYSA BERTOLLO DE ARAÚJO	- - - -	6,00	30,00	26,00	62,00	54º	Classificado
0003800	JAQUELINE AGREPINA DA SILVA	- - - -	5,00	29,00	28,00	62,00	55º	Classificado
0001385	ELAINE RODRIGUES DOS SANTOS	- - - -	4,00	29,00	29,00	62,00	56º	Classificado
0002345	MARCIA DANIELA TRENTIN	- - - -	4,00	28,00	30,00	62,00	57º	Classificado
0001795	RAIANE APARECIDA GONÇALVES	- - - -	8,00	26,00	28,00	62,00	58º	Classificado
0004457	VIVIAN THAIS TIECHER SIMIÃO	- - - 0,50	2,00	29,00	30,00	61,50	59º	Classificado
0001544	MARCIANE APARECIDA SIMILLI	- - - 0,50	6,00	28,00	27,00	61,50	60º	Classificado
0004561	CLEONICE DE PAULA	- - - -	3,00	34,00	24,00	61,00	61º	Classificado
0004569	JULIANA ANACLETO CRUZ	- - - -	2,00	31,00	28,00	61,00	62º	Classificado
0003834	JUSSARA ARAUJO PEREIRA	- - - -	6,00	30,00	25,00	61,00	63º	Classificado
0002133	LEILA JUSSARA BERLET	- - - 1,00	4,00	30,00	26,00	61,00	64º	Classificado
0004359	IRAMAIA ROSANA MANTELLI PEZATTI MARQUES	- - - -	2,00	29,00	30,00	61,00	65º	Classificado
0000104	TATIANE ARAUJO OLIVEIRA	- - - -	4,00	28,00	29,00	61,00	66º	Classificado
0004602	AFANNAZIO JAZADJI FERREIRA BERTO	- - - -	6,00	28,00	27,00	61,00	67º	Classificado
0001397	AMANDA EVANGELISTA DA SILVA	- - - -	4,00	28,00	29,00	61,00	68º	Classificado
0004312	ROSEANE PINHEIRO	- - - -	2,00	27,00	32,00	61,00	69º	Classificado
0001376	GABRIELLE AMARAL BEZAGIO	- - - -	4,00	27,00	30,00	61,00	70º	Classificado
0000857	REGIANE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA	- - - 0,50	6,00	30,00	24,00	60,50	71º	Classificado
0004483	PAULA FERNANDES DE BARROS RISPAR	- - - 0,50	3,00	30,00	27,00	60,50	72º	Classificado
0004191	TATIANE BATISTA PEREIRA	- - - 0,50	3,00	30,00	27,00	60,50	73º	Classificado
0001431	DAYANA DANTAS DE OLIVEIRA	- - - 0,50	5,00	27,00	28,00	60,50	74º	Classificado
0003265	ROSÂNGELA APARECIDA GONÇALVES	- - - -	3,00	31,00	26,00	60,00	75º	Classificado
0004009	CLAUDIA SOUZA PEIXOTO	- - - -	3,00	30,00	27,00	60,00	76º	Classificado
0001605	THALISON FERNANDES PINHEIRO	- - - -	4,00	28,00	28,00	60,00	77º	Classificado
0000930	LEYLANE APARECIDA DE PAULA GOMES	- - - -	5,00	25,00	30,00	60,00	78º	Classificado
0001782	JUSSARA CARLOS DA SILVA	- - - 0,50	3,00	33,00	23,00	59,50	79º	Classificado
0003638	REILLY PEREIRA MELO	- - - 0,50	7,00	29,00	23,00	59,50	80º	Classificado
0003386	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	- - - 0,50	4,00	28,00	27,00	59,50	81º	Classificado
0004308	FLANKYA GOMES PEREIRA ARAÚJO	- - - -	3,00	32,00	24,00	59,00	82º	Classificado
0003395	FLAVIANA DAS DORES BARROS	- - - -	3,00	31,00	25,00	59,00	83º	Classificado
0004215	DAIANY CHRISTINA DE ARAUJO CAMPOS	- - - -	5,00	29,00	25,00	59,00	84º	Classificado
0001167	DANIELLE PRISCILLA TAVARES WASSELAI	- - - -	2,00	28,00	29,00	59,00	85º	Classificado
0002465	THAIS DI DOMENICO	- - - -	4,00	27,00	28,00	59,00	86º	Classificado
0003101	BARBARA MARIA ANTUNES BARROSO	- - - -	4,00	27,00	28,00	59,00	87º	Classificado
0004311	DANIELE MERISIO RAIMUNDI SANTOS	- - - 0,50	4,00	32,00	22,00	58,50	88º	Classificado
0004222	FABIANA REGINA DE SOUZA	- - - 0,50	3,00	29,00	26,00	58,50	89º	Classificado
0000023	DANIELLI DA SILVA	- - - 0,50	6,00	27,00	25,00	58,50	90º	Classificado
0004226	ELY ANE CARNEIRO MARTINS	- - - -	2,00	30,00	26,00	58,00	91º	Classificado
0004475	LEANDRO ANDRADE	- - - -	2,00	29,00	27,00	58,00	92º	Classificado
0004644	MARIA PRISCILA TOMAZ DE PAULA	- - - -	4,00	29,00	25,00	58,00	93º	Classificado
0004453	ADRIANO ALVES DOS SANTOS	- - - -	1,00	29,00	28,00	58,00	94º	Classificado
0000220	KARINNA TEIXEIRA ROCHA	- - - -	1,00	29,00	28,00	58,00	95º	Classificado
0004130	PRISCILA BARROS SCHNEIDER	- - - -	3,00	29,00	26,00	58,00	96º	Classificado
0000389	THEYSA MICHELLY DE LAMÔNICA	- - - -	5,00	26,00	27,00	58,00	97º	Classificado
0000948	ELZINHA NOBRES DA SILVA ALEIXO DE CASTRO	- - - 0,50	3,00	29,00	25,00	57,50	98º	Classificado
0004623	JAMYLLE DA SILVA SOUZA	- - - 0,50	4,00	29,00	24,00	57,50	99º	Classificado
0004539	ELLAN DOS SANTOS DIAS	- - - -	1,00	30,00	26,00	57,00	100º	Classificado

0002761	ADILENE MARIA DA SILVA	- - - -	2,00	29,00	26,00	57,00	101º	Classificado
0002304	JESSICA PRESTES SILQUEIRA	- - - -	3,00	29,00	25,00	57,00	102º	Classificado
0003059	JESSICA AMANDA DA CRUZ GURKA	- - - -	2,00	29,00	26,00	57,00	103º	Classificado
0000886	BRUNO PEREIRA DO NASCIMENTO	- - - -	4,00	27,00	26,00	57,00	104º	Classificado
0001518	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	- - - 0,50	2,00	29,00	25,00	56,50	105º	Classificado
0004281	GABRIELLY HARALA CORREIA	- - - -	4,00	34,00	18,00	56,00	106º	Classificado
0004556	CLEIDE CONCEIÇÃO DA SILVA	- - - -	1,00	31,00	24,00	56,00	107º	Classificado
0004560	GERUZA CRISTINA DE LIMA	- - - -	5,00	31,00	20,00	56,00	108º	Classificado
0000050	INÁ KHARYN MANRIQUE	- - - -	7,00	30,00	19,00	56,00	109º	Classificado
0001469	THAIS HELENA DA MATA CAMPOS	- - - -	6,00	30,00	20,00	56,00	110º	Classificado
0002583	RHAYANE JOYCE NASCIMENTO DE LARA	- - - -	2,00	30,00	24,00	56,00	111º	Classificado
0001227	BÁRBARA CHRISTINE BARROS AMARAL	- - - -	3,00	29,00	24,00	56,00	112º	Classificado
0002474	ANA PAULA DE SOUZA CASTRÃO	- - - -	4,00	25,00	27,00	56,00	113º	Classificado
0003389	EDINA BRITO DO PINHO	- - - -	5,00	24,00	27,00	56,00	114º	Classificado
0001464	LUCIANE LUZIA MENDES	- - - 0,50	4,00	28,00	23,00	55,50	115º	Classificado
0004555	RENATE LANGHORST	- - - 0,50	3,00	28,00	24,00	55,50	116º	Classificado
0000127	JOSINEIA MINEIRO PORTELA	- - - 0,50	1,00	28,00	26,00	55,50	117º	Classificado
0004495	ANDRIELI PIOVEZAN ROCHA	- - - 0,50	4,00	28,00	23,00	55,50	118º	Classificado
0004339	DENNISLAINE ALVES LIMA DANTAS	- - - 0,50	1,00	27,00	27,00	55,50	119º	Classificado
0001548	ARESTIDES GOMES DA SILVA FERREIRA	- - - 0,50	3,00	26,00	26,00	55,50	120º	Classificado
0002605	KAROLINE ALMEIDA MAZUR	- - - 0,50	3,00	25,00	27,00	55,50	121º	Classificado
0001263	MARIO JUNIOR CIRQUEIRA BINI	- - - -	3,00	30,00	22,00	55,00	122º	Classificado
0004001	LETÍCIA CRISTINA FRANÇA DE ASSIS	- - - -	2,00	29,00	24,00	55,00	123º	Classificado
0003703	VANESSA PEREIRA VILELA	- - - -	2,00	28,00	25,00	55,00	124º	Classificado
0003454	JAQUELINE BARROS DE SOUZA	- - - -	4,00	28,00	23,00	55,00	125º	Classificado
0004372	VALÉRIA SCHERER ALVES	- - - -	2,00	28,00	25,00	55,00	126º	Classificado

0001322	AMANDA PEREIRA DE SIQUEIRA	- - - -	3,00	28,00	24,00	55,00	127º	Classificado
0001367	ROSANE DA SILVA LIMA	- - - -	2,00	27,00	26,00	55,00	128º	Classificado
0002967	MAICO PEREIRA DE BRITO	- - - -	3,00	27,00	25,00	55,00	129º	Classificado
0001756	EDILZA SIQUEIRA DE SOUZA	- - - -	3,00	26,00	26,00	55,00	130º	Classificado
0003519	NÊMORA DA SILVA BARROS	- - - -	2,00	26,00	27,00	55,00	131º	Classificado
0003043	HIASMIN MARQUES CARDOSO	- - - -	2,00	26,00	27,00	55,00	132º	Classificado
0001808	VALÉRIA ARRUDA VILELA E SILVA	- - - -	4,00	26,00	25,00	55,00	133º	Classificado
0003026	IGOR EUCLIDES RESENDE SILVA	- - - -	4,00	26,00	25,00	55,00	134º	Classificado
0000111	CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR	- - - -	3,00	25,00	27,00	55,00	135º	Classificado
0000090	LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	- - - -	5,00	25,00	25,00	55,00	136º	Classificado
0000420	FERNANDA PEREIRA AGUIAR	- - - -	4,00	25,00	26,00	55,00	137º	Classificado
0000456	CARLA CRISTINA BURG	- - - -	4,00	24,00	27,00	55,00	138º	Classificado
0002189	PÉRICLES FERREIRA SOBRINHO	- - - -	4,00	28,00	22,00	54,00	139º	Classificado
0001646	PATRYCIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA COSTA	- - - -	1,00	28,00	25,00	54,00	140º	Classificado
0001492	PATRICIA DOS SANTOS PEREIRA CAVALCANTE	- - - -	4,00	28,00	22,00	54,00	141º	Classificado
0000047	SHEYENE VIVIANE GOMES LIMA	- - - -	4,00	27,00	23,00	54,00	142º	Classificado
0002089	ALAN CARLOS MÓDOLO SANTOS	- - - -	5,00	26,00	23,00	54,00	143º	Classificado
0000559	LEILA STOFFEL MAIA	- - - -	3,00	25,00	26,00	54,00	144º	Classificado
0000370	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	- - - -	2,00	24,00	28,00	54,00	145º	Classificado
0002527	ALINE ANDRESSA RODRIGUES SOUSA	- - - -	3,00	23,00	28,00	54,00	146º	Classificado
0002585	KARINA APARECIDA DE LARA FERREIRA FONTES	- - - 0,50	4,00	26,00	23,00	53,50	147º	Classificado
0002221	MICHELLE GOMES DAVILA DOS SANTOS	- - - 0,50	5,00	25,00	23,00	53,50	148º	Classificado
0003402	THAIS DA SILVA ALVES	- - - 0,50	4,00	21,00	28,00	53,50	149º	Classificado
0001771	VALDINETE MENDES DA SILVA	- - - -	1,00	30,00	22,00	53,00	150º	Classificado
0001292	SAMUEL PINTO SANTOS	- - - -	3,00	29,00	21,00	53,00	151º	Classificado

0004421	MARCELO APARECIDO VIEIRA	- - - -	2,00	26,00	25,00	53,00	152º	Classificado
0003777	GISLAINE APARECIDA DE LIMA	- - - -	2,00	26,00	25,00	53,00	153º	Classificado
0004455	GIOVANNI VANNI BILIATO	- - - -	3,00	24,00	26,00	53,00	154º	Classificado
0000022	FABRÍCIO JESUS MARTINS	- - - -	4,00	24,00	25,00	53,00	155º	Classificado
0002117	JESSICA MAIARA COSTA PORTO	- - - 0,50	2,00	29,00	21,00	52,50	156º	Classificado
0003613	ADSLEYANE RAMOS DE FRANÇA DA GAMA	- - - -	2,00	27,00	23,00	52,00	157º	Classificado
0000783	FERNANDA SUPELETO CAMARGO	- - - -	2,00	26,00	24,00	52,00	158º	Classificado
0004263	SELMA ARAÚJO DANTAS	- - - -	3,00	25,00	24,00	52,00	159º	Classificado
0001807	ISABELLA VAZ SIMÃO	- - - -	1,00	25,00	26,00	52,00	160º	Classificado
0004454	CAROLINE PIMENTEL DE ALMEIDA	- - - -	3,00	25,00	24,00	52,00	161º	Classificado
0004286	NAYARA BENI DA SILVA	- - - -	5,00	24,00	23,00	52,00	162º	Classificado
0002438	CAMILLA YASMYNE DOMINGUES MONTANI	- - - -	6,00	22,00	24,00	52,00	163º	Classificado
0001061	KALYNNE MAGILLY PIRES DE OLIVEIRA SILVA	- - - -	2,00	22,00	28,00	52,00	164º	Classificado
0002373	TATIANE GRAMINHO	- - - -	6,00	22,00	24,00	52,00	165º	Classificado
0002336	LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO	- - - 0,50	3,00	25,00	23,00	51,50	166º	Classificado
0001278	LILIAN IZIDIO FERREIRA DA SILVA	- - - -	2,00	31,00	18,00	51,00	167º	Classificado
0002394	ROSEANY PATRICIA SILVA ROCHA	- - - -	2,00	31,00	18,00	51,00	168º	Classificado
0000974	NEVAIR APARECIDA ALVES DA GUIA DE FREITAS	- - - -	5,00	27,00	19,00	51,00	169º	Classificado
0002979	MARCELA BARAVIEIRA COSTA	- - - -	1,00	27,00	23,00	51,00	170º	Classificado
0004305	ALINE PORFIRIO DA SILVA	- - - -	4,00	27,00	20,00	51,00	171º	Classificado
0004493	CLARICEIA MONTEIRO LIMA KRUPINSKI	- - - -	2,00	26,00	23,00	51,00	172º	Classificado
0000795	MARCELO AUGUSTO PFEIFER PUÇA	- - - -	1,00	26,00	24,00	51,00	173º	Classificado
0004291	VANILDA DA SILVA FERNANDES	- - - -	4,00	25,00	22,00	51,00	174º	Classificado
0004392	ENEZINA PEREIRA DE ALMEIDA	- - - -	1,00	25,00	25,00	51,00	175º	Classificado
0001666	MYRIAN GONÇALVES DOS REIS	- - - -	3,00	25,00	23,00	51,00	176º	Classificado
0004489	REGIANE ELIDIA SAMPAIO REGIS BALBINO	- - - -	3,00	24,00	24,00	51,00	177º	Classificado
0004120	CILEIDE MARQUES DE OLIVEIRA	- - - -	1,00	22,00	28,00	51,00	178º	Classificado
0000273	PATRICIA CAROLINA ANTUNES DE ARRUDA	- - - -	3,00	22,00	26,00	51,00	179º	Classificado
0004599	VANESSA MARTINS HANAUER	- - - -	3,00	20,00	28,00	51,00	180º	Classificado
0000506	SIMONIA BRIGIDO CRUZ DE SIQUEIRA	- - - 0,50	2,00	23,00	25,00	50,50	181º	Classificado
0004504	JANETE MARLEI BARBOSA VAZ	- - - 0,50	3,00	22,00	25,00	50,50	182º	Classificado
0003902	FAYANNE ARAÚJO GAÍVA	- - - -	3,00	29,00	18,00	50,00	183º	Classificado
0001301	GEIZE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	- - - -	3,00	28,00	19,00	50,00	184º	Classificado
0001077	TAYNE PAULA DE ALMEIDA	- - - -	4,00	28,00	18,00	50,00	185º	Classificado
0002692	ADELITA BARROS DE AGUIAR	- - - -	3,00	27,00	20,00	50,00	186º	Classificado
0002927	SANDRA FERNANDES DE PAULA	- - - -	1,00	26,00	23,00	50,00	187º	Classificado
0004448	DIOGO LUIZ QUEIROZ ARNOLDO	- - - -	1,00	25,00	24,00	50,00	188º	Classificado
0003108	JOYCE LIMA	- - - -	5,00	24,00	21,00	50,00	189º	Classificado
0000455	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	- - - -	6,00	21,00	23,00	50,00	190º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 124/2017

CONTRATADO(a): JUSSARA DOS SANTOS SANTANA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 226/2017

CONTRATADO(a): THAIZA KAROLINE EWALD CAMARGO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 013/2018

CONTRATADO(a): GESSICA LAIANE DOS SANTOS NASCIMENTO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 017/2018

CONTRATADO(a): MARIA TEREZA DE AQUINO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
026 - ASSISTENTE SOCIAL - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	TAQ	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000242	ANA MARIA SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA	-	-	10,00	47,00	27,00	84,00	1º	Aprovado
0003504	JOSEANY LUIZA DE AMORIM	-	0,50	7,00	44,00	31,00	82,50	2º	Classificado
0000077	LUCAS XAVIER RODRIGUES	-	-	6,00	41,00	31,00	78,00	3º	Classificado
0003720	ANA PAULA DA SILVA	-	-	4,00	42,00	27,00	73,00	4º	Classificado
0002775	OLGA SANCHE LESMO	-	-	4,00	38,00	29,00	71,00	5º	Classificado
0001547	ALRIDENIS SILVA DE AZEVEDO	-	-	4,00	42,00	24,00	70,00	6º	Classificado
0000518	JESSYKA EVELLYN OLIVEIRA COSTA	-	0,50	6,00	38,00	24,00	68,50	7º	Classificado
0004635	SUZANA PRZYBYSZEWSKI BARROS	-	-	3,00	35,00	29,00	67,00	8º	Classificado
0002563	FRANCISNEIA SOCORRO DA SILVA	-	-	3,00	34,00	29,00	66,00	9º	Classificado
0002657	VERONICA REGINA XAVIER	-	-	7,00	32,00	27,00	66,00	10º	Classificado
0003790	HELIDA IVANNA F DA SILVA RIBEIRO	-	0,50	4,00	35,00	26,00	65,50	11º	Classificado
0001349	LUCILENE RODRIGUES DA SILVA	-	-	3,00	36,00	26,00	65,00	12º	Classificado
0000572	SILVIA KAROLINA FERREIRA	-	-	3,00	36,00	26,00	65,00	13º	Classificado
0001800	MICHELLE DA SILVA CLEMENTI PEREIRA	-	-	6,00	35,00	24,00	65,00	14º	Classificado
0003206	DELAINE REGINA BERTOLDI	-	-	4,00	30,00	30,00	64,00	15º	Classificado
0004383	FRANCISCA DE PAULA DA SILVA BEZERRA SOARES	-	0,50	3,00	37,00	23,00	63,50	16º	Classificado
0003375	DIVACI SANTOS PRADO BASSETTO	-	-	4,00	33,00	26,00	63,00	17º	Classificado
0001640	LETICIA MENDES BUENO	-	0,50	4,00	33,00	25,00	62,50	18º	Classificado
0000175	CLEIDE MOREIRA DE SOUZA	-	-	2,00	35,00	25,00	62,00	19º	Classificado
0003616	LANA MARIA GONÇALVES FIGUEIREDO	-	-	2,00	29,00	31,00	62,00	20º	Classificado
0000532	WELLYKA FABIANE DE ARRUDA NASCIMENTO	-	0,50	2,00	30,00	29,00	61,50	21º	Classificado
0001817	VERA DE SOUZA BENITES	-	0,50	2,00	34,00	24,00	60,50	22º	Classificado
0003076	ERLAINE SILVA	-	0,50	4,00	31,00	25,00	60,50	23º	Classificado
0004562	ELZI LAURINDO GOMES	-	-	3,00	34,00	23,00	60,00	24º	Classificado
0002110	ROSILENE COSTA DE SOUZA XIMENES	-	-	5,00	34,00	21,00	60,00	25º	Classificado
0003042	JOANA DE SENE FARIA AMORIM	-	-	4,00	28,00	28,00	60,00	26º	Classificado
0002459	JAYNA LUZIA ARCANJO LIMA PULCHERIO	-	0,50	2,00	30,00	27,00	59,50	27º	Classificado
0000016	TATIANE DA COSTA SILVA	-	-	4,00	32,00	23,00	59,00	28º	Classificado
0002376	VIVIANNY MAWARA LINO CAMPOS	-	-	4,00	33,00	21,00	58,00	29º	Classificado
0004581	EDER FRANCO DE BRITTO BARCELOS	-	-	3,00	28,00	27,00	58,00	30º	Classificado
0002989	NEILY MOREIRA DO NASCIMENTO	-	-	2,00	34,00	21,00	57,00	31º	Classificado
0000464	ALINE ARAUJO MARTINS	-	-	3,00	32,00	21,00	56,00	32º	Classificado
0002340	MARCIA DEUNGARO FERNANDES	-	-	2,00	29,00	25,00	56,00	33º	Classificado
0003593	FATIMA APARECIDA PÊGO DE SOUZA	-	-	3,00	27,00	26,00	56,00	34º	Classificado
0002630	LAYDE LAURA PEREIRA DA CRUZ	-	-	2,00	27,00	27,00	56,00	35º	Classificado
0003036	ADRIANA DIAS FERNANDES	-	-	1,00	29,00	25,00	55,00	36º	Classificado
0003495	LUCIANA CARMEN DA SILVA	-	0,50	3,00	30,00	20,00	53,50	37º	Classificado
0001648	MARCIONE SOUZA PASSOS	-	-	2,00	30,00	21,00	53,00	38º	Classificado
0000017	LUCIANE SANCHES WALOSZEK	-	-	2,00	31,00	19,00	52,00	39º	Classificado
0001190	VÂNIA MONGE PLÁCIDO	-	-	5,00	20,00	27,00	52,00	40º	Classificado
0004535	GENILCE CARVALHO DE MORAIS	-	-	5,00	30,00	16,00	51,00	41º	Classificado
0003723	ANA PAULA ALVES	-	-	5,00	25,00	21,00	51,00	42º	Classificado

GABINETE
029 - PSICÓLOGO - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CS	CE	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0002662	NELCILENE MENACHO	-	-	-	-	9,00	29,00	37,00	75,00	1º	Aprovado
0000059	DIÉSSICA COLERAUS RADECKI DE AZEVEDO	-	-	-	0,50	9,00	30,00	32,00	71,50	2º	Classificado
0001540	NAYSI ANGÉLICA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	7,00	28,00	36,00	71,00	3º	Classificado
0002717	PÂMELLA OLIVEIRA RAMOS BERTHOLDI	-	-	-	0,50	6,00	31,00	31,00	68,50	4º	Classificado
0004480	PEDRO RIBEIRO SIMÕES MATHIAS	-	-	-	-	4,00	34,00	30,00	68,00	5º	Classificado
0001020	CHEILA FRANCELI BANFI	-	-	-	0,50	4,00	34,00	29,00	67,50	6º	Classificado
0004139	HELENA RODRIGUES BARBOSA	-	-	-	-	4,00	29,00	33,00	66,00	7º	Classificado
0004212	MAISA CRISTIANE CEZAR HARMEL	-	-	-	-	4,00	33,00	27,00	64,00	8º	Classificado
0004285	JULIANE DOMENI LIMA	-	-	-	-	1,00	28,00	35,00	64,00	9º	Classificado
0002614	BÁRBARA LOPES DE OLIVEIRA	-	-	-	-	7,00	26,00	30,00	63,00	10º	Classificado
0004149	AUREO PATRICK DE ARAUJO COSTA DUTRA	-	-	-	-	6,00	26,00	30,00	62,00	11º	Classificado
0004035	CARLENE PIVAFIORAVANTE DE SOUZA	-	-	-	0,50	4,00	31,00	26,00	61,50	12º	Classificado
0001790	FABIANA SOUSA QUEROZ LOPES DE LIMA	-	-	-	-	5,00	26,00	30,00	61,00	13º	Classificado
0001853	VINNICIUS ALMEIDA NOBRE	-	-	-	0,50	6,00	26,00	28,00	60,50	14º	Classificado
0004341	MARCOS DANIEL OLIVEIRA LIMA	-	-	-	-	5,00	30,00	25,00	60,00	15º	Classificado

0001051	RUBIA DE FÁTIMA MENDES	-	-	-	-	7,00	23,00	30,00	60,00	16º	Classificado
0004351	VICTOR FELIPE OLIVEIRA PERES	-	-	-	-	1,00	27,00	30,00	58,00	17º	Classificado
0004575	CAMILA GUTIERES DOS SANTOS SOARES	-	-	-	-	5,00	22,00	31,00	58,00	18º	Classificado
0001805	AGATHA CHRISTIE LEMES SANCHES	-	-	-	-	2,00	27,00	28,00	57,00	19º	Classificado
0000631	DÉBORAH QUEIROZ DOS SANTOS SILVA NALINI	-	-	-	-	3,00	20,00	32,00	55,00	20º	Classificado
0003294	ELLEN GONÇALVES LOPES	-	-	-	0,50	5,00	21,00	28,00	54,50	21º	Classificado
0003224	BÁRBARA DAVID DE OLIVEIRA	-	-	-	-	3,00	26,00	25,00	54,00	22º	Classificado
0004487	DAFNE CONCEIÇÃO SILVA UHDE	-	-	-	-	5,00	22,00	27,00	54,00	23º	Classificado
0000646	MARIA APARECIDA BEZERRA DE SOUZA	-	-	-	0,50	7,00	23,00	23,00	53,50	24º	Classificado
0004532	ROSANA CRISTINA ALVES DE LIMA	-	-	-	-	1,00	24,00	27,00	52,00	25º	Classificado
0004637	VALERIA PACHER	-	-	-	0,50	4,00	26,00	21,00	51,50	26º	Classificado
0002913	ANGELICA MARIA DE ARRUDA OLIVEIRA	-	-	-	0,50	5,00	23,00	23,00	51,50	27º	Classificado
0004541	ELIANA SOARES FERREIRA CABRAL	-	-	-	0,50	3,00	20,00	28,00	51,50	28º	Classificado
0004583	CAROLINA ALVES PALERMO	-	-	-	-	3,00	22,00	26,00	51,00	29º	Classificado
0001466	ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA	-	-	-	0,50	3,00	21,00	26,00	50,50	30º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 001/2019

CONTRATADO(a): REJANE RODRIGUES LEITE

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

GABINETE
030 - FISIOTERAPEUTA - DIAMANTINO

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	CESP	CE	TIT	POR	CES	CSP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0001499	ANTONIO CARLOS FONSECA MIRANDA	-	-	-	-	7,00	39,00	23,00	69,00	1º	Aprovado
0002047	POLIANA DE SOUZA MEDEIROS	-	-	-	-	7,00	35,00	24,00	66,00	2º	Classificado
0004370	NADINE LIMA DA SILVA	-	-	-	-	3,00	36,00	25,00	64,00	3º	Classificado
0004478	POLIANI FERREIRA ALBUES	-	-	-	-	3,00	32,00	28,00	63,00	4º	Classificado
0000091	THIAGO DUFFEKE DA SILVA	-	-	-	-	5,00	28,00	30,00	63,00	5º	Classificado
0003642	AMANDA VANNI BORGES	-	-	-	0,50	4,00	33,00	25,00	62,50	6º	Classificado
0004412	DAIANA FRANCINE CAMPERA	-	-	-	-	1,00	32,00	29,00	62,00	7º	Classificado
0004206	LARISSA GONÇALVES DA CUNHA	-	-	-	-	6,00	30,00	26,00	62,00	8º	Classificado
0000501	ITALA GABRIELLE ALENCAR	-	-	-	-	5,00	28,00	29,00	62,00	9º	Classificado
0000797	ELAINE TAYARA BASILIO DA SILVA	-	-	-	-	5,00	30,00	26,00	61,00	10º	Classificado
0000358	JESSYE CARVALHO DE ALMEIDA	-	-	-	-	2,00	29,00	30,00	61,00	11º	Classificado
0004472	KARINE LIMA DA SILVA	-	-	-	-	6,00	29,00	25,00	60,00	12º	Classificado
0002930	PAULA SILVA BATISTA	-	-	-	-	3,00	26,00	29,00	58,00	13º	Classificado
0001734	SEBASTIANA FABIA DA SILVA	-	-	-	-	1,00	33,00	23,00	57,00	14º	Classificado
0004619	KAROLINE ALVES DOS SANTOS	-	-	-	-	3,00	30,00	24,00	57,00	15º	Classificado
0003823	ARIANE RODRIGUES SILVA FERREIRA	-	-	-	-	2,00	27,00	28,00	57,00	16º	Classificado
0003667	THAIS AGUIAR DA CUNHA	-	-	-	-	3,00	31,00	22,00	56,00	17º	Classificado
0000425	CAROLINE STEDTEN VITORASSI	-	-	-	-	4,00	27,00	23,00	54,00	18º	Classificado
0001673	ANA FLAVIA AZEVEDO MENDES	-	-	-	-	3,00	24,00	27,00	54,00	19º	Classificado
0004300	JANINNE KATIUSCIA DO CARMO	-	-	-	0,50	4,00	30,00	19,00	53,50	20º	Classificado
0004107	KATHLEEN PRISCILLA SANTOS DE CAMPOS	-	-	-	-	3,00	26,00	24,00	53,00	21º	Classificado
0004437	MAILON CRISTHIAN LAURO	-	-	-	-	3,00	29,00	20,00	52,00	22º	Classificado
0003517	REJANE RODRIGUES LEITE	-	-	-	-	3,00	23,00	26,00	52,00	23º	Classificado
0001222	KARLA REGINA JOERKE MENDES FUKUSHIMA	-	-	-	0,50	4,00	27,00	20,00	51,50	24º	Classificado
0003825	CRISTIANE SOUZA COELHO	-	-	-	-	5,00	23,00	23,00	51,00	25º	Classificado
0001246	LAÍS CRISTINA MARTINS DA SILVA	-	-	-	-	2,00	23,00	25,00	50,00	26º	Classificado

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 205/2017

CONTRATADO(a): JOEL JOÃO DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 148/2017

CONTRATADO(a): ALDINEI FERREIRA DA ROSA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 198/2017

CONTRATADO(a): ANDERSON ALBINO DA COSTA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 143/2017

CONTRATADO(a): FRANCISCO SILVA CORREA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 108/2017

CONTRATADO(a): ELI PEREIRA DE SOUZA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 104/2017

CONTRATADO(a): FERNANDO ANDRADE BORGES

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 050/2017

CONTRATADO(a): CLEBER SILVA SANTANA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 029/2018

CONTRATADO(a): FLAVIO ROQUE DA CRUZ

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 026/2018

CONTRATADO(a): ALEX EMANOEL DE PINHO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 004/2018

CONTRATADO(a): EMANOEL SIDORIO BARBOZA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 098/2017

CONTRATADO(a): HELENA BARBOSA DA COSTA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 155/2017

CONTRATADO(a): MARILZA LARA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 105/2017

CONTRATADO(a): NAYARA MARTINS DE BARROS

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 213//2017

CONTRATADO(a): JANELUCE BISPO FREIRE

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 093-2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE SUPER POSTE 18/200DAN, BEM COMO BUSTITUIÇÃO DE SUPORTE, PETALAS OU TODA LUMINARIA, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, COM MOTORISTA ELETRICISTA, AUXILIAR E GUINDASTE TIPO MUCK MINIMA DE 8T, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS.

CONTRATADO: K. V. A. CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 282/2017

CONTRATADO(a): MARICILEY MENDES CAMILO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 228/2017

CONTRATADO(a): JOANIL MELQUIADES DE SANTANA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 232/2017

CONTRATADO(a): JOANA D'ARC DE ALMEIDA LYRA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 285/2017

CONTRATADO(a): JAQUELINE MAYSA DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 294/2017

CONTRATADO(a): DARLIANE SANTOS LIMA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 294/2017

CONTRATADO(a): ANA LUCIA PEGO DE SOUSA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 093-2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE SUPER POSTE 18/200DAN, BEM COMO BUSTITUIÇÃO DE SUPORTE, PETALAS OU TODA LUMINARIA, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, COM MOTORISTA ELETRICISTA, AUXILIAR E GUINDASTE TIPO MUCK MINIMA DE 8T, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR SUPRIMIDO: R$ 24.960,00 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS).

CONTRATADO: K. V. A. CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 07 DE JANEIRO DE 2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 301/2017

CONTRATADO(a): MARIA ANGELINA DE SOUZA HONÓRIO DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 286/2017

CONTRATADO(a): NILSEIA MARIA DA COSTA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE CONTRATO 004/2019

CONTRATADO: REAVEL VEICULOS EIRELLI, CNPJ: 30.260.538/0001-04

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR, ZERO QUILOMETRO, TIPO CAMINHONETE PORTE MÉDIO, ANO MODELO 2018/2018 OU SUPERIOR, BI-COMBUSTIVEL FLEX, PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DAE, CONFORME PROPOSTA APRESENTADA PELA CONTRATADA, NO PREGÃO 017/2018 E ACEITE DA LICITANTE PARA A ADESÃO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO-MT.

VALOR: R$ 72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS).

DATA DE ASSINATURA:26/02/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE CONTRATO 006/2019

CONTRATADO: RODRIGO ROSA PAES PARREIRA, CNPJ sob o n.º. 08.954.873/0001-45

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL TEM POR OBJETO A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALOR ADICIONADO POR CONTRIBUINTE INSCRITO NO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO", CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 E SEUS ANEXOS.

VALOR:R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DATA DE ASSINATURA:25/03/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2019

CONTRATADA: THUM USINA DE ASFALTO EIRELI, CNPJ: 23.504.974/0001-08

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Valor: R$ 149.800,00 (cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais)

Vigência: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA

DATA DA ASSINATURA:25/03/2019

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00min do dia 05 de abril de 2019, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2019, objetivando ao**PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS HOPITALARES E EQUIPAMENTOS DIVERSOS.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 25 de março de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA JURIDICO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 014/2019

DATA ASSINATURA: 15 DE MARÇO DE 2019

CREDOR: BALSAMO CONSTRUÇÕES EIRELI -EPP

VIGÊNCIA: 14 DE MARÇO 2020

VALOR REGISTRADO: 932.360,00 (NOVECENTOS E TRINTA E DOIS MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS VISANDO A RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E ABERTURA DE ESTRADAS MUNICIPAIS NESTE MUNICÍPIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019 GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – N. SUPERIOR – INDÍGENA.

Questão	Resposta
01	D
02	B
03	C
04	A
05	C
06	C
07	B
08	A
09	B
10	C
11	B
12	A
13	D
14	B
15	D
16	C
17	D
18	B
19	B
20	A

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – N. MÉDIO -MAGISTÉRIO – INDÍGENA.

Questão	Resposta
01	A
02	A
03	C
04	B
05	C
06	C
07	B
08	A
09	B
10	C
11	B
12	A
13	D
14	B
15	D
16	C
17	D
18	B
19	B
20	D

TDI – TÉC. EM DES. INFANTIL - EDUCAÇÃO BÁSICA – INDÍGENA.

Questão	Resposta
01	C
02	A
03	A
04	A
05	A
06	C
07	B
08	A
09	B
10	B
11	B
12	C
13	D
14	B
15	B
16	B
17	D
18	B
19	D
20	A

APOIO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR – NUTRIÇÃO ESCOLAR - INDÍGENA.

Questão	Resposta
01	C
02	A
03	A
04	A
05	A
06	C
07	B
08	A
09	B
10	B
11	B
12	C
13	D
14	B
15	D
16	B
17	D
18	B
19	D
20	C

APOIO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR – ZELADOR - INDÍGENA.

Questão	Resposta
01	C
02	A
03	A
04	A
05	A
06	C
07	B
08	A
09	B
10	B
11	B
12	C
13	D
14	B
15	D
16	C
17	D
18	D
19	A
20	D

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria Municipal nº. 028/2019, torna público que nos precisos termos do Art. 24 I, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores que realizará o processo licitatório de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2019**, visando a contratação de empresa **PARA AQUISIÇÃO DE ACERVO LITERÁRIO, PARA PEQUENOS LEITORES, DESTINADO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT**.

Feliz Natal - MT - em, 25 de março de 2019.

_____

DULCILENE TSCHINKEL

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 028/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2017

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE E A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, nº 1298, Bairro Centro, na Cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. Voney Rodrigues Goulart**, portador do RG nº 2477543 – SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a **EDITORA POSITIVO LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por seu procurador, **Emerson Walter dos Santos**, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55, conforme incluso instrumento particular de procuração, adiante simplesmente **CONTRATADA,** têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 01/2017, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE- O presente aditivo tem por objeto o **reajuste** dos preços unitários, conforme disposições legais e previsão na Cláusula 11ª do Contrato em **3,43%**, com base na variação do INPC, ocorrida no período de dezembro/2017 a dezembro/2018, conforme tabela abaixo (Fonte: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?&t=downloads):

ADITIVO 2019		1º BIMESTRE			2º BIMESTRE		
NÍVEL	SÉRIE	QTD.	VL. UNIT.	TOTAL	QTD.	VL. UNIT.	TOTAL
Educação Infantil	GRUPO 5	100	93,85	9.385,00	100	97,07	9.707,00
Educação Infantil	1º ANO	115	101,05	11.620,75	115	104,52	12.019,80
Ensino Fundamental I	2º ANO	110	101,05	11.115,50	110	104,52	11.497,20
Ensino Fundamental I	3º ANO	130	101,05	13.136,50	130	104,52	13.587,60
Ensino Fundamental I	4º ANO	95	101,05	9.599,75	95	104,52	9.929,40
Ensino Fundamental I	5º ANO	95	101,05	9.599,75	95	104,52	9.929,40
Ensino Fundamental II	6º ANO	95	107,12	10.176,40	95	110,79	10.525,05
TOTAL		**740**		**74.633,65**	**740**		**77.195,45**

3º BIMESTRE			4º BIMESTRE			TOTAL	
QTD.	VL. UNIT.	TOTAL	QTD.	VL. UNIT.	TOTAL	QTD.	R$
100	97,07	9.707,00	100	97,07	9.707,00	400	38.506,00
115	104,52	12.019,80	115	104,52	12.019,80	460	47.680,15
110	104,52	11.497,20	110	104,52	11.497,20	440	45.607,10
130	104,52	13.587,60	130	104,52	13.587,60	520	53.899,30
95	104,52	9.929,40	95	104,52	9.929,40	380	39.387,95
95	104,52	9.929,40	95	104,52	9.929,40	380	39.387,95
95	110,79	10.525,05	95	110,79	10.525,05	380	41.751,55
740		**77.195,45**	**740**		**77.195,45**	**2960**	**306.220,00**

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR GLOBAL– Reajustado, o valor global do presente contrato fica estimado em ***R$ 306.220,00 (trezentos e seis mil, duzentos e vinte reais).***

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com a execução deste instrumento correrão a expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:12/unidade:003/proj ativ: 10087/elemento: 3.3.90.30/cod reduzido: 457

Órgão:12/unidade:005/proj ativ: 20069/elemento: 3.3.90.30/cod reduzido: 216

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO - Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Gaúcha do Norte MT, 22 de, março de 2019.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE **VONEY RODRIGUES GOULART** CONTRATANTE	**EDITORA POSITIVO LTDA.** Emerson Walter dos Santos **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
RG:	RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 012/2019

ATO DE NOMEAÇÃO 007/2019

PORTARIA Nº. 012/2019 15 DE MARÇO DE 2019.

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, nomeia Leila da Silva Sousa Franco como Assessora Jurídica da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso."

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Senhora **LEILA DA SILVA SOUSA FRANCO**, portadora da Cédula de Identidade nº. 0499226-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF, sob o número 353.049.521-20, para exercer a Função de **Assessora Jurídica** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, com todas as atribuições contidas no Plano de Cargos, Carreira e Salário do Poder Legislativo.

Artigo 2º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Março de 2019.

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019-SRP.

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **020/2019**, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa para prestação de **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). A abertura do certame está prevista para ***05/04/2019 às 08h00min*** **(horário de Mato Grosso)**, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 25 de março de 2019. Sebastiao Adilson C. da Silva/Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019 - SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 015/2019 - SRP obteve o seguinte resultado: A empresa **A J ALVES COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA EPP** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 146.418,00 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e dezoito reais).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 25 de março de 2019. **Sebastião Adilson C. da Silva /Pregoeiro**.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 014/2019

Resultado de Licitação Pregão Presencial nº 014/2019 - SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 014/2019 - SRP obteve o seguinte resultado: A empresa **ASCIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 25 de março de 2019. **Sebastiao Adilson C. da Silva/Pregoeiro**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2019/CMAS

Resolução Nº003/2019/CMAS

Dispõe sobre Aprovação da Reprogramação de saldo da Conta do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS do ano de 2018 para o exercício ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indiavaí/MT, reunido no dia 15 de março 2019, conforme a Ata nº. 100/2019

Resolve:

Artigo I – Aprovar a reprogramação de saldo da Conta do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social do ano de 2018 para o exercício do ano de 2019.

Artigo II – Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Indiavaí MT, 15 de Março de 2019.

_____

Eliude Soares Campos

Presidente do CMAS

Indiavaí/MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 002/CMAS/2019

Resolução Nº002/CMAS/2019

Dispõe sobre Aprovação da Prestação da Conta do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS do ano de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indiavaí/MT, reunido no dia 15 de março 2019, conforme a Ata nº. 100/2019

Resolve:

Artigo I – Aprovar a Prestação de Conta do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social do ano de 2018.

Artigo II – Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Indiavaí MT, 15 de Março de 2019.

_____

Eliude Soares Campos

Presidente do CMAS

Indiavaí/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 025/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: VALDIR ESIDIO DA SILVA 43639445953

OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços de poda de árvores de grande porte, em ruas, avenidas e espaços públicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Itanhangá – MT."

VALOR GLOBAL: R$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais)

DATA DE ASSINATURA: 25/03/2019

VIGÊNCIA: 31/12/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TEMPO DETERMINADO Nº.001/2019

Através deste instrumento, fica rescindido o Contrato Temporário de Serviços Nº. 029/2018, de 04 de setembro de 2018, realizado entre a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, inscrita no CNPJ de Nº. 07.209.225/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA** Sra. **GEZIANE ROSANGELA DA SILVA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1401481-5SSP/MT e do CPF nº. 988.678.651-53, residente e domiciliada na Rua Cuiabá, S/N, Vila Simione, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO(A).**

Cláusula 1º - Rescisão sem justa causa por iniciativa do servidor**.**

Cláusula 2º - O(A) **CONTRATADO(A)** receberá R$ 2.279,63 (dois mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos), referente aos meses trabalhados, sendo descontados os encargos sociais, conforme Recibo de Rescisão.

Por ser de acordo entre as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Itanhangá - MT, em 08 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

GEZIANE ROSANGELA DA SILVA

CONTRATADA

ALDO LOUREIRO DA SILVA

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

RG _____/_____

NOME _____

CPF _____

RG _____/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal De Itanhanga, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe foram conferidas. e observadas as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, **RESOLVE, ADJUDICAR** o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 004/2019, que objetiva o "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uma Pá Carregadeira, conforme o Termo de Convênio n° 880075/2018 celebrado entre a Superintendência do Centro Oeste - SUDECO e o Município de Itanhangá-MT", com base nos elementos constantes do processo correspondente, o VENCEDOR: DYMAK MAQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA – CNPJ: 01.840.707/0001-79. Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 25 de março de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uma Pá Carregadeira, conforme o Termo de Convênio n° 880075/2018 celebrado entre a Superintendência do Centro Oeste – SUDECO e o Município de Itanhangá-MT".

VENCEDOR:

Nome	CPF/CNPJ:

DYMAK MAQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA	01.840.707/0001-79

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 25 de março de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO – PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2019

Em conformidade com o disposto no art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a Dispensa de Licitação para **"Contratação de empresa Promotora de Shows Artísticos para realização de show com a Dupla Breno Reis e Marco Viola no dia 31/03/2019 em comemoração ao 19º aniversário do Município de Itanhangá-MT".**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, c/c art. 3º, da Lei Municipal nº 368/2015.

CONTRATADA: K R EVENTOS E BRINDES LTDA – ME – CNPJ: 21.318.275/0001-48 situada na Av. das Acácias, n° 97 W, Bairro Bandeirantes na cidade de Lucas do Rio Verde – MT – CEP: 78.455-000.

VALOR GLOBAL: R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais).

Itanhangá–MT, 25 de março de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2019

Pregão Presencial n° 004/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n°. 411.269.551-91, doravante e denominado **"MUNICIPIO" e** do outro lado a empresa **DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°01.840.707/0001-79situada na Av. da Feb (Lot Manga), n° 2241, bairro Ponte Nova, CEP: 78115-806, Varzea Grande, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. Valmir Gonçalves de Amorim, portador do RG n° 9.707.600SSP/SP e inscrito no CPF sob n° 018.50.748-88, engenheiro, residente e domiciliado á Rua Kingston, n° 20, Bairro Jardim das Américas, na cidade de Cuiabá – MT, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 004/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 7.892/13 e Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uma Pá Carregadeira, conforme o Termo de Convênio n° 880075/2018 celebrado entre a Superintendência do Centro Oeste – SUDECO e o Município de Itanhangá-MT.",** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 004/2019, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

1.2. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	Pá Carregadeira, nova (zero hora de uso), fabricada em 2019, motor diesel com no mínimo de 120HP, peso operacional mínimo de 10.040 kg, sistema de transmissão do motor com no mínimo 04 marchas a frente e 04 a ré, radiadores com ventilação reversível, redução de poluentes no mínimo Tier III, cabine fechada, fixa no chassi traseiro ROPS e FOPS e **com saída de emergência**, e equipada com ar condicionado original de fábrica, contendo no mínimo 02 faróis dianteiro e 02 lanternas traseiras com sinalização de sentido (seta), luz de freio e ré, armação de caçamba sistema Z BAR, caçamba com capacidade mínima de 1,7m³, equipamento de monitoramento e gerenciamento via satélite original da máquina incluso o serviço de gerenciamento via satélite a ser feito pelo fabricante de máquina com fornecimento de relatórios de consumo, falhas, localização e manutenções por no mínimo 10 anos gratuitos, garantia da máquina de no mínimo 36 meses.	Komatsu	01	Und	R$ 350.000,00	R$ 350.000,00
Valor por extenso: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses,contados a partir da data de sua assinatura, de **25/03/2019** até **25/03/2020.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 004/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, após liberação dos recursos repassados pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste através do Termo de Convênio n° 880075/2018, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do maquinário mediante apresentação da nota fical devidamente atestada pelo fiscal do contrato designado pela secretaria solicitante.

3.2. A Detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no "item 3.1.", devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Detentora da ata deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à Detentora da Ata para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. O maquinário/produto registrado deverá ser entregue na quantidade solicitada, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), devendo a Detentora da Ata, entregar no local indicado pela Secretaria requisitante, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**,** contados da data do recebimento da Requisição/NAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela PREFEITURA;

4.1.1. A maquina ora licitada somente será adquirida se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT;

4.1.2. O maquinário deverá ser entregue na presença dos fiscais de contrato devidamente nomeados para tal finalidade;

4.1.3. O maquinário deverá ser entregue no Pátio de Máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos,

4.1.4. O maquinário deverá atender integralmente as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência elaborados pelas secretarias solicitantes, sendo que, todas as despesas serão por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Se durante do prazo de validade da ata, os produtos entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá, em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco;

4.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de autorização de despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.5. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.5.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 02 (dois) dias úteis contados da ciência da convocação;

4.6. Os produtos desta licitação deverão ser entregues nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.7. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.7.1. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá-MT, será lavrado o Termo de Recuso no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.8. A Deetentora da Ata sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos itens prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.9. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.10. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

5.1.2. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à prestação dos serviços, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) Entregar o objeto licitado dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da NAD/Requisiçãode acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas; b) O maquinário deverá ser entregue no Pátio de Maquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos, da forma como forem solicitados pelo setor competente; c) Substituir, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta; d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; f) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; g) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; j) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; k) Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada; l) A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; m) A detentora da ata ficará obrigada permitir livre acesso dos servidores/gestores municipais, dor órgãos ou etndidade públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo a seus documentos e registros contábeis;

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Convocar a detentora da ata para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

b) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos serviços, objeto da contratação;

c) Atestar as notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata;

d) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

e) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente;

f) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

g) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

h) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

i) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

j) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

k) Receber ou rejeitar os serviços no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

l) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

m) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da nota de empenho.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

8.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9. DA ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

9.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenham participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciados.

9.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

9.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

9.4. As aquisições ou contratações adicionais, não podendo exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 004/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

14.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

16. DO FORO

16.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA

Valmir Gonçalves de Amorim – Sócio administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 026/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: K R EVENTOS E BRINDES – ME

OBJETO: "Contratação de empresa Promotora de Shows Artísticos para realização de show com a Dupla Breno Reis e Marco Viola no dia 31/03/2019 em comemoração ao 19º aniversário do Município de Itanhangá-MT. ".

VALOR GLOBAL: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 25/03/2019

VIGÊNCIA: 25/04/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
RETIFICA EDITAL DE SELEÇÃO DE BOLSA DE ESTAGIÁRIO Nº 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos do convênio com o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA (CIEE), divulga abertura de inscrições para o **PROCESSO DE SELEÇÃO DE BOLSA DE ESTAGIÁRIO n° 001/2019**, nos moldes da Lei Municipal nº 847/2012, bem como em consonância com a Lei Federal nº 11.788 e conforme as disposições neste Edital:

FAZ SABER, que foi retificado o anexo I, cargo 13, onde foi alterado a carga horária e o quantitativo de vagas, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

II – DAS INFORMAÇÕES GERAIS

(...)

d) O candidato deverá estar matriculado e com frequência efetiva na Instituição de Ensino, observando:

I. Ensino Superior: cursando a partir do 5º semestre ou ter concluído o 2º ano;

LEIA SE:

II – DAS INFORMAÇÕES GERAIS

(...)

d) O candidato deverá estar matriculado e com frequência efetiva na Instituição de Ensino, observando:

I. Ensino Superior: cursando a partir do 5º semestre ou ter concluído o 2º ano (**exceto** os cursos de Recursos Humanos/Gestão em RH e Serviço Social, os quais deveram está cursando o 2º semestre ou ter concluído o 1º ano;

Desta forma, fica ratificado o presente Edital, prorrogando ainda a data da inscrição do mesmo, a fim de garantir ampla concorrência entre os interessados.

Assim fica devidamente alterado o Anexo I do Edital acima mencionado, conforme se vê:

ANEXO I – CRONOGRAMA

DATA	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL
11/03/2019	Inicio das inscrições	Prefeitura Municipal de Itiquira, Av. Lúcio Mendonça Primo nº 621, Conjunto Habitacional Arco Iris II - Itiquira/MT ou Sub Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul, Avenida Zenaide Avena de Oliveira, em Ouro Branco do Sul - Itiquira/MT
29/03/2019	Término das inscrições	Prefeitura Municipal de Itiquira, Av. Lúcio Mendonça Primo nº 621, Conjunto Habitacional Arco Iris II - Itiquira/MT ou Sub Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul, Avenida Zenaide Avena de Oliveira, em Ouro Branco do Sul - Itiquira/MT
01/04/2019	Divulgação do Edital de Deferimento e indeferimento das inscrições	SITE: publicado no Site www.itiquira.mt.gov.br. , Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT
02 e 03/04/2019	Abertura de prazo para recurso contra o indeferimento das inscrições	Recurso direcionado à COMISSÃO AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO 001/2019 e protocolado no Protocolo Central da Prefeitura.
04/04/2019	Publicação do Edital de Homologação das inscrições	SITE: publicado no Site www.itiquira.mt.gov.br. , Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT
05/04/2019	Divulgação do resultado preliminar	SITE: publicado no Site www.itiquira.mt.gov.br. , Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT
08 e 09/04/2019	Abertura de prazo para recurso contra o resultado preliminar	Recurso direcionado à COMISSÃO AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO 001/2019 e protocolado no Protocolo Central da Prefeitura.
10/04/2019	Publicação do Resultado Final e Homologação do Processo de Seleção de estagiários	SITE: publicado no Site www.itiquira.mt.gov.br. , Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT

Itiquira/MT, 25 de março de 2019.

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Avaliadora do

Processo de Seleção de Bolsas de Estágio nº 001/2019

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 014 DE 19 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE A DELIBERAÇÃO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS DO FEAS EM 2018, A TÍTULO DE CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS NO ÂMBITO DO SUAS NO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 797 de 07 de novembro de 2013 e conforme deliberado em reunião plenária extraordinária do dia 19 de março de 2019, e

CONSIDERANDO Decreto – SETAS MT nº 99/2015 que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros aos Fundos Municipais de Assistência Social, considerando que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas do cidadão.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão e planilha de resumo de gastos do recurso transferido do FEAS, a título de Cofinanciamento estadual para a execução dos serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS, no município de Itiquira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor, a partir de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Itiquira, 19 de março de 2019.

CARLOS JOSÉ DE SOUZA

Vice presidente do CMAS

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 074, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro temporário do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o atestado médico;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. JOSÉ TUNES LEITE, servidor público do quadro temporário do Poder Executivo, no Cargo de PEDREIRO, empossado em 03/09/2018, pelo período de **23/03/2019 à 21/05/2019, conforme atestado médico,** com o retorno aos trabalho no dia **22/05/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 22 de março de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 015 DE 19 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O ANO DE 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8. 472/93 e Lei Municipal nº 797 de 07 de novembro de 2013 e conforme deliberado em reunião plenária extraordinária do dia 19 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para o ano de 2019.

Art.2º. O Calendário de reuniões possui os seguintes meses, datas e horários:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE ITIQUIRA/MT PARA O ANO DE 2019			
ORDEM	**DATA**	**HORÁRIO**	**LOCAL**
01	17/04/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos[1].
02	22/05/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.
03	19/06/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.
04	17/07/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.
05	21/08/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.
06	18/09/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.
07	23/10/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.
08	21/11/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.
09	18/12/2019	09h00min	Sala de reuniões dos conselhos.

Art.3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itiquira, 19 de março de 2019.

CARLOS JOSÉ DE SOUZA

Vice presidente do CMAS

[1] Situada à Avenida Adelino de Souza Campos, número quinhentos, centro de Itiquira/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 006/2017 AO CONTRATO N.º 032/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI - ME;**OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO até 01/02/2018**.** Fica inalterado e em pleno vigor o valor existente no Contrato nº. 032/2014, de 16/10/2014;Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do Contrato n.º 032/2014, de 16/10/2014, celebrado entre as partes acima mencionadas.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 007/2018 AO CONTRATO N.º 032/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI - ME;**OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO até 01/02/2019**.** Fica inalterado e em pleno vigor o valor existente no Contrato nº. 032/2014, de 16/10/2014;Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do Contrato n.º 032/2014, de 16/10/2014, celebrado entre as partes acima mencionadas.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO ADITIVO Nº. 008/2019 AO CONTRATO N.º 032/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT torna público que referente à publicação veiculada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº 3.191, de 22/03/2019 e Jornal Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**, nº 1.579 de 22/03/2019. ONDE SE LÊ:** ***EXTRATO DE ADITIVO 008/2019 AO CONTRATO 032/2019 E PERMANECEM INALTERADAS E EM PLENO VIGOR TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO N.º 032/2018, de 16/10/2014;*** **LEIA-SE:** ***EXTRATO DE ADITIVO 008/2019 AO CONTRATO 032/2014 E PERMANECEM INALTERADAS E EM PLENO VIGOR TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO N.º 032/2014, de 16/10/2014.*** **CONTRATANTE**: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI - ME;**OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO até 01/08/2019**.** Fica inalterado e em pleno vigor o valor existente no Contrato nº. 032/2014, de 16/10/2014;Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do Contrato n.º 032/2014, de 16/10/2014, celebrado entre as partes acima mencionadas.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da zona rural e urbana do Município de Jaciara/MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **10 DE ABRIL DE 2019 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou

na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 25 de março de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR OFERTA**, tendo por objeto a **"Contratação de instituição financeira oficial (artigo 164, § 3º CF) especializada na prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagamento, arrecadação de tributos municipais, empréstimos consignados em folha de pagamento, aplicações das disponibilidades financeiras de caixa, bem como centralização e processamento da movimentação financeira de contas correntes do município de Jaciara-MT"**,nos termos da Lei 10. 520/02, a realizar-se no dia **09 DE ABRIL DE 2019 - 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 25 de março de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DECRETO Nº 029/2019

DECRETO Nº. 029, DE 25 DE MARÇO DE 2.019

"DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO E O DESCONTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-IPTU, EXERCÍCIO 2.019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **NOTIFICADOS** todos os contribuintes e proprietários de imóveis urbanos, sobre o lançamento e desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, exercício 2.019.

Artigo 2º - Notificar, ainda, que o prazo para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, obedecerá aos seguintes prazos:

I- Parcela única com pagamento até o dia 31/05/2019, terá o desconto de 20%(vinte por cento); e/ou

II- pagamento em três parcelas sem desconto, sendo a primeira parcela com vencimento em 28.06.2019; a segunda parcela com vencimento em 31.07.2019; e a terceira parcela com vencimento em 30.08. 2019.

Artigo 3º - O carnê para pagamento será entregue no domicílio dos contribuintes.

Artigo 4º - O contribuinte que não receber o carnê deverá retirá-lo no Setor de Tributação da Secretária de Finanças do Município.

Artigo 5º - Qualquer correção sobre o valor do IPTU ou dados constantes do carnê deverá ser requerida pelo contribuinte diretamente no setor de tributação da prefeitura de Jauru, até o dia 24 de Maio de 2.019.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Jose Perez", em Jauru-MT, 25 de março de 2019.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 241/ 2018.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 241/2018.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal Interino, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181. 389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira:M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n.º 28.836.771/0001-32, localizada à Rua Amendoeiras, 568 - Setor Comercial - Sinop/MT, devidamente representada por seu proprietário o Sr. Maiko Brustolin, portador da Cédula de Identidade n.º 1314263-1 SSP/MT e CPF: 009.338.401-79

Processo: TOMADA DE PREÇO nº 006/2018.

Objeto: PRORROGAÇÃO do prazo de Execução da Obra, tendo seu vencimento previsto para **11 de julho de 2019**, sem alterações de valores, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme justificativa de pedido de prorrogação contratual e cronograma, em Anexos ao processo,por se tratar de **Contratação de Empresa da Área de Engenharia para Execução de Obra de Reforma do Hospital Municipal de Juara/MT, localizada na Rua João Pessoa n. 600-N- Centro, com recursos do Fundo Estadual de Saúde**, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Projeto Básico, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

Assinatura: 14/03/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP/Nº151/2019.

PORTARIA GP/Nº151/2019.

Dispõe sobre a nomeação dos membros que compõe a Comissão Municipal de Transporte Escolar de Juara, biênio de 2019/2021.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 4.812 de 18/03/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros que compõe a **Comissão Municipal de Transporte Escolar de Juara**, para período de 13/03/2019 a 13/03/2021.

Coordenadora: Eliana Barbosa da Silva

Secretária: Gisele da Silva Metka

Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Ceila Michelle Pilocelli - CPF: nº 013.836.331-50

Suplente: Aline Francisco Silva - CPF: nº 006.093.681-92

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: - Leandro Fernandes Coelho - CPF: nº 929.980.111-87

Suplente: Marinha Francisca da Silva - CPF: nº 875.367.571-15

Suplente: Fábio Junior Alves Teixeira - CPF: nº 956.725.401-04

Representante do FUNDEB/PNATE

Titular: Geralda Aparecida da Silva Pereira - CPF: nº 489.065.061-04

Suplente: Cervan Gomes Ferreira – CPF: nº 460.604.131-53

Suplente: Gustavo Paim Garcia – CPF: nº 061.409.861-09

REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Titular: Liliane Lenz dos Santos - CPF: nº 887.095.071-91

Suplente: Vanderlei Carvalho dos Santos - CPF: nº 571.490.891-00

REPRESENTANTE DE PAIS DA REDE PÚBLICA

Titular: - Eurico Bento - CPF: nº 581.271.191-72

Suplente: Mauro Sergio da Silva – CPF: nº581.046.311-87

Suplente: Cristiane Aparecida da Silva – CPF: nº 915.287.711-68

REPRESENTANTE DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

Titular: Cassius Cley Ferreira **-** CPF: nº 003.590.891-27

Suplente: Celso Antônio Rezende – CPF: nº 627.170.496-49

REPRESENTANTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MAIOR QUE 14 ANOS:

Titular: Angélica Rosa Cardoso Franzin - CPF: nº 066.875.311-07

Suplente: Nair Gabriela Postai - CPF: nº 060.273.211-56

Suplente: Isadora Martins da Silva - CPF: nº050.873.931-44

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL

Titular: Eliana Barbosa da Silva - CPF: nº 903.985.481-53

Suplente: Gisele da Silva Metka- CPF: nº 008.081.339-93

Suplente: Luiz Eduardo de Brito Correa - CPF: nº511.799.544-91

REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Titular: Marta Dalpiaz Nepomuceno - CPF: nº 383.565.621-04

Suplente: Salvador Marinho Pizzolio Alves - CPF: nº 503.607.521-87

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário da Portaria Nº 589, de 24 de setembro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 18 de março de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019 PREGÃO Nº 008/2019

Processo: Pregão n. 008/2019; Ata de Registro de Preços do Pregão nº 008/2019; Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamento para o Incentivo da Agricultura do Café para atender o Contrato de Repasse n.º 853525/2017 - Operação n.º 1047296-00, Celebrado entre a União Federal, por Intermédio do MAPA, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Juara/MT**; Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Juara; CNPJ nº 15.072.663/0001-99; Detentor da Ata: **VANDA ARANTES MOTA EPP**, inscrita no CNPJ: 02.189.771/0001-02, com sede à Rua Baurú, n.º 740 - Centro - CEP: 78.575-000 - Juara/MT, neste ato representado por sua proprietária a Sra. Vanda Arantes da Mota, portadora do RG nº 472156-0 SSP/MT e CPF nº. 346.614.501-59; Vigência de 12 (doze) meses; Data de Assinatura: 25/02/2019. Preços registrados:

Item	Cod.	Especificações	Quant.	Unidade	Valor Total	Marca
03	107308	Plaina Niveladora Traseira Arrasto c/ Pneus, Largura de Corte mínima 4000mm. Garantia Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, sendo que durante a vigência da garantia todos os reparos e manutenções oriundas de defeitos no equipamento serão sem ônus para a contratante e serão realizadas *in loco.*	01	Unidade	25. 800,00	BALDAN

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 017/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 017/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 22/03/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços Para Contratação de Empresa para a Futura e Eventual** Prestação de Serviços de Transporte Escolar Zona Rural em Atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura**,** conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos**,** sagrou-se **vencedora** a empresa**: T.AIOLFI - EPP** inscrita com o CNPJ sob o n. º 32.723.210/0001-02, localizada à Estrada Vicinal Linha Bonete, KM 01 - Chácara Com Jesus - Distrito de Águas Claras - CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, vencedora do lote 02 com Valor Global de R$ 513. 063,20 (quinhentos e treze mil sessenta e três reais e vinte centavos)

Juara –MT, 25 de março de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO Nº. 2853, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUENA.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município no seu Artigo 85, inciso III, e

Considerando os dispostos da Lei 8080/90 e o artigo 1º da Lei 8142/90;

Considerando o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

Considerando a resolução nº. 001/19 do Conselho Municipal de Saúde de Juruena

Decreta:

Artigo 1º - Fica convocada a **6ª Conferência Municipal de Saúde de JURUENA**, a realizar-se nos dias **17 e 18 de Maio**, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde. A realização da referida Conferência fica sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central – **DEMOCRACIA E SAÚDE**, com os seguintes eixos temáticos:

I. Saúde como Direito;

II. Saúde Mental;

III. Financiamento adequado e suficiente para o SUS.

Artigo 3º - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Secretário Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou Subsecretário e ou representante legal.

Artigo 4º - O Secretário Municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento que norteará a conferência.

Artigo 5º - As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal de Saúde correrá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde e de outros recursos estadual e nacional para saúde.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, em 22 de março de 2019

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita de Juruena-MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

HELVIO DE LIMA

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2019.

DATA: 18/03/2019.

VIGÊNCIA: 18/03/ 2019 à 31/12/2019.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na Prestação de Serviços de Consulta Médica Pericial aos Segurados do Lambari-Previ, nos termos da Lei Municipal nº 588/2016.

Valor: R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) por perícia realizada.

Contratante: LAMBARI-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social de Lambari D'Oeste - MT .CNPJ nº. 04.487.545/0001-25.

Contratada / Credenciada: CLÍNICA MÉDICA OLIVEIRA E FABRE LTDA.

CNPJ: 32.700.447/0001-60. Dra BRUNA FABRE DONEDA CRM/MT:10476.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 006/2019

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 19 de março de 2019, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" nº 006/2019 tendo como objeto –cujo objeto é a "**REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA NA FROTA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE -MT**.**"**, conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresa ERONILDO SILVA DE ALMEIDA **,** localizada na Avenida Boa Vista . nº 199w, centro , CEP: 78278-00, Lambari D´oeste –MT, vencedora de todos os itens em valor total de 80.835,00 (oitenta mil oitocentos e trinta e cinco reais) .

Lambari D´Oeste –MT 19 de março de 2019.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 - SRP.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 05 de Abril de 2019, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preçospara futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção e impressão de diversos materiais gráficos para suprir as necessidades das secretarias municipais de Marcelândia/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, em 25 de março de 2019

RAPHAELLA ESPÍNDOLA BENÍCIO

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA SEPLAN Nº 002/2019

DATA: terça-feira, 25 de março de 2019

SÚMULA: Nomeia a Engenheira FABIANA ZACARIAS RAMOS como Engenheira Responsável pela fiscalização das Obras de Construção da Creche Municipal Menino Jesus no Município de Marcelândia/MT

O Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado do Mato Grosso, no uso da competência que lhe confere a Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º. Nomear a Engenheira Civil **FABIANA ZACARIAS RAMOS**, brasileira inscrita no CREA-MT sob Nº 0.330-60, portadora do RG 21097283-3 SSP/MT e CPF sob Nº 031.679.751-05 como engenheira responsável pela **fiscalização** das obras que compõem a "*Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de Construção da Creche Municipal Menino Jesus no Município de Marcelândia/MT".* Oriundo do contrato **006/2019** este vinculado a Tomada de Preços Nº **003/2019**. **Artigo 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 25 de março de 2019.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Adriana Cristina Machado Blanc

SEC DE PLANEJAMENTO

Registra-se e afixe-se

PREFEITURA/LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS:

O **MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal **ARNÓ-**

BIO VIEIRA DE ANDRADE, que, no uso de suas atribuições legais, expede a Seguinte:

Fica CONVOCADA a empresa *FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA- ME* , pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P. J./MF sob o nº 00.185.121/0001-55 e Inscrição Estadual nº 13.637.139-6 com sede na Av. Filinto Muller, nº 04, quadra 87, na cidade de Várzea Grande-MT, vencedora do processo licitatório realizado na modalidade "**Tomada de Preços nº 003/2018**", cujo objeto trata-se de **c**ontratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica em diversas ruas e avenidas do município de Marcelândia/MT, a comparecer no prazo máximo de **10 (dez) dias** a contar do recebimento desta, para **retomar a execução da obra**.

Marcelândia/MT, 25 de março de 2019

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DE ITEM, EFETUADO PELA EMPRESA CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que em sessão, após análise da equipe de licitação, a respeito da solicitação efetuada pela empresa **Cientifica Médica Hospitalar Ltda**, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 07.847.873/0001-10, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2018, PROCESSO N.º 024/2018, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Marcelândia/MT**.** Os membros da equipe fizeram suas considerações opinando por seguir as recomendações da Assessoria Jurídica, que relatou em seu parecer "... em rápida pesquisa na rede mundial de computadores, localizou-se o produto (05 laudas em anexo), ainda, localizou-se a existência de outros fabricantes, sendo: - Meizler UCB; - Octapharma; - CSL Behring; entre outros. Logo, a menos que o produto tenha sua fabricação ou registro suspensos, impossível é o acolhimento do pleito". O parecer da Assessoria Jurídica menciona ainda, que deve ser aplicada multa no caso de não entrega do produto. A equipe decidiu, portanto, manter os preços acordados na sessão ocorrida aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018), mantendo obediência ao Edital, onde são determinadas a regras da licitação com referência na Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002, e observando também a supremacia do ente público em relação aos particulares, devendo permanecer o resultado alcançado na sessão, conforme registrado na Ata de Registro de Preços nº 059/2018. A Ata da Sessão completa está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua dos Três Poderes, Nº 777, Centro, Marcelândia/MT.

Marcelândia/MT, em 22 de março de 2019.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 20 de março de 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DA QUADRA DE AREIA NO LAGO II CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES, aonde sagrou-se vencedor o Licitante J M S CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.238.535/0001-91, com valor total de R$ 295.371,16. Matupá – MT, 25 de março de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

CÂMARA MUNICIPAL
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Certifico para os devidos fins, que o prazo para a **INTERPOSIÇÃO DE QUAISQUER RECURSOS**, conforme o que estabelece o Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8883/94, e alterações posteriores, referente à Tomada de Preços nº 001/2019, decorreu "In albis", sem a **INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**.

25 DE MARÇO DE 2019

WAGNER MARTINS DE CARVALHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº. 032/2019.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI

PORTARIA Nº. 032/2019.

DATA: 25DE MARÇO DE 2.019

SUMULA: "QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PENSÃO POR MORTE A Sra. MARIA ELENA BASEGGIO FERREIRA".

O Diretor Executivo do PREVI-MUNI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº41/2003, de 19 de dezembro de 2003 e ainda combinado com os Arts. 7º, inciso I, 29º, Inciso I e 30, inciso I, da Lei Municipal Complementar nº. 058/2011 de 29 de abril de 2.011, que rege a Previdência Municipal, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE** em decorrência do falecimento do Sr. **GERALDO ALVES FERREIRA**, portador do CPF nº. 523.272.481-91 e RG nº. 606.593-7 SSP-MT, matrícula previdenciária nº. 048, servidor inativo, Aposentado Por Invalidez no cargo de **Operador de Máquinas Pesadas I, Classe "A", Nível "9"**, com proventos integrais, em favor de **MARIA ELENA BASAGGIO FERREIRA,** portadora da Cédula de Identidade nº. 1642301-1 SSP-MT e CPF nº. 018.534.011-37, **na qualidade de cônjuge,** em caráter vitalício, conforme processo administrativo de PENSÃO do PREVI-MUNI, nº. 2018.07.00000001, a partir da data do óbito (14/02/2019), até posterior deliberação.

Art. 2º - Com a extinção da quota da pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 3º - A beneficiária em epígrafe é a única quotista na equivalência de 100% do benefício.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

Omar Antônio Chisté

- Diretor Executivo -

HOMOLOGADO POR: _____

Valter Miotto Ferreira

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE SUSPESÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 024/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Equipe da Pregoeira comunica a todos os interessados que a licitação agendada para 27 de março de 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2 C E CM-30 A SEREM UTILIZADOS EM PAVIMENTAÇÕES ASFÁLTICAS E OPERAÇÕES DE TAPA BURACO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ" fica SUSPENSA até segundo aviso, para análise de impugnação do Edital. Matupá – MT, 25 de março de 2019. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2019 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dispõe sobre a realização de Processo Seletivo para avaliar e selecionar candidatos a Membros do Conselho Tutelar de Mirassol d'Oeste-MT e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal Complementar nº 056/2006 e suas alterações em seus artigos 20 e 20-A:

"Art. 20 – O CONSELHO TUTELAR como órgão integrante da Administração Pública Local, será composto de 5 (cinco) membros titulares, escolhidos pela população local, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha, de acordo com a Lei nº 12.696 de 25 de julho de 2012, que altera o art. 132 da Lei nº 8.069/90 (ECA).

Parágrafo Único – Os candidatos a Membro do Conselho Tutelar, que preencherem os requisitos legais para o ingresso, serão avaliados mediante processo seletivo e, após o resultado, deverão ser submetidos à processo eleitoral, com base na Lei nº 8.069/90 que trata do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente."

CONSIDERANDO o término de mandato dos Conselheiros Tutelares de Mirassol d'Oeste-MT, que ocorrerá no dia 09 de janeiro de 2019, abrindo vacância para 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes, para mandato de 4 (quatro) anos, bem como para 05 (cinco) cadastros de reserva no período do mandato;

CONSIDERANDO que o CMDCA deverá realizar processo de seleção de candidatos à eleição para preencherem a vacância acima citada; e

CONSIDERANDO a decisão unânime da Plenária em reunião ordinária realizada em quinze de março de 2019, conforme Ata nº 003/2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Realizar o Processo Seletivo para preencher vacância no Conselho Tutelar de Mirassol d'Oeste-MT.

Parágrafo Único - Para coordenar, preparar, aplicar e avaliar as provas que deverão compor as suas fases, designa todos os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes-CMDCA, coordenados pelo Sr. Presidente Marcos Jesus da Silva e a Secretária Executiva do CMDCA Sr.ª Márcia de Freitas Sippel Souza.

Artigo 2º - Definir critérios para o Processo Seletivo dos Candidatos ao cargo de Conselheiros no Conselho Tutelar de Mirassol d'Oeste-MT, conforme o Art. 133 da Lei nº 8.069/90 (ECA).

I – DAS INSCRIÇÕES

Artigo 3º - Somente poderão se inscrever os candidatos que preencherem os requisitos previstos no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, inseridos no Edital de Convocação.

§ 1º - O prazo da inscrição será de 22 a 26 de abril de 2019.

§ 2º - O local para a inscrição será na Prefeitura Municipal das 07h00min às 13h00min, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, anexo ao Paço Municipal.

§ 3º - No ato das inscrições os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) "Curriculum Vitae";

b) Fotocópia do RG, CPF, Certidão de Nascimento ou Casamento, comprovante de estar quites com o serviço militar, se for o caso;

c) 2 fotos 3x4 recentes;

d) Atestado comprovando Idoneidade Moral, fornecido por um dos Poderes: Executivo, Legislativo ou Judiciário;

e) Assinar no ato da inscrição, um termo de ciência em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho Tutelar onde constará os seguintes Artigos:

i. Do Funcionamento

ii. Do Mandato

iii. Da Competência

f) Documento que comprove residência (água, luz ou telefone);

g) Requerimento solicitando sua participação no Processo Seletivo, fornecido no ato da inscrição pelo CMDCA;

h) O inscrito pagará taxa de inscrição no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais);

i) As provas serão embasadas no conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescentes – ECA e um tema da atualidade.

j) O recurso arrecadado com as inscrições, custeará a elaboração da prova, materiais de expediente e outros insumos que forem necessários ao processo seletivo.

II - DO TESTE

Artigo 4º - A elaboração, aplicação e avaliação do teste será de responsabilidade da Conselho Municipal do Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, sendo fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 1º - O Teste será composto de:

a) Prova escrita sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e,

b) Redação sobre um tema atual;

§ 2º - O Teste será realizado no dia 23 de junho de 2019, no horário das 08h00min às 11h00min, local a ser definido posteriormente.

§ 3º - A relação dos 30 (trinta) primeiros classificados será afixado nos murais da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Desenvolvimento Social, do Conselho Tutelar e do Fórum, após o dia 03 de julho de 2019, e serão convocados para entrevista com Psicólogo(a) que adotará os critérios para nova classificação, em data a ser agendada.

§ 4º - No caso de empate na classificação das provas escritas, o de idade superior terá prioridade.

§5º - Após conclusão das avaliações, a plenária escolherá os 15 (quinze) primeiros colocados, com base no resultado do parecer psicológico e Teste Seletivo, para concorrerem como candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares, que passarão pelo pleito do Colégio Eleitoral, no primeiro do-

mingo do mês de Outubro de 2019, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.696/12.

§6º - Concorrerão a fase de escolha: Quinze (15) candidatos para preencherem as vagas de 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes. Os titulares e suplentes tomarão posse em 10 de janeiro de 2020, para um mandato no período de quatro anos.

§7º - Os demais, sendo em número de 5 (cinco), ficarão eleitos como cadastro de reserva.

III – DO COLÉGIO ELEITORAL

Artigo 5º - A escolha será realizada pelo colégio eleitoral da comarca de Mirassol d'Oeste, de acordo com a Lei Complementar Municipal, como segue:

"Art. 20-A – O processo de escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR, ocorrerá em data unificada em todo território nacional, a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, conforme art. 139-ECA, alterado pela Lei nº 12. 696 de 25 de julho de 2012.

§ 1º - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 2º - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato, doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bens ou vantagens pessoais de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor."

Parágrafo único – O Processo de Escolha será regulamentado em documentos específicos expedidos pelo CMDCA.

IV – DA RECONDUÇÃO

Artigo 6º - Não há Conselheiros a serem reconduzidos.

V - DO RESULTADO

Artigo 7º - A Coordenação convocará o Colégio Eleitoral para a escolha dos candidatos classificados, no primeiro domingo de outubro de 2019.

§1º - Após o procedimento acima, o resultado será anunciado na ordem de classificação para preencher a vacância existente.

§2º - A posse dos Conselheiros escolhidos dar-se-á em 10 janeiro de 2020.

Artigo 8º - Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos em reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mirassol d'Oeste-MT, 25 de março de 2019

MARCOS JESUS DA SILVA

Presidente do CMDCA

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 003/2019 EDITAL COMPLEMENTAR 005/2019

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Seleção de Estagiários do Município de Mirassol d'Oeste – MT, nos termos do Edital 003/2019,

RESOLVE:

I- Divulgar o Gabarito Preliminar das provas que ocorreram no dia 24/03/2019 conforme ANEXO ÚNICO deste edital. **II-** Abrir prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar nos dias 26 e 27 de março conforme cronograma do edital. O recurso deverá, obrigatoriamente, ser interposto e assinado pelo próprio candidato, em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste (Anexo V do edital principal).

Mirassol d'Oeste – MT, 25 de março de 2019.

Bruno Vilas Boas Panaro Leite

Presidente da Comissão

Link completo: http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/editais/25-03-...

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 139 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORA PARA ASSESSORAR AS SECRETARIAS EXECUTIVAS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, atendendo solicitação da Coordenadoria Administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Social, através da comunicação interna nº 28/2019/SMDS,

Considerando a necessidade de auxiliar as secretarias executivas dos conselhos municipais, buscando o máximo de desempenho de seus membros para execução de suas atividades,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora Márcia de Freitas Sippel Souza, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2743, para assessorar as secretarias executivas dos conselhos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Compete a ora designada prover o necessário à boa execução dos trabalhos a serem executados pelos conselhos, bem como a convocação, a condução das reuniões e a expedição de atas, normas e instruções relativas às atividades dos mesmos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 075/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 25 de março de 2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito em exercício

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.505 DE 22 DE MARÇO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR PESSOAL, POR TEMPO DETERMINADO, SEM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS, Prefeito em exercíciodo município de Mirassol d' Oeste**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, em conformidade com o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 087/2009 e, Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** e eu Prefeito **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, através de Processo Seletivo Simplificado, sendo os contratados subme-

tidos às regras estabelecidas na Lei Complementar 087/2009 e Lei Complementar nº 008/98 que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Os contratados serão segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, e recolherá contribuição para o INSS-Instituto Nacional do Seguro Social.

Artigo 2º - As contratações de que trata esta Lei decorre de não haver remanescentes em concurso público vigente, conforme preconiza o Inciso VIII, alíneas "b" e "d", do Artigo 3º da Lei Complementar nº 087/2009, para os seguintes cargos:

Cargo	Qtde	Vencimento (R$)
Professor 30h	16	3.053,45
Monitor de Creche	14	1.006,28

Parágrafo Único - A descrição sintética e analítica das atribuições, as condições de trabalho, carga horária e os requisitos dos cargos previstos neste artigo, são as constantes na Lei Complementar nº 158/2016.

Artigo 3º - As contratações efetuadas nos termos desta Lei serão feitas observando-se os prazos constantes da Lei Complementar nº 087/2009 e suas alterações posteriores, e não geram expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

Artigo 4º- A remuneração para as contratações efetuadas pela presente Lei, somente serão reajustadas se houver no período, reajuste salarial concedido aos demais servidores públicos municipais.

Artigo 5º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, vigente no período de contratação.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado realizado através do Edital nº 001/2019 para efetuar as contratações autorizadas pela presente Lei.

Artigo 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 22 de março de 2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 010/2019

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2020

O Prefeito EM Exercício do Município de Mirassol D´Oeste Estado de Mato Grosso, FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS, vêm a público, em atendimento ao disposto no Parágrafo Único do Art. 48, da Lei 101 de 04 de maio de 2000 (LRF), para convocar todos os cidadãos miradolenses à participarem da Audiência Pública para apresentação e discussão da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO/2020, Sala de reuniões da Secretaria de ducação, localizada à Rua Antonio Tavares nº 3310, Centro, **no dia 02 de abril de 2019, com início às 08:30h.**

Cópia do presente Edital, publicado pela Imprensa Oficial do Município, permanecerá afixada em local visível nas dependências do Paço Municipal.

Mirassol D'Oeste/MT, 25 de março de 2019.

Fransuelo Ferrai dos Santos

Prefeito em Exercício

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2019.OBJETO: OUTORGA EM CARÁTER EXCLUSIVO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS PARA OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO TERMINAL RODOVIÁRIO "ARLINDO DE CAMPOS". Considerando o Oficio n. 305/2019/GCIJJM do TCE-MT de 22/03/19 fica SUSPENSO o processo acima, acatando os termos do Ofício para análise e resposta aos apontamentos contidos no Processo 8.490-5/2019 (Representação de Natureza Interna) em face da referida Concessão. CÉLIA REGINA DE MATTOS PRADO – PRESIDENTE DA CPL- FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS – Prefeito em Exercício. Mirassol D'Oeste, 25 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 46/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ n° 02.520.829/0001-40, com sede na Rod. BR 480, n° 180, Centro, Barão de Cotegipe-RS, Cep: 99.740-000, fone: 54-3523-2600, email: dimaster@dimaster.com.br, sendo representada pelo seu procurador Sr. Aldecir Maciak, portador do CPF n° 687.498.990-15, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência –

anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
120577	ACIDO ACETIL SALICILICO 100MG	SOBRAL/109630036	COMPRIMID	200000	R$ 0,02	R$ 4.000,00
118618	DICLOFENACO 75MG - AMPOLA C/ 3ML	FARMACE/110850016	UNIDADE	3000	R$ 0,63	R$ 1.890,00
15319	DICLOFENACO DE SODIO 25MG 3 ML (CAIXA COM 50 UN)	FARMACE/110850016	CAIXA	1000	R$ 32,00	R$ 32.000,00
119439	POLIVITAMINICO INJ	HYPOFARMA/103870029	UNIDADE	10000	R$ 0,74	R$ 7.400,00
11562	SERINGA DESC. 10ML C/ AGULHA	DESCARPACK/10330660046	UNIDADE	5000	R$ 0,34	R$ 1.700,00
277	SERINGA DESC. 5ML	DESCARPACK/10330660103	UNIDADE	7000	R$ 0,16	R$ 1.120,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 48.110,00(quarenta e oito mil, cento e dez reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

DIMASTER COMERCIO

DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ n° 02.520.829/0001-40

Sr. Aldecir Maciak

CPF n° 687.498.990-15

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 52/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA EIRELI ME**, inscrita no CNPJ n° 06.065.614/0001-38, com sede na Rua C-159, n° 674, Qd.297, Lt 19/20, Jardim América, Goiânia/GO, cep: 74.255-140, email: licitacao01@supermedica.com.br, sendo representada pelo Sr.Agnaldo do Carmo Chagas**,** portador do CPF n° 895.030.901-72, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2534	AGUA OXIGENADA 1 LITRO	FBM	UNIDADE	100	R$ 3,45	R$ 345,00

35003	AVENTAL DESCARTAVEL, TNT, MANGA LONGA,PUNHO FECHADO C/ELASTICO,FRENTE FECHADA,IMPERMEAVEL,ATOXICO,HIPOALERGICO,MALEAVEL E RESISTENTE SEM VELCRO 30G/M/2.....PCT C/ 10 UNIDADES	ECLYPES	PACOTE	3000	R$ 14,70	R$ 44.100,00
120041	BOBINA PARA ULTRASSON SONY - UPP - 110 HG - 110 MM X 18 ROLO	DURICO	UNIDADE	500	R$ 73,50	R$ 36.750,00
114600	BOLSA DE COLOSTOMIA REUTILIZAVEL 19-64MM - ADULTO, CAIXA COM 10 UND	CONVATEC	UNIDADE	1000	R$ 8,12	R$ 8.120,00
6009	ESPATULA DE AYRES	THEOTO	UNIDADE	3000	R$ 0,05	R$ 150,00
19331	ESPECULO G	ADLIN	UNIDADE	2000	R$ 0,77	R$ 1.540,00
120042	FILME DE ULTRASSON .. TYPE - V UPP - 110 HG (110 MM X 18)	DURICO	CAIXA	24	R$ 73,50	R$ 1.764,00
119305	FILME P/ RAIO X 18X24 (CAIXA COM 100)	FUJIFILM	CAIXA	15	R$ 79,58	R$ 1.193,70
119304	FILME P/ RAIO X 24X30 (CAIXA COM 100 NUN)	FUJIFILM	CAIXA	15	R$ 132,58	R$ 1.988,70
119303	FILME P/ RAIO X 30X40 (CAIXA COM 100 UN)	FUJIFILM	CAIXA	15	R$ 219,00	R$ 3.285,00
13924	FILME P/ RAIO X 35X35 C/100	FUJIFILM	CAIXA	15	R$ 221,00	R$ 3.315,00
36286	FIXADOR AGFA PARA 38 LTS	DPC	CAIXA	3	R$ 115,11	R$ 345,33
4504	FOCO GINECOLOGICO	VITALMEDICA	UNIDADE	12	R$ 400,00	R$ 4.800,00
119284	GARROTE DESCARTAVEL P/ FLEBOTOMIA 36CM CAIXA C/ 25 TIRAS	VACULPLAST	CAIXA	50	R$ 16,00	R$ 800,00
13998	GAZE 13 FIOS COM 500 GR	MEDIPLUS	PACOTE	10000	R$ 14,55	R$ 145.500,00
117047	KIT COMPLETO DE FLUXOMETRO COM UMIDIFICADOR	UNITEC	UNIDADE	60	R$ 70,50	R$ 4.230,00
12623	LAMINA BISTURI N. 15 C/100	SOLIDOR	CAIXA	50	R$ 20,40	R$ 1.020,00
15304	LAMINA BISTURI N. 24 C/100	SOLIDOR	CAIXA	50	R$ 21,00	R$ 1.050,00
4193	LAMINA BISTURI N11 C/100	SOLIDOR	CAIXA	20	R$ 20,40	R$ 408,00
123356	PONTEIRAS 0-200 ML	CRALPLAST	UNIDADE	10000	R$ 0,02	R$ 200,00
36285	REVELADOR RAIO X, PARA 38 LTS	DPC	UNIDADE	12	R$ 231,00	R$ 2.772,00
1263	SCALP 21	SOLIDOR	UNIDADE	5000	R$ 0,18	R$ 900,00
120033	SCALP N 23	SOLIDOR	UNIDADE	5000	R$ 0,18	R$ 900,00
120034	SCALP N 25	SOLIDOR	UNIDADE	5000	R$ 0,18	R$ 900,00
114618	SCALP N. 19	SOLIDOR	UNIDADE	5000	R$ 0,19	R$ 950,00
276	SERINGA DESC. 3ML	SR	UNIDADE	5000	R$ 0,14	R$ 700,00
119295	SONDA N 6 C/ PRESERVATIVO CAIXA C/ 20 UNIDADES	MEDSONDA	CAIXA	30	R$ 22,28	R$ 668,40
36202	TOUCA DESCARTAVEL DE TNT MICROPERFURADA, BRANCA, COM ELASTICO NAS BORDAS, PCT C/100 UNID	DESCARPACK	PACOTE	400	R$ 5,40	R$ 2.160,00
38665	TUBO A VACUO BIOQUIMICA/IMUNOLOGIA COM TAMPA VERMELHA E GEL SEPARADOR 5 ML	VACUPLAST	UNIDADE	2000	R$ 0,58	R$ 1.160,00
38666	TUBO VACUO HEMOGRAMA EDTA, TAMPA ROXA 4,5ML	VACUPLAST	UNIDADE	5000	R$ 0,40	R$ 2.000,00
6356	VASELINA LIQUIDA 1000ML	VIC PHARMA	LITRO	30	R$ 17,34	R$ 520,20

Valor global desta Ata de RP é de R$ 274.535,33 (duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais com trinta e três centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA EIRELI ME

CNPJ n° 06.065.614/0001-38

Sr.Agnaldo do Carmo Chagas

CPF n° 895.030.901-72

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 55/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **C. A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ n° 26.457.348/0001-04, com sede na Av. Graça Aranha, s/n°, Bairro Jardim Nova Era, Aparecida de Goiania/GO, cep: 74.916-070 fone: 62-3983-2238 – 3983-2239, email: ca.distribuidora@hotmail.com, sendo representada pela Sra. Antônia Clenir Barros da Silva, CPF n° 990.606.393-91, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2543	ALCOOL 70 % - 1 LT	ITAJA	UNID	1000	R$ 3,60	R$ 3.600,00
38662	ALT-PP UV KIT	DOLES	UNID	12	R$ 21,98	R$ 263,76
36919	AMINOFILINA 24MG/ML 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	HIPOLABOR	UNID	1000	R$ 0,41	R$ 410,00
47746	APARELHO DE PRESSAO AUTOMATICO DIGITAL	G-TECH-bsp21 pulso	UNID	70	R$ 81,65	R$ 5.715,50
257	APARELHO INALADOR	G-TECH- neb-com VB	UNID	20	R$ 109,96	R$ 2.199,20
38663	AST PP UV KIT	DOLES	UNID	12	R$ 21,98	R$ 263,76
36965	BALANCA ELETRONICA PARA PESAR BEBES. (109E 15KGX5G ANTROP.DIGITAL)	WELMY	UNID	12	R$ 711,00	R$ 8.532,00
19326	BALANCA INFANTIL DIGITAL (109E 15KG X 5G ANTROP.DIGITAL)	WELMY	UNID	12	R$ 690,00	R$ 8.280,00
31042	CABO DE BISTURI N 04	ABC	UNID	100	R$ 7,95	R$ 795,00
118816	CALICES PARA DECANTACAO FEZES	DESCARPLAs	UNID	100	R$ 2,30	R$ 230,00
122318	CAPA PARA COLCHAO HOSPITALAR - MATERIAL IMPERMEAVEL, TAM: APROXIMADAMENTE 1,90m X 0,90m X 20cm	GYN FLEX	UNID	20	R$ 81,20	R$ 1.624,00
4187	DETECTOR FETAL PORTATIL	MED-fd200a	UNID	20	R$ 379,90	R$ 7.598,00
120044	ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE OR 300 MM HG/ 4 G ADULTO	PREMIUM	UNID	60	R$ 51,40	R$ 3.084,00
36134	ESFIGNOMAMOMETRO C/ ESTETO	PREMIUM	UNID	40	R$ 58,97	R$ 2.358,80
5221	ESPARADRAPO 10x4,5 METROS	CIEX	UNID	1200	R$ 5,45	R$ 6.540,00
8654	ESPECULO P	ADLIN	UNID	2000	R$ 0,59	R$ 1.180,00
18795	ESPECULO TAM: M - PARA CCO	ADLIN	UNID	2000	R$ 0,65	R$ 1.300,00
31405	ESPIRAMINCINA 1,5UI (EQUIV 500MG) POR COMPRIMIDO (CX COM 16 COMPRIMIDOS)	SANOFI	CAIXA	600	R$ 63,00	R$ 7.800,00
26255	FIO DE SUTURA AGULHADA 5-0, 2 CM, 3/8- 45 CM CX/ 24 UND	TECHNOFIO	CAIXA	60	R$ 31,92	R$ 1.915,20
48179	FIO DE SUTURA EM NYLON, MONOFILAMENTO, NAO ABSORVIVEL. TAM 2-0, AGULHA 3/8, 20 MM, 45CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	TECHNOFIO	CAIXA	30	R$ 31,92	R$ 957,60
114647	FIO DE SUTURA EM NYLON, MONOFILAMENTO, NAO ABSORVIVEL. TAM 3-0, AGULHA 3/8, 20 MM, 45CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	TECHNOFIO	CAIXA	300	R$ 31,92	R$ 9.576,00

116809	FIO DE SUTURA EM NYLON, MONOFILAMENTO, NAO ABSORVIVEL. TAM 4-0, AGULHA 1/2, 20 MM, 45CM. CAIXA COM 24 UNIDADES	TECHNOFIO	CAIXA	300	R$ 31,92	R$ 9.576,00
18158	FITA CREPE 19MMX50M	CIEX	UNID	12000	R$ 2,38	R$ 28.560,00
489	FITA HOSPITALAR 16MM X 50 M POLAR	CIEX	UNID	1000	R$ 2,03	R$ 2.030,00
25830	FITA HOSPITALAR 16MMX50MT CREME	CIEX	UNID	1000	R$ 2,03	R$ 2.030,00
30110	FIXADOR CITOLOGICO 100ML	ADLIN	UNID	200	R$ 4,44	R$ 888,00
36716	GLICOSE - SOLUCAO INJETAVEL 50MG/ML (5%)	SAMTEC	UNID	1000	R$ 0,24	R$ 240,00
118796	GLICOSE 25% 10ML	SAMTEC	UNID	2000	R$ 0,24	R$ 480,00
12729	LAMINA P/ MICROSCOPIO 26 X 76 COMUM SEM LAPIDAR CX C/50 UN	ADLIN	CAIXA	200	R$ 3,44	R$ 688,00
34589	LENCOL HOSPITALAR DESCATTAVEL,70CMx50M ACABAMENTO LISO- ROLO COM 50 METROS	ECOPEL SURGYPLAS	UNID	1000	R$ 6,10	R$ 6.100,00
7931	LUVAS CIRURGICA ESTERIL 8,0	TALGE UND	UNID	2000	R$ 0,59	R$ 1.180,00
6010	LUVAS CIRURGICA ESTERIL. 7,5	TALGE UND	UNID	2000	R$ 0,59	R$ 1.180,00
36609	OXIMETRO DE PULSO DE DEDO	MD	UNID	30	R$ 99,96	R$ 2.998,80
114851	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 250CM X100M.	ZERMATT	UNID	150	R$ 94,45	R$ 14.167,50
119277	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 80CM X100M.	ZERMATT	UNID	150	R$ 30,62	R$ 4.593,00
19294	PINCA ANATOMICA 16 CM	ABC	UNID	100	R$ 10,77	R$ 1.077,00
19296	PINCA DENTE DE RATO 16 CM	ABC	UNID	200	R$ 11,54	R$ 2.308,00
37044	PINCA KELLY CURVA 14CM, EM ACO INOXIDAVEL C/ TRAVA.	ABC	UNID	100	R$ 20,70	R$ 2.070,00
37046	PINCA KELLY CURVA 18CM, EM ACO INOXIDAVEL C/ TRAVA.	ABC	UNID	100	R$ 37,80	R$ 3.780,00
37051	PORTA AGULHA 14CM, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	UNID	100	R$ 19,22	R$ 1.922,00
37052	PORTA AGULHA 18CM, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	UNID	30	R$ 30,25	R$ 907,50
37053	PORTA AGULHA 20CM, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	UNID	40	R$ 33,84	R$ 1.353,60
122317	PORTA LAMINA 20CM, EM ACO INOXIDAVEL	ADLIN	UNID	30	R$ 0,42	R$ 12,60
30148	SERINGA 1 ML C/ AGULHA DESCART ULTRA FINA	DESCARPACK	UNID	5000	R$ 0,27	R$ 1.350,00
116860	SONDA FOLEY N.º 20	SOLIDOR	UNID	200	R$ 2,87	R$ 574,00
37037	TERMOMETRO CLINICO, AXILAR, DIGITAL, GRADUADO EM GRAU CELSIUS, EMBALAGEM PLASTICA PROTETORA INDIVIDUAL.	SOLIDOR	UNID	200	R$ 9,04	R$ 1.808,00
37058	TESOURA METZEMBAUM 15CM, RETA, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	UNID	100	R$ 27,43	R$ 2.743,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 198.839,82 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais com oitenta e dois centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

C. A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

HOSPITALARES EIRELI

CNPJ n° 26.457.348/0001-04

Sra. Antônia Clenir Barros da Silva

CPF n° 990.606.393-91

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 56/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **M.K.R COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ n° 31.499.939/0001-76, com sede na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 88, sala B, Araçatuba/SP, cep: 16.075-370, fone: 18-3621-2782, email: licitacao2@kcrequipamentos.com.br, sendo representada pelo Sr. Wagner Stanichesk, CPF n° 214.137.258-56, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
30106	BALANCA ADULTO DIGITAL PORTATIL	LIDER	UNID	12	R$ 910,00	R$ 10.920,00
4513	BALANCA ANTROPOMETRICA DIGITAL ADULTO 150 KG	LIDER	UNID	6	R$ 915,00	R$ 5.490,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 16.410,00 (dezesseis mil, quatrocentos e dez reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

M.K.R COMERCIO DE

EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

CNPJ n° 31.499.939/0001-76

Sr. Wagner Stanichesk

CPF n° 214.137.258-56

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239

SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **HIPERDENTAL COM. E REPRES. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP,** inscrita no CNPJ n° 13.994.852/0001-93, com sede na Rua Genésio Roberto Baggio, 1204, Centro, Sorriso/MT, cep: 78.890-000, fone: 66-3544-3455, email: hiperdental2011@hotmail.com, sendo representada pela Sra. Kerli Luzia Ludwichak, portadora do CPF 017.657.779-33, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
30175	AGULHAS MULTIPLAS 25x7 A VACUO	VACUPLAST	UNIDADE	5000	R$ 0,28	R$ 1.400,00
35067	BALANCA DIGITAL CAP.180KG. C/PLATAFORMA DOMESTICA DE CHAO	G-TECH	UNIDADE	10	R$ 80,90	R$ 809,00
119280	CABO DE BISTURI N°2	COOPERFLEX	UNIDADE	50	R$ 10,00	R$ 500,00
119279	CLIPS DE FECHAMENTO P/ BOLSA DE COLOSTOMIA	HOLLISTER	UNIDADE	1000	R$ 3,78	R$ 3.780,00
120043	MASCARA DE OXIGENIO COM MANGUEIRA	GOODCOME	UNIDADE	100	R$ 12,30	R$ 1.230,00
119390	SACO BRANCO LEITOSO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS HOSP. INFECTANTES 60 LITROS	RAVA	UNIDADE	2000	R$ 0,18	R$ 360,00
37069	SELADORA DE PAPEL GRAU CIRURGICO, C/ PORTA ROLO EMBUTIDO DE 30CM DE LARGURA, BIVOLT, GUILHOTINA ACOPLADA, ESPESSURA DE SELAGEM ATE 13MM.	AGIR	UNIDADE	12	R$ 269,90	R$ 3.238,80
35054	TERMOMETRO DIG.INTERNO E EXTERNO,C/FUNCAO MAX. E MIN.EM PLASTICO ABS. SENSOR EXTERNO DE APROXIMADAMENTE 3 MTS C/PONTEIRA EM ACO INOX VISOR DE CRISTAL LIQUIDO.	J PROLAB	UNIDADE	50	R$ 57,90	R$ 2.895,00
10871	VASELINA POMADA 500 GR	CINORD	UNIDADE	100	R$ 18,90	R$ 1.890,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 16.102,80 (dezesseis mil, cento e dois reais com oitenta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e

indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da

ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

HIPERDENTAL COM. E REPRES.

DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E

MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP

CNPJ n° 13.994.852/0001-93

Sra. Kerli Luzia Ludwichak

CPF 017.657.779-33

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 48/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **PRO REMEDIOS DISTR DE PROD FARM E COSM LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 05.159.591/0001-68, com sede na Rua São Paulo,n° 39, Bairro Medeiros, Rio Verde/GO, cep: 75.900-036, fone: 64-3018-2571/2572 – 64-4141-2522, email: proremediosdf@gmail.com, neste ato sendo representada pelo seu procurador Sr. Cleidson Godoy de Oliveira, portador do CPF n° 336.137.371-91, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2527	ABAIXADOR LINGUA	THEOTO	UNIDADE	30000	R$ 0,03	R$ 900,00
115243	ABOCATTI N.16G C/50 UND	LABOR	CAIXA	1000	R$ 30,30	R$ 30.300,00
11518	ABOCATTI N.18 G C/50 UNID	LABOR	CAIXA	1000	R$ 30,50	R$ 30.500,00
11519	ABOCATTI N.20 G C/50 UNID	LABOR	CAIXA	1000	R$ 30,50	R$ 30.500,00
11520	ABOCATTI N.22 G C/50 UNID	LABOR	CAIXA	1000	R$ 30,50	R$ 30.500,00
11521	ABOCATTI N.24 G C/50 UNID	LABOR	CAIXA	1000	R$ 32,70	R$ 32.700,00
25930	AGUA PARA INJECAO 10ML CX C/200 FR	SAMTEC	CAIXA	100	R$ 28,90	R$ 2.890,00
34014	AGULHA 13 X 4,5 C/ 100	LABOR	CAIXA	50	R$ 5,90	R$ 295,00
1242	AGULHA 20 X 5,5	LABOR	UNIDADE	20000	R$ 0,06	R$ 1.200,00
34013	AGULHA 25 X 07 C/ 100	LABOR	CAIXA	20	R$ 6,00	R$ 120,00
34012	AGULHA 25 X 08 C/ 100	LABOR	CAIXA	20	R$ 6,00	R$ 120,00
119272	AGULHA 40X12 C/ 100	LABOR	CAIXA	40	R$ 6,25	R$ 250,00
36942	ALGODAO HIDROFILO, 100% ALGODAO ALVEJADO, INODORO, ISENTO DE AMIDO, FIBRAS LONGAS, EM CAMADAS SOBREPOSTAS E UNIFORMES, MACIO, COR BRANCA, BOA ABSORVENCIA. ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA A SUA EXTENSAO. PACOTE COM 500G.	FAROL	PACOTE	400	R$ 8,95	R$ 3.580,00
47452	ANESTESICO ARTICAINE 4% COM EPINEFRINA CX C 50 TUBETES	DFL	CAIXA	200	R$ 196,00	R$ 39.200,00
36975	BOLSA COLETORA DE URINA, SIST/FECHADO ESTERIL, CONECTOR DE SONDA RIGIDO E CONIZADO, EXTENSOR EM PVC BRANCO, TRANSPARENTE COM 1,30M, DIAM. INTERNO ENTRE 0,7 E 0,9MM, COM DISPOSITIVO AUTO VEDANTE, COM ALCAS PLASTICAS P FIXACAO NO LEITO. CAP: 1.000ML	LABOR	UNIDADE	3000	R$ 2,70	R$ 8.100,00
33956	BROMETO DE FENOTEROL GOTAS 20 ML	HIPOLABOR	UNIDADE	15000	R$ 3,80	R$ 57.000,00
36984	EQUIPO MACRO GOTAS C/ PINCA ROLETE DE ALTA PRECISAO, CAMARA DE GOTEJAMENTO TRANSPARENTE P 20 GOTAS/ML, FLEXIVEL C/ PERFURADOR DE SORO TIPO LANCETA, TUBO EXTENSOR EM PVC OU POLIETILENO FLEXIVEL, ESTERIL, APIROGENICO, ATOXICO, EMB. PAPEL GRAU CIRG.	MEDIX	UNIDADE	18000	R$ 0,82	R$ 14.760,00
3675	ESPARA MICROPORE 100MM X 10M	CIEX	UNIDADE	1200	R$ 6,65	R$ 7.980,00
36991	ESTETOSCOPIO ADULTO DUPLO PRETO	PREMIUM	UNIDADE	100	R$ 13,35	R$ 1.335,00
34007	FITA MICROPORE BRANCA 100 MM X 10 M	CIEX	UNIDADE	4000	R$ 6,50	R$ 26.000,00
118745	FUROSEMIDA 10MG/ML 2ML	SANTISA	UNIDADE	1000	R$ 0,43	R$ 430,00
36720	HEPARINA SODICA- SOLUCAO INJETAVEL 5000UI/0,25ML (USO SUBCUTANEO)	CRISTALIA	UNIDADE	500	R$ 5,15	R$ 2.575,00
38476	HIDROXIDO DE POTASSIO KOH 10%	NEWPROV	LITRO	6	R$ 20,10	R$ 120,60
6333	LAMPADA 6 X20 MICROSC.	XELUX	UNIDADE	15	R$ 15,00	R$ 225,00
118697	LIDOCAINA CLORIDRATO 2% GELÉIA 20 G	PHARLAB	UNIDADE	3000	R$ 2,80	R$ 8.400,00
4195	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	ISOFARMA	UNIDADE	1000	R$ 0,36	R$ 360,00

120032	SERINGA COM AGULHA 20 ML	DESCARPACK	UNIDADE	5000	R$ 0,50	R$ 2.500,00
38737	TUBO COM FORMALINA PARA TESTE PARASITOLOGICO DE FEZES	DIAGNOSTECK	UNIDADE	2000	R$ 4,62	R$ 9.240,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 349.205,60 (trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinco reais com sessenta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

PRO REMEDIOS DISTR DE PROD

FARM E COSM LTDA EPP

CNPJ nº 05.159.591/0001-68

Sr. Cleidson Godoy de Oliveira

CPF n° 336.137.371-91

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 53/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **NACIONAL COMERCIO HOSPITALAR S/A**, inscrita no CNPJ n° 52.202.744/0001-92, com sede na Av. Dr. Celso Charuri, n° 7.500, Jd. Manoel Penna, Ribeirão Preto/SP, cep: 14.098-515, fone: 16-3963-9090, email: alfredo@scardinirepresentacoes.com.br, sendo representada pela Sra Magali da Silva Scardini, CPF n° 365.540.731-91, portador do CPF n° 895.030.901-72, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
120036	ATADURA CREPE 13 FIOS 10 X 1,80 – PCT C/ 12 UNID	POLARFIX EUROPA	PACOTE	1000	R$ 4,84	R$ 4.840,00
120037	ATADURA CREPE 13 FIOS 15 X 1,80 – PCT C/ 12 UNID	POLARFIX EUROPA	PACOTE	1000	R$ 7,20	R$ 7.200,00
120038	ATADURA CREPE 13 FIOS 20 X 1,80 – PCT C/ 12 UNID	POLARFIX EUROPA	PACOTE	1000	R$ 9,54	R$ 9.540,00
4179	ATADURA GESSADA 12CM (CAIXA COM 20 UN)	POLARFIX	CAIXA	5	R$ 26,74	R$ 133,70

12599	ATADURA GESSADA 15CM C/ 20	POLIRFIX	CAIXA	15	R$ 32,69	R$ 490,35
120040	BOBINA TERMA SELANTE TIPO POUCH 80 MM X 100-EMB P/ ESTERIZACAO ROLO	ADDPACK	UNIDADE	300	R$ 32,68	R$ 9. 804,00
119431	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO OCULOS	MEDSONDA	UNID	800	R$ 0,67	R$ 536,00
37070	CLOREXIDINA, GLICONATO DE - SOLUCAO DEGERMANTE A 2% 1.000ML	RIOQUIMICA	UNID	400	R$ 12,00	R$ 4. 800,00
119281	ECG(ROLO P/ ELETROCARDIOGRAMA) 80MMX30M	FOUR STAR	UNID	800	R$ 5,00	R$ 4. 000,00
12517	ESCOVA ENDOCERVICAL (CCO) (CAIXA COM 100 UN)	KOLPLAST	UNID	2000	R$ 12,00	R$ 24. 000,00
36993	ETER SULFURICO 1.000 ML	RIOQUIMICA	UNID	3	R$ 27,75	R$ 83,25
35793	FITA MICROPORE 50x10M - CIRURGICA HIPOALERGENICA	CEIX	UNID	3000	R$ 3,30	R$ 9. 900,00
25895	GEL PARA ULTRASSON 5 LITROS	MULTIGEL	UNID	30	R$ 16,99	R$ 509,70
7148	KIT NEBULIZACAO ADULTO/INFANTIL	DARU	UNID	20	R$ 5,17	R$ 103,40
33992	LUVA CIRURGICA 6.5 ESTERIL	MUCAMBO DIAL	PAR	10000	R$ 0,90	R$ 9. 000,00
33977	LUVA CIRURGICA ESTERIL N. 7,0	MUCAMBO DIAL	PAR	5000	R$ 0,90	R$ 4. 500,00
37010	LUVA PARA PROCEDIMENTO, DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, ATOXICA, HIPOALERGENICA, RESISTENTE A TRACAO, LUBRIFICADA C/ MATERIAL BIOABSORVIVEL. CAIXA C/ 100 UND. TAM: EXTRA P (PP)	NUGARD	CAIXA	1000	R$ 17,00	R$ 17. 000,00
37007	LUVA PARA PROCEDIMENTO, DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, ATOXICA, HIPOALERGENICA, RESISTENTE A TRACAO, LUBRIFICADA C/ MATERIAL BIOABSORVIVEL. CAIXA C/ 100 UND. TAM: GRANDE (8,,0)	NUGARD	CAIXA	200	R$ 17,00	R$ 3. 400,00
37008	LUVA PARA PROCEDIMENTO, DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, ATOXICA, HIPOALERGENICA, RESISTENTE A TRACAO, LUBRIFICADA C/ MATERIAL BIOABSORVIVEL. CAIXA C/ 100 UND. TAM: MEDIO (7,5)	NUGARD	CAIXA	1000	R$ 17,00	R$ 17. 000,00
37009	LUVA PARA PROCEDIMENTO, DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, ATOXICA, HIPOALERGENICA, RESISTENTE A TRACAO, LUBRIFICADA C/ MATERIAL BIOABSORVIVEL. CAIXA C/ 100 UND. TAM: PEQUENO (7,,0)	NUGARD	CAIXA	1000	R$ 17,00	R$ 17. 000,00
114850	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 100 cm X100M.	ADDPAX	UNID	150	R$ 36,00	R$ 5. 400,00
37065	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 15CM X100M.	ADDPAX	UNID	150	R$ 56,70	R$ 8. 505,00
37064	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 25CM X100M.	ADDPAX	UNID	150	R$ 96,00	R$ 14. 400,00
15979	SONDA URETRAL 14	MEDSONDA	UNID	3000	R$ 0,50	R$ 1. 500,00
17300	SONDA URETRAL N. 12	MEDSONDA	UNID	5000	R$ 0,48	R$ 2. 400,00
11568	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML	JP	UNID	6000	R$ 2,20	R$ 13. 200,00
14933	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500 ML - FRASCO	JP	UNID	3000	R$ 2,55	R$ 7. 650,00
30588	SORO GLICOSADO 5 % 500 ML	JP	UNID	1500	R$ 2,77	R$ 4. 155,00
2713	SORO GLICOSADO 5% 250 ML - FRASCO	JP	UNID	1000	R$ 2,30	R$ 2. 300,00
2054	SORO RINGER C/LACTATO 500ML - FRASCO	JP	UNID	1000	R$ 2,61	R$ 2. 610,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 205.960,40 (duzentos e cinco mil, novecentos e sessenta reais com quarenta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

NACIONAL COMERCIO HOSPITALAR S/A

CNPJ n° 52.202.744/0001-92

Sra Magali da Silva Scardini

CPF n° 365.540.731-91

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 50/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ n° 07.847.837/0001-10, com sede na Av. B, Qd. 25, Lt 04, n° 293, Jardim Santo Antônio, Goiânia-GO, Cep: 74.853-030, Fone: 62-3088-9700, email: cientifica@brturbo.com.br, sendo representada pelo seu sócio Sr. Joaquim Cordeiro de Lima, portador do CPF n° 533.008.231-53, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
38664	ADAPTADOR PARA AGULHA MULTIPLA	VACUPLAST	UNIDADE	2000	R$ 0,08	R$ 160,00
120578	AGUA DEIONIZADA 5 LT	REYMER	FRASCO	700	R$ 9,00	R$ 6.300,00
2533	AGUA DESTILADA 5 ML	SAMTEC	UNIDADE	500	R$ 0,20	R$ 100,00
30102	ALMOTOLIA 500ML	JPROLAB	UNIDADE	100	R$ 3,05	R$ 305,00
34989	ALMOTOLIAS PLASTICO BRANCO 250ML	JPROLAB	UNIDADE	150	R$ 2,35	R$ 352,50
35927	COLETOR CRALPLAST-TAMPA VERMELHA	CRALPLAST	UNIDADE	5000	R$ 0,27	R$ 1.350,00
118212	FRALDA GERIATRICA P (PCT COM 10 UN)	DESCARPACK	PACOTE	1000	R$ 8,84	R$ 8.840,00
40754	FRALDA GERIATRICA TAM: G (PCT COM 08 UN)	DESCARPACK	PACOTE	1000	R$ 8,84	R$ 8.840,00
40753	FRALDA GERIATRICA TAM: M (PCT COM 08 UN)	DESCARPACK	PACOTE	1000	R$ 8,84	R$ 8.840,00
35028	GAZE HIDROFILA TIPO QUEIJO,91Mx91CM,COM 4 DOBRAS E 11 FIOS POR CM2,TELA DE ALGODAO,ALTAMENTE ABSORVENTE,MACIO,NEUTRO,ISENTA DE IMPUREZAS.	BIOTEXTIL	UNIDADE	3000	R$ 21,30	R$ 63.900,00
119292	MASCARA DESC. SIMPL. C/ELAST. C/100	OPEN MEDICAL	CAIXA	500	R$ 5,15	R$ 2.575,00
36172	MASCARA N95- DESCARPACK CX C/20 UND	DESCARPACK	UNIDADE	10	R$ 26,00	R$ 260,00
12849	NORIPURUM SOLUCAO NJETAVEL, AMPOLA 5ML/100MG - CAIXA COM 5 UNIDADES	CLARIS	CAIXA	50	R$ 29,96	R$ 1.498,00
14184	OTOSCOPIO C/10 ESPECULO	MD	UNIDADE	20	R$ 330,00	R$ 6.600,00
123359	PONTEIRAS 200 ML - 1000 ML	CRALPLAST	UNIDADE	10000	R$ 0,02	R$ 200,00
120031	SACO BRANCO LEITOSO (RESIDUO INFECTANTE) 100 LTS	RAVA	UNIDADE	2000	R$ 0,26	R$ 520,00
30584	SORO FISIOLOGICO 0,9 % 100 ML	EQUIPLEX	UNIDADE	2000	R$ 1,86	R$ 3.720,00
123357	TUBO DE VIDRO 12X75 C/TAMPA	PRECISION	UNIDADE	3000	R$ 0,09	R$ 270,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 114.630,50 (cento e quatorze mil, seiscentos e trinta reais com cinquenta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ n° 07.847.837/0001-10

Sr. Joaquim Cordeiro de Lima

CPF n° 533.008.231-53

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 47/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **M. S DIAGNOSTICA**, inscrita no CNPJ n° 00.970.175/0003-93, com sede na Av. João Eugenio Gonçalves pinheiro, 284, Quinhão 12,13 e 14, Bairro Areão, Cuiabá/MT, cep: 78.010-308, fone: 65-3661-2938, email: clovesu@terra.com.br, msdiag@msdiagnostica.com.br, sendo representada pelo seu sócio sr. Valter Bruno, portador do RG 14105563 SSP/SP e CPF 068.507.058-14, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5046	ALCOOL ACIDO 3% 1000ML	NEW PROV	UNIDADE	40	R$ 42,00	R$ 1.680,00
2563	AZUL DE METILENO CONCENTRADO SEG. ZIEHL (LT)	NEW PROV	UNIDADE	16	R$ 38,50	R$ 616,00
35929	CELLPACK - PK 20 LTS	ROCHE/ SYSMEX	UNIDADE	200	R$ 260,00	R$ 52.000,00
34430	COLESTEROL TOTAL PP GOLDANALISA	GOLD ANA-LISA	UNIDADE	24	R$ 54,00	R$ 1.296,00
38670	CORANTE PANOTICO HEMATOLOGICO KIT	NEW PROV	UNIDADE	10	R$ 38,00	R$ 380,00
123358	DENGUE NS1 C/25 WAMA	WAMA	CAIXA	30	R$ 230,00	R$ 6.900,00
27385	FUCSINA FENICANA ZIEHL NELSEEN 1000 ML	NEW PROV	UNIDADE	10	R$ 40,00	R$ 400,00
34433	HCG 40 TESTES	WAMA	UNIDADE	15	R$ 31,00	R$ 465,00
35925	KIT IMUNO RAPIDO HIV I&2	WAMA	UNIDADE	5	R$ 75,00	R$ 375,00
6234	LUGOL FORTE	NEW PROV	LITRO	5	R$ 78,00	R$ 390,00
38472	MIF MODIFICADO	NEW PROV	LITRO	8	R$ 27,00	R$ 216,00
3510	OLEO DE IMERSAO (FRASCO) 100 ML	NEW PROV	UNIDADE	10	R$ 17,00	R$ 170,00
114979	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 1000uL	KACIL	UNIDADE	5	R$ 140,00	R$ 700,00
114975	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 100uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00
114972	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 10uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00
114980	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 2000uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00
114976	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 200uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00
114973	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 20uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00

114977	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 250uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00
114974	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 25uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00
114978	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 500uL	KACIL	UNIDADE	4	R$ 140,00	R$ 560,00
38668	PROVETA DE VIDRO 1000ML	FOX	UNIDADE	10	R$ 50,00	R$ 500,00
38669	PROVETA DE VIDRO 50ML	FOX	UNIDADE	20	R$ 15,00	R$ 300,00
36251	REAGENTE ASLO WAMA	WAMA	UNIDADE	8	R$ 34,50	R$ 276,00
34431	REAGENTE PCR WAMA	WAMA	UNIDADE	15	R$ 30,00	R$ 450,00
25965	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI A	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 19,00	R$ 285,00
25966	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI B	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 19,00	R$ 285,00
25967	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI D	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 35,50	R$ 532,50
38660	STROMATOLYSER 4DL - SYSMEX 5 LITROS	ROCHE/ SYSMEX	CAIXA	10	R$ 780,00	R$ 7. 800,00
38661	STROMATOLYSER 4DS - SYSMEX 3X42ML	ROCHE/ SYSMEX	CAIXA	10	R$ 2. 010,00	R$ 20. 100,00
38659	SULFOLYSER SLS 210A-M SYSMEX - CX C/ 03 BOLSA DE 500ML	ROCHE/ SYSMEX	CAIXA	10	R$ 520,00	R$ 5. 200,00
27349	TESTE RAPIDO H.I.V - KIT	WAMA	UNIDADE	10	R$ 75,00	R$ 750,00
36252	TIRAS PARA URINA	WAMA	CAIXA	20	R$ 23,00	R$ 460,00
27361	TUBO POLIPROPILENO 12X75 C/TAMPA	CRAL	UNIDADE	2000	R$ 0,08	R$ 160,00
38667	TUBO VACUO SOROLOGIA 9ML , TAMPA VERMELHA	BD	UNIDADE	5000	R$ 0,56	R$ 2. 800,00
36249	UREIA PP REF 427E	GOLD ANALISA	UNIDADE	20	R$ 78,00	R$ 1. 560,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 111.526,50(cento e onze mil, quinhentos e vinte e seis reais com cinquenta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

M. S DIAGNOSTICA

CNPJ n° 00.970.175/0003-93

sr. Valter Bruno

CPF 068.507.058-14

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 030/2019

DECRETO Nº. 030/2019

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2018, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
CARLINDO MENDES DOS ANJOS	A/1	B/1
ADIRSON APARECIDO DE ALMEIDA	A/1	B/1

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 01 de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 21 de março de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 54/2019

PREGÃO Nº. 009/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 009/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2019**, tendo por objeto ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De Laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **LEITE E RIBEIRO LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 18.849.143/0001-38, com sede na Rua Presidente Prudente de Moraes, n° 250, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT, cep: 78.043-518, fone: 65-3055-0007, email: vendas@vallendiagnostica.com.br, sendo representada pela Dra. Célia Leite Ribeiro, CPF n° 571.215.401-34, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***Registro De Preços Para Aquisição De Material De laboratório E Hospitalar Para Atender A Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Nobres – Mt, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 009/2019, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
11256	ACIDO URICO PP REF 451 KIT	BIOCLIN	UNID	70	R$ 48,00	R$ 3.360,00
11243	CREATININA (KIT)	BIOCLIN	UNID	24	R$ 48,00	R$ 1.152,00
14087	FATOR REUMATOIDE (KIT)	BIOCLIN	UNID	24	R$ 40,50	R$ 972,00
35924	GLICOSE PP- REF- 434E- GOLDANALISA- KITS	BIOCLIN	UNID	15	R$ 43,00	R$ 645,00
35873	LAMINA P/ MICROSCOPIA BORDA FOSCA CAIXA C/100 UND	PRECISION	CAIXA	200	R$ 6,00	R$ 1.200,00
36174	REAGENTE VDRL - WIENER	BIOCLIN	UNID	15	R$ 39,99	R$ 599,85
36062	TESTE RAPIDO DENGUE IGM. IgG CX C/ 25UND	BIOPIX	UNID	30	R$ 230,00	R$ 6.900,00
17706	TRIGLICERIDEOS (KIT)	BIOCLIN	UNID	20	R$ 108,80	R$ 2.176,00

Valor global desta Ata de RP é de R$ 17.004,85 (dezessete mil e quatro reais com oitenta e cinco centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações a seguir:

Sec. Municipal de Saúde.....219-06.002.10.301.0010.1039.449052.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....248-06.002.10.303.0029.2083.339030.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....249-06.002.10.303.0029.2083.339032.00.00.00

Sec. Municipal de Saúde.....239-06.002.10.302.0029.2082.339030.00.00.00

3.2. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 009/2019 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres, 22 de março de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

LEITE E RIBEIRO LTDA ME

CNPJ nº 18.849.143/0001-38

Dra. Célia Leite Ribeiro

CPF n° 571.215.401-34

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA GP/GS-SMAS Nº 449/2019, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA DO PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado e Mato Grosso, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 72, II, IV, V, e XXIV da LOM, e considerando o artigo 2º da Resolução nº 006/2019/CMDCA, datada de 21/03/2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo relacionadas para compor a Comissão Especial Organizadora do Processo Unificado de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Nortelândia/MT:

I - REPRESENTANTES O PODER PÚBLICO:

a - Aline Galvão Itacaramby (Secretaria Municipal de Assistência Social);

b - Elena Regina Campanholi (Secretaria Municipal de Assistência Social)

c – Eline Joyce Oliveira Cezar

II-REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a – **Adriana Saccheto Altran (Casa Espírita Bezerra de Menezes);**

b - Natália Maria da Silva (Pastoral da Criança)

c – Sueli Cristina Aprinio do Nascimento (SINTEP/MT – Nortelândia – MT)

Art. 2º A Comissão especial será presidida pela Conselheira Sueli Cristina Aprinio do Nascimento, por decisão dos membros da Comissão Especial, conforme o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 006/2019/CMDCA, datada de 21/03/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 22º dia do mês de março de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 22/03/2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARCIA DEUNGARO FERNANDES

Secretária de Assistência Social

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 448/2019, DATADA DE 15 DE MARÇO DE 2019.

Concede progressão por tempo de serviço e classe (nível e escolaridade) a servidora municipal da Prefeitura de Nortelândia, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço e classe (Nível e Escolaridade) a servidora abaixo relacionada, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 373/2018, de 17 de outubro de 2018.

Nº	SERVIDOR	CARGO	DE		PARA	
			CLASSE	NÍVEL	CLASSE	NÍVEL
01	Jucélia Batista Dourados de Souza Oliveira	Agente de Saúde Ambiental	B	2	C	3

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 17 a 20 da Lei Complementar nº 024/2005, (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 09.11.2005 (nove de novembro de dois mil e cinco), e art.121 da Lei n° 021/2005 de 11 de Outubro de 2005.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de Março de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 15.03.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Sec. de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO O CONTRATO 112 2018

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO O CONTRATO 112 2018 PUBLICADO NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018 • JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO • ANO XIII | N° 3. 124

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS EM GERAL, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MTQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA C.P. DA SILVA SERVIÇOS DE GRAFICAMEPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº.4667 /2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 36/2017 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4563/2018

SEM EFEITO DE PUBLICACAO DO CONTRATO 002 2019

SEM EFEITO DE PUBLICACAO DO CONTRATO 002 2019 PUBLICADO NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2019 • JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO • ANO XIV | N° 3. 155

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA COMPOSTO POR CENTRAL DE CERCA ELÉTRICA, ALARME MONITORADO, CIRCUITO DE CÂMERAS PROFISSIONAIS VIA WEB E TV E RACK PADRÃO 19", INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DOS ALARMES E DA CENTRAL DE CERCA ELETRIFICADA. ESSES EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA SERÁ PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A ODAIR SANTANA DA SILVA 90798066175PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002423/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2018 SRP:

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005 2019

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005 2019 PUBLICADO NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2019 – JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO ANO XIV Nº 3.163

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT EM ATENDIMENTO A SE-

CRETARIA M DE EDUCAÇÃO, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002512/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES,:

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO 25 DE MARÇO DE 2019

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

EMPRESA SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA EPP

CNPJ sob o nº 19.226.325/0001-15,

Filial - CNPJ sob o nº 19.226.325/0002-04

Representado pela senhora Edileusa Almeida dos Santos Botelho

RG: 1574872-3 SSP/MT e CPF: 015.967.781-56

Representada pelo seu Administrador Alexssandro Neves Botelho

RG: 1485221-7 SSP/MT e CPF: 724.587.121-34.

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004 2019

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004 2019 PUBLICADO NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2019 – JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO ANO XIV Nº 3.163 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT EM ATENDIMENTO A SECRETARIA M DE EDUCAÇÃO, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002512/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2018 SRP - 12 (DOZE)

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 25 DE MARÇO DE 2019

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA PENTA SERVIÇO DE MAQUINAS LTDA

CNPJ sob o nº 00.471.442/0001-16

Representado pela sócia Andrielle Gois de Liz,

RG: 1274947-8, SSP/MT e CPF nº 700.944.031-04

LEI COMPLEMENTAR Nº 050/2019 "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI COMPLEMENTAR Nº 050/2019

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO 1

DAS DEFINIÇÕES E DOS FUNDAMENTOS

Art. 1ºEsta Lei Complementar institui a Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Nossa Senhora do Livramento, dispondo sobre as diretrizes municipais e a universalização do acesso aos serviços de coleta, transporte, tratamento, destinação e disposição final dos resíduos sólidos no Município de Nossa Senhora do Livramento.

Art. 2 ºEsta Lei Complementar também dispõe sobre seus princípios e objetivos, bem como às responsabilidades dos geradores e do poder público e sobre os instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2ºDar-se-á enfoque nesta Lei aos resíduos domiciliares secos recicláveis, úmidos e rejeitos, com destaque para a segregação na fonte geradora e o serviço público de coleta seletiva, devendo para os demais resíduos a observância às legislações e normas específicas e complementações a esta Lei**,** conforme a necessidade e interesse público.

Art. 3ºEsta Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é um processo permanente de planejamento para um horizonte de 20 (vinte) anos, ficando assegurada sua avaliação e revisão no máximo a cada 05 (cinco anos) anos ou a qualquer tempo, a fim de que se assegure a sua efetivação.

Art. 4º Para efeito do disposto nesta Lei Complementar, considera-se:

I - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.

II - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.

III - bacia de captação de resíduos: parcela de área urbana municipal que ofereça condições homogêneas para a disposição correta de pequenos volumes de resíduos de construção, resíduos volumosos e secos recicláveis domiciliares nela gerados, em um único ponto de captação, qual seja: Ponto de Entrega para Pequenos Volumes — PEPV**.**

IV - catadores informais e não organizados: munícipes preferencialmente reconhecidos pela representação municipal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e de órgãos municipais competentes como sobreviventes do recolhimento desordenado do resíduo seco reciclável.

V - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

VI



- coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

VII - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

VIII - cooperativas ou associações de coleta seletiva de resíduos: grupos autogestionáveis reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como formados por munícipes demandatários de ocupação e renda, com atuação local.

IX - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente — SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária SNVS e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

X - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

XI - galpão de triagem: estrutura física adequada a triagem, classificação, armazenamento e comercialização dos materiais secos recicláveis.

XII - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

XIII - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com política municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, ou com projeto de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei.

XIV - gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - GRSS: constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente, em conformidade com a legislação específica do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária — SNVS/MS.

XV - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

XVI



- licitação sustentável: procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras, conforme art. 3 0 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

XVII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

XVIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras.

XIX - ponto de entrega de pequenos volumes — PEPV: equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de resíduos da construção civil, até 1m3 , bem como resíduos volumosos e secos domiciliares recicláveis gerados e entregues pelos munícipes, podendo ainda ser coletados e entregues por pequenos transportadores diretamente contratados pelos geradores, equipamentos esses que, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, devem ser usados para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção, adequada destinação e disposição obedecendo às normas brasileiras pertinentes.

XX - pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis PEV'S: equipamentos públicos destinados ao recebimento de materiais recicláveis constituídos de plásticos, vidros, metais e papéis, devidamente separados para a coleta seletiva, incentivando a segregação dos materiais recicláveis na fonte geradora e sua entrega voluntária.

XXI - postos de coleta solidária: instituições públicas ou privadas, como escolas, igrejas, empresas, associações e outras, captadoras do lixo seco reciclável, participantes do processo de coleta seletiva solidária estabelecido em Lei Complementar.

XXII - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA.

XXIII - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

XXIV - resíduos secos domiciliares recicláveis: resíduos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituídos principalmente por embalagens e que podem ser submetidos a um processo de reaproveitamento e ou reciclagem.

XXV - resíduos de serviços de saúde: são todos aqueles resíduos resultantes de atividades exercidas nos serviços de saúde que por suas características necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio, intra e/ou extra estabelecimento, à sua disposição final, conforme definido em legislação e regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS.

XXVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso solução técnica ou economicamente inviável em face da melhor tecnologia disponível.

XXVII - resíduos sólidos especiais: aqueles cuja produção diária exceda o volume ou peso fixados para a coleta regular ou os que, por sua composição qualitativa elou quantitativa, requeiram cuidados especiais em, pelo menos, uma das seguintes fases: acondicionamento, coleta, transporte, destinação e disposição final, assim classificados:

a) perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentem significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com Lei, regulamento ou norma técnica;

b) não perigosos: aqueles que não se enquadrem na alínea "a" do inciso XXVII deste artigo.

XXVIII - resíduos sólidos públicos: os resíduos sólidos resultantes das atividades de limpeza urbana executados em passeios, vias e logradouros públicos e do recolhimento dos resíduos depositados em cestos públicos;

XXIX - resíduos úmidos: resíduos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituídos principalmente por matéria orgânica e que podem ser submetidos a um processo de reaproveitamento ou compostagem;

XXX - resíduos volumosos: resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros similares;

XXXI - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos;

XXXII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária — SNVS e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA, respeitadas as suas atribuições e competências específicas, em conformidade com o disposto em Lei Federal.

XXXIII - serviço público de coleta seletiva: parte integrante do serviço público de manejo de resíduos sólidos que trata da coleta dos resíduos secos recicláveis dos geradores com produção média inferior a 200 1/dia ou 50 Kg/dia.

XXXIV - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico, comercial, industrial e do lixo originário de varrição e limpeza de vias e logradouros públicos, inclusive os resíduos da construção civil e de saúde, conforme o conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei no 1 1.445, de 05 de janeiro de 2007.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 5º São princípios da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas etragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade;

XII - educação ambiental;

XIII - a incorporação dos princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública, por meio do estímulo a determinadas ações que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Art. 6 ºSão objetivos da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS:

I - proteger a saúde pública e a qualidade ambiental;

II - não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar e tratar os resíduos sólidos, bem como dispor ambientalmente os rejeitos de forma adequada;

III - estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adotar, desenvolver e aprimorar as tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivar a indústria da reciclagem, tendo em vista o fomento do uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gerir de forma integrada os resíduos sólidos;

VIII - articular as diferentes esferas do poder público, e estas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitar de forma técnica e continuada a área de resíduos sólidos;

X - oferecer regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização na prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei no 11.445, de 2007;

XI - dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

XII - integrar os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estimular a implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivar o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV-estimular a rotulagem ambiental e o consumo sustentável.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 7º O poder público municipal poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - estruturação de sistemas de coleta seletiva e formas de participação da logística reversa no âmbito local;

V - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VI - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados

para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

§ 1º Instituições públicas e privadas que promovam ações complementares às obrigatórias, em consonância com os objetivos, princípios e diretrizes desta Lei Complementar, terão prioridade na concessão de benefícios fiscais ou financeiros, por parte dos organismos de crédito e fomentos ligados ao governo municipal;

§ 20 Comprovando-se a inexistência de alternativas de serviços prestados pela iniciativa privada, o Município poderá cobrar tarifas ou taxas de serviços de coleta, transporte, tratamento, destinação e disposição final de resíduos sólidos originados exclusivamente de grandes geradores ou geradores de resíduos especiais, desde que execute os serviços, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA E DA PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS E AGENTES

MUNICIPAIS NO CONTROLE E MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPALDE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 8º A Secretaria Municipal de Obras**,** como órgão gestor da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, coordenará as ações relativas ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

§1º Fica instituída a Comissão Técnica Permanente de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – CTPGIRS, que, subsidiariamente, assessorará e apoiará o órgão ambiental municipal e/ou o órgão municipal de prestação de serviços urbanos, nas questões relacionadas a estudos ao acompanhamento, controle e avaliação da implementação da Política de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Município Nossa Senhora do Livramento**.**

§2ºO atual Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos passa a ser denominado de PGIRS.

§3ºO PGIRSincorporará, em sua composição, representantes dos órgãos municipais responsáveis pelas ações de planejamento, fiscalização, meio ambiente, limpeza urbana, assistência social, Vigilância Sanitária Municipal, órgão municipal competente do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária, órgão municipal competente do SIM, sem prejuízo do exposto no *caput* deste artigo, devendo ser a nomeação de seus integrantes feita por Decreto Municipal.

§4º Estará garantida a plena participação das Cooperativas ou Associações de coleta seletiva e de outras instituições sociais envolvidas com a temática, desde que estabelecidas no município, nas reuniões do **PGIRS**, a ser devidamente regulamentada por Decreto.

§5º O **PGIRS** deverá promover a divulgação dos resultados da avaliação e alcance das metas do **PGIRS**, por meio de informativos ou boletins impressos, cartilhas, página da internet, seminários, dentre outros mecanismos que favoreça o acompanhamento e controle social, em conjunto com os órgãos municipais de prestação de serviços urbanos, de meio ambiente, de saúde e de desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura, no que for da competência de cada ente.

§6º O Poder Público será responsável pelo cadastramento/licenciamento das empresas transportadores no Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, sem prejuízo das demais licenças aplicáveis.

Seção I

Das atribuições da comissão técnica permanente de gestão integrada de resíduos sólidos - PGIRS

Art. 9ºSão atribuições da Comissão Técnica do Núcleo Permanente de Gestão de Resíduos Sólidos - PGIRS:

I - monitorar a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

II - fomentar a educação ambiental em toda a cadeia dos resíduos sólidos;

III - formatar mecanismo de comunicação necessária, para livre acesso da população quanto à quantidade de resíduos sólidos gerados no âmbito local e aos impactos ambientais e à saúde pública e do trabalhador derivados do manejo inadequado de resíduos sólidos, estabelecendo um canal de comunicação direto com a sociedade local;

IV – construir, implantar e monitorar os indicadores de desempenho operacional, ambiental, sanitário e o grau de satisfação dos usuários dos serviços públicos;

V - acompanhar o gerenciamento integrado dos resíduos considerados perigosos e não perigosos, quanto às fontes geradoras, condições de coleta, transporte, tratamento e disposição final;

VI - subsidiar ao órgão municipal de prestação de serviços urbanos com estudos relativos a modelos gerenciais e de cobrança, que assegurem a sustentabilidade econômica e financeira dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;

VII - acompanhar a efetividade dos mecanismos de inclusão social nas atividades de gerenciamento de resíduos sólidos;

VIII - monitorar os resultados dos programas de coleta seletiva, de resíduos da construção civil e volumosos, de resíduos de serviços de saúde e outros relativos ao manejo dos resíduos sólidos que venham a ser implementados no município;

IX - orientar os geradores, por meio de ações de educação ambiental, quanto aos locais adequados para a disposição de pequenos e grandes volumes;

X — promover a avaliação sistemática de forma permanente e contínua com a apresentação dos resultados do monitoramento por meio da publicização dos relatórios periódicos do PGIRS;

XI — auxiliar os órgãos municipais de meio ambiente, de saúde e de desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura na divulgação aos transportadores sobre os locais licenciados na forma exigida em Lei, para o descarte de resíduos da construção civil, volumosos; dos resíduos de serviços de saúde e resíduos agrosilvipastoril;

XII - monitorar os locais de descargas irregulares e bota-foras, informando os resultados aos órgãos municipais de meio ambiente, de saúde, de desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura e de prestação de serviços urbanos, visando contribuir com o controle e erradicação por meio das fiscalizações dos órgãos competentes;

XIII - identificar as instituições e entidades locais com potencial multiplicador na difusão dos novos procedimentos de gestão e manejo dos resíduos, monitorando as parcerias constituídas.

XIV -monitorar e auxiliar na divulgação do banco de áreas para aterramento operado pelo órgão municipal de meio ambiente;

XV - monitorar os resultados da planilha de fluxo de entrada e saída de resíduos nos Pontos de entrega para Pequenos Volumes e nas instalações para o manejo de grandes volumes, de forma a atender o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento SNIS do Ministério das Cidades;

XVI - acompanhar de forma sistemática e contínua as ações de fiscalização dos entes competentes por meio do monitorando dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Art. 10. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância desta Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos — PMGIRS e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei Complementar e em seu regulamento.

Art. 11. O gerador de resíduos sólidos domiciliares, assim compreendidos os domicílios em geral, os condomínios residenciais verticais e horizontais e os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço com geração inferior a 200 l/dia ou 50Kg/dia, tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta pública ou, nos casos abrangidos pelos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa, com a devolução.

§1º A disponibilização adequada para coleta seletiva compreende o acondicionamento de forma diferenciada entre os resíduos secos recicláveis e os resíduos úmidos.

§20º No momento da implantação gradativa do serviço público de coleta seletiva nas modalidades porta a porta e aporte voluntário, os domicílios em geral, os condomínios residenciais verticais e horizontais e os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço com geração inferior a 200 1/dia ou 50 Kg/dia, deverão segregar os resíduos sólidos secos recicláveis dos úmidos, orgânicos e rejeitos, disponibilizando os secos para coleta seletiva pública na modalidade implantada, com destinação exclusiva às cooperativas e associações de catadores, e os úmidos para a coleta domiciliar convencional, com destinação ao aterro sanitário municipal.

Art. 12. Cabe ao poder público municipal atuar, subsidiariamente, com vistas a

minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o

poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

Art. 13. Os estabelecimentos dedicados ao manejo de resíduos, sucatas,

ferros-velhos e aparas diversas terão a concessão de seu alvará de funcionamento condicionada à obtenção do Licenciamento Ambiental e Alvará Sanitário para funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária e à apresentação de termo de compromisso do cumprimento das diretrizes definidas em legislação trabalhista.

§1ºA comprovação de descumprimento relativa ao Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou do termo de compromisso quanto à legislação trabalhista e ambiental constituirá motivação suficiente para a cassação do alvará de localização e funcionamento.

§2ºOs estabelecimentos com alvará de funcionamento anterior à data de promulgação desta Lei Complementar deverão cumprir os dispositivos do caput deste artigo e §1ºe serão comunicados pela administração municipal para adequação de sua operação, no momento de expansão do serviço público de coleta seletiva para as regiões em que estejam instalados.

§ 3 ºOs estabelecimentos citados no parágrafo anterior terão prazo máximo de adequação de 60 (sessenta) dias para regularização após comunicado da administração municipal.

§ 40 Os operadores dos empreendimentos citados no caput deste artigo e em seus parágrafos deverão promover o manejo integrado de pragas por meio de empresas licenciadas junto à Vigilância Sanitária.

Art. 14. Os órgãos públicos da administração municipal, estadual e federal, e demais estabelecimentos públicos de geração de resíduos sólidos especiais, por serem caracterizados como grandes geradores, deverão implantar, em cada uma de suas instalações e, principalmente, nas destinadas à realização de grandes eventos, procedimentos de coleta seletiva dos resíduos de características domiciliares gerados em suas atividades, observando dispositivos legais vigentes, destinando os resíduos secos recicláveis às cooperativas e associações de catadores locais.

§1º Os órgãos públicos e demais estabelecimentos referidos no caput deste artigo deverão indicar, do seu quadro efetivo, em cada uma de suas instalações, os funcionários responsáveis pela eficiência do procedimento de coleta seletiva.

§2ºOs materiais recicláveis segregados poderão ser coletados pelo serviço público de coleta seletiva, conforme as diretrizes estabelecidas por decreto ou por empresa privada devidamente cadastrada/licenciada para a atividade a critério do gerador, mediante comprovação com o Controle de Transporte de Resíduos — CTR.

§3ºOs órgãos públicos e demais estabelecimentos públicos com geração de resíduos inferior a 200 1/dia ou 50 Kg/dia serão atendidos pelos serviços públicos de coleta seletiva e serão comunicados a PGIRS — Comissão Técnica Permanente de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para imediata adequação de seus procedimentos, no momento de expansão do serviço público de coleta seletiva para as regiões onde estejam implantados, devendo os materiais recicláveis segregados serem destinados preferencialmente às cooperativas ou associações existentes no Município.

§4ºA Comissão Técnica Permanente de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos — PGIRS promoverá reuniões centralizadas de orientação à implantação dos procedimentos nos órgãos públicos e destes receberá, na implantação, e semestralmente após o fato, relatórios sintéticos descritivos dos resultados elaborados pelos responsáveis em cada uma de suas unidades, informando o órgão municipal de prestação de serviços urbanos e ao órgão ambiental municipal.

Art. 15. Ficam os condomínios não residenciais e mistos instalados neste município, com geração de resíduos superior a 200 l/dia ou 50 Kg/dia, que são considerados grandes geradores nos termos desta Lei Complementar, obrigados a proceder à seleção prévia dos resíduos sólidos especiais por eles gerados, separando os resíduos secos recicláveis dos resíduos úmidos, orgânicos e rejeitos.

§1ºOs condomínios mencionados no *caput* deverão dispor de área coberta proporcional e adequada para disposição dos resíduos secos recicláveis.

§2ºA exigência de que trata o §1ºdeste artigo fica estabelecida para os novos condomínios a serem implantados a partir da vigência desta Lei, sendo que os instalados anteriores a esta Lei, apenas procederão à adequação de seus espaços para o acondicionamento e armazenamento dos resíduos secos recicláveis a fim de facilitar a sua coleta.

§3ºOs resíduos úmidos, orgânicos e rejeitos, dos condomínios mencionados no caput deste artigo, dentre eles, sobras de alimentos, papel higiênico, guardanapos, fraldas descartáveis, absorventes, preservativos, fotografias, etiquetas e fitas adesivas, papel carbono e esponja de aço, óculos, deverão

ser acondicionados em sacos plásticos resistentes com capacidade máxima de 100 (cem) litros e dispostos para coleta onde poderão ser coletados, acritério do gerador, pelo serviço público, conforme as diretrizes estabelecidas em decreto ou por empresa privada devidamente cadastrada/licenciada para a atividade

§4ºOs resíduos secos recicláveis dos condomínios mencionados no caput deste artigo, dentre eles, os garrafas, garrafões, frascos vazios de remédios e perfumes, copos, latas de bebidas e refrigerantes, ferragens, pregos, panelas, embalagens longa vida, listas telefônicas, jornais, cadernos, revistas, listas, caixas de papel, papelão, garrafas e sacolas plásticas, brinquedos, utensílios domésticos, embalagens de produtos de limpeza e de higiene pessoal, deverão ser acondicionados em recipientes adequados e coletados, a critériodo gerador, pelo serviço público de coleta seletiva, conforme as diretrizes estabelecidas em decreto ou por empresa privada devidamente cadastrada/licenciada para a atividade.

§5ºNo momento da implantação do serviço público de coleta seletiva, os condomínios não residenciais e mistos com geração de resíduos inferior a 200 1/dia ou 50 Kg/dia serão atendidos pelos serviços públicos de coleta seletiva quanto aos resíduos secos recicláveis, e de coleta domiciliar quanto aos úmidos e rejeitos.

§60 Os materiais recicláveis segregados e coletados serão destinados preferencialmente às Cooperativas ou Associações de catadores existentes no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT ,mediante comprovação atestada pela receptora, exceto nos casos onde os grandes geradores realizarem o reaproveitamento ou a venda direta dos seus resíduos secos recicláveis.

§70 Os resíduos da construção civil e volumosos como ferragens, pregos, latas de tintas, vernizes, espelhos, vidros planos a serem acoplados em janelas, tampos de mesa etc., cujo volume seja inferior a 1 m³, deverão ser acondicionados previamente dentro dos condomínios, de forma adequada, para posterior envio às Áreas de Triagem e Transbordo existentes no município.

Art. 16. Ficam as empresas que trabalhem com manipulação de alimentos em geral, que manuseiem óleos vegetais de cozinha de forma direta, obrigadas a implantar em sua estrutura funcional programa de coleta do referido material para destiná-lo ao reaproveitamento na produção de resina para tintas, sabão, detergente, glicerina, cosméticos, biodiesel ou outros derivados, cujos estabelecimentos sejam licenciados e comprovem o recebimento dos óleos utilizados dos seus respectivos geradores.

Parágrafo único. Os profissionais que trabalham em feiras, mercados, hotéis, restaurantes e condomínios não residenciais ou de uso misto também devem possuir métodos de coleta nos termos do caput deste artigo.

Art. 17. Os geradores de resíduos especiais serão assim definidos:

I - grandes geradores de resíduos sólidos urbanos: os que gerarem resíduos daClasse 2, conforme a NBR/ABNT no 10.004, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários ou massa superior a 50 (cinquenta) quilogramas diários;

II - geradores de resíduos especiais: os que gerarem resíduos que por sua natureza e periculosidade sejam classificados pela norma legal como Resíduos Classe I.

§1º Os grandes geradores como supermercados, atacadistas e shoppings, além dos descritos no art. 20 da Lei Federal N 0 12.305, de 02 de agosto de 2010, deverão elaborar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos — PGRS, submetendo-os a aprovação dos órgãos municipais competentes, constituindo-se num dos condicionantes a expedição e/ou renovação licença de localização e do alvará de funcionamento.

§2ºÉ vedada a destinação dos resíduos geradores de resíduos especiais do inciso II deste artigo e incisos I a VI do art. 20 desta Lei Complementar, ao Aterro Sanitário Municipal.

Art. 18. Caberá aos grandes geradores de resíduos sólidos urbanos:

I — elaborar planos de gerenciamento de resíduos sólidos, submetendo-os à aprovação dos órgãos municipais competentes, constituindo-se em condicionante para a expedição e/ou renovação da licença de localização e do alvará de funcionamento;

II - promover a segregação na fonte geradora entre os resíduos secos recicláveis e úmidos/rejeitos na fonte geradora;

III - implantar estrutura e equipamentos apropriados, desde que tecnicamente necessários, para triagem e acondicionamento dos resíduos no interior de suas dependências em locais que facilitem o seu armazenamento, triagem e remoção, de forma a não contaminar os resíduos secos recicláveis, atendendo às características do material a ser depositado, nos termos da legislação em vigor.

§1º Para atendimento do inciso III deste artigo, o grande gerador poderá contratar empresa licenciada, cooperativas ou associações de catadores, desde que tecnicamente necessária.

§2ºOs resíduos secos recicláveis segregados poderão ser coletados a critério do gerador, pelo serviço público de coleta seletiva, conforme as diretrizes estabelecidas no art. 476 da Lei Complementar n. 0 004, de 24 de dezembro de 1992, ou por empresa privada devidamente cadastrada/licenciada para a atividade, bem como, pelas cooperativas e associações de catadores, devidamente licenciados mediante comprovação com CTR - Controle de Transporte de Resíduos.

§ 30 Os resíduos secos recicláveis segregados e coletados serão destinados exclusivamente às Cooperativas ou Associações de catadores existentes no Município de Nossa Senhora do Livramento , mediante comprovação atestada pela receptora, exceto nos casos onde os grandes geradores realizarem o reaproveitamento ou a venda direta dos seus resíduos secos recicláveis.

§40 Os grandes geradores de resíduos orgânicos, tais como supermercados, restaurantes, quartéis, feiras, eventos periódicos, serrarias, beneficiadoras de arroz ou de grande quantidade de pequenos geradores diários, a exemplo de pequenos comerciantes de coco, milho, cana e outros alimentos, ficam obrigados a segregar os resíduos orgânicos dos rejeitos, devendo, após, destinar os resíduos orgânicos às empresas ou às instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades de produção de vegetais orgânicos, compostos orgânicos, fibras, produtos industriais e artesanatos em geral, desde que devidamente licenciadas para este fim.

§ 50 Os resíduos de que trata o § 40 poderão ser coletados pelo serviço público de coleta seletiva, conforme as diretrizes estabelecidas no art. 476 da Lei Complementar n.0 004 de 24 de dezembro de 1992 ou por empresa privada devidamente cadastrada/licenciada para a atividade a critério do gerador, mediante comprovação com CTR — Controle de Transporte de Resíduos.

§ 60 A destinação ao setor privado a que se refere o § 40 deve ser precedida de projeto elaborado por profissional habilitado em que seja comprovada a inexistência de possibilidade de contaminação ou de impacto para o ambiente ou a saúde humana e, quando couber, ser aprovado pelos órgãos competentes.

§ 70 A destinação para projetos de reciclagem de que trata o § 6 0 deste artigo constitui requisito a ser cumprido quando da liberação de autorização de ocupação do solo ou Alvará de Funcionamento das unidades geradoras de resíduos orgânicos.

§8º O rejeito do grande gerador de resíduo orgânico, a que se refere o § 40 deste artigo, poderá ter o transporte realizado pelo serviço público de coleta, mediante pagamento de preço público, ou por empresa licenciada e cadastrada no município para atividade, comprovando, através de Controle de Transporte de Resíduo - CTR, a sua destinação adequada;

§9º O rejeito do grande gerador de resíduo orgânico, de que trata o § 8 0 deste artigo, deverá ser encaminhado para Aterro Sanitário Industrial Privado.

§ 10º Os demais empreendimentos que, enquadrados no artigo 17 desta Lei Complementar, não se caracterizarem como grandes geradores de resíduos orgânicos, nos termos do art. 40 deste artigo não estão obrigados a separar os resíduos orgânicos dos rejeitados, podendo destinar tais resíduos, na sua totalidade, ao Aterro Sanitário.

§ 11º As empresas que operem na triagem e/ou transporte de resíduos especiais de grandes geradores deverão ter cadastro e licença como transportador obtida junto ao órgão municipal de trânsito e encaminhar relatório semestral dos volumes transportados ao órgão municipal de prestação de serviços urbanos e à Comissão Técnica Permanente de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a fim de que os dados fornecidos sejam sistematizados e informados à comunidade em geral.

Art. 19. Os resíduos da construção civil, provenientes das construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis e volumosos, são regidos por legislação municipal específica, devendo ser observado o caráter não exclusivo da prestação do serviço de coleta, triagem, tratamento e destinação final destes resíduos.

Art. 20. São considerados, também, geradores de resíduos especiais os estabelecimentos geradores dos resíduos cujo armazenamento, triagem, transporte, destinação adequada ou disposição final devem seguir disposições legais e normas específicas, conforme discriminados a seguir:

I - resíduos dos serviços públicos de saneamento básico;

II - resíduos industriais, gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

III - resíduos de serviços de transportes, originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários;

IV - resíduos agrosilvopastoris procedentes das atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

V - resíduos de mineração, advindos da atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios, e

VI - outros resíduos que por sua natureza e periculosidade estejam classificados, segundo a NBR como resíduos Classe I.

§ 1 0 Será de responsabilidade dos geradores de resíduos especiais de que trata este artigo, configurando como condição para a concessão do Alvará de Funcionamento anualmente:

I - a classificação e caracterização de seus resíduos segundo normas legais específicas a cada tipo de resíduo, devendo ser essas características comprovadas por laudos técnicos de laboratórios específicos;

II - a comprovação do transporte dos resíduos, através de Controle de Transporte de Resíduos — CTR específico, por empresa licenciada;

III - a comprovação da destinação final adequada dos resíduos, por empresa receptora licenciada para as finalidades de triagem, transbordo, reciclagem, tratamento e/ou deposição final, considerada a obrigatoriedade de licenciamento para aquelas finalidades necessárias em cada caso;

IV - o cumprimento de todas as normas federais, estaduais e municipais específicas.

§ 20 Os resíduos caracterizados pelas normas como de Classe I, devido ao seu alto poder de contaminação, deverão ser classificados e destinados adequadamente, conforme normas pertinentes, não importando a quantidade gerada, ficando vedado o uso do Aterro Sanitário Municipal para esse fim.

§ 30 A destinação adequada dos resíduos sólidos especiais deverá ser comprovada através dos Controles de Transporte de Resíduos — CTR's, a serem enviados semestralmente ao órgão municipal de prestação de serviços urbanos e à Comissão Técnica Permanente de Gestão de Resíduos Sólidos para sistematização das informações.

Art. 21. As instituições, empresas, condomínios e outras organizações não governamentais que venham a aderir aos Programas de Coleta Seletiva do Município de Nossa Senhora do Livramento e adotem práticas conservacionistas e/ou que promovam ações de educação ambiental a ele relacionadas farão jus ao recebimento do "Selo - Responsabilidade Socioambiental", devendo a indicação ser feita por Resolução do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que apreciará caso a caso, considerando os seguintes critérios:

I — economia no uso de água e energia;

II — separação prévia de resíduos recicláveis, inclusive óleos vegetais e destinação para cooperativas de catadores;

III - arborização viária em fachadas;

IV - despoluição visual das fachadas;

V - proibição de fumantes em áreas fechadas;

VI- disponibilidade de torneiras adicionais para lavagem das mãos fora dos banheiros;

VII — outras ações que impliquem na melhoria da qualidade do ambiente eda saúde das pessoas.

Art. 22 Os resíduos de serviços de saúde, definidos no inciso XXV do art. 4 0 desta Lei Complementar, deverão obrigatoriamente ser destinados para tratamento, quando necessário e encaminhado para destinação adequada.

CAPÍTULO VI

DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Art. 23. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos neste Capítulo.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

Art. 24. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível.

II - divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III- recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa;

IV- compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 25. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1 0 Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III- recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 20 0 regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no caput.

§ 30 É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 26. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em Lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI- produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA

Art. 27. O serviço público de coleta seletiva de resíduos secos recicláveis será operacionalizado pelo poder público municipal sendo os resíduos secos recicláveis encaminhados, exclusivamente, aos segmentos organizados de catadores para triagem, classificação, beneficiamento e comercialização, com o apoio do órgão municipal de prestação de serviços urbanos, considerando os seguintes princípios:

I - priorização das ações geradoras de ocupação e renda;

II - compromisso com ações alteradoras do comportamento dos munícipes perante os resíduos que geram;

III - incentivo à solidariedade dos munícipes e suas instituições sociais com a ação de cooperativas ou associações de coleta seletiva;

IV - reconhecimento das cooperativas e associações autogestionáriascomo agentes ambientais da limpeza urbana;

V - desenvolvimento de ações de inclusão e apoio social para a população menos favorecida que possa ser integrada ao programa, constituindo a cadeia produtiva da reciclagem.

Parágrafo único. Os geradores de resíduos domiciliares ou assemelhados são os responsáveis pelos resíduos de suas atividades e pelo atendimento das diretrizes do serviço público de coleta seletiva de resíduos secos recicláveis.

Art. 28. A triagem, classificação, beneficiamento e comercialização dos resíduos recicláveis coletados pelo serviço público de coleta seletiva serão prestados, exclusivamente, por cooperativas e associações autogestionárias de catadores do município de Cuiabá.

§ 1 0 As cooperativas ou associações de catadores agregarão ao serviço público de coleta seletiva, nas regiões sob sua responsabilidade, programas específicos de informações ambientais voltados aos munícipes atendidos.

Art. 29. É de responsabilidade da Administração municipal a implantação e manutenção da rede de PEV 's, PEPV's, contêineres para coleta solidária, em número e localização adequados ao atendimento no município, considerando o estabelecido nas metas do PGIRS.

§ 1 0 A rede de pontos de entrega de pequenos volumes, os PEV 'S e Galpões de Triagem necessários ao serviço de coleta seletiva deverão obedecer à legislação ambiental, à de uso, ocupação e urbanização do solo, além das normas e recomendações técnicas pertinentes, podendo ser estabelecida pela administração municipal em áreas e instalações:

I — públicas;

II — cedidas por terceiros;

III — locadas entre os imóveis disponíveis no município.

§ 20 A administração municipal fornecerá às cooperativas ou associações de catadores materiais, especificamente panfletos e sacos plásticos, para o desenvolvimento contínuo dos programas de informação ambiental dirigidos aos munícipes.

§ 30 A administração municipal estabelecerá os mecanismos de controle e monitoramento das atividades remuneradas de informação ambiental desenvolvidas pelas cooperativas ou associações de coleta seletiva.

Art. 30. Cabe à administração municipal a implantação do serviço público de coleta seletiva nas modalidades porta a porta e de entrega voluntária, atendendo as metas estabelecidas no Plano Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Art. 31. É responsabilidade da administração municipal o desenvolvimento de ações inibidoras de práticas não admitidas como:

I - ação de catadores informais não organizados, fomentando a sua formalização;

II - ação de sucateiros, ferros-velho e aparistas financiadores do trabalho de catadores informais, devendo os mesmos comercializar somente com os catadores quando organizados em cooperativas ou associações;

III- armazenamento de resíduos em domicílios, com finalidade comercial, que causem qualquer tipo de poluição, prejuízo à saúde ambiental ou que propiciem a multiplicação de vetores ou outros animais nocivos à saúde humana.

Parágrafo único. As práticas anunciadas nos incisos I, II e III deste artigo constituem infrações penalizáveis nos termos desta Lei Complementar.

Seção I

Do planejamento do serviço público de coleta seletiva

Art. 32. O planejamento do serviço público de coleta seletiva será desenvolvido pelo órgão municipal de prestação de serviços urbanos, visando o alcance das metas estabelecidas no PGIRS, mediante o estabelecimento de objetivos e estratégias, com a participação das cooperativas e associações de catadores considerando, dentre outros, os seguintes aspectos:

I - necessário atendimento gradativo dos roteiros porta a porta na área atendida pela coleta regular no município e de todos os locais de entrega voluntária como os PEV 's, os PEPV's e os postos de coleta solidária estabelecidos nas bacias de captação de resíduos;

II - setorização da coleta pública seletiva a partir das modalidades pré-definidas neste instrumento, com distribuição equânime dos resíduos secos recicláveis coletados entre os Galpões de Triagem implantados e cedidos para uso das cooperativas ou associações de catadores, cujo controle será realizado pelo órgão municipal de prestação de serviços urbanos, pela CTPGIRS e pelas cooperativas ou associações de catadores.

III - dimensionamento das metas de coleta e informação ambiental referenciadas nos setores censitários do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas áreas de abrangência das unidades de saúde, bem como nas micro áreas de atuação dos agentes de controle de endemias, agentes públicos de fiscalização e agentes comunitários de saúde e do Relatório Anual de Análise de Situação de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - envolvimento dos agentes de controle de endemias, agentes comunitários de saúde e outros agentes inseridos nas políticas municipais intersetoriais, no processo de planejamento, organização de grupos locais e implantação do serviço público de coleta seletiva do lixo seco reciclável.

§ 1 0 O planejamento do serviço definirá metas incrementais:

I - para os contratos com as cooperativas ou associações de catadores, se for o caso;

II — para a implantação de pontos de entrega para pequenos volumes e galpões de triagem;

II — para a implantação de Pontos de Entrega Voluntária — PEV 's;

IV — para a instalação de Postos de Coleta Solidária.

§ 20 O planejamento do serviço definirá, em função do avanço geográfico da implantação de coleta seletiva, o desenvolvimento das ações inibidoras das práticas descritas nos incisos I e III do art. 31.

§ 30 O órgão municipal competente preparará os roteiros de coleta e as demais peças técnicas, de acordo com as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 33. O planejamento e o controle do serviço público de coleta seletiva serão de responsabilidade da instância de gestão definida no art. 32 desta Lei Complementar, garantida a plena participação das cooperativas ou associações de coleta seletiva e de outras instituições sociais envolvidas com a temática.

SEÇÃO II

DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 34. Os serviços de triagem, classificação, prensagem/beneficiamento e comercialização dos materiais recicláveis provenientes dos serviços públicos de coleta seletiva, em quaisquer de suas modalidades previstas nesta Lei, porta a porta ou aporte voluntário, serão prestados exclusivamente por cooperativas ou associações de catadores.

§ 1 0 A receita oriunda da comercialização dos materiais recicláveis provenientes dos serviços de triagem, classificação, prensagem/beneficiamento dos resíduos secos recicláveis coletados pelo serviço público de coleta seletiva será exclusiva das cooperativas ou associações de catadores operadoras dos sistemas de triagem.

§ 20 O serviço de informação do controle contínuo das quantidades comercializadas, em obediência às metas traçadas no planejamento dos serviços, os quais serão necessários ao Município para o atendimento ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) do Governo Federal, será devidamente remunerado, mediante contrato.

§ 30 O serviço de informação ambiental, dentre eles a distribuição de panfletos, cartilhas, informativos de planejamento de coleta seletiva, compatibilizados com as metas do PGIRS, será devidamente remunerado mediante contrato.

§40 A participação nos serviços descritos no *caput* deste artigo está condicionada a obrigatoriedade dos cooperados ou associados de manterem seus filhos em idade escolar matriculados e frequentando o ensino regular, bem como de manterem a carteira de vacinação atualizada, de acordo com o calendário básico de vacinas.

§ 50 A contratação de que tratam os §§ 20 e 3 0 será com dispensa de licitação, nos termos das Leis Federais no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

§ 60 Os rejeitos dos serviços mencionados no *caput* deste artigo gerados nos galpões de triagem serão destinados ao aterro sanitário, mediante coleta domiciliar convencional.

Art. 35. As ações das Cooperativas ou Associações de coleta seletiva serão apoiadas pelo conjunto dos órgãos da administração pública municipal, mediante a inclusão dos catadores informais não organizados nos grupos de informação ambiental e nos trabalhos desenvolvidos nos galpões de triagem.

SEÇÃO III

DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 36. O serviço público de coleta seletiva e suas instalações correspondentes deverão ser implantados e operados em conformidade com as normas e os regulamentos técnicos e ambientais vigentes.

§ 1 0 Os operadores dos galpões de triagem deverão promover o manejo integrado de pragas por meio de empresas licenciadas junto à vigilância sanitária.

§ 20 Os contratos estabelecidos com as Cooperativas ou associações de catadores, inclusive as de coleta seletiva solidária, estabelecerão a obrigatoriedade de existência de assessoria técnica em tempo integral, por profissional com formação de nível superior devidamente habilitado.

Art. 37. As cooperativas ou associações de catadores estarão obrigadas a orientar seus cooperados ou associados quanto à proibição de:

I - uso de procedimentos destrutivos das instalações e equipamentos de galpões de triagem;

II - lançar nas vias públicas panfletos ou outros impressos de informativos ambientais.

§ 1 0 As práticas enunciadas nos incisos I e II deste artigo constituem infrações penalizáveis na forma desta Lei Complementar.

§ 2 0 A administração municipal deverá viabilizar as cooperativas ou associações galpões de triagem para promover o manejo integrado de pragas por meio de empresas licenciadas junto à vigilância sanitária.

§ 30 Os contratos de cessão de uso dos galpões de triagem junto as Cooperativas ou associações, estabelecerão a obrigatoriedade de existência de assessoria técnica em tempo integral, por profissional com formação de nível superior devidamente habilitado.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 38. É atribuição dos órgãos de fiscalização do município, no estrito âmbito da sua competência, o controle e fiscalização quanto ao cumprimento do estabelecido na Lei Federal no 12.305, de 02 de agosto de 2010, e nesta Lei Complementar, sem prejuízo do estabelecido em outras normas específicas em vigor.

Art. 39. No cumprimento das ações de fiscalização, os órgãos competentes do município devem:

I - orientar e inspecionar os geradores, transportadores, tratadores e receptores de todo e quaisquer resíduos gerados, quanto às exigências desta Lei Complementar e das demais legislações e normas específicas em vigor;

II - fiscalizar as empresas que realizam atividades de coleta, transporte, armazenamento, transbordo, tratamento, destinação e disposição final de resíduos, assim como seus veículos cadastrados para o transporte e seus equipamentos e acondicionadores de resíduos;

III - expedir notificações, autos de infração, de retenção e de apreensão;

IV - enviar aos órgãos competentes, os autos de infração que não tenham sido pagos, para fins de inscrição na dívida ativa.

Art. 40. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão, praticada a título de dolo ou culpa, que viole as disposições estabelecidas nesta Lei Complementar e nas normas dela decorrentes.

Art. 41. Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se infratores:

I - o proprietário, o locatário ou aquele que estiver, a qualquer título, na posse do imóvel;

II - o condutor e o proprietário do veículo transportador;

III - o dirigente legal da empresa transportadora;

IV - o proprietário, o operador ou responsável técnico pela instalação receptora de resíduos.

Art. 42. Considera-se reincidência o cometimento de nova infração dentre as tipificadas nesta Lei Complementar, ou de normas dela decorrentes, dentro do prazo de doze meses após a data de aplicação de penalidade por infração anterior.

Art. 43. No caso em que os efeitos da infração tenham sido sanados pelo Poder Público, o infrator deverá ressarcir os custos dela decorrentes, em dinheiro ou através de outra forma, a critério da autoridade administrativa.

Seção I

Das penalidades

Art. 44. O infrator está sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão do exercício de atividade por até noventa dias;

IV - interdição do exercício de atividade;

V - perda de bens.

Art. 45. A pena de multa consiste no pagamento de valor pecuniário definido no Anexo Único desta Lei Complementar, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no art. 44.

§ 1 0 Será aplicada uma multa para cada infração, inclusive quando duas ou mais infrações tenham sido cometidas simultânea ou sucessivamente.

§ 20 No caso de reincidência, o valor da multa será o dobro do valor previsto no Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 30 A quitação da multa, pelo infrator, não exime do cumprimento de outras obrigações legais nem o isenta da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente ou a terceiros.

§ 40 As multas serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração e de seu impacto no meio ambiente e na saúde humana, sendo seus valores corrigidos anualmente, tendo como referência o índice tradicionalmente utilizado pelo Município de Cuiabá.

Art. 46. A suspensão do exercício da atividade por até noventa dias será aplicada nas hipóteses de:

I - obstaculização da ação fiscalizadora;

II - não pagamento da pena de multa em até 120 (cento e vinte) dias após a aplicação, salvo se a mesma estiver sendo objeto de impugnação administrativa, inclusive em grau de recurso;

III - resistência à apreensão de equipamentos e outros bens.

§ 1 0 A suspensão do exercício de atividade consiste do afastamento temporário do desempenho de atividades determinadas.

§ 20 A pena de suspensão do exercício de atividade poderá abranger todas as atividades que constituam o objeto empresarial do infrator.

§ 30 A suspensão do exercício de atividade será aplicada por um mínimo de 10 (dez) dias, com exceção de quando aplicada com fundamento no inciso III do *caput* deste artigo, cujo prazo mínimo será de 30 (trinta) dias.

Art. 47. Se, antes do decurso de um ano da aplicação da penalidade prevista no art. 46, houver cometimento de infração ao disposto nesta Lei Complementar, será aplicada a pena de cassação do alvará de funcionamento; caso não haja alvará de funcionamento, será aplicada a pena de interdição do exercício de atividade.

§ 1 0 A pena de cassação de alvará de funcionamento perdurará por no mínimo 06 (seis) meses e incluirá a proibição de qualquer das pessoas físicas sócias da empresa infratora desempenhar atividade igual ou semelhante, diretamente ou por meio de outra empresa.

§ 20 A pena de interdição de atividade perdurará por no mínimo 05 (cinco) anos e incluirá a proibição de qualquer das pessoas físicas sócias da empresa infratora desempenhar atividade igual ou semelhante, diretamente ou por meio de outra empresa.

A rt. 48. A pena de perda de bens consiste na perda da posse e propriedade de bens antes apreendidos e poderá ser aplicada cumulativamente nas hipóteses de:

I - cassação de alvará de funcionamento;

II - interdição de atividades;

III - desobediência à pena de interdição da atividade.

Seção II

Dos procedimentos administrativos

Art. 49. A cada infração, ou conjunto de infrações cometidas simultânea ou sucessivamente, será emitido Auto de Infração, do qual constará:

I - a descrição sucinta da infração cometida;

II - o dispositivo legal ou regulamentar violado;

III - a indicação de quem é o infrator e as penas a que estará sujeito;

IV- as medidas preventivas eventualmente adotadas;

V- o dia e a hora da autuação.

Art. 50. O infrator será notificado mediante a entrega de cópia do Auto de Infração para, querendo, exercer o seu direito de defesa em 10 (dez) dias úteis.

§ 1 0 Considerar-se-á notificado o infrator mediante a assinatura ou rubrica de seu representante legal, ou de qualquer preposto seu presente no local da infração.

§ 20 No caso de recusa em lançar a assinatura ou rubrica, poderá o agente fiscalizador declarar tal recusa e identificar o notificado por meio da menção a seu documento de identidade; caso inviável a menção ao documento de identidade, deverá descrever o notificado e indicar duas testemunhas idôneas, que comprovem que o notificado teve acesso ao teor do Auto de Infração.

§ 30 No caso de erro ou equívoco na notificação, estes serão sanados por meio de publicação de extrato do Auto de Infração corrigido na imprensa oficial.

Art. 51. Decorrido o prazo de defesa, o Auto de Infração será enviado à autoridade superior, que poderá confirmá-lo e aplicar as penalidades nele previstas, ou rejeitá-lo, de forma fundamentada.

Parágrafo único. Caso tenham sido juntados documentos ou informações novas ao Auto de Infração, o infrator será novamente intimado para apresentar defesa, nos termos da Lei Complementar n.0 004, de 24 de dezembro de 1992.

Seção III

Das medidas preventivas

Art. 52. Sempre que em face da presença da fiscalização a atividade infracional não cessar, serão adotadas as seguintes medidas preventivas:

I - suspensão do exercício de atividade;

II - apreensão de bens.

§ 1 0 As medidas preventivas poderão ser adotadas separadamente ou em conjunto.

§ 20 As medidas preventivas previstas neste artigo poderão ser adotadas também no caso de o infrator não cooperar com a ação fiscalizadora, especialmente impedindo o acesso a locais e documentos, inclusive os de identificação de pessoas físicas ou jurídicas.

§ 30 Os equipamentos apreendidos devem ser recolhidos ao local definido pelo órgão municipal competente ou poderá a autoridade municipal nomear o proprietário ou terceiro interessado como fiel depositário dos mesmos.

§ 40 Tendo sido sanada a irregularidade objeto de notificação, o infrator poderá requerer a liberação dos equipamentos ou documentos apreendidos desde que apurados e recolhidos os valores referentes aos custos de apreensão, remoção e guarda.

CAPÍTULO IX

DO SISTEMA MUNICIPAL UNIFICADO DE INFORMAÇÕES SOBRE O PMGIRS

Art. 53. Caberá ao Poder Executivo Municipal através do órgão municipal de prestação de serviços urbanos, em conjunto com a Comissão Técnica Permanente de Gestão de Resíduos Sólidos, organizar e manter sistema unificado de informações sobre as ações do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

§ 1 0 As informações do sistema de que trata o *caput* deste artigo serão disponibilizadas na internet, sem prejuízo de outras formas de divulgação.

§ 20 O sistema deverá ser compatível e estar articulado com outros sistemas afins, em especial o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos -SINIR, coordenado e articulado pelo Ministério do Meio Ambiente, nos termos do art. 12 da Lei Federal no 12.305, 02 de agosto de 2010.

§ 30 O sistema unificado de informações deve atender aos seguintes objetivos:

I - monitorar o desempenho da prestação dos serviços públicos de gerenciamento de resíduos sólidos em face da demanda e da sustentabilidade econômico-financeira;

II - monitorar o cumprimento das metas do Plano por parte do poder público, das empresas e da sociedade;

III - fornecer à sociedade e às instituições públicas e privadas o acesso a informações seletivas, confiáveis e atualizadas sobre os dois objetivos anteriores, constituindo-se em instrumento de fiscalização e controle social das atividades no setor.

Art. 54. Nos casos excepcionais o Poder Público poderá através de Decreto definir outras estratégicas para implantação de projetos de resíduos sólidos, considerando:

I - os Termos de Ajustamento de Conduta, firmadas com o Ministério Público Estadual e Federal;

II - o Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico;

III - a Lei de Uso, Ocupação e Urbanização do Solo;

IV - programas de resíduos sólidos de iniciativa dos Executivos Municipal,

Estadual e Federal;

IV - outras situações.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

Parágrafo único. Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Município, e, quando couber, do Estado.

Art. 56. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - catação, respeitada as metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

III - criação de animais domésticos;

IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 57. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 60. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento, 21 de março de 2019.

SILMAR GONÇALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

REFERENCIA	ARTIGO	CONDUTA PASSIVEL DE SANÇÃO	MULTA (R$)
I	ART. 29, §1º,INCISOS I,II E III	Coleta em áreas e instalações públicas, cedidas por terceiros ou locadas entre os imóveis disponíveis no município sem autorização da administração pública e fora dos parâmetros legais	DE R$ 461,00À R$ 1. 844,00
II	ART. 29, §2º	Proceder a coleta fora do ponto de entrega de pequenos volumes e galpões de triagem cedido pela administração Pública municipal.	DE R$ 461,00À R$ 1. 844,00
III	ART. 36, §1º	Deixar de proceder o manejo de pragas dos galpões de triagem.	R$ 922,00
IV	ART. 36, §2º	Deixarem as cooperativas e associações de contar com a assessoria técnica por meio de profissionais com graduação superior.	R$ 461,00
V	ART. 14	Os órgãos públicos da administração municipal, estadual e federal, e demais estabelecimentos públicos, bem como aqueles capazes de geração de resíduos sólidos especiais (grande gerador), que não implantarem procedimento de coleta seletiva dos resíduos.	DE R$ 922,00 À R$5. 000,00
VI	ART. 15	Os condomínios não residenciais e mistos instalados neste município, com geração de resíduos superior a 200 l/dias ou 50 kg/dias que deixarem de proceder à seleção dos resíduos especiais (grande gerador) por eles gerados.	DE R$ 922,00 À R$ 10. 000,00
VII	ART. 16	As empresas que trabalhem com manipulação de alimentos em geral, que manuseiem óleos vegetais de cozinha, inclusive aqueles que trabalhem em feiras, mercados, hotéis, restaurantes e condomínios residenciais ou	DE R$ 922,00

		de uso misto que deixarem de implantar em sua estrutura funcional programa de coleta do material para destiná-lo ao reaproveitamento na produção de resina	À R$5.000,00

		para tintas, sabão, detergente, glicerina, cosméticos, biodiesel ou outros derivados de estabelecimentos licenciados comprovem o recebimento dos óleos utilizados dos seus respectivos geradores, através de controle de transporte de resíduos — CTR.	
VIII	ART. 17, § 3º	Destinar resíduos sólidos urbanos especiais ao aterro sanitário	R$ 1.844,00 À R$ 2.000,00
IX	ART. 18, incisos I, II eIII	Os grandes geradores de resíduos que deixarem de elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, submetendo-os à aprovação dos órgãos municipais competentes, constituindo-se em condicionante para a expedição e/ou renovação da licença de localização e do alvará de funcionamento; de promover a segregação na fonte geradora entre os resíduos secos recicláveis úmidos/rejeitos na fonte geradora, ou implantar estrutura e equipamentos apropriados, desde que tecnicamente necessários, para triagem acondicionamento dos resíduos no interior de suas dependências em locais que facilitem o seu armazenamento, triagem e remoção, de forma a não contaminar os resíduos secos recicláveis, atendendo às características do material a ser depositado, nos termos da legislação em vigor.	DE R$1.844,00 À R$ 10.000,00

DECRETO N. 028 /2019

DECRETO N. 028 /2019

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 000617/2019-1, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
Paulo Carmo de França	000617/2019-1	64/2019

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 25 de Março de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 029 /2019

DECRETO N. 029 /2019

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 000663/2019-1, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
Luiza Antunes Ferraz de Miranda	000663/2019-1	63/2019

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 25 de Março de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE FLAUTAS, VIOLÕES, CAPAS DE VIOLÕES E ENCORDOAMENTOS PARA ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA DOUGLAS CEZAR BENETTI & CIA LTDA EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002064/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 036/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Pregão Eletronico nº036/2018, publicada a homologação no dia 22 de Março de 2019, processo administrativo n.º 002064/2018 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA DOUGLAS CEZAR BENETTI & CIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.401.626/0001-23, doravante denominada simplesmente contratada com sede na Avenida Julio Assis Cavalheiro, 670, Sala 02, Centro, município Francisco

Beltrão/PR CEP: 85.601-000,neste ato representado pelo senhor Douglas Cezar Benetti, portador do RG: 1.808.765-0 SSP/PR e CPF: 453.215.159-72 residente e domiciliado em Rua Antonina, 191, 7º andar, apto 702, Centro município de Francisco Beltrão/PR

1. CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual e futura Aquisição ***de flautas, violões, capas de violões e encordoamentos para atender Crianças e Adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social*** Termo de Referência nº 045/2018 a, anexo do edital de *Pregão Eletrônico* nº 036/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social/Fornecedor:	**EMPRESA DOUGLAS CEZAR BENETTI & CIA LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.401.626/0001-23					
Endereço:	Avenida Julio Assis Cavalheiro, 670, Sala 02, Centro, município Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-000					
Contatos:	46 3564-1010					
Representante:	Douglas Cezar Benetti					
Lote	Especificação	*Marca*	Unidade	Quantidade	Valor Unit	Valor Total
5	CAPA PARA VIOLÃO STANDER LONA PRETA	WORKING BAG/01	UN	5	41,90	209,50
7	FLAUTA DOCE CONTRALTO BARROCA F YRA-302BII	YAMAHA/ YRA 302BLL	UN	5	307,00	1.535,00
8	FLAUTA DOCE TENOR BARROCA C YRT-304BII	YAMAHA/ YRT 304BLL	UN	5	792,00	3.960,00
Valor Total: 5.704,50 (Cinco Mil Setecentos e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura não podendo ser prorrogada.

4. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preço.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLAUULA QUINTA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social: **Andre Luiz de Morais e Silva**, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.2 A presença da fiscalização por parte da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

5.3**.** Competirá ao responsável pela fiscalização receber os materiais e acompanhar os contratados e rejeitar os materiais que estiverem em desacordo com as especificações do edital, bem como notificar a empresa se os serviços não estiverem atendendo as especificações e dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/1993

5.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

a. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do material, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

b. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

c. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas nesta Ata de Registro de Preço e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei Nº 8.666, de 1993.

5.5As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

6. CLAUSULA SEXTA LOCAL PRAZO/EXECUÇÃO

6.2 O prazo de entrega dos materiais e equipamentos é de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento de acordo com a necessidade das retiradas dos materiais, no almoxarifado central no seguinte endereço **Rua Ana Feliciana s/n Bairro Centro, Cidade Nossa Senhora do Livramento - MT;**

6.2. Os Materiais serão recebidos no prazo de, até, 05(cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, a partir da solicitação dos itens, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os Materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(Cinco) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os Materiais serão recebidos parcialmente no prazo de 12 (doze) meses, conforme prazo vigente do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. O recebimento será parcial, uma vez que as flautas e os violões serão retirados de acordo com a necessidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

6.5. Na impossibilidade de execução dos materiais conforme prazos estabelecidos a empresa vencedora da licitação deverá apresentar justificativa por escrito, em tempo hábil para a aprovação.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelecido abaixo:

Secretaria/ Programa Assistência Social	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	Próprio	2090	060044	4.4.90.52	100
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	Próprio	2090	060037	3.3.90.30	100

8. CLAUSILA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

8.1 Os Materiais serão entregues dentro do prazo estabelecido pela secretaria contratante em conformidade com as especificações constantes neste Termo juntamente com a garantia conforme o artigo 18 do Código do Consumidor.

9. CLAUSULA NOVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

13.1. Entregar os materias em local e horario estabelecido pelo contratante.

13.2. Retirar nota fiscal no ato da compra.

13.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

13.4. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Assistência Social qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de materiais.

13.5. É de responsabilidade da Contratada manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela contratante durante toda a execução do contrato. 13.7. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante. 13.8. Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante e ou serviços de terceiros, provocados por ineficiências ou irregularidades cometidas na execução do contrato. 13.9. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial

10.CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e na Ata de Registro de Preço.

10.2. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos materiais;

10.3. Fornecer todas as condições necessárias para a execução dos materiais;

10.4. Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos materiais contratados tais como horário e local de busca e entrega, bem como qualquer mudança no cronograma.

10.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.9. Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço;

12.10. O objeto do presente Contrato poderá sofrer alterações em suas quantidades, conforme previsto no artigo 65 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

12.11. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Contrato, instrumento equivalente ou Nota de Empenho.

12.12. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12.CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetivado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor do objeto do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e INSS e CND Trabalhista.

12.2. O pagamento será efetuado até 10(Dez) dias contados a partir da ordem de fornecimento e recebimento dos materiais e, em que será empenhado o valor e será pago através da Nota Fiscal de Serviço, emitida em nome da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, devidamente validada pelo sistema validador da receita estadual e devidamente atestada pelo fiscal deste contrato;

12.3 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelo serviço, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFE, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.8. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFE, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFE;

12.9. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1..3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4.Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.2.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14.CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1*As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos nesta Ata de Registro de Preço.*

14.2É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Leinº 8.666/93.

15. CLAUSULA DECIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0362018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 25 de Março de 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA DOUGLAS CEZAR BENETTI & CIA LTDA EPP

CNPJ sob o nº 05.401.626/0001-23

Representado pelo senhor Douglas Cezar Benetti

RG: 1.808.765-0 SSP/PR e CPF: 453.215.159-72

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE FLAUTAS, VIOLÕES, CAPAS DE VIOLÕES E ENCORDOAMENTOS PARA ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002064/2018 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 036/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Pregão Eletrônico nº036/2018, publicada a homologação no dia 22 de Março de 2019, processo administrativo n.º 002064/2018 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.579.608/0001-55, Insc. Estadual 13.584.755-9 doravante denominada simplesmente contratada com sede na Avenida Tenente Praieiro nº3255 Bairro Jardim Califórnia CEP: 78070-300, município de Cuiabá/MT neste ato representado pela senhora Giovani Cruz Correa, portadora do RG: 25268236 SSP/MT e CPF: 052.388.671-31, residente e domiciliado Avenida General Mello, 3255, Jardim California, município de Cuiabá/MT CEP: 78.070-300.

1. CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual e futura Aquisição ***de flautas, violões, capas de violões e encordoamentos para atender Crianças e Adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social*** Termo de Referência nº 045/2018 a, anexo do edital de *Pregão Eletrônico* nº 036/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social/Fornecedor:	**EMPRESA FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **22.579.608/0001-55**					
Endereço:	Avenida Tenente Praeiro nº3255 Bairro Jardim Califórnia CEP: 78070-300					
Contatos:	65 3055-0201 65 966640-1500 e-mail focopapelaria1@gmail.com					
Representante:	Giovani Cruz Correa					
Lote	Especificação	*Marca*	Udade	Qdade	Valor Unit	Valor Total
01	VIOLÃO ACÚSTICO CLÁSSICO NYLON GC-10NT NATURAL	VOGGA – VCA203	UND	8	R$ 402,00	R$ 3.216,00
02	VIOLÃO ACUSTICO INFANTIL NYLON 34 (1/2) N4 START NATURAL	VOGGA – VCA53	UND	2	R$ 285,00	R$ 570,00

03	VIOLÃO ELETRICO ACUSTICO CLASSICO NYLON AC60 NATURAL	VOGGA – VCE300	UND	5	R$ 510,00	R$ 2.550,00
04	CAPA PARA VIOLÃO SIMPLES NYLON PRETO	HARMONICS	UND	8	R$ 32,90	R$ 263,20
06	FLAUTA DOCE SOPRANO BARROCA C YRS-24B	GIANNINI GFF24B	UND	470	R$ 34,00	R$ 15. 980,00
09	ENCORDOAMENTO PARA VIOLÃO GENWB COM BOLINHA NYLON MÉDIO	GIANNINI 5922-MT01	UND	7	R$ 18,50	R$ 129,50
R$ 22.708,70 (Vinte e Dois Mil Setecentos e Oito Reais Setenta Centavos)						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura não podendo ser prorrogada.

4. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preço.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLAUULA QUINTA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento do objeto da presente contratação, conforme a seguir:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social: **Andre Luiz de Morais e Silva**, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.2 A presença da fiscalização por parte da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

5.3**.** Competirá ao responsável pela fiscalização receber os materiais e acompanhar os contratados e rejeitar os materiais que estiverem em desacordo com as especificações do edital, bem como notificar a empresa se os serviços não estiverem atendendo as especificações e dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/1993

5.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

a. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do material, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

b. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

c. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas nesta Ata de Registro de Preço e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei Nº 8.666, de 1993.

5.5As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

6. CLAUSULA SEXTA LOCAL PRAZO/EXECUÇÃO

6.2 O prazo de entrega dos materiais e equipamentos é de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento de acordo com a necessidade das retiradas dos materiais, no almoxarifado central no seguinte endereço ***Rua Ana Feliciana s/n Bairro Centro, Cidade Nossa Senhora do Livramento - MT;***

6.2. Os Materiais serão recebidos no prazo de, até, 05(cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, a partir da solicitação dos itens, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os Materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(Cinco) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os Materiais serão recebidos parcialmente no prazo de 12 (doze) meses, conforme prazo vigente do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. O recebimento será parcial, uma vez que as flautas e os violões serão retirados de acordo com a necessidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

6.5. Na impossibilidade de execução dos materiais conforme prazos estabelecidos a empresa vencedora da licitação deverá apresentar justificativa por escrito, em tempo hábil para a aprovação.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelecido abaixo:

Secretaria/ Programa Assistência Social	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	Próprio	2090	060044	4.4.90.52	100
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	Próprio	2090	060037	3.3.90.30	100

8. CLAUSILA OITAVA DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

8.1 Os Materiais serão entregues dentro do prazo estabelecido pela secretaria contratante em conformidade com as especificações constantes neste Termo juntamente com a garantia conforme o artigo 18 do Código do Consumidor.

9. CLAUSULA NOVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

13**.**1. Entregar os materias em local e horario estabelecido pelo contratante.

13.2. Retirar nota fiscal no ato da compra.

13.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

13.4. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Assistência Social qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de materiais.

13.5. É de responsabilidade da Contratada manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela contratante durante toda a execução do contrato. 13.7. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante. 13.8. Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante e ou serviços de terceiros, provocados por ineficiências ou irregularidades cometidas na execução do contrato. 13.9. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial

10.CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e na Ata de Registro de Preço.

10.2. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos materiais;

10.3. Fornecer todas as condições necessárias para a execução dos materiais;

10.4. Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos materiais contratados tais como horário e local de busca e entrega, bem como qualquer mudança no cronograma.

10.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.9. Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço;

12.10. O objeto do presente Contrato poderá sofrer alterações em suas quantidades, conforme previsto no artigo 65 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

12.11. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Contrato, instrumento equivalente ou Nota de Empenho.

12.12. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12.CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetivado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor do objeto do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e INSS e CND Trabalhista.

12.2. O pagamento será efetuado até 10(Dez) dias contados a partir da ordem de fornecimento e recebimento dos materiais e, em que será empenhado o valor e será pago através da Nota Fiscal de Serviço, emitida em nome da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, devidamente validada pelo sistema validador da receita estadual e devidamente atestada pelo fiscal deste contrato;

12.3 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelo serviço, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFE, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.8. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFE, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFE;

12.9. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1..3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4.Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.2.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14.CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

*14.1*As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos nesta Ata de Registro de Preço.

14.2É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Leinº 8.666/93.

15. CLAUSULA DECIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0362018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 25 de Março de 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME,

CNPJ sob o nº **22.579.608/0001-55, Insc. Estadual 13.584.755-9**

Representado pelo senhor Giovani Cruz Correa

RG: 25268236 SSP/MT e CPF: 052.388.671-31

SEM FEITO DE PUBLICAÇÃO CONTRAT0 101 2018

SEM FEITO DE PUBLICAÇÃO CONTRAT0 101 2018

PUBLICADO NO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2018 • JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO • ANO XIII | N° 3.116

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS E ASSISTÊNCIA FUNERAL INDIVIDUAL PARA ATENDER TODOS OS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4267/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 060/2019

Ementa: Designa servidor para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Administração, desta prefeitura dá outras providências,

Considerando a necessidade de que as atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Administração da prefeitura municipal não sofram solução de continuidade;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar o Secretário de Administração Sr. **ANTÔNIO GERALDO CONJIU** para responder cumulativamente pelas atividades da Secretaria de Infraestrutura e Transportes desta Prefeitura, no período de 01.03.2019 a 31.03.2019, visando que o Secretário José Gabriel Bueno Schmidt entrará de férias no período de 01.03.2019 a 31.03.2019.

Artigo 2º- Para o atendimento das necessidades da secretaria, o servidor ora designado poderá utilizar eventuais login(s) e senha(s) do(s) sistema(s) instalados no setor ou que atendam a citada secretaria.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data acima citada.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes- MT, 01 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 067/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PRÊMIO PECÚNIA DE SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT, E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 573/2008 especialmente nos artigos 108 XI e 136-A que cria e regulamenta a Licença Prêmio;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 111/1997 que dispõe sobe o Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Bandeirantes/MT e Lei nº 639/2009, 619/2009, 574/2008, que trata do Plano de Cargos e Carreiras e remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1107/2018, que trata da conversão em pecúnia da licença prêmio dosa servidores públicos da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

CONSIDERANDO, que a Lei nº 1107/2018, autoriza a conversão em pecúnia da licença prêmio para funcionários públicos da Prefeitura municipal de Nova Bandeirantes/MT, sendo que o "**Parágrafo Único***: a conversão em pecúnia, que trata o artigo 1º desta lei, ficara a opção, conveniência e oportunidade da administração publica municipal, sendo facultado ao servidor, o recebimento em pecúnia ou o gozo da licença. Art 2º - fia vedada a solicitação da conversão em pecúnia pelo servidor".*

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO aos servidores, licença prêmio convertida em pecúnia relativo, segue abaixo a relação;

910	ROBERTO LIMA DA SILVA	02 MESES	PERIODO 2008/2013
490	ILDALCI DOMINGOS DA SILVA	03 MESES	PERIODO 2008/2013
102	NELI NEIVERTH DA SILVA	01 MES	PERIODO 2008/2013

Artigo 2º- Fica concedido a conversão em pecúnia de todo o período da licença prêmio, acima descrito.

Artigo 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 07 DE MARÇO DE 2019

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 057/2019

SÚMULA: Dispõe sobre o empossamento da candidata aprovado/classificado pelo concurso público nº 001/2016, pelo Convocação, para o cargo que especifica, e dá outras providências

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos dispostos do artigo 5º, § Único da Lei Municipal nº 303/2003;

DECRETA:

Art. 1º- Fica empossado a partir do dia 01 de março de 2019, em caráter probatório, os (as) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no concurso público 001/2016, para o respectivo cargo **AGENTE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL**), no termo ao disposto da Legislação pertinente em vigor, o(a) Sr. Lotado(a) na SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES.-

ü **MARINALVA FERREIRA COSTA**

Artigo 2º- O empossamento de que trata este decreto, não necessita obrigatoriamente da presença do candidato empossado devidos as condições climáticas e que impossibilitam o tráfego em determinadas regiões do Município.

Artigo 3º- A posse e exercício do candidato nomeado sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos funcionários Públicos Municipais, Editais e Regulamento do concurso público, bem como as demais disposições legais pertinentes em vigor.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 DE MARÇO DE 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 074/2019

Ementa: Dispõe sobre a licença maternidade, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE no período de 16/03/2019 A 14/07/2019, a servidora Srª **SILMARA DE FATIMA MARTINS SALAPATA,** CONFORME O Estatuto LEI nº 111/1997, conforme o atestado médico, Dr. LEONARDO LINCOLN, CRM/MT 4912, RQN-3600.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 18 DE MARÇO DE 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 082/2019

Ementa: Concedido Sobre Ferias e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO férias aos servidores abaixo relacionados, amparado pela Lei 594/2008," *Subseção VII _Do Adicional de Férias_* ***Art. 99*** *Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.* ***Parágrafo único.*** *No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo".*

FÉRIAS A PARTIR

ü Rosana Grava Luppi_01/04/2019 a 30/04/2019

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 25 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 072/2019

Ementa: Dispõe sobre a licença maternidade, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE no período de 14/03/2019 A 12/07/2019, a servidora Srª **THAIZ DE ASSIS SOUZA DA SILVA,** CONFORME O Estatuto LEI nº 111/1997, conforme o atestado médico, Dr. TANIA MARA REIS, CRM/MT 9985.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 14 DE MARÇO DE 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 056/2019

Ementa: Dispõe sobre a licença maternidade, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE no período de 10/03/2019 A 08/07/2019, a servidora Srª **ANGELICA ANACLETO DE MELO CORREIA,** CONFORME O Estatuto LEI nº 111/1997, conforme o atestado médico, Dr. MARCELO VINICIUS DE MIRANDA, CRM/MT 3335.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 10 DE MARÇO DE 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 059/2019

Ementa: Concedido Sobre Ferias e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO férias aos servidores abaixo relacionados, amparado pela Lei 594/2008," *Subseção VII _Do Adicional de Férias_* ***Art. 99*** *Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.* ***Parágrafo único.*** *No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo".*

FÉRIAS A PARTIR

ü Sonia Regina Ferreira_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Carlos Cesar De Oliveira-01/03/2019 A 31/03/2019

ü Adriana De Souza Araujo_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Wilson Rodrigues Araujo_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Danilo Roque De Jesus_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Silvane Brumati_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Maria Angelita Bucmann_18/03/2019 a 18/04/2019

ü Antonio Francisco da Silva_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Roseni Gomes do Nascimento_07/04/2019 a 07/08/2019

ü Marilda Mrques_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Cenira dos Santos_01/04/2019 a 30/04/2019

ü Valdecir Mendes Barranco_01/03/2019 a 31/03/2019

ü Ellen Doane Teodoro Luiz_01/04/2019 a 30/04/2019

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 054/2019

SÚMULA: Dispõe sobre o empossamento da candidata aprovado/classificado pelo concurso público nº 001/2016, pelo Convocação, para o cargo que especifica, e dá outras providências

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos dispostos do artigo 5º, § Único da Lei Municipal nº 303/2003;

DECRETA:

Art. 1º- Fica empossado a partir do dia 01 de março de 2019, em caráter probatório, os (as) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no concurso público 001/2016, para o respectivo cargo **AGENTE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL**), no termo ao disposto da Legislação pertinente em vigor, o(a) Sr. Lotado(a) na SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES.

ü **ALFEU ALVES DE OLIVEIRA**

Artigo 2º- O empossamento de que trata este decreto, não necessita obrigatoriamente da presença do candidato empossado devidos as condições climáticas e que impossibilitam o tráfego em determinadas regiões do Município.

Artigo 3º- A posse e exercício do candidato nomeado sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos funcionários Públicos Municipais, Editais e Regulamento do concurso público, bem como as demais disposições legais pertinentes em vigor.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 DE MARÇO DE 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 062/2019

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a **NOMEAR**, para o cargo de **COORDENADOR DE PROGRAMAS**, o servidor **Sr JADERSON ALEX DO NASCIMENTO OLIVEIRA NUNES a** partir da data de 13/03/2019, lotado na Secretaria de Desporto e Lazer, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 13 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 059/2019

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a EXONERAR, do cargo de **GESTOR DE CONVENIOS**, a servidora nomeada Srª **ARIADI MICHELLI SOUZA DA CRUZ,** a partir da data de 31/03/2019, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 07 DE MARÇO DE 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 057/2019

Ementa: Dispõe sobre a rescisão dos servidores públicos, e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Autoriza o Departamento de Recursos Humanos, efetuar as rescisões dos

Servidores abaixo relacionados:

ü Contrato nº 191/2018, a partir do dia 07/03/2019, do Sr. **MARCOS ROGERIO DA SILVA ASSIS.** ü Contrato nº 217/2018, a partir do dia 31/03/2019, do Sr. **ADEMIR APARECIDO BARBOSA.** ü Contrato nº 199/2018, a partir do dia 07/03/2019, do Sr. **CLEVERSON LIMA DA SILVA.** ü Contrato nº 222/2018, a partir do dia 15.03.2019, da Sr.ª. **SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA.** ü Contrato nº 208/2018, a partir do dia 31.03.2019,do Sr. **EDSON FERREIRA**.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 01 DE MARÇO de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 58/2019

Ementa: Concedido licença prêmio e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO LICENÇA PREMIO aos servidores abaixo relacionados; amparado pela lei Nº 573/2008, "*Seção XII, Da Licença Prêmio por Assiduidade, Art. 136.A. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo no serviço público municipal o servidor fará jus a (03) três meses de licença a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cardo efetivo"*.

ü JOSUE GOMES BORGES_ 06/03/2019 A 04/06/2019. ü EDILEUZA MARCOLINO_01/03/2019 A 31/03/2019.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 65/2019

Ementa: Dispõe sobre a licença especial para servidor e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Autoriza o departamento de Recursos Humanos a conceder Licença Especial sem remuneração a servidora srª. **HOZINETE SANTOS SILVA**, a partir do dia 06/03/2019 A 05/03/2021 a pedido da mesma.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima citado.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 08 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 081/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor **ROGERIO ADILSON FAGUNDES**, servidor nomeado no cargo de *chefe depto de ind.com.turismo*, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 038/2019, tendo como objeto: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de sinal de internet banda larga, em atendimento a Praça Publica e UBS, situado na Comunidade Paraíso do Norte, Distrito de Japuranã, Município de Nova Bandeirantes - MT.**

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 25 de março de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 73/2019

Ementa: Dispõe sobre cancelamento da licença saúde, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica cancelado a licença saúde do servidor Sr **VALDECIR MENDES BARRANCO,** a partir do dia 01/03/2019.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 18 de março de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 142/2019/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2018 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Sonia Maria de Lima	310	Professor III - Pedagogia

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 142/2019/GP/PMNG

1ª fase :Apresentação de documentos

Cópia e Original para Autenticação

a) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como das Polícias Civil e Federal;

q) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

u) Cópia do comprovante de Abertura de conta salário no Sicredi com titularidade do servidor.

v) Cópia do CPF do Cônjuge

x) Cópia do CPF dos Dependentes

Y) Cópia do CPF ou declaração que conste nº do CPF de pai e mãe ou ainda Declaração caso já seja falecido.

2ª Fase - Exame médico Pré-Admissional, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado: -Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**.

ADMINISTRATIVO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2019

Objeto	Aquisição de material para construção de uma cobertura em telha de aço galvanizado com estrutura metálica nas dependências do palco localizado na Praça Central do município de Nova Guarita.
Favorecido	CENTROAÇO INDUSTRIA E COMERCIO DE AÇO LTDA - CNPJ Nº. 12.027.138/0001-63
Prazo de execução	30 (trinta) dias.
Valor global	R$ 26.128,33 (vinte e seis mil, cento e vinte e oito reais e trinta e três centavos).
Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso V, da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação nº 006/2019 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 25 de março de 2019.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins e a quem de direito interessar possa que publicamos a convocação do (a) candidato (a) **Jorge Augusto Gamarra Pereira** no diário Oficial dos Municípios nº 3.172, nos murais oficiais do município, comunicamos via telefone e e-mail, o(a) candidato (a) não compareceu dentro do prazo previsto na Portaria de convocação nº 104/2019/GP/PMNG para apresentação da documentação necessária para a posse.

Nova Guarita - MT, 25 de março de 2019.

Idianês Teresinha Machado

Chefe de RH

ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO DESISTÊNCIA

CERTIFICO para os devidos fins e a quem de direito interessar possa que candidato (a) **Debora dos Santos Kiessler** encaminhou via email a Declaração de desistência da vaga de Professor IV – Licenciatura Plena em Educação Física da qual a candidata foi aprovada no concurso público 001/2018.

Nova Guarita - MT, 25 de março de 2019.

Idianês Teresinha Machado

Chefe de RH

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
***** ERRATA CONTRATO Nº 001/2019*****

***** ERRATA CONTRATO Nº 001/2019*****

Em razão de erro de digitação contido no Contrato nº 001/2019, de 11 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre contratação de empresa da área de saúde para prestação de **serviços de perícia médica** da Previdência Social do Município de Nova Lacerda - NOVA-PREV faz-se retificação do referido Contrato, de acordo com o que segue:

Onde se lê:

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos nº 001-2019.

Leia-se:

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos nº 002-2019.

Gabinete do Prefeito de Nova Lacerda, 15 de março de 2019.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 062/2019

PORTARIA Nº 062/2019

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de

Contratos firmados junto à Previdência

Social dos Servidores de Nova Lacerda – MT"

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a necessidade da instituição de nomear um Fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao NOVA-PREV, conforme determinações legais da Lei nº 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1º Designar a servidora Daniele Menezes Souza, brasileira, casada, CPF 017.717.511-77, para acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 001/2019 de Prestação de Serviços Técnicos firmado com a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA e Contrato nº 002/2019, firmado com a empresa SOT – SERVIÇOS DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA A. L. SOUZA & CIA LTDA.

Artigo 2º O objeto do contrato nº 001/2019 com a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA é a prestação de serviços técnicos especializados, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social contratante e o Contrato nº 002/2019, tem como objeto a contratação de empresa da área de saúde para prestação de serviços de perícia médica das demandas de saúde ocupacional do Fundo Municipal de Previdência Social – Nova-Prev.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 024/2019 de 29 de janeiro de 2019.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Nova Lacerda – MT, 15/03/2019.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2019RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Marilândia-MT, Sr. Manoel Fernandes da Silva Neto, tendo em vista a justificativa apresentada pela Procuradoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa: MARCILENE PINHEIRO DE MENEZES, com o valor de R$ 402,00 (quatrocentos e dois reais), para contratação de prestação de serviços no conserto da porta do gabinete, para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Marilândia-MT, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Nova Marilândia - MT, 25 de Março de 2019.

Manoel Fernandes da Silva Neto

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 027/2016

8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 027/2016 – ASS- 21/03/2019 –Vcto 30/06/2019- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA Contratado (a): **PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI-ME –** OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS NO COMPLEXO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA/MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 792393/2013- MINISTÉRIO DO TURISMO/ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PROCESSO Nº 2628.1009658-09/2013.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 25 DE MARÇO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010/2019

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010/2019 – ASS- 04/03/2019 –Vcto 12/04/2019- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO Contratado (a): **ANTONIO CID GOMES ARAGÃO –** OBJ: INSTALAÇÃO DE CALHAS E PINGADEIRAS NA CRECHE MUNICIPAL TIA ELIZA NO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

NOVA MARILANDIA – MT EM 25 DE MARÇO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS E CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT. JUVENAL ALEXANDRE DA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS E CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, EM ESPECIAL AS CONSTANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS,

TORNA PÚBLICO E CONVOCA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados em **EDITAL Nº 01/2018 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Nova Marilândia-MT, constantes da relação abaixo discriminada, para comparecerem perante a Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, situada à Av. Tiradentes, nº 211 N, Centro, nesta mesma cidade, **no prazo de 15 (QUINZE)** dias, contados do dia 25de MARÇO de 2019 , de segunda a sexta- feira, das 07:00 as 13:00 horas, para o fim de apresentarem os documentos necessários e exigidos para a posse, observando-se o disposto neste ato instrumental convocatório, sob as penas da lei.

§ 1º - A seguir a **RELAÇÃO DE DOCUMENTOS** (original e cópia), a serem apresentados, necessários ao cadastramento de pessoal e obrigatório para a posse, de acordo com o art. 2.1 do**EDITAL Nº 001/2018 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO** a saber:

a) RG e CPF/MF; b) Certidão de Nascimento ou Casamento; c) Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais; d) Carteira de reservista, se do sexo masculino; e) Comprovante de endereço atual; f) Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado; g) Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP; h) Certidão de nascimento de filhos menores; i) Atestado de vacinação dos filhos menores de cinco anos de idade; j) Atestado escolar para filhos com idade igual ou maior de 7 anos; k) Declaração de bens e valores; l) Declaração de que não exerce outro cargo ou função pública; m) Atestados de Sanidade Física e Mental; n) Certidão Negativa de Tributo Municipal; o) Todos os documentos deverão ser apresentados, junto ao departamento de Recursos Humanos, em via única autenticada em cartório, exceto se acompanhados do original, para que o servidor responsável o analise e autentique. p) Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade e os demais requisitos específicos de habilitação legal, exigidos para o exercício da função q) Comprovar outros requisitos, que sejam essenciais ao exercício da função pretendida, objeto deste Processo Seletivo.

.

§ 2º - A não apresentação dos documentos enumerados no parágrafo anterior, no prazo acima estipulado, acarretará a perda do direito e a consequente convocação do candidato subsequente, ficando os convocados desde já notificados.

§ 3º - **ANEXO ÚNICO – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS**:

Cargo: 002 - Agente Comunitário de Saúde-Assentamento Pompeia			
0000000099	VANUSA CARAFINI DA SILVA	01/06/1991	CL

Cargo: 006 - Monitor de Ônibus-Assentamento Pompeia			
0000000038	LENICE FERREIRA MARTINS SOUTO	15/02/1965	RN

Art. 2º - A nomeação para o cargo obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos habilitados, de acordo com as necessidades da administração pública municipal.

Art. 3º - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse, mesmo excepcionalmente, não poderá dar-se mediante procuração.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º - A posse ocorrerá mediante apresentação de todos os documentos acima citado.

Art. 4º - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em Lei ou Regulamentos específicos, para a investidura no cargo.

Art. 5º - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo para o qual o servidor for nomeado.

Parágrafo único - Apresentada a documentação necessária e preenchidos os requisitos para a investidura no cargo, os convocados tomarão posse no prazo estabelecido neste Edital.

Art. 6º - Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento ou ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma, para conhecimento de todos.

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3352-1122, ou pessoalmente junto à Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 25 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial Nº. 07/2019

Processo Administrativo 1252/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, localizada na Av. Mato Grosso, nº. 51, Centro, através de seu Pregoeiro Oficial Johnny Bernatzky, designado pelo Decreto nº. 007/2019 de 21 de Janeiro de 2019, comunica aos interessados, que foi **PRORROGADO** a data da sessão de abertura e julgamento de propostas e documentos para a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº. 07/2019**, Processo Administrativo 1252/2019, que tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E HOSPEDAGENS Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/MT PARA UM PERIODO DE 12 MESES CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO*****,** para o dia **05/04/2019 às 08:00 horas –** horário local, mantendo-se todos os demais dispositivos contidos no edital.

Motivo da prorrogação: Licitação Deserta no dia 25/03/2019 ás 08:00 horas.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2019 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde, 25 de Março de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial

Decreto 007/2019

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de **Pedra brita "0" e "2", sem frete,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Nova Nazaré-MT
Favorecido	**Mineração Serra Dourada Ltda,** inscrita no CNPJ nº **05.520.594/0001-85**,com sede na ROD MT 326 - KM 65, Estrada de cocalinho, no município de Cocalinho-MT
Prazo de Vigência	60 (sessenta) dias.
Valor global	**R$ 33.344,90**
Fundamento Legal	art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, corrigida e atualizada pela Lei Municipal 504/2017
Justificativa	Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 014/2019.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Nova Nazaré – MT, 22 de Março de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº. 1907/2019

DATA: 07/03/2019

SÚMULA: *Dispõe sobre a concessão de férias ao Servidor Antonielson Rodrigues de Sousa Junior.*

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal

D

E

C

R

E

T

A

Art. 1° - Conceder férias ao Servidor **ANTONIELSON RODRIGUES DE SOUSA JUNIOR,** Matrícula 9075, Contador da Prefeitura Municipal, no período de 29 de Abril de 2019 a 10 de Maio de 2019 (12 dias), período aquisitivo de 24 de Fevereiro de 2016 a 23 de Fevereiro de 2017.

Art. 2° - Fica Autorizado o departamento de informática a suspender o acesso ao sistemas de informação da prefeitura durante o período de gozo.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Nova Nazaré/MT, 07 de março de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DELICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 57/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação na Modalidade CARTA CONVITE Nº 001/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL , tendo como objeto a OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA SHOW PARA APRESENTAÇÃO NO CARNAVAL DE NOVA OLIMPIA-MT NOS DIAS 2 e 4 DE MARÇO DE 2019**. FOI CANCELADA** conforme despacho revogatório constante nos autos do processo administrativo nº 036/2019/PMNO.

Nova Olímpia/MT, 26 de janeiro de 2019

Karem Maria Soares Barbosa

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 112/2019

Dispõe sobre a Concessão de Licença Prêmio por Assiduidade aos profissionais que menciona.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção VI, da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade ao profissional que menciona da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Laser, abaixo relacionado, a partir desta data.

Período aquisitivo 21/10/2013 a 21/10/2018.

I – Para ser gozada no período de 26/03/2019 até 25/04/2019.

01 – VANDEIR ADAMI.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 25 de março de 2019.

Terezinha Guedes Carrara

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 25/03/2019 à 25/04/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2.019

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2.019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar CONCORRÊNCIA PÚBLICA - objeto: **CONCESSÃO DE USO, ONEROSA, DE 1 (UM) ESPAÇO, SITUADO NA PRAÇA SUZANETE FERREIRA DA SILVA, SETOR XAVANTINA NOVA XAVANTINA - MT, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA CASA DE VIDRO.** Data de abertura dos envelopes: 26/04/2.019, às 09h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com.

Nova Xavantina – MT, 25 de março de 2.019.

JUSCELINO DA ROCHA REIS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 012/2.018

COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 012/2.018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e o Senhor **LUZIANO PEREIRA NOVAES**, inscrito no CPF n° 247.213.361-87, resolvem alterar os valores do Contrato **N° 012/2.018,** Atualizar em 3,89% (três e oitenta e nove por cento), passando o valor licitado de R$ R$ **531,10 (quinhentos e trinta e um reais e dez centavos)**, por mês, para R$ 551,76 (Quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos) por mês,conforme **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2.018**, com fundamento no artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93;

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2.018

COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2.018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e o Senhor **DEUZIMAR LEITE SOARES**, inscrito no CPF n° **015.271.481-22**, resolvem alterar os valores do Contrato **N° 009/2.018,** Atualizar em 3,89% (três e oitenta e nove por cento), passando o valor licitado de R$ R$ **637,54 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)** por mês, para R$ 662,34 (seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos) por mês,conforme **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2.018**, com fundamento no artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93;

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 008/2.018

COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 008/2.018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e o Senhor **LEDIO ALVES DINIZ**, inscrito no CPF n° **131.369.091-00**, resolvem alterar os valores do Contrato **N° 008/2.018,** Atualizando em 3,89% (três e oitenta e nove por cento), passando o valor licitado de R$ 1.685,86 (mil seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) por mês, para R$ 1.751,44 (mil setecentos e cinqüenta e um reais e quarenta e quatro centavos) por mês,conforme **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2.018**, com fundamento no artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93;

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018

3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018

O Município de Nova Xavantina **CONVOCA** candidato classificado em razão da desistência do candidato Romeu Albano Kasper, referente ao Processo Seletivo Público **02/2018,**para comparecer no **prazo 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste edital**, na Sede da Prefeitura Municipal na Gerência de Gestão de Pessoas, apresentando os documentos de habilitação, conforme determina o Edital de Processo Seletivo Público **02/2018**.

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - UBS 05	
Ordem	**Nome**
04	PAULO HENRIQUE FERNANDES PEREIRA

Informamos que o candidato que não tiver interesse em assumir a vaga compareça na Gerência de Gestão de Pessoas para assinar o termo de desistência.

Será considerado desistente e perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina-mt, 21 de março de 2019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 06/2019.

Edital de Notificação n.º 06/2019.

O Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Saúde – Divisão de Vigilância Sanitária, com sede na Avenida Mestre Venâncio de Oliveira, n.º 280 – setor Xavantina, Nova Xavantina – MT, nos termos do art. 2º da Lei Municipal 1.992 de 20 de Março de 2017; art. 1º inciso e art. 5º inciso IV da Lei Municipal 1896 de 09 de Dezembro de 2015 (Código Sanitário Municipal) e demais legislação que trata da matéria, NOTIFICA o(a)s proprietário(a)s dos imóveis abaixo discriminados, para proceder no prazo de 10 (dez) dias a limpeza (bem como a retirada de todo lixo provido da limpeza), manutenção e conservação dos lote(s)/imóvel(is):

Nome proprietário	Descrição imóvel	Situação Imóvel	Nº Auto Termo de Notificação
Iotair Cordeiro da Silva	Rua Solimões, Setor 09, Quadra 184, lote 07	Lote sujo com vegetação alta	01930
Abdelhalim Muad a. Ayyud	Avenida Amazonas, Setor 09, Quadra 168, lotes 11 e 12	Lote sujo com vegetação alta	01935
Delicio Alves de Freitas	Avenida Couto Magalhães, Setor 02, Quadra 168, Lote 02	Lote sujo com vegetação alta	01936
Hilda Bueno de Freitas	Avenida Couto Magalhães, Setor 02, Quadra 168, Lote 04	Lote sujo com vegetação alta	01938

Decorridos o prazo de 10 (dez) dias, sem a adoção das medidas saneadora por parte do proprietário(a) do imóvel e/ou a reincidência, o Município de Nova Xavantina – MT, com ônus para o proprietário(a), adotará às providências com vistas à limpeza do imóvel e aplicará às sanções previstas em lei, sem prejuízo das demais penalidades.

Nova Xavantina – MT, 22 de março de 2019.

Bruna Ferreira da Silva

Fiscal Sanitário

Port.4882/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 011/2.018

COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 011/2.018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e o Senhor **RENE ANTONIO NUSSIO JUNIOR**, inscrito no CPF n° 550.255.951-34, resolvem alterar os valores do Contrato **N° 011/2.018,** Atualizar em 3,89% (três e oitenta e nove por cento), passando o valor licitado de R$ R$ **918,44 (novecentos e dezoito e quarenta e quatro reais)**, por mês, para R$ 954,17 (novecentos e cinqüenta e quatro reais e dezessete centavos) por mês,conforme **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2.018**, com fundamento no artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93;

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 77/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora Sª **Fátima Rezende da Silva Santos,** brasileira, maior, portadora do RG: 1060806-0 SSP/MT e do CPF: nº 824.751.301-30, servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Zeladora,** referente ao período aquisitivo de 2018/2019 a partir de 20/03/2019 a 18/04/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 20 de Março de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º: 012/2019

Espécie: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: CARRENHO E PELEGRINO LTDA – ME ;

Representante Legal: EDSON PELEGRINO

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 de 21/06/93;

Objeto: Este contrato tem por objetivo prestação de serviços de Internet com acesso via radio e rede municipal de computadores, INTERNET, e canal de comunicações para interligação entre pontos remotos compostos: links de alta velocidade totalmente digital por radio, sem uso de linha telefônica ou par metálico,;acesso de alto desempenho de recepção e transmissão de dados ; acesso a todos as aplicações da internet, tais como WWW, chat, iphone,grupos de discussão alem de contas de E-mail gratuito; alta disponibilidade de 95%.

Valor Global: R$2.499,00(dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais);

Data assinatura: 20/02/2019.

Vigência: 01/03/2019 á31/12/2019.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Edson Pelegrino – Carrenho e Pelegrino LTDA_ ME.

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 78/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora Laudicéia Gomes Neves**,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1404924-4 SSP/MT e do CPF: nº 934.462.331-72 lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de **Zeladora,** referente ao período aquisitivo de 2018/2019 a partir do dia 25/03/2019 a 23/04/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 25 de Março de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º: 023/2019

Espécie: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: ALTAIR BARBOSA DA SILVA 95163395149;

Representante Legal: Altair Barbosa da Silva

Base Legal: Lei Municipal 1122/2015 de 04/12/15;

Objeto: Este contrato tem por objetivo a divulgação em áudio, texto e vídeo em mídias sociais, tais como, facebook, youtube, e whatsApp das ações do Executivo Municipal. Publicações e atualização do site oficial da prefeitura.

Valor Global: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

Data assinatura: 14/03/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Altair Barbosa da Silva o proprietário da empresa**.**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 024/2019

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTISTICOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: JORDANY PRODUÇOES & EVENTOS- JOCELIO GIORDANI -ME

Representante Legal: JOCELIO GIORDANI

Objetivo: prestação de serviços artísticos, banda, sonorização e iluminação de palco.

Vínculo Legal: Lei Federal n°8.666/93 de 21/06/93

Valor Global R$: 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)

Data assinatura: 18/03/2019

Vigência: Será condicionada na realização de show baile no dia 11 de maio de 2019.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e – Jocelio Giordani Representante legal da Jordany Produçoes & Eventos - ME.

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º: 011/2019

Espécie: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: CARRENHO E PELEGRINO LTDA – ME ;

Representante Legal: EDSON PELEGRINO

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 de 21/06/93;

Objeto: Este contrato tem por objetivo prestação de serviços de Internet com a disposição de 03 (três) pontos de Wireless (radio), com 01 (um) mega de velocidade de conexão para cada ponto, equipamentos de assistência técnica para o adequado funcionamento da internet

Valor Global: R$ 3.900,00(Três mil e novecentos reais);

Data assinatura: 20/02/2019.

Vigência: 01/03/2019 á31/12/2019.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Edson Pelegrino – Carrenho e Pelegrino LTDA_ ME.

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 116 DE 22 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA N° 116 DE 22 DE MARÇO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. ANA PAULA BASTO DA SILVA**, inscrita no CPF sob o número 013.534.521-90 e portadora do RG de número 170046351 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS E CONTROLE PATRIMONIAL cumulado com o cargo de Diretor de Departamento de Arquivo sem ônus**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 22 de março de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 118 DE 25 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 118 DE 25 DE MARÇO DE 2019

“ Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Gestor da Parceria Público Privado – PPP, e dá outras providências. ”

O Sr. **BARBOSA JOSIMAR MARQUES**, Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do município, e pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1737/2019 de 18 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Membros do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público Privadas, com a finalidade de elaborar e aprovar os editais, os contratos, seus aditamentos e suas prorrogações, e exercer as atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1737/2019.

Art.2º O Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público – Privadas será constituído de no mínimo 05 (cinco) membros, sendo do Poder Público, do Poder Legislativo e da Sociedade Civil organizada, conforme disposições abaixo relacionadas:

I – Secretário Municipal de Finanças: **JOSÉ GERALDO LOPES MARTINS, RG nº 84.780 SSP/MT, CPF: 487.687.581-20, PRESIDENTE;**

II – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças: **ROSIREI DE ALMEIDA DOS SANTOS, RG nº 1420060-7 SSP/MT, CPF/MF nº 942.083.441-72, MEMBRO;**

III - Representante da Secretaria Municipal de Transportes: **NABOR DOS REIS, RG nº 212.921 SSP/MT, CPF/MF Nº 208.564.901-72, MEMBRO;**

IV – Representante da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana: **ALESSANDRO MARCOS CAMPOS DE SOUZA, RG nº 235.384.09-4 SSP/MT, CPF/MF Nº 395.074.831-37, MEMBRO**;

V – Representante da Câmara Municipal de Paranatinga: **CICERO PEREIRA FILHO, RG nº 1385643-7 SSP/MT, CPF/MF Nº 930.368.331-53, MEMBRO**.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrarias.

Art. 4° – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, em 25 de março de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 117 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA N° 117 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, a servidoraa**Sra. LUCINEIA DA SILVA**, Matrícula 5670, portadora do RG sob o nº 14757443 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 973.989.261-20, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I "**, lotada na Secretaria Municipal de Obras a partir do dia 25 de março de 2019.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 114/2019 de 22 de março de 2019.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 25 de março de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 115 DE 22 DE MARÇO DE 2018.

PORTARIA N° 115 DE 22 DE MARÇO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXNONERAR** a **Sra. ALDENI PEREIRA DE OLIVEIRA**, portadora do RG sob o nº 1371979-3 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 909.361. 671-49, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS E CONTROLE PATRIMONIAL**, nos termos da Lei nº. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 22 de março de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1608/2019

DECRETO Nº 1608/2019

"**DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr. Josimar Marques Barbosa**, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 242, de 05 de março de 2007.

DECRETA:

Art. 1º.- O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Paranatinga-MT, fica assim constituído:

1- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

1.1- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: MARIA IVONE ARAÚJO RODRIGUES

Suplente: LEIDIANE BARBOSA PEREIRA

1.2-Representante da Secretária de Administração:

Titular: QUESIA MACHADODE FREITAS MARQUES

Suplente: JOSÉ SANTANA DE OLIVEIRA

1.3-Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: LAURA MARIA RODRIGUES NASCIMENTO

Suplente: ANA RITA FUCKS PREISCHARDT

1.4- Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: MARIA APARECIDA DE SOUZA

Suplente: EUZEBINA ALVES DE OLIVEIRA

1.5-Representantes da Secretaria Municipal de Finanças

Titular: DORIVAN LIMA RIBEIRO

Suplente: PAULO RICARDO SOUZA VIEIRA

2-REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS SOCIEDADE CIVIL:

2.1- Representante da Associação Espirita Paulo de Tarso:

Titular: KAREN JANNE SALES SANTOS

Suplente: ROSANA FORGIARINI

2.2- Representantes da Apae:

Titular: GERALDA POLICENO DA SILVA

Suplente: JAMILA PEREIRA DA SILVA

2.3-Representante da Igreja Batista de Paranatinga:

Titular: FRANCIELE CRISTIANE DE OLIVEIRA

Suplente: LIGIA SCWEIGERT

2.4-Representante do Rotary Club de Paranatinga:

Titular: LITON LANES PETRY

Suplente:EDSON HUGNEY FRANÇA GALINDO

2.5- Representante da Igreja Católica São Francisco Xavier, Pastoral da Criança:

Titular: LORI PUNDRICH FERREIRA

Suplente: NELCIENE ORGINA MOTA

Art. 2º.- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Municipal de Paranatinga – MT, 25 de março de 2019.

Josimar Marques Barbosa

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 010/2018

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta estado de Mato Grosso, através do seu do Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito, **RETIFICA A TERCEIRA ATA DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇO Nº 010/2018 E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 010/2018; Objeto:** A escolha das propostas mais vantajosas para a Construção de Campo de Futebol Society no Bairro Três Irmãos, conforme a proposta 0094/2018, processo nº 118298/2017 do Fundo de Desenvolvimento Desportivo – Funded – MT, do Governo do Estado, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo Especificações Técnicas, Planilha Consolidada, Especificação de Serviços e Material, Cronograma Físico Financeiro, Composição do BDI – ANEXOS.

ONDE – SE LÊ:

Valor da Proposta:

R$ 47.578,13 (quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta e oito reais e treze centavos).

LEIA – SE:

Valor da Proposta:

R$ 47.578,13 (quarenta e sete mil quinhentos e setenta e oito reais e treze centavos).

Pedra Preta - MT, 25 de Março de 2019.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

PORTARIA Nº 136/2019 - CANCELAMENTO DE INTEIRO TEOR A PORTARIA DE N.º 130/2019

PORTARIA Nº 136/2019. DE 25 DE MARÇO DE 2.019.

Dispõe sobre CANCELAMENTO de nomeação e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a notificação recomendatória nº 07/2019/CGM;

RESOLVE:

ART. 1º- Revogar de Inteiro Teor a Portaria de n.º 130/2019 de 14 de março de 2019, publicada no Diário Oficial Eletrônico Dos Municípios Do Estado De Mato Grosso – AMM, 19 março de 2.019, pagina 404, cancelando a nomeação do Sr. RONILDO JOSÉ PIRES DE SOUZA para o exercício do cargo de comissionado como Chefe de Cultura do Município de Pedra Preta – MT. **Tornando-a sem EFEITO**.

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 137/2019- CANCELAMENTO DE INTEIRO TEOR A PORTARIA DE N.º 132/2019

PORTARIA Nº 137/2019. DE 25 DE MARÇO DE 2.019.

Dispõe sobre CANCELAMENTO de nomeação e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a notificação recomendatória nº 07/2019/CGM;

RESOLVE:

ART. 1º- Revogar de Inteiro Teor a Portaria de n.º 132/2019 de 14 de março de 2019, publicada no Diário Oficial Eletrônico Dos Municípios Do Estado De Mato Grosso – AMM, 20 março de 2.019, pagina 294, cancelando a nomeação do Sr. GUSTAVO RIBEIRO SABINO para o exercício do cargo de comissionado como Coordenador do Departamento de Cultura do Município de Pedra Preta – MT. **Tornando-a sem EFEITO**.

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2.019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 010/2018	**DATA: 25/03/2019**
CONTRATADO: DVI CONSTRUTORA EIRELI –EPP	
OBJETO: escolha da proposta mais vantajosa para a realização de serviços de Construção de Campo de Futebol Society no Bairro Três Irmãos, conforme a proposta 0094/2018, processo nº 118298/2017 do Fundo de Desenvolvimento Desportivo – Funded – MT, do Governo do Estado, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo Especificações Técnicas, Planilha Consolidada, Especificação de Serviços e Material, Cronograma Físico Financeiro, Composição do BDI – ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital.	
R$ 47.578,13 (quarenta e sete mil quinhentos e setenta e oito reais e treze centavos).	**VIGÊNCIA: 25/09/2019**
DOTAÇÃO: 09.001.27.812.0035.1062.449051.0000	

PORTARIA Nº 135/2019 - EXONERAÇÃO A PEDIDO - TATIANE APARECIDA GREGORIO SILVA

PORTARIA Nº 135/2019. ***DE 25 DE MARÇO DE 2019.***

Dispõe sobre EXONERAÇÃO A PEDIDO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o pedido apresentado através do memorando nº 133/2019/SME, onde a então Servidora Pública Municipal solicita exoneração do cargo.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a **PEDIDO** a Servidora **TATIANE APARECIDA GREGORIO SILVA,** efetiva ocupante do cargo de PROFESSORA lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E CINCO DIAS MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 1.032/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.032, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

"Altera a Lei Municipal nº 882, de 26 de maio de 2014, que "Dispõe sobre a alienação de unidades imobiliárias e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º - Fica alterada a Lei Municipal nº 882, de 26 de maio de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar as unidades imobiliárias de propriedade do Município, localizadas:

I - No Loteamento "Cidade Peixoto de Azevedo", localizado no Bairro Centro Antigo;

II - Nos loteamentos públicos municipais, oriundos de regularização fundiária, localizados na zona urbana do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - A alienação será feita da seguinte forma:

I - alienação gratuita a pessoa natural que tenha ingressado na área antes de 11 de fevereiro de 2009, atendidas pelo beneficiário as seguintes condições:

a) possua renda familiar mensal inferior a 5 (cinco) salários mínimos;

b) ocupe a área de até 1.000m² (mil metros quadrados) sem oposição, pelo prazo ininterrupto de, no mínimo, 1 (um) ano, observadas, se houver, as dimensões de lotes fixadas na legislação municipal;

c) utilize o imóvel como única moradia ou como meio lícito de subsistência, exceto locação ou assemelhado; e

d) não seja proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano ou rural, condição atestada mediante declaração pessoal sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil;

II - alienação gratuita para órgãos e entidades da administração pública estadual e federal;

III - alienação onerosa, mediante venda direta pelo preço da avaliação do imóvel ao ocupante que não atenda aos dispostos nos incisos I e II.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de sucessão.

Art.3º - A Alienação, sob as formas previstas nos incisos I, II e III do artigo 2º, deverá ser precedida de avaliação realizada por comissão nomeada exclusivamente para atendimento da presente lei.

§1º - A avaliação prevista neste artigo deve ser realizada de acordo com:

I - Critérios específicos para fins de regularização e

II - Condições definidas em Decreto Municipal do Chefe do Executivo Municipal.

§2º - A avaliação terá por base inicial o valor venal do imóvel extraído da planta genérica do Município.

Art.4º - Em se tratando de alienação onerosa, o valor da avaliação do imóvel poderá ser pago da seguinte forma:

I - pagamento a vista com desconto de 20% (vinte por cento), desde que realizados durante os primeiros 06 (seis) meses de vigência da presente lei;

II - em até 12 (doze) parcelas iguais, acrescidas de correção monetária mensal e com a parcela no valor mínimo de R$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo único - A alienação onerosa só será efetivada com a quitação integral do valor da avaliação do imóvel.

Art.5º - Por força de Lei Municipal do Município de Colíder-MT., fica o imóvel urbano denominado "Loteamento Cidade Peixoto de Azevedo" incorporado ao patrimônio do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.6º - Os dispositivos da presente lei, aplicam-se exclusivamente às alienações relativas a regularização fundiária urbana das áreas constantes no artigo 1º da presente lei, no prazo de doze meses, a contar da publicação da presente lei.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário."

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Março de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.030/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.030, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º -Fica o Poder Executivo Municipal a firmar Convenio, nos termo da Lei 8.666/93 com o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT**, CNPJ nº 10.784.782/0001-50, podendo este, no uso de suas prerrogativas constantes na Lei nº 8.958/1994, se valor de sua Fundação de Apoio, a Fundação Uniselva, CNPJ nº 04.845.150/0001-57, registrada e credenciada no Ministério da Educação – MEC e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – MCTIC, para a gestão administrativa e financeira dos recursos aportados para a execução do Projeto intitulado " **Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil subsequente ao Nível Médio**", a ser desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do IFMT.

Art. 2º -Para custear as ações do Projeto, o Poder Executivo destinará o valor de R$ 272.172,14, a ser pago em 04 (quatro) parcelas, sendo:

I – 1ª parcela no valor de R$ 108.868,86 correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor total do curso deverá ser repassada à Fundação de Apoio Uniselva até 28/02/2019, para inicio do curso em abril/2019.

II – 2ª parcela no valor de 54.434,43, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do curso deverá ser repassada à Fundação de Apoio Uniselva após a integralização de 1/3 (um terço) das disciplinas do curso.

III – 3ª parcela no valor de R$ 54.434,43 correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do curso deverá ser repassada à Fundação de Apoio Uniselva após a integralização de 1/2 (um meio) das disciplinas do curso.

IV – 4ª parcela no valor de R$ 54.434,43, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do curso deverá ser repassada à Fundação de Apoio Uni-

selva após a integralização de 2/3 (dois terços) das disciplinas do curso. Cujo valor correrá a conta da Secretaria Municipal de Educação, Dotação Orçamentaria nº 102 – Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental – 25%.

Art. 3º - O Projeto visa o desenvolvimento de capacitações Técnicos em Desenvolvimento Infantil – TDI, propiciando ao Município de Peixoto de Azevedo, cujo prazo de execução previsto é de 02 (dois) anos.

Art. 4º - Os deveres e obrigações dos participantes serão delimitados na Minuta do Convenio editado a luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423/10, e será acompanhada de Plano de Trabalho aprovado, parte indissociável do Conveio.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Março de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 002/2019, o Sr. Mauricio Ferreira de Souza, Prefeito Municipal em exercício, RATIFICOU a Licitação em epígrafe, para a **"AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER DE FORMA EMERGENCIAL AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS."** da empresa **MAGALHÃES E NUNES LTDA - EPP - CNPJ nº 00.055.843/0001-95,** no valor total de **R$ 572.501,00 (Quinhentos e setenta e dois mil quinhentos e um reais).** Para atender as necessidades emergenciais das Secretarias Municipais de Peixoto de Azevedo-MT. Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993. Peixoto de Azevedo-MT, 25 de Março de 2019.

EDILAINE DE FÁTIMA BAGNARA GRANDINI

Presidente da CPL

LEI MUNICIPAL Nº 1.031/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.031, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

"Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Município de Peixoto de Azevedo/MT, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Peixoto de Azevedo, de sua Administração Direta e Indireta, autárquica e fundacional, o Programa de Parcerias Público - Privadas - PPP, destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a atividade de agentes do setor privado, os quais, na condição de parceiros da Administração Pública, venham a atuar no implemento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Município e ao bem estar coletivo.

Art. 2º A Parceria Público-Privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.978/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 11.079/2004, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 3º A PPP observará as seguintes diretrizes:

I - eficiência no cumprimento das finalidades do Programa, com estímulo à competitividade na prestação de serviços e à sustentabilidade econômica de cada empreendimento;

II - a necessidade de vantagem econômica e operacional da proposta para o Município e a melhoria da eficiência no emprego de recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta e indireta;

III - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos agentes privados incumbidos de sua execução;

IV - indelegabilidade das funções política, normativa, controladora, fiscalizadora do exercício do poder de polícia, de regulação e outras atividades exclusivas do poder público;

V - universalização do acesso a bens e serviços essenciais;

VI - transparência e publicidade dos procedimentos e decisões;

VII - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;

VIII - responsabilidade social e ambiental;

IX - repartição objetiva de risco entre as partes;

X - qualidade e continuidade na prestação dos serviços, objeto da parceria.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei são atividades de interesse público suscetíveis de delegação àquelas inerentes da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, tais como a gestão e prestação de serviços públicos, de obras públicas ou de bens públicos, para cuja efetivação existe interesse de colaboração da iniciativa privada.

Art. 4º Podem ser objeto de parceria público - privada:

I - a delegação, total ou parcial, da prestação ou exploração de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública;

II - o desempenho de atividade de competência da Administração Pública, precedido ou não de execução de obra pública;

III - a execução, a ampliação e a reforma de obra para a Administração Pública, bem como de bens ou equipamentos ou empreendimento público, terminais e vias públicas, incluídas as recebidas em delegação da União, ou de outro ente federado, conjugada à manutenção, exploração, ainda que sob regime de locação ou arrendamento, e à gestão destes, ainda que parcial, incluída a administração de recursos humanos, materiais e financeiros voltados para o uso público em geral;

IV - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Município, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão.

Art. 5º São instrumentos para a execução do Programa de Parcerias Público-Privadas:

I - a garantia à iniciativa privada do direito de propor à Administração Pública Municipal projetos de parcerias que compreendam a execução de atividades de interesse público mútuo, regulamentado por Decreto;

II - os projetos de financiamento privado e os planos de viabilidade econômica das parcerias;

III - os créditos e fundos orçamentários destinados ao apoio econômico-financeiro das parcerias;

IV - os contratos administrativos, os contratos privados, os convênios de cooperação, os consórcios públicos, os contratos de programa e os atos

unilaterais que possam ser firmados pela Administração Pública Municipal tendo como objeto a delegação à iniciativa privada da gestão e prestação de atividades de interesse público mútuo;

V - a criação de sociedade de propósito específico;

VI - a regulação administrativa e econômica de interesse público suscetíveis de parcerias.

Capítulo II

DO CONSELHO MUNICIPAL GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS

Art. 6º Fica criado o Conselho Gestor do Programa de PPP/Peixoto de Azevedo, órgão superior de caráter normativo e deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com competência para:

I - definir os serviços prioritários para execução no regime de parceria público - privada;

II - aprovar os projetos e deliberar sobre sua inclusão no Programa PPP/Peixoto de Azevedo;

III - disciplinar os procedimentos para elaboração desses contratos;

IV - autorizar a abertura de licitação e aprovar seu edital;

V - apreciar os relatórios de execução dos contratos, opinando sobre qualquer caso de alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação;

VI - deliberar sobre política tarifária, reajustes, conceitos, metodologias, equilíbrio econômico - financeiro e casos omissos próprios dos contratos vinculados ao Programa PPP/Peixoto de Azevedo;

VII - divulgar as ações realizadas anualmente do Programa PPP/Peixoto de Azevedo.

Art. 7º Compõem o Conselho Gestor do Programa PPP/Peixoto de Azevedo:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Mineração e Turismo;

V - 01 (um) representante do Poder Legislativo.

§ 1º Caberá ao Prefeito indicar, dentre os membros do Conselho, o Presidente.

§ 2º Os membros poderão ser substituídos por representantes, integrantes da Administração Pública Municipal, que sejam por eles indicados.

§ 3º Participarão das reuniões do Conselho Gestor, por convocação do seu Presidente, na condição de membros eventuais, com direito a voz e voto, os demais titulares das secretarias Municipais e entidades da Administração Indireta Municipal, conforme interesse direto em determinado projeto de parceria, justificado o vínculo temático entre o objeto deste e o respectivo campo funcional do participante.

§ 4º O Conselho Gestor contará com a assessoria técnica de servidores municipais, especialmente designados para essa função, que constituirão a unidade de PPP sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, podendo ainda contratar a prestação de serviços de consultores independentes.

Art. 8º O Regimento Interno do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público - Privadas será homologado por Decreto Municipal.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público - Privadas disporá sobre o seu funcionamento e indicará necessariamente a forma, os meios e os prazos de divulgação, recebimento e resposta de comentários, dúvidas ou críticas de todos os interessados.

§ 2º A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

Capítulo III

DO PROCESSO DE DELIBERAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 9º Os projetos de parcerias de que trata esta Lei serão aprovados mediante processo administrativo deliberativo prévio perante o Conselho Gestor do Programa PPP/Peixoto de Azevedo, que compreenderá as seguintes fases:

I - proposição dos projetos pelo parceiro privado ou sua apresentação pela própria Administração Municipal;

II - análise da viabilidade do projeto;

III - deliberação.

Art. 10 A proposição do projeto de Parceria deverá conter:

I - a indicação expressa do nome e das qualificações pessoais de seus proponentes;

II - a indicação dos autores do projeto;

III - especificações gerais sobre a viabilidade econômica, financeira e a importância social e política do projeto;

IV - análise dos riscos inerentes ao desenvolvimento do projeto e especificação de sua forma de divisão entre a Administração Pública Municipal e o proponente;

V - se o projeto envolver a realização de obra, os traços fundamentais do projeto básico;

VI - parecer jurídico sobre a viabilidade do projeto nos termos da legislação federal e municipal vigentes.

VII - todos os demais documentos que o proponente entender sejam fundamentais à deliberação sobre o projeto.

Parágrafo único. As determinações deste artigo aplicam-se tanto no caso do proponente ser representante de órgão, entidade ou agente da Administração Pública, como no caso do proponente pertencer à iniciativa privada.

Art. 11 Caberá ao Conselho Gestor do Programa PPP/Peixoto de Azevedo, consideradas as variáveis técnica, econômico-financeira, social e política do projeto, decidir sobre o pedido de sigilo do conteúdo de propostas de modo fundamentado.

Art. 12 Finalizado o procedimento, o Conselho Gestor do Programa PPP/Peixoto de Azevedo deliberará, por voto da maioria de seus membros, a aprovação do projeto, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade.

Art. 13 A relação de projetos inseridos no âmbito do Programa de Parcerias Público - Privadas por intermédio do Conselho Gestor será estabelecida anualmente e aprovada mediante Decreto Municipal, contendo as definições de seus objetivos e justificativas quanto à sua inclusão.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL GARANTIDOR DE PARCERIAS

Art. 14 Fica autorizada a criação do Fundo Municipal Garantidor dos Projetos de Parceria Público - Privada - FGPPP destinado a viabilizar e conferir sustentabilidade ao Programa PPP/Peixoto de Azevedo e a prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos municipais em virtude das parcerias de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O órgão gestor do FGPPP será a Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda.

Art. 15 O patrimônio do FGPPP será composto pelas seguintes fontes de recursos:

I - dotações orçamentárias específicas e créditos adicionais;

II - receitas patrimoniais decorrentes de:

a) produto de alienação de bens móveis e imóveis;

b) provenientes dos resultados das parcerias com o setor privado, seja qual for sua modalidade;

c) receitas extraorçamentárias.

III - transferências de ativos não financeiros;

IV - transferências de bens móveis e imóveis;

V - contribuições e doações de entidades públicas e privadas;

VI - rendimentos de aplicações no mercado financeiro;

VII - repasses da União e outros entes federados, mediante convênio ou consórcio;

VIII - ações de sociedade de economia mista municipal, excedentes ao necessário para manutenção do seu controle pelo Município, ou com outros direitos com o valor patrimonial;

IX - outros recursos a eles destinados compatíveis com a sua finalidade.

Parágrafo único. Fica autorizado a Administração Municipal dispor sobre os bens e direitos que venham a constituir o FGPPP podendo onerar, alienar, penhorar, afetar, permutar, transigir, prestar fiança, hipotecar, prestar garantia real ou outra modalidade de ajuste para fins de constituição de garantias de projetos de parceria público- privada.

Art. 16 A garantia do FGPPP será prestada nas seguintes modalidades:

I - fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

II - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do patrimônio do FGPPP, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;

III - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGPPP;

IV - alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGPPP ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;

V - outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;

VI - garantia real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGPPP.

Art. 17 O FGPPP poderá emprestar contra-garantias à seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos cotistas em contratos de parcerias público- privadas.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 Fica autorizada a Administração Pública Municipal firmar com outros entes públicos contratos administrativos, contratos privados, convênios de cooperação, consórcios públicos, contratos de programas e atos unilaterais com o objetivo de delegação da gestão e prestação de atividades de interesse público mútuo.

Art. 19 O conjunto das parcerias contratadas com base nesta Lei limita-se a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício, e as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes não poderá exceder a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Parágrafo único. Na aplicação do limite previsto no caput, serão computadas as despesas derivadas de contratos de parceria celebrados pela Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo respectivo ente.

Art. 20 As Parcerias Público-Privadas Municipais regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo das regras gerais previstas nas Leis Federal nº 11.079/2004 e na Estadual nº 9.641/2011, entre outras normas aplicáveis, sobretudo no que se refere às licitações e contratos.

Art. 21 O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Março de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 035/2019, torna público para conhecimento de todos os interessados a **SUSPENSÃO** de todo os atos do referido pregão 006/2019, do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS DO SERVIÇO DE SAÚDE DOS GRUPOS A, B e E, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme ofício 399/2019,do processo nº 10.446/2019 **Tribunal de Contas - MT**.

Poconé-MT, 25 de Março de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO CONTRATO N.º 002/2019 - PROCESSO DE COMPRA Nº 1429/2019

CONTRATO N.º 002/2019 - Processo de Compra nº 1429/2019

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI**

Objeto: Contratação da empresa CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI - EPP, para finalização da obra do PSF 120, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde

Dotação:

Sec. Municipal de Saúde	*070045*

Valor Global: R$ 58.001,18 (cinquenta e oito mil e um reais e dezoito centavos)

Período: 22 de março de 2019 a 22 de março de 2020.

Poconé, 22 de março de 2019

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 013/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 013/2018

Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Locador: **ANTONIO AVELINO PAES DE PROENÇA**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 - Fica estabelecido à prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de 03 de março de 2019 a 03 de outubro de 2019.

Poconé/MT, 28 de fevereiro de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 069/GP/2019

PORTARIA Nº 069/GP/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"Retifica termos da Portaria nº 026/GP/2017, de 17 de Janeiro de 2017. "

Gerson Rosa de Moraes, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a extinção de cargo através da Lei Municipal nº

915/2019 de 20 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar termos da Portaria nº 026/GP/2017, de 17 de Janeiro de 2017:

Onde se lê:

Art. 1º ... respondendo sem ônus como **Coordenador Municipal de Convênios** e **Gestor de Contratos**.

Leia-se:

Art. 1º ... respondendo sem ônus como **Gerente Municipal de Convênios** e **Gestor de Contratos**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 068/GP/2019

PORTARIA Nº 068/GP/2019 Em 25 de Março de 2019.

"Dispõe sobre designação do(a) Responsável Técnico(a) do Centro de Reabilitação de Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a **Sra. Thainara Almeida Faria,** Conselho de Fisioterapia-MT 220914-F,como **Responsável Técnica do Centro de Reabilitação de Pontal do Araguaia.**

Art. 2º. A Responsável Técnica designada no artigo anterior será responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de sua atividade praticar com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Art. 3º. *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 067/GP/2019

PORTARIA Nº 067/GP/2019 Em 25 de Março de 2019.

"Dispõe sobre designação do(a) Responsável Técnico(a) da Unidade de Saúde da Família Benjamin Correa de Miranda em Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a **Sra. Tatiane Peres Vilarinho,** CRM-MT 007233,como **Responsável Técnica daUnidade de Saúde da Família Benjamin Correa de Miranda em Pontal do Araguaia.**

Art. 2º. A Responsável Técnica designadono artigo anterior será responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de sua atividade praticar com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Art. 3º. *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 066/GP/2019

PORTARIA Nº 066/GP/2019 Em 25 de Março de 2019.

"Dispõe sobre designação do Responsável Técnico da Farmácia Básica de Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o **Sr. Clayton Chaves de Oliveira,** CRF-MT 2304,como **Responsável Técnico da Farmácia Básica de Pontal do Araguaia.**

Art. 2º. O Responsável Técnico designadono artigo anterior será responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de sua atividade praticar com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Art. 3º. *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 065/GP/2019

PORTARIA Nº 065/GP/2019 Em 25 de Março de 2019.

"Dispõe sobre designação do(a) Responsável Técnico(a) do Laboratório Municipal de Análise de Água para Consumo Humano em Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a **Sra. Samia Campos Marques,** CRF-MT 548700,como **Responsável Técnica do Laboratório Municipal de Análise de Água para Consumo Humano** em Pontal do Araguaia.

Art. 2º. A Responsável Técnica designadano artigo anterior será responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de sua atividade praticar com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Art. 3º. *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 064/GP/2019

PORTARIA Nº 064/GP/2019 Em 25 de Março de 2019.

"Dispõe sobre designação do Responsável Técnico do Laboratório Municipal de Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o **Sr. Luiz Carlos Damaso de Souza,** CRF-MT 401,como **Responsável Técnico do Laboratório Municipal de Pontal do Araguaia**.

Art. 2º. O Responsável Técnico designadono artigo anterior será responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de sua atividade praticar com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Art. 3º. - ***Esta Portaria entra em vigor na data*** de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 915/2019

LEI MUNICIPAL N.º 915/2019 DE 20 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe sobre a criação e extinção de cargos em comissão do Município e dá outras providências."

Gerson Rosa de Moraes, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada, na estrutura básica da Administração Municipal, instituída pela Lei Municipal nº 296/2001, os cargos comissionados abaixo especificados, vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Diretor de Trânsito Municipal

Coordenador de Educação de Trânsito

Parágrafo Único. A remuneração do Diretor de Trânsito Municipal e Coordenador de Educação de Trânsito será baseada no nível (CC-2).

Art. 2º - Compete a quem exercer o cargo de **Diretor de Trânsito Municipal** e **Coordenador de Educação de Trânsito** ora criados, as atribuições constantes na Lei Municipal nº 900/2018 de 10 de dezembro de 2018.

Art. 3º - Ficam extintos os seguintes Cargos de Provimentos em Comissão, da Administração Centralizada do Executivo Municipal de Pontal do Araguaia/MT:

- Coordenador Municipal de Assuntos Previdenciários;

- Coordenador Municipal de Convênios;

- Coordenador Municipal de Trânsito;

- Assessor do PROJOVEM;

- Chefe de Setor do PROJOVEM;

- Chefe de Setor de Programas Especiais;

- Chefe de Setor do PAIF;

- Chefe de Setor do PETI;

- Chefe de Setor Volante;

- Chefe de Seção – no serviço Público; e

- Chefe Unidade Municipal de Cadastro.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 20 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 070/GP/2019

PORTARIA Nº 070/GP/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"Retifica termos da Portaria nº 059/GP/2017, de 06 de Março de 2017. "

Gerson Rosa de Moraes, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a extinção de cargo através da Lei Municipal nº

915/2019 de 20 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar termos da Portaria nº 059/GP/2017, de 06 de Março de 2017:

Onde se lê:

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador Municipal de Trânsito e dá outras providências".

Art. 1º. ... para exercer o cargo comissionado de **Coordenador Municipal de Trânsito - CC-2,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 658/2013, de 05/02/2013.

Leia-se:

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Educação de Trânsito e dá outras providências".

Art. 1º. ... para exercer o cargo comissionado de **Coordenador de Educação de Trânsito - CC-2,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 915/2019, de 20/03/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 071/GP/2019

PORTARIA Nº 071/GP/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"Retifica termos da Portaria nº 047/GP/2019, de 25 de Fevereiro de 2019."

Gerson Rosa de Moraes, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a extinção de cargo através da Lei Municipal nº

915/2019 de 20 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar termos da Portaria nº 047/GP/2019, de 25 de Fevereiro de 2019:

Onde se lê:

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador (a) Municipal de Assuntos Previdenciários e dá outras providências".

Art. 1º. ... para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora Municipal de Assuntos Previdenciários, CC-2,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 658/2013 de 05/02/2013, respondendo também como **Diretora de Trânsito Municipal** de Pontal do Araguaia/MT, sem ônus.

Art. 2º. A Coordenadora nomeada no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Leia-se:

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Diretora de Trânsito Municipal e dá outras providências".

Art. 1º. ... para exercer o cargo comissionado de **Diretora de Trânsito Municipal - CC-2,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 915/2019, de 20/03/2019.

Art. 2º. A Diretora nomeada no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia, 25 de Março de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 001/2019 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PRO

ATA 001/2019

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezenove, nas dependências da Secretaria de Educação situada na Avenida Sebastião Pereira, esquina com a Rua Santa Inês, neste Município de Porto Alegre do Norte-MT, reuniram-se os membros do Conselho do FUNDEB, conforme solicitado através do Oficio Circular de nº 002/2019/SECEL/PAN/MT, para falarmos sobre as seguintes pautas: Apresentação da Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Substituição de Membros, Cronograma 2019 e Informes. Iniciou-se a reunião com a Presidente do Conselho Juliana Marcimiano Sotério, agradecendo a presença de todos e informou que há uma necessidade de reestruturar o Conselho e passa a fala para a Elenir Afonso a atual Secretária de Educação que a mesma informou que necessita da colaboração de todos e espera que possamos fazer um bom trabalho e sejamos atuantes, e tenhamos tempo para fazer a averiguação da prestação de contas antecipado para após realizar o parecer com todos os membros do conselho. A Conselheira Silvania perguntou sobre a conta da Educação, se está caindo o repasse do FUNDEB na mesma. A Elenir informou que já fez essa pergunta a UNDIME e eles responderam que vai ser depositado, mas essa demora é devido ser muitos municípios para o FNDE realizar essa demanda. A Elenir informou que o repasse de investimento dos 25% vai ser depositado na conta da Educação mensal, e isto é muito interessante para realizar o planejamento de compras. O Conselheiro Rafael perguntou a Secretária de Educação Elenir sobre a data base que a prefeitura vai fazer o reajuste do piso salarial da educação. A mesma informou que já conversou com o Prefeito Daniel e que o mesmo vai pagar e o mesmo comentou que o Governo do estado não pagou ainda, mas não definiu a data. A Conselheira Silvania falou que é necessário que a prefeitura mande o balancete com atencedência para que o conselho tenha tempo para analisar e após realizar o Parecer, pois o ano passado procurava o conselho somente para aprovar as contas, e ficou decidido por unanimidade que vai averiguar a prestação com o prazo permitido por Lei e com a apresentação pelo Contador. O Conselheiro Rafael disse que neste momento já temos que encaminhar um oficio para o Prefeito solicitando o pagamento do reajuste do piso salarial do magistério referente à data base de janeiro e também solicitar a folha de pagamento do mês de janeiro e fevereiro dos trabalhadores da educação para realizar a averiguação, assinado pelo presidente deste conselho. E ficou decidido que as reuniões serão em todas as terças feiras na primeira semana de cada mês durante o ano de 2019 as 10h00min e foi aprovado por unanimidade. E continuado, havendo a necessidade de substituição de membros, conforme a seguir e os mesmos já tomaram posse. E ficou a Professora Maria Zenaide de Araujo Silva inscrita no CPF nº 330.268.151-87 como Titular Representante dos Professores da Educação Básica substituindo a Juliana Marcimiano Sotério a qual pediu vacância da Prefeitura. E ficou a Professora Rita Pereira da Silva inscrita no CPF nº 555.210.881-72 como Suplente Representante dos Professores da Educação Básica substituindo a Rosana Oliveira Silva a qual pediu exoneração da prefeitura. E ficou a Juliana Marcimiano Sotério inscrita no CPF nº 007.867.041-10 como Titular Representante dos pais da Educação Básica Pública Municipal da Educação substituindo a Rosa Amélia Mendes de Oliveira por não ter mais filhos na rede municipal. E continuando ficou a Laiane Barros de Souza inscrita no CPF nº 038.786.251-03 como Suplente Representante da Secretaria Municipal de Educação substituindo a Elenir Afonso da silva, haja visto que a mesma assumiu o cargo de Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Lazer e não pode mais fazer parte do Conselho. E não havendo mais nada a relatar encerra-se esta reunião, lavrada por mim Maria Jose Leandro de Almeida Oliveira e segue assinada por todos os presentes:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 1023/2019 "INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL,

COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E D

DECRETO Nº. 1023/2019

13/03/2019

"INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB"

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, **Sr. DANIEL ROSA DO LAGO**, no uso de suas atribuições, legais, atendendo a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do **Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de Porto Alegre do Norte- MT** amparado pela Lei Municipal nº 493/2007 e Lei Municipal nº 588/2009 e terão mandato até o dia 25/08/2019, que segue listados abaixo:

Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (hum) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;

Titular: Elismar Vieira Amorim

CPF: 861.935.541-49

RG: 11462434 SJ/MT

Celular: 66 – 98404 1042

Endereço: Rua Pires de Campo, nº 40, Setor Buritis, nesta.

Suplente: Laiane Barros de Souza

CPF: 038.786.251-03

Celular: 66 – 98433 3696

Endereço: Avenida Betumarco São Pedro, nº 1234, Centro, nesta.

Titular: Fernanda Divina Soares

CPF: 009.735.311-69

RG: 4829192 DGPC/GO

Celular: 66 98447 5699

Endereço: Rua Santa Inês nº 859 Setor dos Esportes, nesta.

Suplente: Marcelo da Silva Piagem

CPF: 838.942.761-34

RG: 1146087

Celular: 98416 5469

Endereço: Avenida Sabino Brito, nº 469, Centro, nesta.

Representante dos Professores da Educação Básica

Titular: Maria Zenaide de Araujo Silva

CPF: 330.268.151-87

Celular: 66 – 984109896

Endereço: Avenida Sebastião Pereira nº 005, Setor Buritis, nesta.

Suplente: Rita Pereira da Silva

CPF: 555.210.881-72

Celular: 66 98416 4822

Endereço: Setor Três Dois Irmãos, nesta.

Representante dos Diretores das Escolas Municipais

Titular: Jair Dias Guimarães

CPF: 910.001.491-53

RG: 0701060-5 SSP/MT

Celular: 66 – 98401 3012

Endereço: Rua Mato Grosso, nº 243, Setor Tapirapé, nesta.

Suplente: Marcia Coelho de Matos

CPF: 837.046.711-34

RG: 1469730 SSP/DF

Celular: 66 – 98413 2369

Endereço: Rua das Palmeiras, nº 570, Setor dos Esportes, nesta.

Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Titular: Karina Leite da Cruz

CPF: 044.115.061-65

Celular: 66 – 98459 2470

Endereço: Avenida Primavera, s/nº, Setor Boa Esperança, nesta.

Suplente: Helena Pereira Guimarães

CPF: 017.317.659-32

RG: 818983 SSP/MT

Celular: 66 – 98457 6839

Endereço: Avenida Sabino Brito, nº 59, Setor Tapirapé, nesta.

Representante dos Pais da Educação Básica Pública Municipal

Titular: Maria Jose Leandro de Almeida Oliveira

CPF: 987.429.811-15

RG: 1523348-0 SSP/MT

Celular: 66 98418 4363

Endereço: Rua Campinas esq. com Avenida Brasil nº 1055 Setor dos Esportes, nesta

Suplente: Maria Aparecida Francisca dos Santos

CPF: 938.928.291-87

RG: 4116293 SSP/GO

Celular: 66 98443 6991

Endereço: Rua São Pedro, Centro, nesta.

Titular: Juliana Marcimiano Sotério

CPF: 007.867.041-10

RG: 44980225 SSP/GO

Celular: 66 – 98406 1726

Endereço: Avenida Brasil nº 611, Setor dos Esportes, nesta.

Suplente: Taynara Dias Lopes Teixeira

CPF: 050.941.051-08

RG: 2436463-0 SJSP/MT

Celular: 66 98418 6554

Endereço: Rua Ministro Alfredo Nasser, nº 441, APTO 04, Centro, nesta.

Representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 01 (hum) indicado pela entidade de estudantes secundaristas

Titular: Noé de Souza Rosa

CPF: 347.713.361-72

RG: 685783 SSP/MT

Celular: 66 98439 7081

Endereço: Avenida dos Esportes, Setor dos Esportes, nesta

Suplente: Ivanide Rodrigues de Souza

CPF: 330.267.341-87

RG: 2029066-7 SSP/GO

Celular: 66 98444 5902

Endereço: Avenida Sebastião Pereira, Setor Buritis, nesta

Titular: Átila Neves Solarevisky de Miranda

CPF: 702.119.671-73

RG: 5502435 SPTC/GO

Celular: 66 3569 1874

Endereço: Avenida dos Betomarco, Centro, nesta

Suplente: Natália Carneiro Aquino

CPF: 047.364.201-89

RG: 2394367-0 SSP/MT

Celular: 66 98431 5816

Endereço: Avenida Paraense, Setor Boa Esperança, nesta

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Rafael Tavares da Costa

CPF: 031.123.511-50

RG: 183.665-70 SSP/MT

Celular: 66 – 98413 2369

Endereço: Rua Bela Vista nº 290, Setor Centro, nesta

Suplente: Silvania Pereira Santos

CPF: 808.099.791-87

RG: 3128763929751 SSP/GO

Celular: 66 – 98448 4707

Endereço: Avenida Getúlio Vargas nº 944 Setor Buritis, nesta.

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Eva Santos Lima

CPF: 026.387.481-88

RG: 1720177-2 SSP/MT

Celular: 66 – 98400 4686

Endereço: Rua Santa Ines, nº 756, Centro, nesta.

Suplente: Lindinalva Abreu Santos

CPF: 043.815.331-60

RG: 2346916-1 SSP/MT

Celular: 66 – 98404 6516

Endereço: Avenida dos Esportes, nº 304, Setor dos Esportes, nesta.

Presidente: Juliana Marcimiano Sotério

Vice-Presidente: Jair Dias Guimarães

Secretário: Fernanda Divina Soares

Art. 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário **em especial o DECRETO Nº. 918/2017 de 25/08/2017 e DECRETO Nº. 953/2018 de 02/03/2018, conforme a Ata 001/2019 do Conselho onde ouve as substituições de membros e motivos.**

Gabinete do Prefeito, 13 de março de 2019.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 866/2019 CONTRATAÇÃO DE ADOLESCENTES APRENDIZES

LEI Nº 866/2019

11/03/2019

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADOLESCENTES APRENDIZES PELAS EMPRESAS VENCEDORAS DE LICITAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta exigirão das empresas vencedoras de licitação pública, para prestação de serviços ou execução de obras, cujos objetos sejam compatíveis com o processo de aprendizagem e profissionalização de adolescentes, a contratação de adolescentes, nos termos das Leis Federais nº 8.069/90 e 10. 097/00.

§ 1º. O número de adolescentes a serem admitidos pelas empresas vencedoras das licitações deverá ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do pessoal alocado para o cumprimento de cada contrato, além do previsto na Lei Federal nº 10.097/00, com suas alterações.

§ 2º. Deverá ser garantida a contratação de, pelo menos, 02 (dois) adolescentes por contrato, nos termos do caput deste artigo.

§ 3º. Serão observadas como critérios para a seleção dos adolescentes:

I – proximidade de sua residência com o local onde será prestado o serviço;

II – garantia de sua permanência escolar, sendo acesso e período compatíveis entre a jornada de trabalho e a escolar;

III – a empresa contratante poderá utilizar como critérios para a seleção o rendimento escolar dos alunos, comprovado mediante histórico e/ou declaração escolar.

Art. 2º. Os adolescentes deverão ter participação vinculada a entidades devidamente inscritas no Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Porto Alegre do Norte atendendo a Lei 10.097/2000.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Porto alegre do Norte – MT, em 11 de Março de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 868/2019 ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI Nº 868/2019

11/03/2019

SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

***DANIEL ROSA DO LAGO*,** Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Artigo 1 – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº **847/2018 – Orçamento Anual do Exercício 2019**, um Credito Adicional

Suplementar no valor de **R$ 757.679,30 (Setecentos e Cinqüenta Sete Mil, Seiscentos e Setenta Nove Reais e Trinta Centavos)** a ser consignado na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	06 – Secretaria de Agricultura e Comercio
Unid. Orçam.	002 – Dep. De Agricultura e Pecuária
Função	20 - Agricultura
Sub-Função	606 – Extensão Rural
Programa	0008 – Agricultura Familiar e Sustentabilidade
Proj. /Ativ.	1.084 – Conclusão, Reforma e Manut. do Parque de Exposição
Elemento	4.4.90.51.00.00.00 - Obras e Instalações
Valor R$	**757.679,30**
Fonte	**3.24**

Artigo 2 – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Superavit Financeiro, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 757.679,30 provenientes do Contrato de Repasse nº 809310/2014-MAPA**.

Artigo 3 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 831/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 - LDO, e na Lei Municipal nº. 805/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 4 – Esta Lei entrara em vigor na data da sua afixação, revogando as disposições em contrario.

Porto alegre do Norte – MT, em 21 de Março de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 867/2019 ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

LEI Nº 867/2019

SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

***DANIEL ROSA DO LAGO*,** Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulga a seguinte LEI:

Artigo 1 – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº **847/2018 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Especial no valor de **R$ 116.717,66 (Cento e Dezesseis Mil, Setecentos e Dezessete Reais, Sessenta e Seis Centavos)** a ser consignado na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	04 – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Unid. Orç.	004 – Departamento de Educação
Função	12 - Educação
Sub-Função	361 – Ensino Fundamental
Programa	0003 – Educar Mais
Proj. /Ativ.	1036 – Const. e refor. de Quadras Poliesportivas Escola 25
Elemento	4490510000 – Obras e Instalações
Valor R$	116.717,66
Fonte	1.22

Artigo 2 – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de Excesso de arrecadação por rubrica, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 116. 717,66,** conforme do Termo de Convênio nº 1808/2017-SEDUC/MT(valor originário R$ 430.000,00).

Artigo 3 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 831/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 - LDO, e na Lei Municipal nº. 805/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 4 – Esta Lei entrara em vigor na data da sua afixação, revogando as disposições em contrario.

Porto alegre do Norte – MT, em 21 de Março de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 008/2019. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 866/2019

EDITAL Nº 008/2019.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 11 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÃNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI 866/2019 – "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADOLESCENTES APRENDIZES PELAS EMPRESAS VENCEDORAS DE LICITAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"

A LEI 866/2019, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 009/2019. TORNA-SE PÚBLICO AS LEIS 867 E 868/2019

EDITAL Nº 009/2019.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 21 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÃNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO AS LEIS 867 E 868/2019 – Lei 867/2019 "**SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS", e Lei 868/2019** " SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

AS LEIS 867 E 868/2019, ficarão a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019 - EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO (LAMA ASFÁLTICA E TAPA BURACO).

Tomada de Preço nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, sob forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, Objetivando a Contratação de Pessoa Jurídica do Ramo para Execução de Obra de Conservação e Restauração de Pavimento (Lama Asfáltica e Tapa Buraco) no Município de Porto Estrela, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Básico Executivo, a abertura está marcada para o **dia 15/04/2019**, às 09h00 horas do horário local, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, o edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no *Site* Oficial (www.portoestrela.mt.gov.br) e na sede da Prefeitura, na Avenida Jose Antônio de Faria nº 2035, centro.

Danilo Prudente de Mello

Presidente Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE PENSÃO

PORTARIA N.º 668/2019 Poxoréu/MT, 20 de Março de 2019

"Dispõe sobre a retificação da portaria 637/2018, que concedeu o benefício de pensão por morte em favor da Sra. Eunilta Ferreira Gonçalves e Sra. Fernanda Gracielle Barbosa Lelis."

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1° - Retificar o artigo 1º da Portaria 637/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.1° - Conceder o benefício de **pensão por morte** em favor da **Sra. EUNILTA FERREIRA GONÇALVES**, portadora do RG. n.º 0566683-0 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 405.199.531-34 e Título Eleitoral de nº. 002197971899, zona "040", seção "0166" e **Sra. FERNANDA GRACIELLE BARBOSA LÉLIS**, portadora do RG n. 2707517-6 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 059.950.201-02, sendo sua representante legal sua mãe a **Sra. MARIA DA CONSEIÇÃO BARBOSA**, portadora do RG n.1024698-3 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n. 966.698.021-53, pelo falecimento do SERVIDOR INATIVO **Sr. SALVADOR LELIS GONÇALVES**, portador do RG n. 144.955 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n. 378.680.551-20 e Título Eleitoral n.004883111605, Zona "040", Seção "0109", com proventos rateados pelas dependentes da seguinte forma: para a Sra. Eunilta Ferreira Gonçalves, cônjuge do "de cujus" de f**orma vitalícia** o equivalente a 50% (cinquenta por cento) até futuro rateio quando poderá receber os proventos integrais e para a Sra. Fernanda Gracielle Barbosa Lelis, filha menor do "de cujus" o equivalente a 50% (cinquenta por cento), de f**orma temporária** até completar a maioridade, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI n. 2018.03.016.

Art. 2º **-** Os demais artigos e a fundamentação legal da citada portaria fica ratificada e inalterada.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu/MT, 20 de Março de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU** – Estado de Mato Grosso, senhor **Nelson Antônio Paim**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo e invocando os princípios da transparência e da publicidade, que regem a Administração Pública, **CONVOCA** toda a população poxorense e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, com fim lucrativo ou não, para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia **11/04/2019 [quinta-feira]**, a partir das 08:00 horas, no Ginásio de Esportes Cinquentão, com fulcro a prestar contas do 6.º Bimestre e do 3.º Quadrimestre do exercício de 2018.

Reforço a convocação ora realizada, ressaltando que o exercício da cidadania é o único caminho para melhorarmos nosso país!

Participe conosco! Venha ouvir as informações oficiais e trazer sua colaboração para a gestão.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 18 de março de 2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu/MT

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 01/2019

PORTARIA Nº 01/2019

Dispõe sobre designação para responder pelas Escolas Municipais Rurais e Indígenas .

A Secretária de Educação, Esporte e Lazer de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E:

Art.1 – Designar a Sra. Francielle Stefanny Leite Silva, para responder pelas Escolas Municipais Rurais e Indígenas a partir de 12/03/2019.

Art. 2 – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Poxoréu, 12 de março de 2019.

_____

Celestina Alves de Souza Neta

Secretária de Educação, Esporte e Lazer

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei n.º 1041/06, de 31/05/2006.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2019

REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2019

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 008/2014, de 24 de fevereiro de 2014 e Decreto Municipal n° 018 de 24/05/2018, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial tipo Registro de Preço para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, FILTROS PARA BEBEDOUROS, LOCAÇÃO DE TENDAS, TOALHAS DE MESA, CORTINAS, BANHEIROS QUÍMICOS E DECORAÇÃO EM EVENTOS, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT,**conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 09/04/2019, A PARTIR DAS 07h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 22 de março 2019.

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - TERMO DE CONVÊNIO N.º 003/2019

TERMO DE CONVÊNIO N.º 003/2019

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE POXORÉU/MT, CNPJ n.º 03.408.911/0001-40, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Nelson Antônio Paim.

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO PROJETO CASULO JÁCOMO, CNPJ n.º 02.459.175/0001-13, representado por sua Presidente Sra. Maria José Gonçalves de Oliveira.

OBJETO: "...a transferência de recursos financeiros pelo Município CONCEDENTE à Associação PROPONENTE para custear a perfuração de um poço artesiano na localidade onde está instalado o Projeto Casulo Jácomo, na zona rural, em Poxoréu/MT, visando fomentar a agricultura local".

VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Municipais n.º 1.959, 1.960 e 1.961, todas de 2019.

VALOR DO CONVÊNIO: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

NELSON ANTÔNIO PAIM – Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

MARIA JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA – CPF: 384.808.401-53, Representante legal da Associação Projeto Casulo Jácomo

Testemunhas:

Elenito da Silva – CPF: 873.576.581-04

José Nilton Pereira dos Santos – CPF: 764.371.241-72

Certifico que faço a publicação do presente extrato nesta data ante o fato de que o referido Termo me fora entregue hoje [25/3/2019] – Willian Xavier Soares – Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249/O – Matrícula n.º 2452

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL CNPJ: 01.367.788/0001-31

"Convoca a I Conferência

Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa".

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – Mato Grosso, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política do Idoso no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 28 de Março de 2019, tendo como tema central: "***"Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas".***

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – Mato Grosso, 25 de Março de 2019.

Tarcisio Ferrari

Prefeito Municipal

Liliane Ventura da Silva

"Convoca a I Conferência

Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa".

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – Mato Grosso, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política do Idoso no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 28 de Março de 2019, tendo como tema central: "***"Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas".***

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – Mato Grosso, 25 de Março de 2019.

Tarcisio Ferrari

Prefeito Municipal

Liliane Ventura da Silva

RECURSOS HUMANOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA DE Nº 038/2019 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DE RESERVA DO CABAÇAL/MT.

ONDE SE LE: Art. 1º - Instituir a estrutura e composição da COMISSÃO ORGANIZADORA da Conferência Municipal de Vigilância em Saúde de Reserva do Cabaçal -MT, conforme especificação na estrutura abaixo

PASSA A LER: Art. 1º - Instituir a estrutura e composição da COMISSÃO ORGANIZADORA da VI Conferência Municipal de Saúde de Reserva do Cabaçal -, conforme especificação na estrutura abaixo:

RESERVA DO CABAÇAL – MT, 25 DE Março 2019.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 69/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"CONCEDE ELEVAÇÃO DE CLASSE PARA SERVIDORES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 61/2010".

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º– Conceder elevação de CLASSE para Servidores desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, conforme relação abaixo:

JANE FARIA VANZZELLA- Classe B para Classe C Conclusão de Especialização.

JOSÉ CARLOS FELICIO - Classe B para Classe C Conclusão de Ensino Médio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 25 de Março de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-S

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

ATA DE REGISTRO N. 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 008/2019

PROCESSO DE COMPRA: 009/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

No dia quinze do mês de março do ano de 2019, compareceram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.113/0001-73, com sede administrativa localizada na Avenida Padre João Bosco, nº 2.067, Centro, CEP nº. 78.675-000, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira - MT, representado pela Prefeita Interina, a Srª Luzia Nunes Brandão, brasileira, casada, domiciliado nesta cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portadora da CI/RG nº 1059383-7 SJMT e inscrito no CPF sob o nº. 904.195.108-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2019, Processo Licitatório nº 009/2019, que selecionou as propostas mais vantajosas para a Administração Pública, objetivando **registrar preços para aquisições parceladas de Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RR-2C, Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RL-1C, Emulsão Asfáltica para Impermeabilização de Bases-EAI-IMPRIMAÇÃO, Pedra Britada Nº 1, Pedra Britada Nº 0 (Pedrisco) e Pó de Brita,** em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8. 666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº 1212/2011 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública, objetivando **registrar preços para aquisições parceladas de Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RR-2C, Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RL-1C, Emulsão Asfáltica para Impermeabilização de Bases-EAI-IMPRIMAÇÃO, Pedra Britada Nº 1, Pedra Britada Nº 0 (Pedrisco) e Pó de Brita.** Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

LOTE 02

ITEM	QDT	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Valor unitário
01	155	Ton.	Eventual aquisição de Pó de Brita, inclusive transporte.	108,00
02	430	Ton.	Eventual aquisição de Brita Nº0 (pedrisco), inclusive transporte.	120,00
03	870	Ton.	Eventual aquisição de Brita Nº1, inclusive transporte.	120,00

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos e devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de

fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no § 4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas “Órgão não-participante ou carona”.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem

mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no § 4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. Os objetos licitados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, deste município, conforme Autorização de Fornecimento.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ser inferior a 05 (cinco) dias corridos da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8. 666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ribeirão Cascalheira, 15 de março de 2019.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Interina

PEDREIRA SHALON LTDA

CNPJ: 20.739.103/0001-85

Empresa Detentora

ATA DE REGISTRO N. 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 007/2019

PROCESSO DE COMPRA: 009/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

No dia quinze do mês de março do ano de 2019, compareceram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.113/0001-73, com sede administrativa localizada na Avenida Padre João Bosco, nº 2.067, Centro, CEP nº. 78.675-000, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira - MT, representado pela Prefeita Interina, a Srª Luzia Nunes Brandão, brasileira, casada, domiciliado nesta cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portadora da CI/RG nº 1059383-7 SJMT e inscrito no CPF sob o nº. 904.195.108-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2019, Processo Licitatório nº 009/2019, que selecionou as propostas mais vantajosas para a Administração Pública, objetivando **registrar preços para aquisições parceladas de Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RR-2C, Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RL-1C, Emulsão Asfáltica para Impermeabilização de Bases-EAI-IMPRIMAÇÃO, Pedra Britada Nº 1, Pedra Britada Nº 0 (Pedrisco) e Pó de Brita,** em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8. 666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº 1212/2011 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública, objetivando **registrar preços para aquisições parceladas de Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RR-2C, Emulsão Asfáltica de Petróleo-EAP tipo RL-1C, Emulsão Asfáltica para Impermeabilização de Bases-EAI-IMPRIMAÇÃO, Pedra Britada Nº 1, Pedra Britada Nº 0 (Pedrisco) e Pó de Brita.** Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

LOTE 01

ITEM	QDT	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Valor unitário
01	120	Ton.	Eventual aquisição de Emulsão Asfáltica de ruptura rápida tipo RR-2C, inclusive transporte.	R$ 3. 699,00
02	15	Ton	Eventual aquisição de Emulsão Asfáltica de ruptura lenta tipo RL-1C, inclusive transporte.	R$ 3. 480,00
03	60	Ton	Eventual aquisição de Emulsão Asfáltica para Impermeabilização de Bases, dita como EAI-IMPRIMAÇÃO, incluindo transporte.	R$ 3. 899,00

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos e devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no § 4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas “Órgão não-participante ou carona”.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no § 4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. Os objetos licitados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, deste município, conforme Autorização de Fornecimento.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ser inferior a 05 (cinco) dias corridos da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8. 666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ribeirão Cascalheira, 15 de março de 2019.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Interina

ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI

CNPJ: 07.489.111/0001-52

Empresa Detentora

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI MUNICIPAL Nº 754 DE 25 DE MARÇO DE 2019 "AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT A PROCEDER A CEDÊNCIA, PERMUTA OU RECEBER SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI MUNICIPAL Nº 754 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT A PROCEDER A CEDÊNCIA, PERMUTA OU RECEBER SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE RIO BRANCO-MT, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Rio Branco-MT aprovou e eu, ANTONIO XAVIER DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. O Executivo Municipal de Rio Branco-MT poderá ceder servidores públicos municipais efetivos e estáveis, os quais prestaram concurso no município cedente, podendo também assumir cargo e função de confiança em outros Órgãos da Administração Municipal, bem como permutar ou receber servidores públicos efetivos e estáveis de outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 2º. Para a cedência o servidor deverá preencher os seguintes requisitos:

I – Ter concluído o período do Estágio Probatório e adquirido a Estabilidade Funcional; **II** – Não estar respondendo a qualquer forma de procedimento administrativo investigatório; **III** – Não haver sofrido penalidade administrativa de qualquer natureza ou lançamento pendente na dívida ativa; **IV** – Estar em dias com suas obrigações para com a Receita Municipal; **V** A permuta será concedida ao funcionário que exerça o mesmo cargo e a mesma função ao órgão que será indicado **VI** Para que ocorra a permuta, o funcionário devera ter o mesmo cargo e função, dispensando a habilitação especifica. **VII** O prazo limite será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por um 01(um) ano, desde que o processo não ultrapasse a legislatura para outra.

Art. 3°. A cedência de servidores nos moldes previstos nesta Lei dar-se-á, em regra, sem ônus ao Município cedente.

Parágrafo Único – Excepcionalmente poderá haver cedência de servidores a outros Órgãos Municipais, com ônus ao Município de Rio Branco-MT desde que haja relevante interesse público e justificativas plausíveis, hipótese esta, em que haverá a necessidade de Lei Municipal que a autorize especificamente.

Art. 4°. O Executivo Municipal não poderá ceder servidor quando sua ausência implicar na necessidade de nova contratação para suprir a vaga, ou mesmo, em quaisquer outros transtornos ou dificuldade ao andamento do serviço público.

Art. 5°. O Executivo Municipal de Rio Branco-MT poderá autorizar a permuta entre servidores públicos municipais efetivos e estáveis com outros Municípios.

Parágrafo Único – Somente poderá ser procedida a permuta prevista no "*caput"* deste artigo, entre servidores do mesmo cargo e função e após a comprovação do interesse a aceitação de ambos os Municípios permutantes.

Art. 6°. Para o deferimento de permuta entre municípios, os servidores deverão preencher os mesmos requisitos previstos no Artigo 2°, Incisos I, II, III IV, V, VI, VII desta Lei.

Art. 7°. Uma vez deferida a permuta, o servidor do Município de Rio Branco-MT, sujeitar-se-á a todas as regras do Município que o receber, assim como, deverá o servidor com ele permutado, sujeitar-se de igual forma as regras do Município de Rio Branco-MT.

Art. 8°. Tanto na hipótese da cedência quanto da permuta, estas poderão ser desfeitas mediante requerimento formal, por qualquer interessado e a qualquer tempo.

§ 1°. Formalizar-se-á a cedência e a permuta mediante Portaria do Executivo Municipal, devendo obedecer, obrigatoriamente, os critérios constantes nos dispositivos desta lei.

Art.9º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT, AOS 25 DE MARÇO DE 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

-PREFEITO-

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 006/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeado através do Decreto nº 1.564/GAB/PMR de 26 de Fevereiro de 2019, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 006/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 022/2019, cujo Objeto:**"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o fornecimento de refeições prontas e acondicionadas em embalagens tipo marmitex, para atender as necessidades das Secretarias Municipais"**, sagrou-se vencedora dos itens: 01 e 02 a empresa: Antonio Teodoro Junior, CNPJ: 27.059.194/0001-57, com a proposta final perfazendo um valor total de R$ 146.055,00 (Cento e quarenta e seis mil e cinquenta e cinco reais) e do item: 03 a empresa: Maria de Fátima Teixeira da Silva M.E.I, CNPJ: 31.079.875/0001-54, com a proposta final perfazendo um valor total de R$ 34.425,00 (Trinta e quatro mil e quatrocentos e vinte e cinco reais), perfazendo um valor global da licitação de R$ 180.480,00 (Cento e oitenta mil e quatrocentos e oitenta reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 25 de Março de 2019.

Luciene Souza dos Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°08/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°08/2019

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 08/2019, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL,Tendo em vista que não houve interessados para participar do certame, o presente procedimento licitatório foi declarado DESERTO.

Rosário Oeste/MT , 25 de março de 2019

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro

BALANÇO 2018 - CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2018 — DEZEMBRO(31/12/2018) —

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)			1.820.833,28	
TOTAL (V) = (III+IV)	0,00	0,00	1.820.833,28	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA
VER.PRESIDENTE
485.149.506-49

MARISTELA WEBER
CONTADORA
900.930.971-15

MIGUELITO PEREIRA
TESOUREIRO
655.376.961-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2018 — DEZEMBRO(31/12/2018) —

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	1.781.200,00	1.831.195,00	1.820.833,28	1.820.833,28	1.820.833,28	10.361,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.050.000,00	1.101.260,00	1.100.834,91	1.100.834,91	1.100.834,91	425,09
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	731.200,00	729.935,00	719.998,37	719.998,37	719.998,37	9.936,63
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00
INVESTIMENTOS	50.000,00	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.831.200,00	1.831.200,00	1.820.833,28	1.820.833,28	1.820.833,28	10.366,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	1.831.200,00	1.831.200,00	1.820.833,28	1.820.833,28	1.820.833,28	10.366,72
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	1.831.200,00	1.831.200,00	1.820.833,28	1.820.833,28	1.820.833,28	10.366,72

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(C)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA
VER.PRESIDENTE
485.149.506-49

MARISTELA WEBER
CONTADORA
900.930.971-15

MIGUELITO PEREIRA
TESOUREIRO
655.376.961-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) —

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**	**1.820.833,28**	**1.796.652,53**
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE	1.820.833,28	1.796.652,53
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	**1.820.836,90**	**1.792.792,23**	ACERTAR MANUALMENTE...	0,00	1.796.652,53
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.820.836,90	1.792.792,23	GERAL	1.757.428,72	0,00
OUTROS REPASSES RECEBIDOS	0,00	1.792.792,23	ORDINARIO	63.404,56	0,00
REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	1.820.836,90	0,00	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS**	**3,62**	**0,00**
EXTRA-ORÇAMENTARIA	**378.115,28**	**255.108,02**	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	3,62	0,00
CONSIGNAÇÕES	378.115,28	255.108,02	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMO RECEBIDAS	3,62	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	35.360,31	40.204,97	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**378.115,28**	**251.247,72**
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	36.822,04	33.677,60	CONSIGNAÇÕES	378.115,28	251.247,72
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	3.150,05	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	35.360,31	39.319,41
OUTROS CONSIGNATARIOS - INTRA OFSS (F)	311,31	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	36.822,04	30.630,42
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	0,00	3.301,35	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	3.150,05	0,00
PENSAO ALIMENTICIA (F)	0,00	7.870,80	OUTROS CONSIGNATARIOS - INTRA OFSS (F)	311,31	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	275.589,34	148.151,95	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	0,00	3.296,60
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	26.882,23	21.901,35	PENSAO ALIMENTICIA (F)	0,00	7.870,80
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	**0,00**	**0,00**	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	275.589,34	148.151,95
CAIXA	0,00	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	26.882,23	21.978,54
			SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	**0,00**	**0,00**
			CONTA ÚNICA (F)	0,00	0,00
TOTAL	**2.198.952,18**	**2.047.900,25**	**TOTAL**	**2.198.952,18**	**2.047.900,25**

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA
VER.PRESIDENTE
485.149.506-49

MARISTELA WEBER
CONTADORA
900.930.971-15

MIGUELITO PEREIRA
TESOUREIRO
655.376.961-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**104.291,02**	**104.291,02**			
IMOBILIZADO	**104.291,02**	**104.291,02**			
BENS MOVEIS	**62.061,01**	**62.061,01**			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	80,00	80,00			
BENS DE INFORMÁTICA (P)	6.664,01	6.664,01			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	55.317,00	55.317,00			
BENS IMÓVEIS	**44.042,15**	**44.042,15**			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	44.042,15	44.042,15			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	**-1.812,14**	**-1.812,14**			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS (P)	-1.812,14	-1.812,14			
TOTAL	**104.291,02**	**104.291,02**			

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA	MARISTELA WEBER	MIGUELITO PEREIRA
VER.PRESIDENTE	CONTADORA	TESOUREIRO
485.149.506-49	900.930.971-15	655.376.961-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) — 1 de 3

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**104.291,02**	**104.291,02**
IMOBILIZADO		**104.291,02**	**104.291,02**
BENS MOVEIS		**62.061,01**	**62.061,01**
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	P	80,00	80,00
BENS DE INFORMÁTICA (P)	P	6.664,01	6.664,01
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	P	55.317,00	55.317,00
BENS IMÓVEIS		**44.042,15**	**44.042,15**
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	44.042,15	44.042,15
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-1.812,14**	**-1.812,14**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS (P)	P	-1.812,14	-1.812,14
TOTAL		**104.291,02**	**104.291,02**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**104.291,02**	**104.291,02**
RESULTADOS ACUMULADOS		**104.291,02**	**104.291,02**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**104.291,02**	**104.291,02**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-17.733,75	1.633.785,93
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-1.633.785,93	-1.633.785,93
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		23.525,33	-1.754.860,19
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.754.860,19	1.754.860,19
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-3.979,44	122.886,40
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-122.886,40	-122.886,40
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-1.633.785,93	-1.633.785,93
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-1.398.580,63	-1.398.580,63
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	1.754.860,19	1.754.860,19
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	1.504.683,79	1.504.683,79
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-122.886,40	-122.886,40
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**104.291,02**	**104.291,02**
TOTAL		**104.291,02**	**104.291,02**

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — PERÍODO — 2 de 3

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(0,00)	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	104.291,02	104.291,02		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	104.291,02	104.291,02

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA	MARISTELA WEBER	MIGUELITO PEREIRA
VER.PRESIDENTE	CONTADORA	TESOUREIRO
485.149.506-49	900.930.971-15	655.376.961-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) —

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	**34.398,33**	**39.248,33**
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	34.398,33	39.248,33
			TOTAL	**34.398,33**	**39.248,33**

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA
VER.PRESIDENTE
485.149.506-49

MARISTELA WEBER
CONTADORA
900.930.971-15

MIGUELITO PEREIRA
TESOUREIRO
655.376.961-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) —

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**0,00**	**7.199,04**
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	0,00	7.199,04
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**1.820.836,90**	**1.792.792,23**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.820.836,90	1.792.792,23
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	**1.820.836,90**	**1.799.991,27**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	**0,00**	**1.812,14**
TOTAL	**1.820.836,90**	**1.801.803,41**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS	**1.238.834,91**	**1.020.971,90**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	931.521,31	860.153,46
ENCARGOS PATRONAIS	169.313,60	160.818,44
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	138.000,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**416.398,37**	**447.492,77**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	22.979,43	26.209,35
SERVIÇOS	393.418,94	419.471,28
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	1.812,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**0,00**	**3.338,74**
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	3.338,74
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**3,62**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3,62	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**165.600,00**	**330.000,00**
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	165.600,00	330.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	**1.820.836,90**	**1.801.803,41**
TOTAL	**1.820.836,90**	**1.801.803,41**

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA	MARISTELA WEBER	MIGUELITO PEREIRA
VER.PRESIDENTE	CONTADORA	TESOUREIRO
485.149.506-49	900.930.971-15	655.376.961-34

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2018 — Dezembro(31/12/2018) — 2 de 2

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
	0,00	**0,00**
	0,00	0,00

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA	MARISTELA WEBER	MIGUELITO PEREIRA
VER.PRESIDENTE	CONTADORA	TESOUREIRO
485.149.506-49	900.930.971-15	655.376.961-34

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE - MT

NOTIFICAÇÃO 001/2019

EMPRESA NOTIFICADA: **JUSSEMAR REBULI PINTO - ME,** CNPJ n° 05. 409.467/0001-03

OBJETO: Fica notificada a empresa **JUSSEMAR REBULI PINO,** CNPJ n° 05.409.467/0001-03, contratada através da Ata de Registro de Preço nº 0012015, Pregão Presencial 01/2015, devidamente firmado por seu representante legal Sra. Jussemar Rebuli Pinto, portador do RG n.º 096304-98 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 843.499.481-04, cujo objeto é ***Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas para gestão pública informatizada, com acesso simultâneo de usuários, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento.***

Dos Motivos da Notificação:

Considerando a redação dada pela Lei Complementar 131/2009, que altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal, onde o texto inova e **determina que sejam disponíveis, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;**

Considerando que o Artigo 1º da referida lei prevê conforme segue:

Art. 1o: O art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. .....

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

(...)

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (grifo nosso)

Considerando que, TODAS as exigência formalizadas pela empresa ora Notificada, através do ofício 001/2018, de 13/09/2018, foram devidamente sanadas á época, no que tange ao Portal da Transparência;

Fica a empresa JUSSEMAR REBULI PINTO - ME, NOTIFICADA a disponibilizar, em um prazo máximo de 02 (dois dias úteis), a contar da publicação desta Notificação, de forma eficiente, todos os mecanismos necessários para que esta casa de Leis possa cumprir com o que determina a Lei da Transparência, disponibilizando acesso em tempo real aos usuários quanto á informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira desta Câmara Municipal de Rosário Oeste - MT.

O não cumprimento desta, de forma tempestiva, acarretará nas penalidades previstas na cláusula sétima do instrumento contratual devidamente firmado entre a Câmara Municipal de Rosário Oeste - MT e a empresa ora Notificada, sendo estas as penalidades de Multas, Suspensão e Declaração de Inidoneidade.

Rosário Oeste, 19 de Março de 2019.

Ver. Carlos Cesar Ribeiro de Souza

Presidente

Neuza Pereira de Pinho

Fiscal de Contratos

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2019

ERRATA - EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2019

Texto: **LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE WEB, QUE POSSIBILITE O ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO - IPM INTEGRADO AO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DO SIMPLES NACIONAL, RELATIVO AO CONTRIBUINTE**

ONDE SE LE:

EMPRESA : **COPLAN - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELLI - EPP**

LEIA SE;

EMPRESA :**MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP**,

Prestação de Serviços:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO TRATAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SERVIÇOS DE SAÚDE DO GRUPO A, B e E, PARA USO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

NO VALOR de R$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais) ,

ROSÁRIO OESTE 06 de Março de 2018

FAGNER SAMPAIO CAMARGO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO JURÍDICO
EDITAL COMPLEMENTAR N. 05/2019

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR N. 05/2019

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu e o Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a ocorrência de problemas técnicos com rede bancária referente ao pagamento de boletos de diversos candidatos inscritos.

Considerando, a necessidade de novas datas para regularização junto a instituição financeira responsável e de garantir o direito de todos os candidatos interessados a confirmarem as inscrições realizadas.

RESOLVEM:

1º - Alterar parcialmente o item 3, do Cronograma do Edital de Concurso Público n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, passando a vigorar com as seguintes datas a partir de sua letra "K", conforme segue:

K	DATA FINAL PARA PAGAMENTO DO BOLETO	28/03/2019
L	PREVISÃO DE PUBLICAÇÃO DA LISTA COM NOMES DOS CANDIDATOS INSCRITOS, INCLUSIVE DOS REQUERENTES DE VAGA A PNE: * Fase que disponibiliza 02 dias úteis para recursos após sua publicação, devendo o candidato interessado faze-lo conforme regras dispostas neste Edital.	08/04/2019
M	PREVISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PRESENTE CONCURSO (PÓS RECURSOS A PUBLICAÇÃO DA LISTA DOS NOMES DOS CANDIDATOS INSCRITOS):	16/04/2019
N	PREVISÃO PARA PUBLICAÇÃO DO LOCAL E HORÁRIO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS COM ALOCAÇÃO DOS CANDIDATOS POR SALA:	24/04/2019
O	DATA DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS:	28/04/2019
P	ENTREGA DE TÍTULOS (Obs.: Os títulos deverão ser entregues na assinatura da lista de presença da prova objetiva e apenas para os concorrentes aos cargos que o exigirem):	Na data da Prova Objetiva (letra "O", no momento da assinatura da lista de presença.
Q	PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS: 1º DIA ÚTIL APÓS APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS A PARTIR DAS 12:00 HORAS, NO MURAL DA PREFEITURA E NO SITE www.saltodoceu.mt.gov.br.	29/04/2019
R	PERÍODO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS AO GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS:	30/04/2019 — 01/05/2019
S	PREVISÃO PUBLICAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS, CASO HAJA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS. NO MURAL DA PREFEITURA E NO SITE www.saltodoceu.mt.gov.br:	EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS TERMINO DO RECURSO AO GABARITO PRELIMINAR – LETRA "R" DESTE CRONOGRAMA
T	PREVISÃO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO GERAL DA PROVA OBJETIVA * Fase que disponibiliza 02 dias úteis para recursos após sua publicação, devendo o candidato interessado faze-lo conforme regras dispostas neste Edital.	EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS TERMINO DO RECURSO AO GABARITO DEFINITIVO – LETRA "S" DESTE CRONOGRAMA
U	PREVISÃO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS	EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS TERMINO DO RECURSO A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO GERAL DA PROVA OBJETIVA – LETRA "R" DESTE CRONOGRAMA
V	PREVISÃO DE DATA E LOCAL DAS PROVAS PRÁTICAS E CONDICIONEMNTO FÍSICO	EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETICAS – LETRA "U" DESTE EDITAL
W	PREVISÃO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO COM AS PROVAS PRÁTICAS E CONDICIONAMENTO FÍSICO * Fase que disponibiliza 02 dias úteis para recursos após sua publicação, devendo o candidato interessado faze-lo conforme regras dispostas neste Edital.	EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS E CONDICIONAMENTO FÍSICO – CONFORME DATA DISPOSTA NA LETRA "V" DESTE CRONOGRAMA
X	PREVISÃO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO	EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS TERMINO DO RECURSO A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO COM AS PROVAS PRÁTICAS E CONDICIONAMENTO FISICO LETRA "W" DESTE CRONOGRAMA

2º - Os demais itens do Edital de Concurso Público n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT, permanecem inalterado.

3º - - Este Edital Complementar ficará à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Salto do Céu MT e no endereço eletrônico: http://www.saltodoceu.mt.gov.br/, a partir desta data.

Salto do Céu – MT, 22 de março de 2019

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL	MAUTO TEIXEIRA ESPINDOLA PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2019 E 019/2019 - PP 008/2019 - SRP

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 22.328.534/

0001-84**. VIGÊNCIA:** 25/03/2019 ATÉ 25/03/2020; **VALOR:** R$ 33.745,00. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILANCIA,** a fim de atender todas as secretarias do Município, de Santa Rita do Trivelato/MT**;** resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 p**ara **REGISTRO DE PREÇOS**. **DATA:** 25/03/2019.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **DETENTORA: LUZ & CIA EIRELI – COXIPÓ - CNPJ Nº. 31.075.299/0001-77. VIGÊNCIA:** 25/03/2019 ATÉ 25/03/2020; **VALOR:** R$ 39.024,00. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILANCIA,** a fim de atender todas as secretarias do Município, de Santa Rita do Trivelato/MT**;** resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 p**ara **REGISTRO DE PREÇOS**. **DATA:** 25/03/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0071/2019, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA Nº 0071/2019, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ANTONIO JOÃO DA SILVA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor ANTONIO JOÃO DA SILVA, portador do RG nº 840344 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 593.210.161-04, no período de 01/04/2019 A 01/05/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 25 de Março de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

INFORMATIVO:

"A Prefeitura Municipal de Santo Afonso, CNPJ nº 37.464.161/0001-46, torna publico que requereu junto a SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Renovação da Licença da Instalação (LI), referente ao **Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais, localizado nas ruas Cristovão Colombo, Padre José de Anchieta, Sebastião Jacinto e General Ozório**, no perímetro urbano no município de Santo Afonso-MT."

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 003/2019

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**GEISIANE VIEIRA DE MORAES,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2391801-2 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **054.371.431-41** e residente a Rua Projetada, S/N, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 15/03/2017 firmaram o contrato Nº. 064/2017, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 064/2017.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 06/03/2019.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.002,64 (Hum mil e dois reais e sessenta quatro centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **4.676,93 (Quatro mil e seiscentos e setenta seis reais e noventa três centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 07/03/2019.

_____

GEISIANE VIEIRA DE MORAES

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2019

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 079/2019 de 18 de janeiro de 2019, torna público que encontra-se instaurada a licitação**,** sob a modalidade de **Pregão Eletrônico Registro de Preços sob o Nº 006/2019**, por **MENOR PREÇO POR ITEM,** conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, o que determina a Lei complementar n°123/2006, **147/2014 e** suas alteraçõese demais exigências deste Edital, tendo como interessada a Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT.

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uma plaina agrícola dianteira para o Município de Santo Antônio do Leste-MT, conforme convenio nº. 864136/2018 SUDECO – Superintendência do desenvolvimento do centro-oeste e proposta 025721/2018.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Á Partir do dia 26/03/2019.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **Á partir do dia 05/04/2019 às 17:00 horas**. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia 08 de abril de 2019, às 08:30 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia 08 de abril de 2019, às 09:00 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.bllcompras.org.br**

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se

disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores

Informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês – Santo Antônio do Leste–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e no período da tarde das 13:00 h as 17:00 horas, pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3488-1080/1292 ou e-mail: **licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br.**

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Santo Antônio do Leste/MT, 25 de março de 2019.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

Pregoeiro Designado Port. 079/2019

Poder Executivo – Santo Antônio do Leste-MT

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 004/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **CLEIAMAR MARIA TAFAREL,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1743551-0 SEJSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **524.722.729-87** e residente a Avenida Brasil, N°478, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

CLEIAMAR MARIA TAFAREL

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 005/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1401744-0 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **002.858. 931-90** e residente a Rua sem Denominação, N°45, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5007.2035.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 006/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **SUELY MONTES CANABRAVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **11201061 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **839.654.161-20** e residente a Avenida Brasil, N°52, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

SUELY MONTES CANABRAVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 007/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A,

n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **NOLMA NOGUEIRA DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **M-9.283.216 SSP/MG** e inscrito no CPF/MF sob o nº **029.484.126-17** e residente a Rua São Paulo, N°04, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

NOLMA NOGUEIRA DA SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 008/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **MARIA DE JESUS GOUVEIA DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **146634320003 SPC/MA** e inscrito no CPF/MF sob o nº **000.707. 133-75** e residente a Rua das Garças, N°592, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

MARIA DE JESUS GOUVEIA DA SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 009/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **LIDYANE BUENO SANTOS DE SENA MAGALHAES,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1234048-0 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **862.736.391-91** e residente a Rua Santo Antonio, N°426, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

LIDYANE BUENO SANTOS DE SENA MAGALHAES

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 010/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **MARIA NEIDE LEANDRO LIMA E SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **863959 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **549.865.671-87** e residente a Rua Passo Fundo, S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capi-

tal ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5007.2035.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

MARIA NEIDE LEANDRO LIMA E SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 011/2019

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATO Nº. 011/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **SONEIDE DOS REIS BARBOSA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **35504838767378 SESP/GO** e inscrito no CPF/MF sob o nº **011.528. 721-33** e residente a Rua Domingos Azzolini, N°263, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **2.844,57 (Dois mil e oitocentos e quarenta quatro reais e cinquenta sete centavos),** com início em **18/03/2019** e término em **18/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar

o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 18 do mês de Março de 2019.

SONEIDE DOS REIS BARBOSA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 012/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **EDMUNDO OMONEEDI WARY,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **15159507 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **719.033.481-53** e residente a Rua das Garças, N° S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE A** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **1.896,35 (Hum mil e oitocentos e noventa seis reais e trinta cinco centavos),** com início em **20/03/2019** e término em **20/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o

prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 20 do mês de Março de 2019.

EDMUNDO OMONEEDI WARY

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 013/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **MODESTO TSEREHITE,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **521599 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **362.592.841-87** e residente a Rua das Garças, N° S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE A** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **1.896,35 (Hum mil e oitocentos e noventa seis reais e trinta cinco centavos),** com início em **20/03/2019** e término em **20/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 20 do mês de Março de 2019.

MODESTO TSEREHITE

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 014/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **SAM AMILTON SEREDI,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **15027112 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **003.307.471-26** e residente a Rua das Garças, N° S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE A** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** mediante a remuneração de R$ **1.896,35 (Hum mil e oitocentos e noventa seis reais e trinta cinco centavos),** com início em **20/03/2019** e término em **20/06/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90.04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 20 do mês de Março de 2019.

SAM AMILTON SEREDI

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 179/2019. DE: 22 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR O REGIME DE ADIANTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA,Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE;

Artigo 1º - Autorizar a Secretaria Municipal de Economia e Finanças conceder ao Sr. Antonino Costa de Castro –Coordenador de Desporto e Laser,adiantamento no valor de R$400,00 (quatrocentos reais).

Artigo 2º - O adiantamento servirá para atender o disposto no Artigo 4º da Lei Municipal nº 032/2001 de 17 de agosto de 2001.

Artigo 3º - Os recursos serão destinados a aplicação nos elementos de despesas das seguintes dotações orçamentárias.

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

02.11.01.27.812.5013.2072.33.3.3.30 – Material de Consumo R$400,00

A**rtigo 4º -** A prestação de Contas deverá ser efetuada dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do numerário à Tesouraria.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 22 DE MARÇO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 004/2019

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**SANDRA MATEUS BAGETTI DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **3049359-5 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **047.225.649-14** e residente a Rua Maceió, Nº 328, Bairro: Novo Campo, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 15/03/2017 firmaram o contrato Nº. 042/2017, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AGENTE ADMINISTRATIVO,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 042/2017.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 06/03/2019.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.223,63 (Hum mil e duzentos e vinte três reais e sessenta três centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **6.851,16 (Seis mil e oitocentos e cinquenta um reais e dezesseis centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 07/03/2019.

_____

SANDRA MATEUS BAGETTI DA SILVA

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 005/2019

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**JOICE KELLY DE ALMEIDA CAMPOS,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2007456-5 SEJSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **025.763.441-00** e residente a Rua Domingos Azzolini, Nº 119, Bairro: Jardim Santa Inês, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 03/07/2017 firmaram o contrato Nº. 080/2017, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AGENTE ADMINISTRATIVO,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 080/2017.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 06/03/2019.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.281,01 (Hum mil e duzentos e oitenta um reais e um centavo).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **7.526,98 (Sete mil e quinhentos e vinte seis reais e noventa oito centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 07/03/2019.

_____

JOICE KELLY DE ALMEIDA CAMPOS

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 006/2019

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**ERIKS MATOS DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2085530-3 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **048.871.351-06** e residente a Rua Dois de Julho, S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 15/03/2017 firmaram o contrato Nº. 065/2017, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 065/2017.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 06/03/2019.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.002,64 (Hum mil e dois reais e sessenta quatro centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **6.143,59 (Seis mil cento e quarenta três reais e cinquenta nove centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 07/03/2019.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 180 /2019. DE: 22 DE MARÇO DE 2019.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA **FLAVIA FONSECA GEAROLA**, DO CARGO DE ASSISTENTENTE DE CONTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, do Cargo de ASSISTENTENTE DE CONTABILIDADE, desta Prefeitura Municipal, a servidora pública efetiva **FLAVIA FONSECA GEAROLA**.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de março de 2019**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 22 DE MARÇO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2019

DECRETO Nº 014, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

REGULAMENTA O PROGRAMA "NOTA PREMIADA" NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, CRIADO PELA LEI Nº 866 DE 31 DE OUTUBRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº 866/2019 autorizou o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Emissão de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS-e;

CONSIDERANDO, o Artigo 8º, da Lei 866/2019 que trata da realização de sorteio de prêmios entre tomadores, que receberem a NFS-e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estimular, educar e conscientizar os cidadãos tomadores de serviços quanto à importância socioeconômica dos tributos e o direito à exigência da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o Programa denominado "Nota Premiada", no âmbito do município de São Félix do Araguaia-MT, que prevê sorteio de prêmios para o tomador de serviço, pessoa física, identificado na NFS-e, por meio do seu número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) da Receita Federal do Brasil, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

Art. 2º. Concorrerão aos prêmios do Programa NOTA PREMIADA os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de aquisição de mercadoria e prestação de serviço de acordo com a legislação vigente, em comércio estabelecido no Município de São Félix do Araguaia devidamente registrado, nos moldes do artigo anterior.

Art. 3º. A participação nos sorteios dos prêmios está condicionada a manifestação de concordância com regulamento e lei municipal.

Art. 4º. Os sorteios dos prêmios da Nota Premiada serão realizados, conforme cronograma a ser estabelecido pelo poder executivo municipal.

Art. 5º. Para efeito de participação em cada sorteio serão considerados:

I - as pessoas físicas cadastradas perante a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT; e

II - as notas fiscais emitidas no período de validade estabelecido no cronograma.

Art. 6º. A premiação do programa consistirá em:

I – 1º Prêmio - R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

II – 2º Prêmio – R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

III – 3º Prêmio – R$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 7º. O sorteio será realizado no dia 20 de julho de 2019.

Art. 8º. Para concorrer ao sorteio do Programa Nota Premiada, os consumidores deverão trocar as notas fiscais de aquisição de mercadorias e de serviços, junto ao Departamento de Tributos, por cupons numerados, que serão fornecidos na quantidade de 01 (um) cupom a cada R$ 200,00 (duzentos reais) em aquisição de mercadorias ou serviços.

§1º. Os valores, tanto para nota fiscal de compra, quanto para nota fiscal de serviços, poderão ser somados, até o valor correspondente à troca de um cupom.

§2º. Todas as notas fiscais e cupons fiscais serão aceitos para troca a partir de 15 de outubro de 2018.

Art. 9º. Os cupons serão gerados e identificados com o brasão do município:

I - a cada documento fiscal emitido será gerado 01 (um) cupom, sendo o valor da mercadoria ou serviço tomado não inferior a R$ 200,00 (duzentos reais);

II - cada cupom premiado confere direito a um único prêmio;

III - os cupons gerados terão validade até o último sorteio do exercício fiscal tributário;

Art. 10. A responsabilidade pela execução dos procedimentos necessários à realização dos sorteios fica atribuída a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 11. O resultado do sorteio será divulgado no site oficial do município de São Félix do Araguaia-MT.

Art. 12. O crédito relativo ao valor do prêmio deverá ser pago por meio de crédito encontra corrente, poupança ou Ordem Bancária, em instituição do Sistema Financeiro Nacional, bem como as demais espécies de prêmios, cujo titular seja o próprio contemplado, no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 1º A premiação será entregue ao sorteado mediante apresentação dos documentos pessoais.

§ 2º O titular do cupom sorteado deverá comparecer a Secretaria Municipal de Finanças para resgatar o prêmio no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da divulgação do resultado.

§ 3º Caso o titular do cupom sorteado não compareça, o valor do prêmio será revertido aos cofres do Município.

Art. 13. Os casos omissos serão decididos pelo poder executivo municipal.

Art. 14. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia - MT, 18 de março de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
1º ADITIVO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2018, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: DÉBORA ALVES FARIAS, Brasileira, Convivente, Enfermeira, residente e domiciliada na Avenida Espigão, s/nº - Próximo à Escola Alberto Nunes - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 550.232.581-49 e Identidade nº 1.023.135-8 - SJ-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 2.674.672.861-5, nascida no dia 12/07/1980

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 001/2018

CONTRATO emitido em 1º de fevereiro de 2018, com VIGÊNCIA de 1 ano, iniciando em 1º de fevereiro de 2018 e terminando em 1º de fevereiro

de 2019, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 4.466,69 (quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01 de fevereiro de 2019

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 1º de fevereiro de 2019 A 20 de fevereiro de 2019 → 19 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 4.466,69 (quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos)

FUNÇÃO: ENFERMEIRA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste, podendo trabalhar em regime de PLANTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: VANDA DA SILVA CARDOSO, Brasileira, Convivente, Professora, residente e domiciliada na PA Dom Pedro, nº 388 (Lote) - Riberãozinho - CEP 78.670-000 - Pontinópolis (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 847.889.681-34 e Identidade nº 3.939.631 - DGPC-GO, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.287.310.931-0, nascida no dia 01/09/1976

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 114/2019

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de março de 2019

VIGÊNCIA: 11 de março de 2019 a 20 de dezembro de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 9 meses e 9 dias

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.841,51 (mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA AUXILIAR DE TURMA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PONTINÓPOLIS

PORTARIA Nº 158/2019 - DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

PORTARIA Nº 158, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre designação de servidores para constituírem a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **ELYZ MARIA SILVA** (matrícula nº 023), **WEDILA MARTINS SOUZA** (matrícula nº 2418), e **GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA** (matrícula nº 881), para constituírem Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, em atendimento ao Decreto Municipal nº 48, de 31 de outubro de 2018.

Art. 2º A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional terá como atribuições as atividades elencadas no art. 6º do Decreto Municipal nº 48/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 116/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA, Brasileira, Solteira, Professora, residente e domiciliada na Av Espigão do Leste, s/nº - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 846.189.141-49 e Identidade nº 1.184.144-3 - SESP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.904.309.113-0, nascida no dia 30/04/1976

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 116/2019

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 18 de fevereiro de 2019

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 meses e 2 dias

CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.841,51 (mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PEJA), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA - Espigão/Sede

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 163, DE 22 DE MARÇO DE 2019 - NOMEAÇÃO DE TATIANNE PIRES DE MOURA SOUZA

PORTARIA Nº 163, DE 22 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação da Senhora TATIANNE PIRES DE MOURA SOUZA, no Cargo em Comissão de ENCARREGADA DA SEÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora TATIANNE PIRES DE MOURA SOUZA, Brasileira, Casada, Costureira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.114.363 - 2ª via - SSP-GO, e inscrita no CPF nº 878.716.021-87, no Cargo em Comissão de **ENCARREGADA DA SEÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR.**

Parágrafo único. A nomeada fica obrigada ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Muni-

cipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 157/2019 - INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - JOÃO MARAJÁ FERNANDES LIMA

PORTARIA Nº 157, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, e das outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinarpara apuração de suposta infração disciplinar do servidor **JOÃO MARAJÁ FERNANDES LIMA,** portador do CPF nº 060.911.021-76**,** capitulada no art. 148, incisos II e III e art. 134, inciso XIII, ambos da Lei Complementar 036/2003.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar os servidores Wedila Martins Souza, Tarquínio Wanderley Silva e Eslaine Rodrigues Aguiar.

Art. 3º Para presidir os trabalhos da Comissão fica designada a servidora **WEDILA MARTINS SOUZA**.

Art. 4º Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 30 (trinta) dias prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 001.2019

NOTIFICAÇÃO 001.2019

PREGÃO PRESENCIAL N º 28/2018

NOTIFICANTE: **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, CNPJ nº 03.918.869/0001-08; pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Araguaia, nº 248, São Félix do Araguaia-MT.

NOTIFICADO: **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 20.357.366/0001-20, sediada na Avenida Isaac Povoas, nº 475, Cuiabá-MT, CEP 78005-340, na pessoa de seu representante legal.

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018.

O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, por intermédio da Prefeita Municipal, Sra. Janailza Taveira Leite, usando de suas prerrogativas, e com base nos termos do Pregão Presencial nº 028/2018, vem **NOTIFICAR** Vossa Senhoria para providencie no prazo de 10 (dez) dias a entrega integral dos objetos solicitados por intermédio da Autorização de Fornecimento nº 721/2019, cuja cópia segue anexa.

Saliento que em caso de não regularização da pendência acima descrita, a empresa notificada ficará sujeita a aplicação das seguintes sanções: **ressarcimento ao erário, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos, declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**.

Ademais, destaco que o caso requer extrema urgência, haja vista a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Por fim, a presente **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** representa a salvaguarda dos legítimos direitos da notificante e, caso não atendida no prazo, ensejará oportunidade para as medidas judiciais e administrativas pertinentes.

São Félix do Araguaia-MT, 19 de março de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO ARAGUAIA / CONTABILIDADE
EDITAL AUDIENCIA PUBLICA LDO 2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº. 05 / 2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado Mato Grosso, **Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE,** invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no **art. 48** e no seu **Parágrafo Único** da Lei Complementar n° **101/2000**, informa à população que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, no dia 29 de Março de 2019, com o objetivo de discussão da Proposta da **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO** para o Exercício de 2.020, que será realizada nos locais abaixo:

Local	Data	Hora
Escola Municipal Alberto Nunes da Silveira – Espigão do Leste	29/03/2019	19:00

São Félix do Araguaia (MT), 22 de março de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **2/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: CLODOALDO BATISTA CABRAL - ME, CNPJ nº 22.918.553/0001-60, no valor TOTAL DOS ITENS de R$ 18.145,54 (Dezoito Mil, Cento e Quarenta e Cinco Reais, e Cinquenta e Quatro Centavos.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 25 DE MARÇO DE 2.019.

ARIVALDO MEDIEROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO

MARIA IRANDI DUARTE

PREGOEIRA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **2/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: PNEUS VIA NOBRE LTDA , CNPJ nº 01.976.860/0048-91, no valor TOTAL DOS ITENS e de R$ _370.245,0000 (Trezentos e Setenta Mil e Duzentos Quarenta e Cinco Reais.), Pessoa Jurídica 2ª vencedora: D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP, CNPJ nº 21. 711.134/0001-90, no valor TOTAL DOS ITENS e de R$ 689.069,0000 (Seiscentos e Oitenta e Nove Mil e Sessenta e Nove Reais.)**

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 25 de Março de 2019..

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA IRANDI DUARTE

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 30/2019 - DE 25 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA N° 30/2019 - DE 25 de Março de 2019

Dispõe sobre Exonerar servidora efetiva a pedido da Secretaria de Saúde e dá outras providencias.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1ª Exonerar a Srª MARCIA TAVEIRA DE PAULA, portador do RG 587744 e do CPF 424.373.181-00, funcionária era efetiva através do concurso nº 003/1993, no cargo de Agente de Saúde, neste Município de São José do Povo-MT.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 30 de outubro de 1996, onde o referido funcionário deixou de exercer suas funções, revogadas as disposição em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 25 de Março de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

Chefe da Gabinete

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 31/2019 - DE 25 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA N° 31/2019 - DE 25 de Março de 2019

Dispõe sobre Exonerar servidor efetivo a pedido da Secretaria de Administração e dá outras providencias.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1ª Exonerar o Srº APARECIDO JOÃO DA COSTA, portador do RG 493.985 e do CPF 346.080.871-34, funcionário era efetivo através do concurso nº 005/2000, no cargo de Serviços Gerais, neste Município de São José do Povo-MT.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 13 de Agosto de 2001, onde o referido funcionário deixou de exercer suas funções, revogadas as disposição em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 25 de Março de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

Chefe da Gabinete

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 32/2019 - DE 25 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA N° 32/2019 - DE 25 de Março de 2019

Dispõe sobre Exonerar do Cargo Comissionado de Gerente Planejamento e gestão deste Município de São José do Povo - MT e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Exonerar a Srª. LEIDILAINE RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 046.125.921-40 , portador do RG nº 2387484-8 SSP/MT, do Cargo de Gerente Planejamento e gestão da Secretaria de Saúde desta Prefeitura Municipal de São José do Povo MT.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, contados a partir do dia 01/04/2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 25 de Março de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São Jose do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **Valdomiro Lachovicz**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Agricultura, no processo para Contratação da empresa **EXTRA MÁQUINAS S/A,** inscrita no CNPJ: 19. 293.041/0002-22, para Manutenção preventiva e aquisição de peças de veículos que se encontram em garantia técnica, estima-se para essa contratação o valor de R$ 18.866,67 (Dezoito mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete reais) pagos com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde se formulou expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no *caput* do art. 24, inciso XVII da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 25 de março de 2019. **VALDOMIRO LACHOVICZ -** Prefeito Municipal

PREVIMUNI
EXTRATO DE CONTRATO 01/2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2019

Contratada: I F GARCIA E CIA LTDA

CNPJ: 10.541.510/0001-20

Objeto: Realização de Reavaliação Atuarial

Valor: R$ 6.500,00(seis mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 01/03/2019

Data de vigência: 01/05/2019

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Município de São José do Rio Claro – MT., através do Prefeito Municipal Sr. Valdomiro Lachovicz, torna público que, em virtude de haver concordado com o processo de dispensa de licitação apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, para Contratação da empresa **VOMA CONSTRUÇÕES EIRELI,** inscrita no CNPJ: 31.901.617/0001-00, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAISAGISMO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.**, estima-se para essa contratação o valor de **R$ 34. 700,00 (Trinta e quatro mil e setecentos reais)** pagos com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, inciso I da Lei 8.666/93 e Lei Municipal 1.116/2017 , **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 25 de março de 2019. **VALDOMIRO LACHOVICZ -** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da CPL da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência ao **Processo de Licitação na Modalidade Tomada de Preço 06/2018**, Objeto: " **OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAIS''**. Teve a Empresa Habilitada, **CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ** sob o nº 03.744.864/0001-06, sediada na Rua Ceará nº 920 Centro de São José dos Quatro Marcos – MT. Após análise de recurso e Habilitação da empresa a Comissão Permanente de Licitação abre o envelope de proposta. Constatou então que a empresa Apresentou a Proposta aceita pela comissão de **R$ 249.149,31** (Duzentos e Quarenta e Nove Mil Cento e Quarenta e Nove Reais e Trinta e Um Centavos). REGINALDO DE SOUZA FERNANDES, Presidente da CPL.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 04/2019, firmado em 03/01/2019.**Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**; **Objeto:** Rateio as despesas gerais e manutenção do Consórcio e Contrapartidas de Convênios no Exercício de 2019 e a consecução das ações previstas nas Leis Municipais nº 1140/2007 e 1626/2016 em consonância com o Titulo I, Cláusula 3ª do Contrato Consórcio; **Vigência:** até 31/12/2019; **Valor Global:** R$ 99.273,51; **Fiscal de Contrato:** ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS.

EXTRATO DE 9° ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 002/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

EXTRATO DE 9° ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 002/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto: R$ 1.008.306,08 – Um milhão, oito mil, trezentos e seis reais e oito centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de São José dos Quatro Marcos/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 25/09/2017.

Data de assinatura do Aditivo Plano de Trabalho: 14/03/2019.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2019.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da saúde.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua I, 105 - Ed. Eldorado Hill - Bairro Alvorada - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155.

Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

São José dos Quatro Marcos, 14/03/2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo Simplificado 002/2018**, vem através deste convocar a candidata aprovada no referido certame a comparecer no dia 26 de março de 2019, a partir das 8h, na Secretaria Municipal de Educação, para apresentar documentação exigida para devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Pedagogia – Afrodescendente

5º - Joyziara da Silva Moriniga

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência da convocada, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 25 de março de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA DE PNEUS COM CARREGADEIRA, MAQUINA ZERO HORA, ANO MODELO: 2018/2019, TRAÇÃO 4X4, POTENCIA LIQUIDA MINIMA 79 HP, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 6570 KG, CAPACIDADE DA CARREGADEIRA DE 1,00 M³ E DA RETROESCAVADEIRA MINIMA DE 0,20 M³, COM A PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MAXIMA DE 4,37 M PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS CONFORME O TERMO DE CONVENIO N° 867680/2018/SUDAM, FIRMADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E MONITORAMENTO – SUDAM/MT E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT, conforme segue no termo de referencia ***ANEXO I***.

Repartições interessadas: ..... SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 002/2019 de 10 de Janeiro de 2019, conforme segue:

>>> DEFANT & DEFANT LTDA, CNPJ Sob n° **03.320.937/0004-85.**

Venceu o item 01, no valor unitário de R$: 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais)

>>> Valor Total da Homologação: **R$: 210.000,00(Duzentos e dez mil reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã/MT, 25 de Março de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA DE PNEUS COM CARREGADEIRA, MAQUINA ZERO HORA, ANO MODELO: 2018/2019, TRAÇÃO 4X4, POTENCIA LIQUIDA MINIMA 79 HP, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 6570 KG, CAPACIDADE DA CARREGADEIRA DE 1,00 M³ E DA RETROESCAVADEIRA MINIMA DE 0,20 M³, COM A PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MAXIMA DE 4,37 M PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS CONFORME O TERMO DE CONVENIO N° 867680/2018/SUDAM, FIRMADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E MONITORAMENTO – SUDAM/MT E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT, conforme segue no termo de referencia ***ANEXO I***.

Repartições interessadas: ..... SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

>>> DEFANT & DEFANT LTDA, CNPJ Sob n° **03.320.937/0004-85.**

Venceu o item 01, no valor unitário de R$: 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã/MT, 25 de Março de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE RESULTADO (PONTUAÇÃO) - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018/SAMAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2018/SAMAE

O SAMAE de Tangará da Serra - MT, através do Setor de Licitações, torna público o resultado do julgamento das Propostas técnicas, conforme segue: **AGÊNCIA TRADICIONAL E DIGITAL EIRELI, PONTUAÇÃO = 62,00; E. A. DA SILVA AGENCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI, PONTUAÇÃO = 50,66** e **DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA – ME, PONTUAÇÃO = 49,00;** A CPL abre o prazo de

05 (cinco) dias úteis, contados da data desta publicação,para que os representantes das empresas**, AGÊNCIA TRADICIONAL E DIGITAL EIRELI, A. DA SILVA AGENCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI,** e **DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA – ME,** participantes da **TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018/SAMAE,** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS À VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS,**possam apresentar recursos referentes às pontuações das Propostas Técnicas. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h0m às 17h00m. Fone/Fax para contato: (65) 3311–6500 / 3311-6529.

Tangará da Serra/MT, 25 de Março de 2019.

Edinéia G. de Souza Vieira - Presidente da CPL - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ABERT. PP 021-2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019, que fará realizar no dia **05 DE ABRIL DE 2019, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por item. Objeto: **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** sob a forma de **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO** a fim de atender necessidades da Secretaria de Infraestrutura deste município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **26 de Março de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 25 de Março de 2019. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe Departamento de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.447/2019

Súmula: "Dispõe a alteração parcial da Lei Municipal nº 685/2003 que "Autoriza o Poder Executivo a proceder à regulamentação dos imóveis alienados através da autorização da Lei Municipal nº 68/1989", e dá outras providências."

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar parcialmente o artigo 3º da Lei Municipal nº 685/2003, que trata de regulamentação dos imóveis alienados através da autorização da Lei Municipal nº 68/1989, cujo texto passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3° - Fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo à proceder à desafetação do domínio público e a regularização dos imóveis alienados através do Art. 4º, II, da Lei Municipal nº 68/1989 (Área B - Jardim Ametista), através da venda simbólica dos terrenos àqueles que comprovadamente detenham a posse, pelo valor de 02 (duas) Unidades de Referência (UR);

§1º - Para realização deste objetivo é autorizado ao Poder Executivo outorgar em nome do Município de Terra Nova do Norte, escritura de venda, com valor simbólico correspondente a de 02 (duas) Unidades de Referência (UR).

§2º - A escritura será de venda, haja vista que a área a ser regularizada pelo Poder Público Municipal a um valor simbólico de 02 (duas) Unidades de Referência (UR).

§3º - Caberá exclusivamente aos proprietários dos imóveis, proceder à regularização junto ao cadastro da Prefeitura de Terra Nova do Norte, bem como, providenciar às suas expensas a documentação de transferência da propriedade e registro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias do mês de Março do ano de dois mil e dezenove.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2019

SÚMULA: Autoriza a reposição salarial para o exercício de 2019 aos servidores efetivos do Sistema Único de Saúde, do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências.

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a reposição salarial de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos) por cento sobre a remuneração base aos servidores efetivos do Sistema Único de Saúde do Município de Terra Nova do Norte, calculados sobre a folha salarial do mês de dezembro de 2018.

Parágrafo Único. A reposição salarial relativa ao exercício de 2019, terá efeito retroativo a partir da competência do mês de janeiro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei serão contabilizadas às dotações específicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Os anexos I e IV serão partes integrantes desta Lei, em substituição das tabelas da Lei Complementar nº 031/2013.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias à Lei Complementar nº 031/2013 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito de Terra Nova do Norte MT, aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezenove.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DECARGOS, VAGAS E VENCIMENTOSDA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

GRUPO OCUPACIONAL	SUBGRUPO OCUPACIONAL	CARGO	CH	VAGAS	VENCIMENTO (R$)
GRUPO OCUPACIONAL - NÍVEL SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS – I	ESPECIALISTA EM SAÚDE I	FONOAUDIOLOGO	40H	01	1.824,89
		EDUCADOR FISICO	40H	01	
	ESPECIALISTA EM SAÚDE II	ASSISTENTE SOCIAL	30H	02	2.146,93
	ESPECIALISTA EM SAÚDE III	FISIOTERAPEUTA	40H	03	2.361,62
		PSICOLOGO	40H	01	
		BIOLOGO	40H	01	
		NUTRICIONISTA	40H	01	
	ESPECIALISTA EM SAÚDE IV	ENFERMEIRO	40H	08	2.522,64
	ESPECIALISTA EM SAÚDE V	ODONTÓLOGO	40H	05	2.576,31
		BIOQUIMICO	40H	02	
		FARMACEUTICO	40H	01	
	ESPECIALISTA EM SAÚDE VI	MÉDICOS (CLÍNICO GERAL E ESPECIALISTAS)	40H	07	9.231,78
	ESPECIALISTA EM SAÚDE I	FONOAUDIOLOGO	20H	01	1.007,33
	ESPECIALISTA EM SAÚDE III	PSICOLOGO	20H	01	1.180,81
	ESPECIALISTA EM SAÚDE IV	ENFERMEIRO	20H	02	1.261,32
	ESPECIALISTA EM SAÚDE V	BIOQUIMICO	20H	01	1.288,16
	ESPECIALISTA EM SAÚDE VI	MÉDICOS (CLÍNICO GERAL E ESPECIALISTAS)	20H	01	4.615,89
GRUPO OCUPACIONAL - NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO					
	ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE II	AGENTE SANITÁRIO	40H	02	1.007,33
		GUARDA DE ENDEMIAS	40H	04	
		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40H	05	
	ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE III	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40H	35	1.094,93
		TÉCNICO EM RADIOLOGIA	40H	02	
		TÉCNICO DE PATOLOGIA	40H	02	
		TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL	40H	05	
GRUPO OCUPACIONAL - NÍVEL FUNDAMENTAL					
GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS - III	AUXILIAR EM SAÚDE I	AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO	40H	11	1.007,33
		AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40H	20	
		AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO	40H	01	
		VIGIA	40H	04	
	AUXILIAR EM SAÚDE II	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40H	04	1.007,33
		AUXILIAR DE RADIOLOGIA	40	01	
		AUXILIAR DE ENFERMAGEM (**EM EXTINÇÃO**)	40H	06	
		AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	40H	05	
		AUXILIAR DE LABORATÓRIO E MICROSCOPIA	40H	02	
	AUXILIAR EM SAÚDE III	MOTORISTA DE VEICULOS LEVES	40H	02	1.073,46
		MOTORISTA	40H	05	1.180,81

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE

1- GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE I

CARGO: EDUCADOR FISICO, FONOAUDIOLOGO 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.824,89	1.916,13	2.011,94	2.112,54	2.218,17	2.329,07	2.445,53	2.567,80	2.696,19	2.831,00	2.972,55	3.121,18
15%	B	2.098,62	2.203,55	2.313,73	2.429,42	2.550,89	2.678,43	2.812,36	2.952,97	3.100,62	3.255,65	3.418,44	3.589,36
10%	C	2.308,49	2.423,91	2.545,11	2.672,36	2.805,98	2.946,28	3.093,59	3.248,27	3.410,68	3.581,22	3.760,28	3.948,29
10%	D	2.539,33	2.666,30	2.799,62	2.939,60	3.086,58	3.240,91	3.402,95	3.573,10	3.751,75	3.939,34	4.136,31	4.343,12
10%	E	2.793,27	2.932,93	3.079,58	3.233,56	3.395,23	3.565,00	3.743,25	3.930,41	4.126,93	4.333,28	4.549,94	4.777,44

SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE II

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL 30 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.146,93	2.254,28	2.366,99	2.485,34	2.609,61	2.740,09	2.877,09	3.020,95	3.171,99	3.330,59	3.497,12	3.671,98
15%	B	2.468,97	2.592,42	2.722,04	2.858,14	3.001,05	3.151,10	3.308,66	3.474,09	3.647,79	3.830,18	4.021,69	4.222,78
10%	C	2.715,87	2.851,66	2.994,24	3.143,95	3.301,15	3.466,21	3.639,52	3.821,50	4.012,57	4.213,20	4.423,86	4.645,05
10%	D	2.987,45	3.136,83	3.293,67	3.458,35	3.631,27	3.812,83	4.003,47	4.203,65	4.413,83	4.634,52	4.866,25	5.109,56
10%	E	3.286,20	3.450,51	3.623,03	3.804,19	3.994,39	4.194,11	4.403,82	4.624,01	4.855,21	5.097,97	5.352,87	5.620,51

SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE III

CARGO: FISIOTERAPEUTA, PSICOLOGO, BIOLOGO, NUTRICIONISTA 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											

	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.361,62	2.479,70	2.603,69	2.733,87	2.870,56	3.014,09	3.164,80	3.323,04	3.489,19	3.663,65	3.846,83	4.039,17
15%	B	2.715,86	2.851,66	2.994,24	3.143,95	3.301,15	3.466,21	3.639,52	3.821,49	4.012,57	4.213,19	4.423,85	4.645,05
10%	C	2.987,45	3.136,82	3.293,66	3.458,35	3.631,26	3.812,83	4.003,47	4.203,64	4.413,82	4.634,51	4.866,24	5.109,55
10%	D	3.286,19	3.450,50	3.623,03	3.804,18	3.994,39	4.194,11	4.403,81	4.624,01	4.855,21	5.097,97	5.352,86	5.620,51
10%	E	3.614,81	3.795,55	3.985,33	4.184,60	4.393,83	4.613,52	4.844,20	5.086,41	5.340,73	5.607,76	5.888,15	6.182,56
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE - IV													
CARGO: ENFERMEIRO 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.522,64	2.648,77	2.781,21	2.920,27	3.066,28	3.219,60	3.380,58	3.549,61	3.727,09	3.913,44	4.109,11	4.314,57
15%	B	2.901,04	3.046,09	3.198,39	3.358,31	3.526,23	3.702,54	3.887,67	4.082,05	4.286,15	4.500,46	4.725,48	4.961,76
10%	C	3.191,14	3.350,70	3.518,23	3.694,14	3.878,85	4.072,79	4.276,43	4.490,25	4.714,77	4.950,50	5.198,03	5.457,93
10%	D	3.510,25	3.685,77	3.870,05	4.063,56	4.266,74	4.480,07	4.704,08	4.939,28	5.186,24	5.445,56	5.717,83	6.003,72
10%	E	3.861,28	4.054,34	4.257,06	4.469,91	4.693,41	4.928,08	5.174,48	5.433,21	5.704,87	5.990,11	6.289,62	6.604,10
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE V													
CARGO: ODONTÓLOGO, BIOQUIMICO, FARMACEUTICO 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.576,31	2.705,13	2.840,38	2.982,40	3.131,52	3.288,10	3.452,50	3.625,13	3.806,38	3.996,70	4.196,54	4.406,36
15%	B	2.962,76	3.110,89	3.266,44	3.429,76	3.601,25	3.781,31	3.970,38	4.168,90	4.377,34	4.596,21	4.826,02	5.067,32
10%	C	3.259,03	3.421,98	3.593,08	3.772,74	3.961,37	4.159,44	4.367,41	4.585,79	4.815,07	5.055,83	5.308,62	5.574,05
10%	D	3.584,94	3.764,18	3.952,39	4.150,01	4.357,51	4.575,39	4.804,16	5.044,36	5.296,58	5.561,41	5.839,48	6.131,46
10%	E	3.943,43	4.140,60	4.347,63	4.565,01	4.793,26	5.032,93	5.284,57	5.548,80	5.826,24	6.117,55	6.423,43	6.744,60
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE VI													
CARGO: MÉDICO 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	9.231,78	9.693,37	10.178,04	10.686,94	11.221,29	11.782,35	12.371,47	12.990,04	13.639,54	14.321,52	15.037,60	15.789,48
15%	B	10.616,55	11.147,37	11.704,74	12.289,98	12.904,48	13.549,70	14.227,19	14.938,55	15.685,48	16.469,75	17.293,24	18.157,90
10%	C	11.678,20	12.262,11	12.875,22	13.518,98	14.194,93	14.904,67	15.649,91	16.432,40	17.254,02	18.116,72	19.022,56	19.973,69
10%	D	12.846,02	13.488,32	14.162,74	14.870,88	15.614,42	16.395,14	17.214,90	18.075,64	18.979,42	19.928,40	20.924,82	21.971,06
10%	E	14.130,62	14.837,16	15.579,01	16.357,96	17.175,86	18.034,65	18.936,39	19.883,21	20.877,37	21.921,24	23.017,30	24.168,16
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE I													
CARGO: FONOAUDIOLOGO 20 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.007,33	1.057,70	1.110,58	1.166,11	1.224,42	1.285,64	1.349,92	1.417,41	1.488,29	1.562,70	1.640,83	1.722,88
15%	B	1.158,43	1.216,35	1.277,17	1.341,03	1.408,08	1.478,48	1.552,41	1.630,03	1.711,53	1.797,10	1.886,96	1.981,31
10%	C	1.274,27	1.337,99	1.404,89	1.475,13	1.548,89	1.626,33	1.707,65	1.793,03	1.882,68	1.976,81	2.075,66	2.179,44
10%	D	1.401,70	1.471,78	1.545,37	1.622,64	1.703,77	1.788,96	1.878,41	1.972,33	2.070,95	2.174,50	2.283,22	2.397,38
10%	E	1.541,87	1.618,96	1.699,91	1.784,91	1.874,15	1.967,86	2.066,25	2.169,57	2.278,04	2.391,95	2.511,54	2.637,12
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE III													
CARGO: PSICOLOGO 20 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.180,81	1.239,85	1.301,84	1.366,94	1.435,28	1.507,05	1.582,40	1.661,52	1.744,59	1.831,82	1.923,42	2.019,59
15%	B	1.357,93	1.425,83	1.497,12	1.571,98	1.650,57	1.733,10	1.819,76	1.910,75	2.006,28	2.106,60	2.211,93	2.322,52
10%	C	1.493,72	1.568,41	1.646,83	1.729,17	1.815,63	1.906,41	2.001,73	2.101,82	2.206,91	2.317,26	2.433,12	2.554,78
10%	D	1.643,10	1.725,25	1.811,51	1.902,09	1.997,19	2.097,05	2.201,91	2.312,00	2.427,60	2.548,98	2.676,43	2.810,25
10%	E	1.807,41	1.897,78	1.992,67	2.092,30	2.196,91	2.306,76	2.422,10	2.543,20	2.670,36	2.803,88	2.944,08	3.091,28
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE - IV													
CARGO: ENFERMEIRO 20 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.261,32	1.324,39	1.390,61	1.460,14	1.533,14	1.609,80	1.690,29	1.774,80	1.863,54	1.956,72	2.054,56	2.157,29
15%	B	1.450,52	1.523,04	1.599,20	1.679,16	1.763,11	1.851,27	1.943,83	2.041,02	2.143,08	2.250,23	2.362,74	2.480,88
10%	C	1.595,57	1.675,35	1.759,12	1.847,07	1.939,43	2.036,40	2.138,22	2.245,13	2.357,38	2.475,25	2.599,02	2.728,97
10%	D	1.755,13	1.842,88	1.935,03	2.031,78	2.133,37	2.240,04	2.352,04	2.469,64	2.593,12	2.722,78	2.858,92	3.001,86
10%	E	1.930,64	2.027,17	2.128,53	2.234,96	2.346,70	2.464,04	2.587,24	2.716,60	2.852,43	2.995,06	3.144,81	3.302,05
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE V													
CARGO: BIOQUIMICO 20 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											

	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.288,16	1.352,57	1.420,20	1.491,21	1.565,77	1.644,05	1.726,26	1.812,57	1.903,20	1.998,36	2.098,28	2.203,19
15%	B	1.481,38	1.555,45	1.633,23	1.714,89	1.800,63	1.890,66	1.985,20	2.084,46	2.188,68	2.298,11	2.413,02	2.533,67
10%	C	1.629,52	1.711,00	1.796,55	1.886,38	1.980,69	2.079,73	2.183,72	2.292,90	2.407,55	2.527,92	2.654,32	2.787,04
10%	D	1.792,47	1.882,10	1.976,20	2.075,01	2.178,76	2.287,70	2.402,09	2.522,19	2.648,30	2.780,72	2.919,75	3.065,74
10%	E	1.971,72	2.070,31	2.173,82	2.282,51	2.396,64	2.516,47	2.642,30	2.774,41	2.913,13	3.058,79	3.211,73	3.372,31
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA EM SAÚDE VI													
CARGO: MÉDICO 20 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	4.615,89	4.846,68	5.089,02	5.343,47	5.610,64	5.891,18	6.185,73	6.495,02	6.819,77	7.160,76	7.518,80	7.894,74
15%	B	5.308,27	5.573,69	5.852,37	6.144,99	6.452,24	6.774,85	7.113,59	7.469,27	7.842,74	8.234,87	8.646,62	9.078,95
10%	C	5.839,10	6.131,06	6.437,61	6.759,49	7.097,46	7.452,34	7.824,95	8.216,20	8.627,01	9.058,36	9.511,28	9.986,84
10%	D	6.423,01	6.744,16	7.081,37	7.435,44	7.807,21	8.197,57	8.607,45	9.037,82	9.489,71	9.964,20	10.462,41	10.985,53
10%	E	7.065,31	7.418,58	7.789,51	8.178,98	8.587,93	9.017,33	9.468,19	9.941,60	10.438,68	10.960,62	11.508,65	12.084,08
2- GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO													
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE II													
CARGO: AGENTE SANITÁRIO, GUARDA DE ENDEMIAS E ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.007,33	1.057,70	1.110,58	1.166,11	1.224,42	1.285,64	1.349,92	1.417,41	1.488,29	1.562,70	1.640,83	1.722,88
15%	B	1.158,43	1.216,35	1.277,17	1.341,03	1.408,08	1.478,48	1.552,41	1.630,03	1.711,53	1.797,10	1.886,96	1.981,31
10%	C	1.274,27	1.337,99	1.404,89	1.475,13	1.548,89	1.626,33	1.707,65	1.793,03	1.882,68	1.976,81	2.075,66	2.179,44
10%	D	1.401,70	1.471,78	1.545,37	1.622,64	1.703,77	1.788,96	1.878,41	1.972,33	2.070,95	2.174,50	2.283,22	2.397,38
SUBGRUPO OCUPACIONAL: ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE III													
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, TÉCNICO EM PATOLOGIA, TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.094,93	1.149,68	1.207,16	1.267,52	1.330,89	1.397,44	1.467,31	1.540,68	1.617,71	1.698,60	1.783,53	1.872,70
15%	B	1.259,17	1.322,13	1.388,23	1.457,65	1.530,53	1.607,05	1.687,41	1.771,78	1.860,37	1.953,39	2.051,05	2.153,61
10%	C	1.385,09	1.454,34	1.527,06	1.603,41	1.683,58	1.767,76	1.856,15	1.948,96	2.046,40	2.148,72	2.256,16	2.368,97
10%	D	1.523,60	1.599,77	1.679,76	1.763,75	1.851,94	1.944,54	2.041,76	2.143,85	2.251,04	2.363,60	2.481,78	2.605,86
3- GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL FUNDAMENTAL													
SUBGRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR EM SAÚDE I													
CARGO: AUX. DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO, AUX. DE SERV. GERAIS, VIGIA, AUX. DE NUTRIÇÃO LIMPEZA E MANUTENÇÃO 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.007,33	1.057,70	1.110,58	1.166,11	1.224,42	1.285,64	1.349,92	1.417,41	1.488,29	1.562,70	1.640,83	1.722,88
15%	B	1.158,43	1.216,35	1.277,17	1.341,03	1.408,08	1.478,48	1.552,41	1.630,03	1.711,53	1.797,10	1.886,96	1.981,31
10%	C	1.274,27	1.337,99	1.404,89	1.475,13	1.548,89	1.626,33	1.707,65	1.793,03	1.882,68	1.976,81	2.075,66	2.179,44
10%	D	1.401,70	1.471,78	1.545,37	1.622,64	1.703,77	1.788,96	1.878,41	1.972,33	2.070,95	2.174,50	2.283,22	2.397,38
SUBGRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR EM SAÚDE II													
CARGO: AUX. ADMINISTRATIVO, AUX. DE ENFERMAGEM, AUX. DE LABORATORIO E MICROSCOPIA, AUX. DE RAIO X, AUX. DE CONSULTORIO DENTARIO 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.007,33	1.057,70	1.110,58	1.166,11	1.224,42	1.285,64	1.349,92	1.417,41	1.488,29	1.562,70	1.640,83	1.722,88
15%	B	1.158,43	1.216,35	1.277,17	1.341,03	1.408,08	1.478,48	1.552,41	1.630,03	1.711,53	1.797,10	1.886,96	1.981,31
10%	C	1.274,27	1.337,99	1.404,89	1.475,13	1.548,89	1.626,33	1.707,65	1.793,03	1.882,68	1.976,81	2.075,66	2.179,44
10%	D	1.401,70	1.471,78	1.545,37	1.622,64	1.703,77	1.788,96	1.878,41	1.972,33	2.070,95	2.174,50	2.283,22	2.397,38
SUBGRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR EM SAÚDE III													
CARGO: MOTORISTA DE VEICULOS LEVES 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.073,46	1.127,13	1.183,49	1.242,66	1.304,80	1.370,04	1.438,54	1.510,47	1.585,99	1.665,29	1.748,55	1.835,98
15%	B	1.234,48	1.296,20	1.361,01	1.429,06	1.500,52	1.575,54	1.654,32	1.737,04	1.823,89	1.915,08	2.010,84	2.111,38
10%	C	1.357,93	1.425,82	1.497,11	1.571,97	1.650,57	1.733,10	1.819,75	1.910,74	2.006,28	2.106,59	2.211,92	2.322,52
10%	D	1.493,72	1.568,41	1.646,83	1.729,17	1.815,63	1.906,41	2.001,73	2.101,81	2.206,90	2.317,25	2.433,11	2.554,77
SUBGRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR EM SAÚDE III													
CARGO: MOTORISTA 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.180,81	1.239,85	1.301,84	1.366,94	1.435,28	1.507,05	1.582,40	1.661,52	1.744,59	1.831,82	1.923,42	2.019,59
15%	B	1.357,93	1.425,83	1.497,12	1.571,98	1.650,57	1.733,10	1.819,76	1.910,75	2.006,28	2.106,60	2.211,93	2.322,52
10%	C	1.493,72	1.568,41	1.646,83	1.729,17	1.815,63	1.906,41	2.001,73	2.101,82	2.206,91	2.317,26	2.433,12	2.554,78
10%	D	1.643,10	1.725,25	1.811,51	1.902,09	1.997,19	2.097,05	2.201,91	2.312,00	2.427,60	2.548,98	2.676,43	2.810,25

ANEXO DO IMPACTO

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Recomposição Salarial dos salários dos servidores Públicos Municipais de Terra Nova do Norte/MT.

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

IMPACTO FINANCEIRO:

Receita Corrente Líquida 2018	32.884.775,69
Gasto Pessoal 2018	16.874.075,54
Percentual	**51,31%**
Receita Corrente Líquida 2019	34.529.014,48
Previsão dos Gastos Pessoal 2019	18.366.841,21
Percentual Previsto	**53,19%**
Receita Corrente Líquida 2020	36.255.465,20
Previsão dos Gastos Pessoal 2020	19.101.514,86
Percentual Previsto	**52,69%**
Receita Corrente Líquida 2021	38.068.238,46
Previsão dos Gastos Pessoal 2021	19.865.575,45
Acréscimo	1.169.779,93
Percentual Previsto	**52,18%**

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

ANEXO DO IMPACTO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO

(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Recomposição dos salários dos servidores da Prefeitura de Terra Nova do Norte.

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" do Município de Terra Nova do Norte - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019.

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.443/2019

SÚMULA: ***"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE – AATNN, CONVÊNIO PARA REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"***.

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, para aquisição de óleo diesel, mediante Termo de Convênio com a **ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE - AATNN**, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.801.228/0001-62, do Município de Terra Nova do Norte/MT.

Artigo 2º - O Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes, para o repasse do importe de R$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), para a aquisição de Óleo Diesel anual, será dividida em 09 (nove) parcelas, mensais e sucessivas, conforme cronograma abaixo:

MÊS	META	VALOR
Março	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Abril	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Maio	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Junho	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Julho	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Agosto	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Setembro	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Outubro	Repasse de produto será de	R$ 15.000

Novembro	Repasse de produto será de	R$ 15.000

Parágrafo único - O repasse financeiro de que dispõe este artigo serão destinados ao custeio do transporte escolar dos universitários, especificamente, para a aquisição de óleo diesel.

Artigo 3º - O Orçamento anual do município disporá a dotação específica visando atender a despesa autorizada no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único - As despesas de que tratam esta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12 – EDUCAÇÃO
Sub-Função: 364 – ENSINO SUPERIOR
Programa: 0010 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS
Projeto: 2155 – APOIO AOS ESTUDANTES NIVEL SUPERIOR
Natureza da Despesa:
0189 – 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES

Artigo 4º - A **ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE - AATNN** deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, conforme previsto em Termo de Convênio, cuja minuta segue anexa a esta lei.

§1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, nos prazos previstos, instruídas de acordo com as Cláusulas do Termo de Convênio.

§2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade Conveniada.

Artigo 5º - Caberá ao Município e ao Controle Interno Municipal a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

EDITAL DE RESULTADO

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2019.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 206/2019 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 26/2019

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 01/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE / MT

OBJETO: OBJETO: REFERE-SE À PROCESSO DE SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

EMPRESA VENCEDORA: CLAUDEMIR MENDES BARRANCO & CIA – LTDA – ME E CLINICA DRº ALEX CUNHA ALONSO S/S LTDA

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 25 DE MARÇO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 1.446/2019

SÚMULA: "Altera a redação do inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n. 1. 386, de 06 de junho de 2018 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Terra Nova do Norte/MT,, dá outras providências"

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n. 1.386 de 06 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 22,96% (vinte e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 16,12% (dezesseis inteiros e doze centésimos por cento) relativo ao custo normal e 6,84% (seis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em FEVEREIRO/2019.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, observado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Terra Nova do Norte/MT, 25 de março de 2019.

VALTER KHUN

Prefeito Municipal

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Ano de amortização	Alíquota
2019	6,84%
2020	8,05%
2021	9,27%
2022	10,49%
2023	11,70%
2024	12,92%
2025	14,13%
2026	15,35%
2027	16,57%
2028	17,78%
2029	20,28%
2030	22,79%
2031	25,29%
2032	27,79%
2033	30,29%
2034	32,80%
2035	35,30%
2036	37,80%

2037	40,31%
2038	42,81%
2039	45,31%
2040	47,81%

2041	50,32%
2042	52,82%
2043	55,32%

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2019

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE – AATNN, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

Pelo presente Termo de Convênio **O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato,101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO, e ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE - AATNN,** constitui-se sob a forma de Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, com sede administrativa situada no Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrito no sob n.º 29.801.228/0001-62, neste ato representado pelo sua Presidente, a **Srta. EMANUELLA DA SILVA BATISTA**, brasileira, solteira, estudante, portadora do RG nº 17216303 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n.º 737.971.541-00, residente e domiciliada nesta Comarca, neste ato chamado simplesmente de **ASSOCIAÇÃO,** resolvem desenvolver Convênio aprovada pela Lei Municipal nº 1.443/2019, a fim de**REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, NO IMPORTE DE R$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para a aquisição de óleo diesel, no Exercício de 2019, para a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE - AATNN,** entidade SEM FINS LUCRATIVOS, visando custear o transporte escolar dos universitários**,** objetivando atender as previsões contidas na Cláusula Primeira do referido Termo de Convênio, e observadas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Custear despesas, repassando recursos financeiros, no importe de R$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para a aquisição de óleo diesel, no Exercício de 2019, a fim de atender a Manutenção e Apoio aos Serviços do transporte escolar dos universitários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REPASSE:

O presente Termo de Convênio, tem como objeto repassar o importe R$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para a aquisição de óleo diesel, no Exercício de 2019, conforme cronograma de desembolso abaixo:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	META	VALOR
Março	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Abril	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Maio	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Junho	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Julho	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Agosto	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Setembro	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Outubro	Repasse de produto será de	R$ 15.000
Novembro	Repasse de produto será de	R$ 15.000

§ 1º - A liberação dos produtos referidos no presente artigo será feita na ordem de 09 (nove) parcelas mensais, na forma do cronograma de desembolso, a serem repassadas até o último dia útil de cada mês, encerrando-se no dia 30 de novembro de 2019, para custeio das despesas do transporte escolar dos universitários.

§ 2º - Os produtos serão disponibilizados pelo Município até o último dia útil de cada mês, para a **"ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE - AATNN"**, através de depósito bancário diretamente na conta corrente da associação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrão à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, de acordo com a autorização legislativa contida na Lei Municipal nº 1426/2018 e alterações, cuja previsão é a seguinte:

Órgão: 04 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12 – EDUCAÇÃO
Sub-Função: 364 – ENSINO SUPERIOR
Programa: 0010 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS
Projeto: 2155 – APOIO AOS ESTUDANTES NIVEL SUPERIOR
Natureza da Despesa:
0189 – 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até **30 de novembro de 2019.**

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da proponente decorrente deste presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Convênio deverá ser apresentada à PREFEITURA até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela do mês subsequente ao repasse, financeiro, contendo as seguintes peças:

a) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

b) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

c) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome da ASSOCIAÇÃO, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

d) As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas em nome da ASSOCIAÇÃO deverão ser emitidos em momento anterior ou concomitante ao pagamento.

e) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do **ASSOCIAÇÃO.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, a Secretaria Executiva da Associação poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste Termo de Convênio.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E ASSOCIAÇÃO

1º Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa da ASSOCIAÇÃO;

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Contrato de Convênio sem notificar a Associação previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado.

2º Compete a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos até o último dia útil de cada mês;

c) Movimentar conta específica em Instituição Financeira Oficial.

d) Devolver ao **MUNICIPIO** a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

e) Facilitar a supervisão e a fiscalização do **MUNICIPIO**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento da aplicação do recurso, sempre que solicitado, apresentando as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento.

f) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ASSOCIAÇÃO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da CONCEDENTE, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pela Divisão de Prestação de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

I. Utilização, pela ASSOCIAÇÃO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio; II. Falta de apresentação, pela associação, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES - Em caso de inadimplência ou não custeio das avarias e danos causados no veiculo por parte da ASSOCIAÇÃO, o MUNICÍPIO determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FÓRUM – Fica eleita o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Terra Nova do Norte - MT, 25 de março de 2019.

Valter Kuhn Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT	**Emanuella da Silva Batista** Presidente da Associação dos Acadêmicos de Terra Nova do Norte/MT

TESTEMUNHAS:

Nome:_____	Nome: _____

CPF: _____	CPF: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 74/2019

SÚMULA: Autoriza a reposição salarial para o exercício de 2019 aos servidores efetivos, pertencentes à área meio da Administração (Carreira Instrumental) e dá outras providências.

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a reposição salarial de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos) por cento sobre a remuneração base aos servidores da área meio da Administração do Município de Terra Nova do Norte, calculados sobre a folha salarial do mês de dezembro de 2018.

Parágrafo Único. A reposição salarial relativa ao exercício de 2019 terá efeito retroativo a partir da competência do mês de janeiro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei serão contabilizadas às dotações específicas das Secretarias de lotação dos servidores.

Art. 3º. Os anexos I e IV serão partes integrantes desta Lei, em substituição das tabelas da Lei Complementar nº 030/2013.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias à Lei Complementar nº 030/2013 e Lei Complementar nº 041/2015.

Gabinete do Prefeito de Terra Nova do Norte MT, aos vinte e cinco dias do mês de março dois mil e dezenove.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, VAGAS E VENCIMENTOS DA CARREIRA INSTRUMENTAL

GRUPO OCUPACIONAL	SUBGRUPO OCUPACIONAL	CARGO	CH	VAGAS	VENCIMENTO (R$)
GRUPO OCUPACIONAL – NIVEL SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS – I	CONTROLADORIA INTERNA	CONTROLADOR INTERNO	40	01	5.367,31
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-I	ADMINISTRADOR	40	01	1.610,19
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-II	ASSISTENTE SOCIAL	30	01	2.146,93
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-III	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	40	02	2.361,62
		ENGENHEIRO SANITARISTA	40	01	
		MÉDICO VETERINÁRIO	40	01	
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-IV	QUIMICO	40	01	2.576,31
		ANALISTA DE SISTEMAS	40	01	
		BIOLOGO	40	01	
		PSICOLOGO	40	01	
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-V	ANALISTA ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO	40	01	3.220,39
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-VI	CONTADOR	40	01	5.367,31
		ADVOGADO	40	02	
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-VII	ENGENHEIRO CIVIL	40	01	4.293,85
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-IV	QUIMICO	20	01	1.288,16
	EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-VI	ENGENHEIRO CIVIL	20	01	3.005,70
	FISCAL MUNICIPAL-I	FISCAL MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	40	01	2.146,93
		FISCAL MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	40	01	
		FISCAL MUNICIPAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA	40	01	
		FISCAL MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE	40	01	
		FISCAL MUNICIPAL DE RELAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)	40	01	
		FISCAL MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO FAZENDÁRIA	40	01	
GRUPO OCUPACIONAL – NIVEL MÉDIO/TÉCNICO					
	EDUCADOR SOCIAL I	INSTRUTOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	40	03	1.180,81
	TÉCNICO MUNICIPAL-I	TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS	40	02	1.341,83
		TÉCNICO AGRICOLA	40	02	
		AGENTE DE TRIBUTOS	40	02	
	TÉCNICO MUNICIPAL-II	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	40	01	1.771,21
	TÉCNICO MUNICIPAL-III	FISCAL MUNICIPAL DE TRIBUTOS	40	03	1.932,23
GRUPO OCUPACIONAL – ADMINISTRATIVO DE NIVEL MÉDIO					
GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS – III	ADMINISTRATIVO MUNICIPAL	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40	17	1.007,33
GRUPO OCUPACIONAL – NIVEL FUNDAMENTAL					
GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS – IV	AGENTE DE MANUTENÇÃO-I	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40	08	1.007,33
		AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO	40	07	

		AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40	20	
		VIGIA	40	06	
		PADEIRO (EM EXTINÇÃO)	40	02	
		ADJUNTO DE OPERAÇÕES	40	04	
	AGENTE DE MANUTENÇÃO-II	MOTORISTA DE VEICULOS LEVES	40	03	1.073,46
	AGENTE DE MANUTENÇÃO-III	MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS	40	10	1.180,81
	AGENTE DE MANUTENÇÃO-IV	ELETRICISTA DE VEICULOS E MÁQUINAS	40	01	1.395,50
		ELETRICISTA	40	01	
		OPERADOR DE MÁQUINAS	40	09	
	AGENTE DE MANUTENÇÃO-V	CHAPEADOR	40	01	1.449,17
	AGENTE DE MANUTENÇÃO-VI	MECÂNICO	40	02	1.771,21
		PEDREIRO	40	03	
	AGENTE DE MANUTENÇÃO-VII	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	40	09	1.932,23
	AGENTE DE MANUTENÇÃO-VIII	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	40	02	2.522,64

QUADRO DE VAGAS PARA ESTÁGIARIOS

CÓDIGO	VENCIMENTO INICIAL	CARGO	VAGAS
ENS	85,72% DO MENOR SALÁRIO	ESTÁGIARIO NIVEL SUPERIOR	06
ENM	70% DO MENOR SALÁRIO	ESTÁGIARIO NIVEL MÉDIO	06

ANEXO IV

QUADRO DE VENCIMENTO E PROGRESSÕES DOS CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA INSTRUMENTAL

1 - GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS I - NÍVEL SUPERIOR

SUBGRUPO OCUPACIONAL: CONTROLADORIA INTERNA

CARGO: CONTROLADOR INTERNO 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	5.367,31	5.635,68	5.917,46	6.213,33	6.524,00	6.850,20	7.192,71	7.552,34	7.929,96	8.326,46	8.742,78	9.179,92
10%	B	5.904,04	6.199,24	6.509,21	6.834,67	7.176,40	7.535,22	7.911,98	8.307,58	8.722,96	9.159,11	9.617,06	10.097,91
10%	C	6.494,45	6.819,17	7.160,13	7.518,13	7.894,04	8.288,74	8.703,18	9.138,34	9.595,25	10.075,02	10.578,77	11.107,71
10%	D	7.143,89	7.501,08	7.876,14	8.269,95	8.683,44	9.117,61	9.573,50	10.052,17	10.554,78	11.082,52	11.636,64	12.218,48

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-I

CARGO: ADMINISTRADOR 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.610,19	1.690,70	1.775,23	1.864,00	1.957,20	2.055,06	2.157,81	2.265,70	2.378,98	2.497,93	2.622,83	2.753,97
10%	B	1.771,21	1.859,77	1.952,76	2.050,40	2.152,92	2.260,56	2.373,59	2.492,27	2.616,88	2.747,73	2.885,11	3.029,37
10%	C	1.948,33	2.045,75	2.148,03	2.255,44	2.368,21	2.486,62	2.610,95	2.741,50	2.878,57	3.022,50	3.173,62	3.332,31
10%	D	2.143,16	2.250,32	2.362,84	2.480,98	2.605,03	2.735,28	2.872,04	3.015,65	3.166,43	3.324,75	3.490,99	3.665,54

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-II

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL 30 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.146,93	2.254,28	2.366,99	2.485,34	2.609,61	2.740,09	2.877,09	3.020,95	3.171,99	3.330,59	3.497,12	3.671,98
10%	B	2.361,62	2.479,70	2.603,69	2.733,87	2.870,57	3.014,10	3.164,80	3.323,04	3.489,19	3.663,65	3.846,84	4.039,18
10%	C	2.597,79	2.727,67	2.864,06	3.007,26	3.157,62	3.315,51	3.481,28	3.655,34	3.838,11	4.030,02	4.231,52	4.443,09
10%	D	2.857,56	3.000,44	3.150,46	3.307,99	3.473,39	3.647,06	3.829,41	4.020,88	4.221,92	4.433,02	4.654,67	4.887,40

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-III

CARGO: ENG. AGRONOMO, ENG. SANITARISTA, MÉDICO VETERINÁRIO 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.361,62	2.479,70	2.603,69	2.733,87	2.870,56	3.014,09	3.164,80	3.323,04	3.489,19	3.663,65	3.846,83	4.039,17
10%	B	2.597,78	2.727,67	2.864,05	3.007,26	3.157,62	3.315,50	3.481,28	3.655,34	3.838,11	4.030,01	4.231,51	4.443,09
10%	C	2.857,56	3.000,44	3.150,46	3.307,98	3.473,38	3.647,05	3.829,40	4.020,87	4.221,92	4.433,01	4.654,66	4.887,40
10%	D	3.143,32	3.300,48	3.465,51	3.638,78	3.820,72	4.011,76	4.212,34	4.422,96	4.644,11	4.876,32	5.120,13	5.376,14

SUBGRUPO OCUPACIONAL:EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-IV

CARGO: QUIMICO, ANALISTA DE SISTEMAS, BIOLOGO, PSICÓLOGO 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.576,31	2.705,13	2.840,38	2.982,40	3.131,52	3.288,10	3.452,50	3.625,13	3.806,38	3.996,70	4.196,54	4.406,36
10%	B	2.833,94	2.975,64	3.124,42	3.280,64	3.444,67	3.616,91	3.797,75	3.987,64	4.187,02	4.396,37	4.616,19	4.847,00
10%	C	3.117,34	3.273,20	3.436,86	3.608,71	3.789,14	3.978,60	4.177,53	4.386,40	4.605,72	4.836,01	5.077,81	5.331,70
10%	D	3.429,07	3.600,52	3.780,55	3.969,58	4.168,05	4.376,46	4.595,28	4.825,04	5.066,30	5.319,61	5.585,59	5.864,87

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-V

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	3.220,39	3.381,41	3.550,48	3.728,00	3.914,40	4.110,12	4.315,63	4.531,41	4.757,98	4.995,88	5.245,68	5.507,96
10%	B	3.542,43	3.719,55	3.905,53	4.100,80	4.305,84	4.521,14	4.747,19	4.984,55	5.233,78	5.495,47	5.770,24	6.058,76
10%	C	3.896,67	4.091,51	4.296,08	4.510,88	4.736,43	4.973,25	5.221,91	5.483,01	5.757,16	6.045,02	6.347,27	6.664,63
10%	D	4.286,34	4.500,66	4.725,69	4.961,97	5.210,07	5.470,58	5.744,10	6.031,31	6.332,88	6.649,52	6.981,99	7.331,09

SUBGRUPO OCUPACIONAL:EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-VI

CARGO: CONTADOR, ADVOGADO 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	5.367,31	5.635,68	5.917,46	6.213,33	6.524,00	6.850,20	7.192,71	7.552,34	7.929,96	8.326,46	8.742,78	9.179,92
10%	B	5.904,04	6.199,24	6.509,21	6.834,67	7.176,40	7.535,22	7.911,98	8.307,58	8.722,96	9.159,11	9.617,06	10.097,91
10%	C	6.494,45	6.819,17	7.160,13	7.518,13	7.894,04	8.288,74	8.703,18	9.138,34	9.595,25	10.075,02	10.578,77	11.107,71
10%	D	7.143,89	7.501,08	7.876,14	8.269,95	8.683,44	9.117,61	9.573,50	10.052,17	10.554,78	11.082,52	11.636,64	12.218,48

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-VII

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	4.293,85	4.508,54	4.733,97	4.970,67	5.219,20	5.480,16	5.754,17	6.041,88	6.343,97	6.661,17	6.994,23	7.343,94
10%	B	4.723,24	4.959,40	5.207,37	5.467,73	5.741,12	6.028,18	6.329,59	6.646,07	6.978,37	7.327,29	7.693,65	8.078,33
10%	C	5.195,56	5.455,34	5.728,10	6.014,51	6.315,23	6.631,00	6.962,55	7.310,67	7.676,21	8.060,02	8.463,02	8.886,17
10%	D	5.715,11	6.000,87	6.300,91	6.615,96	6.946,76	7.294,10	7.658,80	8.041,74	8.443,83	8.866,02	9.309,32	9.774,79

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-IV

CARGO: QUIMICO 20 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.288,16	1.352,57	1.420,20	1.491,21	1.565,77	1.644,05	1.726,26	1.812,57	1.903,20	1.998,36	2.098,28	2.203,19
10%	B	1.416,98	1.487,82	1.562,22	1.640,33	1.722,34	1.808,46	1.898,88	1.993,83	2.093,52	2.198,19	2.308,10	2.423,51
10%	C	1.558,67	1.636,61	1.718,44	1.804,36	1.894,58	1.989,31	2.088,77	2.193,21	2.302,87	2.418,01	2.538,92	2.665,86
10%	D	1.714,54	1.800,27	1.890,28	1.984,80	2.084,04	2.188,24	2.297,65	2.412,53	2.533,16	2.659,82	2.792,81	2.932,45

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EXECUTIVO PÚBLICO MUNICIPAL-VII

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL 20 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	3.005,70	3.155,99	3.313,78	3.479,47	3.653,45	3.836,12	4.027,93	4.229,32	4.440,79	4.662,83	4.895,97	5.140,77
10%	B	3.306,27	3.471,58	3.645,16	3.827,42	4.018,79	4.219,73	4.430,72	4.652,25	4.884,87	5.129,11	5.385,57	5.654,84
10%	C	3.636,90	3.818,74	4.009,68	4.210,16	4.420,67	4.641,70	4.873,79	5.117,48	5.373,35	5.642,02	5.924,12	6.220,33
10%	D	4.000,59	4.200,62	4.410,65	4.631,18	4.862,74	5.105,88	5.361,17	5.629,23	5.910,69	6.206,22	6.516,53	6.842,36

SUBGRUPO OCUPACIONAL:FISCAL MUNICIPAL-I

CARGO: FISCAL MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO; DE MEIO AMBIENTE; DE VIGILANCIA SANITÁRIA; DE TRÂNSITO E TRANSPORTE; DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON); DE TRIBUTAÇÃO FAZENDÁRIA 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.146,93	2.254,28	2.366,99	2.485,34	2.609,61	2.740,09	2.877,09	3.020,95	3.171,99	3.330,59	3.497,12	3.671,98
10%	B	2.361,62	2.479,70	2.603,69	2.733,87	2.870,57	3.014,10	3.164,80	3.323,04	3.489,19	3.663,65	3.846,84	4.039,18
10%	C	2.597,79	2.727,67	2.864,06	3.007,26	3.157,62	3.315,51	3.481,28	3.655,34	3.838,11	4.030,02	4.231,52	4.443,09
10%	D	2.857,56	3.000,44	3.150,46	3.307,99	3.473,39	3.647,06	3.829,41	4.020,88	4.221,92	4.433,02	4.654,67	4.887,40

2 - GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS II - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

SUBGRUPO OCUPACIONAL: EDUCADOR SOCIAL-I

CARGO: INSTRUTOR DE PROGRAMAS SOCIAIS 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.180,81	1.239,85	1.301,84	1.366,94	1.435,28	1.507,05	1.582,40	1.661,52	1.744,59	1.831,82	1.923,42	2.019,59
10%	B	1.298,89	1.363,84	1.432,03	1.503,63	1.578,81	1.657,75	1.740,64	1.827,67	1.919,05	2.015,01	2.115,76	2.221,54
10%	C	1.428,78	1.500,22	1.575,23	1.653,99	1.736,69	1.823,53	1.914,70	2.010,44	2.110,96	2.216,51	2.327,33	2.443,70
10%	D	1.571,66	1.650,24	1.732,75	1.819,39	1.910,36	2.005,88	2.106,17	2.211,48	2.322,05	2.438,16	2.560,07	2.688,07

SUBGRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO MUNICIPAL-I

CARGO: TÉNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS, TÉCNICO AGRICOLA, AGENTE DE TRIBUTOS 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.341,83	1.408,92	1.479,37	1.553,34	1.631,00	1.712,55	1.798,18	1.888,09	1.982,49	2.081,62	2.185,70	2.294,98
10%	B	1.476,01	1.549,81	1.627,30	1.708,67	1.794,10	1.883,81	1.978,00	2.076,90	2.180,74	2.289,78	2.404,27	2.524,48
10%	C	1.623,61	1.704,80	1.790,03	1.879,54	1.973,51	2.072,19	2.175,80	2.284,59	2.398,82	2.518,76	2.644,70	2.776,93
10%	D	1.785,98	1.875,27	1.969,04	2.067,49	2.170,86	2.279,41	2.393,38	2.513,05	2.638,70	2.770,63	2.909,17	3.054,62

SUBGRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO MUNICIPAL-II

CARGO: TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.771,21	1.859,77	1.952,76	2.050,40	2.152,92	2.260,56	2.373,59	2.492,27	2.616,88	2.747,73	2.885,11	3.029,37
10%	B	1.948,33	2.045,75	2.148,03	2.255,44	2.368,21	2.486,62	2.610,95	2.741,50	2.878,57	3.022,50	3.173,63	3.332,31
10%	C	2.143,16	2.250,32	2.362,84	2.480,98	2.605,03	2.735,28	2.872,04	3.015,65	3.166,43	3.324,75	3.490,99	3.665,54
10%	D	2.357,48	2.475,35	2.599,12	2.729,08	2.865,53	3.008,81	3.159,25	3.317,21	3.483,07	3.657,23	3.840,09	4.032,09

SUBGRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO MUNICIPAL-III

CARGO: FISCAL MUNICIPAL DE TRIBUTOS 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.932,23	2.028,84	2.130,28	2.236,80	2.348,64	2.466,07	2.589,37	2.718,84	2.854,78	2.997,52	3.147,40	3.304,77
10%	B	2.125,45	2.231,73	2.343,31	2.460,48	2.583,50	2.712,68	2.848,31	2.990,73	3.140,26	3.297,28	3.462,14	3.635,25
10%	C	2.338,00	2.454,90	2.577,64	2.706,53	2.841,85	2.983,94	3.133,14	3.289,80	3.454,29	3.627,00	3.808,35	3.998,77
10%	D	2.571,80	2.700,39	2.835,41	2.977,18	3.126,04	3.282,34	3.446,46	3.618,78	3.799,72	3.989,70	4.189,19	4.398,65

3 - GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS III - ADMINISTRATIVO DE NÍVEL MÉDIO

SUBGRUPO OCUPACIONAL: ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.007,33	1.057,70	1.110,58	1.166,11	1.224,42	1.285,64	1.349,92	1.417,41	1.488,29	1.562,70	1.640,83	1.722,88
10%	B	1.108,06	1.163,47	1.221,64	1.282,72	1.346,86	1.414,20	1.484,91	1.559,16	1.637,11	1.718,97	1.804,92	1.895,16
10%	C	1.218,87	1.279,81	1.343,80	1.410,99	1.481,54	1.555,62	1.633,40	1.715,07	1.800,83	1.890,87	1.985,41	2.084,68
10%	D	1.340,76	1.407,79	1.478,18	1.552,09	1.629,70	1.711,18	1.796,74	1.886,58	1.980,91	2.079,95	2.183,95	2.293,15

4 - GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS IV - NÍVEL FUNDAMENTAL

SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-I

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO, AUX. DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO, AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, VIGIA, PADEIRO (EM EXTINÇÃO), ADJUNTO DE OPERAÇÕES 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.007,33	1.057,70	1.110,58	1.166,11	1.224,42	1.285,64	1.349,92	1.417,41	1.488,29	1.562,70	1.640,83	1.722,88
10%	B	1.108,06	1.163,47	1.221,64	1.282,72	1.346,86	1.414,20	1.484,91	1.559,16	1.637,11	1.718,97	1.804,92	1.895,16
10%	C	1.218,87	1.279,81	1.343,80	1.410,99	1.481,54	1.555,62	1.633,40	1.715,07	1.800,83	1.890,87	1.985,41	2.084,68
10%	D	1.340,76	1.407,79	1.478,18	1.552,09	1.629,70	1.711,18	1.796,74	1.886,58	1.980,91	2.079,95	2.183,95	2.293,15

SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-II

CARGO: MOTORISTA DE VEICULOS LEVES 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.073,46	1.127,13	1.183,49	1.242,66	1.304,80	1.370,04	1.438,54	1.510,47	1.585,99	1.665,29	1.748,55	1.835,98
10%	B	1.180,81	1.239,85	1.301,84	1.366,93	1.435,28	1.507,04	1.582,39	1.661,51	1.744,59	1.831,82	1.923,41	2.019,58
10%	C	1.298,89	1.363,83	1.432,02	1.503,62	1.578,80	1.657,75	1.740,63	1.827,66	1.919,05	2.015,00	2.115,75	2.221,54
10%	D	1.428,78	1.500,21	1.575,22	1.653,99	1.736,69	1.823,52	1.914,70	2.010,43	2.110,95	2.216,50	2.327,32	2.443,69

SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-III

CARGO: MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.180,81	1.239,85	1.301,84	1.366,94	1.435,28	1.507,05	1.582,40	1.661,52	1.744,59	1.831,82	1.923,42	2.019,59
10%	B	1.298,89	1.363,84	1.432,03	1.503,63	1.578,81	1.657,75	1.740,64	1.827,67	1.919,05	2.015,01	2.115,76	2.221,54
10%	C	1.428,78	1.500,22	1.575,23	1.653,99	1.736,69	1.823,53	1.914,70	2.010,44	2.110,96	2.216,51	2.327,33	2.443,70
10%	D	1.571,66	1.650,24	1.732,75	1.819,39	1.910,36	2.005,88	2.106,17	2.211,48	2.322,05	2.438,16	2.560,07	2.688,07

SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-IV

CARGO: ELETRICISTA DE VEIC. E MÁQUINAS, ELETRICISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.395,50	1.465,28	1.538,54	1.615,47	1.696,24	1.781,05	1.870,10	1.963,61	2.061,79	2.164,88	2.273,12	2.386,78
10%	B	1.535,05	1.611,80	1.692,39	1.777,01	1.865,86	1.959,16	2.057,11	2.159,97	2.267,97	2.381,37	2.500,43	2.625,46
10%	C	1.688,56	1.772,98	1.861,63	1.954,71	2.052,45	2.155,07	2.262,83	2.375,97	2.494,76	2.619,50	2.750,48	2.888,00
10%	D	1.857,41	1.950,28	2.047,80	2.150,18	2.257,69	2.370,58	2.489,11	2.613,56	2.744,24	2.881,45	3.025,53	3.176,80

SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-V

CARGO: CHAPEADOR 40 HORAS

		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.449,17	1.521,63	1.597,71	1.677,60	1.761,48	1.849,55	1.942,03	2.039,13	2.141,08	2.248,14	2.360,55	2.478,57
10%	B	1.594,09	1.673,79	1.757,48	1.845,35	1.937,62	2.034,50	2.136,23	2.243,04	2.355,19	2.472,95	2.596,60	2.726,43
10%	C	1.753,50	1.841,17	1.933,23	2.029,89	2.131,38	2.237,95	2.349,85	2.467,34	2.590,71	2.720,25	2.856,26	2.999,07
10%	D	1.928,85	2.025,29	2.126,55	2.232,88	2.344,52	2.461,75	2.584,84	2.714,08	2.849,78	2.992,27	3.141,89	3.298,98

SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-VI													
CARGO: MECÂNICO, PEDREIRO 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.771,21	1.859,77	1.952,76	2.050,40	2.152,92	2.260,56	2.373,59	2.492,27	2.616,88	2.747,73	2.885,11	3.029,37
10%	B	1.948,33	2.045,75	2.148,03	2.255,44	2.368,21	2.486,62	2.610,95	2.741,50	2.878,57	3.022,50	3.173,63	3.332,31
10%	C	2.143,16	2.250,32	2.362,84	2.480,98	2.605,03	2.735,28	2.872,04	3.015,65	3.166,43	3.324,75	3.490,99	3.665,54
10%	D	2.357,48	2.475,35	2.599,12	2.729,08	2.865,53	3.008,81	3.159,25	3.317,21	3.483,07	3.657,23	3.840,09	4.032,09
SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-VII													
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.932,23	2.028,84	2.130,28	2.236,80	2.348,64	2.466,07	2.589,37	2.718,84	2.854,78	2.997,52	3.147,40	3.304,77
10%	B	2.125,45	2.231,73	2.343,31	2.460,48	2.583,50	2.712,68	2.848,31	2.990,73	3.140,26	3.297,28	3.462,14	3.635,25
10%	C	2.338,00	2.454,90	2.577,64	2.706,53	2.841,85	2.983,94	3.133,14	3.289,80	3.454,29	3.627,00	3.808,35	3.998,77
10%	D	2.571,80	2.700,39	2.835,41	2.977,18	3.126,04	3.282,34	3.446,46	3.618,78	3.799,72	3.989,70	4.189,19	4.398,65
SUBGRUPO OCUPACIONAL: AGENTE DE MANUTENÇÃO-VIII													
CARGO: MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS 40 HORAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	2.522,64	2.648,77	2.781,21	2.920,27	3.066,28	3.219,60	3.380,58	3.549,61	3.727,09	3.913,44	4.109,11	4.314,57
10%	B	2.774,90	2.913,65	3.059,33	3.212,30	3.372,91	3.541,56	3.718,64	3.904,57	4.099,80	4.304,79	4.520,03	4.746,03
10%	C	3.052,39	3.205,01	3.365,26	3.533,53	3.710,20	3.895,71	4.090,50	4.295,03	4.509,78	4.735,27	4.972,03	5.220,63
10%	D	3.357,63	3.525,52	3.701,79	3.886,88	4.081,22	4.285,29	4.499,55	4.724,53	4.960,75	5.208,79	5.469,23	5.742,69

ANEXO DO IMPACTO

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Reposição dos salários dos servidores Públicos Municipais de Terra Nova do Norte/MT.

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

IMPACTO FINANCEIRO:

Receita Corrente Líquida 2018	32.884.775,69
Gasto Pessoal 2018	16.874.075,54
Percentual	**51,31%**
Receita Corrente Líquida 2019	34.529.014,48
Previsão dos Gastos Pessoal 2019	18.366.841,21
Percentual Previsto	**53,19%**
Receita Corrente Líquida 2020	36.255.465,20
Previsão dos Gastos Pessoal 2020	19.101.514,86
Percentual Previsto	**52,69%**
Receita Corrente Líquida 2021	38.068.238,46
Previsão dos Gastos Pessoal 2021	19.865.575,45
Acréscimo	1.169.779,93
Percentual Previsto	**52,18%**

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

ANEXO DO IMPACTO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO

(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Reposição dos salários dos servidores Públicos Municipais de Terra Nova do Norte/MT.

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" do Município de Terra Nova do Norte - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019.

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

PREVITER
PORTARIA Nº 008/2019

"Dispõe sobre a retificação dos termos da portaria nº 007/2019 que versa sobre: *convocação para a realização* de reavaliação médica (junta medica) anual dos aposentados por invalidez *do PREVITER- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Terra Nova do Norte*".

A DIRETORA EXECUTIVA DO PREVITER DA PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, RESPONSÁVEL PELO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, no uso das atribuições legais lhe conferidas pelo art. 79 Lei Municipal n.º 1.386/2018 de 15 de Maio de 2018;

Considerando o disposto no art. 12, §¨7º da Lei Municipal n° 1.386/2018, de 15 de Maio de 2018

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores inativos do PREVITER em gozo do benefício de aposentadoria por invalidez (Anexo I), para submeterem-se à reavaliação médico-pericial com a junta médica do PREVITER, devendo para tanto comparecerem pessoalmente nas dependências do PREVITER, localizado na Av. Cloves Felicio Vetorato, nº 101, Bairro: Centro, nesta municipalidade, para recebimento e ciência da convocação da perícia da reavaliação médica.

Art. 2º - A reavaliação pericial com a junta medica do PREVITER será no dia 15.04.2019 no município de Terra Nova do Norte

§ 1º Não será permitida a reavaliação médica, na forma prevista no caput, por terceiros, ainda que seja apresentada procuração para tais fins.

§ 2º No ato da reavaliação médica, os inativos aposentados por invalidez, deverão submeter-se ao exame médico pericial pela Junta Medica do PREVITER, a fim de atestarem a permanência ou não de sua incapacidade.

§ 3º Estão excluídos do ato pericial previsto no parágrafo segundo o inativo aposentado por invalidez que tiver idade igual ou superior a 75(setenta) anos.

Art. 3º O servidor inativo aposentado por invalidez que não comparecer para o agendamento da perícia, bem como se recusar a ser submetido à avaliação médico-pericial, terá suspenso o pagamento dos proventos de sua aposentadoria.

§ 1º A retenção do pagamento do benefício perdurará até que seja efetuada a reavaliação médica pericial com a junta medica, de acordo com as regras estabelecidas na presente Portaria.

Art. 3º O servidor inativo aposentado por invalidez que readquirir as condições necessárias ao exercício de cargo público será revertido ao serviço público na forma estabelecida no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Terra Nova do Norte - MT, 20 de Março de 2019.

_____

M**arcilene Guariente**

Diretor Executiva PREVITER

ANEXO I

APOSENTADOS POR INVALIDEZ

1- Antonia de Lourdes Lanzarini

2- Carlos Dias Ferreira

3- Carlos Nicola Hellstrom

4- Ederval Miranda de Araujo

5- Elaine de Fatima de Oliveira

6- Evilasio Oliveira da Silva

7- Joao de Lima

8- Jose Domingos Farto

9- Jose Lirio Rodrigues da Silva

10- Maeli Gonçalves de Souza

11- Terezinha de Freitas

12- Vilmar Bampi

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 73/2019

SÚMULA: "Autoriza o Reajuste Geral Anual-RGA e Reposição Salarial relativo ao exercício de 2019 aos profissionais da Educação do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências."

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Reajuste Geral Anual-RGA (Magistério) e reposição salarial (Apoio) aos servidores da Educação do Município de Terra Nova do Norte, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nas seguintes condicionantes:

I. Pessoal Magistério: índice de 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos) por cento de reposição sobre o salário base de dezembro de 2.018.

Parágrafo Único. A reposição salarial relativa ao exercício de 2019, ao Pessoal do Magistério terá efeito retroativo a partir da competência do mês de janeiro de 2019.

II. Pessoal de Apoio: (Especialistas em educação I e II, Técnico em Educação II, III e IV, Auxiliar em Educação II e III e Condutor de Transporte Escolar), índice de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos) por cento de reposição sobre o salário base de dezembro de 2.018.

Parágrafo Único. A reposição salarial relativa ao exercício de 2019, aos servidores da Secretaria Municipal de Educação (Pessoal de Apoio) terá efeito retroativo a partir da competência do mês de janeiro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei serão contabilizadas às dotações específicas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Os anexos I e VI são partes integrantes desta Lei, em substituição das tabelas da Lei Complementar nº 032/2013.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias à Lei Complementar nº 032/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, VENCIMENTOS E VAGAS

GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS	SUBGRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS		CARGO	CH	VENCIMENTO	VAGAS
Grupo de Nível Superior	Professor de Nível Superior e Médio	Professor de Nível Superior e Médio	Professor Nível Médio I (Magistério)	30H	R$ 1.923,22	15
			Professor Nível Superior II (Licenciatura Plena)	30H	R$ 2.884,83	60
			Professor Pós Graduado III	30H	R$ 3.269,47	75
			Professor Mestrado IV	30H	R$ 3.846,44	10
			Professor Doutorado V	30H	R$ 4.231,08	5
	Especialista em Educação	Especialista em Educação I	Fonoaudiólogo	40H	R$ 2.256,40	01
		Especialista em Educação II	Nutricionista	40H	R$ 2.920,04	01
			Psicólogo	40H		01
Grupo de Nível Médio/ Técnico	Técnico em Educação	Técnico em Educação I	Auxiliar de Administrativo	40H	R$ 1.007,33	05
			Auxiliar Técnico de Esporte	40H		04
		Técnico em Educação II	Assistente Administrativo	40H	R$ 1.128,20	04
		Técnico em Educação III	Monitor de Creche	40H	R$ 1.460,03	12
		Técnico em Educação IV	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	40H	R$ 2.190,04	02
Grupo de Nível Fundamental	Auxiliar em Educação	Auxiliar em Educação I	Vigia	40H	R$ 1.007,33	20
			Auxiliar de Serviços Gerais	40H		10
			Auxiliar de Nutrição, Limpeza e Manutenção	40H		45
			Adjuntos de Operações	40H		04
		Auxiliar em Educação II	Marceneiro	40H	R$ 1.791,86	02
		Auxiliar em Educação III	Mecânico de Veículo Automotor	40H	R$ 2.654,59	02
	Transporte Escolar	Condutor de Transporte Escolar	Motorista	40H	R$ 1.460,03	26
			TOTAL			**304**

ANEXO VI

QUADRO DE CARGOS, VENCIMENTOS E VAGAS PARA PROFESSOR SUBSTITUTO

Grupo Ocupacional de Cargos	Subgrupo Ocupacional de Cargos		C/H	VALOR	VAGAS
Grupo de Nível Superior	Professor de Nível Superior	Professor de Nível Superior	hora aula	**R$ 24,04**	12
Grupo de Nível Médio Cursando Nível Superior	Professor de Nível Magistério e Médio	Professor de Nível Magistério e Médio	hora aula	**R$ 16,03**	10
TOTAL					**22**

ANEXO IV

TABELAS DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR

TABELA DE PROGRESSÃO E NÍVEL DE PROFESSORES - 30 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	A	1.923,22	2.000,15	2.086,69	2.182,85	2.288,63	2.404,03	2.557,88	2.711,74	2.884,83	2.942,53	3.000,22	3.057,92
1,5	B	2.884,83	3.000,22	3.130,04	3.274,28	3.432,95	3.606,04	3.836,82	4.067,61	4.327,25	4.413,79	4.500,33	4.586,88
1,7	C	3.269,47	3.400,25	3.547,38	3.710,85	3.890,67	4.086,84	4.348,40	4.609,96	4.904,21	5.002,30	5.100,38	5.198,46
2	D	3.846,44	4.000,30	4.173,39	4.365,71	4.577,26	4.808,05	5.115,77	5.423,48	5.769,66	5.885,05	6.000,45	6.115,84
2,2	E	4.231,08	4.400,33	4.590,73	4.802,28	5.034,99	5.288,86	5.627,34	5.965,83	6.346,63	6.473,56	6.600,49	6.727,42

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - I - FONOAUDIOLOGO - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1,1	A	2.256,40	2.346,66	2.448,19	2.561,01	2.685,12	2.820,50	3.001,01	3.181,52	3.384,60	3.452,29	3.519,98	3.587,68

1,1	B	2.482,04	2.581,32	2.693,01	2.817,12	2.953,63	3.102,55	3.301,11	3.499,68	3.723,06	3.797,52	3.871,98	3.946,44
1,1	C	2.730,24	2.839,45	2.962,31	3.098,83	3.248,99	3.412,81	3.631,22	3.849,64	4.095,37	4.177,27	4.259,18	4.341,09
1,1	D	3.003,27	3.123,40	3.258,55	3.408,71	3.573,89	3.754,09	3.994,35	4.234,61	4.504,90	4.595,00	4.685,10	4.775,20

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - II - NUTRICIONISTA, PSICOLOGO - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1,1	A	2.920,04	3.036,84	3.168,24	3.314,25	3.474,85	3.650,05	3.883,65	4.117,26	4.380,06	4.467,66	4.555,26	4.642,86
1,1	B	3.212,04	3.340,53	3.485,07	3.645,67	3.822,33	4.015,06	4.272,02	4.528,98	4.818,07	4.914,43	5.010,79	5.107,15
1,1	C	3.533,25	3.674,58	3.833,57	4.010,24	4.204,57	4.416,56	4.699,22	4.981,88	5.299,87	5.405,87	5.511,87	5.617,86
1,1	D	3.886,57	4.042,04	4.216,93	4.411,26	4.625,02	4.858,22	5.169,14	5.480,07	5.829,86	5.946,46	6.063,05	6.179,65

GRUPO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - I - AUXILIAR ADMINSTRATIVO, AUXILIAR TÉCNICO DE ESPORTE - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	A	1.007,33	1.047,62	1.092,95	1.143,32	1.198,72	1.259,16	1.339,75	1.420,34	1.511,00	1.541,21	1.571,43	1.601,65
1,1	B	1.108,06	1.152,39	1.202,25	1.257,65	1.318,59	1.385,08	1.473,72	1.562,37	1.662,09	1.695,34	1.728,58	1.761,82
1,15	C	1.274,27	1.325,24	1.382,59	1.446,30	1.516,38	1.592,84	1.694,78	1.796,72	1.911,41	1.949,64	1.987,87	2.026,09
1,1	D	1.401,70	1.457,77	1.520,84	1.590,93	1.668,02	1.752,12	1.864,26	1.976,40	2.102,55	2.144,60	2.186,65	2.228,70

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - II - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1,1	A	1.128,20	1.173,33	1.224,10	1.280,51	1.342,56	1.410,25	1.500,51	1.590,76	1.692,30	1.726,15	1.759,99	1.793,84
1,1	B	1.241,02	1.290,66	1.346,51	1.408,56	1.476,81	1.551,28	1.650,56	1.749,84	1.861,53	1.898,76	1.935,99	1.973,22
1,5	C	1.427,17	1.484,26	1.548,48	1.619,84	1.698,34	1.783,97	1.898,14	2.012,31	2.140,76	2.183,57	2.226,39	2.269,21
1,1	D	1.569,89	1.632,69	1.703,33	1.781,83	1.868,17	1.962,36	2.087,95	2.213,55	2.354,84	2.401,93	2.449,03	2.496,13

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - III - MONITOR DE CRECHE - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1,1	A	1.460,03	1.518,43	1.584,13	1.657,13	1.737,44	1.825,04	1.941,84	2.058,64	2.190,05	2.233,85	2.277,65	2.321,45
1,1	B	1.606,03	1.670,27	1.742,55	1.822,85	1.911,18	2.007,54	2.136,02	2.264,51	2.409,05	2.457,23	2.505,41	2.553,59
1,5	C	1.846,94	1.920,82	2.003,93	2.096,27	2.197,86	2.308,67	2.456,43	2.604,18	2.770,41	2.825,82	2.881,22	2.936,63
1,1	D	2.031,63	2.112,90	2.204,32	2.305,90	2.417,64	2.539,54	2.702,07	2.864,60	3.047,45	3.108,40	3.169,35	3.230,29

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - IV - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA 40H

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1,1	A	2.190,04	2.277,64	2.376,19	2.485,70	2.606,15	2.737,55	2.912,75	3.087,96	3.285,06	3.350,76	3.416,46	3.482,16
1,1	B	2.409,04	2.505,41	2.613,81	2.734,26	2.866,76	3.011,31	3.204,03	3.396,75	3.613,57	3.685,84	3.758,11	3.830,38
1,5	C	2.770,40	2.881,22	3.005,88	3.144,40	3.296,78	3.463,00	3.684,63	3.906,26	4.155,60	4.238,71	4.321,82	4.404,94
1,1	D	3.047,44	3.169,34	3.306,47	3.458,85	3.626,45	3.809,30	4.053,10	4.296,89	4.571,16	4.662,58	4.754,01	4.845,43

GRUPO DE NÍVEL FUNDAMENTAL

AUXILIAR EM EDUCAÇÃO - I - VIGIA, AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO, ADJUNTO DE OPERAÇÕES - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1,1	A	1.007,33	1.047,62	1.092,95	1.143,32	1.198,72	1.259,16	1.339,75	1.420,34	1.511,00	1.541,21	1.571,43	1.601,65
1,1	B	1.108,06	1.152,39	1.202,25	1.257,65	1.318,59	1.385,08	1.473,72	1.562,37	1.662,09	1.695,34	1.728,58	1.761,82
1,1	C	1.218,87	1.267,62	1.322,47	1.383,42	1.450,45	1.523,59	1.621,10	1.718,61	1.828,30	1.864,87	1.901,44	1.938,00
1,1	D	1.340,76	1.394,39	1.454,72	1.521,76	1.595,50	1.675,95	1.783,21	1.890,47	2.011,13	2.051,36	2.091,58	2.131,80

AUXILIAR EM EDUCAÇÃO - II - MARCENEIRO - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1,1	A	1.791,86	1.863,53	1.944,17	2.033,76	2.132,31	2.239,83	2.383,17	2.526,52	2.687,79	2.741,55	2.795,30	2.849,06
1,1	B	1.971,05	2.049,89	2.138,58	2.237,14	2.345,54	2.463,81	2.621,49	2.779,17	2.956,57	3.015,70	3.074,83	3.133,96
1,1	C	2.168,15	2.254,88	2.352,44	2.460,85	2.580,10	2.710,19	2.883,64	3.057,09	3.252,23	3.317,27	3.382,31	3.447,36
1,1	D	2.384,97	2.480,36	2.587,69	2.706,94	2.838,11	2.981,21	3.172,00	3.362,80	3.577,45	3.649,00	3.720,55	3.792,10

AUXILIAR EM EDUCAÇÃO - III - MECÂNICO DE VEICULO AUTOMOTOR - 40 HORAS

		1	1,04	1,085	1,135	1,19	1,25	1,33	1,41	1,5	1,53	1,56	1,59
		NIVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

1,1	**A**	2.654,59	2.760,77	2.880,23	3.012,96	3.158,96	3.318,24	3.530,60	3.742,97	3.981,89	4.061,52	4.141,16	4.220,80
1,1	**B**	2.920,05	3.036,85	3.168,25	3.314,26	3.474,86	3.650,06	3.883,67	4.117,27	4.380,07	4.467,67	4.555,28	4.642,88
1,1	**C**	3.212,05	3.340,54	3.485,08	3.645,68	3.822,34	4.015,07	4.272,03	4.529,00	4.818,08	4.914,44	5.010,80	5.107,17
1,1	**D**	3.533,26	3.674,59	3.833,59	4.010,25	4.204,58	4.416,57	4.699,23	4.981,90	5.299,89	5.405,89	5.511,88	5.617,88

TRANSPORTE ESCOLAR - MOTORISTA - 40 HORAS													
		1	**1,04**	**1,085**	**1,135**	**1,19**	**1,25**	**1,33**	**1,41**	**1,5**	**1,53**	**1,56**	**1,59**
		NIVEL											
	CLASSE	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**
1,1	**A**	1.460,03	1.518,43	1.584,13	1.657,13	1.737,44	1.825,04	1.941,84	2.058,64	2.190,05	2.233,85	2.277,65	2.321,45
1,1	**B**	1.606,03	1.670,27	1.742,55	1.822,85	1.911,18	2.007,54	2.136,02	2.264,51	2.409,05	2.457,23	2.505,41	2.553,59
1,15	**C**	1.846,94	1.920,82	2.003,93	2.096,27	2.197,86	2.308,67	2.456,43	2.604,18	2.770,41	2.825,82	2.881,22	2.936,63

ANEXO DO IMPACTO

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Revisão Geral Anual dos salários dos servidores Públicos Municipais de Terra Nova do Norte/MT (Magistério).

- Reposição dos salários dos servidores Públicos Municipais de Terra Nova do Norte/MT (Apoio).

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

IMPACTO FINANCEIRO:

Receita Corrente Líquida 2018	32.884.775,69
Gasto Pessoal 2018	16.874.075,54
Percentual	**51,31%**
Receita Corrente Líquida 2019	34.529.014,48
Previsão dos Gastos Pessoal 2019	18.366.841,21
Percentual Previsto	**53,19%**
Receita Corrente Líquida 2020	36.255.465,20
Previsão dos Gastos Pessoal 2020	19.101.514,86
Percentual Previsto	**52,69%**
Receita Corrente Líquida 2021	38.068.238,46
Previsão dos Gastos Pessoal 2021	19.865.575,45
Acréscimo	1.169.779,93
Percentual Previsto	**52,18%**

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

ANEXO DO IMPACTO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO

(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Revisão Geral Anual dos salários dos servidores Públicos Municipais de Terra Nova do Norte/MT (Magistério).

- Reposição dos salários dos servidores Públicos Municipais de Terra Nova do Norte/MT (Apoio).

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" do Município de Terra Nova do Norte - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019.

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.444/2019.

Dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU às pessoas que especifica, e dá outras providências.

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica isento do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, o munícipe contribuinte, cônjuges e/ou filhos dos mesmos que comprovadamente seja portador de moléstia grave, consideradas como tal as doenças profissionais incapacitantes, desde que deferida a aposentadoria pela invalidez por órgão da previdência social, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose-múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, mal de Alzeimer, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, insuficiência renal crônica desde que comprovadas com base em conclusão médica especializada, e que possuam uma única, proprietário ou possuidor de imóvel residencial localizado no território deste Município.

§1º– A isenção de que trata o caput será concedida somente para um único imóvel do qual o portador da doença seja proprietário ou responsável pelo recolhimento dos tributos municipais e que seja utilizado exclusivamente como sua residência e de sua família, independente do tamanho do referido imóvel.

§2º - O beneficiário poderá ter em seu cadastro imobiliário municipal no máximo 02 (dois) imóveis em seu nome e renda máxima de 4 (quatro) salários mínimos vigentes.

Art. 2º - O requerimento de isenção, assinado pelo requerente ou por procurador devidamente constituído, deverá ser apresentado junto ao DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO da Prefeitura Municipal, acompanhado de:

I – Documento comprovando a propriedade ou a posse do imóvel:

a) matrícula atualizada do imóvel, ou,

b) certidão dos registros imobiliários, ou,

c) contrato de compra e venda registrado, ou,

d) título de posse.

II – Certidão emitida pelos Ofícios de registro de imóveis deste Município, atestando a existência e quantidade, ou a inexistência de imóveis registrados em nome do requerente;

III – Cédula de Identidade, CPF, título de eleitor e certidão de nascimento ou casamento;

IV – Comprovante de residência, tais como faturas de prestação de serviços públicos, entre outros;

V – Declaração atestando, sob as penas da lei, que reside no imóvel objeto do pedido de isenção, que não é proprietário de outro imóvel;

VI – Última declaração de Imposto de Renda, ainda que Declaração de Isento;

VII – Atestado médico fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo:

a) diagnóstico expressivo da doença (anatomopatológico); estágio clínico atual; Classificação Internacional da doença (CID); carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina – CRM. § 1º - Se o imóvel objeto do pedido de isenção já estiver em nome do requerente junto ao cadastro municipal, fica dispensada a apresentação dos documentos elencados no inciso I deste artigo. § 2º - A documentação exigida nesta lei deverá ser presentada na sua forma original, permitida sua substituição por cópia, desde que autenticada em cartório, ou por servidor público municipal responsável.

Art. 3º - O requerimento protocolado será encaminhado ao DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO Municipal, que após vistoria, emitirá parecer conclusivo a respeito.

§1º - Constatado, na vistoria, que o imóvel não apresenta aspecto condizente e correspondente à situação de carência apresentada pelo requerente, justificadora do pedido, será elaborado um detalhado relatório, instruído com fotografias do local, que poderá servir como fundamento para o indeferimento da isenção pretendida. § 2º - O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO terá prazo de 30 (trinta) dias para concluir e emitir parecer.

Art. 4º - Deferido o requerimento de isenção e constatada, junto ao cadastro municipal, divergência nos dados do requerente, ou do imóvel, os documentos pertinentes serão encaminhados ao departamento competente para atualização.

Art. 5º - Os benefícios de que trata a presente lei, quando concedidos, serão válidos até o último dia do exercício do ano corrente, após o que deverá ser novamente requerido, nas mesmas condições já especificadas, para o novo exercício e cessará quando deixar de ser requerido.

Art. 6º - A concessão de isenção de que trata esta lei tem caráter pessoal, não gera direito adquirido e será anulada, observando o devido processo legal, caso fique evidenciado que o munícipe beneficiado não preenchia, ou deixou de preencher, os requisitos legalmente exigidos.

Parágrafo Único - O crédito tributário objeto de isenção irregular, será atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa moratória, e exigido na forma da lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, 25/03/2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N. º 1.445/2019.

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial por anulação de dotação, para atender Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir na LDO/2018, aprovada pela Lei Municipal nº 1.420/2018, bem como abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1. 426/2018 e suas alterações, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte Funcional Programática:

08. Secretaria Municipal de Assistência Social

002. Fundo Municipal de Assistência Social

08. Assistência Social

244. Assistência Comunitária

0009. Terra Nova Socialmente Justa

2117. Manutenção de Benefícios Eventuais

3.3.90.33. Material de Distribuição Gratuita R$ 3.000,00

Fonte de Recursos: 0.29.000000 – Transferência de Recursos do FNAS (União).

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado em R$ 3.000,00 (três mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

Código Geral: 08.002.08.244.0009.2.103.3.390-30 R$ 3.000,00

Fonte de Recursos: 1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 25 de março de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2019

SÚMULA: Autoriza a reposição salarial para o exercício de 2019 aos servidores efetivos do Sistema Único de Saúde (Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias), do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências.

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a reposição salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, para o importe de R$1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), equivalente ao piso salarial desses profissionais, conforme definido através da Lei Federal nº 13.708/2018.

Parágrafo Único. A reposição salarial relativa ao exercício de 2019 terá efeito retroativo a partir da competência do mês de janeiro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei serão contabilizadas às dotações específicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Os anexos I e II serão partes integrantes desta Lei, em substituição das tabelas da Lei Complementar nº 046/2016.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias à Lei Complementar nº 046/2016 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito de Terra Nova do Norte MT, aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezenove.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO GERAL

Síntese

CARGO	CÓDIGO	HORAS SEMANAIS	VB INICIAL	INSALUBRIDADE (20%)	QUADRO
Agente Comunitário	A-01	40	R$1.250,00	R$250,00	45
Agente de Combate à Endemias	A-01	40	R$1.250,00	R$250,00	07

ANEXO II

QUADRO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL E ELEVAÇÃO DE CLASSE

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS													
		5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
		NÍVEL											
	CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
10%	A	1.250,00	1.312,50	1.378,13	1.447,03	1.519,38	1.595,35	1.675,12	1.758,88	1.846,82	1.939,16	2.036,12	2.137,92
15%	B	1.437,50	1.509,38	1.584,84	1.664,09	1.747,29	1.834,65	1.926,39	2.022,71	2.123,84	2.230,03	2.341,54	2.458,61
10%	C	1.581,25	1.660,31	1.743,33	1.830,49	1.922,02	2.018,12	2.119,03	2.224,98	2.336,23	2.453,04	2.575,69	2.704,47
10%	D	1.739,38	1.826,34	1.917,66	2.013,54	2.114,22	2.219,93	2.330,93	2.447,48	2.569,85	2.698,34	2.833,26	2.974,92
10%	E	1.913,31	2.008,98	2.109,43	2.214,90	2.325,64	2.441,93	2.564,02	2.692,22	2.826,83	2.968,18	3.116,58	3.272,41

ANEXO DO IMPACTO

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Revisão Geral Anual dos salários dos servidores da Prefeitura de Terra Nova do Norte (Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias).

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

IMPACTO FINANCEIRO:

Receita Corrente Líquida 2018	32.884.775,69

Gasto Pessoal 2018	16.874.075,54
Percentual	**51,31%**
Receita Corrente Líquida 2019	34.529.014,48
Previsão dos Gastos Pessoal 2019	18.366.841,21
Percentual Previsto	**53,19%**
Receita Corrente Líquida 2020	36.255.465,20
Previsão dos Gastos Pessoal 2020	19.101.514,86
Percentual Previsto	**52,69%**
Receita Corrente Líquida 2021	38.068.238,46
Previsão dos Gastos Pessoal 2021	19.865.575,45
Acréscimo	1.169.779,93
Percentual Previsto	**52,18%**

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

ANEXO DO IMPACTO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO

(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Revisão Geral Anual dos salários dos servidores da Prefeitura de Terra Nova do Norte (Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias).

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas das próprias Secretarias.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" do Município de Terra Nova do Norte - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

Terra Nova do Norte MT, 08 de março de 2019.

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP N°002

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 02/2019

O MUNICIPIO DE TESOURO - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Rua Humberto Marcilio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – através da sua Comissão Permanente de Licitação nomeado através da portaria nº 36/2018, de 02 de Abril de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que às 09:00 hs do dia 05/04/2019, realizará LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL RP, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e 123/06, , com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto: - **" Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições para as secretarias do Município de Tesouro - MT,** os interessados poderão solicitar a informação do Edital através do e-mail: licitacoes.tesouro@gmail.com, Departamento de Licitação.

Tesouro – MT 25 de março de 2019.

_____

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018.

A Prefeita do Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições legais,

RESOLVE,

CONVOCAR a população para a Audiência Pública a ser realizada no dia **29 de março de 2019**, às **14:00 horas**, nas dependências do Plenário da Câmara Municipal de Torixoréu, localizada à Rua Lázaro Teodoro de Freitas, nº 52, Setor Aeroporto, para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais, do Poder Executivo Municipal, correspondente ao **RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária** (arts. 52 e 53, Lei Complementar n° 101/2000) **referente ao 3º Quadrimestre/2018 do RGF – Relatório de Gestão Fiscal.**

Torixoréu – MT, 25 de março de 2019.

Atenciosamente,

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2019-B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior,empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a EMPRESA: **MARGARETE ZILIO - ME,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.888.465/0001-93, estabelecida à Avenida Florianópolis nº 220, bairro Centro, Cidade de União do Sul/MT, neste ato representada por sua sócia proprietária Sra. MARGARETE ZILIO VIECELLI, brasileiro, maior, portadora do RG nº 28151720 SESP/MT e inscrita no CPF sob nº 706. 631.069-15, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 901, de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 013/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para eventuais e futuras Aquisições de Materiais de Construção diversos, para uso das Secretarias Municipais de Administração; Fazenda e Planejamento; Educação e Cultura; Saúde; Assistência Social Trabalho e Cidadania; Obras Viação Urbanismo e Saneamento;Agricultura e Meio Ambiente, e Esporte e Lazer, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata, o Registro dos Preços, por parte da empresa acima identificada, para eventuais e futuras aquisições de Materiais de Construções diversos, para a realização de pequenos reparos e manutenção dos prédios e repartições públicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, durante o prazo de vigência desta Ata, observadas as quantidades, especificações dos produtos e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, de conformidade com o Anexo I do Edital do Pregão acima mencionado:

Ord.	Cód.	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	R$ Unit.	R$ Total
2	3043	30	UN	ADESIVO EPOXI ARALDITE HOBBY TRANSP. 16GR	BRASCOLA	R$ 13,00	R$ 390,00
4	3397	20	UN	REGISTRO ESFERA BORBOLETA 3/4"	TIGRE	R$ 19,00	R$ 380,00
6	3910	100	SC	CAL VIRGEM 20 KG	USICAL	R$ 23,70	R$ 2. 370,00
9	4006	60	UN	LAMPADA MISTA E-27 250W X 220V	G LIGHT	R$ 39,00	R$ 2. 340,00
10	4018	40	UN	PIMENTAO DE LOUÇA COM PINO PIMENTAO	GERMER	R$ 9,00	R$ 360,00
11	4123	30	UM	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100 X 100 X 50 MM	ASTRA	R$ 15,00	R$ 450,00
12	4133	30	UN	BANDEJA PLASTICA PINTURA - GRANDE	PAG	R$ 10,60	R$ 318,00
14	4139	100	UN	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 25 X 3/4"	KRONA	R$ 0,60	R$ 60,00
15	4547	50	LA	SELADOR ACRILICO BRANCO 18L RENDIMENTO MIN. 120 M2 DEMAO	MAXVINIL	R$ 100,00	R$ 5. 000,00
16	4756	10	UN	ESQUADRO CABO ALUMINIO 14 POLEGADAS	VAP	R$ 27,00	R$ 270,00
17	4760	20	UN	REDUCAO EXCENTRICA ESGOTO 100X50 MM	KRONA	R$ 7,00	R$ 140,00
21	9871	100	UN	CABO DE ACO AF POLIDO 1/2 - 6X25	VONDER	R$ 21,50	R$ 2. 150,00
22	9967	500	UN	ARRUELA LISA 7/16 POLIDA	CISER	R$ 0,24	R$ 120,00
23	9968	500	UN	ARRUELA LISA 1/2 POLIDA	CISER	R$ 0,23	R$ 115,00
24	9970	500	UN	ARRUELA LISA 5/8 POLIDA	CISER	R$ 0,35	R$ 175,00
25	10130	400	MT	FIO PARALELO 300V 2 X 1.5 MM	VALECON	R$ 2,50	R$ 1. 000,00
26	10131	500	MT	FIO PARALELO 300V 2 X 2.5 MM	VALECON	R$ 3,30	R$ 1. 650,00
27	10132	400	MT	FIO PARALELO 300V 2 X 4.0 MM	VALECON	R$ 5,80	R$ 2. 320,00
28	10140	60	UN	LAMPADA MISTA E-27 160W X 220V	OUROLUX	R$ 22,50	R$ 1. 350,00
29	10154	250	TN	PEDRA BRITA N 1 - TONELADA	INDUCAL	R$ 185,00	R$ 46. 250,00
30	10172	100	UN	THINNER 7300 0.9 LATA	GOL	R$ 10,00	R$ 1. 000,00
35	10192	20	UN	BACIA SANITARIA CONVENCIONAL TAMANHO GRANDE	ICASA	R$ 129,00	R$ 2. 580,00
36	10194	500	UN	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 4.1/2 - C/PORCA	CISER	R$ 0,55	R$ 275,00
40	10202	600	UN	PORCA SEXTAVADA UNC 3/8" POLIDA	CISER	R$ 0,20	R$ 120,00
41	10205	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,5 X 35	CISER	R$ 0,11	R$ 55,00
43	10210	30	BR	TUBO SOLDAVEL 6 MT 20MM	FORT PLAST	R$ 12,70	R$ 381,00
44	10211	100	BR	TUBO SOLDAVEL 6 MT 25MM	FORT PLAST	R$ 16,30	R$ 1. 630,00
45	10212	30	BR	TUBO SOLDAVEL 6 MT 32MM	FORT PLAST	R$ 27,00	R$ 810,00
46	10214	50	MT	TUBO SOLDAVEL 6 MT 50MM	FORT PLAST	R$ 55,00	R$ 2. 750,00
48	10232	25	UN	CHAVE COMBINADA 11 MM	TRAMONTINA	R$ 9,70	R$ 242,50
50	10235	40	UN	CAP ESGOTO 100MM	KRONA	R$ 7,90	R$ 316,00
55	10255	20	UN	TE ESGOTO CURTO 100 X 50	KRONA	R$ 8,50	R$ 170,00

56	10258	100	MC	LONA PRETA ALTURA 4M 150 MICRAS M2	LONAX	R$ 1,55	R$ 155,00
59	10273	40	UN	TE SOLDAVEL 90º LR 25 MM X 3/4"	KRONA	R$ 2,70	R$ 108,00
60	10282	50	UN	LUVA SOLDAVEL 25 MM	KRONA	R$ 0,90	R$ 45,00
61	10287	50	UN	JOELHO SOLDAVEL 90º LR 25 MM X 3/4"	KRONA	R$ 1,80	R$ 90,00
64	11470	300	MT	CABO PP 3 X 4.0 MM PRETO	VALECON	R$ 10,00	R$ 3.000,00
65	11481	30	UN	INTERRUPTOR SOBREPOR 1TS + TOMADA 10A BRANCA QUADRADA	ILUMI	R$ 9,00	R$ 270,00
66	11685	100	MT	CABO DE ACO AF POLIDO 15,9 - 5/8 - 6 X 25	VONDER	R$ 34,80	R$ 3.480,00
67	12417	40	GL	SELADOR ACRILICO BRANCO 3,6L RENDIMENTO MIN. 20 M2 DEMAO	MAXVINIL	R$ 25,00	R$ 1.000,00
69	13931	100	UN	AGUA RAZ 0,9 LITRO	GOL	R$ 10,00	R$ 1.000,00
70	13936	20	UN	TORNEIRA COZINHA PAREDE BICA MOVEL BRANCA	LORENZETTI	R$ 34,00	R$ 680,00
72	13948	30	UN	ADESIVO DUREPOXI 100 GR	HENKEL	R$ 9,00	R$ 270,00
73	14018	40	LA	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM LATA 18 LITROS	MAXVINIL	R$ 327,00	R$ 13.080,00
75	14788	10	UN	PISTOLA APLICADORA SILICONE CORPO AM ACO CARBONO 225 X 380 80 MM	WORKER	R$ 39,00	R$ 390,00
76	17297	200	BR	TRELICA TG8L 6/4,2X4,2 6MT 4,41KG	GERDAU	R$ 36,00	R$ 7.200,00
79	17858	100	UN	ABRACADEIRA RSF 9 MM 3/4 X 1" 19-25	INCA	R$ 1,25	R$ 125,00
80	17861	100	UN	ABRACADEIRA RSF 9MM 3/8 X 1/2 10-13	INCA	R$ 1,00	R$ 100,00
84	17870	50	UN	ADESIVO SUPER BONDER ORIGINAL 3 GR	HENKEL	R$ 6,50	R$ 325,00
85	17871	50	GL	AGUA RAZ 5 LITROS	GOL	R$ 48,00	R$ 2.400,00
87	17877	200	M3	AREIA LAVADA MEDIA	TRANSMIDAL	R$ 105,00	R$ 21.000,00
91	17899	30	UN	BROCA CONCRETO STANDART IRWIN 6,0MM	IRWIN	R$ 9,50	R$ 285,00
93	17903	400	UN	BUCHA PLASTICA DE FIXACAO C/ANEL 06 MM	USAF	R$ 0,10	R$ 40,00
94	17904	400	UN	BUCHA PLASTICA DE FIXACAO C/ANEL 08 MM	USAF	R$ 0,11	R$ 44,00
96	17916	700	MT	CABO FLEXIVEL 750V 4,0MM	VALECON	R$ 2,10	R$ 1.470,00
98	17923	20	UN	CADEADO 35 MM - HASTE EM ACO INOXIDAVEL COM DUAS CHAVES ENCARTE-LADO	PADO	R$ 22,90	R$ 458,00
101	17933	400	SC	CAL HIDRATADA 20 KG	USICAL	R$ 17,80	R$ 7.120,00
102	17934	200	SC	CAL PINTURA 8KG	USICAL	R$ 13,20	R$ 2.640,00
104	17941	50	UN	CAP SOLDAVEL 25 MM	KRONA	R$ 0,80	R$ 40,00
105	17946	25	UN	CHAVE BIELA 11 MM	TRAMONTINA	R$ 21,50	R$ 537,50
106	17948	25	UN	CHAVE COMBINADA 14 MM	TRAMONTINA	R$ 12,20	R$ 305,00
110	17964	700	SC	CIMENTO TODAS OBRAS 50KG CP II Z-32 R	ITAU	R$ 38,00	R$ 26.600,00
111	17966	30	UN	CLIPS PARA CABO DE ACO 5/8-M16	VONDER	R$ 8,50	R$ 255,00
113	17980	500	MT	CORDA MULTIFILAMENTO TRANCADA 3MM	RIOMAR	R$ 0,48	R$ 240,00
114	17997	100	MT	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4 AMARELO	KRONA	R$ 2,50	R$ 250,00
119	18046	50	UN	FITA VEDA ROSCA12MM X 5M	GOOL	R$ 1,28	R$ 64,00
122	18065	30	UN	INTERRUPTOR SOBREPOR SIMPLES	ROMAZI	R$ 5,50	R$ 165,00
123	18066	100	UM	ISOLADOR ROLDANA COM PREGO 36 X 36	RIBEIRO	R$ 0,75	R$ 75,00
124	18067	50	UN	JOELHO SOLDAVEL 90º 20 MM	KRONA	R$ 0,47	R$ 23,50
125	18095	50	UN	LUVA SOLDAVEL 20 MM	KRONA	R$ 0,65	R$ 32,50
126	18109	400	MT	MANGUEIRA DE POLIETILENO 3/4" X 2,0MM	AMAFLEX	R$ 1,55	R$ 620,00
127	18113	20	PC	MANGUEIRA GAS GLP 1,20M	PLASBOHN	R$ 10,90	R$ 218,00
129	18137	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,0 X 20	CISER	R$ 0,07	R$ 35,00
130	18138	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,0 X 25	CISER	R$ 0,09	R$ 45,00
132	18141	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 22	CISER	R$ 0,09	R$ 45,00
134	18145	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 60	CISER	R$ 0,19	R$ 95,00
136	18147	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 5,0 X 50	CISER	R$ 0,21	R$ 105,00
138	18150	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 6,0 X 70	CISER	R$ 0,45	R$ 225,00
139	18154	500	UN	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 2 - C/PORCA	CISER	R$ 0,35	R$ 175,00
140	18155	500	UN	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 2.1/2 - C/PORCA	CISER	R$ 0,49	R$ 245,00
141	18156	500	UN	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 4 - C/PORCA	CISER	R$ 1,35	R$ 675,00
144	18163	100	TN	PEDRISCO - PEDRA BRITA Nº 00	INDUCAL	R$ 195,00	R$ 19.500,00
145	18178	250	M2	PISO BRANCO 45 X 45 EXTRA - M2	FORMIGRES	R$ 19,90	R$ 4.975,00
147	18206	500	UN	REBITE DE ALUMINIO 4,8 X 12	VONDER	R$ 0,20	R$ 100,00
151	18231	40	UN	TE SOLDAVEL 20 MM	KRONA	R$ 0,80	R$ 32,00
152	18232	40	UN	TE SOLDAVEL 25 MM	KRONA	R$ 1,18	R$ 47,20
153	18240	50000	UN	TIJOLO DE BARRO 6 FUROS	MANITO	R$ 0,60	R$ 30.000,00
154	18251	100	UN	TINTA SPRAY ALTA TEMPERATURA PRETO FOSCO	USE	R$ 19,80	R$ 1.980,00
155	18265	50	UN	TOMADA SOBREPOR 10A 250V BRANCA	PERLEX	R$ 6,80	R$ 340,00
157	18271	20	UN	TORNEIRA LAVATORIO MESA CROMADA	HERC	R$ 59,60	R$ 1.192,00

159	18277	20	BR	TUBO ESGOTO 6 MT 150MM	FOTPLAST	R$ 145,00	R$ 2.900,00
161	18288	50	UN	VEDA CALHA BRASCOLA ALUMINIO 280 GRAMAS	BRASCOLA	R$ 19,50	R$ 975,00
162	19025	500	UN	REBITE DE ALUMINIO 4,0 X 12	VONDER	R$ 0,13	R$ 65,00
163	19027	500	UN	REBITE DE ALUMINIO 5,0 X 16	VONDER	R$ 0,28	R$ 140,00
164	19028	500	UN	REBITE DE ALUMINIO 5,0 X 22	VONDER	R$ 0,30	R$ 150,00
165	19031	500	UN	REBITE DE ALUMINIO 4,0 X 16	VONDER	R$ 0,27	R$ 135,00
166	21444	700	MT	CABO FLEXIVEL 750V 6,0MM	VALECON	R$ 4,50	R$ 3.150,00
167	21466	200	SC	ARGAMASSA CERAMICA 20 KG	VOTOMASSA	R$ 23,90	R$ 4.780,00
169	21676	150	UN	BARRA ROSCADA UNC 3/8X1000 POLIDA	CISER	R$ 5,10	R$ 765,00
171	21678	250	MT	CABO DE ACO AF POLIDO 3/8 - 6X36	CISER	R$ 13,90	R$ 3.475,00
172	21853	60	UN	LIMPA CONTATO SPRAY 300ML	NOVE54	R$ 10,50	R$ 630,00
173	22703	100	KG	ARAME RECOZIDO BWG18MM 1,25MM	GERDAU	R$ 11,00	R$ 1.100,00
174	23411	40	UN	CHAPEU PALHA MARCATO ABA 16-TTEXAS	TEXAS	R$ 33,50	R$ 1.340,00
176	23546	50	UN	ADESIVO SILICONE INCOLOR 50G	TEK BOND	R$ 7,20	R$ 360,00
182	23554	500	MT	CABO FLEXIVEL 750V 10.0MM	VALECON	R$ 6,60	R$ 3.300,00
184	23557	50	UN	CAP SOLDAVEL 20 MM	KRONA	R$ 0,78	R$ 39,00
186	23560	40	UN	CAP SOLDAVEL 50 MM	KRONA	R$ 4,95	R$ 198,00
187	23561	25	UN	CHAVE BIELA 8 MM	ROBUST	R$ 19,30	R$ 482,50
188	23562	25	UN	CHAVE BIELA 10 MM	ROBUST	R$ 21,70	R$ 542,50
190	23576	500	MT	CORDA MULTIFILAMENTO TRANCADA 10MM	RIOMAR	R$ 1,55	R$ 775,00
192	23586	50	UN	JOELHO INTERNO COM ROSCA 1"	CIPLA	R$ 3,10	R$ 155,00
194	23589	50	UN	JOELHO INTERNO DUPLO 3/4"	CIPLA	R$ 1,90	R$ 95,00
195	23590	50	UN	JOELHO INTERNO COM ROSCA 3/4"	CIPLA	R$ 2,60	R$ 130,00
199	23594	60	UN	LAMPADA LED 12W BIVOLT 6.500K	AVANT	R$ 17,20	R$ 1.032,00
200	23595	60	UN	LAMPADA LED 15W N BIVOLT 6500K	AVANT	R$ 23,10	R$ 1.386,00
201	23601	400	MT	MANGUEIRA DE POLIETILENO 1" X 2,0MM	AMAFLEX	R$ 3,70	R$ 1.480,00
202	23602	400	MT	MANGUEIRA DE POLIETILENO 1/2" X 1,5MM	AMAFLEX	R$ 1,00	R$ 400,00
203	23603	40	UN	OCULOS PROTECAO CAPRI CINZA	KALIPSO	R$ 21,30	R$ 852,00
204	23604	40	UN	OCULOS PROTECAO HAWAI INCOLOR	KALIPSO	R$ 17,20	R$ 688,00
205	23609	500	UN	PARAFUSO FRANCES 1/2 X 8 - C/PORCA	CISER	R$ 4,80	R$ 2.400,00
206	23616	500	UN	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 3 - C/PORCA	CISER	R$ 1,15	R$ 575,00
207	23617	500	UN	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 5 - C/PORCA	CISER	R$ 1,60	R$ 800,00
208	23620	500	UN	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 3 - C/PORCA	CISER	R$ 0,82	R$ 410,00
209	23621	500	UN	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 5 - C/PORCA	CISER	R$ 1,05	R$ 525,00
210	23632	600	UN	PORCA SEXTAVADA UNC 5/16" POLIDA	CISER	R$ 0,08	R$ 48,00
212	23639	40	UN	SUPORTE MAO FRANCESA BRANCO 20CM	PRAT-K	R$ 12,50	R$ 500,00
213	23640	40	UN	SUPORTE MAO FRANCESA BR 30CM	PRAT-K	R$ 14,80	R$ 592,00
215	23643	40	UN	TE INTERNO TRIPLO 3/4"	CIPLA	R$ 2,00	R$ 80,00
217	23646	40	UN	TE SOLDAVEL 50 MM	KRONA	R$ 5,25	R$ 210,00
218	23647	400	UN	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 50,6 X 2,44 X 4 MM SEM AMIANTO	ISDRALIT	R$ 19,00	R$ 7.600,00
219	23648	300	UN	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 1,10 X 2,44 X 5 MM SEM AMIANTO	ISDRALIT	R$ 53,90	R$ 16.170,00
220	23651	60	LA	TINTA ACRILICA FOSCA BRANCO NEVE 18 LITROS RENDIMENTO MEDIO 300 M2 DEMAO	COBERTEX	R$ 220,00	R$ 13.200,00
221	23652	60	GL	TINTA ACRILICA FOSCO BRANCO NEVE 3,6L RENDIMENTO MEDIO 80 M2 DE-MAO	COBERTEX	R$ 56,30	R$ 3.378,00
222	23655	100	UN	TINTA SPRAY 400ML - CORES VARIADAS	USE	R$ 12,90	R$ 1.290,00
224	23668	100	BR	TUBO ESGOTO 6 MT 100MM	FORTPLAST	R$ 57,30	R$ 5.730,00
225	23669	50	BR	TUBO ESGOTO 6 MT 40MM	FORTPLAST	R$ 22,40	R$ 1.120,00
226	23670	50	BR	TUBO ESGOTO 6 MT 50MM	FORTPLAST	R$ 36,90	R$ 1.845,00
229	23673	150	BR	FERRO CA-50 10MM=3/8 12MT 7,404 KG APROX	GERDAU	R$ 51,40	R$ 7.710,00
230	23674	150	BR	FERRO CA-60 4,2MM (3/16)12MT 1,310 KG APROX.	GERDAU	R$ 10,60	R$ 1.590,00
231	23676	150	BR	FERRO CA-50 8MM=5/16 12MT 4,740 KG APROX	GERDAU	R$ 34,20	R$ 5.130,00
232	23701	300	MT	CABO PP 3 X 2.5 MM PRETO	VALECON	R$ 6,10	R$ 1.830,00
239	24606	20	UN	CARRINHO MAO CACAMBA GALVANIZADA ARREDONDADA PNEU 3,25 X 8 CAPA-CIDADE DE 50 LTS	ECCOFER	R$ 145,00	R$ 2.900,00

241	24608	15	UN	CHUVEIRO ELETRICO CONTROLE TEMPERATURA BIVOLT	LORENZETTI	R$ 67,30	R$ 1.009,50
244	24624	20	UN	BOTIJAO TERMICO 5L AZUL COM ALCA E TAMPA	INVICTA	R$ 32,80	R$ 656,00
247	25894	300	MT	MANGUEIRA JARDIM REFORCADA 1/2"	MANTAC	R$ 2,80	R$ 840,00
250	26226	100	UN	ADAPTADOR FLANGE 25MM X 3/4"	KRONA	R$ 11,50	R$ 1.150,00
252	26228	100	UN	ADAPTADOR FLANGE 50MM X 1.1/2	KRONA	R$ 23,30	R$ 2.330,00
253	26229	100	UN	ADAPTADOR INTERNO 1"	CIPLA	R$ 2,50	R$ 250,00
254	26230	60	UN	ADAPTADOR INTERNO REDUCAO 1" X 3/4"	CIPLA	R$ 3,20	R$ 192,00
255	26231	60	UN	ADAPTADOR INTERNO REDUCAO 1/2" X 3/8"	CIPLA	R$ 1,90	R$ 114,00
258	26234	50	UN	BUCHA REDUCAO SOLDAVEL CURTA 25X20 MM	KRONA	R$ 0,48	R$ 24,00
259	26235	50	UN	BUCHA REDUCAO SOLDAVEL CURTA 32X25 MM	KRONA	R$ 0,74	R$ 37,00
260	26236	50	UN	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL CURTA 50X40 MM	KRONA	R$ 2,70	R$ 135,00
262	26238	50	UN	BUCHA REDUÇAO SOLDAVEL LONGA 50X25 MM	KRONA	R$ 2,80	R$ 140,00
263	26239	50	UN	BUCHA REDUÇAO SOLDAVEL LONGA 50X32 MM	KRONA	R$ 4,10	R$ 205,00
264	26240	500	MT	CABO ALUMINIO MULTIPLEX 3 X 10,0 MM	CORDEIRO	R$ 5,20	R$ 2.600,00
265	26241	500	MT	CABO ALUMINIO MULTIPLEX 3 X 16,0 MM	CORDEIRO	R$ 7,70	R$ 3.850,00
266	26242	500	MT	CABO ALUMINIO MULTIPLEX 2 X 10,0 MM	CORDEIRO	R$ 3,70	R$ 1.850,00
267	26243	300	MT	CABO PP 2 X 2,5 MM PRETO	VALECOM	R$ 4,90	R$ 1.470,00
268	26244	300	MT	CABO PP 2 X 4.0 MM PRETO	VALECON	R$ 8,10	R$ 2.430,00
269	26245	40	UN	CAIXA LUZ ELETRODUTO 4X2 PVC	KRONA	R$ 2,20	R$ 88,00
270	26246	25	UN	CHAVE BIELA 14 MM	TRAMONTINA	R$ 20,00	R$ 500,00
274	26250	50	UN	CORANTE LIQUIDO 50 ML - CORES VARIADAS	XADREZ	R$ 3,70	R$ 185,00
275	26251	500	MT	CORDA MULTIFILAMENTO TRANCADA 06MM	RIOMAR	R$ 1,15	R$ 575,00
276	26252	100	MT	CORRENTE GALVANIZADA ELO LONGO 6.4MM	VONDER	R$ 21,20	R$ 2.120,00
279	26255	100	UN	DISCO DE CORTE INOX 4.1/2" X 1/25" X 7/8"	CARBURUNDUM	R$ 5,50	R$ 550,00
281	26258	100	UN	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 32 X 1"	KRONA	R$ 1,95	R$ 195,00
283	26260	50	LT	ALVENARIT 1 LITRO 1,03KG	OTTO	R$ 13,00	R$ 650,00
284	26261	10	UN	ARMARIO PLASTICO SOBREPOR MINIMO DE 35 X 30 X 9 CM	ASTRA	R$ 51,40	R$ 514,00
285	26262	150	BR	BARRA ROSCADA UNC 7/16X1000 RI POLIDA	CISER	R$ 11,60	R$ 1.740,00
291	26268	30	UN	CONJUNTO 1 TOMADA 20A 2P + TOMADA LUX 2	TRAMONTINA	R$ 12,70	R$ 381,00
292	26269	30	UN	CONJUNTO 2 INTERUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P + T	TRAMONTINA	R$ 22,90	R$ 687,00
294	26271	30	UN	CONJUNTO 2 TOMADA 2P + T 10A	TRAMONTINA	R$ 18,90	R$ 567,00
295	26272	30	UN	CONJUNTO INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA	TRAMONTINA	R$ 17,90	R$ 537,00
296	26273	30	UN	CONJUNTO TOMADA 10A 2P+T LUX 2	TRAMONTINA	R$ 11,80	R$ 354,00
297	26274	30	UN	CONJUNTO TOMADA SOBREPOR 2P+T 10A	TRAMONTINA	R$ 10,50	R$ 315,00
298	26275	50	UN	CURVA SOLDAVEL 90º 25 MM	KRONA	R$ 2,40	R$ 120,00
299	26276	50	UN	CURVA SOLDAVEL 90º 32 MM	KRONA	R$ 9,90	R$ 495,00
300	26277	50	UN	CURVA SOLDAVEL 90º 50 MM	KRONA	R$ 15,20	R$ 760,00
301	26283	30	UN	DISJUNTOR BIPOLAR DIN CURVA C 32A	SOPRANO	R$ 41,20	R$ 1.236,00
302	26284	20	UN	DISJUNTOR BIPOLAR DIN CURVA C 16A	SOPRANO	R$ 35,70	R$ 714,00
303	26285	20	UN	DISJUNTOR BIPOLAR DIN CURVA C 20A	SOPRANO	R$ 37,30	R$ 746,00
304	26286	15	UN	DISJUNTOR BIPOLAR DIN CURVA 50A 3KA	SOPRANO	R$ 43,50	R$ 652,50
305	26287	30	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN CURVA C 16A	SOPRANO	R$ 10,99	R$ 329,70
306	26288	30	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN CURVA C 32A	SOPRANO	R$ 12,00	R$ 360,00
307	26289	30	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN CURVA C 50A 3KA	SOPRANO	R$ 14,80	R$ 444,00
308	26290	30	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN CURVA C 62A 3KA	SOPRANO	R$ 16,30	R$ 489,00
312	26294	100	UN	FITA EMPACOTAMENTO 45MM X 45M	ADERE	R$ 7,30	R$ 730,00
316	26298	30	UN	JOELHO ESGOTO 45º 50 MM	KRONA	R$ 4,20	R$ 126,00
317	26299	40	UN	JOELHO ESGOTO 90º 100 MM	KRONA	R$ 4,80	R$ 192,00
318	26300	15	UN	JOELHO ESGOTO 90º 150 MM	KRONA	R$ 36,50	R$ 547,50
321	26303	50	UN	JOELHO SOLDAVEL 90º LR 20 MM X 1/2"	KRONA	R$ 1,90	R$ 95,00
322	26304	60	UN	LAMPADA ESPIRAL ELETRONICA 45W X 127V	OUROLUX	R$ 44,30	R$ 2.658,00
323	26305	60	UN	LAMPADA ESPIRAL ELETRONICA 45W X 220V	OUROLUX	R$ 44,30	R$ 2.658,00

324	26306	60	UN	LAMPADA LED 09W BIVOLT 6.500K	AVANT	R$ 11,80	R$ 708,00
325	26307	60	UN	LAMPADA LED 7W BIVOLT 6400K	AVANT	R$ 11,50	R$ 690,00
327	26309	30	RL	LINHA PEDREIRO TRANCADA 100M	POLIBEL	R$ 4,70	R$ 141,00
329	26311	150	UN	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 100	3M	R$ 1,80	R$ 270,00
331	26313	150	UN	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 150	3M	R$ 2,00	R$ 300,00
337	26319	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 080	3M	R$ 2,50	R$ 375,00
338	26320	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 100	3M	R$ 3,00	R$ 450,00
339	26321	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 120	3M	R$ 3,00	R$ 450,00
340	26322	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 150	3M	R$ 2,80	R$ 420,00
341	26323	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 220	3M	R$ 3,00	R$ 450,00
343	26325	150	UN	LIXA MASSA EM FOLHA Nº 060	3M	R$ 1,05	R$ 157,50
346	26328	150	UN	LIXA MASSA EM FOLHA Nº 180	3M	R$ 1,00	R$ 150,00
348	26330	100	PC	LUBRIFICANTE DESINGRIPANTE SPRAY 300ML	LOCTITE	R$ 10,50	R$ 1.050,00
350	26332	30	UN	LUVA ESGOTO SIMPLES 100 MM	KRONA	R$ 5,80	R$ 174,00
351	26333	15	UN	LUVA ESGOTO SIMPLES 150 MM	KRONA	R$ 20,00	R$ 300,00
353	26335	40	UN	LUVA ESGOTO SIMPLES 50 MM	KRONA	R$ 3,30	R$ 132,00
354	26336	50	PR	LUVA LATEX MESCLADA 1 LADO	KALIPSO	R$ 5,90	R$ 295,00
355	26337	50	PR	LUVA LATEX PRETA 1 LADO	KALIPSO	R$ 4,70	R$ 235,00
360	26342	50	UN	LUVA SOLDAVEL 32 MM	KRONA	R$ 2,40	R$ 120,00
361	26343	50	UN	LUVA SOLDAVEL 50 MM	KRONA	R$ 4,30	R$ 215,00
362	26344	50	UN	LUVA SOLDAVEL LR 20MM X 1/2"	KRONA	R$ 1,10	R$ 55,00
363	26345	50	UN	LUVA SOLDAVEL LR 25MM X 1/2"	KRONA	R$ 2,10	R$ 105,00
364	26346	50	UN	LUVA SOLDAVEL LR 25MM X 3/4"	KRONA	R$ 2,20	R$ 110,00
365	26347	30	UN	LUVA SOLDAVEL LR 32MM X 1"	KRONA	R$ 5,80	R$ 174,00
366	26348	20	UN	LUVA SOLDAVEL LR 50MM X 1.1/2"	KRONA	R$ 6,99	R$ 139,80
368	26350	150	MT	MANGUEIRA TRANCADA SILICONADA PT150 1/2"	MANTAC	R$ 3,30	R$ 495,00
373	26355	60	GL	TINTA ACRILICA PISO 3,6 LITROS RENDE MEDIA 60 M2 DEMAO	MAXVINIL	R$ 39,50	R$ 2.370,00
374	26356	10	UN	NIVEL ALUMINIO 35CM 14"	VAP	R$ 22,10	R$ 221,00
376	26358	500	UN	PARAFUSO FRANCES 1/2 X 9 - C/PORCA	CISER	R$ 6,10	R$ 3.050,00
377	26359	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 1/4 X 35	CISER	R$ 0,29	R$ 145,00
378	26360	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 1/4 X 50	CISER	R$ 0,47	R$ 235,00
379	26361	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 3/8 X 100	CISER	R$ 1,70	R$ 850,00
380	26362	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 3/8 X 120	CISER	R$ 1,65	R$ 825,00
381	26363	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 3/8 X 130	CISER	R$ 1,75	R$ 875,00
382	26364	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 3/8 X 65	CISER	R$ 1,10	R$ 550,00
383	26365	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 3/8 X 80	CISER	R$ 1,30	R$ 650,00
384	26366	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 5/16 X 60	CISER	R$ 0,70	R$ 350,00
385	26367	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 5/16 X 80	CISER	R$ 0,86	R$ 430,00
386	26368	250	M2	PISO BRANCO 50 X 50 EXTRA M2	FORMIGRES	R$ 22,80	R$ 5.700,00
391	26373	6	UN	PULVERIZADOR PLASTICO COSTAL MANUAL 20L	WORKER	R$ 218,00	R$ 1.308,00
392	26374	6	UN	PURIFICADOR DE AGUA DE PAREDE CRISTAL 1/2 - 3/4	HERC	R$ 87,50	R$ 525,00
393	26375	20	UN	REGISTRO ESFERA COM UNIAO DENTADA 1"	DURIN	R$ 25,80	R$ 516,00
394	26376	20	UN	REGISTRO ESFERA COM UNIAO DENTADA 1/2"	DURIN	R$ 15,20	R$ 304,00
395	26377	20	UN	REGISTRO ESFERA COM UNIAO DENTADA 3/4"	DURIN	R$ 17,80	R$ 356,00
396	26378	20	UN	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 32MM	KRONA	R$ 12,50	R$ 250,00
397	26379	20	UN	REGISTRO PRESSAO SOLDAVEL 25MM	KRONA	R$ 9,80	R$ 196,00
399	26381	30	UN	ROLO DE LA PINTA FACIL 10CM COM GARFO	PAG	R$ 10,30	R$ 309,00
402	26384	30	UN	ROLO DE LA SINTETICA SEM RESPINGO 23CM	PAG	R$ 16,40	R$ 492,00
403	26385	30	UN	ROLO LA 23CM 25MM TOP ROLO	PAG	R$ 33,30	R$ 999,00
404	26386	30	UN	ROLO PELE CARNEIRO EXTRA 23 CM	ATLAS	R$ 35,50	R$ 1.065,00
405	26387	20	UN	SABONETEIRA INOX COM FURO	PRINOX	R$ 27,70	R$ 554,00
406	26388	20	UN	SABONETEIRA PLASTICA BRANCA	ASTRA	R$ 11,20	R$ 224,00
409	26392	20	UN	TE SOLDAVEL REDUCAO 90º 50 X 25 MM	KRONA	R$ 4,50	R$ 90,00
410	26393	50	LA	TINTA ACRILICA PISO CINZA NOVO 18 LITROS RENDIMENTO MEDIO 300 M2 DE-MAO	MAXVINIL	R$ 150,00	R$ 7.500,00
411	26394	50	UN	TOMADA SOBREPOR DUPLA 10A BRANCA QUADRADA	ILUMI	R$ 16,20	R$ 810,00
413	26396	40	UN	TORNEIRA PARA FILTRO 5/8 COM REGISTRO BRANCA/PRETA	HERC	R$ 6,10	R$ 244,00
416	26399	30	UN	TRINCHA 1"	PAG	R$ 4,30	R$ 129,00
417	26400	30	UN	TRINCHA 1.1/2"	PAG	R$ 4,60	R$ 138,00
418	26401	30	UN	TRINCHA 2"	PAG	R$ 6,50	R$ 195,00
419	26402	30	UN	TRINCHA 2.1/2"	PAG	R$ 6,70	R$ 201,00

420	26403	30	UN	TRINCHA 3"	PAG	R$ 7,80	R$ 234,00
421	26404	20	UN	TUBO CAIXA DESCARGA LONGO COM CURVA	KRONA	R$ 11,80	R$ 236,00
424	26407	30	UN	VARAO CORTINA 19MM X 1,50M BRANCO	WORKER	R$ 16,00	R$ 480,00
427	26410	100	MC	LONA PRETA/BRANCA ALTURA 4M 150 MICRAS	LONAX	R$ 6,90	R$ 690,00
428	26411	100	MC	LONA PRETA/BRANCA ALTURA 6M 150 MICRAS MC	LONAX	R$ 9,00	R$ 900,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 426.652,70 (quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos em no máximo 03 (três) dias úteis após a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Solicitante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito Previdenciário (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I, em no máximo até 03 (três) dias úteis após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

7. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

9.Fornecer produtos de qualidade, devidamente embalados e sem avarias;

10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA X – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. as efetivas aquisições do objeto (materiais de construção diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLAUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e alterações, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLAUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o Foro da Comarca de Cláudia, Estado de Mato Grosso, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000 – Fone: 66 3540-1283-União do Sul/MT - E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

UNIÃO DO SUL/MT, 20 de Março de 2019.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ - Prefeito Municipal

MARGARETE ZILIO – ME

CNPJ nº 01.888.465/0001-93

Margarete ZilioViecelli

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2019-A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a EMPRESA: **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.888.303/0001-05, estabelecida à Avenida Beira Rio nº 1.700, bairro Praieiro, Cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo sócio proprietário Sr. THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO, brasileiro, maior, portador do RG nº 1681293 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 027.911.441-96, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 901, de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 013/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para eventuais e futuras Aquisições de Materiais de Construção diversos, para uso das Secretarias Municipais de Administração; Fazenda e Planejamento; Educação e Cultura; Saúde; Assistência Social

Trabalho e Cidadania; Obras Viação Urbanismo e Saneamento;Agricultura e Meio Ambiente, e Esporte e Lazer, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata, o Registro dos Preços, por parte da empresa acima identificada, para eventuais e futuras aquisições de Materiais de Construções diversos, para a realização de pequenos reparos e manutenção dos prédios e repartições públicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, durante o prazo de vigência desta Ata, observadas as quantidades, especificações dos produtos e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, de conformidade com o Anexo I do Edital do Pregão acima mencionado:

Ord.	Cód.	Quant.	UNID.	Descrição	Marca	R$ Unit.	R$ Total
1	2896	30	UN	CLIPS PARA CABO DE ACO 3/8-M10	LOYAL	R$ 2,70	R$ 81,00
3	3310	80	LT	TINTA ESMALTE INDUSTRIAL EXTRA RAPIDO MAXVINIL LATA 900 ML	BRASILUX	R$ 18,50	R$ 1.480,00
5	3694	40	UN	OCULOS PROTECAO LEOPARDO INCOLOR	SUPER SA-FITY	R$ 7,90	R$ 316,00
7	3914	30	UN	BOLSA ESPUDE 1.1/2/40MMX2 OU ANEIS	KRONA	R$ 2,50	R$ 75,00
8	3917	15	UN	ASSENTO ALMOFADADO BRANCO TPK/AS	ALUMASA	R$ 64,00	R$ 960,00
13	4138	60	UN	ADAPTADOR INTERNO REDUCAO 3/4" X 1/2"	COOR PLAST	R$ 0,68	R$ 40,80
18	4762	25	UN	CHAVE BIELA 12 MM	KALA	R$ 17,50	R$ 437,50
19	4993	25	UN	CHAVE COMBINADA 12 MM	WORKER	R$ 9,50	R$ 237,50
20	5126	10	UN	ALICATE DE PRESSAO 10"	THOMPSON	R$ 43,00	R$ 430,00
31	10173	80	UN	THINNER 7300 5.0 GALAO	GOL	R$ 51,80	R$ 4.144,00
32	10183	20	UN	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 25MM	KRONA	R$ 6,90	R$ 138,00
33	10184	20	UN	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 50MM	KRONA	R$ 19,90	R$ 398,00
34	10190	20	UN	TORNEIRA MULTIUSO PVC 1/2-3/4 15CM PLASTICA	GER PLAST	R$ 4,00	R$ 80,00
37	10199	500	UN	ARRUELA LISA 3/8 POLIDA	JOMARCA	R$ 0,13	R$ 65,00
38	10200	600	UN	PORCA SEXTAVADA UNC 1/2" POLIDA	JOMARCA	R$ 0,25	R$ 150,00
39	10201	600	UN	PORCA SEXTAVADA UNC 5/8" POLIDA	JOMARCA	R$ 0,75	R$ 450,00
42	10209	100	UN	ABRACADEIRA RSF 9MM 22-32 - 7/8X1.1/4	JOMARCA	R$ 1,50	R$ 150,00
47	10230	25	UN	CHAVE COMBINADA 10 MM	WORKER	R$ 9,40	R$ 235,00
49	10234	25	UN	CHAVE BIELA 13 MM	KALA	R4 20,00	R$ 500,00
51	10237	40	UN	CAP ESGOTO 40 MM	CORR PLAST	R$ 1,50	R$ 60,00
52	10238	25	UN	CHAVE BIELA 19 MM	KALA	R$ 26,00	R$ 650,00
53	10243	30	UN	ASSENTO SANITARIO SOFT TPJ/AS BRANCO	ALUMASA	R$ 19,90	R$ 597,00
54	10254	20	UN	TE ESGOTO CURTO 100 X 100	CORR PLAST	R$ 8,00	R$ 160,00
57	10259	50	RL	FITA VEDA ROSCA 18MM X 10M	GOL	R$ 3,45	R$ 172,50
58	10268	40	UN	VASSOURAO GARI PLASTICO COM CABO	DRAGAO	R$ 34,90	R$ 1.396,00
62	10293	300	MT	MANGUEIRA CRISTAL 3/4 X 2,0MM	MANTAC	R$ 3,85	R$ 1.155,00
63	10296	60	UN	PORTA LAMPADA PORCELANA FIXO TETO E27	DECORLUX	R$ 4,65	R$ 279,00
68	13928	50	UN	PA DE BICO Nº 3 COM CABO EM MADEIRA Y	PARABONI	R$ 28,90	R$ 1.445,00
71	13945	300	MT	MANGUEIRA CRISTAL 1/2 X 1,5MM	MANTAC	R$ 1,90	R$ 570,00
74	14020	40	GL	TINTA ESMALTE INDUSTRIAL EXTRA RAPIDO MAXVINIL 3,6 LITROS	BRASILUX	R$ 69,80	R$ 2.792,00
77	17337	25	UN	CHAVE COMBINADA 17 MM	WORKER	R$ 15,50	R$ 387,50
78	17625	80	UN	FITA ISOLANTE 18 MM X 10 METROS ANTI CHAMA	AFA	R$ 3,50	R$ 280,00
81	17867	50	UN	ADESIVO PVC INCOLOR 17GR BISNAGA	FCC	R$ 3,40	R$ 170,00
82	17868	50	UN	ADESIVO PVC INCOLOR 75GR BISNAGA	FCC	R$ 6,50	R$ 325,00
83	17869	50	UN	ADESIVO SILICONE TRANSPARENTE TUBO 280 GR - PARA APLICADOR	POWER RED	R$ 13,90	R$ 695,00
86	17875	30	UN	ANEL VEDACAO P/VASO SANITARIO C/GUIA	USE	R$ 9,00	R$ 270,00
88	17883	500	UN	ARRUELA LISA 5/16 POLIDA	JOMARCA	R$ 0,13	R$ 65,00
89	17888	150	UN	BARRA ROSCADA UNC 5/8X1000 POLIDA	JOMARCA	R$ 14,50	R$ 2.175,00
90	17898	30	UN	BROCA ACO RAPIDO IRWIN 5,0MM	ROCAST	R$ 8,30	R$ 249,00
92	17902	400	UN	BUCHA PLASTICA DE FIXACAO C/ANEL 10 MM	IV PLAST	R$ 0,15	R$ 60,00
95	17914	700	UN	CABO FLEXIVEL 750V 2,5MM	M. CAMPOS	R$ 1,18	R$ 826,00
97	17920	20	UN	CADEADO 20 MM - HASTE EM ACO INOXIDAVEL COM DUAS CHAVES ENCARTE-LADO	PADO	R$ 12,00	R$ 240,00
99	17926	20	UN	CADEADO 50 MM - HASTE EM ACO INOXIDAVEL COM DUAS CHAVES ENCARTE-LADO	TRIANGLE	R$ 29,50	R$ 590,00
100	17929	30	UN	CAIXA DESCARGA CONTROLADA 9 LTS ENGATE FLEXIVEL 40 CM	ALUMASA	R$ 26,50	R$ 795,00
103	17940	15	UN	CAP ESGOTO 150 MM	KRONA	R$ 26,10	R$ 391,50
107	17949	25	UN	CHAVE COMBINADA 19 MM	WORKER	R$ 15,90	R$ 397,50
108	17951	25	UN	CHAVE COMBINADA 24 MM	WORKER	R$ 23,00	R$ 575,00
109	17955	30	UN	CHAVE PHILLIPS 1/4 X 4" REFORCADA	WORKER	R$ 5,80	R$ 174,00
112	17973	40	UN	CORANTE EM PO 500G - CORES VARIADAS	XADREZ	R$ 13,39	R$ 535,60
115	18000	50	UN	ENGATE PLASTICO FLEXIVEL 50CM X 1/2	KRONA	R$ 4,00	R$ 200,00
116	18001	30	UN	ENXADA SUL OLHO OVAL 1,5 C/CABO 130CM	PARABONI	R$ 35,00	R$ 1.050,00
117	18022	20	UN	FILTRO LINHA 5 TOMADA REGUA BIVOLT 10A	DANEVA	R$ 29,00	R$ 580,00
118	18043	80	UN	FITA ISOLANTE 18 MM X 5 METROS ANTI CHAMA	AFA	R$ 2,30	R$ 184,00
120	18048	50	UN	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	GOL	R$ 8,00	R$ 400,00
121	18055	30	UN	GARFO ROLO GAIOLA CABO SEM ROSCA 23 CM	USE	R$ 8,50	R$ 255,00
128	18125	30	UN	OLEO M1 LUBRIFICANTE 300ML	M500	R$ 11,00	R$ 330,00
131	18140	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,0 X 40	JOMARCA	R$ 0,10	R$ 50,00

133	18142	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 40	JOMARCA	R$ 0,12	R$ 60,00
135	18146	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 5,0 X 45	JOMARCA	R$ 0,17	R$ 85,00
137	18148	500	UN	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 5,0 X 70	JOMARCA	R$ 0,27	R$ 135,00
142	18159	500	UN	PARAFUSO GALV. SOB. 1/4 X 60	JOMARCA	R$ 0,50	R$ 250,00
143	18162	60	UN	PARAFUSO SANITARIO ARRUELA CROMADA BUCHA 10	JOMARCA	R$ 1,50	R$ 90,00
146	18179	50	UN	PLAFON BOCAL DE PORCELANA E-27	DECORLUX	R$ 5,20	R$ 260,00
148	18217	100	UN	SERRINHA MANUAL BIMETAL 12" 24DENTES	STARRET	R$ 5,00	R$ 500,00
149	18218	50	UN	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL BRANCO	VALE PLAST	R$ 12,80	R$ 320,00
150	18223	40	UN	SUPORTE MAO FRANCESA BRANCO 25CM	WORKER	R$ 8,70	R$ 348,00
156	18270	50	UN	TORNEIRA JARDIM BICO MANGUEIRA 1/2" - 3/4"	GERPLAST	R$ 3,80	R$ 190,00
158	18272	40	UN	TORNEIRA TANQUE CURTA 1/2 PLASTICA	GERPLAST	R$ 3,00	R$ 120,00
160	18284	40	UN	UNIAO INTERNA 3/4"	REBOUCAS	R$ 1,50	R$ 60,00
168	21550	200	UN	REJUNTE FLEXIVEL ASSENTAMAIS 1KG - CORES VARIADAS	ASSENTAMAIS	R$ 4,00	R$ 800,00
170	21677	150	UN	BARRA ROSCADA UNC 1/2X1000 POLIDA	CISER	R$ 9,20	R$ 1.380,00
175	23447	30	UN	UNIAO SOLDAVEL 32MM	CORR PLAST	R$ 9,40	R$ 282,00
177	23547	150	UN	BARRA ROSCADA UNC 5/16X1000 POLIDA	CISER	R$ 3,80	R$ 570,00
178	23549	30	UN	BROCA ACO RAPIDO IRWIN 8,0MM	ROCAST	R$ 9,80	R$ 294,00
179	23550	30	UN	BROCA ACO RAPIDO IRWIN 10,0MM	ROCAST	R$ 22,00	R$ 660,00
180	23552	30	UN	BROCA CONCRETO STANDART IRWIN 8,0MM	ROCAST	R$ 9,70	R$ 291,00
181	23553	30	UN	BROCA CONCRETO STANDART IRWIN 10,0MM	ROCAST	R$ 15,00	R$ 450,00
183	23556	40	UN	CAP ESGOTO 50 MM	CORR PLAST	R$ 3,40	R$ 136,00
185	23558	50	UN	CAP SOLDAVEL 32 MM	CORR PLAST	R$ 1,45	R$ 72,50
189	23564	25	UN	CHAVE COMBINADA 13 MM	WORKER	R$ 10,40	R$ 260,00
191	23584	50	UN	JOELHO SOLDAVEL 90° LR 25 MM X 1/2"	COOR PLAST	R$ 1,50	R$ 75,00
193	23588	50	UN	JOELHO INTERNO COM ROSCA 1/2"	REBOUCAS	R$ 1,40	R$ 70,00
196	23591	50	UN	JOELHO SOLDAVEL 90º 25 MM	REBOUCAS	R$ 0,45	R$ 22,50
197	23592	50	UN	JOELHO SOLDAVEL 90º 32 MM	REBOUCAS	R$ 1,91	R$ 95,50
198	23593	30	UN	JOELHO SOLDAVEL 90º 50 MM	REBOUCAS	R$ 2,90	R$ 87,00
211	23637	25	UN	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL DUPLO BRANCO	VALE PLAST	R$ 6,90	R$ 345,00
214	23642	40	UN	TE INTERNO TRIPLO 1/2"	REBOUCAS	R$ 2,00	R$ 80,00
216	23644	40	UN	TE SOLDAVEL 32 MM	COOR PLAST	R$ 2,50	R$ 100,00
223	23663	20	UN	TORNEIRA COZINHA PAREDE CROMADA	MARCHEZAN	R$ 51,80	R$ 1.036,00
227	23671	40	UN	UNIAO INTERNA 1"	REBOUCAS	R$ 2,40	R$ 96,00
228	23672	40	UN	UNIAO INTERNA 1/2"	REBOUCAS	R$ 1,00	R$ 40,00
233	24443	40	UN	OCULOS PROTECAO TRANSPARENTE SUPER SAFETY	S SAFITY	R$ 7,50	R$ 300,00
234	24447	40	UN	CHAPEU PALHA ROCEIRO TAM. ÚNICO	CACHOEIRA	R$ 13,00	R$ 520,00
235	24589	100	UN	ADAPTADOR INTERNO 1/2"	REBOUCAS	R$ 0,75	R$ 75,00
236	24590	100	UN	ADAPTADOR INTERNO 3/4"	REBOUCAS	R$ 1,00	R$ 100,00
237	24593	10	UN	ALICATE UNIVERSAL 8"	THOMPSON	R$ 28,50	R$ 285,00
238	24597	30	UN	BROCA ACO RAPIDO IRWIN 6,0MM	ROCAST	R$ 7,50	R$ 225,00
240	24607	15	UN	CAVADEIRA ARTICULADA CABO MADEIRA APROX. 150 CM	PARABONI	R$ 90,00	R$ 1.350,00
242	24611	20	UN	DESEMPENADEIRA 17CM X 30CM EM PVC	GER PLAST	R$ 12,00	R$ 240,00
243	24620	80	UN	FITA ISOLANTE 18 MM X 20 METROS ANTI CHAMA	AFA	R$ 5,40	R$ 432,00
245	25888	40	UN	VASSOURA GRAMA ANCINHO PLASTICA VERDE COM CABO	PARABONI	R$ 18,20	R$ 728,00
246	25892	30	UN	ESPUMA EXPANSIVA POLIURETANO 485ML 469GR	WORKER	R$ 24,00	R$ 720,00
248	25899	30	UN	CLIPS PARA CABO DE AÇO 1/2-M12	LOYAL	R$ 4,20	R$ 126,00
249	26225	100	UN	ADAPTADOR FLANGE 20MM X ½	KRONA	R$ 6,40	R$ 640,00
251	26227	100	UN	ADAPTADOR FLANGE 32MM X 1"	KRONA	R$ 10,00	R$ 1.000,00
256	26232	30	UN	BROCA CONCRETO STANDART IRWIN 12,0MM	ROCAST	R$ 20,90	R$ 627,00
257	26233	400	UN	BUCHA PLASTICA DE FIXAÇAO C/ANEL 12 MM	IV PLAST	R$ 0,20	R$ 80,00
261	26237	50	UN	BUCHA REDUÇAO SOLDAVEL LONGA 40X25 MM	COOR PLAST	R$ 3,30	R$ 165,00
271	26247	30	UN	CHAVE PHILLIPS 3/16 X 4" REFORCADA	WORKER	R$ 6,00	R$ 180,00
272	26248	30	UN	CHAVE PHILLIPS 3/16 X 5" REFORCADA	WORKER	R$ 6,40	R$ 192,00
273	26249	25	UN	COLHER PEDREIRO 9" CANTO REDONDO	PARABONI	R$ 20,00	R$ 500,00
277	26253	150	UN	DISCO DE CORTE FINO 115 X 1,0 X 22,2	WORKER	R$ 4,60	R$ 690,00
278	26254	100	UN	DISCO DE CORTE FINO ACO 7” X 1,6 X 22	WORKER	R$ 6,40	R$ 640,00
280	26257	100	UM	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 20 X 1/2"	COOR PLAST	R$ 0,50	R$ 50,00
282	26259	100	UN	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 50 X 1.1/2"	COOR PLAST	R$ 4,00	R$ 400,00
286	26263	20	UN	BRACO CHUVEIRO PLASTICO BRANCO 40CM COM LUVA ½	KRONA	R$ 8,00	R$ 160,00
287	26264	30	UN	BROCA ACO RAPIDO IRWIN 3,0MM	ROCAST	R$ 5,08	R$ 152,40
288	26265	30	UN	BROCA ACO RAPIDO IRWIN 3,5MM	ROCAST	R$ 5,30	R$ 159,00
289	26266	30	UN	BROCA ACO RAPIDO IRWIN 4,0MM	ROCAST	R$ 5,90	R$ 177,00
290	26267	25	UN	COLHER PEDREIRO 9" CANTO RETO	PARABONI	R$ 14,90	R$ 372,50
293	26270	30	UN	CONJUNTO 2 INTERRUPTOR SIMPLES LUX 2	ILUMI	R$ 14,00	R$ 420,00
309	26291	150	RL	FITA CREPE USO GERAL 48MM X 50M	AFA	R$ 9,20	R$ 1.380,00
310	26292	150	UN	FITA CREPE USO GERAL 18MM X 50M	AFA	R$ 4,00	R$ 600,00
311	26293	150	UN	FITA CREPE USO GERAL 25MM X 50M	AFA	R$ 5,00	R$ 750,00
313	26295	30	UN	FOICE ROCADEIRA COM CABO 120 CM	PARABONI	R$ 39,00	R$ 1.170,00
314	26296	30	UN	JOELHO ESGOTO 45º 100 MM	COOR PLAST	R$ 7,00	R$ 210,00
315	26297	30	UN	JOELHO ESGOTO 45º 40 MM	COOR PLAST	R$ 2,00	R$ 60,00
319	26301	40	UN	JOELHO ESGOTO 90º 40 MM	COOR PLAST	R$ 2,00	R$ 80,00
320	26302	40	UN	JOELHO ESGOTO 90º 50 MM	COOR PLAST	R$ 1,88	R$ 75,20

326	26308	30	RL	LINHA PEDREIRO LISA 100M - 0,8OMM	WORKER	R$ 10,00	R$ 300,00
328	26310	150	UN	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 080	WORKER	R$ 1,75	R$ 262,50
330	26312	150	UN	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 120	WORKER	R$ 1,80	R$ 270,00
332	26314	150	UN	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 220	WORKER	R$ 1,89	R$ 283,50
333	26315	150	UN	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 320	WORKER	R$ 1,80	R$ 270,00
334	26316	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 036	WORKER	R$ 3,30	R$ 495,00
335	26317	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 050	WORKER	R$ 2,30	R$ 345,00
336	26318	150	UN	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 060	WORKER	R$ 2,30	R$ 345,00
342	26324	150	UN	LIXA MASSA EM FOLHA N° 080	WORKER	R$ 1,00	R$ 150,00
344	26326	150	UN	LIXA MASSA EM FOLHA Nº 100	WORKER	R$ 0,89	R$ 133,50
345	26327	150	UN	LIXA MASSA EM FOLHA Nº 120	WORKER	R$ 1,00	R$ 150,00
347	26329	150	FL	LIXA MASSA EM FOLHA Nº 220	WORKER	R$ 1,00	R$ 150,00
349	26331	50	PR	LUVA CONFORTEX T. 09-GRANDE	VOLK	R$ 12,00	R$ 600,00
352	26334	40	UN	LUVA ESGOTO SIMPLES 40 MM	COOR PLAST	R$ 1,10	R$ 44,00
356	26338	50	PR	LUVA NEOPREX T. 08-MEDIA	S. SAFETY	R$ 9,70	R$ 485,00
357	26339	50	PR	LUVA NEOPREX T. 09 GRANDE	S. SAFETY	R$ 9,70	R$ 485,00
358	26340	50	PR	LUVA NEOPREX T. 10-XG	S. SAFETY	R$ 9,70	R$ 485,00
359	26341	50	UN	LUVA SOLDAVEL 25 X 20 MM	COOR PLAST	R$ 1,17	R$ 58,50
367	26349	150	MT	MANGUEIRA NIVEL CRISTAL 5/16"	MANTAC	R$ 1,40	R$ 210,00
369	26351	10	UN	MARTELO UNHA 23MM MASTER	THOMPSON	R$ 25,00	R$ 250,00
370	26352	10	UN	MARTELO UNHA 25MM MASTER	THOMPSON	R$ 26,90	R$ 269,00
371	26353	30	UN	MARTELO UNHA 27MM MASTER	THOMPSON	R$ 28,00	R$ 840,00
372	26354	10	UN	MARTELO UNHA 29MM MASTER	THOMPSON	R$ 35,00	R$ 350,00
375	26357	20	UN	PAPELEIRA INOX SEM TAMPA	LIEGE	R$ 17,60	R$ 352,00
387	26369	600	UN	PORCA SEXTAVADA UNC 7/16" POLIDA	JOMARCA	R$ 0,16	R$ 96,00
388	26370	30	UN	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA FORMATO U	PLASTICOR	R$ 12,20	R$ 366,00
389	26371	10	UN	PRUMO PAREDE METAL 400GR	THOMPSON	R$ 16,00	R$ 160,00
390	26372	6	UN	PULVERIZADOR PLASTICO COSTAL MANUAL 15L	KALA	R$ 160,00	R$ 960,00
398	26380	20	UN	REGULADOR GAS BLINDADO - ALIANÇA	ALIANCA	R$ 20,00	R$ 400,00
400	26382	30	UN	ROLO DE LA PINTA FACIL 15CM COM GARFO	COMPEL	R$ 10,00	R$ 300,00
401	26383	30	UN	ROLO DE LA PINTA FACIL 5CM COM GARFO	COMPEL	R$ 7,00	R$ 210,00
407	26390	30	UN	TE ESGOTO CURTO 40 X 40	COOR PLAST	R$ 1,45	R$ 43,50
408	26391	30	UN	TE ESGOTO CURTO 50 X 50	COOR PLAST	R$ 4,30	R$ 129,00
412	26395	20	UN	TORNEIRA BOIA 1/2 E 3/4 HASTE ALUMINIO	LIEGE	R$ 9,00	R$ 180,00
414	26397	20	UN	TRENA COM TRAVA 5M ANTI IMPACTO	THOMPSON	R$ 9,90	R$ 198,00
415	26398	20	UN	TRENA COM TRAVA 3M ANTI IMPACTO	THOMPSON	R$ 7,80	R$ 156,00
422	26405	30	UN	UNIAO SOLDAVEL 40MM	COOR PLAST	R$ 20,00	R$ 600,00
423	26406	30	UN	VARAO CORTINA 19MM X 3,00M BRANCO	KALA	R$ 28,00	R$ 840,00
425	26408	40	UN	VASSOURA JARDIM METAL COM REGULAGEM 22 DENTES E CABO	PARABONI	R$ 30,90	R$ 1.236,00
426	26409	100	MC	LONA PRETA ALTURA 6M 150 MICRAS (M/C)	NORTENE	R$ 7,00	R$ 700,00
429	26412	100	MC	LONA PRETA/BRANCA ALTURA 8M 150 MICRAS	NORTENE	R$ 11,00	R$ 1.100,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 72.843,50 (setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos em no máximo 03 (três) dias úteis após a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Solicitante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito Previdenciário (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I, em no máximo até 03 (três) dias úteis após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

7. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

9.Fornecer produtos de qualidade, devidamente embalados e sem avarias;

10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

CLÁUSULA VIII- DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA X– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. as efetivas aquisições do objeto (materiais de construção diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLAUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e alterações, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLAUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o Foro da Comarca de Cláudia, Estado de Mato Grosso, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av.Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000 – Fone: 66 3540-1283-União do Sul/MT - E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

UNIÃO DO SUL/MT, 20 de Março de 2019.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ - Prefeito Municipal

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA. EPP

Thiago Freitas do Nascimento – Sócio Proprietário

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO CHAMADA PUBLICA 01/2019

ATA Nº01/2019

Aos dias vinte cinco (25) do mês de Março de dois Mil e Dezenove (2019), nas dependências da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, reuniu-se os produtores rurais os senhores, JOSE CARLOS DE ANDRADE, inscrito no CPF 461.099.271-04, Localizado na Propriedade SITIO SÃO JOSE, ZONA RURAL, VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, LUDUVICO CORNELIO PEREIRA, inscrito no CPF 290.170.686-04, localizado na propriedade SITIO DALLAS RANCHO, ZONA RURAL VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, ENEIAS DE SOUZA COIMBRA, inscrito no CPF 651.038.821-91, localizado na propriedade ESTANCIA FLORIDA, ZONA RURAL, VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, REPRESENTADO PELO SEU PROCURADOR ALBERDO VILLA GONÇALVES LOPES, junta mente com a equipe do conselho de alimentação escolar (CAE), para realização da chamada Pública do Pequeno Produtor, esteve como visitantes o senhor Edinaldo Ferreira de Santana, assim dando início às 09:00 (nove) horas a abertura dos envelopes e proposta de preço dos senhores;

PRODUTOR: JOSE CARLOS ANDRADE						
ITEM	**PRODUTOS**	**UNI. MEDIDA**	**MARCA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR**
5	ALFACE	KG	REGIÃO	350	R$ 5,99	R$ 2.096,50
12	COUVE	KG	REGIÃO	350	R$ 6,00	R$ 2.100,00
21	PEPINO	KG	REGIÃO	150	R$ 4,00	R$ 600,00
23	RÚCULA	KG	REGIÃO	250	R$ 6,00	R$ 1.500,00
24	CHEIRO VERDE	KG	REGIÃO	150	R$ 6,00	R$ 900,00
29	TOMATE	KG	REGIÃO	400	R$ 4,00	R$ 1.600,00
TOTAL						R$ 8.796,50

PRODUTOR: ENEIAS DE SOUZA COIMBRA						
ITEM	**PRODUTOS**	**UNI. MEDIDA**	**MARCA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR**
11	BERINJELA	KG	REGIÃO	350	R$ 3,50	R$ 1.225,00
14	LIMÃO TAITI	KG	REGIÃO	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
17	MARACUJÁ	KG	REGIÃO	250	R$ 5,00	R$ 1.250,00
25	BETERRABA	KG	REGIÃO	350	R$ 4,50	R$ 1.575,00
26	CENOURA	KG	REGIÃO	350	R$ 5,00	R$ 1.750,00
27	REPOLHO	KG	REGIÃO	500	R$ 3,80	R$ 1.900,00
28	POLVILHO	KG	REGIÃO	200	R$ 7,00	R$ 1.400,00
TOTAL						R$ 10.100,00

PRODUTOR : LUDUVICO CORNELIO PEREIRA						
ITEM	**PRODUTOS**	**UNI. MEDIDA**	**MARCA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR**
1	ABOBORA CABOTIÃ	KG	REGIÃO	350	R$ 2,75	R$ 962,50
2	ABOBORA MORANGA	KG	REGIÃO	350	R$ 2,75	R$ 962,50
3	ABOBORA MADURA	KG	REGIÃO	350	R$ 2,75	R$ 962,50
4	ABOBRINHA VERDE	KG	REGIÃO	350	R$ 2,75	R$ 962,50
6	BANANA DA TERRA	KG	REGIÃO	400	R$ 3,00	R$ 1.200,00
7	BANANA MAÇÃ	KG	REGIÃO	400	R$ 3,00	R$ 1.200,00
8	BANANA NANICA	KG	REGIÃO	400	R$ 3,00	R$ 1.200,00
9	BANANA PRATA	KG	REGIÃO	400	R$ 3,00	R$ 1.200,00
13	INHAME	KG	REGIÃO	350	R$ 4,50	R$ 1.575,00
16	MANDIOCA	KG	REGIÃO	500	R$ 2,90	R$ 1.450,00
	TOTAL					R$ 11.675,00

Inicialmente procedeu-se a leitura de teor das mesmas com os esclarecimentos e analise necessários, por ordem de entrada e rubricadas, os presente constatou que todos os senhores foram habilitado para continuarem nesta chamada publica por apresentarem toda a documentação conforme o edital sem mais, eu Rita Maria de Almeida Oliveira, Lavrei essa ata, após lida será assinada por todos os presentes.

PRODUTOR: JOSE CARLOS ANDRADE, PRODUTOR: ENEIAS DE SOUZA COIMBRA, PRODUTOR: LUDUVICO CORNELIO PEREIRA, Rita Maria de Almeida Oliveira, Valderleia de Lana

EDITAL DE RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA

A comissão do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento da Proposta apresentada à Chamada Pública realizada nesta data, na Prefeitura Municipal, cujo objetivo é "**Aquisição de gêneros alimentícios de Produtor Rural",** teve como "VENCEDORES": O Senhor **JOSE CARLOS DE ANDRADE,** inscrito no CPF: 461.099.271-04, no valor global de R$ 8.796,50, ; O senhor LUDUVICO CORNELIO PEREIRA, inscrito no CPF: 290.170.686-04, no valor global de R$ 11.675,00,; O senhor ENEIAS DE SOUZA COIMBRA, inscrito no CPF: 651.038.821-91, no valor global de R$ 10.100,00,.

Vale de São Domingos-MT 25 de Março de 2019.

Vanderléia de Lana

Presidente do Cae

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 16/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 16/2019. **OBJETO**: Registro de Preços para DE LOCAÇÃO DE MAQUINA PESADA SENDO 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA, 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRALICA, 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT.". **DATA DE ABERTURA**: 09/04/2019 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br. Vale de São Domingos – MT, 25 de Março de 2019. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

PORTARIA Nº. 27/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO CONCURSO E SELETIVO PUBLICO 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº **GERALDO MARTINS DA SILVA,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município de Vale de São Domingos/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo, para comporem a Comissão Examinadora do Processo Concurso e Seletivo Publico 001/2019 da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT.

NOME	CPF	REPRESENTANDO	ATRIBUIÇÕES
NATIELLE MACEDO MAIA	025.086.701-03	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS	PRESIDENTE
MARIA CRISTINA GOMES	038.796.161-59	SECRETARIA MUNICIPAL FAZENDA	MEMBRO
EDIVALDO FERREIRA DE SANTANA	018.004.921-62	SECRETARIA MUNICIPAL FAZENDA	MEMBRO

Art. 2º - A Comissão Examinadora criada através dessa Portaria deverá:

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de organizar, zelar e cumprir as determinações do respectivo Edital do Concurso e Seletivo Publico 001/2019 e as Legislações aplicadas ao processo.

Art. 3 **° –** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Vale de São Domingos – MT, em 21 de MARÇO de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 041/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 18.894.302/0001-16. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado no art. 57, §1º III e V da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa exarada pela Secretaria solicitante, nos termos do Contrato n. 041/2017,bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 578815/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, do Contrato nº 041/2017, referente a contratação de empresa capacitada em elaboração de projeto de trabalho social de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas na portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014 e a sistemática 2012 – manual para apresentação de propostas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, ambos do MCidades, e ainda quaisquer legislação que couber, conforme edital e anexos. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0124. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir da data do vencimento deste instrumento. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria de Viação e Obras designa neste ato, as servidoras como fiscais do contrato: a Servidora ANDRELINA NUNES DA SILVA, brasileira, assistente social, RG 666556 SSP/MT, CPF 460.681.121-87; a Servidora WANIA CAMPOS OLIVEIRA, brasileira, RG 1027204-6 SSP/MT, CPF 805.396.101-00.

DATA DE ASSINATURA: 06.03.2019

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

FÁBIO ALBUQUERQUE DA SILVA

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 068/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa ATRATIVA ENGENHARIA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 05.073.316/0001-27. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no Art. 57, §1º III da Lei de Licitações nº. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato nº. 068/2017, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO Nº. 579759/2019. OBJETO: Tem por objeto objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, a CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL, e a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de empresa especializada para execução das obras de construção de diversos serviços de terraplenagem/drenagem e pavimentação além de construção de bueiro celular de concreto neste município, nas seguintes localizações: Avenida Z (Bairro Mapim); Rua Quinze de Novembro (Bairro Jardim Glória I); Rua Presidente Ricardo Jardim (Bairro Parque do Lago); Rua Vila Alegre (Bairro Parque do Lago); Rua

Benedito Curvo (Bairro Parque do Lago), conforme projetos e memoriais descritivos e planilhas em anexo. VALOR GLOBAL: Fica mantido o valor de R$ 706.960,87 (Setecentos e seis mil novecentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos), decorrente do saldo remanescente do Contrato principal. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO**: 37.02.15.451. 0022 – P/A: 2.292. ND: 4.4.90.51.00.00.00. OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0100/0130.** FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Viação e Obras, o servidor – Engenheiro Civil CLÓVIS PEREIRA MENDES FILHO, portador da Cédula de Identidade nº. 0261.023 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 175.814.601-00, CREA nº. 02040/D-MT – RN nº. 129472962-2.

DATA DE ASSINATURA: 15.03.2019

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Viação e Obras– PMVG/MT

ATRATIVA ENGENHARIA LTDA

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA 324/CPSPAD/SAD/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 1.164/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e pelo Decreto 032/2010 e;
Considerando a finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 094/2014, em desfavor de EDSON XAVIER DE CAMPOS PAULUCCI VIEIRA, que apurou irregularidades quanto a ausência de prestação de contas de Adiantamento, onde foram garantidos os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório e proferido o Julgamento no dia 06/09/2017;
Considerando, que em atendimento ao Art. 59 da Lei Municipal 1.164/1991 fora emitido boleto para que o mesmo no prazo legal de 60 dias pudesse fazer o recolhimento dos valores de R$ 7.451,12 (sete mil quatrocentos e cinquenta e um reais e doze centavos), devidamente corrigidos, o que não ocorreu e;
RESOLVE:
DETERMINAR o envio de cópia do referido Processo Administrativo Disciplinar à Procuradoria Geral do Município, para inscrição na Dívida Ativa Municipal, bem como demais sanções cabíveis, tendo em vista o ressarcimento ao Erário Municipal.
Registre-se, publique-se, cumpra-se.
Várzea Grande, 25 de março de 2019.
Pablo Gustavo Moraes Pereira
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 310/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente aos meses de Abril/Maio/Outubro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
113548	ANA LUIZA DA SILVA	Comissão	**2017/2018**	01.04.19 A 18.04.19 (18 dias)
113548	ANA LUIZA DA SILVA	Comissão	**2018/2019**	13.05.19 A 03.06.19 (22 dias)
113548	ANA LUIZA DA SILVA	Comissão	**2018/2019**	01.10.19 A 08.10.19 (08 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 307/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Abril/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
129621	HEVERTON SANTOS DE OLIVEIRA	Comissão	**2018/2019**	03.04.19 a 12.04.19 (10 dias)
21450	JAQUELINE FAVETTI	Efetivo	**2016/2017**	04.04.19 a 09.04.19 (06 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 311/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias**regulamentares, referente ao mês de Abril/Dezembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
41277	ROSELI PORT	Efetivo	**2017/2018**	01.04.19 A 30.04.19 (30 dias)
41277	ROSELI PORT	Efetivo	**2016/2017**	11.12.19 A 30.12.19 (20 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 314/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 05 (cinco) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2017/2018, a vigorar a partir de **22.04.2019 à 26.04.2019,** a servidora **BEATRIZ REGINA MARCHETTI**, matrícula n° 5380, Efetivo, exercendo o cargo de Guarda Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Defesa Social.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de Março de 2019.

.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO Nº 207/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, brasileira, portadora do RG nº 0249873-1 SSP/SP e do CPF Nº 078.334.311-68, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;
Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 068/2017, instaurado pela Portaria nº 661/CPSPAD/SAD/2018, de 21 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, cujo julgamento final se deu no dia 22 de março de 2019, com efeitos a partir deste julgamento;
RESOLVE:
ACOLHER, em todos os seus termos, o relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares por estar o mesmo de acordo com as provas dos autos, EXONERA a pedido a servidora MARIA DE TANIA GONÇALVES MONTEIRO, matricula nº 32486, Médico(a) - Pediatra nos termos da Lei Complementar Municipal n° 1.164/91.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes.
Várzea Grande-MT, 22 de março de 2019.
Lucimar Sacre de Campos
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 315/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Abril/Maio/junho**/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO				
MAT	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
8210	CLAUDIA DO BOM DESPACHO FERRAZ	Efetivo/ Comissão	**2017/2018**	17.04.19 a 18.04.19 (02 dias)
8210	CLAUDIA DO BOM DESPACHO FERRAZ	Efetivo/ Comissão	**2015/2016**	13.05.19 a 17.05.19 (05 dias)
8210	CLAUDIA DO BOM DESPACHO FERRAZ	Efetivo/ Comissão	**2017/2018**	24.06.19 a 28.06.19 (05 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 325/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ANA ANTÔNIA PEREIRA LEITE SOUZA**
MATRICULA	2557
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	574091/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**14.12.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	27.03.2019 à 24.06.2019

SERVIDOR	**JACIMARA ASSIS AMORIM SILVA**
MATRÍCULA	20860
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	574341/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.02.2011/2016**

PERÍODO DE GOZO	25.03.2019 à 22.06.2019

SERVIDOR	**TERESINHA DE OLIVEIRA GIANELLI**
MATRICULA	44924
CARGO	Bióloga
PROCESSO N°	525573/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.05.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	01.03.2019 à 29.05.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de Março de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 316/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Abril/Maio**/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
116527	JOENICE MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES	Comissão	**2017/2018**	15.04.19 a 18.04.19 (04 dias)
116527	JOENICE MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES	Comissão	**2016/2017**	29.04.19 a 30.04.19 (02 dias)
116527	JOENICE MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES	Comissão	**2017/2018**	02.05.19 a 03.05.19 (02 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de Março de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 062/2019

PORTARIA N. º 062/2019.

DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2018/2019

Profissionais da Educação Básica

Titulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
2360	LARA MARDEN MARTINS FREITAS	A 07	12 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de outubro de 2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 061/2019

PORTARIA N. º 061/2019.

DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2018/2019

Profissionais da Educação Básica

Titulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
140	ENEIDA MEOTTI DE OLIVEIRA	B 20	22 %
161	LUCIA VIEIRA GUIMARAES	B 24	22 %
186	MARIA DE LURDES A R MEDEIROS	B 21	22 %
216	MARLI TEREZINHA M FERREIRA	B 09	22%
408	FRANCISCA BOLLICO DO AMARAL	C 09	22 %
430	GLADIS LASCH	C 09	22 %
445	IVANETE MOSCHEN	C 17	22 %
521	SUELENE AUGUSTA FERREIRA	B 13	22 %
615	GLADIS FOLADOR RECH	C 17	22 %
624	LUCIANE RODRIGUES DE FREITAS	B 15	20 %
628	EUNICE BECKER SILVA NOVATO	B 15	18 %
639	CLEIDE ALBERTA COSTA	A 13	16 %
768	ANA ANCHESKI	A 16	22 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 063/19 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Nomear,** a Srª. **ZILDA OLIVEIRA BORGES,** portadora do CPF 289.969.412-04**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Médica para exercer o cargo de **Diretor Clinico** do Pronto Atendimento Municipal nos termos da Lei Municipal 1.147.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar em 01 de Março de 2019 e finda em 23/04/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira | *Prefeito Municipal*

UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - UNDIME

RETIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO 14º FÓRUM ESTADUAL ORDINÁRIO 2019

CONVOCAÇÃO

A Diretoria Executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT, por intermédio de seu Presidente Sílvio Aparecido Fidelis, CONVOCA os Membros Efetivos para **o 14º Fórum Estadual Ordinário**, a se realizar nos dias **11/04/2019 das 8h às 17:30h e 12/04/2019 das 8h às 13h**, em Cuiabá, conforme estabelecido dos Artigos 18 a 22 do Estatuto da Entidade, para a Sessão deliberativa com a **seguinte pauta:**

I) Tomar ciência do balanço de gestão da diretoria executiva relativa ao biênio 2017/2019, o qual inclui a prestação de contas e acompanhado de parecer emitido pelo conselho fiscal;

II) Eleição e posse à Diretoria Executiva; do Conselho Fiscal; dos representantes da Undime/MT no Conselho Nacional de Representantes, titulares e suplentes; dos delegados titulares e suplentes, todos para o biênio 2019/2021;

III) Apresentação e deliberação a respeito de inserção e alteração de alguns artigos do Estatuto e a proposta de alteração do Regimento;

IV) Apreciação e deliberação quanto ao Plano de Trabalho para o biênio de 2019/2021;

V) Assuntos de interesse geral.

LOCAL DO EVENTO: Hotel Fazenda Mato Grosso, situado na Rua Antônio Dorileo, N.1100, Telefone: 65 3315-1200, Coxipó, Cuiabá/MT

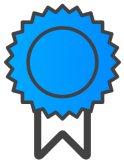
Cuiabá 21 de fevereiro de 2019.

Sílvio Aparecido Fidelis

DME de Várzea Grande

Presidente da UNDIME – MT

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Mar 25 22:31:12 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)